



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
DOUTORADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

**Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e
representações entre o público e o privado, 2009-2012**

SALVADOR
2012

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e o privado, 2009 - 2012

Tese apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Apoio:



**Salvador – Bahia
2012**

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

B238 Barbosa, Claudia de Faria

Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e o privado, 2009-2012/ Claudia de Faria Barbosa.– Salvador, 2012.
359 f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientação: Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1 Famílias 2. Mulheres 3. Política 4. Representações. I. Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação II. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon – Orientadora III. Título.

CDU: 316.356.2: 321.02-

055.2(813.8)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Profa. Dra. Maria Esther Martinez Quinteiro

Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Profa. Dra. Márcia Esteves de Calazans

Profa. Dra. Mary Garcia Castro

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e o privado, 2009 - 2012

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, à seguinte Banca Examinadora:

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Doutora em História – Universidade de Leon
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Maria Esther Martinez Quinteiro

Doutora em História - Universidade Salamanca

José Eustáquio Diniz Alves

Doutor em Demografia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

Márcia Esteves de Calazans

Doutora em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Mary Garcia Castro

Doutora em Sociologia – Universidade da Flórida
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Salvador, 4 de dezembro de 2012

Quando as cidadãs compreenderam bem os postulados da nova igualdade de condição de todos, começaram a perguntar-se sobre o papel delas nesta luta.

Rosalía Celaya, 1999.

AGRADECIMENTOS

Fazer uma pesquisa é sempre um processo de aprendizado exigente, seja de quem está a desenvolvê-la, seja de pessoas próximas. Sei o quanto recebi de contribuições e as reconheço, por conta disso. Nesse sentido, meus agradecimentos são para aquelas instituições e pessoas que trouxeram sugestões importantes, refletidas neste texto ou não, mas que colaboraram, impulsionando o meu caminhar. Sou grata aos meus familiares, profissionais, amigos e colegas que me acompanharam e, se ousar dizer, aprovaram meu empreendimento. Seria insensatez tentar agradecer individualmente a todas as pessoas que me ajudaram. Agradeço-lhes coletivamente, e vou mencionar pelo nome apenas alguns familiares, amigos, professoras(es) e as gestoras dos municípios da Bahia entrevistadas neste trabalho, ressaltando que, cada um(a) de diferentes maneiras, têm apoiado meu projeto.

À minha família, alicerce de minha caminhada. Meu avô Antônio Neto que nos deixou esse legado, de pensar em política no sentido proposto por Hannah Arendt, quando afirma que o “sentido da política é a liberdade”, ao contrário é autoritarismo. Meu pai, Afonso Barbosa, fiel a esses princípios, por compreender que a ética deve estar acima de todo e qualquer interesse pessoal e privado, onde servir à coletividade deve ser o pressuposto do sujeito que se interessa pela vida pública pautado em interesses legítimos, de acordo com a consciência. Minha mãe Corina Faria, meu exemplo de empenho e torcedora fiel. Minhas irmãs, Clera Cunha e Cleonice Barbosa, pelas vezes que as “obriguei” a lerem este texto, com nuances aparentemente desconectadas do mundo real. Suas leituras, opiniões e, sobretudo, críticas foram essenciais para o amadurecimento de minhas ideias. Meu irmão Otacílio Barbosa, que diz “sim à política e não à policagem”, no intuito de não se calar frente às arbitrariedades cometidas pelo mandonismo local na ganância pela manutenção do poder familiar. Seu exemplo me ajudou a pensar questões postas nessa discussão. João Faria, companheiro de tantas caminhadas, obrigada por acreditar em mim. Lucas Faria, por milhares de vezes, desistiu de estar comigo para que eu tivesse tempo de dedicar um pouco mais a leituras, escritas e reflexões. Posso dizer: a melhor família do mundo! Além dessas pessoas, sou grata a outras que, apesar do nome não estar gravado aqui, estão no

meu coração, e também a tantas outras que estiveram comigo em salas de aulas, eventos, trabalhos, reuniões e quietais.

Esta tese, para ser formulada, se beneficiou de muitas conversas, nem sempre sobre temas aparentemente relacionados a ela, como: discussões surgidas em ensaios, comunicações e eventos, e sou grata a todas as pessoas que participaram dessas atividades. Foi financiada parcialmente - durante trinta e seis meses, pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que proporcionou essa oportunidade. Nesse sentido, faço referência em agradecimento a esta instituição, como também ao povo brasileiro, que contribui com os impostos que são revestidos em financiamentos de bolsas e auxílios de pesquisa, convergindo em estudos e reflexões dessa natureza.

À Professora externa Dra. Esther Martinez Quinteiro, que participou da Banca, tanto de Qualificação quanto de Defesa. Dispôs a ler este texto na busca por contribuir, seja com a metodologia, teoria e ideias, inclusive não conformidades apresentadas. Sou grata também ao Professor Dr. José Eustáquio Diniz Alves, com sua participação na avaliação desta tese. A outras(os) pesquisadoras(es), as(os) quais colaboraram no processo de construção destas reflexões que dependem dos diálogos que venho travando, embora evite citar nomes, para impedir alguma injustiça.

À Universidade Católica do Salvador (UCSAL) com sua equipe de profissionais comprometidos com o Programa e empenhados em apoiar as(os) doutorandas(os) em suas caminhadas. Em particular, a Professora Dra. Márcia Esteves de Calazans que aceitou o convite para participar da Banca de Defesa. Ademais, à Professora Dra. Mary Garcia Castro, que, além de fazer parte da Banca, acompanha minha caminhada no Programa desde o Mestrado e tem sido um exemplo de sabedoria, empenho e disponibilidade em todos os percursos, inclusive nas discussões riquíssimas no Núcleo de Estudos em Identidades, Cidadania e Cultura (NPEJI), o qual coordena com maestria e amizade. Agradeço a todas(os) as(os) colegas da UCSAL, em nome de Fátima Di Gregório.

Em especial à orientadora deste trabalho, Professora Dra. Vanessa Simon Ribeiro Cavalcanti, que tem me guiado de maneira que possibilite uma formação de pesquisadora, um incentivo para apresentação de trabalhos e discussões que levem a um aprofundamento de estudos para além deste texto acadêmico. É uma honra e um privilégio estar sob sua valiosa direção, nestes últimos seis anos – mestrado e doutorado. Suas críticas, observações, correções e

sugestões proporcionam-me a segurança em meio a tantas incertezas e dúvidas. A sua atenção e cuidado em relação ao meu trabalho são o equilíbrio, esteio e certeza de que é possível. A admiração em relação à sua pessoa é unânime, somente não é maior do que a minha simpatia e respeito, acrescidos de uma eterna gratidão.

Reconheço a atenção e atribuo o resultado desta pesquisa às Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, gestão 2009-2012, que, com boa vontade, se dispuseram a colaborar com estudo dessa envergadura, que implica na construção de interconexões entre a teoria e a realidade, nas quais elas estão constantemente exercendo o poder através da práxis cotidiana e aceitam dialogar sobre suas práticas, vivências, expectativas, conquistas e frustrações. São elas acrescidas dos nomes dos respectivos municípios: Maria Maia – Candeias; Irismá Santos – Gandu; Sandra Balduino – Floresta Azul; Domingas Paixão – Governador Mangabeira; Tânia Yoshida – Conceição do Jacuípe; Valdice Castro – Jacobina; Iracy Araújo – Campo Formoso; Benvinda Silva – Gavião; Sidélia Lemos – Cândido Sales; Norma Suely – Caraíbas; Maria Quitéria – Cardeal da Silva; Tânia Portugal – São Sebastião do Passé; Josefina Castro – Coaraci; Yhonara Freire – Orolândia; Rita de Cássia – Mortugaba; Luciana Leão - Sebastião Laranjeiras; Mariângela Borges - Lajedo do Tabocal; Ângela Cardoso – Camacan; Chica Ribeiro – Carinhanha; Ana Lúcia – Barra da Estiva; Sandra Vidal – Ibicoara; Gilcina Carvalho – Catu; Gerusa Laudano – Pojuca; Olga Cardoso – Matina; Rilza Valentim – São Francisco do Conde; Nenca Pinho – Araci; Fátima Nunes – Euclides da Cunha; Jailma Gama – Banzaê; Ioná Queiroz – Camamu; Romildes Machado – Cabaceiras do Paraguaçu; Moema Gramacho – Lauro de Freitas; Raimunda Santos – Itatim; Maria Aparecida – Caldeirão Grande. Muitas delas se emocionaram ao contar suas histórias, lutas, derrotas, vitórias e sonhos. Sobretudo, o mais gratificante é que a mim confiaram tais informações e espero ter feito bom uso delas. Além de dar voz/lugar no registro da memória e da história local. A importância desta contribuição reflete a carência identificada nesta pesquisa de obras científicas de âmbito interdisciplinar sobre a aludida temática no poder local brasileiro.

Sou grata também àquelas prefeitas que não se dispuseram a colaborar. Se não fosse por elas, as viagens, as ligações e os *e-mails* perdidos e sem respostas não justificariam o quanto foi gratificante cada entrevista, cada sorriso e confiança depositada. As lacunas daquelas e os silêncios sinalizam a ideia de uma “eterna construção”. Os obstáculos foram muitos e, para mim, tem um valor intrínseco, demonstram que, apesar de tantas dificuldades ao acesso ao poder,

algumas ainda teimam em reproduzir uma lógica oposta ao que deveria ser a práxis de um(a) prefeito(a), além de um(a) servidor(a), ou seja, aquela pessoa que se dispõe à servir, não somente políticos e eleitores, mas pessoas em geral, sobretudo pesquisadoras(es) que se dispõem a olhar por trás das aparências e mostrar à sociedade o que ocorre nas entranhas do “campo político”, na concepção do sociólogo Pierre Bourdieu.

Por fim, à União dos Municípios da Bahia (UPB), dirigentes, prefeitos e a todas(os) as(os) amigas(os), sobretudo Jacira Cavalcanti, Lúcia Carvalho, Geraldo Santana e Gutemberg Cruz, por tanta ajuda, contribuição, pesquisas, ideias compartilhadas e torcida. Em nome deles agradeço a todas as outras pessoas que confluíram na realização deste trabalho.

A luta prossegue e sei da torcida de muitos. Chegar até aqui valeu a pena! O doutoramento é um sonho possível, outros desafios provavelmente virão. A comparação na vida acadêmica é desleal e perversa. A mais justa que conheço é comigo mesma ao longo do tempo e nessa eu tenho buscado fazer. Desse modo, a História mantém seu fluxo, o qual “deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos” (BOSI, 1994, p. 90).

BARBOSA, Cláudia de Faria. **Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e privado, 2009-2012.** Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea – Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.

RESUMO

O fato de maior participação feminina, em números, nos quadros administrativos e políticos – dentro do processo contemporâneo brasileiro e baiano – indica uma efetiva cidadania, espaços conquistados e bandeiras desfraldadas? A partir dessa questão geradora, o presente trabalho reflete sobre o “empoderamento” das mulheres, acessando debates sobre gênero e o binômio inclusão/exclusão, tal como sua incidência na política municipal, pensadas como agentes de exercício do poder político. Centrado em histórias de vida e de famílias, analisa as categorias gênero e parentesco, que perpassam as atuações, explorando o entrecruzamento de mundos que conformam o universo político, em uma perspectiva que compreende gênero como parte de um sistema de relações. Com o propósito de ultrapassar a visão naturalizada/essencializada do papel feminino no espaço político, este estudo tem como objetivo analisar como se dão as relações entre o público e o privado das mulheres que atuam na política, com a perspectiva de compreender como elabora a consciência de si e para si. Em uma perspectiva ampla e alerta dos problemas históricos e culturais dos quais as mulheres se mantiveram invisibilizadas. Uma discussão que demonstra a incorporação da diversidade. De forma específica, pretende identificar como as mulheres investidas de um cargo político exercem a cidadania nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação, compreendendo se realmente conseguem autonomia e/ou se “empoderar” no sentido de tomar atitudes e levantar bandeiras de luta contra as segregações, violências e vulnerabilidades. Propõe alargar o campo das reflexões sobre representações sociais e políticas, trazendo aspectos científicos e interdisciplinares. A metodologia utilizada consistiu em estudo de casos múltiplos envolvendo histórias de vida e de famílias e análise de conteúdo, com as contribuições das teorias feministas, das representações sociais e filosofia política, com o emprego de diversas técnicas, entre elas, a entrevista aberta e em profundidade com as prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, gestão 2009-2012. Privilegia-se a categoria gênero como instrumento analítico e relacional, famílias como redes, vínculos e construções sociais e culturais, questiona as representações sociais e admite as perspectivas históricas que negligenciaram a invisibilidade das mulheres no percurso da contemporaneidade e os estereótipos existentes em relação aos papéis de gênero, além de buscar, no cotidiano dos sujeitos, aspectos entrelaçados que norteiam suas condutas e práticas. Investiu-se em um detalhamento sobre a realidade de mulheres no poder local baiano, ao ouvir suas “vozes” a partir do cotidiano vivido, percebendo os entraves e as conquistas que perpassam o modo de atuação delas no espaço público, demonstrando ideias e ações. A base epistemológica vem cruzando as fronteiras dos feminismos e o interesse foi contribuir para o entendimento com referência à participação e atuação das mulheres na política, especialmente que não se deve julgar sem analisar suas condições e cada caso em particular. As mulheres, em suas múltiplas ações, referências e atuações, agindo na política, enfrentam situações únicas e muitas variáveis estão em jogo. Ademais, são apenas “peças na engrenagem” do poder político dominante e da reprodução do capital e de uma práxis de ordem patriarcal. Nesta acepção, corre-se o risco de se perder a riqueza e as sutilezas da particularidade ou da singularidade - as nuances, as matizes de sentido que requerem atenção a detalhes e conhecimento vasto de causa específica. Entre o geral e o particular, entre feminismos e outras aproximações teóricas que suportam olhares e propostas de intervenção, a realidade estudada, vista de perto, demarca espaços de avanços quantitativos, seja no âmbito nacional e regional, além do quadro atual estar favorável a uma tomada de consciência das mulheres em lutar pelos seus direitos civis, afirmando-se cada vez mais, pela sua autonomia pessoal e desejo de emancipação. Entretanto, sem necessariamente induzir ou creditar ao feminismo uma conquista. A conclusão que se chega ao final de um trabalho dessa natureza, é que o poder, sobretudo das mulheres, é algo distante, apostando mais na consciência e na práxis de transformar, do que realmente em dados numéricos. São novos tempos em que os disfarces transformam a dominação em algo tão sutil que se torna quase

impossível percebê-la. A “sociedade do espetáculo” determina um diálogo político muitas vezes empobrecido e de mesmices. O patriarcado não mais se insere na lógica do poder absoluto nas mãos de alguns homens, sofrendo profundas mutações, adquirindo novas “roupagens” e características. A sua metamorfose desencadeou a serviço de um poder mais forte e dominador, o capitalismo avançado. Este consegue driblar as mentes humanas e inserir as mulheres em um emaranhado de jogos de interesses e dominações distantes do que seria um “empoderamento” delas com o escopo de haver verdadeiramente a emancipação social e política de todos os seres humanos, em um mundo com equidade e justiça social.

Palavras-chave: Sociedade. Mulheres. Política. Representações. Famílias.

BARBOSA, Claudia de Faria. **Conversations with women in local politics state:** families, traditions and representations between public and private, 2009-2012. Thesis (Doctorate in Family in Contemporary Society - Research Line: Family and Society) - Catholic University of Salvador. Salvador, BA.

ABSTRACT

Does the greater female participation, in numbers, in the bureaucratic and political frameworks – within the Brazilian contemporary process – indicate an effective citizenship, spaces conquered and banners unfurled? Coming from this generating question, this work reflects about the “empowerment” of women, accessing debates about gender and the binomial of inclusion/exclusion, as well as their incidence in municipal politics, thought about as an agent that exercises political power. Focusing on family and life histories, it analyses the categories of gender and kinship, which permeate the performances, exploring the intersection of the worlds that conform the political universe, in a perspective that understands gender as a part of a system of relations. Aiming to overreach the naturalized/essentialized view of the female role in the political space, this etude has as an objective to analyze how the relations between public and private take place among women who act in politics, with the perspective of understanding how the conscience of oneself and for oneself is elaborated. In a broad and watchful perspective of the historical and cultural problems of which the women were victims and kept made invisible in subordinate functions up until today. A discussion that demonstrates the incorporation of diversity and multiplicity. In a specific way, it intends to identify how the women invested in an office exercise citizenship in public and private spaces, enforcing the principle of non-discrimination, understanding whether they indeed conquer autonomy and/or empower themselves in the sense of taking actions and raise banners of fights against segregations, violences and vulnerabilities. The study proposes to broaden the field of reflections about social and political representations, bringing forth scientific and multidisciplinary aspects. The methodology consisted in multiple case studies, involving family histories and content analysis, with the contribution of feminist theories, of the social representations and political philosophy, applying diverse techniques, amongst which, the open and profound interviews with female mayors of towns in Bahia, in the office of 2009-2012. The focus is on the category of gender as an analytical and relational instrument, families as networks, cultural and social links and constructions, and it questions the social representations and admits the historical perspectives that neglected the invisibility of women in the course of civilization and the existing stereotypes related to gender, as well as searching, in the subjects’ everyday life, intertwined aspects that direct their conduct. Investing on detailing the reality of women in local power in Bahia, hearing their “voices” from their everyday lives, realizing the obstacles and conquests that permeate the way they act in the public space, demonstrating ideas and actions. The epistemological base has been crossing the borders between feminisms and the interest was in contributing to the understanding in reference to the participation and actions of women in politics, especially when it comes to not judging without analyzing each case and condition. Women, within their multiple actions and references, for better or for worse their acting in politics can be, face unique situations and there are many variables at stake. Moreover, they can be only pieces in the machinery of dominant political power and of reproduction of capital and of a dominant patriarchal praxis. In this view, one is at risk of losing the wealth and details of particularity and singularity – the nuances, the shades of meaning that require attention to detail and broad knowledge of a specific cause. Between general and specific, between feminisms and other theories that support centuries of views and proposals of intervention, the reality studied, seen from up close, marks spaces of quantitative advancements, whether nationally or regionally, and the picture is favourable to an increase of female consciousness in fighting for their civil rights, affirming themselves more and more, by their personal autonomy and desire of emancipation. However, not necessarily crediting conquests to feminism. The conclusion reached after a work of such nature is that power, especially of women, is distant, leaning more on conscience and praxis than on numerical data. These are new times in which disguises transform domination into something so subtle it is nearly impossible to notice. The “society of

the spectacle” determines a political dialogue often impoverished and repeating itself. In times of privileges authorized by Governments to exploit others in many different ways, the acceptance and even the spreading of female superiority is part of an arsenal of trends which should be used in service of the system’s interests, responding to international agendas and patterns for the overcoming of the “invisibility” throughout History. The patriarchy no longer is inserted in the logic of absolute power in the hands of a few men, suffering profound mutations, acquiring new linens and characteristics. Its metamorphosis unleashed the advanced capitalism in service of a stronger and more dominating power. This capitalism manages to sidestep human minds and insert women in a collection of interest games and dominations, far from what would be their “empowering” with true social and political emancipation of all human beings, in a world with equity and social justice.

Keywords: Society. Women. Politics. Representations. Family.

BARBOSA, Claudia de Faria. **Las conversaciones con las mujeres en el estado de la política local: las familias, las tradiciones y representaciones entre el sector público y privado, 2009 -**. Tesis (Doctorado en Familia en la Sociedad Contemporánea - Línea de Investigación: Familia y Sociedad) - Universidad Católica de Salvador. Salvador, BA.

RESUMEN

¿El hecho de más grande participación femenina, en números, en los cuadros burocráticos y políticos – dentro del proceso contemporáneo brasileño – indica una efectiva ciudadanía, espacios conquistados y banderas desplegadas? Desde esa cuestión generadora, el presente trabajo hace una reflexión acerca del “empoderamiento” de las mujeres, tomando acceso a los debates sobre género y el binomio inclusión/exclusión, bien como su incidencia en la política municipal, pensada como un agente de ejercicio del poder político. Centrado en historias de familias, analiza las categorías de género y parentesco, que impregnan las actuaciones, explorando el cruzamiento de los mundos que conforman el universo político, en una perspectiva que comprende el género como parte de un sistema de relaciones. Con el propósito de ultrapasar la visión naturalizada/esencializada del papel femenino en el espacio político, este estudio tiene como objetivo analizar cómo se dan las relaciones entre el público y el privado de las mujeres que actúan en la política, con la perspectiva de comprender como elabora la consciencia de sí y para sí. En una perspectiva amplia y alerta de los problemas históricos y culturales de los cuales las mujeres fueron víctimas y permanecieron invisibilizadas en funciones subalternas hasta los días actuales. Una discusión que muestra la incorporación de la diversidad y de lo múltiplo. De forma específica, pretende identificar como las mujeres investidas de un cargo político ejercen la ciudadanía en los espacios público y privado, haciendo valer el principio de no-discriminación, comprendiendo si realmente logran tener autonomía y/o empoderarse en el sentido de tomar actitudes y levantar banderas de lucha contra las segregaciones, violencias y vulnerabilidades. El estudio se propone a ampliar el campo de reflexiones acerca de representaciones sociales y políticas, trayendo aspectos científicos y multidisciplinares. La metodología utilizada consiste en estudio de casos múltiples envolviendo historias de familias y análisis de contenido, con las contribuciones de las teorías feministas, de las representaciones sociales y filosofía política, con el empleo de varias técnicas, entre las cuales la entrevista abierta y en profundidad con alcaldesas de los municipios del Estado de Bahia, gestión 2009-2012. Es privilegiada la categoría de género como instrumento analítico y relacional, familias como redes, vínculos y construcciones sociales y culturales, cuestiona las representaciones sociales y admite las perspectivas históricas que negligenciaron la invisibilidad de las mujeres en la ruta de la civilización y los estereotipos existentes en relación a los papeles de género, además de buscar, en el cotidiano de los sujetos, aspectos entrelazados que direccionan sus conductas. Se invistió en un detallamiento acerca de la realidad de mujeres en el poder local en Bahia, al oír sus “voces” a partir del cotidiano vivido, se dando cuenta de los obstáculos y conquistas que parpasen su modo de actuación en el espacio público, demostrando ideas y acciones. La base epistemológica viene cruzando fronteras de los feminismos y el interés fue contribuir para el entendimiento con referencia a la participación y actuación de las mujeres en la política, especialmente que no se debe juzgar sin analizar sus condiciones y cada caso en particular. Las mujeres, en sus múltiples acciones, referencias y actuaciones, por mejores y/o peores que puedan actuar en la política, enfrentan situaciones únicas y hay muchas variables en cuestión. Además, son apenas “piezas en el engranaje” del poder político dominante y de la reproducción del capital y de una praxis de orden patriarcal. En esta concepción, uno se arriesga a perder la riqueza y las sutilezas de la particularidad y la singularidad – los tonos, los matices de sentido que requieren la atención a los detalles y conocimiento vasto de causa específica. Entre el general y el particular, entre feminismos y otras teorías que soportan siglos de miradas y propuestas de intervención, la realidad estudiada, vista de cerca, demarca espacios de avance cuantitativo, sea en ámbito nacional o regional, además del cuadro estar favorable a una tomada de consciencia de las mujeres en luchar por sus derechos civiles, afirmándose cada vez más, por su autonomía personal y deseo de emancipación. Entretanto, no necesariamente introduce o da crédito al feminismo por la conquista. La conclusión a que se llega al final de un trabajo como este es que el poder,

sobretudo de las mujeres, es algo distante, apostando más en la consciencia y en la praxis que en datos numéricos. Son nuevos tiempos en que los disfraces transforman la dominación en algo tan sutil que se percibe-la se convierte en casi imposible. La “sociedad del espectáculo” determina un diálogo político muchas veces empobrecido y que se repite. En tiempos de privilegios autorizados por los Gobiernos para exploraciones de las más variadas, la aceptación y hasta la difusión de la superioridad de las mujeres es parte de un arsenal de tendencias a ser utilizadas a servicios de los intereses del sistema, respuestas a agendas internacionales y padrones para la superación de la “invisibilidad” al largo de la Historia. El patriarcado ya no se insiere en la lógica del poder absoluto en las manos de algunos hombres, sufriendo profundas mutaciones, ganando nuevas ropajes y características. Su metamorfosis desencadenó, en servicio de un poder más fuerte y dominador, el capitalismo avanzado. Este consigue driblar las mentes humanas e insertar las mujeres en un encadenado de juegos de interés y dominaciones distantes de lo que sería su “empoderamiento” con la perspectiva de haber verdaderamente la emancipación social y política de todos los seres humanos, en un mundo con equidad y justicia social.

Palabras – clave: Sociedad. Mujeres. Política. Representaciones. Familias.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABM	Associação Brasileira de Municípios
ADF	Avaliação de Desempenho Funcional
AMUBS	Associação dos Municípios do Baixo Sul do Estado da Bahia
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
AWSA	<i>American Woman Suggrage Association</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Companhia de Ação Regional
CATE	Centro de Atividades e Treinamentos Esportivos
CEDAW	Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CGU	Controladoria Geral da União
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREASI	Centro de Referência Estadual de Atenção à Saúde do Idoso
CRM	Conselho Regional de Medicina
DEM	Partido Democrata
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DUDH	Declaração Universal de Direito Humanos
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FNP	Frente Nacional de Prefeitos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
I PNPM	1º Plano Nacional de Política para as Mulheres
IBAM	Instituto de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCPR	Pactos Internacionais obre Direitos Cíveis e Políticos
ICESCR	Direitos Econômicos Sociais e Culturais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFBA	Instituto Federal da Bahia
II PNPM	2º Plano Nacional de Política para as Mulheres
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPU	<i>Inter-Parliamentary Union</i>

LGBTTTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NAWSA	<i>National American Woman's Suffrage Association</i>
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero
NPEJI	Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Cultura, Identidade e Cidadania
NWSA	<i>National Woman Suffrage Association</i>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido de Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPD	Partido Popular Democrático
PPS	Partido Popular Socialista
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PR	Partido da República
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSF	Programa Saúde da Família
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PV	Partido Verde
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia

SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SPM	Secretaria de Política para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNGC	Pacto Global das Nações Unidas
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
UPB	União dos Municípios da Bahia
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

Siglas que representam as Prefeitas entrevistadas

PSD - RAF – GPIM – SOB – FARY – CDSN – MJAM – AGDF – SDLS – LDG –
 CBSM – JMQM – SCMJ – CLG – SCCR – YRMT – PAW – VALA – CCGO – SSSI –
 NQI – MLL – AAI – BSSM – SNFM – MROR – PSTEM – SVCC – SMSAM – SPMT
 – VGRS – CCSAM – SSR – PAVR

Lista de Quadros

Quadro 1 – Prefeitas pesquisadas com dados pessoais e da campanha eleitoral, 2008-----	52
Quadro 2 – Lema da campanha eleitoral das prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 2008-----	228

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Dados sobre a condição econômica das prefeitas eleitas, 2008-----	153
Gráfico 2 – Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia – Autodeclaração de raça/etnia-----	154
Gráfico 3 – Estado civil das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2008-----	165
Gráfico 4 – Quantidade de filhos(as) das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 2008-2012-----	173
Gráfico 5 – Escolaridade das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2008 – 2012	180
Gráfico 6 - Profissão das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2008-----	181

Gráfico 7 – Cargo/condição ocupada antes de se eleger Prefeita, 2008-----	183
Gráfico 8 - Idade das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2012-----	198
Gráfico 9 – Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 1936 – 2012-----	220
Gráfico 10 – Municípios do Estado da Bahia que elegeram Prefeitas, 1936 – 2012-----	222
Gráfico 11 – Municípios do Estado da Bahia que elegeram mais Prefeitas, 1936 – 2012-	223
Gráfico 12 – Partido das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 1936 – 2012-----	224
Gráfico 13 – Partido das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 2008 – 2012-----	227

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS -----		23
1	ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS DO OBJETO DE PESQUISA -----	29
1.1	A tessitura da tese, as questões geradoras, a literatura e a distribuição dos capítulos -----	31
1.2	Técnicas – os percursos e o delineamento do objeto de pesquisa-----	37
1.3	Metodologia - o caminho percorrido: sujeitos, conjunturas e contextos-----	49
1.4	Histórias e genealogias de famílias: um exercício de contextualização social---	54
1.5	Conceituando as representações sociais e políticas----	57
1.6	A (in)visibilidade das mulheres (também) na filosofia política-----	62
2	MATIZES DE HISTÓRIAS: PASSADO E CONTEMPORANEIDADE, ONDE AS MULHERES FORAM/SÃO SUJEITOS? -----	67
2.1	A conquista do voto no Brasil: oitenta anos se passaram-----	73
2.2	Os estudos sobre as mulheres na política: revisando a literatura -----	80
2.3	Movimentos Feministas e de Mulheres: categorias para se entender o sentido da participação das mulheres -----	90
2.4	A conquista da cidadania feminina: um percurso de longa duração-----	98
2.5	O poder e o em(poder)amento: cruzando fronteiras conceituais-----	101
2.6	Violência e Direitos Humanos: a responsabilização frente aos problemas da humanidade-----	106
3	PENSAMENTO POLÍTICO: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS -----	112
3.1	Democracia: os paradoxos da igualdade e liberdade no “campo político”-----	117
3.2	As esferas pública e privada -----	123
3.3	Os impulsos da consciência de si e para si-----	125
3.4	Políticas públicas com enfoque de gênero: o reconhecimento do Estado -----	133
3.5	Tradições, elites: capitais familiar e político -----	142
4	A VIDA COMO ELA É: CENÁRIOS, SUJEITOS, APROXIMAÇÕES E TRAJETÓRIAS -----	149
4.1	Percursos e fragmentos de histórias de vidas: algumas reminiscências-----	152
4.2	O legado familiar e a vinculação entre seus membros: pais e mães-----	159
4.3	Maridos e companheiros: cooperação e/ou obstáculos?-----	165
4.4	Os filhos sob o olhar das mães - feitas: razões e práticas cotidianas-----	172
4.5	Entre o caminho e o caminhar: educação e carreira pessoal, profissional e política-----	180
4.6	Espaço de poder esvaziados e outras fontes de batalha: violências-----	210
5	A VIDA PÚBLICA: A PRÁXIS NA POLÍTICA REPRESENTATIVA LOCAL -----	219
5.1	As candidaturas: enfrentamentos, estratégias e obstáculos em disputas eleitorais -----	226
5.2	A administração pública local: resistência e desafios para além do ingresso----	247

5.3	Gestão: as possibilidades de ação e atitudes que atendam a coletividade -----	265
5.4	Entre o público e o privado: o longo caminho das mulheres na política-----	283
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----		299
FONTES PRIMÁRIAS-----		312
REFERÊNCIAS		
	I – Livros e capítulos-----	315
	II - Artigos-----	324
	III – Teses e Dissertações-----	333
	IV – <i>Sites</i> -----	334
APÊNDICES-----		335
	A) Termo de Consentimento para participação em pesquisa-----	336
	B) Roteiro da entrevista aberta estruturada por tópicos temáticos-----	337
	C) Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2008 - 2012-----	338
	D) Mapa do Estado da Bahia – Municípios administrados por Prefeitas 2008- 2012 e divisão por “Território de Identidade”-----	340
	E) Prefeitas (ilustração)-----	342
	F) Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 1936 - 2012 -----	343
	G) Cronologia do Movimento Sufragista-----	349
	H) Marco legal nacional e internacional-----	350
ANEXOS-----		355
	A) Partidos dos principais partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)-----	356
	B) Código Eleitoral de 1932-----	357
CRÉDITOS DA AUTORA-----		358

*Mietta Santiago
loura poeta bacharel
Conquista, por sentença de Juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até Presidente da República,
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremarem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba.*

Carlos Drummond de Andrade¹

¹ Mietta Santiago (pseudônimo de Maria Ernestina Carneiro Santiago de Souza), mineira educada na Europa, com 20 anos retornou do Velho Mundo e descobriu, em 1928, que o veto ao sufrágio das mulheres contrariava o artigo 70 da Constituição Brasileira de 24 de fevereiro 1891, então em vigor. Com garantia de sentença judicial (fato inédito no país), proferida em Mandado de Segurança, conquistou o direito de votar. O que de fato fez com consciência e autodeterminação, votando em si mesma para uma vaga de deputada federal. Carlos Drummond de Andrade, impressionado com a conquista do voto feminino, dedicou a Mietta o poema “Mulher Eleitora”. Disponível em: <<http://berzoini.org/site/?p=1049>>. Acesso em: 20 agosto 2012.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Certamente ainda somos conscientes de que o pensamento requer não só inteligência e profundidade, mas sobretudo coragem.

Hannah Arendt, 2008.

Antes de iniciar a descrição acerca da atual analogia existente entre famílias, política e relações de gênero, aponto os percursos trilhados e a lógica empreendida na tessitura desta tese, inclusive a motivação para este intento, estabelecendo as análises científicas com as histórias de vida e de famílias da pesquisadora e pesquisadas. O público e o privado se mesclam, percorrendo questões geradoras, leituras, escritura e ética. Julguei indispensável apresentar brevemente as preocupações e as orientações que me conduziram na ordenação da pesquisa e nas minhas reflexões. Isso porque a razão de ser deste trabalho não está inteiramente no cerne do seu campo de estudo: as famílias como objeto propriamente dito. Reside em um persistente interesse em fugir da representação de uma vida social reduzida aos efeitos de uma dominação que torna *a priori* impossível a formação de sujeitos² e movimentos sociais, aos quais as famílias estão subjacentes e por elas passam todos esses argumentos indiretamente. Uma “vontade de potência”, parafraseando Friedrich Nietzsche, para além da essência, do descritivo, vislumbrar a necessidade de mudanças, famílias e gêneros, compreendidas como categorias relacionais, refletindo a ideia de abordagem na convivência humana e para além da sua aplicação ao natural/essencial e biológico.

Esta tese, no fundo, me traz aquilo que procurei e não tive condições de responder no mestrado: a confirmação de que as mulheres, diferentemente da maioria dos estudos que falam por ou sobre elas, não estão preocupadas em imitar os homens e mostrar suas capacidades; pelo contrário, se inquietam em fazer o que acreditam, sobretudo, tentativas de melhorar a vida das

² Conforme Lafer (2008, p. 293), “ninguém é o autor de sua própria vida, mas sim seu sujeito – na dupla acepção da palavra. Toda vida humana compreendida entre o nascimento e a morte, constitui uma história que se inscreve na História – livro de muitos atores e narradores, mas sem autores tangíveis”.

pessoas de seus municípios³, além de objetivar cumprir suas promessas de campanhas, principalmente empreender um trabalho de qualidade nos espaços que governam, embora se exigem esforços e respaldo para além de cotas e marcos legais, nos campos de tensões e lutas nos territórios conquistados. Carecem de atuações e construções quase que imediatas e cotidianas, ao mesmo tempo em que ranços e avanços se constituem e reforçam o processo do devir histórico.

Esta investigação tem origem, ao menos, em três motivos: preocupações acadêmicas, profissionais e pessoais. A inquietação de pesquisadora se justifica pela realização de um estudo anterior, no qual algumas questões foram levantadas e auferidas, mas muitas outras emergiram e pediram aprofundamento para compreender aspectos fundamentais do sistema político, das famílias, das esferas privada e pública e do papel da emancipação das mulheres – um segmento da Humanidade nunca antes autorizado a mostrar-se na vida pública, pelo menos até a metade do século XX, por advir de uma cultura patriarcal, na qual foram relegadas ao espaço privado, da casa e da família (SARTI, 1989).

Submersa nesse mundo e buscando compreender alguns aspectos intrínsecos à atuação das mulheres, comecei a reflexão no ano de 2007 (BARBOSA, 2008), quando do curso de Mestrado em uma vertente pautada em revisão historiográfica e com aproximações com o empírico neste Programa Interdisciplinar de Família na Sociedade Contemporânea, mas muito ficou apenas no descritivo. Demonstrar minuciosamente o cenário não basta, os interditos e as lacunas que faltam nos estudos sobre a temática valem um aprofundamento na tentativa de compreender o processo de ruptura com esse campo compacto e verificar, na práxis⁴ de mulheres que adentraram no “campo político”⁵, os processos de conscientização em atuar publicamente e exercer a cidadania, sem simplesmente promover a reprodução do sistema existente. Em referência à dissertação, trazem-se excertos teóricos e discussões científicas sobre o eixo temático, no intuito de demonstrar que o trabalho feito à época propiciou novos questionamentos

³ Espaço onde a pessoa nasce, aprende, exercita, brinca, cresce, estuda, sofre, trabalha, constitui família, envelhece, adoce e morre. O lugar concreto do exercício da vivência cotidiana e da cidadania, que perpassa pelos anos vividos, constituindo territórios de identidades arraigadas nas relações tecidas durante a maior parte do tempo.

⁴ Para Marx (1982), é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. Pode ser compreendida também como relação direta entre os seres humanos e a natureza, que ao transformá-la pelo trabalho, transforma-se a si mesmo, ou seja, constitui a ação que permite às pessoas serem protagonistas de suas ações e ao seu mundo de forma livre e autônoma.

⁵ Sobre o conceito de “campo político” ver Capítulo 3.1 deste texto.

que, somados a outras experiências e vivências práticas e acadêmicas, culminaram neste anseio de entendimento da atual correlação existente entre a teoria e a prática cotidiana. Um exercício “continuum” e que revela o fio condutor dessa minha trajetória.

Por muito tempo trabalhei com políticos(as) e me instiga também o fato de o “campo político” (BOURDIEU, 2011, p. 198) ser fechado e apresentar conveniências em sua perpetuação, como a “expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los”. Bourdieu explica o fato de enunciar a lei dessas relações sob a forma de uma constatação que é possível o efeito de como encorajar pessoas que possuem um sentimento de exclusão a se sentirem legitimadas, além de proporcionar o favorecimento de uma tomada de consciência dessa ruptura e de sua ilegitimidade, de seu caráter arbitrário e, com isso, provocar algum tipo de mobilização para demolir essa fronteira.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa baseou-se na experiência da autora no desenvolvimento de atividades profissionais como funcionária da União dos Municípios da Bahia (UPB), desde 1996, com um intervalo de três anos, tendo observado desde o início de sua atuação profissional o comportamento e a atuação das exíguas prefeituras municipais⁶. Dessa forma, surgiu a necessidade de compreender problemas arraigados cultural e historicamente na política local, daí a busca por aprofundamento de conhecimentos sobre o tema, pois tornou-se frequente objeto dos debates a situação da ínfima presença das mulheres nos espaços de poder, especialmente no contexto da política representativa nos municípios do Estado da Bahia. Pretende, com isto, contribuir com o estudo realizado para a efetividade das políticas públicas apontadas na legislação eleitoral, sobretudo com o sistema de cotas⁷, mediante o aprofundamento do estudo das relações de gênero, famílias e poder relacionadas à temática.

Ainda que esteja ciente de que nenhum trabalho acadêmico, por si só, tenha o poder de transformação dos problemas sociais, abriga em minha pessoa o desejo e a esperança de que estas reflexões possam contribuir para uma compreensão melhor do fenômeno. Ademais, que conduza à inserção das mulheres nos espaços de decisão política. Afinal é uma forma de garantir a democracia e receber contribuições de todas as pessoas que, por ventura, tenham algo para colaborar com a sociedade, tão carente de agentes políticos que realmente prestem serviços

⁶ Os cargos de prefeito e “sub-prefeito” foram criados no Brasil, “inicialmente em São Paulo (lei de 11 de abril de 1835) e depois infiltrados no nordeste, se superpõem ao tosco colegiado das ordenações, mantido na lei de 1828” (FAORO, 1998, p. 317)

⁷ Lei que institui o voto feminino no Brasil, além das leis 9.100/95, 9.504/97 e 12.034/2009.

eficazes à coletividade, como fato culturalmente admissível.

Outra questão é a forma como as prerrogativas de gênero perpassam por interesses pessoais e familiares na participação pública. Perturba-me o fato de as mulheres serem vistas de forma paradoxal nos espaços privados e públicos. Há quem acredite que aquelas que saem do “conforto” de seu cotidiano com duplas jornadas, chefia familiar⁸, investidas de enfrentamento para a superação da imagem criada, para se aventurar na política são pessoas ambiciosas e obcecadas pelo poder e deixam a família em segundo plano, como se fosse algo proibido. Por outro lado, é possível verificar a possibilidade de serem pessoas comuns que acreditam que podem sensibilizar-se e responsabilizar-se pelos problemas alheios, sem a permanência do papel/função⁹ representativo/a que confirma a ideia de cuidadora natural.

Na contemporaneidade, “mulheres com frequência assumem todos os encargos da parentalidade, associando tarefas de sustento e tarefas de cuidado” (CARVALHO; CAVALCANTI, 2008, p. 9). A ideia é que são categorias relacionais e de múltipla referencialidade e demandam junção, em que as partes são interdependentes, como um mosaico que abrange o conjunto de toda uma narrativa para se formar, de maneira que cada parte torna-se dependente da outra.

É possível não encontrar respostas exatas a esses questionamentos, a tarefa é comprometer-se em desprender e desvelar a essência dos fatos e acontecimentos atrelados aos pressupostos teóricos, metodológicos e históricos para compreender e minimizar as inquietações e transformá-las em outras à medida que vão sendo alvo de observação, análise e crítica. Vários aspectos confluíram e podem ser como pertinentes motivadores para a presente tese, dentre eles, a participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI), da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Pode-se ressaltar como representativo dessa aproximação, o interesse em apreender a formulação conceitual de representações sociais e políticas como construtos pertinentes e

⁸ De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2001 e 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase vinte e dois milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino (IPEA, 2009).

⁹ “Entende-se a divisão sexual do trabalho com a correlata diferenciação de dois âmbitos, o mundo do público, da razão, da igualdade – pelo menos perante a lei –, e o mundo do doméstico, que é o mundo das necessidades corporais, de se alimentar, descansar, sexuais e afetivas (apoio emocional) satisfeitas pelas tarefas femininas do cuidado”. (PILEO, 2004, p. 18)

necessários para o entendimento das relações sociais, políticas, familiares e de gênero, em busca da emancipação social e subjetiva das mulheres na esfera pública.

O estudo faz um aprofundamento de procedimentos teórico-metodológicos, com levantamento de questões e proposições originais a serem investigadas, não se limitando a reproduzir ou difundir o conhecimento existente sobre a transposição das mulheres de atuação exclusiva nos espaços privados da casa e da família para a inserção na esfera pública da política. Procura investigar cuidadosamente uma temática abrangente, além de reconhecer que é essencial o aprofundamento teórico, como também o contato – direto ou indireto – com o mundo empírico.

A interlocução mais sistemática parte da premissa de um processo de produção do conhecimento, com a perspectiva da “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, 2002)¹⁰ e da “humildade científica” (ECO, 2000). A pesquisa se propõe, através da reconstrução do caminho percorrido pelas mulheres que ocupam o cargo executivo, como prefeitas atualmente, gestão 2009-2012, nos municípios do Estado da Bahia, lançar luz sobre os desafios enfrentados. Um olhar sobre o sentido de acesso, produção e práxis cotidiana, combinando os dados teóricos e empíricos com elevada dose crítica. Afinal, um doutoramento busca submeter os trabalhos à crítica, com diálogos e conexões, de forma que os resultados possam trazer algo mais que superficialidade e descrição, além de curiosidade e organização de pensamentos ou concepções individuais ou de um grupo social delimitado. Mas, resultado de informações alavancadas pela pesquisadora, através de análise das situações consistentes do contexto social de forma ordenada, com critérios, criticidade, ademais da praticidade na escolha do tema e nas opções metodológicas.

A proposta é um desdobramento da anterior investigação intitulada “Famílias – pressuposto para a política local: sombra ou alicerce?” (2008). Tendo como objetivo analisar a influência das famílias na política e a inserção das mulheres no poder público local, a partir de um marco teórico que privilegiou a configuração histórica da família brasileira, de base patriarcal¹¹, com parentesco fundado em laços biológicos e sociais e suas especificidades na formação da sociedade contemporânea. Foram entrevistadas mulheres no exercício do cargo de prefeita dos municípios do Estado da Bahia, 2005-2008. Demonstrou-se que, além de lograrem

¹⁰ Na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira e rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2002, p. 14).

¹¹ FREIRE, 2004; DUARTE, 1966; MATTOSO, 1992; LEAL, 1997; FAORO, 1998. Esses autores deram sustentação à dissertação de mestrado (BARBOSA, 2008).

pré-requisitos para a gestão pública, o fato de pertencerem a uma rede de alianças familiares, possuírem laços de parentesco e/ou descenderem de ancestrais políticos, favorecendo, sobremaneira, a inserção de várias delas na esfera pública local. Por fim, discutiu-se sobre a percepção das prefeitas em relação às suas redes familiares e trajetórias individuais no âmbito da esfera privada e pública. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível verificar questões diversas que merecem aprofundamento mais consistente, sobretudo o caminho, o percurso feito por elas para se chegar ao poder político, objeto aqui proposto.

A ação no espaço público é o que legitima a cidadania, e, falar sobre, pressupõe devolver a dignidade do termo à intervenção política. Sobretudo, quando se constata ser cidadã quem participa da coisa pública, intervém e se compromete com o rumo de vida dos membros de sua família, comunidade, município, estado e país ao qual pertence. Optando e/ou exercendo o direito e o dever de eleger e ser eleita para cargos de representatividade. Devido à escassez das mulheres nos cargos políticos, é provável os questionamentos acerca de suas participações políticas em situação de equidade. Para alguns, são vistas às situações de indivíduos com dificuldades de opinar e decidir. Dessa forma, para conhecer o pensamento e a experiência vivida pelas mulheres, fui verificar *in loco*, através de uma elementar postura de observadora e ouvinte.

CAPÍTULO 1

ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS SOBRE O OBJETO DE PESQUISA

A objetividade é construída na própria subjetividade da consciência em virtude da intencionalidade.

Hannah Arendt, 2010, p. 63.

As pesquisas sobre as práticas políticas, relações de gênero e comportamentos familiares como objeto de estudo interdisciplinar despertaram interesse das(os) pesquisadoras(es) sociais somente nas últimas décadas. Muitas(os) dessas(es) cientistas têm se debruçado nos estudos relacionados às famílias, direcionando-os ao lócus privado. Com a saída das mulheres da atuação exclusiva na esfera privada e com as transformações nas relações e nas mudanças nos papéis de gênero, surgiram novas demandas em fenômenos sociais específicos. “O movimento de modernização da vida privada, bem como a maior inserção das mulheres na vida pública, tiveram inegável impacto na estrutura de desigualdades que configuram as relações sociais de gênero, primeiramente (re)produzidas na família” (INGLEZ, 2007, p. 351).

A leitura da obra de Arendt permitiu três fases em sua trajetória, que traz subsídios para se pensar questões subjacentes a esta tese. Na primeira, os regimes políticos, sobretudo os totalitários. Em sua reflexão sobre o totalitarismo, mostrou que esses sistemas “tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará a realidade concreta” (ARENDR, 2007, p. 124). O processo da ação passa a ter lógica em um mundo criado a partir de dada realidade, com normas específicas próprias e correndo-se o risco de não se atentar para a ética universal. O totalitarismo visto como uma forma de dominação “que representa a destruição do político, na medida em que a experiência fundamental que subjaz a ela é profundamente antipolítica” (CORREIA, 2010, p. 15).

Em outro trabalho de continuidade a este tema, sobre o julgamento de *Eichman em Jerusalém*, Arendt (1999) verificou o quanto a burocracia aliada a um governo autoritário tende a colaborar com pessoas que possuem uma personalidade com tendências à maldade. Nesse “solo

fértil”, encontram-se as possibilidades necessárias para se cumprirem as ordens, apesar de ser contra a ética preponderante que é a dos Direitos Humanos para todas as pessoas, independentemente de suas condições de nacionalidade, raça/etnia, classe, opção religiosa, estendendo um pouco mais para as questões do tempo presente, acrescentando-se gênero, partido político e ideologia.

Na segunda fase de suas análises, quando traz à baila a “condição humana” e a previsão da política com bases filosóficas em que adentra nas ideias dos filósofos clássicos, na condição do humano e sua prática, seu propósito não foi fornecer respostas teóricas para os problemas atuais, mas, sim, “uma reconsideração da condição humana do ponto de vista privilegiado de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes [...]”; O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se de pensar o que estamos fazendo”. Para ajudar a pensar sobre a prática, a autora definiu três atividades centrais às condições básicas da vida humana: o trabalho, a obra e a ação. O trabalho é a tarefa rotineira e de todas as pessoas, corresponde ao processo biológico para manter a vida, ou seja, corresponde ao manter-se viva(o). A obra corresponde à modificação do mundo natural em artifícios para facilitar a vida, modificando a natureza. A ação realiza-se na pluralidade, na atividade que ocorre entre as pessoas; portanto, a “ação é atividade política por excelência” (ARENDDT, 2010b, p. 6 e 10).

Por fim, na terceira fase, quando dedica-se ao “pensar, querer e julgar”, culminando em uma perspectiva filosófica e reflexiva para se pensar “no que estamos fazendo”. Através da reflexão política, trouxe fundamentos para se compreender as questões deste trabalho de pesquisa, transversalmente da utilização de seus pressupostos teóricos, filosóficos e metodológicos que reflete sobre a política no tempo presente embasada na “tradição” do pensamento político em territórios e regimes diferenciados. A tradição se esfacelou e, com isso, houve uma perda e dificuldade de discernimento: “a ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior” (ARENDDT, 2007, p. 54).

Mostrou a visão dos seres humanos em “tempos sombrios”, a lacuna existente entre o “passado e futuro” e as “crises da república” na qual reflete sobre a mentira na política, a desobediência civil, a violência e a revolução, culminando com a perspectiva de que “em todas as repúblicas com governos representativos, o poder emana do povo” (ARENDDT, 2008, p. 192).

No campo educacional, fez uma crítica à crise global atingindo a educação. Nesse ínterim, ressaltou a perda da autoridade, sendo esta importante em processos educacionais que devem acontecer na infância e na fase jovem. No seu ponto de vista, a educação se dá nas diferentes condições de autoridade, entre os pais com os filhos, os professores com os alunos, jamais entre pessoas adultas e em condições de igualdade, como na política. É equivocado pensar que Arendt trata da crise da educação, ela discute a crise na educação, ou seja, a crise dos problemas gerais que atingem a educação. O imprescindível é que as próximas gerações tenham condições de desenvolverem seus potenciais com criatividade, na esperança do surgimento de novas possibilidades no futuro. “Como não se pode educar adultos, a palavra ‘educação’ soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força” (ARENDDT, 2007, p. 225).

1.1 A tessitura da tese, as questões geradoras, a literatura e a distribuição dos capítulos

O pensamento e a obra são duas atividades diferentes que nunca coincidem completamente: o pensador que deseja dar a conhecer ao mundo o ‘conteúdo’ de seus pensamentos deve, antes de tudo, parar de pensar e lembrar-se de seus pensamentos. Neste, como em todos os casos, a lembrança prepara o intangível e o fútil para sua materialização final; é o começo do processo da obra e, como o exame e o artesão faz do modelo que lhe guiará a obra, o seu estágio mais material.

Hannah Arendt, 2010b, p. 112.

A discussão sobre a participação das mulheres na política no contexto atual, historicamente definido na sociedade brasileira, enfrenta um conjunto de questões nem sempre fáceis de serem relacionadas. Traçar o planejamento como caminho para a cientificidade e demonstrar o espaço percorrido para as diversas partes constituintes do processo em que as escolhas levam aos determinados fins é o objetivo deste capítulo. Nesse sentido, o propósito inicial é expor as questões do objeto de estudo, discutir os conceitos postos e esclarecer sobre a estruturação da tese que envolve determinado contexto, compondo da anterior introdução intitulada de considerações iniciais, onde foi inserida uma breve explanação sobre o trabalho e sua contextualização.

A investigação não se propõe ser simples, pois as entrevistas são longas e abertas, sendo permitido que as informantes possam expressar sentimentos, histórias de vida e de suas famílias,

trajetórias individuais, bandeiras desfraldadas, projetos, políticas públicas implantadas e trabalho realizado. Por conta dessas especificidades, a pesquisa se configura em um estudo de caso e será detalhado mais adiante na metodologia.

Proponho uma reflexão sobre como as mulheres que se inseriram na política local lidam com as contradições dos mundos privado e público. O objeto de estudo do presente trabalho não se limita à atuação das mulheres na política, mas a transposição, o caminho que percorrem em um momento de ruptura de papeis, ou seja, como saem da atuação exclusiva na esfera privada doméstica e familiar e se introduzem no desempenho de atribuições na esfera pública através da política representativa. O pressuposto é que, apesar da possibilidade de atuarem livremente nas esferas privada e pública, serem chefes de famílias, entre outras conquistas, encontram obstáculos, sofrem discriminações, mas também discriminam quando estão em lados opostos. Nesta linha, as questões geradoras a serem investigadas são orientadas pelas perguntas: Como chegaram ao cargo na política representativa local?; Será que o fato de haver representações femininas na política nos últimos anos vem de um processo de autonomia, tomada de consciência e “empoderamento”¹² ou vivem os dilemas da reprodução social?; Aquelas que enfrentam os desafios conseguem reconhecer que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade, sobretudo mulheres e crianças, utilizando suas influências para promover melhorias em suas vidas cotidianas?; Hasteiam bandeiras acerca dos Direitos Humanos e que interfiram diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais?; Será que buscam transformar práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero, com consciência e exercício da cidadania, nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação?; A “douta ignorância” e a “ecologia dos saberes”¹³ (SANTOS, 2010) são utilizadas para um germinar das ações afirmativas?

Com o intuito de investigar estas questões elencadas, este estudo busca identificar nas mulheres suas representações sociais e políticas. O problema da investigação é compreender aspectos fundamentais das relações familiares, sociais e de gênero que norteiam o sistema

¹² Em português, a palavra “empoderamento” é um neologismo oriundo da expressão inglesa *empowerment* que deve ultrapassar o sentido de “dar poder” para a conquista do poder.

¹³ Refere-se aos saberes que tenham legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, considerando que todo conhecimento e toda ignorância são parciais: do “princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e disputa entre diferentes saberes” (SANTOS, 2010, p. 16).

democrático sobre o qual se baseiam as instituições políticas. Com o propósito de ultrapassar a visão essencializada e naturalizada do papel feminino no espaço político, este estudo tem como objetivo geral analisar como se dão as relações entre o público e o privado das mulheres que atuam na política, com a perspectiva de compreender como elaboram a consciência de si e para si. Por consciência, entende-se a racional, moral, mental, material e das coisas cotidianas. Define a humanidade do ser humano e não se limita à ética, mas se refere também as avaliações de conduta que leva a tomar as decisões, agir em conformidade e responder por elas perante os outros. A consciência de si está relacionada à formação da identidade pessoal e significa um estado de presença consciente, de observação ampla e alerta dos problemas históricos e culturais, incluindo aqueles dos quais as mulheres foram vítimas e se mantiveram invisibilizadas e em funções de subalternidade até os dias atuais. Consoante ao conceito de Arendt (2010, p. 36): “O que usualmente chamamos de ‘consciência’, o fato de que estou cômico de mim mesmo, e que, portanto, em algum sentido, posso aparecer para mim mesmo”.

De forma específica, pretende compreender como as mulheres investidas de um cargo político na administração local exercem a cidadania nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação; entender se realmente conseguem autonomia e/ou “empoderar-se” no sentido de tomar atitudes e levantar bandeiras de luta contra as segregações, violências e vulnerabilidades; conhecer as trajetórias e motivos que as levaram a inserir no “campo político” e enfrentar os desafios e compensações da esfera pública. Ademais, articular teorias e domínios das Ciências Sociais e Humanas de forma a alargar o campo das reflexões sobre representatividade política e representações sociais, trazendo aspectos científicos e interdisciplinares.

Para desvendar detalhes da participação das mulheres na política, aliou-se a busca das referências historiográficas na literatura e nas percepções sobre as famílias das informantes, as preocupações e os interesses, verificando nesse contexto a construção da representação das mulheres na esfera pública em seus relacionamentos.

O marco referencial abrange a filosofia política, as representações, o poder, as esferas privada e pública, a “política de ideias” e a “política de presença”. Ademais, o “empoderamento” das mulheres, a subjetividade relacionada à consciência de sua atuação na sociedade, os movimentos feministas e femininos, a (re)produção do papel estereotipado e as estratégias de ação das políticas públicas que visam a responsabilizar e incentivar a participação nas instâncias de poder e decisão. Com o uso das entrevistas como instrumento para captação de dados e

informações (Anexo B). Alguns termos necessitam ser explicados, por possuírem significados diversos a depender do contexto. Com a contribuição de Schiebinger (2005, p. 29) “uma ‘mulher’ é um indivíduo específico; ‘gênero’ indica relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens como mulheres’; ‘fêmea’ designa o sexo biológico, ‘feminino’ refere-se a maneirismos idealizados [...] e ‘feminismo’ define uma concepção política”.

De modo a reunir os elementos para abordar satisfatoriamente os objetivos propostos, este trabalho foi organizado em capítulos e tópicos, apêndices e anexos. Estrutura-se com o panorama do debate a ser travado para estar condizente com a estratégia do objeto de estudo. Este primeiro capítulo é composto de forma circunstanciada e descritiva da demonstração das escolhas epistemológicas e teóricas. O caminho da pesquisa é traçado, demonstrando a tessitura da tese, as questões geradoras, a literatura e a distribuição dos capítulos. São descritos os métodos e as técnicas, delimitando sujeitos, conjunturas e contextos. É apresentado parte do cenário de estudo, a população e dados das Prefeitas estudadas, a coleta e o método de análise dos dados (BARDIN, 1977; YIN, 2010), a partir das escolhas epistemológicas e teóricas. Além dos conceitos de história de famílias (CABRAL & LIMA, 2005), representações sociais (MOSCOVICI, 2009), representações políticas (GUSSI, 2009) e filosofia política (ARENDDT, 2010, 2010b, 2007, 2003, 1999, 1995 e 1989). Na sequência, o capítulo envolve discussão, relação entre os conceitos teóricos e metodológicos sobre representações sociais e políticas, com destaque aos familiares nesse sentido – qual seja a instituição família que envolve genealogias e tradições dos sujeitos da pesquisa, sempre com a ressalva da influência desta na vida de seus membros. Essa seção, entretanto, que abarca todo o primeiro capítulo, foi precedida de uma consideração preliminar sobre o lugar de onde fala a pesquisadora e seus pressupostos acerca do assunto.

O segundo capítulo, intitulado “Matizes de histórias: passado e contemporaneidade, onde as mulheres foram/são sujeitos?”. A problemática é exposta com os debates teóricos que fundamentam a elegibilidade de mulheres. É detalhado a conquista do voto feminino no Brasil, a historiografia daquelas atuantes, demonstrando percursos na esfera pública. A revisão historiográfica é dialogada com estudos sobre a temática no Brasil, incluindo alguns estudos similares, percorrendo áreas de interface e conexão entre as produções das Ciências Sociais e Humanas. Os movimentos sociais feministas e femininos e as agendas são discutidos, além da conquista da cidadania feminina no Brasil em entrelace com o cruzamento de fronteiras interdisciplinares. Inclui a responsabilização das mulheres, do ponto de vista da conquista da

cidadania, do “empoderamento” e dos Direitos Humanos, com aspectos preliminares e indicadores.

No encadeamento das ideias, terceiro capítulo recai sobre a questão do pensamento político contemporâneo, procurando demarcar permanências e rupturas. É assinalada a contextualização e a conceituação de categorias que abarcam essa investigação, como a democracia e os paradoxos da igualdade e liberdade no campo político, as esferas privada e pública que ganham uma dimensão para explicar a atuação em ambientes sociais dicotômicos, em que o desempenho das mulheres ganha visibilidade. Aborda questões sobre o sistema político brasileiro, e, posteriormente, analisam-se os impulsos da consciência de si e para si, em uma dinâmica mais interrogativa do que propriamente de respostas conclusivas. Em continuidade, a legislação ocupa espaço quando se faz necessário discutir as políticas públicas e o marco legal existente no Brasil que enfocam gênero, nos quais o Estado reconhece a necessidade de ações para o enfrentamento da problemática da ínfima representatividade de mulheres nas instâncias de poder. Através das tradições e elites familiares: versa sobre o capital familiar e político, como o aspecto do político e do privado se mesclam e o marco clássico das linhagens do antigo regime de herança e tradição (MEYER, 1987) aparece como subjacente ao tema. Destaca-se a genealogia daquelas que vivem a cultura política seguindo ideários e representatividade das famílias como instituição.

No capítulo quatro, a abordagem recai sobre as categorias de análise, onde o estudo empírico aparece com mais rigor e respostas começam a ser delineadas. São expostos os estudos de casos múltiplos com algumas análises processuais, sempre com o princípio da vigilância para não incorrer em julgamentos. Os dados empíricos são adentrados e explicitados. A seguir, o mapeamento das vozes e os discursos aparecem explícitos e implícitos nas linhas e entrelinhas. O cotidiano¹⁴ é elucidado e o detalhamento das trajetórias, das famílias e do processo de inserção na vida pública é evidenciado. A ênfase recai sobre suas atuações e práxis cotidianas. Entre o caminho e o caminhar são apresentados dados sobre as carreiras pessoais, profissionais e políticas das prefeitas. A vida privada é descortinada e as categorias são explicitadas e discutidas,

¹⁴ Vida cotidiana, entendida aqui na perspectiva desenvolvida por Heller (2011, p. 63), como sendo a vida do ser humano inteiro, que participa cotidianamente com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” os sentidos, as capacidades intelectuais, as habilidades manipulativas, os sentimentos, as paixões, as ideias, a ideologia, sendo partes orgânicas da vida cotidiana, a organização do trabalho e a vida privada, o lazer e o descanso, a atividade social sistematizada.

evidenciando membros das famílias, os espaços de poder, as violências e frentes de batalhas na administração pública local.

No quinto capítulo, é evidenciada a práxis na esfera pública e na política representativa local. As vivências no processo das candidaturas são dialogadas, demonstrando enfrentamentos, estratégias e obstáculos nas disputas. A administração pública é visualizada para além do ingresso e as possibilidades de ação através de políticas públicas implantadas e exemplificadas nas cidades que representam. A construção das representações sociais é descortinada e as mulheres falam de suas percepções e trajetórias, entre o privado e o público, no longo caminho percorrido.

Após o exame de todas as categorias, é exposta a compreensão da realidade e as representações obtidas através das entrevistas, além de investigar com meticulosidade a relação entre suas opiniões e a respeito de suas atuações e a bibliografia existente. Conforme Arendt (2008, p. 331), “o resultado da compreensão é o significado, a que damos origem no próprio processo de viver, na medida em que tentamos nos conciliar com o que fazemos e sofremos”.

O desejo de “atuar politicamente é o anseio daqueles que pensam com seriedade; no entanto, não existe uma receita geral, salvo a necessidade de compreender a própria responsabilidade” (HORKHEIMER, 2011). Através dos dados se dá subjacente a quatro categorias principais e relacionais: as representações das mulheres na política e suas nuances na esfera social; o discurso e a práxis a partir do ponto de vista do sujeito; a forma como elabora suas atividades; e como as famílias como variáveis subjacentes aos comportamentos dos indivíduos influenciam suas práticas e as relações de gênero são vividas e percebidas. As duas últimas categorias são usadas como relacionais.

Ao concluir a apresentação dos dados da pesquisa, que são oriundos dessa construção ou obtidos através de estudos e reflexões de outras pessoas, sejam pesquisadoras(es) ou integrantes do mundo social e empírico, são feitas interpretações sobre o que dizem as informantes ou o que elas pretendem dizer e, depois, são sistematizadas, através de significados e relações lógicas. Em considerações finais, a tese traz à tona algumas respostas aos questionamentos iniciais e às questões da pesquisa e sínteses possíveis, no qual o foco recai na análise das variáveis a partir do objetivo proposto. Na dúvida, se as mulheres serão o diferencial e se elas farão a diferença, não se sabe. Percebe-se que mudam algo no micro espaço em que atuam, embora nem sempre conseguem influenciar diretamente e mudar as administrações, tornando-as bem sucedidas. Por

fim, são elencadas as fontes, referências, apêndices e anexos utilizados de maneira a explicitar tecnicamente os instrumentos utilizados na tessitura do texto.

Vale salientar que, nos apêndices, são catalogadas todas as prefeitas municipais que tomaram posse nos municípios baianos, inclusive as que se elegeram neste ano de 2012,¹⁵ para os próximos quatro anos. Como principal benefício do desenvolvimento desta pesquisa, destaca-se a importância de complementar os resultados obtidos na pesquisa anterior, em um desdobramento que reflita maior profundidade. Espera-se mostrar, sobretudo, o rompimento do discurso de que as coisas são dessa maneira e assim deverão prevalecer. Ademais, constatar que as mulheres poderão ser protagonistas, com erros e acertos, mas imbricadas em contribuir com os rumos da sociedade.

1.2 Técnicas: os percursos da pesquisa e delineamento do objeto de estudo

Não se pode inaugurar um mundo novo sem palavras e formas novas.

Fina Birulés, 2006.

A técnica escolhida foi a entrevista aberta, ferramenta que se insere, como um meio de coleta dos fatos relatados pelas prefeitas, como sujeitos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que foi focalizada, além de ser um procedimento muito usual no trabalho de campo realizado pelas Ciências Sociais, por permitir à pesquisadora obter uma gama de informações contidas nas falas. Um fator relevante para o uso da entrevista, como técnica de investigação científica, encontra-se no fato de que ela permite, através do discurso, a revelação de dados objetivos e subjetivos e inclui sistemas de valores.

A narrativa, a escuta das palavras e o esforço da pesquisadora fez com que as participantes explicitassem suas experiências, ideias, esperanças e sofrimentos, construindo o essencial da investigação. No entanto, considerando o perfil das entrevistadas, o perigo de sair do foco e extrapolar em questões alheias ao interesse do projeto de estudo é possível, nesse sentido

¹⁵ As sessenta e quatro prefeitas eleitas nos municípios do Estado da Bahia em 2012 serão empossadas em 01 de janeiro de 2013, para o período 2013-2016.

optou-se por um direcionamento nas perguntas, conforme roteiro semi estruturado de entrevista aberta, ou seja, um roteiro proposto *a priori* (Apêndice B). Consoante Bourdieu (2002, p. 55), “quando não são controladas as pressuposições implícitas e, nesse caso, os sujeitos sociais estão igualmente predispostos a falar de todas as coisas e, antes de tudo, de si próprios”. Entretanto, muitas questões sobre si mesmas foram aceitas por atender aos pressupostos dessa investigação em compreender as perspectivas de cada entrevistada em relação às suas representações sociais e políticas, mediadas por redes familiares e ações na esfera pública.

As narrativas construídas na relação entre entrevistadas e entrevistadora foram além do individual e transmitiram as representações individuais sob condições culturais, sociais e históricas. Quanto à representatividade da fala familiar, para compreender e generalizar as descobertas para um contexto mais amplo, o discurso de um sujeito representa a voz de muitos, porque está submetida a um conjunto de normas comuns aos seus pares (MINAYO, 2004). Através deste procedimento, podem-se obter dados subjetivos que se relacionam com os valores, atitudes e concepções das entrevistadas.

Camphenoudt & Quivy (1998) caracterizam a entrevista pelo contato direto entre a investigadora e suas interlocutoras e por diretividade da pesquisadora. Através de perguntas e reações, a entrevistadora facilita a expressão do sujeito-objeto da pesquisa, evitando o afastamento dos objetivos propostos e consentindo a expressão de autenticidade e de profundidade. Em entrevistas dessa natureza, as questões seguem uma formulação flexível e a sequência fica por conta dos discursos dos sujeitos da dinâmica que acontece, espontaneamente, no bojo da memória, da fala e escrita. As questões, nesse caso, são abertas e devem “evocar” ou “suscitar” uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das prefeitas face aos temas focalizados; frequentemente, elas incluem dados a respeito de uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos que elucidam as representações sociais.

A elaboração do roteiro para o encontro destinado às prefeitas partiu de interrogações pessoais, indicadas nos objetivos deste estudo e de pesquisas realizadas na literatura disponível sobre as mulheres na vida privada e pública, relacionadas a casa, à família e ao seu papel e atuação na administração pública política, passando por nova roupagem no rol das atividades permitidas a elas na contemporaneidade, considerando que somente em 1932 foi aceita a participação delas no processo eleitoral. É evidente que aspectos que compõem suas vidas são

questionados para contextualizar a prática cotidiana e o teor de suas memórias em consonância com as questões de interesse da pesquisa.

As entrevistas inserem-se na tradição dos diálogos socráticos, que, com base na maiêutica¹⁶, representavam um exercício prático que visava o aperfeiçoamento da comunicação, no qual se educava a capacidade de ouvir e se esclareciam os encontros. O conceito de diálogo relaciona-se com o desejo de ouvir e ser ouvido, mas também de falar seriamente, lealmente e francamente. Além da propensão de escutar, cada entrevista foi vivida como um encontro enriquecedor. A atitude de tomar conhecimento foi necessária e nela reside o segredo do diálogo bem-sucedido, que é um caminho de aprendizado e do encontro. Muitas vezes, “o diálogo sem som que cada um mantém consigo mesmo - serve apenas para abrir os olhos do espírito; e mesmo o *nous*¹⁷ aristotélico é um órgão para ver e contemplar a verdade” (ARENDDT, 2010, p. 21). O escutar as palavras ditas e as não ditas fornecem meios para a compreensão.

Procurou-se não somente ouvir, mas pensar e apreender. A ideia do diálogo exige abertura às exegeses e às interpretações de outros pontos de vista. Um dos objetivos, no caso específico de cada entrevista, foi o de preservar a espontaneidade que lhes é característica, acompanhar ao vivo os meandros do pensamento de todas as protagonistas; em outras palavras, ouvir a voz viva. Nas entrevistas, agrupadas e guiadas pela experiência fundamental, que consiste em ser escutado sem reservas pela outra pessoa, o essencial foi a capacidade de ouvir e, sobretudo, pela relação com esse público na vida profissional. A escuta empática, tal como foi praticada nessas entrevistas, tem sempre um caráter ativo, considerando que no cenário “íntimo” a política se faz presente. À medida que insere sentido no que foi escutado, o processo da resposta transforma-se de maneira natural. Nesta acepção, a audição, no sentido mais profundo de despir-se do que é conhecido para escutar, pode colocar em ação uma força intelectual e uma criatividade surpreendentes, onde resguarda uma energia transformadora. A escrita, sem preconceitos, o discurso produtivo, exploratório, foram condições indispensáveis. Entrementes,

¹⁶ A ideia da Maiêutica remete à filosofia grega, em que Sócrates, no século IV a. C., e tem o sentido de “dar a luz”, e a compara com a função da parteira que ajuda no trabalho do parto. Através da dúvida, a pessoa é estimulada a pensar e a buscar soluções para as próprias questões que formula, por mais simples que sejam, surgindo daí ideias complexas. Seu pressuposto é o de que o conhecimento é latente na mente humana, podendo ser encontrado pelas respostas e perguntas propostas de forma perspicaz. A autorreflexão, expressa e no conhecimento de si, conforme a expressão do filósofo, “conhece-te a ti mesmo”, insere a criatura humana no caminho para o aprendizado coerente. Platão foi o maior difusor da ideia através, especialmente, de seus Diálogos.

¹⁷ Termo utilizado por Aristóteles para descrever a forma de percepção, podendo ser também compreendida como pensamento.

os sentidos transformados em técnica para coleta e aproximação com os sujeitos históricos atuantes e definidores de uma trama contemporânea de longa duração.

O contexto etimológico permitiu progredir na compreensão da essência do diálogo tal como é expresso neste trabalho. A noção de “diálogo” é derivada da palavra grega *diálogos*. Aqui, *logos* define a palavra, mas também o sentido desta; significado e significante, texto e contexto. Quanto ao prefixo *diá*, ele não significa “dois”, mas sim “através de” e “por”, uma remissão que transcende o sentido de ouvir o outro para pensar junto. Nesta circunstância, ninguém tenta ganhar, como acontece em uma disputa e até mesmo em uma discussão. Os diálogos reunidos neste trabalho focalizavam-se no processo de pensamento que serviram de base para as suposições e as opiniões, e não manifestação de ideias em si mesmas, colaborando em transformar o desdobramento coletivo do pensamento. Foi a ele, como tal, que foi dirigida a atenção. A partir da posição do pensamento intelectual, avançou-se em direção a um processo de reflexão comum, com base na ideia de que, do ponto de vista da História, uma grande parte do pensamento é sempre de origem coletiva, mesmo a linguagem humana o fruto de uma ação coletiva. O indivíduo pode, deste modo, interiorizar a atitude dialógica antes de avaliar e decidir. Dessa forma, cada pensador faz-lhe uma contribuição e obtém sua parte.

Vale ressaltar que discussões com outras(os) pesquisadoras(es), sobretudo em apresentação de trabalhos em seminários, congressos, grupos de trabalhos nacionais e internacionais, presenciais e virtuais, contribuíram para chegar ao roteiro da tese utilizado neste estudo, que contou, inicialmente, com dados de identificação das entrevistadas e, em um segundo momento, com questões a serem relacionadas com o trabalho frente às municipalidades e às concepções de famílias, política, gênero e poder.

Com referência à pesquisa empírica, a organização da coleta de dados e entrevistas com as prefeitas esteve em trâmite desde julho de 2011. Apesar de ter trabalhado com um público semelhante no mestrado: prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, gestão 2004-2008 –, no primeiro momento, foi feito o levantamento do conjunto de pessoas que compõe esse universo, suas mudanças e permanências, bem como caracterização do perfil, filiação partidária, formação, área que atuavam, entre outras. Ademais, com o sistema de reeleição, dezesseis prefeitas vieram de mandato anterior, o que denota uma proximidade com o grupo e com as instituições vinculadas, exigindo um vasculhar, uma vigilância pormenorizada e atenção redobrada e criteriosa para que essas “vozes” também se configurassem como “registros”.

Na segunda etapa, após contatos para a pesquisa e autorização da coleta de dados junto às gestoras convidadas a participar, elas são informadas acerca do trabalho. A autorização é obtida diretamente junto à prefeita que, em alguns casos, alega falta de tempo, postergando a entrevista, inviabilizando-a de imediato ou, até mesmo, adiando-a. Apesar da escolha destes sujeitos ser determinada pela posição que ocupam, a decisão das participantes é motivada pela facilidade de acesso, horário, disponibilidade e convite para a visita ao município, quando a tentativa de um encontro na capital é frustrada e a gestora não aceita ser entrevistada em lugares públicos, escritórios e/ou no hotel em que se hospeda.

Por último, antes de cada entrevista, são reforçadas as informações sobre a pesquisa, ressaltando a possibilidade de manter o caráter sigiloso da identidade e assegurando a confidencialidade, independente da vontade da entrevistada, pois a regra deve prevalecer sobre o conjunto de pessoas. Neste instante, foi apresentado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, cujo modelo se encontra incorporado ao estudo (Apêndice A), solicitando sua assinatura e autorização para a gravação da entrevista, com compromisso de ser apagada após a conclusão e defesa da tese. Caso houvesse recusa quanto à gravação, por parte da prefeita, a entrevista seria transcrita no momento de sua realização, o que não ocorreu. Sendo elucidado ainda que as informações coletadas podem resultar também em publicações de livros, capítulos, artigos, comunicações em congressos, dentre outros, nesse caso podendo ser explícita a identidade das que aprovaram a exposição do nome.

A análise dos dados se deu qualitativamente, cuja característica está em “buscar uma apreensão de significados nas falas, [...] trazendo à tona, na redação, uma sistematização com base na qualidade, sem a pretensão de atingir o limiar de representatividade”. Conforme Biasoli Alves (2012, p. 149), com o objetivo de apreender e captar os diferentes significados da manifestação natural dos sujeitos, auxiliando a compreensão entre a gestora e o seu contexto. O referencial metodológico é o estudo de casos múltiplos, aliado a análise de conteúdo e histórias de vida e de famílias.

Neste trabalho, explora-se o entrecruzamento de referências que conformam o universo político ligado ao âmbito familiar/doméstico, em uma perspectiva que considera gênero como relação e parte de um sistema de produção de diferença. Analisa como distinções entre características consideradas femininas e masculinas, descolando-se de mulheres e homens concretos, atravessam o social. Esses relatos são questionados quanto ao que contam e o que

dizem ao contar. Prestando atenção às tensões associadas, nas histórias narradas, às intersecções entre relações familiares, indaga-se sobre as marcas de gênero expressadas no encontro entre as famílias e política, como essas marcas atravessam as relações de parentesco privilegiadas nas atuações políticas e transpondo para questões de gêneros.

A investigação para responder aos presentes questionamentos merece consideração, pois a política é um fenômeno social complexo com dicotomias difíceis de serem desvendadas do ponto de vista do senso comum. Algumas questões precisam de uma espécie de lupa para alcançar o não visível e o sentido de “tradução” (SANTOS, 2010)¹⁸, o que justifica o presente estudo. Trata-se de um assunto de relevância social e impacto sobre o acontecido na História do Tempo Presente¹⁹, onde as mudanças emergem nos diversos espaços sociais.

O estudo foi proposto para incluir as deputadas estaduais e federais²⁰, mas por uma questão de coerência, delimitação, geografia, viabilidade e de potencialidade no aprofundamento, em referência à administração local, história regional e relações familiares, estas foram excluídas da análise. Isso porque são espaços de poder distintos, cujas disputas e lutas até as práticas cotidianas e esferas de atuação e responsabilidades se manifestam de forma que não coincidem desde o processo de lançamento das candidaturas. São utilizadas, no estudo empírico, entrevistas em profundidade com as prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, com análise de conteúdo (BARDIN, 1977), transferida para a linguagem textual. Isso demonstra através de um “olhar,” para as dimensões da ação social, não afastando dos dilemas existenciais da vida. Pelo contrário, procurando respostas às questões mais profundas para colocar à disposição aos questionamentos também de outros, não ignorando os pressupostos metodológicos ou as análises teóricas, todavia inteiramente indispensáveis para a adequada compreensão.

¹⁸ O “trabalho de tradução” incide sobre saberes e suas práticas. A interpretação entre culturas e as visões de mundo são complexas e são transformadas em práticas e materialidades, incidindo sobre o que o autor chama de “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências” (SANTOS, 2010).

¹⁹ De acordo com Henry Rousso, entrevistado por ARENDT (2009), o sentido etimológico do termo é utilizado quando o pesquisador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. “A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos”.

²⁰ Algumas deputadas estaduais iniciam suas carreiras na política local, como vereadoras e prefeitas. A exemplo, a deputada Neusa Cadore, que foi prefeita por duas vezes no município de Pintadas; Maria Luiza Laudano, que foi prefeita durante dois mandatos consecutivos em Pojuca; e Luiza Maia, que exerceu a vereança no município de Camaçari; entre outras.

Nessa perspectiva e conforme Alves & Araújo (2007), a premissa é de que a interação entre diferentes ordens de fatores influencia o quadro atual da representação política das mulheres. As diversas causas são verificadas para não simplificar o processo, abandonar o exame minucioso dos fatos e fazer com eles um julgamento hostil.

O pressuposto que sustenta este estudo é que prosperar quantitativamente a participação das mulheres na atuação política não é suficiente para influenciar e interferir no resultado qualitativo da política. A “política de presença” (PHILLIPS, 1996, p. 29) é diminuta para garantir que as mulheres avancem em condições implicadas de equidade e de justiça social, que possam passar de sujeito invisível para protagonistas no processo político e social. À vista disto, a representação é evidenciada quando há mecanismos através dos quais as mulheres formulam suas próprias políticas e interesses. “Muitos dos argumentos para elevar o número de mulheres precisam de um enfoque mais rigoroso”. Por outro lado, “a política de ideias” pressupõe que representantes com projetos possam defender as causas de pessoas diversas, sem necessariamente pertencerem a mesma categoria. A autora defende para se constituir espaços democráticos e públicos esses dois princípios democráticos devem convergir: a política de ideias e a política de presença. A participação das mulheres na política não visa somente suprir o interesse da categoria de se ver representada para que seus interesses sejam atendidos, mas abrange toda uma história de exclusão e de negação dos princípios da cidadania, que requer direitos e obrigações iguais para cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, as mulheres tendem a alcançar o poder com presença e com ideias.

Ademais, vale a ressalva que no momento histórico contemporâneo a “política de presença” (PHILLIPS, 2001) é o ponto determinante. Contar com mais mulheres na esfera da política deve ser o pressuposto da democracia atualmente, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas anteriormente excluídas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de diversos sujeitos sociais é essencial para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente; é essencial que seja conectada a uma “política de ideias”, mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade ainda privilegia os homens na atuação e nos processos de decisão.

Conforme esclarece Phillips (1996, p. 289), “é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”. Faz sentido a presença das mulheres na política como sujeito político que luta por melhores condições de vida para as mulheres, com consciência do papel a desempenhar ao chegar aos espaços de poder e que exerçam sua cidadania nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação. Aquelas que abarcam o desafio de reivindicar valores igualitários e democráticos, assegurados na Constituição brasileira de 1988, buscam transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero; preocupam-se com a proteção dos Direitos Humanos e reconhecem que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de mulheres que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade para contribuir diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais. “Exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de todas as formas de discriminação” (BARBOSA, p. 26, 2010).

Portanto, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa pela importância de recuperar para a reflexão aspectos da teoria política e feminista em correlação com a vivência empírica de mulheres na política. A possibilidade de colaborar com processos sociais e políticos passa pela compreensão de características familiares, sociais (formal e informal) e culturais, onde a educação aliada às políticas públicas, em consonância com o aporte legal e interações com outros aspectos, causam impactos nas instâncias de poder e representatividade para avançar em um processo de equidade e responsabilização de todos.

Não é propósito cobrir todos os aspectos que envolvem a política representativa, embora se trate de um estudo pormenorizado e abrangente que exige a incorporação de diversas variáveis, quais sejam: gênero, classe, raça/etnia, territórios e redes de apoio, as quais são reunidas na medida em que são consideradas imprescindíveis pela literatura de referência e que se encontram disponíveis nas fontes estatísticas oficiais e nas expressões desses mesmos sujeitos. Evoca as condições macro-ambientais e da coletividade como fenômeno social e não uma “demografia” mais individualizada. No caso da geografia, essas prefeituras estão inseridas em municípios diversos do Estado da Bahia, que serão representados no mapa anexo (Apêndice D), de forma a esclarecer sobre seus espaços físicos de atuação, mas isso não significa autonomia e liderança:

em cada um dos municípios podem indicar permanências ou rupturas diversas, ademais mapeando a municipalidade de particularidades, tanto das trajetórias quanto o contexto. Os territórios são demarcados, mas as “fronteiras” não necessariamente.

O estudo traz a História do Tempo Presente, contemplando as relações familiares e de gênero como processos culturais que envolvem múltiplas formas de sociabilidades, com ênfase nas experiências historicamente construídas, entendidas como lócus onde são vividas as relações de poder e práticas sociais para além de observação e descrição o registro da memória e da história de vida e familiares. O ineditismo e as interfaces impulsionam a crítica e abordagem de intervenção. É proposto um diálogo interdisciplinar na área das Ciências Humanas e Sociais para se pensar a complexidade, tanto das relações familiares e de gênero, como aquelas relativas à classe social, raça/etnia e geração, além de abrigar a vinculação da construção histórica da cidadania, política e constituição de subjetividades.

Por tratar-se de uma investigação de eventos externos aleatórios e significativos da vida real, demasiado complexos para as estratégias de levantamento ou experimentos, a metodologia utilizada mescla evidências qualitativas em estudo de casos múltiplos. Ademais, embasados nas teorias feministas, das representações sociais e da filosofia política, constituindo o método de estudo de caso.

Esta opção se deu devido às questões de pesquisa exigir uma descrição ampla e profunda de um fenômeno social em circunstâncias do tempo presente. Trata-se de método preferido no exame dos eventos contemporâneos, quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, usa-se a técnica das entrevistas com as pessoas envolvidas e há possibilidades do uso de outras fontes para demonstrar as evidências: documentos, entrevistas e observações. Nesse sentido, Yin (2010, p. 39) afirma que o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. São casos estudados de forma agrupada por categorias, sendo as entrevistas organizadas, de acordo com as evidências similares nos variados aspectos de interesse na trajetória percorrida, valendo-se das narrativas, mas sobretudo, dos diálogos que confluem entre as esferas públicas e privadas dessas mulheres.

É evidenciado aquelas que batalharam para melhorar suas condições de vida aliada ao enfrentamento dos problemas cotidianos a partir da infância pela própria sobrevivência e de

membros da família; aquelas que, por algum tipo de militância e influência familiar, entram para a política; e, incluindo também, aquelas que, por mero acaso, se deparam com a possibilidade sem façanhas e conquistas. O estudo cobre casos múltiplos que se cruzam, não necessariamente, de forma linear, para responder as questões da pesquisa e demonstrar os principais achados.

O método foi escolhido porque, conforme Yin (2010), as questões “como” e “por que” foram propostas, a investigadora tem pouco controle sobre os eventos e o enfoque é sobre um fenômeno do tempo presente, no contexto da vida real, o qual exige o enfrentamento de situações com múltiplas fontes de evidência em que os dados devem convergir. Dentro das Ciências Sociais e Humanas é empreendimento desafiador e torna-se uma constante a dedicação e observação de um caminho metodológico rigoroso, incluindo proteção contra as ameaças à validade e mantendo uma “cadeia de evidências”²¹ na investigação.

É conveniente acrescentar que as teorias e as técnicas escolhidas para este estudo de caso compõem a metodologia das Ciências Sociais não laboratoriais, por conter uma discussão mais elaborada das limitações de fatos aleatórios de campo para uma análise coletiva com dados individuais. A diversidade das experiências e “os avanços na pesquisa empírica prosperam apenas quando acompanhados pela teoria e pela investigação lógica, não quando tratados como coleta mecânica de dados” (YIN, 2010, p. 18).

Aliado ao estudo de caso, é incluída a análise de conteúdo que ajuda a decompor as entrevistas e analisá-las, categorizando, consistindo em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1997, p. 42).

De acordo com a referida autora, trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam à análise de mensagens variadas, tendo como tarefa mostrar a realidade, com base na dedução através da inferência, oscilando entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Como este método encontra-se em um campo de aplicação vasto, é incorporada a análise temática, técnica que se faz presente nesse universo e consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, através de temas ou

²¹ São fontes de evidência empregadas neste estudo de caso: entrevistas, registros desde o mestrado, observações, documentos, artefatos físicos disponíveis na mídia como jornais, revistas, televisão, material de campanha.

unidades de significação. Concomitantemente pode ser aplicada e tomada como assertiva para completar o que foi relatado. Vai além do significado aparente, da leitura simples, real e imediata de um fenômeno/processo do Tempo Presente como assertiva. Isso concomitantemente também contém o investimento feito em entrevistas, de forma a extrair os aspectos relevantes e de interesse.

O “estudo de casos múltiplos” atrelados a “análise de conteúdo” e “história de famílias” colaboram com uma contextualização e uma apropriação melhor do objeto de estudo, lembrando que a proposta metodológica não é mecanicista e instrumental/descritiva. Não existem realidades iguais, “para se tirar os mesmos proveitos de contextos diferentes é necessário adaptar criativamente os instrumentos metodológicos de que dispomos tornando-os culturalmente significativos” (CABRAL & LIMA, 2005, p. 372).

Após as entrevistas gravadas, transcrições e leituras de parte do material procedeu-se em um desdobramento de todos os discursos em temas ou unidades de significação, o que permitiu atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, possibilitando esclarecer características sobre o material e a eleição de categorias. Subsidiado, através das questões do roteiro de entrevista, com a proposição de núcleos de sentido do texto como forma de organizar o material coletado, a saber: família(s), consciência do papel que desempenha no cargo que representa, educação – formal e informal - relações de gênero e como se vê nessa relação entre público e privado, caracterizando suas representações sociais, detalhadas mais adiante neste texto.

A sistematização dos dados é um movimento constante entre os dados disponíveis, a realidade e a literatura, o que permite o entrecruzamento de informações com vistas a atingir visões compreensíveis e abrangentes. Apesar das depoentes não exigirem o anonimato, as vozes das participantes não são identificadas e serão indicadas por letras – siglas. A escolha deste critério se dá com a finalidade de evitar identificação direta das gestoras, apesar de não ser condicionalidades exigidas por elas, e apresentar melhor organização ao trabalho. Ademais, e levando-se em consideração que o recorte temporal está inserido no Tempo Presente, o sigilo e a confidencialidade também devem ser ponderados já que seus mandatos estão a decorrer, ainda é cedo para avaliações e não é objetivo deste trabalho.

Biasoli Alves (1992), após experiências com o modelo qualitativo de análise, identifica cuidados que foram seguidos no desenvolvimento de um exame de cada parte de um todo para

conhecer-lhe a natureza e as funções, são eles: deixar se impregnar pelos dados; anotar o que advêm das leituras, as relações feitas, as interpretações levantadas, os pontos críticos identificados e seu significado naquele tópico e na pesquisa como um todo. Nada desprezível também é a socialização de conhecimentos, seja através de diálogos e escritas de textos diversos, transitar por temas relacionados, travar debates com pesquisadores e pares no âmbito da academia. Ademais, a visita a outras programas, a partilha dos dados com outras pessoas, sejam estudantes e pesquisadoras(es)²²; o domínio da literatura sobre o tema, contribuindo para extrair dela comentários, observações e estabelecer relações entre o conteúdo expresso no conjunto dos depoimentos, sua experiência e pensamento registrado; atenção às respostas distintas com o mesmo fundamento e respostas iguais com pressupostos e fundamentos diferenciados.

²² Entre as experiências de discussões com outras pesquisadoras da temática, ressalta-se Vásquez (2010). Depois da apresentação de seu trabalho intitulado “Gênero y desarrollo rural em México. El legado de mujeres indígenas em puestos de poder”, no VI Simpósio do Conselho Europeu de Investigação Social sobre a América Latina (CEISAL), foram discutidas relevâncias e aproximações entre sua pesquisa feita no México e esta. No México, García (2010) revela que as gestoras municipais na região de Oaxaca, desde 1996, enfrentavam os conflitos entre as tradições políticas e uma construção diferenciada da atuação: mulheres como clientes políticas. A representação confirmada no imaginário social de uma prefeita ideal, justamente a partir dos mandatos exercidos e que enfrentaram tantos problemas e obstáculos. Elas atuam no Executivo, distante da imagem que se faz justamente daquela que apenas cuida, das que exercem lideranças apenas em setores que se referem às atividades tidas como das mulheres, educação, saúde e assistência social. A autora chama atenção para o fato de a participação política das mulheres ser o primeiro passo para a criação de uma nova consciência de gênero. Ressalta a existência de um patrimônio que não possui a natureza material e é identificado por elementos que contribuem para uma mulher chegar ao poder: personalidade forte, combinação de características como empatia e disposição para servir, com outras como assertividade, caráter, preparação acadêmica e raízes na comunidade indígena. Esse seria o perfil ideal de uma candidata no México para assumir o desafio de se candidatar ao cargo político. Outra participação de destaque foi no XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, realizado de 07 a 10/08/2011, em Salvador. No GT 01, as múltiplas dimensões do poder: gênero e representação política em sociedades luso-afro-brasileiras, coordenado por Ferreira (2011). Foram duas sessões de debates sobre a temática de Gênero e Política, com trabalhos bem próximos a esta temática. Nas reuniões do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Cultura, Identidade e Cidadania (NPEJI), Grupo de Estudos da Universidade Católica do Salvador, do qual faço parte desde 2009 e são discutidos, além de outros temas, os trabalhos dos membros do grupo, suas dúvidas, teorias e pesquisas em andamento, funciona como um laboratório no qual as temáticas se cruzam em busca de discussões de autoras(es), pesquisas, teorias e epistemologias.

1.3 Metodologia – o caminho percorrido: delimitando sujeitos, conjunturas e contextos

Confrontar-se com as ideias deste grupo será muito fértil para todos aqueles que não consideram esta sociedade a última palavra da História, e que não estão satisfeitos com uma crítica que se limita a arrastar exhaustivamente conceitos cada vez mais claramente superados.

Anselm Jappe, 1998.

As formas metodológicas de fazer ciência são os pressupostos para que uma investigação alcance o objetivo, especialmente no que se refere a técnicas e aos instrumentos das Ciências Sociais e Humanas. A pesquisa como uma atividade social, praticada por agentes cujo processo de constituição segue trâmites na natureza social dos elos humanos envolvidos no modo de criação científica. Nesse sentido, desenvolveram a “história de família” como “instrumento metodológico extraordinariamente útil para recolher informação empírica sobre um dado contexto”. Definindo-o como “contextualização social de pessoas desenvolvido como respostas às novas necessidades metodológicas levantadas pela investigação em contextos urbanos modernos, mas que pode ser usada em qualquer outro contexto social” (CABRAL & LIMA, 2005, p. 365 e 357).

Para esse objeto, será proveitosa a verificação da integração dos sujeitos nos universos familiares e sociais em que estes estão inseridos, considerando a complexidade dos processos sociais em análise. A “história de família” é utilizada como método complementar quando na análise do percurso de vida permite contextualizar os sujeitos da pesquisa em uma parte essencial da teia de relações que constitui o momento de suas vidas e um aspecto em investigação, por isso história de vida e de família.

Nas entrevistas (Apêndice A e B), o universo das relações familiares aparece como processo de estruturação interna no campo das relações, delimitada pelo universo familiar, histórico e temporal, em uma dinâmica das pessoas próximas que contribuem de forma decisiva da constituição da pessoa. Não se trata de estudar a genealogia de cada uma, no sentido de expor origem e ramificações de linhagens familiares, mas sim conhecer aspectos da trajetória de algumas, mostrando como a ideia surgiu, evoluiu e culminou na inserção na política representativa. Não se trata de buscar pérolas de aversão e/ou admiração das prefeitas para um museu de curiosidades, mas de entender o contexto e de compreender como chegaram e que mecanismos teóricos-práticos permitem que estejam organizadas de tal maneira. Nesse sentido,

dados sobre as famílias de mulheres que estão na política são explicitados, mas de uma maneira disponível e ampla para testar de “sistematizar grandes quantidades de informações sobre parentes, que pode perfeitamente ser adaptada a qualquer sistema de parentesco que exista, pois a flexibilidade do método permite que ele se adapte às especificidades do contexto” (CABRAL & LIMA, 2005, p. 361). Para verificar fatos e vínculos arraigados nas reminiscências das mulheres, além da parentalidade e hereditariedade, no sentido de legado com possibilidades de provocação para o interesse pela participação na esfera pública da política. A composição da população realizou-se com as mulheres no cargo de prefeita (Apêndice C) dos municípios da Bahia, localizados na região Nordeste do Brasil, distribuídos de acordo com a presença delas no comando das prefeituras. Tais municípios possuem população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, de quatro mil, quinhentos e sete a cento e cinquenta e seis mil e novecentos e trinta e seis habitantes, tendo uma variação, mas preponderando municípios com baixo índice populacional e índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²³. Esses municípios são demonstrados geograficamente no mapa (Apêndice D).

Santos (1988) atribui atenção especial para particularização dos espaços na análise dos fenômenos e das representações sociais e considera a emergência do espaço visível em todos os ramos das Ciências Sociais e Humanas, pois a chave da compreensão dessas relações de que tece cada conceito está vinculada a uma contextura espacial física e simbólica atrelada ao tempo e ao espaço. Dentre as formas de imaginar e representar o lugar, territórios ocupados e/ou conquistados, os mapas desempenham funções de distorcer a realidade para esclarecê-la, ao possuírem mecanismos de projeção, escala e simbolização. Trata-se de ilustrações que se traduzem na representação do espaço. Chama de “mapas sociais”, a representação de onde geograficamente se encontram os sujeitos da pesquisa. Neste caso, é tomado de empréstimo a justificativa para esse objeto de investigação.

O recorte da pesquisa em termos de grupos de informantes foram mulheres eleitas para o cargo de prefeita municipal no pleito de 2008, para a gestão 2009-2012, incluindo quatro que, por motivo de nova eleição²⁴, foram empossadas posteriormente, dos municípios de Cândido Sales,

²³ O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) “tem como ideia básica a expansão das capacidades humanas; não avalia o desenvolvimento humano mediante obtenção da riqueza como finalidade, mas como meio que propicia a expansão das capacidades humanas”. É calculado levando em conta o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, a renda, a longevidade e a instrução (BLANES, 2005, p. 233).

²⁴ Os prefeitos eleitos de Cândido Sales, Capim Grosso, Lajedo do Tabocal e Ouroândia foram cassados e, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, houve nova eleição nos referidos municípios.

Capim Grosso²⁵, Lajedo do Tabocal e Ouro-lândia. São mulheres eleitoras e moradoras de cidades do interior da Bahia²⁶. Aquelas ouvidas e interrogadas provêm de meios e categorias diversas. O intuito é que participassem do universo todas essas Prefeitas. Considerando que nem todas puderam participar. Foram entrevistadas, primeiramente, aquelas que se dispuseram a colaborar de forma direta²⁷ e, de forma concomitante, trabalhado o cruzamento de dados dos casos múltiplos com informações indiretas, dados avaliados e pesquisados em instituições, a exemplo, prefeituras que administram, Tribunal Regional Eleitoral, jornais locais e regionais, entre outras fontes como revistas e internet, como elementos fundamentais nem sempre explícitos no texto para garantir a impessoalidade delas. O critério estabelecido para tomar parte foi de que estivessem no exercício do cargo. Dentro desse universo, ficaram de fora aquelas que protelaram a participar de forma explícita e também de forma implícita, considerando que muitos sujeitos, na condição de figuras públicas, não se negam ao convite, mas também não se deixam ser localizados, contactados e não retornam os recados e mensagens deixados com secretárias(os), assessoras(es), chefes de gabinetes e, até mesmo, com parentes, além de correspondências, correio eletrônico e mensagens nos telefones²⁸.

Este estudo não pretende oferecer análises estatísticas e totalizantes. Nesse aspecto, é possível encontrar tais dados nos Tribunais Superior e Regionais Eleitorais²⁹. As informações provêm de respostas diretas e de declarações espontâneas, conduzidas de formas diretivas. Desse modo, conta com a participação de quarenta e oito prefeitas à frente das prefeituras no executivo local, portanto, gestoras dos municípios de Antônio Cardoso, Araci, Baianópolis, Banzaê, Barra da Estiva, Barreiras, Cabaceiras do Paraguaçu, Caldeirão Grande, Camacan, Camamu, Campo Formoso, Candeias, Caraíbas, Cardeal da Silva, Carinhanha, Catu, Coaraci, Conceição do Jacuípe, Dário Meira, Dias D'Ávila, Encruzilhada, Euclides da Cunha, Floresta Azul, Gandú, Gavião, Glória, Governador Mangabeira, Ibicoara, Itagi, Itatim, Itiúba, Jacobina, Jussari, Lauro

²⁵ A prefeita de Capim Grosso renunciou ao cargo.

²⁶ Diversas possuem residências em cidades maiores, sobretudo para manter os filhos estudando em “melhores colégios”.

²⁷ Foram entrevistadas trinta e quatro prefeitas, da totalidade de quarenta e oito gestoras. Vale a assertiva de que “os silêncios também falam”, sobretudo quando a recusa ao convite denota pouco comprometimento e/ou medo de se sujeitar a situações de exposição de suas ideias e atitudes.

²⁸ Essa aproximação aconteceu em sucessivos encontros. No caso daquelas que não puderam, sempre havia algo mais urgente inviabilizando o tempo desse encontro e diálogo, postergando para outros momentos e oportunidades.

²⁹ Em Barbosa (2008), os dados quantitativos aparecem, já que o recorte do estudo de caso contemplava o quanti quali.

de Freitas, Macururé, Madre de Deus, Matina, Mortugaba, Nilo Peçanha, Pojuca, Rafael Jambeiro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sebastião Laranjeiras e Wenceslau Guimarães. Posteriormente, foram empossadas em mais quatro municípios de Cândido Sales³⁰, Capim Grosso³¹, Lajedo do Tabocal³² e Orolândia³³, por afastamento dos gestores e ocasião de novas eleições.

Quadro I - Prefeitas pesquisadas com dados pessoais e da campanha eleitoral, 2008

	Nome da Prefeita	Município	Partido	Ocupação/Instrução	Bens em R\$	Estado civil
1	Maria Angélica Lopes Carvalho	Antônio Cardoso* ³⁴	PMDB	prefeita/ensino médio completo	45.000,00	divorciada
2	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	DEM	professora de ensino médio/ensino Superior	158.000,00	casada
3	Jandira Soares Silva Xavier	Baianópolis*	PMDB	prefeita/ensino médio completo	149.000,00	viúva
4	Jailma Dantas Gama Alves	Banzaê*	PT	prefeita (professora) /ensino médio completo	93.420,00	casada
5	Ana Lúcia Aguiar Viana	Barra da Estiva*	PR	prefeita (professora) /ensino médio completo	250.000,00	casada
6	Jusmari Terezinha de Souza Oliveira	Barreiras	PR	deputada (agricultora)/superior completo	660.371,00	casada
7	Romildes Oliveira Rios Machado	Cabaceiras do Paraguaçu	PMDB	pedagoga/ensino superior completo	435.000,00	casada
8	Maria Aparecida dos Santos Martins Silva	Caldeirão Grande	PSDB	outros/Ensino Médio completo	50.000,00	casada
9	Maria Ângela da Silva Cardoso Castro	Camacan	DEM	agricultora/Ensino médio completo	575.000,00	viúva
10	Ioná Queiroz Nascimento ³⁵	Camamu	PT	economista/Ensino Superior completo	72.000,00	divorciada
11	Íracy Andrade de Araújo	Campo Formoso	PR	advogada e professora/ensino superior completo	183.160,00	viúva
12	Maria Angélica Juvenal Maia ³⁶	Candeias*	PMDB	Prefeita/	228.000,00	divorciada
13	Sidélia Lemos Dias dos Santos ³⁷	Cândido Sales	PR	professora/ensino superior completo	54.000,00	solteira
	Lydia Fontoura Pinheiro ³⁸	Capim Grosso	PR	médica/ensino superior completo	182.000,00	casada
14	Norma Suely Dias Coelho	Carafbas	PTB	comerciante/ensino superior completo	194.411,35	casada
15	Maria Quitéria Mendes de Jesus	Cardeal da Silva	PSB	outros/superior incompleto	90.000,00	solteira
-16	Francisca Alves Ribeiro	Carinhanha*	PT	prefeita/ensino médio completo	78.000,00	divorciada
17	Gilcinia Lago de Carvalho	Catu*	PR	prefeita (pedagoga) ensino superior	5.018.008,4	casada

³⁰ Empossada em 25/10/2009, por motivo de nova eleição no município.

³¹ Empossada em 23/08/2010, em razão de afastamento do prefeito e vice-prefeito. Foi segunda colocada nas eleições de 2008 e renunciou ao cargo em 16/04/2012.

³² Empossada posteriormente por motivo de eleição suplementar no município.

³³ Empossada em 15/10/2011, em razão de nova eleição no município em 02/10/2011.

³⁴ Os municípios com asterisco indicam que as prefeitas foram reeleitas.

³⁵ Foi acusada de abuso do poder econômico e compra de votos nas eleições de 2008, sendo julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 16 de agosto 2011, com processo de cassação julgado procedente, mas a prefeita permanece no cargo até outubro de 2012.

³⁶ Foi cassada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), em 24/04/2012. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/114990-prefeita-de-candeias-maria-maia-e-cassada-pelo-tre.html>>. Acesso em: 24 abril 2012. Dia 14/09/2012 houve eleição indireta no município.

³⁷ Eleita em 25/10/2009, em eleição suplementar no município.

³⁸ Segunda colocada nas eleições de 2008, assumiu a prefeitura em agosto de 2010, em razão de afastamento do prefeito e vice-prefeito. Renunciou ao cargo em 16/04/2012.

				completo	6	
18	Josefina Maria Castro dos Santos	Coaraci	PT	professora de ensino superior/ensino superior completo	111.600,00	casada
19	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuípe	PMDB	empresária/ensino superior incompleto	não possui bens	divorciada
20	Maria de Fátima Aragão Sampaio	Dário Meira*	PR	prefeita (professora)/ensino médio completo	não possui bens	casada
21	Andréia Xavier Cajado Sampaio	Dias D'Ávila*	DEM	prefeita/ensino Superior completo	614.262,99	casada
22	Maria de Fátima Nunes Soares	Euclides da Cunha	DEM	empresária/ensino superior incompleto	442.937,65	casada
23	Ivani Andrade Fernandes Santos	Encruzilhada	PTB	comerciante/ensino fundamental incompleto	4.980.000,00	solteira
24	Sandra Maisa Balduino Cardoso	Floresta Azul	DEM	médica/ensino superior completo	não possui bens	casada
25	Irisma Santos da Silva Souza	Gandu	PT DO B	médica/ensino superior completo	249.646,02	casada
26	Benvenida de Oliveira Silva	Gavião	PTC	agricultora/ensino fundamental completo	10.000,00	casada
27	Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte	Glória	PP	odontóloga/ensino superior completo	18.000,00	casada
28	Domingas Souza da Paixão	Gov. Mangabeira	PMDB	aposentada/ensino fundamental incompleto	115.000,00	solteira
29	Sandra Regina Gomes Vidal	Ibicoara	PC do B	professora de ensino médio/ensino superior completo	18.000,00	solteira
30	Wanda Argollo Pinto	Itagi*	PT	professora/ensino médio completo	27.000,00	solteira
31	Raimunda da Silva Santos	Itatim	PSDB	outros/ensino fundamental incompleto	13.500,00	viúva
32	Cecília Petrina de Carvalho	Itiúba*	PT	prefeita/ensino superior completo	Não possui bens	solteira
33	Valdice Castro Vieira da Silva	Jacobina	DEM	assistente social	89.695,18	separada judicialmente
34	Neone Simões Barbosa Cordeiro	Jussari	PP	professora de ensino médio/ensino superior completo	125.000,00	casada
35	Mariângela Santos da Silva Borges	Lajedo do Tabocal	PSB	bioquímica/ensino superior completo	370.000,00	casada
36	Moema Isabel Passos Gramacho	Lauro de Freitas*	PT	prefeita/ensino superior completo	672.200,00	solteira
37	Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho	Macururé	PT	administrador/ensino superior completo	165.000,00	casada
	Eranita de Brito Oliveira ³⁹	Madre de Deus*	PMDB		154.500,00	casada
38	Carmen Gandarela ⁴⁰	Madre de Deus	PT	aposentada/ensino médio completo	250.000,00	casada
39	Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina*	PC do B	prefeita/ensino fundamental completo	308.000,00	casada
40	Rita de Cássia Cerqueira dos Santos	Mortugaba*	PSDB	bancária/superior incompleto	182.000,00	casada
41	Maria das Graças Soares de Oliveira	Nilo Peçanha	PMDB	professora de ensino médio/ensino superior incompleto	17.914,52	casada
42	Yonara Rocha de Almeida Freire	Ourolândia	PT	outros/ensino superior incompleto	26.380,00	casada
43	Gerusa Dias Lúदानo	Pojuca	PSDB	enfermeira/ensino superior completo	224.879,00	separada judicialmente
44	Cibele Oliveira de Carvalho	Rafael Jambeiro	PT	assistente social/Ensino Superior completo	Não possui bens	solteira
45	Rilza Valentim de Almeida Pena	São Francisco do Conde	PT	professora de ensino superior/ensino superior completo	270.020,00	casada
46	Tânia Maria Portugal da Silva	São Sebastião do Passe*	PC do B	professora de Ensino Superior/Ensino Superior completo	129.244,63	solteira
47	Luciana Leão Muniz	Sebastião Laranjeiras	PR	farmacêutica/Ensino Superior completo	739.000,00	casada
48	Wenceslau Guimarães	Susete Nascimento da Silva	PR	pedagoga/ensino superior completo	304.574,29	solteira

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sadEleicaoDivulgaCand2008>>. Acesso em: 30 jun. 2011. Em virtude dos dados serem da candidatura de 2008, é possível alterações nesse período, no que tange a partidos, estado civil, bens declarados, escolaridade e profissão.

³⁹ Cassada em 12/08/2011, pelo Tribunal Regional Eleitoral por abuso de poder econômico nas eleições municipais de 2008. *A Tarde*, Política, 16/08/2011.

⁴⁰ Eleita em 05/03/2012, empossada em 29/03/2012 (TRE, 2012).

A coleta de dados privilegia a dinâmica das entrevistas, examinando com minúcias as questões subjacentes às representações sociais advindas de suas próprias construções, como também do que imaginam que as pessoas pensam sobre suas posturas e atuações. Durante essa fase, emergiram da fala das interlocutoras dessa pesquisa, diversas questões sobre a atuação feminina no lócus público. Jodelet (2005, p. 18) menciona que, para ilustrar o mérito das Representações Sociais, nada melhor que um exemplo. Seguindo esse pensamento, o trabalho terá base em exemplos com “vozes” daquelas que falam, como também por dados de jornais e revistas locais/regionais. Todas as entrevistas foram transcritas, codificadas e sistematizadas.

1.4. Histórias e genealogias de famílias: um exercício de contextualização social

Em termos práticos, políticos, a família adquire a sua importância mais profundamente enraizada no fato de o mundo estar organizado de tal maneira que não há lugar dentro dele para o indivíduo – o que significa aqui que não há lugar para alguém que seja diferente. As famílias são fundadas como refúgios e poderosas fortalezas num mundo inóspito e estranho, no qual queremos introduzir o parentesco. Esse desejo conduz à perversão fundamental da política, uma vez que abole a qualidade essencial da pluralidade, ou, antes, uma vez que a proscree através da introdução do conceito de parentesco.

Hannah Arendt, 2007, p. 84.

Ao prestar atenção às tensões associadas nas histórias, às intersecções entre relações familiares, indaga-se sobre as marcas de gênero expressas no encontro entre o privado e o público, sobretudo no âmbito político. Em que medida as sucessões políticas são privilegiadas nas relações de parentesco e de gênero? Para responder as indagações, fez-se necessário reconstruir parte da história e permitir traçar matizadas percepções das mulheres entrevistadas sobre membros de suas famílias para compreender interesses e contradições, de forma a empreender o seu capital político. Por vezes, a descrição e explicação das redes de relações e atividades de diferentes personagens guarda a distância necessária para esclarecer e compreender fenômenos do cotidiano.

Devido ao fato das famílias serem objeto de reflexão das mais variadas áreas do conhecimento, tem-se gerado a construção de uma multiplicidade de imagens e leituras acerca das tensões e disputas que se desenvolvem nos contextos familiares. Envolve a discussão de

produções acadêmicas, que retratam as famílias envolvendo o domínio da política, através dos seus múltiplos sujeitos e organizações, isto é, eleições, partidos políticos, imprensa, instituições. Lança um olhar sobre as complexas relações entre famílias, poder público e o conjunto da sociedade, bem como as disputas por espaços de poder nos vários ambientes e agrupamentos.

Pensar a memória é perceber os usos e abusos que os diversos grupos sociais fazem dela no processo de construção de determinada imagem sobre o passado, tomando como objetos: a escrita, a convivência, as relações de afinidade e parentesco, produzidos por grupos étnicos, sociais e de gênero, que buscam legitimar-se enquanto espaço de afetos e tensões. Procurar entender os processos de modernização, através dos seus discursos e práticas que indicam as suas vontades e impasses, traz à baila o bojo das transformações no cenário, elencando elementos transformados em símbolos de mudanças. Com isso, a ideia é propiciar uma oportunidade para a discussão entre pesquisadoras(es) que elegem as famílias em que se cruzam questões vinculadas às relações de parentesco, à política e entre o público e o privado.

A história de famílias influencia a atuação política e as novas gerações encaram essa participação. Nesse sentido, as histórias de algumas prefeitas chamam a atenção por apresentarem, ao longo de suas trajetórias, conflitos associados à participação familiar ascendente e descendente. Alguns relatos apontam para polos distintos de incorporação, inclusão e de exclusão das mulheres. As narrativas biográficas se alinham em torno de questões que circulam no âmbito de herdeiras, como também das que não tiveram influência familiar. A organização das histórias se espelha em momentos específicos de seus percursos, como o início, associado invariavelmente ao caminho trilhado e à incorporação da primeira geração; noções e pressupostos associados às mulheres ligadas às suas famílias colaboram na compreensão da importância concedida às sucessões⁴¹.

A ruína da política tem a sua “origem na maneira como os corpos políticos se desenvolveram a partir da família. A participação deveria estar desvinculada dos laços de família e de parentesco” (ARENDR, 2007, p. 84). A crítica sobre essa associação decorre do perigo de valorização equivocada das famílias quando “vemos a família como estando acima da participação, quer dizer a participação ativa de uma pluralidade, começamos a desempenhar o papel de Deus, agindo como se pudéssemos naturalmente escapar ao princípio da diferenciação

⁴¹ O Direito sucessório é base de toda a estruturação do Direito de Família.

humana”. Esse *status* que emerge dos legados familiares é uma constante na política, sobretudo na baiana e brasileira em discussão⁴².

Sendo a política caracterizada pela pluralidade humana, sua essência pressupõe a necessidade de viver e agir junto com os outros ao invés de existir na solidão; entretanto, a lógica de um envolvimento na política não conjectura que sejam pessoas próximas por relações familiares e de parentesco. Aqui, pode-se entender como um “conjunto de seus graus é considerado, por um lado, capaz de ligar diferenças individuais extremas e, por outro, como um meio através do qual os grupos que reúnem os indivíduos podem ser separados e comparados” (ARENDDT, 2007, p. 83). As esferas de sociabilidade regidas por interesses pessoais, através de múltiplas formas de conchavos eleitorais reproduzem a partir de infidelidades partidárias e mobilidades interpartidárias, podendo ser acrescidas a interesses pautados no parentesco. “Se os elementos feudais nas sociedades civil e política perpetuaram seu predomínio de modo tão eficiente, isso se deveu em grande parte ao fato de saberem como adaptar e renovar a si mesmos” (MAYER, 1987, p. 22)

A renovação é pautada na reprodução de ranços históricos. Neste caso, apesar de alguns estudos referenciarem-se à entrada das mulheres na política, motivadas por um legado familiar, essa não é uma prática restrita a elas. Famílias políticas se reproduzem; não é um demérito nem merecimento exclusivo das mulheres. Se, elas são: esposas, filhas, mães, noras, irmãs, sobrinhas, e afilhadas, os homens também são: pais, filhos, genros, irmãos, tios, sobrinhos, afilhados. As elites se prosperam com uma constância na política brasileira, um legado cultural arraigado culturalmente. Persiste uma intrincada relação entre o poder político e o *status* social. Em muitos casos, os mortos continuam a dominar os vivos.

⁴² Sobre as elites paulistas, (BILAC, 1995) resgata aspectos históricos com estudos sobre as elites no Brasil, a partir de sua caracterização, dentro do processo de desenvolvimento brasileiro. Fez um estudo de caso sobre as elites políticas de uma cidade no interior paulista: Rio Claro no período de transição do Império à República até o golpe militar de 1964.

1.5. Conceituando as Representações Sociais e Políticas

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.

Moscovici, 2009, p. 41

O termo “representações sociais” é conhecido na língua francesa desde o século XII. É altamente polissêmico, referindo-se a várias atividades da mente, como a produção de imagens, símbolos e sinais, como também demonstrações gráficas, ou seja, coordenadas cartesianas e de imitação. Exibe, acima de tudo, características sociais e dialógicas que interessam nesse estudo, pois os discursos refletem as “imagens” que o sujeito constrói de si, como se visse refletido em um espelho. No intuito de aprofundar sobre a teoria das representações sociais, fazem-se necessárias observações introdutórias que justificam o embasamento dessa abordagem originada das representações coletivas de Durkheim (1970, p. 68).

É sempre interessante pesquisar se uma lei, estabelecida para determinada natureza de fatos, pode ser aplicada alhures *mutatis mutandis*; tal semelhança pode até mesmo servir para confirmá-la e compreender melhor seu alcance, o único meio prático à nossa disposição para tornar as coisas inteligíveis.

Nesse sentido, o conceito de representação coletiva nasce na Sociologia, nos estudos de Durkheim (1858-1917), o qual percebeu um dualismo entre corpo e mente, sociedade e indivíduo, como opostos entre si. Os fatos sociais formam a realidade social e as representações são consideradas externas para os sujeitos que não contribuem com sua formação, são estáticas e impõe a eles uma pressão insuperável. Ao ceder às coerções, os indivíduos internalizam e perpetuam essas formas sociais de ação, pensamento e sentimento. Portanto, as representações coletivas estão hierarquicamente acima do indivíduo e elas têm o poder de gerar novas representações (MARKOVÁ, 2006, p. 177).

Para cumprir os propósitos do presente capítulo, qual seja, o de caracterizar o campo das representações sociais e políticas e esclarecer elementos teóricos articulados com os conceitos, considerando que o ideal neste debate é a interpretação de como as pessoas negociam com a realidade na prática e como a experiência constitui vivências que transformam o real, ou seja, é o

somatório do conhecimento construído com o senso comum⁴³, fazendo com que a interação entre eles se torne uma representação do âmbito em que se vive. Os construtos sociais, as fontes que se absorve, como são negociados os conflitos que constroem concepções, possuem “ênfase na experiência, considerando que o conhecimento ingênuo não é necessariamente falso” (JODELET, 2001, p. 29).

Na Antropologia, as representações sociais possuem um poder institucional e coercitivo. O efeito repressor no pensamento e nos significados da linguagem é criado e recriado na vida cotidiana através do senso comum que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade, além de ser elaborado socialmente (ALEXANDRE, 2004). Em uma perspectiva interdisciplinar, a teoria das representações sociais surge como possibilidade para questionar a natureza do conhecimento e a analogia indivíduo e sociedade.

A constituição da mente torna as representações, *a priori*, possíveis, mas elas só podem ser construídas através da experiência. Apesar da mente não ter acesso ao mundo como ele é, sua formação permite dar significado à sua realidade e formar representações a respeito dele. As contribuições da teoria das representações sociais demonstram relevância porque contribuem para a compreensão da natureza e do desenvolvimento dos estudos embasados nessa teoria, cujo conceito surgiu na Psicologia Social e cruza fronteiras disciplinares (MARKOVÁ, 2006).

Nos meandros da vida acadêmica, é possível ouvir questionamentos sobre o entendimento da teoria, como se esta pudesse ser definida tal qual se enuncia os atributos essenciais e específicos de um objeto, de modo que o torne inconfundível com outro. A tendência e a pressa em ouvir uma explicação precisa e uma forma de tratar os fenômenos mentais como entidades para as quais se apontam significados exatos e estáticos causam problemas, pois a teoria das representações sociais não é explicada com a mesma precisão que define objetos materiais. Suas características não são fixas. “Fenômenos dinâmicos e abertos e o conceito é formado e retransformado junto com a modificação da sua teoria” (MARKOVÁ, 2006, p. 173).

Se insere no contexto do cotidiano e “se interessa pelo pensamento do senso comum, na linguagem, na comunicação, nas questões de vínculos sociais e na ação e na análise do discurso” (MOSCOVICI, 2009, p. 380). As representações sociais apresentam-se como elementos

⁴³ O senso comum revela saberes cotidianos subjetivos, individualizadores e generalizadores, fazendo cristalizar preconceitos para se interpretar a realidade. A atitude científica é distinta do senso comum por desconfiar das verdades e das certezas, da adesão imediata às coisas, da ausência de crítica, de questionamentos, de análise e de reflexão.

simbólicos que são expressos mediante o uso de palavras e gestos, além de elaborações mentais as quais são constituídas socialmente, partindo da dinâmica que se estabelecem entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Essa relação se funda na prática social e histórica da humanidade, generalizando-se pela linguagem (FRANCO, 2004).

A consciência de um determinado conteúdo ou objeto mental próprio do pensamento supõe uma concepção que se forma na mente de um objeto qualquer ou de acontecimentos anteriormente percebidos. Além do local, distingue-se pelo discurso, a “representação, fosse ela festa ou saber se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se, de formular seu direito de falar”. A fala, o discurso, a possibilidade de pessoas disponíveis a ouvir são características de um legítimo representante, embora a representação seja composta por elementos de naturezas distintas, “haverá coisas com sua organização própria, suas secretas nervuras, o espaço que as articula, o tempo que as produz; e, depois, a representação para sucessão temporal, em que elas se anunciam sempre, parcialmente a uma subjetividade, a uma consciência”. (FOUCAULT, 2000, p. 24 e 330). Para o autor, a representação perpassa pela identificação com a realidade, pois ela é cópia. Ademais, é composta pela repetição com semelhança com o real.

Entretanto, cabe esclarecer que, neste trabalho, aparecem, com sentidos diferentes, os conceitos de “representação social” e “representação política”. A representação política é um conceito que designa vários objetos distintos, ou seja, não pode ser compreendida em um único sentido. Trata-se de uma expressão que mantém relação entre definições perceptíveis, visto que comporta significados próximos. A expressão utilizada aqui refere-se no sentido rigoroso, a “ideia chave para a compreensão entre o eleitor e seu representante”. Considerando que Arendt atribui a política, constituída por conta das diferenciações entre as pessoas, ou seja, a pluralidade existente entre seres humanos e opiniões diferentes. Portanto, a representação política assinala à “pluralidade de opiniões que existem no corpo político”. São manifestações de ideias individuais formalizadas com as eleições, atividade deliberativa da sociedade que permite a escolha de líderes políticos aptos para buscarem o bem comum na atividade parlamentar ou executiva. A “separação dos poderes experimentou uma evolução histórica influenciada, basicamente, pela exigência de especialização das tarefas estatais ante a crescente complexidade da relação entre os representantes e os representados” (GUSSI, 2009, p. 54 e 62).

Comportam, todavia, elementos que pressupõe líder e liderança, sendo o primeiro um(a)

cidadão(ã) que possui um mínimo de virtudes; e a segunda, a conjectura que age nas pessoas provocando a necessidade de buscar sujeitos capazes de reconhecer nos semelhantes às atribuições de um(a) líder. Portanto, “seu elemento fundamental refere-se a uma relação de construção de opiniões e não de transmissão de vontades ou de interesses”. Nesse sentido, o “caráter essencial da representação – de ser uma relação de construção – comporta-se de modo peculiar em cada uma das funções estatais, já que todas elas, por critérios próprios, expressam uma relação entre o povo governado e quem governa” (GUSSI, 2009, p. 163).

As representações políticas, de acordo com Chauí (2007, p. 296 e 304), estão além da ideia de que o governante desempenha atribuições e age em nome das exigências da sociedade como delegação de mandato. De modo que o representante não apresenta poder, vontade e razão gerais, antes, pelo contrário, reivindica “direitos concretos de classes e de grupos”, inclui a autonomia onde o dirigente se insere como sujeito capaz de transformar o percurso. A autora postulou que “a autonomia, no presente, é luta política e não o modo de ser da sociedade e da política”.

Uma representação se torna política a partir do instante em que é requisitada e atualizada nos espaços públicos, embora não seja suficiente, senão bastaria a eleição para que a representatividade fosse consumada. Para tanto, pressupõe na(o) representante atributos que denotam ter sensibilidade para escutar e perceber os anseios das(os) eleitoras(es) e que suas ações sejam intensificadas e voltadas para os interesses coletivos de pessoas que opinaram nas urnas.

A complexidade do conceito envolve diversos aspectos, tornando-a imbricada de prerrogativas. Alternando para o sentido do Direito, Freitas (2008, p. 42) explica que a “noção de representação surge de uma figura do direito privado, em que o representante tem obrigação legal em relação ao representado”, em uma época em que os representantes não eram mais do que mandatários. Na concepção da política moderna, surge a compreensão de que este representa e deve decidir pelos outros, ações imbuídas pelo poder que é concedido e versa, sobretudo, em decisões pautadas nos princípios éticos, conforme seu entendimento, do que é melhor para a coletividade.

A representação política diz respeito à delegação a outrem de se fazer representar, nas esferas políticas institucionalizadas e autorizadas, e definir e organizar a vida política e coletiva. Essa delegação se faz pela via dos partidos, que lançam candidatos(as) para que os(as)

eleitores(as) possam escolher e eleger entre eles os seus representantes para a esfera política, legislativa e/ou executiva (PIOVESAN, 2011, p.106).

Acrescentando a estrutura significativa das representações na esfera política local, cabe compreender como é apreendida por membros representativos de uma sociedade e tempo particular; em suma, as mulheres que deixam de ter seu papel restrito à esfera privada das famílias para atuar na esfera pública da política. O debate sobre espaços conquistados ou referendados por uma agenda internacional sobre a participação das mulheres na política ganha fôlego nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1975 em diante. Nos processos de longa e média duração, já houve candidatas, inclusive para presidente dos países: Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e França.

Na eleição para a presidência da República do Brasil, no ano de 2010, duas candidatas competitivas (Dilma Rousseff – PT e Marina Silva – PV), devido à aprovação e apadrinhamento do presidente em exercício, duas aliadas, embora de partidos distintos, despontaram na concorrência com possibilidades viáveis de se elegerem. O fenômeno deflagrou um debate com a população e a mídia sobre a questão das mulheres nas disputas eleitorais de diferentes formas; além disso, trabalhou e visualizou essa perspectiva, contribuindo com a mudança na mentalidade da sociedade através das representações sociais e políticas.

A partir desta reflexão, é possível compreender a necessidade de investigação sobre as representações sociais como componente favorecedor e estimulador de um repensar o papel das mulheres na esfera pública. Dito isto, justifica-se com vistas a identificar as representações sociais como concepção de busca por “empoderamento” das mulheres que estão inseridas na política local atuando no serviço público, sem a intenção de pressupor formas para elevar ou negar a importância dessa atuação na vida das pessoas. Tem-se a finalidade de reconhecer se há uma tendência das mulheres em compartilhar responsabilidades na sua práxis visando à emancipação de outras ou se sua atuação se restringe à atuação individual e do grupo a que pertence. O pressuposto é creditar que a ação feminina, com autonomia e liberdade de escolhas individuais e coletivas da comunidade onde atua, depende também da concepção sobre relações entre o público e o privado e os movimentos de emancipação e participação das mulheres.

As questões de gênero denotam ideias culturais que constroem imagens e expectativas a respeito do quê e como são os homens e as mulheres. Na maioria das vezes, são explicitados estereótipos e preconceitos porque é um conjunto de ideias moldadas pela cultura. Traços da

personalidade são atribuídos pelo senso comum em função do sexo. As mulheres tidas como submissas e delicadas e os homens como racionais e decididos. No entanto, tais características não descrevem a realidade de todas as pessoas e “descrever mulheres como ‘submissas’ confunde personalidade com expectativas culturais ligadas a papéis e situações sociais particulares” (JOHNSON, 1997, p. 205). Dessa forma, os preconceitos são perpetuados inclusive pelos próprios sujeitos, fazendo com que haja controle social e manutenção de ideias que colaboram para a supremacia masculina na sociedade.

1.6. A (in)visibilidade das mulheres (também) na Filosofia Política

A ação política, como qualquer ação, é sempre, em sua essência, o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana.

Hannah Arendt, 2008, p. 344.

A noção de “ação” no contexto em que é referido adquire o valor de um agir consciente, tendo em vista a realização de objetivos estabelecidos e aceitos. Não insere o político na essência dos seres humanos, mas no agir, uma teoria da ação capaz de instituir forças emancipatórias, tanto para os homens como para as mulheres, uma maneira a reinventar as posições de sujeitos de ação e de liderança. “Eu não sou, eu estou prefeita e para isso tenho de agir” (CBMS, 2011).

As esferas de ação e atuação têm base filosófica no termo “cidadania”, originado na *pólis* grega e refere-se a um conjunto de obrigações e direitos individuais, antes reservados a alguns. A esfera pública não era a mera sombra dos interesses privados, no espaço público, todos eram iguais, sem a necessidade de comando e violência, o que permitia o exercício da liberdade e espontaneidade, correspondendo à cidadania. Enquanto o produto realizado na vida privada era um artefato ou bem de consumo, a atividade da vida política era valorizada e tida como superior, acima dos interesses pessoais e privados.

O pensamento dos filósofos gregos parece contraditório, mas eram apenas conceitos diferenciados e determinados por aquele momento histórico, o que fosse relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie não era assunto político, mas definido como doméstico. Na categoria social e familiar, os seres humanos viviam juntos, forçados por suas próprias privações e carências. “O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a

sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio e ambas estas funções naturais” (ARENDDT, 2003, p. 38)⁴⁴.

O prover e o cuidar eram determinados. O primeiro, obrigação do homem, enquanto à mulher conferia a criação dos filhos. “A *pólis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais perfeita desigualdade” (ARENDDT, 2003, p. 38 - 42), pois era formada por pessoas diferenciadas por sexo e geração. Os homens que ingressavam na esfera pública eram considerados idênticos e essa igualdade significava viver entre os pares, sem diferenças de hierarquia, sexo e gerações, viver sem a família, sem as boas condições proporcionadas pelo convívio e proteção do grupo.

Arendt (2003) considera a cidadania ligada à esfera da “necessidade”⁴⁵, ou seja, esta era garantida e obtida quando a pessoa possuía condições econômicas favoráveis à sobrevivência. Aquele que não precisasse trabalhar a troco do “pão de cada dia” e possuísse recursos econômicos suficientes, sem a pretensão de enriquecer, poderia se dedicar à vida da *pólis*. “Quem quer que ingresse na vida política deveria, em primeiro lugar, estar disposto a arriscar a própria vida”. Eram imensas as distâncias que separavam uma esfera da outra, não sendo possível que um cidadão participasse ao mesmo tempo dessas duas categorias. “O desaparecimento do abismo que os antigos tinham que transpor diariamente a fim de transcender a estreita esfera da família e ‘ascender’ a esfera pública é fenômeno essencialmente moderno” (ARENDDT, 2003, p. 45 e 43).

A *pólis* grega fundava-se na palavra, no diálogo, na discussão, toma para o cidadão, não para os habitantes, a sua gestão da *pólis* e instaura a política como a invenção da liberdade; no entanto, vale dizer que a liberdade somente se constituía entre iguais. A experiência original em que surgiram os conceitos de esferas privada e pública foi na Grécia pré-filosófica, onde a separação se dava de forma clara e distinta. Na *pólis* todos os cidadãos e não habitantes criam a esfera comum entre os iguais. Na modernidade, o privado adquire importância pública por conta da economia, que é a gestão dos interesses produtivos que são privados, já que a sociedade se organiza para produzir e consumir. O público passa a intervir no privado, sobretudo na aplicação de políticas públicas.

⁴⁴ Aqui também é possível indicar a Teoria do ator-rede (*Actor-Network Theory*) como maneira de pensar as ligações entre categorias diversas e, sobretudo, trazer as atoras sociais através de suas próprias falas e expressões.

⁴⁵ Conforme menção a Nietzsche, p. 23.

As concepções contemporâneas mudaram de enfoque em relação às antigas. Para os gregos, a vida na esfera pública era de liberdade, mas sem a proteção e a garantia de bem-estar proporcionada por viver em um grupo familiar. Além de ser um risco, era incompatível com a esfera privada, não se podia participar das duas esferas concomitantemente, “o ajustamento de todas as relações humanas segundo o molde familiar teve profundas repercussões nas organizações profissionais especificamente medievais das próprias cidades”. A ascendência da esfera social não era privada nem pública, no sentido restrito dos termos, pois o papel do Estado era mais restrito. A autora faz uma crítica ao comportamento político quando os interesses pessoais invadem a esfera pública em um círculo vicioso, “vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca” (ARENDR, 2003, p. 44 e 37).

A compreensão de um envolvimento ativo na conquista de direito para as mulheres, na qual não está ausente o sentido da ética e epistemologia feminista e da relação com o outro, é uma categoria que foi discutida profundamente por Arendt. Benhabib (2006) acredita que a filósofa teve dúvidas sobre a questão das mulheres como líderes políticas; no entanto, apesar da autora não se aprofundar sobre as dimensões sociais em relação ao movimento de libertação das mulheres, a questão feminista sempre esteve subjacente às suas reflexões⁴⁶.

Young-Bruehl (2006, p. 62) explica que Arendt nota uma discrepância entre as realizações do movimento de emancipação feminina de sua época e a condição das mulheres trabalhadoras. Apesar da exigência legal de igualdade, as mulheres recebem salários menores que os homens, no exercício das mesmas funções. Tal assertiva está embasada em fatores sociológicos, considerando que se as mulheres têm de administrar a casa, cuidar dos filhos; isso reflete negativamente no seu trabalho fora de casa. Arendt se deu conta das possibilidades implícitas na situação – escravidão familiar ou dissolução da família. Reconheceu a problemática feminina e fez uma crítica ao movimento feminista de sua época, julgando-o abstrato. Trata-se de um movimento que não se lança na arena política, cuja ideologia não se traduz em objetivos concretos que se refletem nas situações concretas e cotidianas diretamente. Seria mais eficaz se o movimento de mulheres estivesse disposto a atuar em frente política para alcançar objetivos concretos, por exemplo, como fez em referência à conquista do voto feminino. Posicionou-se

⁴⁶ Arendt tem sido uma referência para a teoria feminista, suas influências estão contidas nos trabalhos de Benhabib (2006) e Young (2006). Cada uma, ao seu modo, mostra a influência da sua contribuição para a teoria feminista.

contra a separação dos problemas das mulheres com as questões políticas propriamente ditas. Pensou que os problemas que afetavam as mulheres para serem resolvidos deveriam ser tratados em forma de uma batalha política mais ampla. Sua crítica ao movimento feminista emerge como a distinção inicial entre questões sociais e políticas.

As questões sociais são aplicadas a tudo que se relacionam com estes sistemas, suas características e a participação das pessoas neles. “O sistema social corporifica o que é talvez o mais importante de todos os princípios sociológicos: que o todo é maior que a soma das partes”. Trata-se do conjunto de elementos ou partes interdependentes que formam o conjunto, um sistema social existe somente com a soma de indivíduos. Estão relacionadas e podem ser aplicadas aos sistemas sociais, por exemplo, a política dos movimentos sociais, da família, da instituição escolar, do trabalho e do Estado. Nesse último, sua organização é a mais utilizada, pois se trata de um “processo social através do qual o poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e organizado nos sistemas sociais” (JOHNSON, 2007, p. 209 e 178).

A obra de Hannah Arendt (1906-1975), não se insere como centro a problemática da emancipação feminina; não obstante, através de uma observação metodológica na leitura de seus livros, percebe-se que ela não priorizou a questão feminina. Dentre as razões, é possível pressupor que isso diversificaria o curso de seu pensar, demandando outras habilidades hermenêuticas e sensibilidades interpretativas, ampliando as questões de reflexão. Teve uma existência complexa, entrelaçada em grandes dilemas e dramas o que deu à sua obra um grande impacto no campo do pensamento político e social. A identidade de Arendt como judia influenciou parte de sua obra e está no centro do pensamento do público político, mas a sua identidade como mulher não possui reconhecimento explícito.

É inegável que Arendt pensou profundamente sobre as esferas públicas e privadas. Há uma relação intrínseca, nesse sentido, pois suas categorias esbarram na ação e na participação das mulheres na política. Definidas as principais características das atividades humanas, a referida autora recorre à experiência na *pólis* grega com a finalidade de compreender melhor o espaço onde se concretizam. A vida nas *ciudades-Estado* era dividida em dois domínios básicos: de um lado, havia a vida privada, do lar, local do trabalho e da fabricação; do outro lado, a vida pública que se realizava na *ágora* – praça onde se reuniam os cidadãos para discutir. Compreendeu que a esfera pública da Antiguidade era ocupada obrigatoriamente por homens

livres⁴⁷ e a condição para que estes assim o fossem era a de não laborarem para seu sustento. Isso se deve ao fato de, nessas sociedades, a vida privada e seus individualismos serem tidos como inferiores à vida pública, especialmente quando fala em trabalho, que é atividade biológica de simples permanência em atender as exigências vitais dos seres humanos. Em outras palavras, a sociedade antiga via com inferioridade e até desdém alguém que exercesse atividades laborais apenas pela sua sobrevivência, considerando que via nessas pessoas apenas a similaridade com as atividades dos animais, perpetuando em alguns aspectos o pensamento contemporâneo.

Arendt indica caminhos teóricos a partir de problemas concretos. A esfera privada é destinada ao direito à intimidade, indispensável para a preservação do calor da vida humana; e a esfera pública, lugar de informação, condição essencial para a manutenção de um espaço democrático e plural. Enveredar por um tema que envolva o debate político na complexidade de uma reflexão abrangente fez com que a obra da filósofa Hannah Arendt fosse compreendida. A relevância do debate e as contribuições que ela oferece faz pensar os temas e os desafios dessa pesquisa. A recuperação da dignidade na política, a banalização do mal que atinge fortemente a sociedade, a responsabilidade pelos problemas coletivos, o pensar, o querer, o julgar, a condição humana, o transpor do abismo existente entre a filosofia e a política, a relação entre o discurso e a ação. São temas que configuram a constelação das inquietudes existentes quando se trata do caminho que as mulheres percorrem para saírem da esfera privada e inserirem na esfera pública da vida social, da representação e participação política. A práxis política como gestão compartilhada entre cidadãos e cidadãs é uma prática a ser (re)inventada.

⁴⁷ O sentido do “ser livre” destina-se àquele(a) que age por si mesmo, sem influência dos outros e das coisas. A autora não utiliza a nomenclatura feminista ou feminina; em suas assertivas, ela enfatiza sempre a palavra “homens” como genérico, valendo-se para o ser humano: homens e mulheres.

CAPÍTULO 2

MATIZES DE HISTÓRIAS: PASSADO E CONTEMPORANEIDADE – ONDE AS MULHERES FORAM/SÃO SUJEITOS?

É possível que eu provoque o riso ao fazer a seguinte insinuação, em que penso existirá no futuro: creio realmente que as mulheres deveriam ter suas representantes, em lugar de ver-se virtualmente governadas, sem que as permitam ter nenhuma participação direta nas deliberações do governo.

Mary Wollstonecraft, 1792.

Apesar do trabalho nesta tese pensar as mulheres em contextos sociais do Tempo Presente, práticas e variáveis dos seus cotidianos estão arraigadas em questões profundamente ligadas à tradição e à História. Nesse sentido, o presente capítulo tem a intenção de apresentar aspectos das lutas das precursoras do sufrágio feminino no Brasil. Essas reminiscências fazem com que se perceba o quanto foi longa essa trajetória e o quanto a mudança é lenta, gradual e, muitas vezes, difícil.

As discussões sobre o papel das mulheres na esfera privada da família remontam, de acordo com a literatura, há vários séculos. Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, retrata-se aspectos históricos da atuação das mulheres através dos diversos núcleos familiares. Apesar de constatar aspectos conturbados da organização humana, mantém a esperança. Do início da civilização até o encerramento desta, “a democracia na administração, a fraternidade na sociedade, a igualdade de direitos e a instrução geral farão despontar a próxima etapa superior da sociedade, para a qual tendem” (ENGELS, 2005, p. 201). A partir dessa perspectiva, constata-se que, apesar de muito tempo depois, começam os estudos propriamente voltados para os interesses das mulheres, sobretudo daquelas que tentam sair da clausura do espaço privado do lar e inserirem-se em um espaço público, porém distante de uma aprovação da sociedade.

Desde o vigoroso apelo para a igualdade iniciados por Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797), em textos e ações originários do processo de emancipação feminina na sociedade, a condição das mulheres começa a ser pensada. A primeira, uma representação no processo revolucionário francês, escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791. Clamava pelo direito feminino de ocupação de lugares e empregos

públicos de acordo com suas capacidades, além de afirmar que se existe a possibilidade da mulher subir ao cadafalso, deveria ter o direito de subir à tribuna. Denunciava a situação de inferioridade como uma degeneração da harmonia entre os sexos e tornou-se uma das “fundadoras” da participação equitativa. Wollstonecraft foi uma das primeiras a refletir sobre a importância da educação das mulheres para transformar a condição social de dependência em que viviam (BARBOSA & CAVALCANTI, 2010), fonte de inspiração da principal legislação que garante às mulheres igual educação, salário e oportunidades⁴⁸.

Diversas ações revolucionárias impulsionaram ações em favor da emancipação feminina, sempre com o intuito de sair da condição do exercício de um papel pré-determinado pelos homens na sociedade. Na esfera mundial, o século XIX foi decisivo para as gerações posteriores por causa do surgimento de movimentos sociais⁴⁹ que iam de encontro à ideologia liberal existente, com destaque para o movimento feminista⁵⁰, cujos elementos propulsores eram reivindicar cidadania representativa e social para as mulheres.

Em uma abordagem historiográfica, Hobsbawm (1995) demonstra que, a partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas, determinados tipos de serviços e em indústrias expandiu por absorver a mão de obra feminina. As ações intensificaram-se a partir do século XX, quando as mulheres começam a exigir seus direitos de forma mais consciente e organizada. Verifica-se prerrogativas de reclamações por parte das mulheres, devido às suas atuações nas esferas da vida social de forma mais participativa, visto que, em função da necessidade de saírem do reduto do lar e atuar nos espaços públicos, seja por conta de guerras, pressão econômica ou

⁴⁸ O *Equal Pay Act*, de 1963, o *Title IX do Education Act Amendments*, de 1972, o *Equal Opportunity Employment Act*, de 1972 (SCHIEBINGER, 2005, p. 19).

⁴⁹ Movimentos Sociais são formados por indivíduos que se expressam e, por manifestação espontânea, se organizam para apresentar demandas da categoria ao Estado. Para Cardoso (2011, p. 249), “surgiram no contexto das sociedades que viviam um processo de industrialização acelerado e nas quais o sistema político, por motivos diversos, não apresentava as características usuais das democracias parlamentares”.

⁵⁰ O Movimento Feminista caracterizou-se de maneiras distintas, durante seu percurso. A primeira etapa esteve relacionada com manifestações em defesa dos direitos e da participação política das mulheres, ficou conhecido como primeira onda. A segunda, foi profundamente matizada por contestações, pronunciamentos e movimentos de rua pedindo igualdade no sentido da liberdade. Algumas ativistas ganham destaque e indicaram caminhos acadêmicos para discutir o feminismo liberal. Posteriormente, reivindicações são inseridas nas agendas internacionais sobre o direito das mulheres. O movimento passou a participar de outros movimentos sociais de emancipação social e política; impôs suas reivindicações na construção da cidadania; estabeleceu ritmo às políticas públicas, exigindo ações no combate de violências, exclusões e vulnerabilidades; levantou bandeiras de interesses das mulheres; e se inseriu nas universidades com a teoria e a epistemologia feminista. “As feministas latino-americanas vêm travando redes de militância e de *advocacy*, tecendo laços político-pessoais e construindo identidades e solidariedades” (ALVAREZ, 2003).

decisão própria. Neste último caso, rompendo fronteiras e determinismos, mas criando novos espaços de luta, de visibilidade e também de conflitos outros.

Cavalcanti (2006, p. 243) traz como premissa a análise da condição feminina ao longo do século XIX e XX, enfatizando categorias como revoluções, protagonismo e *práxis* dentro da ação e movimento de mulheres que projetaram mudanças no *status quo* e nas agendas de políticas públicas específicas nacionais e internacionais. Envereda pela abordagem da militância, ressaltando que, a princípio, os vínculos eram mais fortes no que se refere à questão do trabalho, depois ganhando caráter mais político. “A ‘politização do privado’ descortina-se como pauta e agenda e não mais como um dos silêncios da esfera doméstica que caracterizavam os finais do século XIX e a primeira metade do XX”.

Não se trata de uma mudança profunda na mentalidade dos sujeitos e dos contextos. Mostram-se avanços em alguns espaços e grupos, reproduzindo, nos demais, efeitos e propagações. Muitas foram as matizes nas quais as mulheres foram sujeitos, embora, na maioria das vezes, com finais trágicos em suas vidas, e só ganharam visibilidade através da História, séculos e décadas após a morte. A cronologia contemporânea traz assinalados momentos de resistência e de tomada de consciência por parte delas, seja através de pequenas causas e localidades, seja em grandes e concretas ações que propagaram ideias novas.

Este capítulo vem elucidar o movimento em referência ao voto feminino e à participação, tido como algo tão distante da realidade, que nem sempre foi percebida. A historiografia brasileira deixa a lacuna para a interpretação de que as mulheres tornaram-se eleitoras por uma dádiva generosa e um processo espontâneo, sem que tivessem lutado ou demonstrado interesse por esse direito (ALVES, 1980). Em referência à participação feminina na política, foi um processo de antagonismos, esforços e desafios em cada ação, por mais simples que pudesse parecer. As sufragistas tiveram papel relevante ao exigirem o direito do voto feminino, abrindo meios de participação nas deliberações coletivas. Pensava-se que, com a mudança na legislação e uma melhor educação, as mulheres poderiam alterar a forma em que viviam.

As contribuições de um debate historiográfico geral sobre a conquista da cidadania feminina no Brasil perpassam pela luta das mulheres para se conseguir o mínimo em uma democracia: a condição de votar e ser votada, negada às mulheres desde o início da História documentada. Ainda nesse espaço de embate, somente a partir do final do século XIX começa-se o esforço das mulheres em tornarem-se eleitoras. “Junto com essa extensão da cidadania vem

uma renovação dos temas políticos, na medida em que traz assuntos que eram do privado para a esfera da política” (CARDOSO, 2011, p. 437).

A primeira convenção realizada nos Estados Unidos para discutir a condição das mulheres na política se deu em 1848, com a proclamação dos direitos da mulher de Seneca Falls. O referido ato “denuncia a submissão da mulher a leis de cuja elaboração não participara, clama por mais oportunidades de educação adequada para que ela possa participar da vida pública” (SAFFIOTI, 1976, p.119); foi o início do processo de conscientização de algumas mulheres.

Ideias emancipacionistas e voltadas para se pensar a condição das mulheres na sociedade chegaram posteriormente, culminando com o surgimento do Movimento Sufragista. Alves (1980, p. 14), ao escrever a tese sobre o referido processo, demonstrou a repercussão e a liderança de Bertha Lutz, como fatores de fundamental importância na incorporação das mulheres na esfera pública da política e da vida social. A autora recuperou parte da história com a intenção de contribuir para o processo de conscientização das mulheres, causa essencial e principal passo no sentido de sua libertação, não esgotando em um dado momento histórico definido. Entretanto, em um processo de continuidade que permite criar uma “ligação entre as gerações que se sucedem no interior de um sistema de poder”. Na retrospectiva brasileira, a década de 1920 foi um período no qual o Brasil passava por uma transição. Com o esgotamento da política dos governadores, e, nesse contexto histórico, forma-se o movimento sufragista, se estruturando no seio de uma elite “que afirmava caráter apolítico, baseado no discurso liberal, com foco nos Direitos Humanos e atuando sem exercer uma crítica com relação à realidade concreta em que existia” (ALVES, 1980, p. 17).

O movimento sufragista brasileiro recebeu influências de um feminismo da década de 1960 nos Estados Unidos da América (EUA), onde surgiram as primeiras manifestações organizadas dos direitos das mulheres, se espalhando por outras nações. Em um espaço com características diferentes, as americanas participaram de atividade pública atrelada à atuação religiosa como um campo prévio de treinamento para a luta política. Na década de 1930, existiam diversas associações feministas que dividiam seus interesses, mesclando as reivindicações feministas e abolicionistas. Considerando que o problema da escravidão deveria ser resolvido em primeiro lugar. Com o reconhecimento pelas mulheres da necessidade de lutarem por si mesmas, de não contarem com a participação masculina na exigência de direitos não reconhecidos é fundado em Nova York, em 1868, um grupo exclusivamente feminino. O objetivo era lutar pelos

direitos políticos e civis das mulheres, a *National Woman Suffrage Association* (NWSA), que “mostrava ter consciência de que a exclusão política da mulher tinha causas mais amplas, que não seriam resolvidas pelo simples fato de estarem capacitadas a votar. O voto era um instrumento e não um fim em si” (ALVES, 1980, p. 72).

No ano seguinte (1869), surge a *American Woman Suffrage Association* (AWSA), já com a participação de alguns homens, que objetivava trabalhar junto ao Congresso Nacional por uma emenda constitucional, de caráter mais conservador. Em 1890, os dois grupos se juntam, formando a *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA). A unificação do movimento proporcionou uma argumentação com justificativas nas premissas filosóficas dos Direitos Humanos. O movimento volta-se para a emancipação das mulheres burguesas, tomando um rumo classista. “A essa altura, já havia algumas universidades femininas e é essa mulher educada que comporá em grande parte o movimento, principalmente em cargos de liderança”. O movimento perdurou por muitos anos com poucos avanços e sucessivas derrotas. “São notórias as cenas de vexames, ameaças e ataques físicos sofridos pelas sufragistas nos EUA” (ALVES, 1980, p. 77 e 79). Apesar disso, algumas conquistas: em 1913, a mulher já votava em nove estados; em “1919, a emenda passa no Senado e, em setembro de 1920, foi ratificada a 19ª emenda constitucional, concedendo o voto a todas as mulheres maiores de 21 anos”.

O movimento americano interessa por ter inspirado Bertha Lutz a se movimentar por aqui, embora de forma distinta em vários aspectos. O Brasil, de forma similar aos Estados Unidos da América, herdou influências dos costumes e das ideias europeias quanto à manutenção do *status* inferior das mulheres. Stuart Mill, primeiro intelectual a fazer a tentativa oficial de obter do Parlamento inglês o direito de voto às mulheres, escreveu a obra clássica da literatura feminista.

Quanto às mulheres de elite no Brasil, vale citar Nísia Floresta (1809-1885). Ao retornar da Europa, adotou ideias avançadas, promovendo, na cidade do Rio de Janeiro, conferências sobre a abolição e a república. Ademais, traduziu e custeou o livro de Mary Wollstonecraft⁵¹, *A Vindication of the Rights of Women*. Suas contribuições revelaram-se em favor da educação das mulheres; foi uma educadora combativa, atuando de forma marcante. Fundou e dirigiu colégios femininos, nos quais punha em prática suas ideias de emancipação através da educação” (ALVES, 1980, p. 89).

⁵¹ Wollstonecraft (1759–1797) foi uma das primeiras a refletir sobre a importância da educação das mulheres para a transformação da condição social de dependência em que viviam, já citada neste texto, p. 67.

Apesar da distância que a separa das ideias feministas, sua atuação foi de vanguarda. Devido ao desprezo pela educação da mulher brasileira, o voto e a participação política não faziam sentido naquele momento, considerando a emergência de, primeiro, uma educação feminina. Muitas outras já anunciavam ideias feministas e começavam a surgir jornais, teatros e revistas de cunho emancipacionista. Por exemplo, *O sexo feminino*, editado por mulheres, defendia a educação e a emancipação delas; a peça teatral *O voto feminino*; e a revista *A família*, escrita por Josefina Álvares de Azevedo, (1878 e 1888), respectivamente, em que divulga sua revolta com a condição de seu sexo.

Em 1891, Josefina apela à Assembleia Constituinte sobre o voto feminino. Isabel de Mattos Dillon é quem exerce o direito do voto, recorrendo para a Lei Saraiva, que instituía o direito aos detentores de títulos científicos, no seu caso, de dentista, sendo proibido, tão logo chegou aos ouvidos do Ministro do Interior do Governo Provisório Cesário Alvim.

Foram diversas aquelas que conseguiram romper e forçar essa participação, a exemplo, Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira, Maria Amélia Florentino Cavalcanti, com fins específicos de estudar no exterior. Além delas, Myrthes de Campos, advogada, é a primeira a ser aceita no instituto da Ordem dos Advogados (1910), mas o pedido ao voto foi indeferido. Casos isolados, como na “comarca de Minas Novas, três mulheres se alistaram e votaram, em 1905, foram elas: Alzira Vieira Ferreira Netto, mais tarde formada em Medicina; Cândida Maria dos Santos, professora em escola pública; e Clotilde Francisca de Oliveira”.

As mulheres da elite baiana, aquelas que tinham acesso à educação começaram a se mobilizar para conquistar mais espaço em uma sociedade que julgava como feio a mulher sair sozinha nas ruas, trabalhar fora de casa e fazer compras. Inclusive para frequentar a escola era comum ir acompanhada de empregados(as), parentes e crianças que, geralmente, ficavam à espera na porta dos estabelecimentos. A vida pública era reservada somente aos homens. Nove anos após a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), no Rio de Janeiro, são inauguradas na Bahia a filial da Federação e a União Universitária Feminina, presididas, respectivamente, por Edith Gama Abreu e Francisca Fragner Fróes. As feministas eram “bem-comportadas”, pregavam hábitos cristãos e a dedicação à família, sem propor mudanças bruscas para que fossem aceitas socialmente, buscavam apoio da sociedade, através dos meios de comunicação.

2.1 A conquista do voto⁵² no Brasil: oitenta anos se passaram⁵³

O grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral

Charles Fourier, 1772-1837.

O projeto para o voto feminino no Brasil, de forma organizada, foi concebido pela Professora Leolinda Daltro. Por meio de uma petição fundamentada no argumento da constitucionalidade do voto, requereu e obteve seu pedido indeferido sobre a causa. Em seguida (1910), funda o Partido Republicano Feminino e, em 1917, promove uma passeata no Rio de Janeiro em prol da cidadania feminina.

No ano de 1927, Juvenal Lamartine de Faria, então governador do Rio Grande do Norte, com forte admiração ao trabalho de Bertha Lutz, promulga em seu Estado a lei em favor do voto feminino. Nesse sentido, a primeira brasileira a votar foi Celina Guimarães Viana. A façanha, naqueles tempos de exclusão completa das mulheres na vida pública, aconteceu em conflito entre a legislação daquele estado e a Constituição Federal brasileira. Pouco tempo depois, a estudante mineira, Mietta Santiago⁵⁴, na época com vinte anos e regressando da Europa, votou utilizando-se de uma sentença judicial até então inédita nas cortes brasileiras. Começava um movimento nacional de mobilização de ativistas, escritoras, militantes políticas, trabalhadoras e muitas outras que levaram o Presidente Getúlio Vargas a suprimir, em um decreto de 1932, qualquer restrição ao voto feminino.

Nesse sentido, a primeira prefeita eleita no Brasil foi no Estado do Rio Grande do Norte, quando proporcionou essa capacidade a uma mulher, Alzira Soriano de Souza, que foi a “primeira prefeita da América Latina, filha do coronel da Guarda Nacional, líder político local e

⁵² Em 1893 – Nova Zelândia; 1903 – Austrália; 1906 – Finlândia; 1913 – Noruega; 1915 – Dinamarca; 1917 – Holanda e Rússia; 1918 – Alemanha, Áustria e Inglaterra; 1919 – Suécia e Polónia; 1920 – Estados Unidos; 1931 – Portugal e Espanha; 1934 – Brasil; 1940 – Turquia; 1944 – França; 1945 – Japão; 1949 – China; e 1971 – Suíça. No caso português, tinham apenas direito de voto as mulheres com cursos secundários e superiores. Só em 1969, as mulheres puderam votar em condição de igualdade com os homens. (Postado por Arlindo Sena). Disponível em: <<http://www.flama-unex.blogspot.com/2009/03/cronologia-da-aquisicao-do-direito-de.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

⁵³ A Câmara dos Deputados editou, em 2012, um volume sobre as oito décadas do direito de voto das mulheres. Nesta publicação é retratado o movimento sufragista e as conquistas feministas.

⁵⁴ Refere-se a ela na epígrafe inicial deste trabalho, na poesia que Carlos Drummond de Andrade fez em sua homenagem.

comerciante” (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 35). No entanto, ser “a filha de [...]” não significa que não possua outras habilidades. Correr o risco de uma crítica isolada pode ser um equívoco; por esse motivo, é categórico verificar práxis, consciência e espelhos de si e dos outros nos discursos, declarações e vozes. Sabe-se que ela ascendeu à esfera pública e, ao que parece, ocupou o cargo de prefeita, um caso isolado dentro do contingente dos municípios brasileiros.

Prosseguindo com a trajetória de Bertha Lutz⁵⁵, apresenta nuances de preocupação com as mulheres desde o começo de sua atuação. Ao voltar para o Brasil, depois de uma experiência no exterior, escreve uma carta à *Revista da Semana*, expondo suas preocupações com os problemas das mulheres. Demonstra estar consciente da ousadia que representava o fato delas se unirem com o objetivo de participar de atividades de cunho político, “só se aceita que o façam para objetivos filantrópicos, mais condizentes com a ‘natureza feminina’, e procura desvincular-se das ‘suffragettes’ de tão má reputação, dizendo que não propõe uma associação com objetivo de quebrar ‘as vidraças da avenida [...]’”. Esboça a estratégia de atuação do movimento que seria utilizada posteriormente. Denuncia o feminismo radical⁵⁶, alia-se ao movimento tradicional, representado nos Estados Unidos da América pela NAWSA. Alia-se a “nomes ilustres e reivindicações feitas pelos trâmites legais, usa instrumentos políticos legítimos, evitando-se toda e qualquer confrontação que pudesse vir a abalar a frágil corrente favorável que começa a se formar na opinião pública” (ALVES, 1980, p, 100).

O movimento sufragista da década de 1920 e 1930 demarca a presença das mulheres no cenário político nacional. Após esse período, houve um declínio nos movimentos populares, ressurgindo anos mais tarde, delineando duas vertentes no movimento de mulheres: de um lado, o feminista propriamente dito e, de outro, feminino⁵⁷ com características distintas e mais voltadas para reivindicações e lutas populares. A luta em favor do voto feminino no Brasil não teve características de um movimento de massa, pelo contrário, o debate foi restrito a uma elite liderada por Bertha Lutz. O direito ao voto ocorreu paulatinamente nos Estados. Quando Getúlio

⁵⁵ Bertha Lutz nasceu em São Paulo, em 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz. Tornou-se líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras por ter sido responsável pela aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.

⁵⁶ “Da perspectiva feminista radical, a desigualdade dos sexos não se deve nem à ignorância nem à falta de liberdade ou ao capitalismo, mas, sim, ao trabalho coletivo dos homens para dominar, controlar e explorar as mulheres” (JOHNSON, 1997, p. 110).

⁵⁷ Os movimentos feministas e femininos serão abordados com maior profundidade no tópico 2.3 desta tese.

Vargas promulgou o decreto-lei em 1932, o sufrágio já era exercido em dez Estados da Federação (ALVES & PITANGUY, 2007).

Somente entre as décadas de 1970 e 1980 é possível perceber uma força política importante por parte das mulheres. Com uma consciência de gênero um pouco mais aguçada, visto que houve alterações mais específicas em favor da condição em que viviam, o movimento de mulheres chamou atenção de grupos para apoiá-las em suas ações. “Não admira que políticos comecem a cortejar essa nova consciência feminina, sobretudo na esquerda, onde o declínio da consciência operária privava os partidos de parte de seu antigo eleitorado” (HOBSBAWM, 1995, p. 306).

Essas ações foram enveredando pelas nuances da sociedade, produzindo pequenas alternâncias concomitantes, prevalecendo a invisibilidade feminina no percurso histórico. No entanto, diversas foram protagonistas de suas vidas e histórias e não tiveram suas trajetórias registradas, seja na história oficial ou nas de famílias. Por essa situação, as ações significativas e revolucionárias foram marcos na vida de poucas, sobretudo de classes privilegiadas. Por herança familiar, em nível mundial, que foram registradas pelo historiador como as pioneiras em chefiarem Estados e governos “Índira Gandhi (Índia, 1966-1984) e Bernazir Bhutto (Paquistão, 1988-1990; 1994), como filhas; Sirimavo Bandaranaike (Sri-Lanka, 1960-1966; 1970-1977), Corazón Aquino (Filipinas, 1986-1992) e Isabel Perón (Argentina, 1974-1976), como viúvas”. Nessa época, outras chegaram ao topo, mas quase sempre como “representação simbólica ou figurativa em corpos públicos” (HOBSBAWM, 1995, p. 308).

Tratam-se somente de exemplos, porque é evidente a impossibilidade de expor aqui sobre o papel das mulheres na esfera pública da política de forma global e generalizada. Dentro das particularidades e contextos, o mundo aos poucos aceita e reconhece a possibilidade da representatividade feminina, “o mundo dependente, o mundo desenvolvido e o mundo socialista ou ex-socialista só marginalmente são comparáveis” (HOBSBAWM, 1995, p. 308).

No caso específico do Brasil, as ações das mulheres e do movimento feminista foram registradas e historicizadas. Militantes como Lili Tosta e muitas outras passam a se inserir nos movimentos políticos, ganhando destaque com a promulgação da lei⁵⁸ que autorizou as mulheres a participarem do processo eleitoral, podendo votar e serem votadas.

⁵⁸ Código Eleitoral de 1932 (Anexo B)

Dejanira Resende de Souza foi a primeira prefeita na Bahia, no município de Belmonte, nomeada nas eleições municipais de 1958⁵⁹ (COSTA, 1988). A primeira a ser eleita no Brasil, em capital de Estado, foi Maria Luiza Fontenelle. Ela se elegeu para a prefeitura de Fortaleza – Estado do Ceará, em 1985 (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 404), e, em 1993, Lídice da Mata foi eleita a primeira prefeita da capital da Bahia, a cidade do Salvador, e em 2010, Dilma Rousseff⁶⁰ é eleita Presidente⁶¹ do Brasil.

Surgem, então, na década de 1970, os primeiros estudos das questões de relações de gênero e sobre a epistemologia feminista⁶², mas ganhando visibilidade na mídia brasileira somente no final da década, quando surgem nas universidades os primeiros núcleos de estudos sobre as mulheres. Rago (1998) levanta alguns pontos sobre a epistemologia feminista e sua ressonância na historiografia e chama atenção para o aporte feminista às transformações em curso no campo do conhecimento. O modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários pressupostos da pesquisa científica, propondo uma nova relação entre teoria e prática. Certamente, a teoria é mais complexa. Além do mais, seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de comportamento e conhecimentos existentes⁶³.

O marco na projeção do movimento das mulheres no Brasil foi Bertha Luz, uma das percussoras nas lutas feministas⁶⁴ e fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)⁶⁵. Estudou na Europa, e desde o seu egresso ao Brasil, em 1918, tornou-se uma defensora

⁵⁹ Lista das mulheres eleitas para as prefeituras dos municípios da Bahia, desde 1936 (Apêndice E).

⁶⁰ Na condição de “afilhada” política. É comum a expressão “afilhados” e “padrinhos políticos”. Na época da campanha eleitoral, ainda é mais visível. Por exemplo, “Caciques em defesa dos afilhados. Os padrinhos políticos foram destaques novamente no guia eleitoral” (Notícia veiculada na *Folha de Pernambuco*, do dia 16/09/2008).

⁶¹ Embora se utilize a denominação “Presidenta”, inclusive, é a nomenclatura preferida pela ocupante do cargo, a grafia correta na Língua Portuguesa ainda é Presidente. Nas campanhas, a opção por “Presidenta” foi preferida pelo partido para reforçar a condição de ineditismo da primeira mulher no cargo para o caso brasileiro. Apesar de soar estranho aos ouvidos e não ser oficialmente correto, caracteriza-se como um substantivo feminino, sendo oficialmente aceito.

⁶² O estudo da teoria feminista sob essa perspectiva faz uma articulação entre gênero e ciência.

⁶³ O Feminismo será discutido mais adiante neste texto.

⁶⁴ No passado, para ser feminista, era necessário ter coragem, pois muitas vezes persistia uma “conotação pejorativa. Viviam-se sob o fogo cruzado. Para a direita, era um movimento imoral, portanto, perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e, para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina” (SARTI, 2004, p. 6).

⁶⁵ Entidade civil criada no Rio de Janeiro, no ano de 1922, por iniciativa de um grupo de mulheres de classe média, de elevada escolaridade e conhecedor dos rumos dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos da América.

incansável dos direitos das mulheres. Sua trajetória demonstra a determinação em busca de melhores condições de vida e trabalho para essa parcela da população. Muitas outras foram militantes e precursoras no movimento (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 35). No ano de 1975, Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), Bertha, juntamente com Terezinha Zerbini⁶⁶, foram convidadas pelo governo brasileiro a integrar a delegação do país na primeira Conferência Mundial da Mulher, realizada na capital do México⁶⁷. Recentemente, ano 2001, o Senado brasileiro instituiu o prêmio “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”⁶⁸, que todos os anos presta uma homenagem em reconhecimento de personalidades femininas na vida pública e valoriza a participação delas na esfera pública.

Com a promulgação da constituição brasileira de 1988, as mulheres tornaram-se mais atuantes e participantes. Apesar da não existência nem equivalência quantitativa que justifique tal afirmação, a partir da promulgação da Carta Magna, homens e mulheres possuem condição de igualdade perante a lei. Entretanto, é ineficiente a participação numérica de mulheres em relação aos homens, visto que, mesmo com uma promoção substancial nas últimas décadas, ainda se observa que, em abordagem comparativa, os homens são/estão mais informados e inseridos no contexto político.

As transformações da esfera pública, estendendo-se do espaço físico à mídia temática e virtual, reforçam o esvaziamento do espaço público por parte das mulheres. As chamadas “tirantias da intimidade” que condicionam o “declínio do homem público” também distanciam as mulheres. A vida pública encontra-se em declínio, por conta do individualismo e da apatia política. “Gradualmente, a plateia perdeu a fé em si mesma para poder julgar, tornou-se espectadora mais que testemunha. A plateia perdera, assim, um sentido de si mesma como força ativa, como ‘público’” (SENNETH, 1993, p. 320).

Partindo desse contexto, este capítulo tem como objetivo verificar a luta das mulheres, com relevantes conquistas na área social e política, fazendo com que a mudança passasse da

⁶⁶ Foi responsável pelo lançamento do movimento feminino pela anistia, que teria papel muito relevante na luta pela anistia, a qual ocorreu em 1979 (PINTO, 2012, p. 273).

⁶⁷ Agência Senado. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/bertha-lutz-e-conhecida-como-maior-lider-na-luta-pelos-direitos-politicos-das-mulheres-brasileiras.aspx>>. Publicado em: 07 mar. 2007, por Helena Daltro Pontual/Agência Senado. Acesso em: 15 nov. 2011.

⁶⁸ O Diploma Bertha Lutz, criado em 2001 pelo Senado Federal, tem por objetivo homenagear as mulheres por meio do reconhecimento do protagonismo das premiadas na luta pela transformação social e igualdade de gênero. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/berthalutz/default.shtml>>. Acesso em: 5 de jan. 2012.

legislação e das políticas públicas para o cotidiano. Com avanços numéricos visíveis, vem trazendo quantitativamente melhorias nas relações entre participação de mulheres e homens na condição de cidadãos responsáveis pelos destinos da humanidade com igualdade de direitos civis. Provocar a mudança nas legislações é uma das bandeiras de lutas do movimento feminista, afinal, “se queremos mudar uma instituição, uma organização, certo corpo político existente no mundo, tudo o que podemos fazer é rever a sua constituição, as suas leis, os seus estatutos, e esperar que todo o resto saiba seguir o seu próprio caminho” (ARENDDT, 2007, p. 93).

É fato que, nos últimos séculos, especialmente nas décadas recentes e atual, as mulheres empreenderam manifestações reivindicatórias; construíram caminhos para sua autonomia e, não obstante, uma real transformação em suas condições de vida, de estudo e de trabalho. Passaram de indivíduos excluídos e invisibilizados a sujeitos imprescindíveis para fomentar várias frentes de inserção social.

O processo histórico contemporâneo delimitou ações e geografias, nas quais a esfera do público também fosse ocupada por integrantes do sexo feminino. Vale destacar estudos acadêmicos e registros históricos sobre a presença – muitas vezes, quase que excepcional e individualizada – e que, nas rupturas da própria História e nos ciclos de longa duração, ocupam espaços de reivindicação e conquistam justiça social, através de lemas como autonomia e igualdade. No fazer cotidiano e nas experiências entre os limites do público e do privado, os movimentos feministas são protagonistas de um momento recente de reconhecimento ímpar.

Não obstante as bandeiras e as intensas representações nestes dois últimos séculos, o processo de incorporação das mulheres na esfera pública sempre se configurou como sendo um processo lento e referenciado, basicamente, nos movimentos sociais e nas expressões de “herança familiar”. O engajamento das pessoas na política tende a diminuir se aqueles(as) com boas intenções se forjarem das responsabilidades por participação, provocando um desencantamento político. Essa situação “é a sensação de que a instância política é um lugar objetivamente vazio ou, pelo menos, inadaptado ao que se encontra em causa naqueles domínios – o econômico, o financeiro, o científico, o tecnológico – que definem o verdadeiro lugar do poder” (LOURENÇO, 2009, p. 115).

Preponderarem os preconceitos contra a política, a ideia de que ela seja tecida de mentiras e enganos urdidos por interesses e ideologias suspeitos, corre-se o risco da humanidade destruir-se a si própria, através da política e dos meios de força hoje ao seu dispor. Por outro lado, se a

sociedade partir da perspectiva de que a política significa um “domínio global em que todas as pessoas aparecem fundamentalmente como agentes ativos, concedendo aos assuntos humanos uma permanência que eles de outro modo não tem, então uma tal esperança não é minimamente utópica”. Confundir o poder privado com o poder público e utilizar o que é público em benefício dos próximos, confundindo propositada e perversamente o espaço doméstico e o público é o principal vício que compromete o verdadeiro sentido da política. “O modelo da compreensão da ação é retirado do domínio privado da vida doméstica e transposto para o domínio político, que tem lugar a ação propriamente dita, enquanto atividade que só pode funcionar entre pessoas” (ARENDDT, 2007, p. 87 e 48).

Persiste, por parte de alguns, inclusive de algumas também, a ideia equivocada de que “a percepção das mulheres na coisa pública a partir de um atributo privado e, nessa medida, como capazes de “utilizar o corpo para uma política tirânica” são pressupostos de que vale tudo, quando se trata de poder, fatos que denotam o quanto é frágil a ação no espaço público que, ao contrário do que deveria, não legitima a cidadania. “Talvez não seja casual, mas necessário, que apareçam publicamente como o “braço perverso” dos homens, isto é, mães e amantes que interferem na política e no poder sob a capa doméstica” (CHAUI, 1984, p. 27-28).

A distinção nas diversas formas como as mulheres abordam sua situação, refere-se à natureza diversa das relações de poder que emaranham os assuntos humanos. Isso equivale à diversidade de contextos que se apresenta nas relações cotidianas, seja na família, seja no equivalente às financeiras, considerando que não é possível supor que obstáculos ocorrem apenas devido às condições de sexo, mas também nas relações de classe. “Significa que avaliamos muito cuidadosamente as transformações na composição de classe e seu impacto sobre a conscientização das mulheres” (ROWBOTHAM, 1981, p. 107).

2.2 Os estudos sobre as mulheres na política: revisando a literatura

Nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade.

Amartya Sen, 2000, p. 220.

Sabe-se que a participação das mulheres na política é relativamente recente na História, sobretudo com referências às limitações das fontes específicas sobre o projeto histórico das mulheres que, por muitos anos, se fizeram ausentes e invisibilizadas da História oficial. Estudos evidenciam a entrada de mulheres na política, especialmente, por duas formas: primeiro, pela participação delas em movimentos sociais e militância político-partidária; e, segundo, a mais comum, pelos laços de parentesco nas condições de descendentes de ancestrais políticos e de tradição, além das esposas, fenômeno vulgarmente conhecido como “maridocracia”. No qual o marido ou companheiro, privado de seus direitos sociais, representativos e políticos, lança a candidatura da esposa ou da companheira, ou o pai com a filha (KUSCHNER, 2000), no sentido de manter-se no poder a partir de fatos arraigados na política local.

Objetiva-se nesse tópico fazer uma releitura de pesquisas sobre as mulheres no poder, sobretudo no âmbito local. As principais análises partem da premissa de uma sociedade patriarcal. Nesse intento, as obras revisitadas denotam ranços herdados da colonização. Portanto, alguns estudos são referenciados, porque influenciaram a cultura brasileira e, nesse sentido, há uma ampliação da abordagem em percorrer outras referências além de terras brasileiras. Em geral, os estudos que abrangem a temática sobre mulheres na política trazem a questão quantitativa, com enfoques sobre a ausência ou ínfima participação nas esferas do poder.

Maurício (2005) ressalta que não somente escreve sobre as mulheres, mas lhes dá a palavra e lhes abre um espaço de identidade e afirmação: pelo que foram, fizeram e por aquilo que deixaram para as próximas gerações. Afirmaram-se em um tempo histórico⁶⁹, que atravessou Portugal por vários anos do século XX, em que a submissão das mulheres era o estatuto

⁶⁹ A pesquisa abrange dos anos 1949-1973 em relação às eleições, projetos de intervenção cívica, conselho nacional de mulheres, associação feminina portuguesa pela paz, movimento nacional democrático feminino, ação política das mulheres, iniciativas internacionais, defesa de direitos, emergência de candidaturas femininas, a vertente feminista, a intervenção feminina na sociedade e a ação política em movimentos unitários em Portugal.

reconhecido pelas leis, costumes, modos de vivência e instituições do poder. Mudaram os espaços da esfera privada para a intervenção no espaço público, recusando protecionismos e afirmando-se com vontade própria, despertando as consciências, mostrando que a humanidade é composta por mulheres e homens, que são faces da mesma moeda, e que sua invisibilidade na vida e na história não faz sentido.

No horizonte do seu combate cívico, lutaram contra as instituições repressivas do poder instituído e quiseram desconstruir uma filosofia anti-humanista de segregação das mulheres no acesso aos mais diversos cargos de representação política e social. O objetivo da autora foi tornar visível a ação política de algumas mulheres na luta contra a ditadura salazarista do Estado Novo, que oprimiu o povo português durante décadas. É inegável que o percurso do trabalho atende a seu objetivo parcialmente; ademais, ajuda a conhecer um pouco sobre o período em análise, oferece visibilidade e traz trechos de vida de mulheres que agiram e abriram caminhos para as futuras gerações.

Jiménez (2009) realça as condições que poderiam ter influenciado a maior participação das mulheres nos partidos políticos conservadores em Portugal. Recorre aos depoimentos de líderes de ambos os sexos dos partidos estudados: Partido Popular Democrático (PPD) e Partido Social Democrata (PSD), para justificar o aumento da participação e as consequências que daí adveio. Defende o comportamento dos partidos conservadores e da sua necessidade, seja objetiva ou subjetiva, para competir por voto das mulheres, é uma variável importante e uma explicação plausível para essas diferenças. Conservadores e moderados dos partidos de direita podem ter reagido a mudanças, entre outras estratégias, para aumentar a representação feminina na política formal, a fim de atrair o voto das mulheres. Conclui que, em Portugal, a questão adquiriu alguma importância no PPD-PSD, até a década de 1990, embora em seus manifestos eleitorais tenha sido quase imperceptíveis. Apesar de serem contra o estabelecimento de cotas, vem aumentando o número de mulheres nas suas listas eleitorais e no Parlamento.

Viegas e Faria (2001) identificam as implicações da criação das ações afirmativas, sistema de cotas com percentagens mínimas para as mulheres nas eleições em Portugal. Faz uma análise de cunho quantitativo da participação política das mulheres em diversos momentos, nas raízes políticas e sociais e nas dinâmicas de mudança ocorridas. Compara-se a situação em Portugal com a de outros países europeus, avaliando-se as medidas políticas já existentes.

Os autores citados anteriormente fazem uma crítica sobre a legitimidade de se estabelecerem medidas legislativas de caráter coercitivo para alterar a situação de disparidade na política, considerando que o “processo de construção da cidadania foi social e politicamente produzido, e o que se apresenta hoje como ‘natural’. Resultou de direitos socialmente conquistados e deveres impostos” e a oposição entre aqueles que entendem que um quadro legal igualitário, radicalmente imposto no campo social, cultural e político. Permitira que gradual e “naturalmente” as mulheres acendam aos postos políticos sem necessidade das medidas de discriminação positiva, contrárias aos princípios de igualdade da cidadania. Reconhecem que a resolução estrutural e de longo prazo do problema passa pela efetiva implantação dos princípios de igualdade em todos os campos sociais. Além disso, há a necessidade de conjugar esses princípios com a aplicação de políticas sociais que incidem no apoio à família e medidas que interfiram no campo político para acelerar a efetiva igualdade de participação no poder político. Reconhecem que o debate evidencia os objetivos da mudança e a conscientização que produz efeitos sociais e políticos.

Compara a taxa de feminização dos parlamentos nacionais dos países da União Europeia demonstrando que a Alemanha encontra-se em primeiro lugar, seguida da Áustria e Bélgica. Portugal aparece na décima terceira posição do ranking, à frente somente do Reino Unido e Suécia, dentre os quinze países. Especificamente para o caso português, considera-se que a taxa de atividade feminina não se encontra distribuída de forma semelhante em todo o território nacional. Fez uma análise com as categorias: atividades, desemprego feminino comparado ao masculino, população discente e docente, sócio profissionais, disposições e atitudes culturais e políticas.

Em todas essas categorias, a mulher aparece em segundo, com exceção na administração pública, onde elas aparecem à frente em quantidade, mas estão lotadas nos cargos hierárquicos de menor escalão. Demonstra que as assimetrias de oportunidades entre mulheres e homens são diferentes em determinados segmentos territoriais. Na política, propriamente dita, constata-se que a percentagem de mulheres candidatas é superior à daquelas que conseguem um mandato. As com maior nível de instrução estão em melhores condições para participarem da política e integrem as listas eleitorais, e a participação feminina nos órgãos partidários locais é mais difícil do que a nível nacional, o que se projeta nos resultados eleitorais correspondentes.

No Brasil, a mesma tendência pode ser encontrada entre os organismos nacionais de governo e na participação política das mulheres no nível local. Tabak⁷⁰ (1983) constatou que as mulheres eleitas graças a votos dados por contingentes femininos ainda constituem casos isolados. Apesar de passado mais de três décadas, em seus estudos persiste resistência das mulheres às candidaturas femininas. Sua pesquisa centra na experiência delas no legislativo e faz ressalvas, uma vez que a atividade parlamentar, sobretudo nas assembleias e câmaras dos deputados na época, décadas de 1960 e 1970, em que o Brasil viveu um regime militar autoritário, viu-se destituído de suas funções principais e, provavelmente, foi a causa para a contribuição ínfima e para a politização das mulheres, na ausência de liberdade política.

No poder executivo local, Blay (1979) tentou definir três situações típicas para descrever o perfil das mulheres no poder executivo local. Denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, que, por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E, por último, a “prefeita por iniciativa própria”, que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários, consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Na releitura de Barbosa (2008), para o Estado da Bahia, essas três situações já tomam proporções diferenciadas. A prefeita com característica exclusiva de “coronel” não foi detectada na pesquisa, a prefeita “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma gestora de carreira através da experiência adquirida no cotidiano, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes. É evidente que, nesses últimos trinta e dois anos, muita coisa mudou. Se, para Blay, preponderou uma “arraigada visão ideológica que supõe ser a política um reino

⁷⁰ Tabak foi uma das primeiras mulheres no Brasil a trabalhar sobre a participação política das mulheres. Seus estudos abrangem vereadoras, prefeitas, deputadas e partidos políticos. Foi fundadora do primeiro Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – Grupo Mulher e Política da ANPOCS – PUC-Rio. Seus estudos tiveram relevância na época, mas não conseguiram avançar. O segundo grupo surgiu na Paraíba; e o terceiro, em Salvador, na Bahia, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEIM). Este último é o que prevalece até hoje, avançando para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia.

masculino”. Hoje, é possível ouvir de uma mulher que sai vitoriosa nas urnas que: “A mulher pode!”⁷¹. No entanto, nem todas podem. O “reino” não deixou de ser o que era, mas muito mudou dentro dele, entre permanências e rupturas, avanços numéricos são sentidos, mesmo que de longa duração, mas o efetivo “empoderamento” continua distante.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2003) fez um estudo sobre a participação feminina na construção da democracia, com base nos números do resultado das eleições municipais de 1992 e 2000, um trabalho de cunho quantitativo. Com base nesses dados, Costa (2003) investiga as percepções das mulheres que se inserem no campo político e aspectos de suas trajetórias, através de questionários. Foram respondidos vinte e três por cento dos questionários enviados. No total dos cinco mil e quinhentos e cinquenta e nove municípios existentes na época no Brasil⁷², seis por cento estavam representados por mulheres. Aquelas que se “apresentam como portadoras de projetos de transformação da sociedade referem-se a preconceitos generalizados, desconfianças que operam como fluxos de pressões para super dimensionar os erros ou as avaliações negativas a que o partido está submetido”. Na conclusão do estudo, a autora aponta para a reafirmação de concepções tradicionais vividas pela maioria das prefeitas em um processo de constituição de um “precário, fragmentário e retardatário ou mesmo extemporâneo Estado de bem-estar, exatamente na contramão da reafirmação de propostas de ação estatal sob o ideário neoliberal, que acompanha as retóricas da humanização na política” (COSTA, 2002, p. 24 e 32). Maneiras de afirmar que cabe às mulheres melhorar as relações entre as pessoas nos assuntos humanos.

Pinheiro (2007, p. 22) estudou as deputadas federais no pós-Constituinte. Em Sua pesquisa, chamou atenção para as interpretações simplistas e preconceituosas de que as mulheres não gostam de política. A ideia de que as pessoas atuam de forma diferenciada pelo simples fato de serem homens ou mulheres é um estereótipo; afinal, as experiências diferenciadas de socialização, somadas a fatores relacionados com outras dimensões. A exemplo, o “capital político”, as bases políticas e a dominação masculina, são determinantes para moldar a prática feminina na política. Conclui que vários fatores são responsáveis pela presença ínfima das

⁷¹ Parte do discurso proferido por Dilma Rousseff, ao ser eleita Presidente do Brasil, em 2010.

⁷² No ano 2000, esse número passou para cinco mil, quinhentos e sessenta e um municípios e, em 2009, passou para cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco municípios, mantendo-se até este ano de 2012. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 10 jan. 2012.

mulheres no parlamento, são eles: o acúmulo e o tipo de capital político, que levam consigo ao entrarem no parlamento; as preferências construídas a partir de uma socialização diferenciada por ser homem ou mulher; práticas sexistas fundadas na herança histórica de um sistema patriarcal; e, por fim, bases políticas diferenciadas, construídas em grande parte a partir da ideia de identificação com os excluídos; e outras características, como profissão e filiação ideológica.

Costa (1998), em estudo sobre as prefeitas na Bahia, demonstra que, apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco; ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verifica que a existência dessas intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado. Nos diretórios partidários prevalece um processo “altamente elitista e autodestrutivo”, os partidos mantêm uma postura fechada e a lista de candidatos não atende às expectativas dos membros, são elaboradas em circunstâncias controladas pelos dirigentes. “Nesses partidos, os filiados não passam de simples ‘associados’, sem nenhum poder de decisão e controle. Além disso, não se podem esquecer os mecanismos perniciosos contidos na lei eleitoral”. Essa situação atribui-se às aberturas que existem na legislação, a qual exige, por exemplo, que haja um percentual destinado às candidaturas femininas, no entanto, não pune àqueles que não atendem às normas.

O partido constitui-se em um dos principais “instrumentos da ideologia patriarcal que mantém as mulheres afastadas da participação política formal”. Justifica esse fato na medida em que, além de dificultar as candidaturas femininas aos cargos eletivos de maior importância social, “não cria mecanismos de absorção dessa parcela significativa do eleitorado” (COSTA, 1998, p. 79 e 198). A autora culpa a baixa participação feminina nas estruturas do poder formal por promover o surgimento de certas crenças sobre a participação feminina entre os teóricos políticos e outros estudiosos.

Essas crenças, ou mitos da participação feminina, têm servido como justificativa para o abandono dos estudos sobre a participação das mulheres na política e, ao mesmo tempo, servem para manter as mulheres afastadas dos cargos públicos através do reforço dessas crenças, numa espécie de ciclo vicioso (COSTA, 1998, p. 85).

No que se referem às prefeitas, todas as que fizeram parte da amostra possuíam familiares que já haviam exercido ou exerciam a chefia municipal ou outros cargos eletivos no legislativo municipal, estatal ou federal.

Os maridos de 62,5% das prefeitas já haviam sido prefeitos no mesmo município; o pai de 50% havia exercido a mesma função anteriormente. Uma prefeita tinha o pai, o avô e o bisavô eleitos prefeitos em vários mandatos; o pai de outra havia sido prefeito e vereador, um tio deputado federal e estadual por duas vezes em cada função e os outros tios e o avô haviam sido vereadores (COSTA, 1998, p.155).

As mulheres não se mobilizam no sentido para candidatarem a esse cargo executivo. O estudo demonstra que três por cento tiveram como objetivo defender os interesses do sexo feminino, outras um por cento somente queriam servir de exemplo às outras mulheres. “A ideia de identidade como um sistema de sentimentos e representações que especifica e singulariza o indivíduo dentro de sua cotidianidade precede um processo de consciência, entendida como um produto da situação social e da resistência” (COSTA, 1998, p. 157 e 172).

É esse processo de transformação da identidade em consciência que se propõe averiguar de forma mais aprofundada nessa tese. Se, movimento de mulheres, ao pressupor o surgimento de uma consciência feminina de gênero, consegue avanços em mulheres em situação de maior visibilidade do que outras, nelas se projetam e se reelaboram ações que visam alterar as desigualdades vividas. Isso tem ficado evidente no Brasil.

Em outra pesquisa, dessa vez com as vereadoras na Bahia, a autora chegou à conclusão de que ultrapassar as fronteiras do município, ir mais adiante dos interesses familiares, deixar de estar disponível o tempo todo para o lar, não é uma perspectiva que se apresenta para as vereadoras analisadas. Este é um sacrifício que só farão em caso de extrema necessidade. A partir da pesquisa, afirma que, embora em ínfima proporção, algumas mulheres conseguiram romper com o bloqueio sexista da participação política nas esferas formais do poder; ainda assim, o número daquelas que conseguem romper com os contextos de condição subalterna e opressão de gênero é ínfimo. Em geral, a mulher que atua na política formal na Bahia segue presa a um mundo de preconceitos e discriminações (COSTA, 1997, p. 63-78).

Conforme revelou o estudo de Brabo (2003), em pesquisa empírica feita em Marília, Estado de São Paulo, que, tanto no âmbito estadual como local, o poder político esteve, em toda a história do município, nas mãos dos homens. A participação político partidária de mulheres se apresenta em descompasso com a participação na sociedade em geral. As mulheres foram esquecidas ou eram invisíveis aos olhos dos historiadores e seus feitos minimizados. Isso poderia revelar um outro papel delas, não só nos bastidores, mas no cenário histórico. Nesse contexto, apesar da cultura local não incentivar a participação política das mulheres, ela ocorreu, conforme

constatou a pesquisa: elas sempre participaram da política, nas conversas, nos movimentos de bairros, nos partidos políticos, mas com uma atuação restrita, contudo, não do poder.

Kuschner (2000) fez uma pesquisa etnográfica realizada entre agosto de 1995 e janeiro de 1997. Observou-se o cotidiano dos políticos, familiares, assessores e eleitores. O estudo investiga sobre a conexão eleitoral de uma família de políticos no Estado do Rio de Janeiro, pai deputado, filha vereadora, com uma atuação prioritária de intermediação entre as demandas populares e o governo. Na concepção da família, a política é o espaço privilegiado de acesso aos órgãos públicos. É feita a mediação com a população, em torno de atender aos interesses e demandas da comunidade de eleitores(as).

O estudo descreve a relação entre representantes e representados. Chama a atenção para os problemas brasileiros, como as mazelas do país devido à falta de percepção dos direitos e deveres da população e, principalmente, dos deveres dos políticos que ocupam diversas esferas do poder público. A vereadora faz um trabalho voltado diretamente para o atendimento aos eleitores, atua na intermediação entre a população e o Governo.

[...] a conquista de acessos, ou a entrada para a política, é resultado da colaboração dos membros de uma rede em uma série de trocas. Votos, cargos, indicações, pedidos de promoção, interferência em processos burocráticos e legais, encaminhamento de pedidos são os principais recursos de que os Silveira dispõem para trocar com os membros de sua rede. Em contrapartida, recebem financiamentos, bens materiais e ajuda em forma de trabalho na campanha. Esta é a base que constitui o sistema de dar, receber e retribuir acessos (KUSCHNER, 2000, p. 105).

A carreira da filha se inicia enquanto trabalha na campanha do pai deputado. Quando consegue tornar-se conhecida, lança-se candidata e vai à frente em continuidade do trabalho iniciado pelo pai no âmbito mais local. Ao examinar a trajetória da família Silveira, a autora explica: “muitas das mazelas do país devem-se à falta de percepção dos direitos e deveres da cidadania por parte da população e, principalmente, dos políticos que ocupam diversas esferas do poder público”. No entanto, a problemática não é tão simples e nessa pesquisa “pudemos ver de perto a complexidade de um mundo onde a política, com seus vícios e virtudes, está no centro das atividades cotidianas” (KUSCHNER, 2000, p. 143 e 145).

Miguel e Queiroz (2006) discutem as diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições no poder local brasileiro, em recorte temporal específico que vai de 1996 a 2004. O estudo expõe um questionamento sobre o porquê das mulheres apresentarem um desempenho melhor para prefeitas e vereadoras nas eleições em regiões economicamente menos

desenvolvidas. Além disso, debatem sobre três possibilidades e, após a análise dos dados, rejeitam tais hipóteses, ressaltando a impossibilidade de respostas, por não ter explicações seguras sobre o fenômeno.

Focar a atenção sobre quem está se elegendo talvez ajude a explicar a questão central deste artigo – o melhor sucesso eleitoral das mulheres nos municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e certamente permitirá vislumbrar alguns dos próximos desafios para o aprimoramento da representação política no Brasil (MIGUEL e QUEIROZ, 2006, p. 383).

Note-se que reina confusão, não apenas quanto a números, mas quanto aos territórios. Estudos que buscam comparar e evidenciar resultados concretos e arbitrários, levando-se em conta poucas categorias associadas, compromete por conta da diversidade de situações e atuações. Adentrar nos meandros do debate atual sobre política e representação não é simples e possui uma gama de categorias associadas, sendo utópico o desejo de assertivas totalizadoras. Nesse sentido, o estudo de Alves & Araújo (2007) ilustra a mesma problemática e a confirmação de que “o problema já identificado de certa distorção na representação dos Estados foi outro fator que surgiu no decorrer da análise e necessita de ser melhor investigado”. Revelam que o desempenho das mulheres varia em muitos aspectos, quando observado de forma mais desagregada por região e em uma perspectiva multicausal, demonstrando que o território exerce influências nesse aspecto. Apesar das mulheres serem a maioria no eleitorado, permanece minoria no exercício político e a concentração está nas regiões Norte e Nordeste, fato que destoa das regiões mais desenvolvidas. Não é o caso adentrar no desenvolvimento do conceito de território e na materialidade histórica do contexto, considerando que o trabalho indica mais categorias a serem trabalhadas, sobretudo quando não se tem em mente um estudo comparativo que possa fornecer explicações conclusivas em detrimento de um assunto tão complexo. Algumas variáveis com elevado grau de “significância”, pensadas de forma articulada, confirmam padrões descritos na literatura e que definem as trajetórias de inserção como diferenciados para homens e mulheres. Isto remete ao esforço para compreender *se* e *como* estas trajetórias têm sido modificadas nos partidos, desde a idade com que homens e mulheres vêm entrando nos partidos como o tempo esperado entre sua filiação e seu ingresso na esfera dos competidores.

Sacchet (2009) escreve sobre a situação da baixa representatividade das mulheres na política, a partir da análise dos dados de um *survey* nacional de 2006. A pesquisa verifica como o

capital social⁷³ é estruturado por gênero e discute suas possíveis consequências para a representação política. Os resultados indicam que homens e mulheres participam em diferentes tipos de redes associativas: eles tendem a se organizar em grupos voltados à esfera pública, e elas lidam com questões práticas do cotidiano familiar e comunitário. Para tanto, considera fatores culturais, particularmente aqueles relacionados à cultura política e ao capital social.

Com referência a um trabalho que focasse a mulher indígena na política brasileira, Sachi (2003) estudou as associações e departamentos na Amazônia brasileira. Essas mulheres se organizaram para reivindicar e negociar direitos dessa categoria nos contextos interétnico. Portanto, as práticas políticas delas não são na política formal, mas o início de uma organização que torna complexa a configuração das identidades étnicas e de gênero no movimento indígena. O estudo se deu em associações, departamentos, comissões, comitês e conselhos de mulheres indígenas e temas correlacionados. A ênfase nas trajetórias das líderes comunitárias, ou assumindo cargos em organizações, foi possível para entender os valores próprios de seu gênero que facilitam ou dificultam a sua experiência no mundo da política.

O que elas propõem é a difícil tarefa da possibilidade da diferença combinada com a proposta de igualdade de direitos políticos. Dessa forma, a legitimação étnica relacionada no convívio estabelecido com a sociedade nacional e internacional, a reivindicação de etnicidade, só pode ser melhor entendida sob a ótica de gênero (SACHI, 2003, p. 107).

Em estudo de Pinto e Moritz (2009, p. 85), sobre as eleições de 2008, na cidade de Porto Alegre. Partem da explicação de que, apesar da disputa ser entre três candidatas, verificou-se no discurso veiculado na mídia televisiva a ausência de referência à condição de gênero das candidatas, ou seja, as mulheres permaneceram invisibilizadas na campanha eleitoral. Concluem, com base no material empírico analisado “que a mulher foi a grande ausente no discurso da campanha veiculada na televisão”. Fato que acontece também com as candidatas na Bahia. Essa ausência foi entendida por conta das propostas das candidatas apresentadas não preverem ações que atendessem diretamente a essa parcela da população. Apesar de sua condição, agendas e bandeiras desfraldadas, não constavam planos, projetos e programas de políticas públicas inovadoras que contemplasse os interesses das mulheres vulnerabilizadas, injustiçadas, com

⁷³ Trata-se de um conjunto de contatos, relações, amizades, obrigações, relações socialmente úteis que podem ser mobilizadas pelos indivíduos ou grupos ao longo da sua trajetória pessoal e profissional (BOURDIEU, 2012, p. 166).

problemas de saúde e educação e que vivem em situação de pobreza, enfim, não buscava-se atender aos interesses da categoria, de forma especial⁷⁴.

Como revisão historiográfica, buscou-se neste item trazer as abordagens, construções e revisões que matizam e matizaram os estudos sobre as conexões entre políticas e mulheres, desde uma geográfica transatlântica (Portugal) até chegar a investigações com recortes mais regionais/locais dentro do território brasileiro. São estudos de referência, com limitações, mas com a tentativa de compreender as categorias associadas à problemática da inserção e atuação das mulheres na esfera pública local.

2.3 Movimentos Feministas e Femininos: pluralidade ideológica que impõe o uso no plural

Algunas de ellas se convertirían más adelante en mujeres feministas ¿Cómo? de distintas maneras. En mi caso particular, aun recuerdo cómo, a medida de que fui percibiendo las diferencias que existían en el tratamiento concedido a un niño y a una niña de la misma edad, en su misma familia y fuera de ella, especialmente en la escuela y en la iglesia, así como las diferentes expectativas que las personas mayores depositaban en ellas y en ellos, fui tomando conciencia de mi posición social menoscabada, y de que iría a sufrir, a causa de mi sexo y al convertirme en adulta, serias discriminaciones e injusticias sociales. Por eso, y en cuanto mujer y feminista, he dedicado todos mis esfuerzos existenciales a cambiar las raíces estructurales de tales injusticias.

Marta Zabaleta, 2011, p. 17.

Zabaleta (1996 e 2011) expõe sobre o seu momento de conscientização de sua condição diferenciada em relação aos demais em virtude do gênero; entretanto, não se restringe a esse sentimento, após o conhecimento dessa circunstância começa a luta incansável e, coletivamente,

⁷⁴ Com outra temática, mas com aproximações, Maluf (1995) reconstruiu e tornou visíveis os papéis desempenhados por duas mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. Construiu suas narrativas em confronto com as duas personagens principais, Floriza e Brazília, fazendeiras e autoras dos livros de memórias. Através da análise do cotidiano registrado nos diários, faz uma reconstituição minuciosa da luta pela sobrevivência de suas famílias, em um contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café. Demonstra a liderança feminina no trabalho das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares. A história é contada em uma perspectiva de relações de gênero e de classe social, envolvendo mulheres que quebraram o mito do papel feminino idealizado e oculto de mulheres da elite, como ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira. São estudos de referência, com limitações, mas com a tentativa de compreender as categorias associadas à problemática da inserção e da atuação das mulheres na esfera pública local.

em diversos campos da educação formal e informal, para que as injustiças visíveis e invisíveis dessa natureza pudessem ser superadas.

O Movimento Feminista vem lutando para que outras mulheres participem do processo de melhorias de situações de inferioridade. Para tanto, “atravessou todo o século XX conduzindo as lutas de massas, obtendo vitórias jurídicas e morais de grande importância, transformando a situação e a consciência das mulheres” (TOURAINÉ, 2010, p.115). Entretanto, não foi o pré-requisito para mudar a condição delas frente à política. Com a combinação entre a revolução social e as transformações da atuação feminina no grupo doméstico, familiar e público, elas caminham em rumos diferenciados. Giddens (1998, p. 10) reconhece que “as mulheres comuns, que tratam de suas vidas cotidianas, e também os grupos conscientemente feministas, foram os pioneiros em mudanças de ampla importância” na sociedade contemporânea.

Mulheres têm representações espaciais e temporais diferentes, que incidem em suas práticas. Nesse sentido, este capítulo tem a finalidade de verificar e estimular a reflexão sobre os movimentos e as ações das mulheres sob a perspectiva de que em todos os lugares elas são excluídas do poder, entretanto, nem todas as ações foram e estão organizadas neste sentido.

Nas prefeituras pesquisadas, há ínfima relação entre suas práticas e os movimentos sociais, sobretudo feministas. Essa distinção importa por conta de suas atuações estarem pautadas em trajetórias diferenciadas. “Falar em movimento de mulheres no Brasil é meio constrangedor, porque há mulheres feministas que organizam seus grupos e fazem trabalhos, inclusive de classes populares, em outros tipos de movimentos, que têm as suas semelhanças, mas também suas diferenças bem claras”. Da mesma forma, em suas atuações, elas não reconhecem claramente quais ações, movimentos e políticas públicas podem impactar de melhor maneira a vida das mulheres. Esse problema foi encontrado, tornando complexas suas atuações por não pôr em práticas teorias feministas, em grande parte desconhecidas, sobretudo, porque são influenciadas diretamente pelos homens, seja o marido ou os profissionais e/ou servidores públicos de carreiras com ideias preconcebidas. Não possuem experiência de como lidar com os movimentos sociais que reivindicam melhorias nos custos de vida, construção e manutenção de creches e escolas de boa qualidade, “que mobilizam quase que exclusivamente mulheres ou, ainda, os clubes de mães, as comunidades da Igreja, que, na verdade, têm um traço diferente dos movimentos ditos de mulher para as mulheres, que refletem sobre a experiência feminina” (CARDOSO, 2011, p. 444-5).

No Brasil, “o movimento de mulheres nasce de uma luta pela libertação e faz parte dos movimentos libertários dos anos sessenta; é fruto direto de 1968, de tudo o que significou de data simbólica, é um pouco a revolução estudantil”. Nesse caso, refere-se aos movimentos femininos e não feministas, como foi o sufragista liderado por Bertha Lutz que, apesar de um enfraquecimento, manteve-se atuante. O contexto brasileiro é distinto e traz as marcas que refletem a “questão da libertação, da discriminação, que aparece como tema político, e é nesse contexto que a luta das mulheres também emerge, que as mulheres, como presença política, se manifestam” (CARDOSO, 2011, p. 436).

Após os anos setenta, mulheres de bairros populares se uniram, organizando protestos contra o regime militar. São movimentos populares que investiam em questões urgentes de uma população que precisava de ações ligadas ao cotidiano. Destoam dos movimentos feministas que existiam, mas estavam vinculados a uma luta mais ampla de mulheres elitizadas, em que se possuíam requisitos de pensar em suas condições, sem se sujeitar imediatamente à questão da sobrevivência. Com os movimentos femininos, muitas mulheres se destacaram e, posteriormente, algumas se inseriram nos movimentos perspectivas emancipacionistas e feministas. Somente no final do século XX, essa participação ganha fôlego e a construção de redes de alianças e solidariedades internacionais consolidam o objetivo de uma ordem mundial que reconhecem as mulheres como militantes no sentido de participação efetiva em prol de oportunidades.

Ao lado de outros, o movimento de mulheres “estabeleceu formas diferentes de pressionar o Estado, e talvez essa seja a razão pela qual todos os movimentos são vistos como alternativas, como caminhos paralelos aos partidos”. Entretanto, apesar de conseguir “alguma eficácia nisso, mas não se construírem um canal político; não criaram realmente, uma relação definida de reivindicação e de atuação sobre o Estado” (CARDOSO, 2011, p. 438).

A problemática apontada é que os movimentos populares são sempre vistos e, às vezes, chamados de movimentos femininos porque suas participantes “não querem se identificar como feministas”. Por muito tempo, inclusive por conta de um conservadorismo da Igreja Católica⁷⁵, as ideias feministas não eram bem vistas por algumas mulheres, sobretudo àquelas que se se viam através da lente dos homens e dos movimentos conservadores na sociedade brasileira.

⁷⁵ Sobretudo em ideias feministas ligadas às questões da sexualidade e do aborto, ou seja, direitos reprodutivos e sexuais.

Conforme Sarti (2004), os movimentos femininos e feministas se expandiram dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas e interconectadas. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. “Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento imoral, portanto, perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e, para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina”. A dicotomia existente entre a imagem do “feminismo *versus* feminino repercutiu, inclusive, internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes”.

Esse conflito se verifica uma vez que os movimentos femininos “não aderem imediatamente ao nome nem às teses feministas, sequer às teses básicas do movimento feminista”. Cardoso (2011, p. 444) acredita que, por mais superficial que seja, “essas mulheres mobilizadas nesses movimentos populares são mulheres que ganharam uma relativa independência e que começaram a participar efetivamente de temas polêmicos e a terem uma nova visão”.

Apesar da ínfima eficácia, desempenharam um papel de relevância. No entanto, “o que o movimento feminista fez e conseguiu, e até aqui conseguimos em parte, foi a legitimação das mulheres como categoria a ser atendida, a ser reconhecida como tal”. Compreende-se que esse reconhecimento fica no plano discursivo, e não efetivo como se espera. “Sempre se começa assim, e do discurso se tem que passar à prática porque o discurso também traz implicações práticas” (CARDOSO, 2011, p. 439).

Importa é que o espaço das mulheres, de algum modo, vem sendo conquistado. O que falta é esse intervalo não só se transformar, de fato, no lugar “legítimo da reivindicação direta ao Estado, mas também se legitimar como espaço interno de participação das mulheres no sistema político”. Acrescentando essa premissa, espera-se que, quando o local de reivindicações de fato existir, ele possa ser motivo de melhorias nas condições de vida das pessoas, sobretudo, daquelas que sofrem em razão das pobreza, violências e vulnerabilidades. O desafio posto é “exatamente entrar nesse campo que é masculino, levando nossas qualidades femininas, porque parece que eles estão tão próximos, que realmente não deve ser muito difícil, desde que logremos vencer essas barreiras da tradição” (CARDOSO, 2011, p. 453).

Por encerrar contradições, o movimento de mulheres “ampliou o campo da ação prática, ao reconhecer que não era apenas o que você disse e o que você fez, mas como você disse e fez, que transmitia sua política”. O modo de viver e a tentativa de resolver esses problemas é que traz

à tona a perspectiva de solução. Nessa abordagem do cotidiano, como espaço da discussão e de enfrentamento da situação, é que provoca “a capacidade de iniciar essa miríade de transformações, podendo ser estimulada, dirigida, educada, alimentada, desenvolvida, mas não apenas treinada” (ROWBOTHAM, 1981, p. 85).

Por outro lado, a participação das mulheres organizadas no movimento feminista permitiu conquistas. Os Feminismos, como movimentos, partiram do pressuposto de que as mulheres, até o momento, vivem em condição de subordinação e discriminação, seja local ou mundial, social e política. De fato, ainda se vive a fase entre as tradições e as nuances de um vir a ser, de uma construção cotidiana de redes e de ações que sejam capazes de tornar visíveis e assinalar práxis que garantam Direitos Humanos específicos e lugares territorializados. É constituído historicamente e enfoca a coordenação de ações que visam à transformação social, através da reflexão e do questionamento sobre as condições existentes e as relações assimétricas de poder em virtude do gênero.

Os feminismos distinguem-se de outros movimentos sociais por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero atribuídos historicamente a mulheres e homens (COSTA, 2005). Também por ser autônomo em relação a outros movimentos, ser organizado horizontalmente, não há esferas de decisões hierarquizadas e, por fim, defende os interesses de gênero das mulheres.

Trata-se de um esforço político e epistemológico, que tem como principal objetivo remover as mulheres da categoria da natureza e inseri-las na cultura como sujeitos sociais na história construída, como construtoras de suas próprias vidas. Pinto (1992, p. 132) postula que o movimento feminista “luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam em níveis público e privado, da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo”. Portanto, seu foco principal não é reivindicar políticas públicas que atendam à parcela de algumas com ações voltadas para a criação de creches, delegacias femininas, condição de vida e saúde. São ações de interesse de mulheres, mas a meta do movimento é uma luta que abranja toda e qualquer situação em que a condição de inferioridade exista.

Não se pode falar em feminismo, mas em feminismos e suas diversas interpretações sociológicas e epistemológicas. Quando essas questões vêm à tona, destaca-se a ideia da pluralidade, complexidade e das tensões próprias, principalmente quando se analisa a atuação das

mulheres na esfera pública. “O feminismo é um fenômeno social complexo e, como outros empreendimentos humanos, sofreu o seu quinhão de contratempos e aventurou-se em alguns becos sem saída” (SCHIEBINGER, 2005, p. 19).

De forma mais restrita, os feminismos também podem ser compreendidos como um “conjunto de ideologias políticas usado pelo movimento feminista para promover a causa da igualdade das mulheres com os homens e pôr fim à teoria sexista e à prática de opressão sexual”. Entretanto, não é tão simples e a igualdade é outra situação complexa que exige mais detalhes⁷⁶. Surge adentro diversas correntes de pensamento e teorias para discutir com mais precisão as diversas manifestações de problemas decorrentes na relação de gênero. Para analisar, observar e interpretar as maneiras complexas existentes, as pesquisas feministas fundamentam-se em perspectivas distintas e relacionadas. Entre elas, o feminismo liberal que parte do pressuposto que a desigualdade dos sexos tem origem principal em uma socialização capitalista, onde as mulheres têm dificuldades de se inserir em condição de igualdade; o feminismo socialista ou marxista explica que as mulheres constituem uma classe explorada no modo de produção capitalista. Seja no trabalho pelo responsável hierárquico, em casa pelos maridos, companheiros, pais, irmãos e até filhos, e, por fim, a corrente feminista radical que explica a subordinação das mulheres como imposição e forma de manutenção dos interesses dos homens (JOHNSON, 1997, p. 110).

Há uma diversidade de posturas e uma pluralidade nas práticas. Os ditos “radicais”, ou “autônomos”, cada vez possuem menos autonomia e raízes arraigadas em seus princípios. Os “socialistas” possuem cada vez mais uma orientação classista nas lutas e suas críticas ao sistema capitalista mantêm-se tímidas às suas representações, sobretudo no que tange contra as diversas formas de violências e exclusões (CASTRO, 2004). O que se compreende nesse debate é que há um abismo entre teoria e prática. Não há uma homogeneidade de pensamento, muitas vertentes se entrecruzam para se chegar a uma ideia que possa abarcar soluções para vários enigmas. De acordo com a autora, não se é possível chegar a um “ajuizamento de posturas políticas”, pelo contrário, a ideia não é propor receitas e caminhos a trilhar, mas um “compartir preocupações”, em vista a tantos discursos e ínfima eficácia direta nas políticas públicas e ações de intervenção.

Apesar de não alinhamento de posturas em um movimento dessa natureza, suas dicotomias em ramos bifurcados tem para o debate diversas questões que ajudam a pensar as

⁷⁶ A discussão sobre a igualdade e a diferença será detalhada no tópico 3.1 desta tese, p. 117.

situações e experiências das mulheres. Nesse sentido, foi a partir do movimento que surgiu a teoria feminista, permitindo a construção epistemológica, a crítica ao modo de estruturar e produzir ciência, ética e política. Trata-se de uma ferramenta, como uma lupa, para olhar criticamente os modos de pensar, saber, conhecer, desconstruindo e reconstruindo saberes na tentativa de distanciar estereótipos, preconceitos sexistas e androcêntricos nos processos de produção do conhecimento sobre as relações humanas. Abrangem as categorias mulher e homem, que se concretizam no âmbito de contextos sociais, culturais, políticos e históricos específicos. Constitui como troca de experiências e aprofundamento de reflexões teórico-metodológicas sobre a problemática da inferioridade feminina e relações de gênero em uma sociedade marcada por abordagens assimétricas de poder e subordinação.

Montaño (2004) acredita que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho tem impactado positivamente a autonomia delas, embora não tenha alterado muito a persistência de uma desigual distribuição de responsabilidade na vida privada, apesar dos movimentos serem caracterizados pelo empenho da universalidade de direitos. Demonstra o impacto positivo na geração de novas formas de consciência e de formulação de direitos que apontam maior igualdade nas relações sociais e familiares, embora se mantenha em um jogo de forças e tensões.

El pensamiento feminista además de haber visibilizado un conjunto de fenómenos desde la óptica de las relaciones de género ha insistido en mostrar los vínculos entre lo público y lo privado, entre lo civil y lo político, mostrando una vez más como los avances producidos en una esfera (la pública) en general han ido a costa de la otra (la privada) y muy a menudo han recaído sobre las espaldas de las mujeres (MONTAÑO, 2004, p. 141).

O conceito de gênero surgiu na busca da compreensão de que, antes de tudo, não se refere exclusivamente às mulheres, trata-se de uma categoria emprestada da gramática e se refere ao masculino e ao feminino, atualmente já acrescentando LGBTTTs⁷⁷. Não é sinônimo de sexo e se refere a funções sociais atribuídas culturalmente às pessoas em relação aos sexos. As relações sociais são, antes de tudo, relações sociais de poder – trata-se de relações de disputa, de dominação e de opressão – estabelecidas tanto entre as classes sociais quanto entre homens e mulheres, brancos e não brancos, enfim, entre as pessoas. A palavra não é outra maneira de

⁷⁷ LGB “corresponde às pessoas cuja orientação sexual é vista, de algum modo, com preconceito e, por isso, sofrem discriminação, lésbicas, gays e bissexuais [...] e LGBTTTs; diz respeito às pessoas que, independente de orientação sexual que manifestam (se homossexual, se bissexual, se heterossexual), divergem das construções, dos papéis, das identidades, das fronteiras, dos códigos e dos padrões de gêneros tidos como convencionais ou esperados para o seu (suposto ou certo) sexo de nascimento: as(os) travestis, transexuais e outras(os) transgêneras(os)” (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 38).

referir-se às mulheres nem uma invenção das feministas para despistar o inimigo. O termo gênero entrou em uso em consequência das lutas feministas e de sua articulação com a epistemologia feminista (CASTELLANOS, 1996).

Nesse sentido, passou-se a questionar a universalização do termo “mulher”. Para Beauvoir (1980), ser mulher é uma construção social, “não se nasce mulher, torna-se mulher”; essa frase expressa o processo de aprendizado social da construção dos papéis de gênero. Conforme aponta Sarti (2004), com essa declaração Beauvoir provocou a desnaturalização do que é ser mulher e expressou a ideia básica do que veio a ser o feminismo. Fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada, evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais as mulheres tornaram-se sujeito, considerando a diversidade e constituindo em “identidade de gênero, inscrita na cultura”. Dessa forma, não é pelo simples fato de serem mulheres que elas devem ingressar na carreira política. A realidade é muito mais complexa do que esse simples “dualismo oposicionista” poderia explicar.

Butler (2012, p. 27) desconstruiu o conceito de gênero e o dualismo dos sexos. Com referência ao atributo de Beauvoir, aponta-se para o fato de que “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. Ademais, questionou as mulheres como única categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista. Problematizou o conceito de mulher e de mulheres no sentido de que existem outras categorias, como raça/etnia, classe, idade, portanto, a identidade não é fixa e o sujeito seria pensado como um devir permanente. As noções unitárias de mulher e identidade genérica feminina como sujeitos estáveis não dão conta para se pensarem o feminismo proposto pela autora.

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (BUTLER, p. 213, 2012).

Percebe-se uma inovação nos desdobramentos das ideias de Butler, e um debate mais profundo sobre a relação de gênero apontada pelo feminismo com outras correntes, como a teoria

*queer*⁷⁸. Talvez o repensar a identidade feminina e o questionamento de fronteiras pré-estabelecidas.

Conclui-se que a participação das mulheres nesses movimentos rompe com a condição de invisibilidade pública. “A saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes e informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder em nível privado” (PINTO, 1992, p. 133), como também no público. O surgimento dos movimentos transformaram a relação entre mulheres e homens e entre sociedade civil e Estado. Com o ingresso de novos sujeitos, a trajetória do privado para o público torna as demandas específicas mais fortes e visíveis, se juntando às gerais para reivindicar melhorias e questionar as injustiças.

2.4 A conquista da cidadania feminina: um percurso de longa duração

Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: “Sim, a mulher pode!”

Dilma Rousseff, 2011.

Parece pertinente neste contexto, realizar algumas considerações teóricas acerca do conceito de cidadania, com o propósito de análise da construção da cidadania feminina, que inclui e exclui os sujeitos, demarca fronteiras e hierarquias. A cidadania, os direitos e obrigações supõem uma permanente construção, apesar de serem contextualizadas em uma situação de conflitos com o poder que outorga espaços, possibilidades de demandas e exigências a cumprir. A igualdade e a diferença constituem um tópico fundamental para analisar as relações de gênero, a definição do público e do privado e a cidadania.

Não se trata de uma abordagem de questões “de mulheres para mulheres”, mas sim a relação entre eles, seres dotados de personalidade, interesses e atitudes. Pressupõe levar em consideração as mulheres “na sua essência humana e, em segundo lugar, de conjugar a sua existência ética com a condição de cidadania” (MAURÍCIO, 2005, p. 17). Essa categoria, no contexto em que é referida, adquire o valor de um agir consciente por parte das mulheres,

⁷⁸ “*Queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que a relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2012, p. 58). Atualmente, é compreendida como uma prática de vida que se insere em um contexto contra as normas socialmente aceitas.

sugerindo um envolvimento ativo na conquista e manutenção de seus direitos, na qual não está ausente o sentido ético da relação com o outro, na dinâmica política e referenciada por Arendt (2003, p. 53) na noção de “ação, que é essencialmente o começar de alguma coisa nova, possui a capacidade autoadversa de causar a formação de uma cadeia de consequências imprevisíveis que tendem a ligar definitivamente o ator”.

A cidadania é uma ação social que inclui três tipos distintos de direitos, especialmente em relação ao Estado: são os civis, que requerem o tratamento igual perante a legislação; os políticos, que permitem tanto escolher os representantes como também ser escolhido(a); e os socioeconômicos, de bem-estar e de segurança social (JOHNSON, 2007). Trata da relação entre as pessoas e o Estado, com base no princípio de igualdade de direitos e deveres. É exercida fundamentalmente na esfera pública, no espaço que garante igualdade mínima entre os(as) cidadãos(as), com restrições históricas e culturais às mulheres, pela igualdade perante a lei.

A luta pela cidadania feminina é um esforço no sentido de inclusão na esfera pública, ocasionada por uma exclusão desde sempre da civilização humana. Pateman (1993) demonstra que a matriz da cidadania e participação deixa de fora as mulheres, sobretudo no que tange aos direitos políticos. A cidadania das mulheres é limitada, imposta pela teoria do contrato sexual. “A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político como *direito patriarcal* ou instância do sexual, ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 16). Este antecede a teoria do contrato social; o contratualismo tem como principais teóricos Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778), entre outros. “Compreende todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político” (BOBBIO, 2000, p. 272). Os teóricos iluministas concebiam a mulher como pertencente à esfera privada e aos “sentimentos naturais”. “As vantagens da cidadania – a proteção da lei, a igualdade e a representatividade de sua vontade – não fazem parte da vida privada. Tão pouco goza das liberdades do ‘estado natural’ pré-social. A sujeição da mulher é ‘natural’” (PETIT, 1994, p. 8).

O contrato sexual é revelado no âmbito do privado, portanto familiar e doméstico, resumido no fato de a mulher se submeter ao marido, abdicando de seus interesses em troca de manutenção e proteção. A questão da não inclusão das mulheres na esfera pública está ligada a esse conceito de cidadania. Uma concepção construída através de toda a história do pensamento

universal, a partir de um modelo androcêntrico, “na medida em que reflete, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia social, isto é, o patriarcado” (COSTA, 1998, p. 51).

O patriarcado é um sistema em que o pai possui poderes em relação ao restante do grupo familiar, ele está no topo da pirâmide e os demais membros da família devem a ele obediência e respeito. Seu conceito é imbricado de paradoxos. Na esfera pública, o conceito é utilizado pelo Estado patriarcalista, cujo poder é centralizado na mão dos governantes, tido por homens desde sempre. Por conta disso, o poder é visto como uma criação masculina e se critica tal criação por orientação autoritária, patriarcal; muitas mulheres também se recusam a participar da política e não se questiona essa lógica. O patriarcado tem “duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais, ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero” (THERBORN, 2006, p. 29)⁷⁹.

Considerando que a história política possui bases nos ideais de liberdade e encontra-se nos escritos teóricos do contrato social, a cidadania feminina possui ranços históricos. O estudo da categoria “cidadania feminina” requer mais do que constatar o legado histórico e cultural que as mulheres trazem em sua bagagem. “As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando”. O contrato social é uma história de liberdade, mas excluiu as mulheres dos direitos políticos que, no geral, nem é percebido porque é interpretada com ideias patriarcais. No entanto, no patriarcado, os direitos políticos se referem ao direito paterno, “o patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais”. Nesse sentido, o poder do Estado e das leis não é mais vinculado ao poder do pai sobre sua prole, mas no “mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens como homens, ou como fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pai e cria o patriarcado fraternal moderno” (PATEMAN, 1993, p. 15 e 18).

A revelação dos silêncios da história nas últimas décadas, em que as mulheres começam a ser visibilizadas nos estudos acadêmicos, clama por uma consciência de gênero que emerge em diversas frentes. “O fato de as mulheres quererem fazer parte de um contrato que transforme

⁷⁹ O trabalho de Therborn (2006) se insere em uma proposta de análise de mudança constitucional das relações de sexo e poder, sobretudo em decorrência de alterações na sociedade, ocasionada por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. A relevância do estudo se insere na prerrogativa de compreender os tempos atuais.

outras mulheres em subordinadas patriarcais não é surpreendente” (PATEMAN, 1993, p. 314).

Na perspectiva do contrato e nas relações cotidianas existem mulheres que exercem poder patriarcal em referência a outras, a lógica existe também entre as próprias mulheres, prevalecendo uma ordem social competitiva arraigada em processos históricos de dominação e subordinação. A diferenciação sexual manifesta na teoria política, e, excluindo as mulheres das discussões sobre a cidadania, direitos, liberdade, igualdade e diferença, as mulheres mantiveram-se submetidas aos homens na esfera privada e, dessa forma, essa situação se reproduz também na esfera pública. Em diversos casos, o patriarcado aparece com outra lógica, sobretudo no campo da política, onde as mulheres se inscrevem no reduto tradicional do masculino, seja pela reprodução da figura da mãe sacrificada e cuidadora, seja pela caricatura do masculino, na construção pelas mulheres de uma imagem espetacular dos homens. (BIRMAN, 2010).

2.5 O poder e o em(poder)amento: cruzando fronteiras conceituais

O poder emerge onde as pessoas agem em conjunto, e uma vez que as ações combinadas das pessoas têm lugar essencialmente na arena política, o poder potencial é inerente a todos os assuntos humanos.

Hannah Arendt 2007, p. 125.

O fato do poder engendrar nessa esfera é que causa danos, caso ele seja combinado com a força e com o domínio. “Para as pessoas que em todo mundo se sentem ameaçadas pela política, e entre as quais as melhores são as que conscientemente se afastam da política, a questão muito mais importante que se põe e põe aos outros é: a política terá ainda qualquer sentido?” (ARENDR, 2007, p. 125). Quando as prefeitas falam de seus percalços, retornam a essa mesma pergunta feita por Arendt. Logo depois, respondem que “vale a pena” e estão buscando fazer o melhor, “pelo menos o meu município, a localidade onde eu nasci, não está entregue nas mãos daqueles que visam apenas impor o seu poder [...]” (YRMT, 2011).

O poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que os outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato (KIRKWOOD, 1986).

Durante muito tempo na história, a transmissão do poder se deu através das sucessões familiares, mas com o advento da informação, do conhecimento e do sistema democrático, muito se alterou nas reações sociais, culturais e políticas. A palavra demonstra “a extensão especial da margem individual da ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 50). Isto posto, é compreensível o posicionamento das prefeitas, quando afirmam o momento em que vivem como o mais importante, aquele que oportuniza conceber algo em favor de outras(os), o exercício de sua liderança para pôr em prática sonhos de realização no município onde nasceram e/ou que escolheram para viver e não viam acontecer em épocas passadas. Muitas remetem às obras iniciadas por genitores, pai, mãe e avô, e que ficaram inacabadas ou esquecidas em diversas sucessões posteriores, é o exercício de sua cidadania no sentido mais amplo do termo, simplesmente por que não foi mero fato a mulher ser sujeito de escolhas em matéria de administração pública. “Meu pai foi um prefeito que tinha visão à frente e isso foi importante para a estrutura que a cidade tem hoje. Por isso, busco recuperar as obras que ele construiu” (CBMS, 2011).

As desigualdades foram construídas na sociedade por se valorizar mais alguns aspectos em detrimento de outros, a exemplo, o trabalho intelectual em comparação ao braçal, o homem em relação à mulher, o rico em detrimento do pobre. Áreas voltadas para a esfera privada ou relacionadas ao papel do cuidado são tidas como de responsabilidade das mulheres, ou seja, transformam-se na divisão sexual do trabalho/tempo expressa como as diferenças sexuais são convertidas em desigualdades nos papéis de gênero. O desafio para que as relações de poder existam de forma equitativa passa pela necessidade de “empoderamento” das mulheres. E este representa um desafio para as relações de poder existentes. Em investigação dessas premissas, pretende-se discutir o poder e o “empoderamento” sob a perspectiva de suas interferências nas relações pessoais que repercutem no social e político. Não com a evidência de esgotar e averiguar de modo conclusivo a distribuição do poder, pois atravessa pelas micro relações, muitas vezes invisíveis e sem possibilidades de serem verificadas por completo nos bastidores da vida, sobretudo no âmbito público. Para ir além do descritivo e do óbvio – que seria constatar a pouca frequência que as mulheres são escolhidas nas eleições e suas possíveis causas, a intenção é compreender como lidam com o poder e se o “empoderamento” efetivamente acontece, apesar de se chegar a uma dessas instâncias de poder, nesse caso, o mais elevado cargo

público em uma municipalidade: o de prefeita. A literatura tem demonstrado diversos aspectos que explica o fenômeno da ínfima liderança feminina, mas, em geral, prevalece a perspectiva de que foram “vitimizadas” e ainda hoje são excluídas, embora essas mulheres não se definem como vítimas, mesmo quando afirmam sofrer injustiças.

Para o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM, 2009), elas devem se “empoderar” para participar plenamente da vida em todos os setores e níveis sociais. Esse “empoderamento” é essencial para construir economias fortes, estabelecer sociedades mais estáveis e justas, atingir objetivos internacionalmente acordados para o desenvolvimento, a sustentabilidade e os Direitos Humanos, além de melhorar a qualidade de vida das mulheres e, conseqüentemente, dos homens, crianças, famílias e comunidades, além de impulsionar os negócios. As principais ações e as metas do milênio enfatizam essa conduta da sociedade internacional.

Os princípios de “empoderamento” das mulheres (UNIFEM, 2009) fornecem elementos-chave para a promoção da igualdade de gênero na sociedade como um todo. Embasados no objetivo de estabelecer liderança corporativa para a igualdade, tratar a todos de maneira justa no trabalho, além de respeitar e apoiar os Direitos Humanos e a não discriminação; assegurar saúde, segurança e bem-estar sem distinção; promover a educação e o treinamento profissional para as mulheres; possibilitar o desenvolvimento empresarial, as práticas de cadeia de suprimento e o *marketing*; promover a igualdade, através de iniciativas comunitárias e de defesa, além de medir e relatar publicamente o progresso no alcance da igualdade de gênero. Esses princípios são norteadores da iniciativa conjunta do UNIFEM e do Pacto Global das Nações Unidas.

Ademais, dentre os oito objetivos do milênio, com data limite de alcance para o ano 2015, extraídos da Declaração do Milênio que foi adotada por cento e oitenta e nove governos no ano de 2000, o terceiro deles visa promover a igualdade de gênero e *empoderar* as mulheres. A preocupação existe acompanhada de reconhecimento de que o alcance da equidade de gênero é crítico para o alcance dos demais objetivos.

Pelo fato do sistema mundial de relações sociais ser fundado no exercício do poder distribuído por grupos em diferentes condições – uns de dominação e outros representando

grupos marginalizados, que não é possível falar das mulheres como minorias⁸⁰ –, os projetos de desenvolvimento das Agências Internacionais buscam mecanismos de responsabilidade coletiva que visam promover o “empoderamento”⁸¹ de grupos para “promover o desenvolvimento e as ações que fomentem os Direitos Humanos das mulheres⁸² como sujeitos históricos” (CAVALCANTI, 2005, p. 244).

Devido à ambiguidade do uso do conceito de “empoderamento” de mulheres, vale ressaltar que se trata de um pressuposto para mudanças que não somente desestabilizem assimetrias nas relações de gênero no cotidiano em espaços privados e públicos. Mas, que possibilitem o exercício da autonomia quanto às decisões sobre seu corpo e projetos de vida, saindo do reino da necessidade no privado e no público e se lançando na possibilidade de viver a cidadania. Trata-se de mudanças nas atitudes e nos comportamentos, quanto à potencialidade de participar, ser sujeito, circular no público e separar na “ética do cuidar” o determinismo e/ou a obrigação do afeto. Entretanto, representa um desafio nas sociedades contemporâneas que objetiva transformar as estruturas que reforçam as discriminações de gênero, desigualdade social e raça/etnia e de garantir os “meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e à conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar ideias e comportamentos na sociedade” (CALDEIRA, 2008, p. 19).

Os projetos de desenvolvimento reclamam a participação de todos – homens e mulheres – no poder. O administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006) afirma que “as mulheres devem expressar inequivocadamente suas ideias nas mesas de negociação para determinar seu futuro”. O “Relatório sobre o desenvolvimento mundial: igualdade de gênero e desenvolvimento 2012” aponta as vantagens da equidade de gênero, devido à importância de se ter economias inteligentes e que as aptidões e os talentos das mulheres

⁸⁰ No Brasil, há uma tendência histórica de predominância feminina na população. No censo de 2000, para cada 100 mulheres, havia 96,93 homens. Nesse ano de 2010, para 100 mulheres, há 96 homens. No total, o Censo contabilizou 97.348.809 mulheres e 93.406.990 homens no país. Em 2010, a população feminina brasileira ultrapassou em 3,9 milhões a masculina. Embora nasçam mais homens do que mulheres, a porcentagem deles que morrem entre os 10 e 50 anos é maior do que a de mulheres (IBGE, 2010).

⁸¹ Em português, a palavra “empoderamento” é um neologismo oriundo da expressão inglesa *empowerment*, que deve ultrapassar o sentido de “dar poder” para um processo de conquista do poder.

⁸² Os Direitos Humanos das mulheres serão mais detalhados no próximo tópico.

representam uma melhoria na economia e, sobretudo, as dotações e as capacidades de decidir e a oportunidade dada às mulheres moldam as das próximas gerações (BANCO MUNDIAL, 2012).

O relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009”, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), evidencia que a busca por alcançar os objetivos do milênio depende do reforço da responsabilização dos compromissos perante a sociedade e a mulher, em particular. Segundo o relatório anunciado, a percentagem delas nos cargos de representatividade política aumentou em oito por cento para a média global atual de dezoito por cento, no período de 1998 a 2008. Contudo, mesmo se esta taxa de crescimento for mantida nos países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não atingirá a “zona de paridade” até 2045.

Não obstante aos avanços, constam aspectos que demonstram que a paridade de gênero na representação política é um processo de longa duração. Na década de 1990, estima-se, através dos informes da Organização das Nações Unidas (ONU), que somente dez por cento de mulheres ocupavam parlamentos no mundo, reforçando a ideia de que mesmo sendo aproximadamente metade do eleitorado, a tomada de decisões na política ainda é espaço de predominância masculina. É fato que ocorreram mudanças significativas na sociedade e que existe um percurso para a igualdade e justiça social quando relativas às questões de gênero. O voto passou a ser um direito obrigatório, inclusive no Brasil. A escolaridade feminina avançou em vários países, superando a escolaridade dos homens, apesar da urgência de ações e projetos específicos para alfabetizar mulheres.

Não é comum e nem aceitável ouvir comentários do tipo “lugar de mulher é na cozinha”, embora permaneçam ideias e comportamentos que denotem relações de poderes, traços patriarcais, dominações e consentimentos cotidianos, confirmando permanências de um mundo configurado através da dominação masculina. “Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especificamente dos econômicos, as mulheres ficaram muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência” (BOURDIEU, 2007, p. 116).

2.6 Violência e Direitos Humanos: a responsabilização frente aos problemas da humanidade

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial.

Hannah Arendt, 2011, p. 23.

Partindo do pressuposto de que a violência permeia as relações de poder, especialmente no campo político, de forma indireta pretende-se verificar como as gestoras lidam com a violência e as violações dos Direitos Humanos em suas próprias vidas e no poder local. Existe uma preocupação com projetos, programas e políticas públicas que visam atender aos direitos assegurados que são violados? Através da discussão de conceitos em torno da violência e dos Direitos Humanos, busca-se verificar a expectativa das gestoras em incluir em seus planos de governos ações que impulsionam o enfrentamento das violências e vulnerabilidades. Ademais, se o Poder Público age como propulsor de implantação e gestão de políticas públicas adequadas.

Para tanto, leva-se em conta as violências sofridas e aquelas que são cometidas cotidianamente às pessoas, sobretudo meninas e mulheres, no ambiente doméstico e social. Com a ressalva de que a violência é caracterizada como sexual, doméstica, física, psicológica e moral. As não conformidades são acometidas em diversas frentes, por conta de problemas de saúde sexual e reprodutiva, carência de investimentos no atendimento adequado nas áreas que cuidam da saúde. Ademais, da falta de disponibilização de espaços destinados às discussões de sexualidade e reprodução e da inexistência de programas que estimulem a participação das mulheres nos locais de atuação política. Por todas essas sobreposições de violências, o poder público é (co)responsável⁸³.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), definiu a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio(a), outra(s) pessoa(s), ou contra grupo(s) ou comunidade(s) que tenha a probabilidade de resultar em lesão,

⁸³ Em pesquisa sobre a inserção das mulheres nas forças policiais, Calazans (2004, p. 145 e 149), discute os dispositivos estratégicos que a violência encontra para transformar as mulheres em policiais militares. Ademais, observou que, para adequarem ao rigor do “ser policial”, elas submetem a uma “longa e árdua aprendizagem, como uma espécie de sacrifício físico, encontrando esta atitude de suportar, a garantia de tornarem-se “donas de si”, de apropriarem-se de seus destinos, ainda que tal ‘propriedade’ seja limitada. Entre violências e sacrifícios, percebe-se crises nas “novas” concepções de segurança pública e práticas sociais” sobre as quais, torna-se necessário refletir para se compreender os pilares em que se constroem a “noção de segurança cidadã.”

morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Portanto, a violência é qualquer ação que viola os direitos humanos. Apesar de o povo brasileiro ser comumente visto como “cordial”, em inúmeras situações seus direitos são desprezados e a violência toma conta dos espaços, tanto na esfera pública quanto na privada, sendo às vezes tratada como banal.

A banalidade do mal foi discutida por Arendt (1999), quando foi enviada da revista *The New Yorker* para assistir ao julgamento de Adolf Eichman – enforcado em 1962 –, acusado de crimes contra a humanidade, sobretudo ao povo judeu na Segunda Guerra Mundial. Descreveu o desenrolar das sessões no tribunal, na perspectiva de verificar o que levou o acusado a cometer tais atrocidades. Constatou que não se trata de uma pessoa com problemas de saúde mental, mas um ser humano considerado “normal”, um funcionário burocrata com forte desejo de ascender na carreira profissional, inserido em um sistema de regras que visava o extermínio de judeus. Cumpria ordens de superiores sem se preocupar com o próximo, faltando-lhe refletir sobre suas ações e sobre o sentido do “bem” e do “mal” em suas atitudes. A “banalidade do mal” foi constatada por conta da complexidade da natureza humana em que pessoas agem e cumprem ordens sem pensar e racionalizar sobre as próprias atitudes e consequências, praticando atos de violência e crueldade, mas não se importando com os sentimentos alheios, executando mandados que incluam barbaridade sem compaixão e questionamento. Atitudes de pessoas “normais” com a índole do mal. A execução de seres humanos, incluindo tortura ou a prática de atos do “mal”, não são racionalizadas em seu resultado final, desde que se esteja cumprindo ordens superiores.

Em proporções diferenciadas, são atitudes de pessoas que praticam ações rotineiras na sociedade contemporânea, atribuindo valor inferior às pessoas e fatos, traduzindo o que a autora chamou de “banalidade do mal”. Quando se discute o poder, sobretudo na perspectiva de Arendt (2011, p. 68), verifica-se que ele é “a essência de todo governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental: como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja”. Por mais simples que ela possa parecer.

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada a seu próprio curso, conduz a desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo [...]. a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, a fim de compreendê-la pelo que é, teremos de examinar suas raízes e sua natureza (ARENDR, 2011, p. 73 e 74).

O poder legítimo, aquele que emana do povo, não é violento. Torna-se à medida que declina e começa a perder campo, utilizando-se de apelação e recorrendo-se à meios destrutivos. É compreensível compreender a manifestação de atos violentos, “em nenhum outro lugar fica mais evidente o fator autodestrutivo da vitória da violência sobre o poder do que no uso do terror para manter a dominação, sobre cujos estranhos sucessos e falhas eventuais sabemos talvez mais do que qualquer geração anterior. Essa premissa é básica, tanto para as relações internacionais quanto nos assuntos domésticos, pois a violência surge como última apelação para manter inteira a estrutura de poder contra contestadores individuais, “de fato é como se a violência fosse o pré-requisito do poder; e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que esconde a mão de ferro ou mostrará ser um tigre de papel” (ARENDR, 2011, p. 72 e 64).

Apesar de subsistir governos totalitários, nunca existiu governo exclusivo com base na violência. Mesmo nesses domínios, “cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder, a polícia secreta e sua rede de informantes”. Pessoas sozinhas, sem outras para apoiá-las, jamais tiveram poder que fosse suficiente para valer-se dele com sucesso. Compara poder com a paz, no sentido de que esta “é um absoluto, mesmo se na história registrada os períodos de guerra quase sempre superaram os períodos de paz. O poder está na mesma categoria: ele é, como se diz, um fim em si mesmo” (ARENDR, 2011, p. 68).

Mill (2006, p. 133), um dos primeiros homens a escrever sobre a necessidade da inclusão das mulheres na esfera do poder político, partiu do pressuposto de que a humanidade terá avanços mais efetivos quando houver “justiça de igualdade e quando os seres humanos aprenderem a desenvolver sua solidariedade mais forte com uma igualdade de direitos e de aprimoramento”. A crítica de Mill à situação de sujeição das mulheres parte das reivindicações das pioneiras. Nenhuma sociedade pode ter esperanças de possuir maiores índices de justiça, quando a metade de seus componentes se encontra em estado de acatamento, entende que as aptidões das mulheres são limitadas pela educação e cultura, sendo um mal negar a elas o direito de se qualificarem e exercerem atividades tidas, até então, como dos homens. Defendia os direitos das mulheres, sobretudo à educação e qualificação. “Quando consideramos o mal explícito causado à metade da raça humana devido à sua desqualificação [...] não há nenhuma lição que eles mais precisem do que aprender a não adicionar os infortúnios infligidos pela natureza, as limitações de inveja e preconceito, uns sobre os outros” (MILL, 2006, p. 133 e 140). No entanto, considerando a época

de seus estudos e ideias, é questionável sobre os direitos, se eram universais, no sentido de abranger todas as mulheres ou somente para aquelas de uma classe social favorecida.

O Movimento Sufragista brasileiro foi concebido com foco e justificativa nas premissas filosóficas dos Direitos Humanos. Bertha Lutz foi incansável lutadora na promoção e na busca de reconhecimento do direito das mulheres. Apesar desse legado histórico deixado por ela e por muitas outras, o debate sobre tais direitos específicos permaneceu adormecido por um longo período, com poucas ações de cunho revolucionário⁸⁴.

A concepção contemporânea dos Direitos Humanos⁸⁵ garante a universalidade e a indivisibilidade. Além de ser universal, a violação de qualquer direito abrange outras, havendo a sobreposição de violências. O marco dos Direitos Humanos é a Declaração Universal, em 1948, e reiterada pela Declaração de Viena, em 1993, com princípios embasados na consideração, no respeito e direito do ser humano em desenvolver as suas potencialidades com liberdade, autonomia e plenitude. O seu surgimento se deu como resposta às atrocidades e horrores cometidos em regimes totalitários. Adotaram-se diversos instrumentos internacionais de proteção. Um dos pontos principais é o direito à igualdade e à diferença. Na primeira, todas as pessoas têm o direito à redistribuição e a noção de igualdade⁸⁶ que pressupõe o reconhecimento das diferenças, aceitando a diversidade e promovendo a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

⁸⁴ Esse processo, iniciado no século XIX com as escolas religiosas e cívicas, não tem efeito no sentido de quantidade. A promoção de educação formal e informal na perspectiva de gênero ainda está em construção.

⁸⁵ O sistema global de proteção dos Direitos Humanos é composto pelos seguintes instrumentos internacionais: Carta das Nações Unidas, adotada e aberta à assinatura pela Conferência de São Francisco, em 26/06/1945, e ratificada no Brasil, em 21/09/1945; Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217-A(III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1948; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotados pela Resolução 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 6/12/1966, ratificada no Brasil, em 24/01/1992; Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, adotada pela Resolução 260-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9/12/1948, ratificada no Brasil, em 4/09/1951; Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Resolução 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1984, ratificada no Brasil, em 28/09/1989; Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, adotado pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18/12/1979, ratificada no Brasil, em 1/02/1984; Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, adotado pela Resolução A/54/L4 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15/10/1999, ratificada no Brasil, em 28/06/2001; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução 2.106 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21/12/1965, ratificada no Brasil, em 27/03/1968; Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Resolução L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, ratificada no Brasil, em 24/09/1990 e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Resolução nº 61/106 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13/12/2006, ratificada no Brasil, em 9/07/2008 (PIOVESAN, 2009, p. 15).

⁸⁶ O debate da igualdade e da diferença será travado no próximo capítulo.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Daí uma necessidade de igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

O direito à diferença denota o reconhecimento de identidades, incluindo a perspectiva de gênero. As mulheres são consideradas como sujeitos de direitos em razão de, historicamente, terem alguns direitos violados em decorrência de suas condições, além de maiores vulnerabilidades. A violência e a discriminação contra as mulheres é foco de proteção assegurada explicitamente na Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993), no parágrafo dezoito, no qual os direitos das meninas e mulheres fazem parte dos direitos humanos universais.

Apesar dessa inserção, a crítica feminista ao texto da Declaração Universal de 1948, é que ele foi concebido historicamente a partir do paradigma do homem branco e ocidental, tido como universal. A partir dessa reinterpretação, verificou-se a urgência de mecanismos para que os Direitos Humanos fossem melhores explicitados a partir de uma perspectiva de gênero. Justificase a redefinição do conceito a partir de um olhar feminista, que torne visível a complexidade das relações humanas, revelando as causas e efeitos das discriminações e estereótipos.

Nessa perspectiva, com poder de fazer recomendações, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminações contra a Mulher (CEDAW), aprovada em 1979, reforça a implementação dos direitos das mulheres, tanto na esfera privada quanto pública, com o objetivo de:

além de erradicar a discriminação contra a mulher e suas causas, estimular estratégias de promoção da igualdade, combina a proibição da discriminação com políticas compensatórias. Essas políticas devem acelerar a igualdade, mediante adoção de medidas afirmativas especiais e temporárias, que vêm aliviar e remediar o padrão discriminatório que alcança as mulheres (PIOVESAN, 2009, p. 13).

No Direito Brasileiro, a maior ênfase foi dada na Constituição de 1988, assegurando a igualdade de homens e mulheres perante a lei. “Ainda que a democratização do espaço público, com a participação ativa de mulheres nas mais diversas arenas sociais, esteja crescendo visivelmente, ainda há a necessidade da democratização do espaço privado” (PIOVESAN, 2009, p. 12). Na década de 1990, grupos e entidades feministas têm impulsionado com mais rigor o debate pelo reconhecimento desses direitos. Esse processo foi intensificado com a realização das Conferências Mundiais de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993 e ocorrida em Beijing, em 1995. Deram passos importantes, ao definir os direitos das mulheres como Direitos Humanos e apontaram a meta do “empoderamento” das mulheres e sua plena participação, em

condições de igualdade, nas esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e de acesso ao poder. Essas bandeiras buscam o alcance da igualdade, autonomia, desenvolvimento pessoal e fim da violência de gênero⁸⁷.

Como exemplo de luta bem-sucedida em seu desfecho final, vale abrir parênteses para mostrar a implantação de uma política pública voltada para os direitos humanos das mulheres, no Brasil do século XXI. Em decorrência de violência doméstica, incluindo duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido, uma mulher brasileira chamada Maria da Penha Fernandes recorreu à justiça brasileira em todas as instâncias. A vítima foi agredida com um tiro enquanto dormia e ficou paraplégica. Após o retorno do hospital, o marido tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho. A referida senhora denunciou o caso à justiça brasileira, mas o marido não foi penalizado, sendo necessário que a agredida recorresse à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), formalizando a denúncia pela violação aos acordos internacionais, de que o Brasil era signatário, de proteção à dignidade humana. Conforme Carneiro (2012), a Comissão da OEA publicou o relatório n. 54/2001, recomendando ao legislativo brasileiro que reformasse a legislação brasileira com referência à violação dos direitos das mulheres. Dessa forma, foi promulgada a Lei 11.340/20, de 07 de agosto de 2006, que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

A punição do agressor ocorreu dezenove anos e seis meses depois do crime e a lei foi apelidada de “Lei Maria da Penha”, em homenagem àquela que lutou junto à justiça nacional e internacional contra as injustiças sofridas por ela e que acontecem cotidianamente com muitas outras mulheres desse país (BRASIL, 2006).

⁸⁷ Nessa perspectiva, o fato de não ocupar “cadeiras” no Parlamento e/ou espaços no poder Executivo pode ser interpretado como violência sobreposta.

CAPÍTULO 3

PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO “CAMPO POLÍTICO”

Não foi sem boas razões que o mundo moderno – que mais decididamente do que nunca até então considerou a política apenas como um meio para preservar e promover a vida de uma sociedade, esforçando-se conseqüentemente por reduzir as prerrogativas políticas a um mínimo essencial – acabou por crer, de certo modo justificadamente, que seria capaz de lidar com o problema da força melhor do que todos os séculos anteriores. E de fato conseguiu uma quase completa exclusão da força bruta, da dominação imediata do homem sobre o homem, da esfera em constante expansão da vida social. A emancipação da classe trabalhadora e das mulheres – as duas categorias de seres humanos que tinham sido subjugadas pela força ao longo da história pré-moderna – representa claramente o ponto mais alto deste desenvolvimento.

Hannah Arendt, 2007, p. 126.

A exclusão do uso da força nas esferas públicas e privadas foi o resultado do avanço das sociedades contemporâneas. A política foi concebida como forma legítima para a resolução de conflitos, sejam eles de classe, raça/etnia e territórios. É evidente que o exercício da experiência na contemporaneidade é distinto por um contexto modificado quase por completo, o que interessa é evidenciar a política criada como solução e saída que a sociedade oferece para as suas diferenças, conflitos, contradições, em crescentes mudanças e evoluções.

O objetivo deste capítulo é discutir pressupostos teóricos de conceitos, no contexto do pensamento político contemporâneo. A política, como finalidade de promover a liberdade e a justiça na formação de uma sociedade com direitos iguais para todos, possui suas ações pautadas na ética que, para os gregos, é inconcebível fora da comunidade política, pois nela a natureza ou essência humana encontra sua mais alta realização.

Utilizando o conceito grego de política, Arendt (2008) afirma que “a política baseia-se no fato da pluralidade”, devendo organizar e regular o convívio dos diferentes e não dos iguais. Não havia distinção entre política e liberdade e as duas estavam associadas à capacidade de agir em público, que era o local original do político. Participar e exercer a cidadania, desde os gregos, é algo profundo e arraigado nas convicções e ideologias de cada pessoa. Jamais se limita a exercer papéis esporádicos e momentâneos em atos corriqueiros, que, algumas vezes, são confundidos e levados a entender por interesses econômicos e políticos que se projetam sobre

essas temáticas. Na maioria das vezes, o discurso que idealiza também esconde os proveitos que pessoas e grupos têm para seus usos, como o exercício de cidadania que não é meramente traduzido em atividades, como o ato de votar, de possuir documentos e receber assistência do Estado. Ser cidadão é, portanto, sinônimo de participação em profundidade e, somente com essa forma de atuação, a política acontece com o seu verdadeiro sentido, que é a “liberdade”.

Maquiavel (2006) parte da experiência real de seu tempo para construir concepções de que a política não é apenas ética e bons princípios, pelo contrário, a sua tese mostrou que as ideias não eram capazes de abarcar verdadeiramente o que é o poder e que uma nova compreensão seria necessária, sobretudo em Florença, na Itália. Em *O Príncipe*, trouxe pressupostos para compreender acontecimentos recentes. O pensamento político maquiavélico compreende que toda cidade está originariamente dividida em dois desejos opostos, qual seja: a aspiração dos poderosos de comandar e a vontade das pessoas comuns de não serem oprimidas e terem seus direitos garantidos. Isso denota lutas internas que obrigam um polo superior a unificar os interesses. Esse é o poder político que nasce das lutas sociais para dotar a sociedade de uma identidade e unidade.

O verdadeiro “príncipe” é o que sabe tomar e conservar o poder, além da capacidade de ser flexível às circunstâncias, mudando com elas de acordo com os interesses. Inaugura a ideia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, distanciando-se da lógica da origem da política. Ligada ao significado de coisa pública surgida pela primeira vez na *pólis* grega, – cidade de Atenas, considerada o berço da democracia – intimamente ligada a uma visão imaginária de liberdade e tida pelos filósofos gregos como a razão para viver.

Na contemporaneidade, os pressupostos gregos preponderam sobre as ideias de Maquiavel com exceções. Fatores nos planos econômico, social e político interferiram na vida política e descortinaram um horizonte para se pensar e fazer política que não se realiza apenas de boas intenções, mas da pluralidade dos seres humanos, em busca de interesses particulares e de grupos. Por outro lado, importa acreditar e ter a esperança de uma sociedade plural, que garanta a justiça, a ética e o direito de todos os cidadãos. Entretanto, no campo da política, há outros interesses e interpretações.

Política afina o espírito humano, educa os povos, desenvolve nos indivíduos a atividade, a coragem, a nobreza, a previsão, a energia, cria, apura, eleva o merecimento. Não é esse jogo da intriga, da inveja e da incapacidade, entre nós que se deu a alcunha de politicagem. Essa palavra não traduz ainda todo o desprezo do objeto significado. Não há dúvida de que rima bem com criadagem e patronagem, afilhadagem e ladroagem. Mas não tem o mesmo vigor de expressão que os seus consoantes. Quem lhe dará o batismo adequado? Politiquice? Politiquismo? Politicaria? Politicalha? Neste último, sim, o sufixo pejorativo queima como ferrete, e desperta ao ouvido uma consonância elucidativa. Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente. A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis. A politicalha é a indústria de explorar o benefício de interesses pessoais. Constitui a política uma função ou um conjunto de funções do organismo nacional: é o exercício normal das forças de uma nação consciente e senhora de si. A politicalha, pelo contrário, é o envenenamento crônico dos povos negligentes e viciosos pela contaminação de parasitas inexoráveis. A política é a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha, a malária dos povos de moralidade estragada (BARBOSA, 1964).

A dominação de uns sobre os outros, a exclusão de pessoas e grupos, a corrupção preponderando sobre a ética, sinais de mal-estar e vícios de naturezas diversas transformam a política em politicagem, tornando-a algo sem interesse. O campo político fecha sobre si suas rivalidades internas, seus problemas e riscos próprios, mantendo as pessoas alheias ao máximo possível.

Para se pensar o campo da política e o ideal de Arendt nos assuntos humanos, verifica-se certa distância do que se vive no contexto do tempo presente. No plano individual, a ética e a liberdade são vividas e resolvidas com ações. E na política? Recuperando a ideia de diálogo impressa no início desta tese e, sendo a pluralidade o pressuposto de sua existência são necessárias instituições, leis, obrigações e normas para a concretização da política. Ademais, a maioria dos “fazer” públicos tem a ver com a diferenciação das pessoas e com o interesse de manter a ordem e os direitos universais em condições de igualdade e liberdade, tornando-se um espaço complexo e diversificado.

O campo da política é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação – o mundo público – cuja existência permite o aparecimento da liberdade. De fato, a consciência da presença ou da ausência da liberdade ocorre na interação com os outros e não no diálogo metafísico do eu consigo mesmo (ARENDR, 2007b, p. 21).

Entretanto, com vistas à governabilidade, o espaço político se estabelece e se configura como lócus de relações. Não obstante, os interesses são difusos e complexos, ocorrendo mais com a influência dos outros do que com o processo dialógico da consciência individual.

Bourdieu (2011), ao fazer uma palestra sobre a política, optou por falar sobre o “campo político” e se interroga sobre o porquê da expressão. Se, frequentemente, os termos “arena política”, “lutas políticas” são corriqueiros, o “campo político” é um conceito-chave para a compreensão de diversos aspectos da política do ponto de vista sociológico, “é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”. Nesse pequeno espaço, há processos e fenômenos específicos que se encontram de forma diferenciada do todo, ou seja, ele se encontra “no interior do macrocosmo social” (BOURDIEU, 2011, p.195).

Como espaço micro se insere em um sistema mais amplo. Nesse sentido, “o campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é como os outros: ele é o espaço de relações de força ou, mais precisamente, “entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo relativo dos diferentes tipos de capital”. Os capitais diretamente relacionados são o político que se dá na relação entre as estratégias da família e a lógica específica desse espaço e o cultural que acontece na relação entre as estratégias da família e a lógica específica da instituição escolar. (BOURDIEU, 1996, p. 52)

Transferindo para o quadro analítico que se propõe essa articulação, em um espaço autônomo, pressupõe-se que os sujeitos inseridos tenham sua autonomia garantida. No entanto, nem sempre isso é possível, devido às conjunturas sociais e econômicas. Nesse universo, operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que obedecem as suas próprias leis. Quem se insere nesse campo, deve compactuar com as normas, “trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e, eventualmente, de exclusão”. Sabe-se, por exemplo, que no estado atual da divisão do trabalho entre os sexos, as mulheres têm uma tendência menor do que os homens a responder a questões políticas. “Da mesma forma, as pessoas pouco instruídas têm uma propensão muito mais fraca do que as instruídas, assim como as pessoas pobres” (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Interesses, capacidades e aptidões ou, parafraseando Weber (1968), “vocações para a política”, podem não ser suficientes e o acesso não é real porque existem condições sociais de inclusão e exclusão. O conselho que o autor oferece é para aqueles que desejem dedicar-se à política e, principalmente, a quem opta por entregar-se a ela em termos de vocação, que é tomar consciência de paradoxos éticos: o de convicção e de responsabilidade, com referência àquilo em que se pode transformar. Na certeza de que a política se faz com o cérebro, mas não somente com

ele, considerando que é a pessoa que pode aspirar à “vocação política” sendo aquela que possui a  tica da convic o e a  tica da responsabilidade que não se contrapõe, mas se completa. A  tica da convic o   a do cumprimento do dever e a  tica da responsabilidade   a que se preocupa com as previsíveis consequência de seus atos.

Percebe-se que a capacidade de acesso ao campo político   desigual e essas diferenças não são naturais, mas culturais e construídas ao longo do tempo. As condi oes sociais e acumula o de “capital político” são aptidões que privilegiam algumas pessoas em detrimento de outras. Fatos dessa natureza produzem uma espécie de fechamento e existe, dentro dos partidos e na rela o com os demais, uma tendência a funcionar em conformidade com os interesses do campo, consoante ao sociólogo francês.   possível verificar que, no poder local, sobretudo em cidades pequenas, o sujeito político que conhece bem seus eleitores obt m sucesso livre das amarras do partido, de forma mais espontânea. Essas habilidades o mant m enquanto se sustenta no local e no seu reduto geográfico, mas uma maior visibilidade o empurra para o “jogo político” (BOURDIEU, 2011, p. 198), quando lhe   exigido comportamentos como “negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas”.

As condutas dos agentes são determinadas por sua posi o na estrutura da rela o de forças características desse campo no momento considerado. Apesar disso e de sua autonomia relativa,   um campo aut nomo, mas sensível aos aspectos externos. Prevaecem lutas internas, mas sempre remete às clientelas externas, as(os) eleitoras(es) que, ao final das contas, são as(os) que possuem a capacidade efetiva de escolha através do voto. “Na política, a avalia o fundamental   a elei o, não entra em detalhes, mas julga as pessoas e as leva a sofrer as consequências” (CARDOSO, 2006, p. 172).

3.1 Democracia: os paradoxos da igualdade e liberdade no “campo político”

Para lograr a liberdade feminina não basta a conquista da igualdade [...]. Nossa luta não é somente por igualdade, mas, sobretudo e fundamentalmente, por liberdade [...]. Deve ser dito com maior veemência: a liberdade é como um perpétuo recordatório da fragilidade das conquistas da igualdade.

Geneviève Fraisse, 2002.

Neste tópico, discute-se a democracia relacionando-a com seus pressupostos: a igualdade e a liberdade. Relembrando o conteúdo da epígrafe, tudo leva a sustentar que a liberdade é o pressuposto para uma igualdade de direitos entre sujeitos diferenciados em determinados contextos sociais e políticos. A democracia é um regime político que permite a mais pessoas o exercício do poder com eleições regulares e sem fraudes, com liberdade de expressão e partidos funcionando sem entraves, com circulação livre das informações e do controle dos cidadãos sobre o Estado. A democracia se constitui a partir de três paradoxos. O primeiro refere-se à liberdade e à igualdade. Há uma relação de tensão entre esses dois princípios, que se tencionam mutuamente, um se constitui limitando o outro. As liberdades trazem as diferenças e nelas é difícil garantir a liberdade a todos. Partindo do pressuposto de que as desigualdades são constituídas por aqueles que dominam, a diferença entre homens e mulheres possui um sentido político e público, porque historicamente se construiu a partir de ideias preconceituosas (PINTO, 2004).

Na lógica liberal da igualdade, a diferença é apagada e desconstruída, pois ela é equivocada, “todos são iguais”, demonstrando uma falsa igualdade. Nesse sentido, minorias étnicas e de reconhecimento, como, por exemplo, os negros e as mulheres unidos nos movimentos Negros e Feministas não aceitaram a premissa da igualdade e gritaram “somos diferentes!” A partir daí, as diferenças começaram a ser aceitas para se passar à conquista de direitos. “A questão é combinar ambas e fazer com que a liberdade pressione a igualdade para que ela não acabe com a liberdade, sem transformar a liberdade de todos na liberdade de poucos” (PINTO, 2004, p. 21).

O segundo é que a democracia se constitui frágil porque não contém inimigos. Atualmente, não se vislumbra nenhuma força na política capaz de ameaçar o sistema democrático. Na ausência do conflito, ela perde sua essência. O terceiro é a crise da representação. Tal conjuntura consiste em analisar a questão da representação como atendimento a interesses individuais e não coletivos. Há uma perda de sentido, como, por exemplo, o(a) eleitor(a) que vota em candidatos que não se elegem. Outro fator é o aumento do número de

eleitores(as) em comparação à quantidade de representantes e, por último, a dificuldade que a sociedade possui em construir seus interesses coletivos. Chegar a um consenso sobre os interesses particulares que são coletivos não é simples. Por conta disso, a sociedade civil detém o princípio da liberdade e não da igualdade. Se as(os) cidadãs(os) são livres para optarem, a participação em grupos organizados não garante que os interesses sejam coletivos; eles podem estar pautados em práticas clientelistas, quando pessoas são indicadas para tais participações sem controle da sociedade, deixando o princípio da igualdade sem efetivar.

A igualdade ou o direito à diferença é um paradoxo, no qual se questiona sobre os verdadeiros progressos obtidos nos últimos anos e se o discurso feminista midiático que hoje se escuta reflete as preocupações da maioria das mulheres. Denuncia certo “convencionalismo” feminino, no qual as mulheres se transformam em uma espécie de vítima de uma sociedade machista, ao mesmo tempo em que se sustenta em outro estereótipo, o de “soldadinho corajoso que conserta os estragos causados pelos homens”. É incontestável que a simples oposição não dá conta de compreender as diversas maneiras e a variedade de situações existentes no campo das relações cotidianas em que se inserem as categorias poder, relações de gênero, classe, raça/etnia, pois “toda militância esbarra numa dificuldade: levar em conta a diversidade da realidade” (BADINTER, 2005, p. 59, 60 e 71).

Questiona, sobremaneira, o fato de ocuparem o lugar que sobrou para o “ideal de mulher livre que tanto sonhamos” e se o que restou disso foi uma “mulher prisioneira de sua natureza e homens intimados a mudar de cultura”. Preocupa-se com a progressão da condição das mulheres e teme que as relações delas com os homens se deteriorem, a isso ela dá o nome de “rumo equivocado”. Talvez, não se trata de discutir opiniões, mas verificar a complexidade da problemática no tempo presente, “é preciso renunciar a uma visão angelical das mulheres que serve de justificativa para a demonização dos homens” (BADINTER, 2005, p. 92, 150 e 172).

As mulheres se viram compartilhando não somente a casa com os seus companheiros, mas o mundo com os outros homens. Nesse sentido, “a igualdade entre os sexos tornou-se o critério supremo da verdadeira democracia”. No entanto, as mulheres continuaram a assumir as tarefas familiares e domésticas e os homens mantiveram-se na luta para “conservar sua reserva exclusiva: os lugares de poder”. Nesse ínterim persistem estereótipos difundidos que em nada ajudam a compreender o mundo atual. “É absurda a ideia tão propagada ainda de que as mulheres são, por definição, vítimas” (BADINTER, 2011, p. 14, 16 e 21).

Scott (1992, p. 77) postula que as relações de gênero são referências de poder com base nas diferenças que são percebidas entre os sexos. A partir de uma elaboração social com o sentido historicamente construído para hierarquizar relações de poder entre mulheres e homens, “a história das mulheres inevitavelmente se confronta com o ‘dilema da diferença’”. Trata-se de um conjunto de saberes sobre as diferenças entre os sexos. Nessa situação, aparecem duas alternativas contraditórias, porque são construídas e comparadas como naturais e não relacionais.

O debate sobre a igualdade e o direito à diferença é polêmico. A política feminista alargou para abranger temas legítimos de representação, dentre eles, a diferença. A lógica da diferença é uma estratégia possível para enfrentar as imensas desigualdades, porque a partir do momento que elas são assumidas, torna-se mais simples lutar por direitos. A democracia, como sistema político, reúne as pessoas como cidadãs, e tem como desafio “romper a identificação exclusiva da democracia com a comunidade política delimitada” (FRASER, 2009, p. 31). O poder da democracia reside na capacidade de transformar o indivíduo em um tipo especial de criatura, de sujeito político: um cidadão entre outros que concebe a política como compromisso coletivo e de participação das pessoas na resolução dos assuntos comunitários.

É evidente que os direitos e as necessidades de participação mais equitativa das mulheres na política e nos cargos de direção são postulados. Entretanto, vale acrescentar que “desde o início, a política organiza aqueles que são absolutamente diferentes, tendo em atenção a sua igualdade relativa e contrapondo-a as suas relativas diferenças” (ARENDDT, 2007, p. 85). A política existe justamente por causa da pluralidade humana, remetendo ao pensamento sobre a democracia grega, no qual a esfera pública era o espaço de iguais com liberdade e a casa era a esfera da não igualdade. “Deixar o lar, [...] simplesmente para dedicar a vida aos assuntos da cidade, exigia coragem, pois era só no lar que os indivíduos se preocupavam basicamente em defender a vida e sobrevivências próprias” (ARENDDT, 2010b, p. 43). Se, para os antigos, transpor da esfera privada para a esfera pública era necessário coragem, esse aspecto prevalece quando se trata das mulheres. Não é o caso de arriscar a própria vida, mas a afirmativa se aproxima no enfrentamento dos desafios, quando decide trabalhar com dignidade na causa pública.

A “coragem tornou-se a virtude política por excelência”. Arendt tomou a Grécia clássica como referência para estudar o assunto. A casa (*oikos*) era o espaço pré-político, governada pelo domínio e pela força, espaço de dominação do senhor sobre a família e os escravos, inclusive

pelas necessidades vitais, enquanto que a vida da cidade (*pólis*) era baseada no discurso e na razão, constituída de iguais, sem dominantes e dominados. “Há uma resposta à questão do sentido da política tão simples e conclusiva que podemos pensar que qualquer outra será por comparação com ela manifestamente insuficiente. Essa resposta é: o sentido da política é a liberdade”.

É possível detectar como a sociedade contemporânea vem “definindo” a ponto de ouvir e participar de debates tão distanciados dessa premissa. “Os preconceitos passaram a desempenhar um papel cada vez maior e a gozar de uma legitimidade crescente na arena pública e política” (ARENDR, 2007, p. 129). A liberdade na antiguidade, sobretudo dos gregos, era participativa, a qual tornava propício aos cidadãos o direito de influenciar diretamente as políticas por debates e votos em assembleia pública. Para suportar esse nível de participação, a cidadania era uma obrigação moral pesada que requeria um considerável investimento de tempo e energia. A participação visava o bem comum, embora fosse limitada para sociedades relativamente pequenas e homogêneas, nas quais os cidadãos podiam se reunir convenientemente na *Ágora*, local para tratar de temas públicos.

Pateman (1992, p. 139) ocupa-se em buscar resposta para explicar o lugar da “participação” na teoria da democracia moderna. Acredita-se que, ao empregar as diversas perspectivas de participação, o indivíduo possui mais oportunidades de se educar como cidadão público. “Se aqueles que acabam de chegar à arena política tivessem sido previamente ‘educados’ para ela, sua participação não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema”. Outro fator considerado é que prevalece o modelo de cidadania masculino e a inclusão feminina funciona de maneira não semelhante da inclusão original do homem, repercutindo na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, tendo forte influência sobre ela.

Há uma série de pressupostos questionáveis em relação à equidade de gênero que extrapola os ditames de uma igualdade respeitando as diferenças. “Uma defesa verdadeiramente democrática da cidadania não pode permitir que seu apelo seja lançado desde uma posição de oposição de gênero e de superioridade das mulheres”. A lição principal dessas ações é que a cidadania é concebida como uma atividade contínua e um bem em si, e não como um compromisso momentâneo. Nesse sentido, “é preciso não só que o feminismo decida evitar um ‘mulherismo’ que se limita aos assuntos das mulheres, como também decida comprometer-se efetivamente com a cidadania, que inclui e requer a participação dos homens” (DIETZ 2001, p. 27).

Comunga dessa ideia de cidadania Santos (1991, p. 138), quando considera que “as sociedades liberais não devem ser consideradas democráticas, senão depois de terem adaptado o sufrágio universal, o que não acontece senão em nosso século e, na maioria dos casos, já com o século bem adentrado”. Ademais, quando o sufrágio efetivamente aconteceu, prevaleceu a ínfima participação das mulheres nas candidaturas e posse aos cargos eletivos.

Um dos efeitos paradoxais de um processo eleitoral são os eleitores buscarem nos candidatos algo que atenda a seus anseios e interesses pessoais. De acordo com Chauí (2007, p. 303), “fomos habituados por uma longa tradição a considerar a liberdade o ato voluntário de escolhas entre várias alternativas possíveis”. É nesse contexto simplista do que seja realmente a liberdade, que se cometem equívocos, podendo-se pensar em escolhas a partir de interesses e opções individuais desconectadas de um projeto mais amplo e pautado em outro equívoco do conceito de felicidade como sinônimo de saciedade.

Não há como garantir que a saciedade, traduzida em uma melhor situação econômica de todos, sofra modificações imediatas; também essa não deve ser a função de um governo. Em decorrência da dinâmica do Capitalismo, como movimento ou deslocamento gradual e progressivo em determinada direção não necessariamente boa ou má. A função de um governante vem se restringindo a ser a de um administrador preocupado em gerir as receitas e despesas dos cofres públicos. Ademais, os(as) eleitores(as) vão se transformando em meros(as) “consumidores”(as) de uma política econômica voltada para ganhar ou perder, restrito à economia e ao consumo de bens e serviços. Por conta disso, a política passou a ser algo monótono e sem importância, caindo no descaso e na apatia da maioria dos cidadãos. Pois bem, essa apatia política não colabora para o sucesso da democracia, ou seja, enquanto o(a) cidadão(ã) se contenta em ser um(a) “pequeno(a) burguês(a)” preocupado(a) com suas questões individuais e de foro íntimo, passa a compreender que a política é um fim. Parafraseando Arendt (2007, p. 74), “a política é um meio em vista de um fim, não tem o seu fim em e por si própria”.

O fenômeno do desinteresse persiste na população, podendo ser também insatisfação com as opções de escolha. “O corolário da apatia, bastante defendido pelos cientistas políticos, é a entrega das decisões políticas aos representantes como técnicos ou profissionais da política que reduzem a democracia a acordos e ajustes para obtenção de consenso” (CHAUI, 2007, p. 302). Nesses casos, utilizam como método a persuasão perante aqueles que pensam de maneira diferente. Justamente por vir à tona a discussão que torna a política possível, pois esta é feita

justamente da “pluralidade” das pessoas, como afirmava Arendt (2007, p. 55) em que “é impossível conceber-se a existência no singular de um ser dotado de ação e de discurso”.

A “política de presença” (PHILLIPS, 2001) é o ponto determinante⁸⁸. Contar com mais mulheres na esfera da política deve ser o pressuposto da democracia, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas também porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de distintos sujeitos sociais é constitutivo para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente, é condição essencial para que seja conectada a uma “política de ideias”; é certo mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade favorece os homens na atuação e nos processos de decisão. Em vista disso, possivelmente uma das mais privilegiadas trilhas para a compreensão do significado de política para as mulheres entrevistadas é o desafio, a possibilidade de poder fazer, “é um chamamento da população, um clamor difícil de recusar. Nesse momento, é preciso ter coragem para dizer sim!” (CBMS, 2011).

A partir da metade do século XIX, surgem na Europa e nos Estados Unidos, de acordo com Phillips (1996, p. 121-144), a crença da igualdade formal e a busca por direitos civis. A democracia não era concebida como um assunto de representação e responsabilização, mas como uma equalização legítima de poder. O engajamento na ação política implica a capacidade de transcender os processos cotidianos, a política considerada como a ação humana da pluralidade. A igualdade entre homens e mulheres passa pelo respeito dos direitos e pela mudança social, em que a fala feminina tenha o mesmo valor e credibilidade que a voz masculina. Igualdade tem a ver com liberdade, direito de escolha, manifestação de vontade e respeito da decisão alheia (MENICUCCI, 2012).

⁸⁸ Essa abordagem também foi feita no capítulo 1.2 p. 44

3.2 As esferas pública e privada

Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por “fossos de credibilidade” e “governos invisíveis”, pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido.

Hannah Arendt, 2008, p. 8

O ponto de partida dessa discussão é a distinção entre as esferas pública e privada que, junto com a incessante imposição do homem em primeiro e a mulher em segundo lugar nas relações públicas e sociais, tornou-se pilar fundamental do pensamento dominante e da escritura da História oficial. Isso é demonstrado através da negligência à realidade política das relações familiares, como também da linguagem supostamente neutra que, durante séculos, persistiu na sociedade, mantendo-se em alguns aspectos presentes até os dias atuais. A oposição entre as esferas pública e privada não deve ser tratada de forma tão simplista e sem “arqueologia do poder”⁸⁹. Para tanto, o objetivo consiste sub item é discutir as configurações históricas e a dicotomia existente entre o público e privado através de uma revisão dos fundamentos de pressupostos da teoria política liberal.

A política representativa é composta de governantes e governados. No caso dos primeiros, há duas faces que se opõe uma a outra: a pessoa e o cargo que representa. “A pessoa do governante não se confunde com o cargo do governante, em que há possibilidade de se estabelecer a distinção entre Estado e sociedade, e o governo não é de uma pessoa, mas de uma pessoa investida temporariamente de um cargo”. Na esfera pública, as(os) cidadã(os) se relacionam como iguais em direitos e deveres. Destarte, “o Estado é o lugar do oficial e o mercado é o lugar dos negócios privados, há uma esfera no meio disso e aí que tem de surgir a esfera pública. A esfera pública é não estatal e é não privada no sentido do mercado. Ela é uma esfera em que se organiza a cidadania” (PINTO, 2004, p. 44 e 45). Esse espaço público é construído permanentemente por uma preocupação com o prolongamento e a multiplicidade das

⁸⁹ “Enquanto a arqueologia (Ser-Saber) procurou analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas, a genealogia (Poder-Saber) procurava analisar o surgimento dos saberes” (DANNER, 2009, p. 786).

pessoas em direção à pluralidade humana, sem negar as singularidades individuais. Por conta disso, as esferas pública e privada não são visivelmente separadas, elas recaem uma sobre a outra em um constante jogo de ir e vir.

Permanecem duas ambiguidades centrais envolvidas nas discussões: primeiro, quando o público e o privado correspondem à distinção entre Estado e sociedade – em termos de propriedade, como vida doméstica e não doméstica. Quando trata o Estado como entidade pública e, por outro lado, a família e a vida íntima como modelos exclusivamente íntimos. Sem verificar a obscuridade que conserva em seu interior, com consequências práticas advindas de relações de dominação, herdadas de um sistema no qual prevaleceram relações hierárquicas e patriarcais, principalmente na divisão sexual do trabalho e da política. Na teoria política atual, é muito comum utilizar os conceitos de público e privado sem problematização, como se fossem coisas distintas e completamente separadas, ignorando a teoria feminista. O “renascimento” da teoria política normativa aconteceu contemporaneamente ao renascimento do feminismo e, não por coincidência, ocorreu em um momento de enormes mudanças nas famílias e nas suas relações com o restante da sociedade. Mas a “nova teoria política quase não prestou atenção à família, e continua seus debates centrais dando pouca atenção aos desafios do feminismo recente” (OKIN, 2008).

É evidente que, na vida real, as partes não são dissociadas do todo e não se discute uma mesma questão de forma linear. Aspectos da vida privada interferem na esfera pública e vice-versa. Se as pessoas atuam em contextos diferentes, elas conectam as instâncias individuais e coletivas como complementares e harmônicas ou, pelo menos, esse é o pressuposto de um mundo igualitário em que todos tenham seus direitos e deveres respeitados.

Os teóricos políticos clássicos Locke e Rousseau (conforme já indicado anteriormente) elaboraram argumentos explícitos sobre as famílias, preponderando a relação da “natureza” da mulher às atividades voltadas exclusivamente para as tarefas domésticas. Okin (2008, p. 311) considera que o pensamento político recente, sobretudo dos teóricos das correntes hegemônicas, é falho no sentido de negligenciar as famílias, mesmo com a premissa de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como atores autônomos que povoam as teorias políticas. Ressalta ainda, que prevaleça a ideia de políticos como “homens que têm esposas em casa”, mas não consideram quando as esposas saem. Desconsideram gênero e famílias como categorias relacionais e que fortalecem a análise da política como reprodutora do *status quo*.

As referências feministas nos textos clássicos mostram que essa foi a principal artimanha para, durante séculos, haver a exclusão das mulheres da discussão sobre a cidadania, a igualdade, a liberdade e os direitos, porque, ao estarem subordinadas ao homem na esfera privada, também estavam submetidas na pública (PHILILIPS, 2002). Nesse sentido, não se pode pensar o espaço público sem a pressuposição do espaço privado e, modernamente, do espaço social; não há liberdade sem necessidade; não há poder sem violência; não há política sem economia e vice-versa (DUARTE, 2011, p. 135). Constata-se que as distinções são estabelecidas de maneira confusa no mundo político, as esferas públicas e privadas são distintas, mas uma sobrepõe à outra constantemente, entretanto,

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido pelos outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e se separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida (ARENDDT, 2010b, p.71).

Para as mulheres foi reservada durante século a esfera da família, ligada à necessidade e nos relacionamentos cotidianos entre seres diferentes. A liberdade vivida pelos “cidadãos” esteve distante das relações restritas ao doméstico.

3.3 Os impulsos da consciência de si e para si

A consciência-de-si é a reflexão, a partir do ser do mundo sensível e percebido; é essencialmente o retorno a partir do ser-Outro. [...] Para a consciência-de-si, portanto, o ser-Outro é como um ser, ou como momento diferente; mas para ela é também unidade de si mesma com essa diferença, como segundo momento diferente [...].

Hegel, 1992, p. 120.

O debate suscitado neste sub-capítulo gira em torno da consciência justamente para designar o objeto da tese, nesse sentido com a intenção de elucidar parte da questão norteadora, na compreensão de como as mulheres elaboram a consciência de si e para si. Objetiva-se a discussão do conceito para ajudar a responder a controvérsia da possibilidade da existência de uma consciência de si nas gestoras pesquisadas.

No conceito hegeliano, a consciência de si é a consciência da consciência. As duas possuem a mesma organização interna, mas o processo reflexivo efetuado pela primeira é abrangente, atua sobre si mesma como também sobre o outro. O seu objeto atinge a interação com ele mesmo e com o diverso, podendo se converter do puro “eu” para o “nós”, reverberando o caráter social presente na consciência de si. A transição de o mero estar no cargo para a compreensão do quanto isso pode influenciar – positivamente ou negativamente – a vida de outras pessoas, sobretudo mulheres de diversas condições sociais, raças/etnias e gerações –, meninas, adolescentes, jovens e idosas.

O propósito dessas observações preliminares é facilitar a abordagem das complexidades que envolvem a consciência. Com uma preocupação metodológica em que, dificilmente, permite-se desconsiderar o simples fato de que basta pensar para que a conscientização aconteça, e discuti-la pressupõe-se recorrer a Hegel (2001, p. 222), pois “é na vida de um povo que o conceito tem, de fato, a efetivação da razão consciente de si e de sua realidade consumada”. Na relação do indivíduo com o outro é onde a interação acontece e há satisfação de atender às necessidades alheias quanto das próprias. O autor desenvolve a origem de uma autoconsciência livre “em si e para si” e mostra que a essência do trabalho é formar. Na releitura de Gadamer (2008, p. 48), “o sentimento próprio da consciência laboriosa contém todos os momentos daquilo que constitui uma formação prática: distanciamento da imediatez da cobiça, das necessidades pessoais e do interesse privado, e a exigência de um sentido universal”.

No sentido da conscientização e do alcance de uma atuação em coerência com os ditames do próprio modo de pensar e conceber como consciente de si e para si, vale recorrer ao educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997). Embora seus trabalhos tenham foco na educação de jovens e adultos, ele não trabalhou com a questão de gênero. Entretanto, suas reflexões e metodologia ajudam na compreensão sobre o papel e atuação das mulheres na sociedade hoje. Além da maneira que se pode analisar o processo de conscientização delas, sobretudo da existência de uma consciência social crítica, em termos de gênero, raça/etnia e classe.

Em uma cultura tecida na trama da dominação, a prática da liberdade somente existe quando o ser humano tem condições de forma refletida de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de seu próprio devir histórico. A intenção é verificar se as mulheres, ao conquistarem os espaços públicos, refletem sobre o que outras não tiveram por falta de oportunidades e se, embora

com mudanças aparentes, a condição reprimida é perpetuada. O cotidiano vivido reflete uma maneira de atuar que possa levar em conta o processo histórico.

A partir da criação e recriação de novos caminhos, embasados em suas próprias convicções, é estabelecida a consciência humana. Em um processo dinâmico em que se constitui e conquista, na dialética das contradições, é que se projeta em uma situação de superação que possa se libertar para o exercício da condição de líder, de fazer acontecer. A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso a ser reinventado a cada dia, a cada novo obstáculo, com engajamento de quem se renova insistentemente. Acima de tudo, a consciência passa a ouvir os apelos que a convocam sempre além dos limites, para uma visão crítica sobre os atos e fatos da realidade que vive e constitui.

Na dialética constituinte da consciência em que esta se perfaz na medida em que faz o mundo, a interrogação nunca é pergunta exclusivamente especulativa: no processo de totalização da consciência é sempre provocação que a incita a totalizar-se. O mundo é espetáculo, mas, sobretudo, convocação, enquanto a consciência se faz reflexiva, e a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da “práxis” constitutiva do mundo humano – é também práxis (FREIRE, 1987, p. 14-15).

Estar no mundo e se constituir como um ente de relações com outros é pressuposto de todas as pessoas, mas perceber a convocação para agir é uma realidade de poucas. As prefeitas YRMT, SCMJ e JMQM confirmam o chamamento para atuar, participar e colaborar com os rumos do município, geralmente em seus discursos, para evitar o retrocesso, o descaso e o abandono de pessoas não comprometidas com a ética, o progresso e o bem-estar dos seres humanos. Afirmam da urgência de ações implicadas nos princípios éticos e responsáveis para que suas ações estejam embasadas no pensar-fazer, ou seja, tem como o resultado a práxis. Em seu depoimento, a prefeita declara: “a partir do momento em que fui secretária da saúde, as pessoas começaram a me enxergar como gestora e a me ver como candidata. Foi um chamamento da comunidade e eu tive que pensar muito. Resolvi enfrentar, aceitar o desafio, mais uma missão na minha vida” (CBMS, 2011).

A consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para se identificar como personagem que ignorava e é chamada a assumir o seu papel. A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se a intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se mais a si mesmo, e conquistar o mundo, fazê-lo mais humano. (FREIRE, 1987, p. 15).

Dados que se configuram na estrutura da vida cotidiana, em que “ninguém se conscientiza separadamente dos demais”, é um processo inter-relacionado imbricado e com interfaces interdisciplinares. Não se trata de alguém com poderes extraordinários para modificar suas atitudes e as dos outros. Pelo contrário, trata-se de ente para contribuir com as pessoas a se ajudarem, inculcar nelas uma educação para todos, onde cada cidadã e cidadão possa colaborar com a melhoria na condição de vida de outros(as). Para esse intento, o autor sugere a intersubjetividade, em que as consciências “se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Reencontrar-se como sujeito e libertar-se é todo o sentido da práxis que leva à liberdade e à ação. A consciência abre-se para a prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 20); entretanto, não é um processo simples; exige-se muita ação e reflexão para transformar o sentimento usual de oprimido em uma ação consciente e libertadora.

Quem já duvidou de que aqueles que sofram violência sonham com a violência; de que os oprimidos sonham pelo menos uma vez por dia em colocar-se a si mesmos no lugar dos opressores; de que o pobre sonha com as posses dos ricos; de que os perseguidos sonham com a troca “do papel de presa pelo de caçador”, e de que os últimos anseiam pelo reino em que “os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos”? (ARENDETT, 2011, p. 37).

Se, no processo histórico, a liberdade e a justiça social foram negadas às mulheres, a conscientização se tornou um processo complexo e, conseqüentemente, a politização e a possibilidade de se tornarem cidadãs de direitos e deveres, em uma prerrogativa limitada, sobretudo nas perspectivas de gênero, raça/etnia e classe. Afinal, conscientizar-se é politizar-se. “Inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (FREIRE, 1987, p. 21). Esse estado de espírito que espontaneamente emerge nas pessoas, quando elas tomam consciência dos problemas que as atingem, exercendo uma profunda influência em suas vidas. E essa luta somente tem sentido, parafraseando Freire (1987, p. 21 e 30), “quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos”. Teoricamente, os oprimidos deveriam se encontrar mais preparados para, na sua práxis, saber lidar com o sofrimento dos próximos. No entanto, quando a situação vigente e concreta não foi resolvida e transformada satisfatoriamente, a sua ligação com o opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida.

Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-á dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser (FREIRE, 1987, p. 33).

Pessoas oprimidas descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente, desejam, mas temem. Concomitantemente, trava-se o conflito, segurem suas ideias ou as de outrem. Entre expulsar ou não o opressor de “dentro” de si, deixar ou manter alienado, seguir prescrição ou ter opção, ser espectador ou ator, atuar ou ter ilusão, dizer a palavra ou não ter voz, limitado no seu poder de criar e recriar e de transformar o mundo. Por esse motivo, através da práxis é possível transformar a si própria(o) e a situação. Em um pensar consciente, ação e mundo estão próximos, sendo a ação humana quando ultrapassa simplesmente o puro fazer, para uma prática reflexiva. Daí que não cheguem a ser “consciência para si”, são atuações superficiais, de docilidade, fruto de uma situação histórica e não um traço da essência da pessoa na ação associada à obrigação para que se concretize no cotidiano. “Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (CAVALCANTI, 2004, p. 24).

Próprio da consciência é estar no mundo; esse procedimento faz-se permanente e irrecusável. Portanto, a consciência em sua essência é “um caminho para” algo que está fora, que a circunda e que ela apreende por sua capacidade ideativa. Por definição, ela é “método, entendido este no seu sentido de máxima generalidade. Tal é a raiz do método, assim como tal é a essência da consciência que só existe enquanto faculdade abstrata e metódica” (PINTO, 1986). Exatamente porque a concepção mecânica da consciência, que a vê como algo vazio a ser preenchido, é equivocada; afinal, “não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 1987, p. 77), e esta implica na ação e na reflexão sobre o mundo para transformá-lo em algo melhor a cada momento.

Prepondera uma variedade diversificada de enfrentamento das adversidades na vida pública. Entretanto, a abordagem da consciência das mulheres revela muitos aspectos da experiência desprezados pela política; ademais são de concepções distintas, sobretudo dos movimentos e da teoria feminista que entende o crescimento da atuação feminina como “multifacetado e contraditório” (ROWBOTHAM, 1981, p. 110).

Trata-se de um desafio a busca de um conceito de consciência que está subjacente ao modo como se encara a atividade, sendo essa dividida em categorias de significado. Para aquelas mais próximas ao movimento de mulheres, há uma melhor possibilidade de compreensão das “raízes” da opressão. Verificar a consciência, levando-se em conta os “campos do político, do econômico, cultural, social e pessoal impossibilita que se comece a ver como as diferentes formas se alimentam e sustentam mutuamente” (ROWBOTHAM, 1981, p. 111).

As experiências de subordinação das mulheres não possui uma definição única. As complexidades são reais e para desenvolver a consciência crítica leva tempo e amadurecimento pessoal, nem sempre visível aparentemente, sobretudo naquelas que mais sofrem para impor sua posição social e na atuação pública. A abordagem pessoal da consciência possui relevância. “O slogan ‘o que é pessoal é político’ foi importante no movimento de mulheres. Seu surgimento indica como mudanças nas relações de gênero afetaram os termos em que se podem ver as noções de identidade individual no capitalismo moderno” (ROWBOTHAM, 1981, p. 131).

O processo envolve a aprendizagem e sensibilização para com relações alternativas, sobretudo a partir daquelas que predominam no capitalismo, que provoca mudanças e rupturas. “A força do feminismo está em que, partindo de determinadas circunstâncias da vida diária, é possível avançar para as relações engrenadas de poder que compreendem não só as mulheres como também os homens”. A emancipação das mulheres obviamente acarretou a mudança nas relações no lar que transcende para as relações públicas e políticas. (ROWBOTHAN, 1981, p. 137).

O pensamento e a ação das mulheres passam a ser considerados em seu alcance histórico e não mais em termos de processo de formação da personalidade individual. O sentido dessa consciência de si persegue a possibilidade de que elas venham a suscitar uma ação coletiva. Freire (1987) parte do pressuposto de que a lógica entre opressor e oprimido sempre vai existir, mas é necessário um trabalho de conscientização do primeiro, para que este, ao participar das decisões do poder ou tomar o poder em si, não utilize os mesmos instrumentos totalitários e repressivos dos quais foi vítima um dia. A fim de alcançar esse patamar, alerta-se para a necessidade de uma mudança na forma de pensar da sociedade. Orienta-se para o desenvolvimento de uma consciência crítica, envolvendo o entendimento de como se dão as relações de poder na sociedade e como estas moldam as experiências e percepções, contribuindo

para o resgate da autonomia e do poder pessoal. Sugere-se uma educação problematizadora como um fazer humanista e libertador, a fim de que a sociedade lute por sua emancipação.

A consciência e a identidade são guiadas por mecanismos similares, a identidade é um projeto em devir e implica na construção de novas representações, transformação dos conteúdos sociais e produção de novos significados. “A consciência é o que se é, ela permite pensar as relações nas quais se insere, tal como existem no momento presente. Mas não traz forçosamente consigo um projeto de emancipação” (LAVINAS, 1992, p.15).

Esse processo de emancipação a partir da transformação da identidade em consciência, apontado por Lavinas, para o caso específico das mulheres, é o que se propõe o feminismo. Ele objetiva buscar despertar nas mulheres, o surgimento de uma consciência de gênero que reconheça as desigualdades, mas que se projeta algo novo para reelaborar as desigualdades vividas, transformando-as em práticas de equidade. “A solidariedade de classe é um pré-requisito necessário da sua emancipação do jogo da classe capitalista. No entanto, isso está muitíssimo longe de ser a condição suficiente de sua emancipação como indivíduos sociais” (MÉSZÁROS, 1985, p. 41). A emancipação de todas as classes e seus antagonismos foçaria a abolição do poder político. Enquanto isso não acontece, é possível lutar, sendo que em alguns aspectos ela acontece, mas a emancipação humana ainda continua sendo um desejo fora das possibilidades reais em uma sociedade de classes.

Entretanto, a busca pela equidade de direitos prossegue e pressupõe, cada vez mais, um processo de conscientização, seja por parte das próprias mulheres, seja daqueles homens que compreendem a necessidade do comprometimento e da participação como sujeito de suas ações. Do ponto de vista político, a consciência é o cidadão, isto é, a consciência de si, definida pela esfera pública dos direitos e dos deveres civis e sociais, das leis e do público. A consciência moral e política de uma pessoa forma-se pelas relações e vivências do “eu” e pelos valores e pelas instituições da sociedade e da cultura, através de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais, atrelados ao modo de viver como agente de cidadania (CHAUI, 2010, p. 148). Considerando que as mulheres vieram a ser cidadãs há pouco tempo atrás⁹⁰, esse processo não pode simplesmente ser observado e interpretado como uma

⁹⁰ No Brasil, as mulheres passaram a ser consideradas cidadãs, a partir de 1932, quando passou a ter o direito a votar e ser candidata. Foi-lhe atribuído a possibilidade de fazer escolhas. Resta saber se passou a ser constituída com a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de estabelecer identidade consigo mesma, de conhecimento verdadeiro, de decisões livres, de direitos e de obrigações.

consequência natural, mas uma elaboração social e de longa duração, havendo a necessidade de conscientização de si e para si como sujeitos de sua própria história. (CAVALCANTI, 2005). É a partir do pensar e do conhecimento de fenômenos e fatos, pela prática da observação, que acontece o processo de tomada de consciência de si, com o início de uma troca de experiências na práxis cotidiana, traduzido no reconhecimento dos outros para a satisfação pessoal e na formação da identidade.

“Todo conhecimento que um ser tem de si mesmo não é ciência, mas consciência” (SAFFIOTI, 1969, p. 21). Sendo esta a capacidade que tem os seres humanos de se distanciarem das coisas para fazê-las presentes, ela tem o poder de se desprender, libertar e objetivar. Sua intencionalidade tem uma dimensão para além do pensar imediato e pragmático em busca da libertação.

A origem da libertação das mulheres foi cercada de confusão e mistério. Rodeada de mitos e de pudores, sobretudo de origem moral e religiosa, elas se viram cercadas de tabus, medos e tensões. Somente com transformações ocorridas ao longo dos séculos, uma consciência de gênero pode emergir aliada aos movimentos, de início, os femininos avançando, posteriormente, para os feministas. “Uma consciência feminina emergente faz parte da conjuntura sexual e social específica, que ela procura controlar e transformar” (ROWBOTHAM, 1983, p. 9 e 11), evidenciando tendências culturais e econômicas intrinsecamente ligadas ao processo de emancipação das mulheres.

Rowbotham (1983) discute sobre as dificuldades das mulheres na esfera pública para sair de um silêncio prolongado, onde a sensação de intrusa predomina. Acredita que a confusão das mulheres na política se dá porque suas atuações estão desassociadas da vida cotidiana e, sobretudo, da vida das outras mulheres. Muitas vezes, elas preferem ficar fora a enfrentar as situações e suportar a responsabilidade dos compromissos. Em outras vezes, opta-se por tornarem-se amargas e defensivas, desconfiando de outras. Seus posicionamentos históricos estiveram em luta com o potencial social durante muito tempo. “Compreender como é formada a consciência da mulher significa fazer uma busca nas nossas mais remotas lembranças”. Antes sequer de começar a descobrir o próprio poder, busca-se o reconhecimento conscientemente, a própria ausência de poder, porque afinal de contas, “fazemos o nosso aprendizado por intermédio de mulheres feitas pelos homens”. Da mesma forma que a “conscientização das mulheres no

mundo do homem” é uma premissa importante para a emancipação feminina (ROWBOTHAM, 1983, p. 67 e 79).

“Se é verdade que existe uma consciência coletiva, e que esta consiste na interação de multiplicidade desordenada de perspectivas nem sempre comensuráveis, a vitalidade dessa consciência coletiva dependerá, então de que sejam criadas as condições para que essa interação possa ocorrer” (GEERTZ, 2009, p. 241). Portanto, sendo a consciência individual e podendo vir a ser coletiva, sua abrangência torna-se mais ampla, à medida que cada pessoa trabalha suas perspectivas de autoconhecer. A diversidade nos padrões de comportamentos permite inferir melhores possibilidades de percepção das ações pretendidas. Os silêncios da História tendem a ser preenchidos a cada nova conscientização de si e para si. São aspectos considerados na luta das mulheres atuantes, que porventura tenham sido oprimidas, e de suas causas: objeto de reflexão.

3.4 Políticas públicas com enfoque em gênero: o reconhecimento do Estado

Los usos y costumbres son instituciones y prácticas híbridas, como cualquier tipo de manifestación cultural e institucional son elementos compuestos de diferentes rasgos que se han ido firmando, formulando y cambiando en el transcurso de la historia, en la interacción entre lo local y lo nacional.

Hernández e López, 2007.

O presente capítulo sumaria a reflexão teórica sobre as ações nacionais e internacionais e do Estado brasileiro em relação às manifestações que visam estimular a participação das mulheres na política e colaborar para que saiam da invisibilidade. No plano internacional, acordos e atos⁹¹ vêm delineando políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de

⁹¹ Destaca-se a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e de Crianças, assinada em Genebra, em 30 de setembro de 1921, e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (Nova York), em 12 de novembro de 1947 (promulgada em 1934); Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, assinada em Genebra, em 11 de outubro de 1933, e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (Nova York), em 12 de novembro de 1947 (promulgada em 1938); Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher, assinada na 7ª Conferência Internacional Americana da OEA, em Montevidéu, em 26 de dezembro de 1933 (promulgada em 1938); Convenção nº 45, assinada na 19ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 18 de julho de 1935 (promulgada em 1938); Convenção dos trabalhos subterrâneos (mulheres); Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, assinada na 9ª Conferência Internacional Americana da OEA, em Bogotá, em 2 de maio de 1948 (promulgada em 1950); Protocolo de Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluído em Genebra, em 30 de setembro de 1921; Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, em 11 de outubro de 1933, assinado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Lake Success (Nova York), em 12 de novembro de 1947 (promulgado em 1955); Convenção nº 89, assinada na 31ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 17 de junho de

gênero. Partindo do pressuposto de que são conquistas das(os) cidadãs(os) obtidas através de pressão social e de setores progressistas, tanto da sociedade civil como do governo, no sentido de compreender e defender a necessidade das pessoas mediante a intervenção do Estado na própria sociedade. Deste modo, o intuito é analisar como o Estado brasileiro formula políticas que visam atender às demandas dos movimentos feministas, das organizações nacionais e internacionais sobre a participação de todos em igualdade de condições nas instâncias de representação política, sem deixar de ouvir os interessados. O país passou por diversos períodos conturbados que precisou de “lutas” para resolver os impasses e conflitos. A partir das décadas de 1960 e 1970, os movimentos de mulheres tornam-se espaços de reclamações e intervenções delas para alterar o curso da História e superar as dificuldades políticas em organismos de representação, que permanecem em segundo plano na política nacional. Nesse período, repercutiam-se no mundo Ocidental palavras de ordem como “trabalho igual, salário igual”, “nosso corpo nos pertence”, “o pessoal é político”, “quem ama, não mata”, “diferença sim, desigualdade não”. No final da década de 1980 e início da seguinte, se intensifica a movimentação pela redemocratização. O movimento feminista participa dessas lutas, provocando a inserção de políticas públicas, conselhos, delegacias especializadas de atendimento e políticas de atenção integral à saúde no sentido de providenciar atendimento e encaminhamentos às mulheres, sobretudo aquelas em condições de vulnerabilidade social.

1948 (promulgada em 1957); Convenção sobre trabalho noturno (mulheres) (revista em 1948); Convenção nº 100, assinada na 34ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 6 de junho de 1951 (promulgada em 1957); Convenção concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e feminina por um trabalho de igual valor; Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, assinada na 7ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York, em 31 de março de 1953 (promulgada em 1963); Convenção nº 103, assinada na 35ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 4 de junho de 1952 (promulgada em 1966); Convenção relativa ao amparo à maternidade (revista em 1952); Convenção nº 111, assinada na 42ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 4 de junho de 1958 (promulgada em 1968); Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão; Convenção Internacional sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, assinada na 11ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York, em 20 de fevereiro de 1957 (promulgada em 1969); Declaração de Beijing, assinada na IV Conferência Internacional da Mulher, formulada e aprovada uma plataforma de ação que registrou significativos avanços para as lutas das mulheres, 1995; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, (Convenção de Belém do Pará), assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral da OEA, em 6 de setembro de 1994 (promulgada em 1996); Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York, em 18 de dezembro de 1979 (promulgada em 2002); Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado em Nova York, em 6 de outubro de 1999 (promulgado em 2002); Convenção nº 171, assinada na 77ª sessão da Conferência Geral da OIT, em 6 de junho de 1990 (promulgada em 2004); Convenção relativa ao trabalho noturno; Protocolo Adicional à Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção; Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, assinado na 55ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, em 15 de novembro de 2000 (promulgada em 2004), conforme listadas no Apêndice G.

Os primeiros organismos governamentais de defesa dos direitos das mulheres foram os conselhos, sendo os estaduais de São Paulo e de Minas Gerais os pioneiros e, na sequência, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado pela Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985. Em tempos de Nova República, quando as eleições para a Constituinte se anunciavam, este último ampliou a participação política, disseminando e fortalecendo uma concepção pluralista do Estado, onde o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos na sociedade se impunha, inclusive, ao debate sobre políticas públicas (CAVALCANTI, 2003).

Na Constituinte (1987-1988), as mulheres se mobilizaram e o movimento denominado *lobby do batom*, coordenado pela Coordenação Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), recolheu assinaturas em todo o território nacional com reivindicações e emendas populares. Das propostas apresentadas pelo movimento na Carta das Mulheres aos Constituintes, grande parte foi incorporada à Constituição, que consolidou mudanças fundamentais no marco legal para a igualdade. Os avanços foram “inaugurados” com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988, art. 5º, I).

Em 1995, o processo preparatório nacional da Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, deu fôlego para a articulação do movimento de mulheres em âmbito nacional, em torno das demandas por direitos e políticas públicas. Da referida conferência⁹², veio a diretriz de ações nas políticas públicas e várias estratégias redistributivas para o acesso e o controle aos recursos e ao poder pelas mulheres, com conquistas importantes no âmbito legal. As mulheres carecem de reconhecimento porque, historicamente, foram invisibilizadas e tendem a sofrer preconceitos, como menos acesso aos cargos mais qualificados e baixos salários, se comparados com os dos homens; por conta disso, são mais pobres, há a “feminização da pobreza” (SEN, 2000).

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de Ministério; mantendo o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDN) como espaço de participação e controle social. Entretanto, sem poder de deliberar, foi criada a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a responsabilidade de definir as diretrizes nacionais e estabelecer as prioridades para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

⁹² Declaração de Pequim adotada pela IV Conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para igualdade, desenvolvimento e paz, 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

A criação do I Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM, 2004) trouxe para discussão assuntos outrora invisibilizados ou negados. Nos municípios do Estado da Bahia, as cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas aderiram ao Plano em 13/04/2002, sendo publicado no Diário Oficial da União em 07 de novembro de 2005. Destes municípios, apenas Lauro de Freitas era governado por uma prefeita, conforme seu depoimento abaixo.

Meu município foi um dos primeiros do Brasil a aderir ao I e ao II Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM). Além disso, no primeiro dia do meu governo, criamos a primeira Secretaria Municipal de Política para as Mulheres do Brasil, somente existia a do Estado, em Alagoas.

Com reformulações, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2008⁹³, tem como objetivo geral “promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão”. Como objetivos específicos, “estimular a ampliação da participação das mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis, respeitando-se os recortes de raça/etnia”, “estimular a ampliação da participação das mulheres indígenas e negras nas instâncias de poder e decisão” e “inserir no debate da reforma política o tema da paridade na representação parlamentar” (BRASIL, 2008).

Tratando especificamente de ações para implantação de políticas públicas focalizadas, pode-se citar a criação, pelo Governo Federal, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que possui o objetivo de “estabelecer políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país” (BRASIL, 2010), e tem colaborado para o enriquecimento da discussão e a implementação de diversos programas e projetos em evidência. Em complementação, os próprios Estados e os municípios criam suas secretarias – dentro de seus contextos, demandas e possibilidades –, ora focadas diretamente no assunto, ora com ínfimas especificidades.

Além disso, como instrumento de inclusão social, situa-se as ações afirmativas, medidas temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o alcance da igualdade, seja através de sistema de cotas, programas especiais, campanhas específicas, ou qualquer outra forma de amenizar uma condição excludente.

⁹³ O II PNPM encontra-se disponível no site: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2012.

A adoção da legislação de cotas está associada à campanha “Mulheres sem medo do Poder”⁹⁴, desenvolvida pela bancada feminina do Congresso Nacional, com o apoio da Coordenação Nacional dos Direitos da Mulher e do Movimento Feminista. As políticas de cotas são, em quaisquer circunstâncias, ações que rompem com unidades estabelecidas, “desorganizam um ‘contrato’ anterior, na maioria das vezes vivido pela sociedade como da natureza das coisas” (PINTO, 2002, p. 105). No caso das ações afirmativas, elas abrangem apenas o cômputo geral do partido e não especificamente para cargos majoritários como é o caso do Poder Executivo, para senadores(as), governadores(as) e prefeitos(as).

O grau de sucesso nas prefeituras aponta para o fato de a candidatura de mulheres não ter sua principal origem na resistência do eleitorado em elegê-las, mas sim no interior das convenções partidárias. “A maioria dos partidos políticos brasileiros herdou práticas sexistas e abriu espaços para as mulheres somente como ‘formiguinhas’ que trabalham muito nas bases, mas raramente são aceitas como ‘companheiras de poder’” (ALVES, 2010).

Rangel (2009, p. 74) admite que o natural fosse que as mulheres se candidatassem e se elessem mais como vereadoras do que como prefeitas, devido às cotas. No entanto, em seu estudo, constatou que, nas últimas três eleições municipais, houve um crescimento substantivo de prefeitas e não de vereadoras. Em 1995, na direção nacional dos maiores partidos políticos, havia cinco por cento de mulheres, sendo que esse percentual elevou-se a dez por cento em 1998, e a doze por cento em 2000.

Em 2010, os vinte e sete partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral eram presididos por homens, nenhum por mulher (PIOVESAN, 2011). Em 2012, passou a contar com trinta partidos, persistindo a falta de representatividade das mulheres como presidentes nacionais de partido (Anexo A). Apesar da consagração do princípio de liberdade na sua criação, fusão, incorporação e extinção, além de assegurada a autonomia para definir sua estruturação interna, organização e funcionamento garantidos na Constituição, não se obteve a iniciativa para a participação de mulheres no principal cargo partidário.

⁹⁴ O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) coordenou, juntamente com a Bancada Feminina a campanha “Mulheres sem medo do poder”, no ano de 1996, com o objetivo de estimular a candidatura de mulheres às eleições municipais. A idéia foi envolver o Congresso Nacional, o movimento de mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e instituições como o UNIFEM e o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), em um conjunto de esforços para sensibilizar partidos, eleitores e candidatos para a importância da participação das mulheres na política. Nesse ano de 2012 foi reeditada a Campanha.

A legislação específica para o sistema de cotas sobressaiu com a Lei Federal n. 9.100, de 1995, representou um avanço substancial em relação às ações afirmativas para garantir a participação igualitária das mulheres em diferentes esferas do poder. Conhecida como “Lei das Cotas”, o sistema foi adotado em outros países latino-americanos, como Argentina, Paraguai e Uruguai. No caso brasileiro, a legislação eleitoral passou a exigir uma cota mínima de vinte por cento de mulheres candidatas.

Posteriormente, foi sancionada a Lei n. 9.504/97 (BRASIL, 1997), que reservou o percentual mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para as candidaturas de cada sexo, dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º, suprimindo a palavra “mulheres” do texto da lei: “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1997). A primeira apresentou resultados favoráveis em termos de ampliação do número de mulheres. A última, não acrescentou muito, considerando que não houve punições para os partidos que não preencheram o percentual de vagas exigido. Entretanto, com a modificação provocada pela lei 12.034 (BRASIL, 2009) essa fiscalização passou a ser rigorosa.

As ações cumprem uma finalidade ao projeto democrático, assegurando a diversidade e a pluralidade cultural e social que definem as nuances da sociedade brasileira, inclusive maior participação das pessoas. Entretanto, além de serem ínfimas as candidatas, existem muitas que se candidatam somente para completar a quantidade exigida pela legislação, fato verificado nas candidaturas, sobretudo, de vereadoras, em alguns casos nem elas votam em si mesmas⁹⁵.

Em 2009, foi aprovada uma reforma eleitoral que instituiu novas regras e ações afirmativas para as mulheres, que começaram a valer nas eleições em 2010. Sancionada pelo então presidente da República e publicada em 29 de setembro deste ano, a Lei n. 12.034 avança na questão da ampliação da participação feminina no âmbito político, contribuindo para um aumento quantitativo da representação política das mulheres nos partidos. Com a mudança, o texto da Lei 9.504/97: “art. 10 § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de

⁹⁵ Fato verificado nas candidaturas a vereadoras de 2009 e, sobretudo, 2012. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=BA>. Acesso em 26 outubro 2012.

70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)” (BRASIL, 2007). Com a mudança, os partidos são obrigados a preencherem as vagas asseguradas na lei anterior. “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. Os partidos têm que destinar cinco por cento do Fundo Partidário à criação e à manutenção de programas de promoção e à difusão da participação política das mulheres. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano seguinte, adicionar mais dois e meio por cento do Fundo Partidário para tal destinação. Além disso, devem reservar, ao menos, dez por cento do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina. Esta lei alterou a redação da Lei n. 9.504 de “deverá reservar” para “preencherá”, ou seja, tornou obrigatório o cumprimento do dispositivo legal.

Contudo, diferentemente do que pensavam as sufragistas, a legislação e a educação não foram suficientes para garantir o espaço das mulheres na política formal. Apesar das candidaturas ultrapassarem a meta de trinta por cento, em muitos municípios é visível a presença de candidatas, sobretudo ao legislativo, que são meramente “figurantes”, ou seja, candidatam-se, mas não possuem intenções de voto e não trabalham na campanha eleitoral. Para aumentar o número de pessoas do sexo feminino em seus quadros de pleiteantes a cargos eletivos, os representantes dos partidos políticos apelam para amigas e parentes, tentando convencê-las a entrar na disputa, nem que seja somente para que seus nomes constem nas listas partidárias.

A realidade, ao contrário do que institui os compromissos e as leis, mostra que os avanços em relação às últimas eleições municipais, no que se refere à incorporação de mulheres na política institucional e no recrutamento de mulheres candidatas, continua aquém das metas preestabelecidas no II Plano Nacional de Política para as Mulheres, que são:

Garantir a plena aplicação da Lei 9.504/97, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população; aumentar em 20% o número de mulheres nos cargos de direção (DAS 3, 4, 5 e 6) do Poder Executivo, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população; ampliar em 20% nas eleições de 2010 o número de mulheres no Parlamento Nacional (Câmara e Senado Federal), considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população; ampliar em 20% nas eleições de 2010 a participação de mulheres nas Assembleias Legislativas Estaduais, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população; ampliar em 20% nas eleições de 2008 a participação de mulheres nas Câmaras de Vereadores, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população; realizar, no mínimo, 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; contribuir para a criação e o fortalecimento de conselhos estaduais de promoção e defesa dos direitos das mulheres nas 27 Unidades da Federação; contribuir para a criação e o fortalecimento de conselhos municipais dos direitos da mulher na totalidade dos municípios com mais de 100 mil habitantes; realizar amplo debate na sociedade sobre a participação paritária das mulheres nos espaços de poder e decisão; revisar a lei de cotas eleitorais (BRASIL, 2008, p. 21).

O incremento percentual estabelecido como meta do II Plano Nacional de Política para as Mulheres, não obstante, é utópico em algumas metas, mas já se alcança algo (BRASIL, 2008, p. 21). Em uma perspectiva de gênero e interdisciplinar, há que se ir além das letras jurídicas e verificar a agenda nacional, estadual e local e a implementação de ações que estimulem e valorizem a participação feminina, desde a candidatura até a efetivação do mandato, garantindo a construção de processos de igualdade de oportunidades e justiça sociais, além de fortalecer a cidadania e a consciência. Em 2010, a maioria das legendas não respeitou a regra, ao registrar as candidaturas e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) entenderam que a aplicação da norma não foi viável, pois põe em risco a participação dos partidos no pleito. No entanto, com a alteração na legislação e com a obrigatoriedade do preenchimento das vagas, houve uma mudança positiva.

O resultado da alteração foi positivo e constata-se que houve crescimento feminino considerável em relação ao ano de 2004 nas candidaturas femininas e nos resultados. No ano de 2008, as candidaturas femininas atingiram o percentual de vinte e dois por cento (TSE, 2008); já em 2012, esse percentual subiu para trinta e dois por cento⁹⁶. Em quarenta e cinco municípios brasileiros, a disputa para a prefeitura municipal foi entre mulheres; e, no Estado da Bahia, dois municípios tiveram apenas mulheres concorrendo ao cargo de Prefeita.

Talvez, como exemplo, em países que saíram de regimes totalitários nos anos oitenta, é possível verificar um movimento em procura de paridade, pelo menos nas letras jurídicas, mas também existe um intervalo entre a desnaturalização de práticas que (ainda) denominam subordinação/invisibilidade feminina. Pelos números, é possível perceber o aumento de mulheres no poder executivo local, reforçando a consolidação democrática brasileira, mas o ritmo e a efetiva participação requerem maiores ações afirmativas, por exemplo, em relação à divisão sexual de trabalho e de poder. Por conta dessas mudanças culturais experimentadas nos últimos anos, há uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais, elas encontram dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas pouco dos processos de decisão.

⁹⁶ Alves (2012) faz uma análise detalhada do resultado das eleições municipais de 2012, no que tange à participação das mulheres. Demonstra que nos municípios menores elas obtiveram melhor desempenho. Nas capitais brasileiras, a dificuldade continua sendo maior para a elegibilidade feminina aos cargos do executivo e legislativo. Demonstra, através dos dados, que o problema não está no eleitorado, mas nos partidos políticos, que permanecem controlados por homens. Conclui com a assertiva de que “a exclusão feminina na política é a última fronteira a ser revertida, sendo que o déficit político de gênero em nível municipal não faz justiça à contribuição que as mulheres dão à sociedade brasileira”.

Há uma tendência em diminuir os preconceitos e os estereótipos em relação ao gênero que traduz melhorias na vida prática das pessoas. A exemplo, as eleições majoritárias à Presidência da República no ano de 2010, com a candidatura das duas ex-ministras, a do Meio Ambiente e a da Casa Civil, do Governo da época. As duas com possibilidades de vencer e instituir no Brasil, pela primeira vez na história, uma disputa equitativa entre homens e mulheres, embora ainda limitado ao debate de representação quantitativa e não de “empoderamento”.

Em aproximação com a revisão historiográfica realizada para esta tese, é possível abrir diálogo novamente com Birulés (2006) que acredita na necessidade das mulheres ocuparem os espaços de poderes instituídos, de maneira que não mantenham a imagem de vítimas indefesas, e espera que recorram ao passado de discriminação ocultado, com o objetivo de construir uma sociedade de sujeitos que luta por suas causas. Dados demonstram que foram quinze anos desde a primeira iniciativa para alterar o quadro de sub-representação feminina até a sua exigibilidade no pleito eleitoral de 2010. O tempo hábil para que os partidos políticos se adequassem à necessidade de incorporar mais mulheres no seu cotidiano, com a criação de instâncias específicas, investimento na formação política, destinação dos recursos e apoios às candidaturas, não foram suficientes (CFEMEA, 2010).

Destarte, há urgência em realizar investigações sobre a participação feminina na Política e na História, redefinindo e descobrindo ações/movimentos até então somente retratados nos marcos legais. Tal prerrogativa parece inseparável da tentativa de localizar, descrever e avaliar o papel das mulheres no movimento geral de transformação que tem marcado a sociedade contemporânea Ocidental (FAURÉ, 2003).

O desafio é vivenciar e praticar os princípios democráticos consagrados nos tratados nacionais e internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Mais especificamente, na Constituição brasileira de 1988, que compõe um novo paradigma de emancipação, capaz de transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias, ademais, de assegurar o exercício da cidadania civil e política das mulheres, nos espaços público e privado, em sua plenitude e com dignidade. A igualdade de oportunidades não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de discriminação contra as mulheres, tanto no âmbito da esfera privada como na pública.

O documento final da Rio+20⁹⁷ reafirma o compromisso com a equidade de gênero e o “empoderamento” das mulheres. Confirma a importância da liberdade, paz e seguridade social, do respeito aos Direitos Humanos, entre os direitos e o desenvolvimento social e econômico e o direito a um nível de vida adequado. Inclui o direito às necessidades de alimentação, vestuário, moradia, transporte, segurança e educação, como também a igualdade entre os gêneros e o “empoderamento” das mulheres, com o compromisso geral de garantir a sociedade justa e democrática para o desenvolvimento⁹⁸.

3.5 Tradições: capital familiar e capital político

A família é claramente pressuposta, por exemplo, quando se pensa no fato de que os teóricos políticos tomam como sujeitos de suas teorias seres humanos maduros, independentes, sem explicar como chegam a ser assim; mas se fala muito pouco sobre ela.

Susan Okin, 2008, p. 309.

A vida está atrelada a uma teia de relações e dimensões que constitui o seu ser, geralmente fixada aos laços familiares e de parentesco, nos quais existem “zonas de relacionamento”, ou seja, nem todo parente é importante. “O parentesco promove um tipo de relacionamento que se constitui através do processo de integração entre a reprodução biológica e a constituição social da pessoa” (CABRAL & LIMA, 2005, p. 366).

A intenção é promover a discussão sobre as famílias e as tradições para verificar como o capital familiar e político interfere na política local. A construção das relações de parentesco e o significado atribuído à relação são subjetivos e indefinidos. No estudo empírico, o “parente” é definido pela consciência de quem cita um ascendente, descendente e colateral de uma família por consanguinidade ou afinidade, afinal de contas, “o parentesco é uma abstração, uma estrutura formal, que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a de descendência (entre pais

⁹⁷ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20>. Acesso em: 30 de agosto 2012.

⁹⁸ Disponível em: <<http://daccess-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/381/67/PDF/N1238167.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 de jul. 2012. (Tradução livre).

e filhos), de consanguinidade (entre irmãos), e a de afinidade, que se dá através do casamento” (BRUSCHINI, 1993, p. 60). Atualmente, basta que seja estabelecido entre duas pessoas a decisão de viverem juntas, por aliança, tornando-se parentes um(a) do(a) outro(a), com casamento ou, simplesmente, como união estável⁹⁹, apesar de não pertencerem ao mesmo grupo familiar.

O mundo feito pelas pessoas, composto por objetos de seus trabalhos e pelas instituições de valores culturais criados na ação política, oferece o panorama estável para que a vida possa adquirir sentido e significado. Ao interagir com as histórias, as tradições e as contradições que encontram, as pessoas concebem seus próprios lugares, um ponto de partida seguro de onde começam a construir sua própria identidade. Quando é lançada a afirmativa sobre “o fim das tradições”, não se quer evidentemente negar que muitas pessoas, ainda vivem segundo as normas tradicionais. “A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior” (ARENDT, 2007b, p. 54).

A humanidade cria um espaço existencial diferente do mundo natural. Nesse lugar de convivência, abre-se a possibilidade para o exercício da liberdade. Arendt (1998) chama a atenção para a construção de um mundo definido pela ação e, principalmente, pela liberdade, considerando que a política deveria ser exercida por pessoas “livres”. A liberdade no sentido de não estar presos às necessidades pessoais e da própria família.

O foco deste trabalho é a família instituição e não como unidade doméstica nem biológica natural. Em uma perspectiva crítica sobre famílias, de modo geral, consiste em discuti-las a partir do discurso existente, com uma dose de desconstrução. Seguindo sua genealogia, ou seja, demonstrando sua evolução ao longo do tempo, com prevalências de vícios e virtudes. Não se trata de tentar descobrir tesouros perdidos, mas de compreender aspectos do presente que estão arraigados em como essa sociedade se organizou no passado para que as tendências prevalecessem para tais situações e não outras. Considerando as famílias como influências históricas e culturais na esfera pública, discute-se suas interferências na vida das cidades.

⁹⁹ A união estável foi mencionada pela Constituição de 1988, mas sua definição só aparece no Novo Código Civil, art. 1.723, “reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (BRASIL, 2002). Lei 10.406/02. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027027/codigo-civil-lei-10406-02>>. Acesso em: 13 agosto 2012.

Incompatível com o poder político, a família, ainda que intente ou venha realmente a exercê-lo, dado que historicamente possa ter alcançado e possuído o poder e conteúdo político naquelas sociedades simples e sem densidade, conforme teimosa hipótese clássica, desnatura o poder político a serviço do seu nepotismo (DUARTE, 1966, p. 15).

O método apontado por Cabral e Lima (2005, p. 357) demonstra o quanto torna-se inovador a criação de contextos de contato cotidiano para “desenvolver novas estratégias de aproximação” ao terreno da pesquisa. Falar de famílias em contraste com dados revelam as histórias das famílias das depoentes e traz à tona um cenário que aproxima a pesquisadora das pesquisadas. Nos diálogos travados nas entrevistas, suscitam suas reminiscências à discussão, sobretudo quando se pode inserir lembranças de pessoas próximas e queridas. Sem que se perceba, contam fatos e preferências de suas trajetórias e, até mesmo, vícios e problemas, sem tão pouco se cansar de (re)lembrar as situações cotidianas passadas.

Para assinalar a importância do trabalho de desconstrução e genealogia, em uma perspectiva do familiar e político, Canêdo (2007) problematiza como explicar o uso feito pela sociedade democrática de um vocabulário político que funciona sobre alusões à família como princípio da realidade social. Com base em uma pesquisa empírica realizada sobre a transmissão do poder político, em Minas Gerais, discute um método para examinar os fundamentos da indagação apresentada, com reflexões sobre as fontes de dados para realizar tal estudo. Não se trata de considerar essas fontes como caso técnico, mas como uma problemática diferente, ligada à metodologia da história do político. As alusões (afilhado político, os pais do partido, herança partidária, herdeiro político) oferecem uma visão esparsa de significação da democracia e revelam a existência possível de duas esferas teoricamente inconciliáveis, nas quais uma se realiza mascarando a outra: as ideias de democracia, partido moderno e eleições dissimulando os sinais de famílias, isto é, do mundo social no político.

A metáfora familiar, sustentada pela mídia, torna-se inquietante como “sintoma de negação da tese clássica da democracia, posta ao longo do século XIX, a qual pretendia retirar todo o sinal do familiar existente no político, a fim de se alcançar o princípio ideal individualista e igualitário” (CANÊDO, 2002, p. 14). A pesquisa foi construída no escopo de informar como as redes de todas as ordens, familiares, amizade, associativas etc., afetariam ou não a estrutura dos partidos, os votos ou os processos de decisão de escolha de candidaturas. Interessou-se em pensar as práticas políticas, reconhecendo laços familiares e sociais.

Analisa a entrada na política de vinte e dois indivíduos que obtiveram sucesso em suas carreiras, onze em Minas Gerais e onze em São Paulo, na década de cinquenta. Demonstra que a atividade política está cada vez mais autônoma e a família é pressuposto nessa prática. O estudo é dividido em três categorias, sendo: a mobilização dos laços familiares, que são pequenas sutilezas frequentemente ignoradas de um trabalho invisível no cotidiano; a socialização política através dos laços precoces com o mundo da política, a familiaridade com as tarefas, o exercício do uso da palavra, o uso e controle das emoções nas cerimônias familiares; e a representação simbólica que manifesta poder social e político da família, promovendo o conhecimento e o reconhecimento do patrimônio familiar, criando redes estruturadas, capital de cumplicidade a serviço da acumulação e transferência desse patrimônio.

A transmissão parental de mandatos eletivos é analisada através da hereditariedade política; normas e valores são legados e, na transmissão, por adoção ou cooptação, de uma rede de relações, transmissão tanto do capital político como também de um território. Lógica das obrigações clientelistas que ensina o herdeiro a agir conforme regras admitidas, contribuindo para garantir fidelidades políticas, como o apoio familiar à carreira como garantia dos votos. Conclui afirmando que a maioria dos políticos herdeiros pesquisados é “fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenharam: o domínio da cultura familiar e o da cultura política” (CANÊDO, 2002).

Essas questões estão subjacentes às tratadas aqui, qual seja, analisar como as questões das famílias e das mulheres são vivenciadas no processo eleitoral. Na tentativa, sobretudo, de distinguir, mais claramente do que se costuma fazer, como as questões se apresentam de forma dúbia e/ou oposta, sendo dois lados de uma mesma moeda. Considerando como bases extremas de conflito: primeiro, as famílias, defendidas como imutáveis, a base de tudo e a *célula mater* da sociedade, segundo, as mulheres, que questionam o papel delas na sociedade e a busca por deixarem de viver sob um sistema de dominação, governadas exclusivamente pelos homens.

De outra forma, Rosa (2007) desenvolveu uma investigação no poder local, com ênfase na grande propriedade e relações dela resultantes. Observa as relações estabelecidas dentro do grupo doméstico entre as famílias dominantes e entre estas e o poder público na Região da Chapada Diamantina, Bahia, tendo como suportes a grande propriedade e o isolamento. Verificou-se o funcionamento de três casos em elementos identificados como condicionantes à persistência e permanência de expressões de mandonismo local na vida política nacional: o latifúndio, a família

grande e o isolamento. Demonstra, nas famílias Matos e do Coronel¹⁰⁰ Horácio, o processo de formação e organização da família e a sua consolidação como um “grupo de poder” procedente da reconstrução da velha ordem coronelista. A família patriarcal, organizada a partir de determinados princípios: família extensa, hierárquica, autoridade centrada no pai, solidariedade de parentesco, subordinação dos membros mais velhos, culto de famílias, de tradições e de honra que regulavam as relações entre parentes. Foi analisado um volumoso arquivo, deixado por um Coronel, contendo toda documentação que conseguiu acumular em sua vida de chefe político. Tal arquivo tornou-se importante por ser capaz de indicar a reconstrução histórica de toda uma época. Ademais, presta uma contribuição para a tentativa de testar hipóteses teóricas sobre o coronelismo em uma área em que esse fenômeno se expressou em termos de uma larga riqueza de relações, composições e soluções, fundamentada em relatos colhidos em entrevistas e conversas com antigos.

O coronelismo¹⁰¹ como sistema político dessa natureza deixou de existir, mas ele não desapareceu subitamente, nem saiu de cena de forma simples como quando acaba uma peça teatral. Suas formas, atitudes, vícios e, porque não algumas virtudes, desencadearam novos sistemas políticos no Brasil. O modo capitalista de produção fez modificar as formas das trocas entre o proprietário de terras, então o líder e o governo. Ademais, as propriedades foram modificadas, surgindo novos ricos em decorrência da indústria e do comércio em expansão, surgindo o clientelismo¹⁰² político e o mandonismo local. “Características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p. 41).

Para maior detalhamento sobre o processo histórico da família negra no Brasil, Reis (2007, p. 16) resgata em seu trabalho alguns aspectos da experiência da vida familiar no contexto das últimas décadas da escravidão brasileira. A abordagem realizada rompe com o conservadorismo da História e, ao invés de apresentar “os africanos e seus descendentes como mera peça de uma engrenagem, apresenta sujeitos históricos que interagiram, negociaram, se contrapuseram e algumas vezes contemporizaram com o sistema, tudo no sentido de ter atendido

¹⁰⁰ O “coronelismo” é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecida, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra (LEAL, 1997, p. 40).

¹⁰¹ Conforme Carvalho (1997), o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações, que se inicia no presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

¹⁰² O clientelismo caracteriza-se como forma de representação com base na troca de apoios políticos por alocação de recursos politicamente mediados, geralmente por algum ente familiar, padrinho(os), clientela e/ou assemelhados.

os seus projetos e aspirações”. Constata que os(as) negro(as) utilizaram-se de relações com outras famílias, a fim de articular uma rede de solidariedades que lhe proporcionassem maior amparo, pois as famílias sanguíneas viviam sob ameaça de desagregação.

Queiroz (1978, p. 231) analisou a cultura brasileira sobre o prisma do rural e urbano nos séculos XIX e XX, ajudando a pensar questões do tempo presente. Apesar de não comparar a sociedade brasileira a um modelo ideal, demonstrou uma lógica própria, existente nos interesses familiares e no mandonismo local, assegurando posições dentro dos grupos subalternos que agem e pensam de acordo com seus interesses imediatos. Com referência às interpretações da coexistência étnica no Brasil, apontou a contradição de autores que afirmam ser os preconceitos existentes não somente devido à raça/etnia, mas que seriam “preconceitos de classes sob a aparência de preconceito de cor; outros, ao contrário, chegam a falar de características que sujeitam os grupos negros a um sistema de segregação que se aparentaria com o de castas” .

Ao problematizar essas e outras questões das relações sociais, demonstrou uma ideia da complexidade entre o campo e a cidade no Brasil. Constatou que a tendência social é aumentar as crises explicando que isso ocorre devido à dificuldade de lidar com novas configurações. “A tendência brasileira é ou somar os processos novos aos antigos ou interpretar os processos novos dentro da ótica dos antigos, de tal modo que o antigo nunca é aniquilado. A marginalização social, que não é um processo transitório, mas de longa duração, “um estado permanente que reflete fielmente as relações raciais particulares a uma sociedade determinada”. Ademais, ressalta o quanto esse processo de marginalização mantém em suas bases a “rejeição de certos grupos étnicos pela sociedade global, impedindo-os, por exemplo, de exercer determinadas tarefas, de se entregar a determinadas atividades permitidas aos demais grupos, produzindo este estado, cuja superação seria muito difícil” (QUEIROZ, 1978, p. 233 e 64). Após séculos, a superação de tais preconceitos e estereótipos persiste, apesar da diversidade ser algo que transcende qualquer família, e é inegável sua existência.

A manutenção de tais vícios não coaduna com uma sociedade plural e democrática, dando razões a guerras e revoluções. As diversas formas de lidar com a problemática de raça/etnia, classe e gênero passou-se a utilizar o termo “tolerância”, entendido na tradição da Igreja Católica, como também por filósofos laicos, “em sentido limitativo como ‘aceitação’ por razões de conveniência prática de um erro. Ao passo que o respeito é dirigido àquilo que se considera um bem” e o comportamento adequado frente ao outro. “A tolerância é exercida perante aquilo que

se considera um mal”, mas que por razões de prudência suporta-se. Quando não se é possível o respeito, tolera-se. Deste modo, a palavra deriva do fato de ser “interpretada como expressão de um estado de indiferença”. Transforma-se em uma atitude de precaução frente ao direito de liberdade de cada ser humano. Isso faz com que a tolerância, apesar da aceitação de algo não ideal, possui um sentido positivo, sendo uma virtude. Enquanto a intolerância como contrária à tolerância positiva é um vício; “é sempre negativa a intolerância contrária à tolerância positiva, como a contrição das consciências em termos práticos ou como a afirmação dogmática de uma verdade absoluta” (BOBBIO, 2002, p. 149 e 151 e 152).

A arrogância, a insolência, a prepotência, que são virtudes ou vícios, segundo as diversas interpretações do homem político, seja na acepção maquiavélica, na do “lobo como animal político”, em Hobbes, ou em outras produções históricas que associam política que recorre à violência para a consecução dos seus fins.

CAPÍTULO 4

A VIDA COMO ELA É: CENÁRIOS, SUJEITOS, APROXIMAÇÕES E TRAJETÓRIAS

As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa (sua) história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossa experiência, nossos sonhos.

Elizabeth Lobo (Secretária municipal de Cultura), 1991, p. 217.

O cotidiano e as experiências vividas são alvo das narrativas de mulheres que assumem as duas esferas. Através dos aspectos qualitativos e quantitativos da participação política feminina, é possível encontrar respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantêm a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder. Para aprofundar e verificar a lógica por trás dessa abordagem, percebe-se que o fenômeno indica somente parte do problema, vestígios de organizações mais profundas que mantêm a desigualdade política até os dias atuais (PHILLIPS, 1996). Tais enraizamentos e poderes são mapeados ao mesmo tempo em que são sentidos, experimentados e refletidos.

Prevalece uma visão reducionista, fruto de séculos de dominação masculina e cultura patriarcal, concebendo as mulheres como desinteressadas e menos envolvidas nos assuntos públicos. Como se a essência do seu papel de cuidadora e gerenciadora da esfera privada, pouco ativa na participação em grupos organizados, partidos políticos e em campanhas eleitorais, mas as “causas para a suposta não participação não ocupavam lugar de destaque nessas abordagens” (BRABO, 2003, p. 24). Entretanto, constatar somente não basta, seria adequado investigar as causas, o que não é tarefa simples, e, para além disso, cruzar as fronteiras disciplinares e as tradições incorporadas como essência e integrante de seu tempo e de seu trabalho. “O casamento e a família, como arranjos institucionais de reprodução social, e suas consequências sobre o papel da mulher são fatores geralmente tidos como dados e, por isso, deixados de lado, ou, então, relegados a um segundo plano” (STOLCKE, 2012).

Cercada de ideias, de narrativas e de suposições, este capítulo tem a intenção de expor as representações sociais das gestoras e, a partir delas, evidenciar aspectos entrelaçados nas tramas pessoais e políticas para pensar sobre fatos arraigados culturalmente que ganham *status* de

“verdades”. É fato que, na sociedade atual, prevalece o estereótipo mantido pelo sistema patriarcal, que caracteriza a “personalidade feminina” como emotiva, conservadora, passiva e com instinto, que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas. São adjetivações que demonstram preconceitos arraigados cultural e historicamente, mas que precisam ser rompidos (COSTA, 1998, p. 49).

Kehl (2011), ao referir-se à eleição para presidente da República, no ano de 2010, que elegeu a primeira mulher brasileira ao cargo, acredita que a disputa revelou que a maioria do povo brasileiro não tem problemas em votar em mulheres; ademais, entende que, na atuação da nova presidente, a questão de gênero é quase irrelevante, havendo uma recusa na aceitação de um “estereótipo maternal que faria par ao paternal Lula”. Apesar de ser rotulada na campanha como a “mãe do PAC¹⁰³”, logo após a sua ascensão ao cargo, esse rótulo foi apagado, negando, dessa forma, a manter um estilo estereotipado de insígnias familiares na atuação política.

A autora demonstra a inclinação da presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2010-2014), desde a juventude, em lutar por demandas universais e não em causas propriamente feministas. De certo, sua história política foi válida para enfrentar os problemas que o cargo requer, sobretudo no combate à corrupção. Nas palavras da autora, “astúcia e sangue frio podem lhe valer mais do que a força, [...], caso decida permanecer menos leniente com a corrupção e com o cinismo palaciano do que seu antecessor cordial” (KEHL, 2011). Ademais, chama atenção para os preconceitos que são vistos e percebidos constantemente e tornam o debate pouco politizado. As bandeiras feministas são restritas e esbarram nas concepções que não coadunam com a emergência de rupturas de paradigmas. Nesse ínterim, é possível citar o programa “Rede Cegonha”¹⁰⁴, que demonstra o conservadorismo nas políticas públicas; por outro lado, há avanços e perspectivas nas políticas de proteção à maternidade, mantendo-se velhos tabus, como é o caso do aborto.

A partir dessa premissa, a atenção é dirigida para as gestoras municipais. É feita a exposição do que elas pensam e falam, discursos utilizados para dar a conhecer parte de suas vivências que coadunam com as suas representações sociais no lidar com a representação

¹⁰³ Programa de Aceleração do Crescimento – Política Pública do Governo Federal.

¹⁰⁴ Projeto “Rede Cegonha”. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/dados/1311947317497rede_cegonha_27_04.pdf>. Acesso em: 14 de maio 2012.

política, através do cargo que foram empossadas. A liderança, nesse espaço, refere-se à ocupação de lugares de poder que permitem o exercício da autoridade, da responsabilidade e da autonomia ao nível da instituição na esfera pública local.

Partindo do pressuposto de que a exclusão das mulheres das instâncias formais da política pode ser um freio ao desenvolvimento socioeconômico, os dados internacionais mostram que existe uma correlação entre baixa participação feminina nos poderes e o grau de pobreza, conforme demonstra Alves (2010). No estudo, foram considerados cento e vinte e sete países que tinham dados atualizados, segundo a *Inter-Parliamentary Union* (IPU), para a participação feminina na política, em novembro de 2007. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do *United Nations Development Programme* (UNDP), de 2007, para os dados sobre pobreza (menos de dois dólares ao dia), com dados de 2005.

Retratar as histórias contadas pelas prefeitas, com o propósito de levar a conhecer uma pequena amostra de suas lutas, famílias, erros e acertos, situações cotidianas e desafios que enfrentam, é elemento chave desta seção. Com pressupostos teóricos e metodológicos, retrata a diversidade de situações e percalços enfrentados para se chegar e gerir o município, no intuito de uma promoção e acesso à justiça e cidadania. Os dados coletados em campo são contrastados com as informações acerca da carreira política, níveis de escolaridade e histórias de vidas e de famílias, através de tecido discursivo, combinando os diálogos e os testemunhos daquelas que governaram os municípios. As protagonistas são as prefeitas comprometidas ou não, com o bem-estar social, em um mundo, predominantemente, masculino nas esferas de poder, sobretudo público. “Mesmo considerado o cargo sob o aspecto somente administrativo, o papel do prefeito na administração municipal é de tal forma preponderante que não se poderia contestar sua excepcional importância para a autonomia local” (LEAL, 1997, p. 159).

Entretanto, como prefeitas, assumem uma reocupação em comum, embora com níveis de engajamento distintos: cumprir com suas plataformas de governo e promessas de campanha, sobretudo de provocar mudanças que contribuam para que os municípios que governam tornem-se melhores espaços de conviver socialmente, embora seja prudente chamar a atenção para a diversidade de atuações e empenhos, pois “as pessoas podem ser tão avançadas e tão retrógradas ao mesmo tempo, que a escala não mais encontrará aplicação. Não há forma de demarcar a consciência numa linha reta, para que se possa avaliá-la deste modo simples e perfeito” (ROWBOTHAM, 1981, p. 110).

Por não ter como pretensão fazer julgamentos de posturas políticas, acusar gestoras como “certas” ou “erradas” e propor um receituário para as saídas dos problemas cotidianos que atingem a gestão pública local, cabe compartilhar preocupações e pontos de vista. Muito curiosamente, a imagem do(a) servidor(a) público(a) investido(a) de poder emanado do povo, com o intuito de atribuir significados de suas *práxis* no seu sentido positivo, não como aqueles(as) vistos negativamente como manipuladores(as), associados(as) a um papel que conta com várias características que são também femininas. Em geral, a pessoa no cargo político é considerada adequada quando se configura como “alguém que sabe escutar, que cuida da causa dos outros, que tem uma missão, que se sacrifica (nada mais usado nos discursos políticos do que as palavras sacrifício e missão), em suma; os políticos são aqueles que estão cumprindo alguma coisa para o bem da coletividade” (CARDOSO, 2011, p. 452).

4.1 Percursos e fragmentos de histórias de vidas: algumas reminiscências

Será o resgate da memória como que uma História alternativa? Ou será um método diverso de abordar a História, que complementa as fontes escritas?

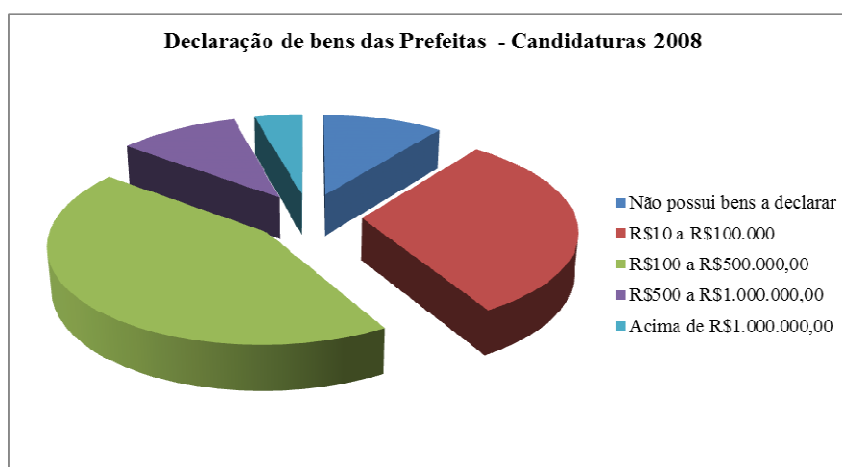
Eclea Bosi, 1993.

Com o intuito de compreender a participação das mulheres nos espaços da política representativa e para atender às peculiaridades do objeto deste estudo, este tópico retrata aspectos entrelaçados na vida das gestoras, que são elucidativos, para conhecer fragmentos das histórias de suas vidas e famílias. O relato de vida contado por elas, enfatizando as memórias vividas e narradas, concomitantemente, no espaço de tempo com uso de gravador é construído em situação de entrevistas que foram transcritas uma a uma e compiladas de acordo com as categorias. Nesse primeiro momento de aproximação analítica, abarca os percursos e as particularidades de histórias de vida e de famílias de algumas entrevistadas.

Através do desenrolar de detalhes cotidianos aliados a fatos narrados por elas ao recordarem acontecimentos de suas trajetórias de vida, pessoal e pública são descritos suas experiências que tangem as esferas pública e privada. Apesar das circunstâncias apresentarem similaridades, alguns fenômenos são exclusivos e destoam uns dos outros, sejam advindos de famílias e parentescos, seja de militância em diversos movimentos e contextos. Aspectos como

classe social, raça/etnia e gerações estão subjacentes a essas discussões. Por conta disso, os gráficos a seguir demonstram as particularidades das gestoras referentes a essas categorias, elucidando a compreensão das discussões posteriores. Entre o singular e o plural, são tecidas e emaranhadas as vidas dessas mulheres, preservando sua confidencialidade, mas, ao mesmo tempo, revelando práxis e consciência de liderança, militância e responsabilidade como sujeito.

Gráfico 1 – Dados sobre a condição econômica das Prefeitas eleitas 2009 - 2012



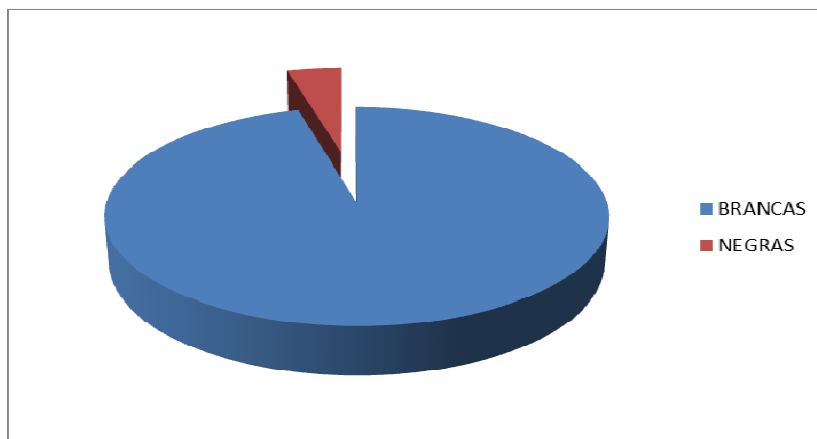
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008)

A característica da situação financeira das gestoras abrange diversas condições, algumas não possuem patrimônio e outras têm em seu poder posses de relevância, em comparação com a população brasileira¹⁰⁵. Entretanto, prevalece a situação média com posse de alguns recursos, nem em situação de pobreza extrema, nem de riqueza.

O gráfico seguinte demonstra as gestoras que se identificaram como negras e brancas, não havendo uma exigência que determinasse detalhes referentes à raça/etnia e à cor da pele de forma precisa. Considerando a diversidade étnico-racial da população brasileira, sobretudo na geografia baiana, a maioria se identificou como branca, já que apenas duas se declararam negras e de forma espontânea.

¹⁰⁵ Maquiavel (2006) considera necessário o “Príncipe” ter condições econômicas e financeiras anteriores ao cargo político, viabilizando uma ação não corrupta e ética por essência.

Gráfico 2 – Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia – autodeclaração de raça/etnia



Fonte: Entrevistas com as prefeitas (2012).

A problemática vivida em decorrência de característica física de raça/etnia é evidenciada por duas gestoras; outras, apesar de não aparentarem ser tão brancas, optam por fazer parte da maioria. Isso porque o racismo, nesse caso “negro, é por definição repleto de violência porque contesta fatos orgânicos naturais – uma pele branca ou negra – que nenhuma persuasão ou poder poderia mudar”. A forma encontrada para diminuir pessoas com atributos físicos distintos é a tentativa de exclusão ou a diminuição da pessoa por conta disso. “O racismo, distinto da raça, não é um fato da vida, mas uma ideologia, e os atos a que ele conduz não são reflexos, mas ações deliberadas”. A causa do racismo está implícita na cultura, nem sempre resultado de ações pensadas e intencionais; entretanto, apesar de não ser irracional “é sempre assassina, a consequência lógica e racional do racismo, que eu não compreendo como certos preconceitos vagos de cada um dos lados, mas como um sistema ideológico explícito” (ARENDDT, 2011, p. 95-96).

Em um Estado que o percentual da população negra/afro-descendente, parda ou mestiça é superior à população branca as eleitas não representam tal realidade. A prefeita identificada pela sigla PSD se declara negra e denuncia violências sofridas por conta disso e de outras características relacionadas. Afirma que os discursos da oposição a ela eram preconceituosos e foram diversas as configurações que tomaram parte da história de sua família. Entretanto, detalhes merecem atenção especial não somente por conta da “vida do jeito que ela é”, mas, sobretudo, pela invisibilidade da “alquimia de categorias” (CASTRO, 1992). Negra e de classe social pouco favorecida, com nuances de trajetória, desde a infância marcada pelas dificuldades

vividas e pelos enfrentamentos das adversidades. Retrato vivido e narrado, apesar de uma única indicação, mas que reforça as múltiplas vulnerabilidades e invisibilidades ainda existentes em relação às mulheres, negras e pobres, com ínfima escolaridade, em cidades do interior do Brasil. Ao contar a história de sua família, ela vai à profundidade em suas reminiscências e recorda o início de sua vida. “Minha mãe foi para a Lapa, grávida de mim de três meses, e mais três irmãos. Quando ela voltou, meu pai havia vendido a casa¹⁰⁶, ido embora com outra mulher e deixou a mala dela na casa da vizinha. Foi ser rendeira e cuidar de nós” (PSD, 2011).

A figura do pai desaparece nesse episódio, destacando a influência e marcas profundas da ação social e do trabalho da mulher - chefe de família. No restante do discurso, ela prossegue suas reminiscências, “a gente passava muita fome, na verdade, assim, a gente comia muita semente de jaca”. A fome foi apenas o início, ela deixa marcas nem sempre simples de serem apagadas e/ou esquecidas. “Minha irmã, minha mãe deu... ela foi criada no Hospital Sagrada Família, meus dois irmãos deram para bom, mas se acabaram na bebida. A cachaça e a fome os mataram. Eu não... não posso me jogar nisso aí[...].” (PSD, 2011).

Há que se questionar a teoria a partir do cotidiano vivido. Na situação, destoa-se a possibilidade de uma pessoa que superou fatos marcantes na infância, pois a verdadeira dimensão da fome e desnutrição no Brasil muitas vezes não é compreendida em sua plenitude. Conforme Monteiro (2003), a pobreza corresponde à combinação de não satisfação das necessidades humanas elementares, como alimentação, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outras. A fome aguda, aquela que equivale à urgência momentânea de alimentação, é distinta da fome crônica, que é permanente e acarreta problemas sérios por não fornecerem ao indivíduo energia suficiente para seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas, causando o que o autor chama de “deficiência energética crônica”.

A pobreza¹⁰⁷ deixou marcas profundas em sua família, algumas irreparáveis, como a morte dos dois irmãos que, em situação de vulnerabilidade social, não suportaram e se entregaram ao vício do alcoolismo. O que chama atenção para esse detalhe é que, apesar de viver em situações similares, o problema não atinge a todos da mesma maneira. Pelo contrário, o

¹⁰⁶ “Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade” (GOMES e PEREIRA, 2005).

¹⁰⁷ Como referências complementares, ver: ACOSTA & VITALE, 2005; ARRIAGADA, 2007 e BORGES, A. & CASTRO, M.G. (Orgs), 2007.

enfrentamento persistiu na história de alguns membros da família, nesse caso, da mãe e filha, que prosseguiram suas vidas, apesar dos percalços e dificuldades. Por esse motivo, ela chama atenção para o perigo de expor suas ideias e ser mal interpretada como se valesse disso para seu sucesso político e pessoal. Por outro lado, acredita que a história de vida de uma pessoa está intrínseca a ela e isso é fundamental para a construção de ações concretas na história do tempo presente. “Não existe ninguém escondendo seu passado, o presente tem de ter relações com o que passou” (PSD, 2011). Em sequência, comenta das dificuldades que vivia e conta a história de uma menina marcada pelas dificuldades da vida, mas que não desistiu de lutar. Em suas palavras, “doía muito dormir em cama de vara, no colchão de palha de bananeira, chué, chué”. Essa situação incomodava aquela criança de tal forma que ela decidiu mudá-la.

Com dez anos, eu saí de casa para procurar emprego em casas de famílias. Andei, descalça, o povo me enxotava... – Vá, pivete, cuidar de sua vida, não temos comida! Quando dava meio dia, a gente tinha de comer aquela banana cozida, nanica, aquela banana azul e via minha mãe chorando e dizendo: “Vocês estão com fome e eu não tenho comida para dar a vocês!” (PSD, 2011).

A prefeita se emociona ao relembrar desses momentos vividos e afirma que, algumas vezes, abraçava sua mãe e dizia: “Mãe, não vou te fazer uma princesa, nem uma rainha, mas vou conseguir ter e te dar o que comer e uma cama para dormir”! Afirma que a luta não foi fácil, mas seguiu em frente, até encontrar trabalho. “O que eu ganhava eu pagava um quarto e comida para mim e minha mãe. Levei dezoito anos nessa situação, depois vim para Salvador trabalhar. Decidi empenhar no objetivo de comprar um terreno” (PSD, 2011). Esses fatos não a conduzem à política. Ela não imaginava essa possibilidade e conta em detalhes esse tempo em que se dividia entre duas jornadas, com o objetivo de sobreviver dignamente.

Na história de sua família, PAVR salienta que sua mãe veio de uma família extensa, o avô trabalhava com peixes e porcos. Na família de sua genitora, havia a obrigação de casar cedo para se livrar daquela vida dura de ir para a maré¹⁰⁸. Por conta disso, seus pais sonhavam que os seus filhos estudassem para ter outro tipo de vida. Proveniente dessa família de seis mulheres e um homem, sendo que esse único irmão nasceu com deficiência mental e foi detectado somente

¹⁰⁸ Várias são as teses e dissertações que defendem esse viés, sobretudo para marisqueiras e artesãs de determinadas regiões brasileiras e da América Latina. Na Bahia, alguns professores e discentes da UNEB perceberam a carência de trabalhos sobre a realidade regional. Produziram livros, *book* de fotografias e documentários sobre a região. No ano de 2002, desenvolveram uma pesquisa que resultou na publicação do livro: *Ocupação em áreas de manguezais*, lançado junto à população de Jaguaripe/BA (DI GREGORIO, 2002).

quando já tinha entre seis e sete anos. Com diagnóstico tardio e a insuficiência desenvolvida, não houve condições de recuperação. Seu pai começou a enxergar as filhas dele como se fossem meninos. “Ele levava a gente para todos os lugares, restaurantes, estádios de futebol etc.” (PAVR, 2012). Dados da infância articulados com as ideias de vanguarda fizeram com que, desde cedo, a depoente buscasse sua autonomia, sem se preocupar com preconceitos de gênero e raça/etnia, apesar de saber que estão arraigados na sociedade.

Em outro caso, a prefeita SSR comenta suas dificuldades em relação às carências financeiras de sua família. Além da falta de condições de concluir os estudos, que foram interrompidos no ensino médio, e da separação de seus pais quando tinha sete anos de idade. Ajudava sua mãe a cuidar de seus irmãos menores e, aos dez anos, passou a prestar serviços eventuais que apareciam, “fazendo diárias, lavava roupa de ganho, quebrava pedra de paralelepípedo” (SSR, 2012).

A gestora RAF, com similaridades em referência à classe social com SSR e PSD, explica que, no seu caso, a participação consciente na luta para uma vida melhor é evidenciada para uma atuação pública desde cedo. Conforme narra sobre seu percurso, teve uma vida marcada pelos obstáculos econômico-financeiros. Entretanto, com determinação e um imenso desejo de sair da condição de submissão, pobreza e precariedade em que viviam na zona rural. Era órfã de mãe desde os cinco anos de idade e sem condições de realizar o sonho de entrar para a escola. “Estudei pouco porque não tinha escola naquela época e meu pai, junto com outros vizinhos distantes, juntavam e pagavam um professor por mês, estudávamos em uma sala, na própria casa”. Por algumas vezes foi inserida na escola formal: começava, mas não era possível concluir, por causa da distância, e recomeçava.

Relembra que, após um tempo, com dezesseis anos e já casada, recebe um curso de habilitação para professores leigos, fruto de uma política pública do governo estadual em convênio com o prefeito da época, tornando possíveis aprendizados para a vida toda. Dentre eles, a possibilidade de exercer o magistério, como professora de 1ª à 4ª série por um tempo. Conta com orgulho como foi essa experiência que, além de estudar o dia todo de segunda a sábado, fazia as lições à noite sem descanso. Esse esforço foi possível, além do certificado para lecionar, aprender uma quantidade considerável de atividades práticas: mexer com agricultura, fazer parto, encanar braço, conter uma hemorragia. “A partir daí é que eu entendi porque tantas mulheres morriam de parto e as crianças morriam dos males de sete dias” (RAF, 2011).

Vale destacar a importância de políticas públicas dessa natureza, que coadunam com os objetivos do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), erradicar a fome e a miséria; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre os sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária e outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; com todas as pessoas imbuídas no trabalho pelo desenvolvimento (ONU, 2000).

Na sequência de mulheres marcadas pela precariedade e dificuldades financeiras da família de origem, a prefeita CDSN se considera uma vencedora. “Fiquei órfã de pai aos quatorze anos, quando se casou. Tinha aquele negócio de casar. Minha mãe ficou viúva, criou todos os filhos e os formou com muita dificuldade”. Com uma educação rígida, julga ter conseguido superar os obstáculos e avançar nas ideias preconcebidas e limitadas de sua época. “Por ironia do destino, hoje vivemos bem. Fui criada muito limitada, meu pai não deixava sair”. Viveu a juventude de forma arraigada em concepções tradicionais, presa às normas que seu pai deixara, de que deveria casar-se e obedecer ao marido; a juventude foi uma “tortura. Meu namorado era igual meu pai, não deixava fazer nada, ele é aquele homem machista, achava que mulher não devia nem dirigir automóveis. Tinha de ser o exemplo”. Apesar da repressão, compreende que conseguiu superar. “Hoje, eu mando nele e depois de vinte anos que meu pai faleceu, vi que ele precisava morrer para a gente viver! Mulher não usava batom, não dirigia, não saía de casa [...]” (CDSN, 2012).

De uma família abastada economicamente, a prefeita SCMJ explica que, apesar de boas condições financeiras, também viveu dificuldades para se afirmar frente à sua família, sobretudo seu pai. Filha de uma família composta de onze filhos, conta que na representação de seu genitor, bastava um curso de magistério e conseguir uma “cadeira” no Estado era suficiente para uma mulher. Com ideias de vanguarda para sua época e localidade, conseguiu fazer o oposto do que seu pai estabelecera e comenta que “o machismo, a própria cultura da região, a valorização era mais para o homem. Eu nunca pensei dessa forma”. Explica que, apesar de ser a segunda filha da família, não possuiu muitas ilusões na vida, desde cedo sabia o que queria. “Meu pai desejava que eu ficasse por lá, casasse e tivesse filhos. Eu disse não, eu quero sair e estudar!”, assevera (SCMJ, 2012).

Em outro caso, a prefeita CLG, também de uma família extensa com treze filhos, sendo ela a primogênita do segundo casamento, atribui a isso a responsabilidade mais acentuada. “Eu sempre fui vista como a líder na família, inclusive para resolver situações de minhas irmãs”.

Ao contar parte de sua trajetória, a Prefeita VALA aponta que sua vida foi semelhante à de outras pessoas que moram no interior do Brasil, sobretudo na Bahia. Atribui dificuldades advindas do tempo passado, em que as condições eram repletas de obstáculos. “Era um tempo difícil; hoje é muito fácil estudar, mas naquele tempo não. Eu nasci e me criei no município. Vim estudar em Cachoeira. Ia em casa duas vezes por ano, nas férias de julho e dezembro, viajava de trem, não tinha ônibus”. Entre as dificuldades elencadas, a mais complexa era a dependência da boa vontade de parentes. Conta que ficava na casa de um tio: “Apesar dele possuir uma prole numerosa, decidiu que ajudaria todos a se formar: filhos e sobrinhos. Foi muito difícil, mas ele conseguiu atingir sua meta. Minha irmã também morou lá até concluir sua formação” (VALA, 2012).

Nesta mostra de histórias orais de vidas e de famílias foram selecionadas as mais relevantes para se ter uma ideia sobre os caminhos trilhados por algumas gestoras e o enfrentamento das adversidades no percurso. Ressaltando que não necessariamente estão ligados à atuação política, mas a existência de problemas decorrentes da classe social, da raça/etnia e das situações socioculturais e econômicas nas localidades deste estado/país. Os enfrentamentos sempre foram marcas e constâncias nas vidas dessas mulheres.

4.2 O legado familiar e a vinculação entre seus membros: pais e mães

A família é a primeira estrutura que sustenta e suporta este vínculo intergeracional em relação ao cuidado da vida. É um microcosmo humano que reflete o macrocosmo da humanidade

Giancarlo Petrini, 2005, p. 23.

Discutir sobre o grupo familiar pressupõe “um quadro referencial extremamente valioso para a reconstituição de experiências passadas. É a moldura onde se desenha as primeiras lembranças pessoais, as impressões de mais larga duração” (MALUF, 1995, p. 49). Para tanto, foi delineado neste tópico aspectos da vida privada das gestoras para a posterior compreensão sobre suas ideias e atuações. Nesse sentido, este tópico traz dados conjunturais e conjecturais das

composições familiares das gestoras. Sendo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a atuação tanto na esfera privada como na esfera pública, com o escopo de compreender parte da relação da vida doméstica e pública no sentido da política. “O fato histórico decisivo é que a privacidade moderna, em sua função mais relevante, a de abrigar o que é íntimo, foi descoberta não como o oposto da esfera pública, mas da esfera social, com a qual é, portanto, mais próxima e autenticamente relacionada” (ARENDDT, 2010b, p. 47). Com isso, a privacidade encontra-se oposta à esfera social.

O resultado versa sobre o universo de algumas das entrevistadas, sujeitos da pesquisa, ou seja, sua versão sobre a história de suas famílias e não a “verdadeira história da sua família” (CABRAL & LIMA, 2005, p. 369). São dados que possuem relevância para o objeto deste trabalho, e não somente uma preocupação exclusiva com histórias e genealogias, provando serem especificidades determinadas e interessantes.

As famílias são associadas aos estudos sobre o poder local no Brasil até facções políticas dos senhores possuidores de bens e, sobretudo, de terras, que, por muito tempo, mantiveram o domínio político e uma disputa acirrada entre agrupamentos familiares e apadrinhamentos, parentelas ou partidos que marcaram a história da política brasileira. Até os dias atuais, em muitas regiões, persistem divisões de grandes famílias ou alianças entre famílias inimigas¹⁰⁹, ou muito antes de “qualquer crise de ‘representação’, exemplos numerosos de infidelidade partidária e de mobilidade interpartidária” (PALMEIRA, 1996, p. 44).

Fatos históricos mudam e apresentam transformações no âmago das ações, mas persistem ranços como a troca de favores¹¹⁰. Trata-se de uma reciprocidade entre indivíduos que permitem, mediante vínculos solidários informais, que não são necessariamente os de sangue, manter uma solidariedade orgânica e a manutenção/ordenamento social. (BAROZET, 2003). Esse vínculo

¹⁰⁹ É o que demonstrou Costa Pinto (1949, p. 126) ao analisar as condições do aparecimento das lutas de famílias no Brasil. Como um fenômeno que manifestava a força da organização familiar em contraste com a debilidade da organização política, em um tempo em que a família exercia o máximo de funções sociais e se fazia como um agrupamento político quase completo. Ao desencadear uma vingança, a luta se travava em nome da honra de seus membros. Para vingar um, não bastava a morte do adversário, podendo exterminar toda a família rival. O único meio de cessar essa “guerra” era através de um tratado de paz registrado em cartório. “Só quando o poder público passa a intervir na vingança é que começa a surgir uma norma, um sistema mais ou menos fixo de reparações pecuniárias, composições ou multas”.

¹¹⁰ Entretanto, em menores proporções, outros estudos demonstraram que as famílias não são somente aquelas relacionadas à “casa grande e à senzala” (FREIRE, 2004), mas que possui outras formas de relações, conforme SAMARA, 1989; DIAS, 1985; MATTOSO, 1992.

descansa em uma circunscrição em laços de amizade e de familiares e corresponde à relação que existe entre familiares, padrinhos e amigos próximos que se define como um sistema de reciprocidade que consiste no intercâmbio contínuo de favores, revelando a máxima de “vícios públicos, benefícios privados”.

No Brasil, a prática do apadrinhamento foi influente nas redes familiares, mantendo fortes características até os dias atuais. Um afilhado pode ser alguém íntimo da família, que, por ter qualidades especiais e conseguir criar laços afetivos. A associação traz embutida uma solidariedade flexível, pois o relacionamento entre padrinhos/madrinhas, afilhados(as) e compadres(madres) pode ser transferido para a esfera pública, sobretudo no âmbito da política (MATTOSO, 1992).

Subjacentes a essas considerações, algumas relações familiares perpassam por variáveis com transtornos diferenciados. Para evidenciá-los, os depoimentos das gestoras foram elencados e expostos de forma tal que elas relatam sobre parte da origem familiar; relacionam-se com o estado civil e influência dos maridos; apresentando dados sobre os(as) filhos(as) de maneira que se situam como mães e avós.

GPIM aciona a memória acerca de seus pais, apesar de falecidos, “sempre serão eternos”. Eles tiveram vinte filhos, sendo que dez estão vivos, dos quais ela é a caçula. “Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje, como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo letivo” (PALMEIRA, 1996, p. 46). Relembra os exemplos de seu pai, como de trabalhador íntegro em empresa pública que manteve seus princípios éticos. “Tenho muito orgulho em falar dele, inclusive a empresa da qual foi funcionário durante trinta e sete anos, recentemente prestou-lhe uma homenagem”. Afirma ter seguido os modelos e se espelhado neles, que sempre lhe deram o exemplo de honestidade, deixando-lhe esse legado, sobretudo do que significa trabalhar para o público. Garante que separa o público e o privado por causa de sua origem; em uma família numerosa, aprendeu sobre a necessidade e a importância de socializar e dividir as coisas. A preocupação em caracterizar a origem familiar, as qualidades dos progenitores e o ambiente propício para a germinação da “semente” são expressões evidentes na oralidade das gestoras.

A prefeita LDG evidencia que a vida da pessoa pública é aberta. A memória comum se entrelaça e mistura com a atuação política, por conta de quando sua mãe foi prefeita, recebendo a oportunidade de trabalhar como diretora da Ação Social na direção do Hospital Maternidade na

cidade.¹¹¹ Atribui a essa atuação o surgimento da ideia de se candidatar. “Por conta do trabalho, consegui galgar tal êxito”. Conviver com parentes políticos é um pressuposto para que se aprenda a sê-lo, quando se tem gosto ou dom para isso. Espelhando-se nos atos e exemplos dos pais, a criança tem mais chances de se tornar parecido com eles. Aquela que vive em um ambiente sem contatos com a militância tende a viver sem tais aspirações, podendo não ser despertada semelhante convicção, como ocorre com aqueles que vivem em um contexto arraigado por fortes influências político-partidárias (CANÊDO, 2007).

No geral, a biografia da maioria dos políticos herdeiros mostra a importância da precocidade política, fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenharam: o domínio da cultura familiar e o da cultura política (CANÊDO, 2002, p. 14)¹¹².

Em outro caso, o pai da Prefeita MCBMS exerceu o cargo de prefeito por três vezes. Ela foi secretária da saúde no último mandato. “Na verdade, as pessoas começaram a me enxergar como gestora a partir da ocupação do cargo, quando avançamos muito na gestão da saúde”. Seu genitor, com a idade avançada e problemas de saúde, acabou determinando a transmissão desse legado, pois as pessoas perceberam nela o potencial para a sucessão e não no seu irmão que era vereador. Em suas reminiscências, relembra a figura do pai *in memoriam*. “Infelizmente, ele não conseguiu acompanhar a minha gestão porque estava doente”. Nos primeiros mandatos dele foi um gestor empreendedor, sobretudo porque o município detinha boas condições financeiras por conta do cacau, com recursos e condições de trabalho. Atribui o mérito devido às suas obras, que eram planejadas com esgotamento sanitário, avenidas bem estruturadas. “Ele foi um prefeito que

¹¹¹ O hospital foi inaugurado na gestão de sua mãe e recebeu o seu nome. A genitora foi eleita por três vezes no município como prefeita, e uma de suas obras mais marcantes foi esse hospital.

¹¹² O estudo busca pensar as práticas políticas, reconhecendo laços familiares e sociais. Analisa a entrada na política de vinte e dois homens que obtiveram sucesso em suas carreiras – onze em Minas Gerais e onze em São Paulo, na década de 1950. Demonstra que a atividade política está cada vez mais autônoma e a família é pressuposto nessa prática. O estudo é dividido em três categorias: sendo: a mobilização dos laços familiares, que são pequenas sutilezas frequentemente ignoradas de um trabalho invisível no cotidiano; a socialização política através dos laços precoces com o mundo da política, familiaridade com as tarefas, exercício do uso da palavra, uso e controle das emoções nas cerimônias familiares; e representação simbólica que manifesta poder social e político da família, promove o conhecimento e o reconhecimento do patrimônio familiar, cria redes estruturadas, capital de cumplicidade a serviço da acumulação e da transmissão desse patrimônio. A transmissão parental de mandatos eletivos é analisada através da hereditariedade política: normas e valores são legados na transmissão, por adoção ou cooptação, de uma rede de relações, na transmissão tanto do capital político como também de um território. É a lógica das obrigações clientelistas, que ensina o herdeiro a agir conforme regras admitidas, contribuindo para garantir fidelidades políticas, como o apoio familiar à carreira como garantia dos votos. Conclui afirmando que a maioria dos políticos herdeiros pesquisados é “fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação, no qual as suas famílias se empenharam: o domínio da cultura familiar e o da cultura política” (CANEDO, 2002, p. 14).

tinha a visão à frente e isso foi importante para a estrutura que a cidade tem hoje, depois dele não houve mais obras estruturantes”.

Entretanto, foi acometido por uma doença grave na última gestão, doença de *Parkinson*, com uma evolução rápida grave; foi para o leito, deixou de andar e ficou dependente, sem oportunidade de ver as realizações. “Infelizmente, quando eu ia inaugurar essas obras ele faleceu, nem conseguiu vê-las”. A gestão tem um sentido especial e de preservação da memória familiar. Anuncia o preâmbulo da construção de uma figura imortal, pelo menos em suas reminiscências, pessoa pública por excelência ao lado de paradigmas de homens que tiveram seus destinos vinculados à ideia de políticos sérios e empreendedores.

Explica que, apesar de seu irmão ser sucessor natural de seu pai, principalmente por ter sido vereador várias vezes, desistiu e se mudou para outro município. Ressalta que possui expectativas e continua o trabalho de forma ininterrupta. “O sonho continua com as realizações. No início tinha receio porque os problemas angustiam, será que vale a pena continuar? Tenho uma carreira, uma profissão!?” Para apreender a argumentação da gestora, a sua reflexão e assertiva de que sente que valeu a pena e justifica a sua atuação: “Na verdade estamos começando a colher os frutos e tem muitos projetos por vir” (CBMS, 2011).

SCMJ esclarece sobre a trajetória política de seus irmãos. Eles se elegeram sem pedir votos. Reconhece que tal fato não é de graça, confessa o legado deixado pelo pai. No seu caso, admite que possui a influência forte da herança familiar. Entretanto, provoca para que as coisas aconteçam; ademais, conta com a colaboração do marido que a ajuda. Seu pai gostava de política e sempre ajudava no financiamento das campanhas. Apesar de ter apenas o ensino fundamental, era inteligente e empreendedor. O prefeito achou por bem indicá-lo para ser delegado. “Meu pai tinha o desejo de melhorias e queria mudar o mundo”. Explica que ele era apaixonado por isso; rigoroso e exigente na condução de seu trabalho envolveu-se em investigações criminosas. Em um dado acontecimento, havia levado um ladrão a fazer acareação, tinha um grupo que roubava e ele mandava prender; bebendo em uma festa, no meio dos ciganos, o assassinaram, “há quem diga que foi interferência de políticos” (SCMJ, 2011).

A gestora PSTEM conta que seu pai foi prefeito por duas vezes na cidade, sendo que na primeira era criança e, na segunda, já havia saído do município, indo morar na Capital Salvador. Recorda as inaugurações, as visitas dos bispos, dos ministros e dos políticos influentes à cidade e sua mãe preparando almoços comemorativos. Explica que seu pai serviu muito ao município e

aquilo ficou marcado em suas em suas reminiscências. Conta que quando chegou a energia elétrica no município, a lâmpada acendeu e quebrou em seguida. Ficaram na sua memória aqueles “balõezinhos quebrados”, detalhes de um tempo em que tudo era novidade. Seus pais tiveram nove filhos e ela foi a única que se interessou por política. Seu irmão chegou a exercer a vereação por um mandato, mas desistiu.

Apesar de seu pai ter sido prefeito, ela nunca manifestou esse interesse para ele. Sua mãe era nomeada pelo secretário de Educação do Estado da Bahia para trabalhar nas escolas estaduais daquela cidade. Com o ensino ineficiente, ela atuante e apaixonada pela educação, orientava professoras(es) e incentivava a fazerem um trabalho de qualidade, como também fez com o marido, que era prefeito, provocando para que avanços ocorressem. “Foi um marco, personalidades conhecidas estudaram e reconhecem o trabalho de minha mãe”. Sobre seu pai *in memorian*, ela descreve que “a única coisa que me entristece é que ele não acompanhou minha gestão. Na primeira, as pessoas nem sabiam que eu era filha dele e me ligavam à figura do meu marido, apesar de terem paixão por meu pai” (PSTEM, 2012).

A prefeita SPMT conta que sua prima é deputada por vários mandatos consecutivos e o avô foi o segundo intendente¹¹³ do município. Mas ressalta que são estilos completamente diferentes de administrar. (SPMT, 2012).

Com referência à sua família, a prefeita AAI conta que seus pais faleceram nesse período. Sua mãe foi sua admiradora. “Ela sempre dizia que não sabe de onde eu tirei essa garra de estar na política, mas reconheço que a verdadeira guerreira foi ela em cuidar de tantos filhos e exigir que todos estudassem e se formassem”.

Exemplos demonstram aspectos das famílias que denotam algo na forma de um “contrato imposto” e possui certas implicações, pois “é expressão de uma totalidade que se impõe ao indivíduo; que ele segue regularidades e mesmo regras obrigatórias, engendrando práticas que reproduzem o grupo social como um todo” (WOORTMANN, 1994, p. 54). Prática atual nas municipalidades em que conjuntos de pessoas detêm os direitos políticos de sucessão da representatividade, perpassando uma ideia de obrigação em dar continuidade àqueles escolhidos no interior do próprio grupo, seja familiar e/ou de afinidade. Desenvolve o sentido de pertença a um campo relacional indicador de relações que incluem na vida e sociedade.

¹¹³ Intendente era uma expressão utilizada no passado para denominar aquele que exercia o cargo semelhante ao de prefeito, atualmente.

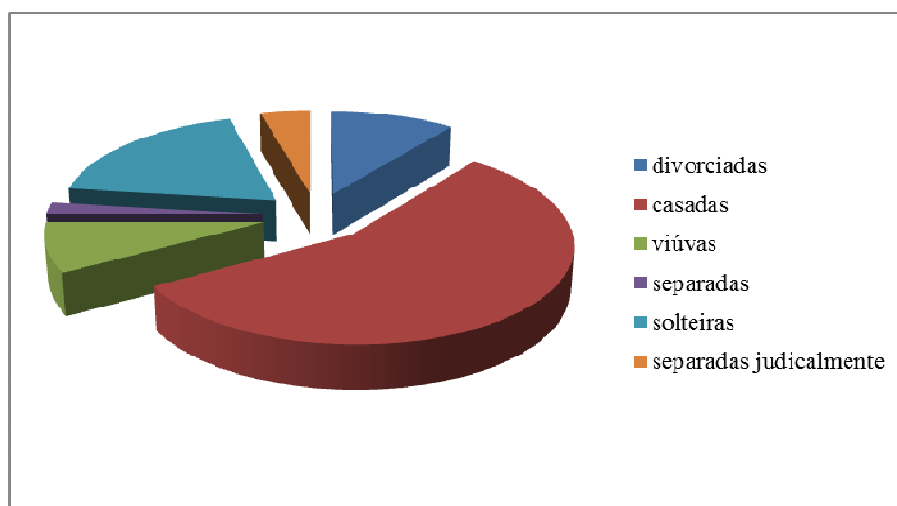
4.3 Maridos e companheiros: cooperação e/ou obstáculos?

O casamento é um evento decisivo na existência, do ponto de vista da identidade pessoal, somente se a conversa entre os cônjuges é permanente e permite a validação de uma nova visão de mundo.

François de Singly, 2007, p. 123.

As prefeitas, quando casadas geralmente, contam com ajuda e parceria dos maridos, em alguns casos exercendo influências de gestor no município. Os dados referidos se, por um lado, chamam a atenção para um grau de interesse pela causa das mulheres que merece ser aprofundada, por outro, revelam as raízes conservadoras que subjazem à organização de seus mandatos: sejam traduzidos no apoio prestado pelos parceiros em suas administrações e ou reprodução de ações e atitudes, seja no enfrentamento de situações novas na condição de solteiras, separadas e divorciadas. Com referência aos laços de afinidade, traduzidos no estado civil das gestoras, o gráfico a seguir demonstra essa situação.

Gráfico 3 – Estado civil das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia (2008)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008).

O marido da gestora CCGO foi prefeito por duas vezes e ela “detestava política, cheguei a afirmar: entro para a política ou deixo o marido”. Optou-se pela primeira assertiva. Com dois filhos adultos, dedica-se à gestão pública com o apoio do companheiro. “Quem toma as decisões sou eu, mas eu não as tomo sem consultá-lo, somos parceiros também na política”. Afirma sobre

esta convivência, “vivemos bem, inclusive as pessoas diziam que ele ganhava a eleição por minha causa e hoje eu me elejo por conta dele, é a lei da reciprocidade” (CCGO, 2012).

A prefeita MLL explica que o seu sogro era prefeito e acabou a envolvendo junto com o seu marido. Entretanto, apesar dele ser político, no sentido de conduzir a política, “ele não tem carisma de mostrar a cara, da população dizer: ‘queremos você!’”. Sempre participou da política, mas foi ela quem logrou aceitação frente a(os) eleitoras(es) e percebe que existem sentimentos relacionados ao ciúme. “Deparo-me com isto, é mais um detalhe para preocupar-me”. Alerta em sua narrativa que em sua família teve pessoas na política: sua mãe foi vereadora por dois mandatos, seu pai foi vereador e candidato a prefeito, seu irmão foi vereador por três mandatos, mas, na realidade, “eu ingressei na política pelo fato do meu esposo ser político. Ele “vem de uma linhagem política, o pai dele foi prefeito duas vezes e sempre se envolveu na política” (MLL, 2012).

De pai para marido/companheiro, muitas foram as narrativas que incidem nesse fator de coadunar família, gênero e política. A seguir, a gestora SNFM narra que a sua trajetória política foi iniciada como apoio ao marido. Eles foram passar uma festa de São João no município que hoje governa e o grupo político do qual seu marido simpatizava precisava de candidato, o convidaram e ele aceitou. Na perspectiva dela, “ele não levava jeito para a política, mas se elegeu e foi um excelente prefeito”, apoiando-o na realização de seu trabalho.

Na época, não existiam creches no município e ela desbravou a assistência social com estabelecimentos escolares destinados a crianças menores, programa para os idosos e para índios. “Nem se falava neles como atualmente. Eu ia para a toca na Baixa da Ovelha, dançava toré¹¹⁴ juntamente com o grupo dos indígenas, aquele trabalho bem descontraído, sem pensar que pudesse vir a ser a prefeita”. Confessa que não passava pelos seus pensamentos tal possibilidade e sobressaía no apoio ao marido na construção de sua imagem pública. Conseguiu revolucionar a cidade na área social. “Meu marido foi um dos melhores prefeitos e eu fui a primeira-dama de verdade, atuante em todas as áreas, porque eu me credenciei”. Reconhece que seu companheiro, hoje deputado federal, ajuda muito a região com as emendas legislativas. Também no contato com as pessoas e na interlocução política, mas garante que faz acontecer com eficácia. Segundo

¹¹⁴ Entre os índios no Nordeste, a Toré representa um símbolo de identidade indígena, de sua unidade e de diferenciação. Toré é uma dança ritualística dos povos indígenas do Nordeste do Brasil, realizada, principalmente, nas festividades do dia do Índio. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tor%C3%A9>>. Acesso em 19 de março 2012.

ela, durante setenta e sete anos foram calçados onze povoados, ela já está calçando vinte e seis povoados em quatro anos (SNFM, 2012).

PSTEM também é esposa de ex-prefeito, que não se reelegeu, e, por insistência das pessoas, foi candidata. “Relutei muito para ser somente vice-prefeita. Eu ia para o palanque tremendo, não queria! Apesar da idade madura, eu politicamente era inocente, acho que fui uma pessoa que vivi dependente de meu pai, mas tive de aprender” (PSTEM, 2012).

A prefeita SMSAM considera que seu caso foi atípico e aconteceu naturalmente. Filha única, casada, mãe de um garoto, trabalhava no comércio e vivia uma vida comum. Seu pai era candidato a vereador, como muitos pleiteavam a vaga, ele a cedeu para outra pessoa. Alguns integrantes do grupo se reuniram e decidiram que se seu pai não saíria candidato, eles apoiariam a filha dele, que era essa pessoa. Essa reunião aconteceu em outro município e a gestora conta que nem lhe questionaram sobre o que achava da escolha. Chegaram com a notícia que ela seria a candidata. Em suas palavras: “Na verdade, eu não era candidata, eu era laranja, meu pai é quem seria o candidato. E perdi a eleição por um voto”. Com isso, assumiu a Secretaria de Assistência Social, “eu tenho a seguinte visão: sou uma servidora pública, independente de qual cargo exercer” (SMSAM, 2012).

CCSAM ingressou na vida política com o marido, pois ele foi vereador por dois mandatos, depois vice-prefeito, sofreu um problema de saúde, teve um câncer de fígado e faleceu. “Fiquei aguardando minha chance, me candidatei e perdi a eleição”. Ao lançar-se candidata, o grupo tinha cinco por cento de possibilidades e ela era quem detinha a melhor posição no grupo. “Cheguei perto, mas não era o momento e passei mais quatro anos trabalhando. Perdi a eleição e, no dia seguinte, já estava na rua agradecendo as pessoas, para que o(a) eleitor(a) não ficasse como se estivesse órfã(o)”. Continuou sua vida normal, sem mencionar e julgar, “ela foi prefeita e disputamos, elegi com uma boa margem de votos. Faço política sem lembrar dos adversários, isso é perder tempo, dedico-me inteiramente” (CCSAM, 2012).

FARY conta que, desde a infância, apesar de residir em outra cidade, ouvia notícias desse município através de seu pai, que era eleitor naquela localidade e opositor ao grupo de seu marido hoje. “Antes de conhecê-lo, torcia contra, eu com treze anos sentia raiva e imaginava que ele fosse mais velho. Quando o conheci, percebi que era o destino. Somente pode ser uma sina, uma bela história”.

Foi primeira-dama por duas vezes. Em sua família tem muitas pessoas que se destacaram politicamente. “Eu nunca me envolvi diretamente, somente depois que me casei. Tenho um tio prefeito e vereadores em outros municípios”. Confessa que sempre gostou e participou nos bastidores, sobretudo como esposa do prefeito. “Parece que veio no sangue; agora, por ironia do destino, aconteceu e me envolvi”.

Por tratar-se de um município de pequeno porte, é possível conversar e ouvir a população de forma direta. Nesse sentido, logo que saiu a possibilidade de indicação do seu nome pelo grupo, a população se impôs com a condição de que se não fosse o ex-prefeito teria de ser a esposa dele. Depara-se com o ingresso por aliança na política local. “Eu era a única pessoa que poderia transferir votos na totalidade”. Com isso, considera que o município ganhou, porque são dois para administrar, ele optou por não exercer o cargo de secretário para “trabalhar nos bastidores junto comigo” (FARY, 2011).

A prefeita SOB conta que a história do município que administra começou com uma família e perdurou durante doze anos no poder, tendo esse ciclo interrompido com a sua eleição. Seu marido foi vereador e candidato a prefeito, não se elegendo por problemas de dupla filiação, motivo pelo qual ela foi candidata, “eu entrei para administrarmos juntos”. O casal acredita na relação de reciprocidade entre eles. Sendo parceiros, compondo uma dupla “perfeita” para administrar, recuperando a credibilidade e criando alternativas e estímulos para a implantação de empresas no município, evitando a saída da população por falta de condições adequadas e dignas de vida. Atribui especial ênfase a uma política de aceleração para o desenvolvimento econômico. O companheiro é secretário de administração e responsável pela comunicação institucional da prefeitura (SOB, 2011).

CCSAM informa que existem dificuldades, e reconhece que a influência do seu marido ajudou a se eleger, mas assegura que não vive à sombra de ninguém. “Dediquei-me e estou fazendo o que gosto, com muita dificuldade”. A questão da participação constante do marido e de familiares na administração preocupa. “Porque o povo me elegeu, é uma questão de postura, a decisão é minha, não de esposo, pai, tio. As pessoas votaram na minha pessoa, a decisão que eu tomar é a prefeita que tomou e acabou!” (CCSAM, 2012).

Outra gestora conta que quando decidiu candidatar-se voltou a morar definitivamente no município com o marido e dois filhos. Apesar dele não possuir cargos na política, é de família influente politicamente, “possui dois tios deputados: federal e estadual; o pai incentivou a esposa

a ser prefeita por duas vezes e exerce cargos importantes na política nacional, além dos dois cunhados que estão prefeitos” (JMQM, 2012).

A gestora SVCV afirma que o marido é forte e demonstra razão, mas no fundo tem sensibilidade e ela sabe tocar seu coração como ninguém. Quando foi prefeito, não era próximo às pessoas, ela quem mantinha contatos com o povo. Apesar de ser descendente de família de políticos, reconhece que deve a ela o seu sucesso nas urnas e afirmava isso com frequência. No segundo mandato dele, a esposa era quem pedia os votos, porque ele se recusava, partindo do pressuposto de que a próxima gestão seria de aprovação pelo trabalho realizado (SVCV, 2011).

Sobre sua história conjugal, RAF se casou menina, aos dezesseis anos de idade, com o primeiro namorado. Na primeira semana, já queria se separar. “Eu chorei tanto lá em casa, a gente não tinha mãe, mas minha madrasta, minhas irmãs e eu chorávamos porque não deu certo, eu não sabia o que era uma relação sexual. Imagina, você casa e não tem noção de que ia viver em um quarto com um homem, para mim foi o fim!” Seu pai acreditava que o patrimônio das meninas era casar virgem e não correr o risco de “virarem raparigas¹¹⁵”. Ela afirma: “casei e não foi bom, mas vivi treze anos e tive três filhos” (RAF, 2011). Por várias vezes tentou a separação, mas as pessoas mais idosas aconselhavam, sugerindo que, como o casal era jovem, o tempo poderia ajudá-los a se entenderem. No entanto, não foi fácil. Ademais, seu marido sempre foi contra sua participação na política, demonstrando isso através de atos violentos.

CBMS é grata ao marido, que é seu assessor: “sem ele dificilmente conseguiria fazer tanto!”. Sobretudo, devido ao apoio emocional, porque encontra muitas dificuldades na condição de gestora. “Não é fácil e sinto pressionada!”. Atribui ao fato de ser considerada uma pessoa com a sensibilidade muito aguçada. Acredita que possui comprometimento e honestidade, mas percebe a necessidade de exercitar a paciência no serviço público (CBMS, 2011).

Em uma perspectiva de simplicidade, a prefeita SCCR afirma que possui uma família comum com histórias banais, mas que encerram significados, a qualifica como “a mais normal que existe”. Nasceu e sempre viveu no município que hoje governa. O marido, conforme informações da gestora, sempre detestou política e não suporta até hoje. Nunca emitiu opinião nem questiona nada, diz possuir liberdade total. Ninguém da sua família participa da política em cargos eletivos. Quando recebeu o convite para participar da política, perguntou ao marido sua opinião. Ele afirmou que não gostava, mas que a decisão seria somente dela e que, se decidisse

¹¹⁵ Expressão usada pelas pessoas da região no interior baiano para designar mulher que se entrega à prostituição.

candidatar-se, ele apoiaria, se optasse por uma recusa ao convite, continuaria ao seu lado da mesma forma (SCCR, 2011).

Outro marido que não se envolve é o de BSSM. São casados há vinte e seis anos. Ele é uma pessoa introvertida, não se envolve, sobretudo porque não possui direitos políticos no Brasil. Não se naturalizou brasileiro, mantendo sua cidadania portuguesa, para que os filhos possam ter oportunidades, em caso de uma necessidade de estudar, passear ou trabalhar dentro da Comunidade Europeia.

A gestora MLL assegura que tem uma convivência tranquila, porque cada um respeita o espaço do outro. “Tem o lado do ciúme, que eu acredito que tenho uma forma de conduzir e não deixo isso me atingir, e procuro compreendê-lo. Mas imagina como ele se sente. O masculino acha que tem de estar por cima. Acredito que eu estou conseguindo achar uma forma de lidar”. A população, às vezes, sobretudo a oposição, acaba criticando por conta disso, ela é prefeita e deixa-o participar das decisões. (MLL, 2012).

A gestora MROR informa que seu marido foi prefeito duas vezes e, em sua perspectiva, são parceiros em todas as ocasiões; quando ele geria o município ajudava-o e administrava junto com ele; na Secretaria da Educação, tomava iniciativas e fazia o que achava certo e ele apoiava. Entretanto, não vive à sua sombra, e, por muitas vezes, ele dizia que estava na política por conta dela. Expõe que possui uma vida feliz, chega a sentir que são “almas gêmeas”. Não tiveram filhos, mas criaram uma criança. Com trinta e quatro anos de casados, dez de namoro, explica com a assertiva de que “somos parceiros na vida privada e pública e amo o que eu faço, tudo que realizo tem de ser perfeito, com alegria e felicidade” (MROR, 2012).

No caso de PSTEM, seu marido começou a vida vendendo mingau e logo conseguiu adquirir mercados no município e em outros vizinhos. Por conta dessa rápida ascensão profissional, era grato ao povo e distribuía donativos às pessoas carentes. Foi a forma que encontrou para agradecer à população. Quando se casaram, encontrou essa situação. Nesse período, ele e o irmão, que eram sócios nos mercados, doavam materiais, arrecadavam recursos e promoviam festas. Com o passar do tempo, perceberam que precisavam fazer algo a mais para o município e o cunhado saiu candidato a prefeito. No entanto, por falta de carisma, perdeu a eleição e se decepcionou. Incentivaram o seu marido a candidatar-se, mas, segundo ela, “ele era gago e tinha medo de palanque, não ia aos comícios, ficava muito nervoso e apavorado, às vezes tinha até febre”.

Apesar disso, ele ganhou a primeira eleição; mas, na segunda, passou a oportunidade para ela. Nessa época, levava uma vida tranquila. Casada, com filhos pequenos, explica que as pessoas iam a sua casa e seu marido não tinha muita paciência, então fazia de tudo para ajudar. Prestava atenção nos problemas alheios, ouvia, tirava utensílios da própria casa e doava para aqueles que precisavam e pediam, visitava os doentes nos hospitais, intercedia junto dos médicos para atender a quem precisasse, “tudo pelo lado humano e não político”. Comenta que fazia campanha de cobertor, solicitava ajuda aos comerciantes, inclusive os da oposição, mas prestava contas e demonstrava tudo que conseguia com os recursos arrecadados. Nas festas, sobretudo nas tradicionais juninas, virava a noite na rua para decorar a cidade, porque era o momento em que tinha tempo livre. “Eu subia em poste, em escadas, fazia tudo que tivesse de fazer, sem frescura. Fazia não pelo lado político, mas para melhorar a minha cidade”.

Na gestão do marido, trabalhava nos bastidores, principalmente na Secretaria de Saúde. Ele correspondia aos seus “pedidos”. Quando ele deixou a prefeitura, indicou o vice-prefeito, que era analfabeto. As pessoas começaram a citar o nome dela, mas não levava a sério, pois havia gostado de ser apenas primeira-dama. Após um ano e meio, se desentenderam. A gestão de seu marido foi uma “revolução”, ela cuidava dos setores de Saúde, do Social e da Educação, além de atender aos eleitores. Administrava o restante e fez um excelente governo. “No final, eu me identifiquei com a política porque era a oportunidade de poder fazer. Eu arrumava palcos, decorações, festas, inaugurações, campanhas de deputados, sempre nos bastidores”. Acredita que o ideal seria que seu marido fosse o prefeito e ela voltasse a ser a primeira-dama, mas a realidade é outra. (PSTEM, 2012).

Em outra condição civil, VGRS está separada do marido “fui casada e hoje ele é meu amigo”. Conta que se separou depois da eleição, também pela política. Atribui o resultado da eleição porque vinha de militância, sem tirar o mérito do ex-marido que é deputado, “claro que ele teve uma participação importante, pelo prestígio e porque sempre me ajudou como eu também eu o ajudei”. Há intenções em demonstrar a capacidade individual, responsável pelo seu sucesso político. O inverso seria a determinação social, a ocupação do cargo político por atributo familiar, por influência do ex-marido. “Foi muita fofoca, inventaram muitas mentiras, ele ficou ouvindo conversas”. Ele é o pai dos seus filhos e são parceiros politicamente. Prestou apoio para deputado federal na última eleição, e ele sempre retribuiu com projetos para o município (VGRS, 2012).

Da mesma forma, as crises no casamento são frequentes e a união do casal consegue manter-se intacta. No caso de uma gestora YRMT “o casamento também entrou em crise e, no segundo ano, aconteceu o divórcio”. Tiveram problemas financeiros e as empresas foram vendidas.

No caso de CDSN, seu cônjuge foi prefeito e trabalhou com uma assessora na prefeitura, nas palavras da prefeita, “muito inteligente[...], somente ela com nível superior e eles tiveram um caso amoroso. Quando ele não quis manter o romance, ela armou e o denunciou[...]”. Passou por uma situação constrangedora e difícil. “Mais um processo. Ameaças de morte! Afirma que não esconde nada para o povo, para que tenham crédito. “Ele foi preso dezesseis dias, fui para Brasília e lutei até ele ser libertado. Na Capital Federal as pessoas não sabem quem somos e as denúncias foram muitas”. Quando retornaram ao município, a praça estava lotada. “O povo gritava!”. Nós chegamos nos braços do povo[...]. Eu discurssei! Foi nessa situação que decidiu ser Prefeita.

A análise desta pesquisa incide sobre as famílias e a política, temas complexos aos que pensam e estudam temáticas abrangentes. A intenção é dissociar de padrões “tradicionais” de que as(os) políticas(os) são seres que nasceram completos e não possuem a esfera da família como aliada e/ou complicadora em sua vida pública. Embora a manutenção da tradição não signifique, necessariamente um obstáculo à mudança, desde que seja pensado como um processo constituído de ranços, mas também de avanços.

4.4 Os filhos sob o olhar das mães - prefeitas: razões e práticas cotidianas

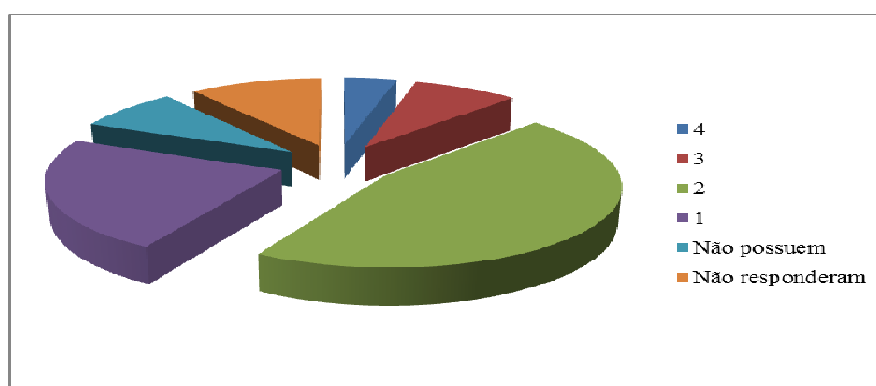
A narração não é de modo algum um produto só da voz. A alma, o olho e a mão definem uma prática.

Walter Benjamin, 1985.

Quanto ao número de filhos, prevalecem as que possuem dois filhos(as). Nenhuma das que responderam são gestoras de mais de quatro descendentes, ao contrário da família de origem, a qual declara numerosos irmãos(as), o que denota uma tendência mundial à diminuição do número de filhos. Existem aquelas que não tiveram filhos e adotaram, as que optaram por não tê-

los, conforme menciona a prefeita SCMJ: “eu não quis ter filhos, opção minha, pessoal. Ajudei a criar muitos irmãos. Meu marido deixou que eu optasse” (SCMJ, 2011).

Gráfico 4 – Quant. de filhos(as) das Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia (2008-2012)



Fonte: Entrevistas (2012).

Com referência aos filhos FARY começou uma campanha política fora de época com uma preocupação a mais: estava grávida de seis meses e relata que a disputa foi marcada: “causou um impacto e pensei, será que as pessoas vão entender? Eu, grávida, concorrendo a uma eleição fora de época. Mas poderia ser egoísmo meu desistir na ultima hora, então concorri”. Tinha preocupação com a imprensa e o medo dos adversários criticarem. Entretanto, a população acolheu com cuidado. “Traziam logo cadeiras para que eu me sentasse, ajudavam-me a caminhar. A eleição foi marcada para o dia cinco de julho. Foi uma angústia... Meu filho nasceria nesse período”, mas por outros motivos a eleição foi suspensa e adiada. “Tem horas que prevalece a dúvida, será que vale a pena deixar de estar com os filhos para estar na política?”.

A prefeita sofre esse drama por conta das crianças que deixa em outra cidade com a avó materna deles, devido à dificuldade de encontrar pessoas confiáveis para cuidar, que são muito pequenas. “Graças a Deus, estou conseguindo conciliar. O lado feminino aflora mais, as mulheres têm a sensibilidade que às vezes o homem não tem”. Preocupa-se com o pouco tempo disponível e calma suficientes para tamanha responsabilidade. “Se eu não estiver bem com minha cabeça e preocupada com meus filhos, não conseguirei fazer um bom trabalho”. Tem consciência de que a prefeitura é uma prestadora de serviços. “Se eu prestar bem o trabalho, com pessoas comprometidas, conseguirei administrar bem, é um desafio e encaro como aprendizado” (FARY, 2011).

Seu obstáculo foi a ruptura, a saída de imediato do papel de esposa e mãe de dois filhos, inclusive de um bebê de poucos dias e assumir a prefeitura, onde os(as) cidadãos(as) aguardavam por mudanças imediatas. Afirma que o marido ficou receoso, apesar da prática anterior; sabe que a administração pública mudou nos últimos anos e, por força das circunstâncias, considerando que foi uma eleição fora do tempo regular, não se sabe em quem confiar. A equipe não atendia bem às demandas do novo governo e precisava de profissionais para assessoramento, sem garantia de que eram confiáveis e trabalhavam corretamente.

É possível fazer uma analogia com práticas de outras mulheres. Matlary (2002, p. 148) conta a sua experiência na política externa brasileira e chama a atenção para a importância dos membros da família estar bem para o sucesso no trabalho. Para a autora, o segredo é encontrar uma forma de conciliar as coisas, ressaltando que, em caso de conflitos, “nunca devemos esquecer que a prioridade absoluta é para os filhos pequenos, se o tivermos. A propósito: isto também se aplica aos homens”. Portanto, há que se considerarem todas as preocupações da gestora, incluindo as do companheiro e pai das crianças; afinal, a infância é uma fase da vida que requer cuidados dos adultos, não única e exclusivamente da mãe.

Com uma filha adulta, GPIM julga possuir uma filha maravilhosa, que lhe deu outra preciosidade, que é seu neto. “Eu sempre cuidei menos dela do que ela cuida de mim. Graças a Deus, ela é uma pessoa centrada, que se formou cedo, foi mãe jovem e sempre procurou me proteger”. Associada a essa postura, conjuga-se uma espécie de recusa ao desempenho de determinadas obrigações, tradicionalmente, femininas – cuidado com a casa e com os filhos, em favor de sua participação política, ressaltando que sempre priorizou a esfera pública.

A prefeita SOB sonha com melhores condições de vida e trabalho para seu município, sobretudo porque se trata de uma localidade com irrisórios recursos econômicos, sociais e culturais, e as pessoas migram por falta de perspectivas de educação e emprego, inclusive os próprios filhos. Como exemplo, explica a necessidade de saírem para estudar, “um cursa Medicina na Bolívia, outro Direito em Salvador, outro Contabilidade em Capim Grosso e o último em Goiás”.

Outra questão é postergar o tempo da maternidade em virtude dos seus compromissos. A prefeita CLG é mãe de um filho de cinco anos e confessa: “Somente foi possível agora. Tornou muito comum a gravidez com mais idade”. Sobre sua vida pessoal, conta que teve seu filho enquanto prefeita. Lamenta sobre as dificuldades encontradas. Nasceu prematuro de sete meses, o

parto foi às pressas e o bebê ficou na Unidade de Tratamento Intensivo durante quarenta dias. Apesar disso, sua disponibilidade para a maternidade foi por apenas dois dias, por conta das demandas de sua presença na prefeitura. No período em que o bebê ficou hospitalizado, transformava o automóvel em uma espécie de ambulância para se deslocar todos os dias, por conta da distância. Era necessário se deslocar para tirar o leite e conversar com o bebê, depois ir a prefeitura para assinar empenhos, cheques e atender às pessoas. “O leite secou por conta disso”. Os fatos não possuem horas certas para acontecerem nem tem como prevê-los. Nessa época, seu marido fez uma cirurgia. Para conciliar tudo isso, ela conta que conseguia realizar tudo através de “muita oração e fé em Deus, todo poderoso. Eu sou religiosa, cristã protestante, pentecostal. E sou daquelas que não gosto de falar de Deus eu gosto de sentir Deus” (CLG, 2012).

Falar dos filhos é um momento de reflexão, tanto para aquelas que possuem como para as que ainda não tiveram. “Acho que a minha vida toda foi voltada para os outros, deixando a vida pessoal para depois. São viagens todos os dias, e o tempo vai passando. Mas agora já tenho uma meta, estou planejando um filho para o próximo ano” (MLL, 2012).

AAI não teve filhos, mas adotou duas crianças. “Nós temos dois filhos, filhos do coração”! Com dois netos, um de cada filho. Acrescenta que eles nunca se interessaram pela política. Explica que, com toda essa turbulência, eles sofreram e muito, e ela possui consciência disso. “Por mais que eu quisesse desdobrar e estar junto, era um tanto difícil, eu canso de pedir a eles desculpas”. Ademais, outra Prefeita conta que teve dificuldades sérias com a filha mais nova: “Ela estudava no melhor colégio daqui, tinha tudo... motorista, tudo... Quando eu passei a morar no município, ter uma vida simples, foi um choque desmedido”. (YRMT, 2011).

Com dois filhos, um de vinte e quatro anos, já advogado, e outra de onze anos, a gestora conta que foi em dois momentos especiais de sua vida. Teve o primeiro na adolescência, ainda estudando e cursando a faculdade. O mais jovem foi em um momento muito diferente de sua vida (NQI, 2012).

Outra gestora, já com os três filhos crescidos, preocupa-se em deixar que o cargo possa trazer vantagens e regalias a eles. “Sei que, por serem jovens e vaidosos, é melhor deixá-los de fora da política, não permito que essa realidade possa subir à cabeça, vivemos uma vida simples”. Mora com o marido, companheiro de anos de luta e cuida da mãe idosa com noventa anos de idade (PSD, 2011).

No caso de SSR, seus filhos a ajudam e um deles exerce o cargo de secretário de Administração. “Eles me dão todo o suporte e tenho orgulho deles”. Afirma ter uma história de vida muito bonita e conclui, com as assertivas, que “a política é desgastante, mas tem os seus retornos que compensam” (SSR, 2012).

A compreensão e o apoio dos filhos é fato que importa para a prefeita SVCV. “Hoje, estou aqui e não vou vê-los, eles cobram!” Sabem que não é possível dividir o tempo todo. “Meu município tem setenta mil habitantes, são muitas pessoas que precisam de mim. Sei que é duro, mas, com equilíbrio, tenho enfrentado coisas terríveis para cumprir meu mandato” (SVCV, 2011).

Com referência à vida pessoal e a de mulher que é dona de casa e mãe, a gestora RAF expõe que vêm outros conflitos. Atribui a eles sua formação familiar, da Igreja, dos movimentos sociais, nos quais os princípios de honestidade e de respeito ao próximo e ao dinheiro público são máximas a serem seguidas em qualquer situação. Não é permitido usar os bens públicos em proveito próprio nem em favorecimento de pessoas de interesse. “Eu sofro isso na pele, porque nem todos, os vereadores, a base aliada, vieram de onde eu vim. Tenho um conflito que começa dentro de casa [...]”.

Com os filhos crescidos e em plena juventude, assinala que estão cursando faculdade, são estudantes dos cursos de Direito, de Administração de Empresas, e um deles estuda Educação Física em Cuba. “Esses meninos continuam sem ter de mim uma bicicleta para andar. Eu falo com eles: sou prefeita, mas a mãe de vocês é RAF, não é a prefeita”. Conta que, nas cidades onde moram para estudar, lavam e passam a própria roupa, fazem a feira, cozinham, arrumam suas coisas. “Eu ensino meus filhos a trabalharem e serem verdadeiros”. Apesar disso, por serem jovens, o pessoal da rua faz críticas por eles andarem de ônibus e tenta influenciá-los. A prefeita julga se manter firme em seus princípios, de que a única coisa que ela investe é no estudo deles, mas confessa que “tenho esse conflito familiar, que, hoje, graças a Deus, já melhorou bastante”. Não nega que precisou de ajuda do pai e de amigos para conversar com os filhos. Julga ser difícil para eles entenderem, pois sofreram tanto e hoje não têm vantagens. Conta que sua irmã ficou sem falar com ela por muito tempo. A irmã era concursada para faxineira no distrito e queria ir trabalhar em uma escola na sede. “Disse a ela: não posso fazer nada; em assuntos da prefeitura, sou prefeita e não sua irmã. Eu sou radicalmente contra e para eu impor essa situação sofri, eu pedi ajuda! O patrimônio que tenho é a verdade e a ética!” (RAF, 2011).

CDSN é mãe de quatro filhos, avó de dois netos e mantém o casamento de trinta e três anos. Dessa experiência, constata possuir uma “família maravilhosa, filhos bem-educados e trabalhadores”. Julga-se uma pessoa de fé em Deus, embora não pregue nenhuma religião, e se diz destemida e não manda recado. Atribui a essa coragem o respeito que as pessoas têm a ela. Afirma ser independente, “eu sento no bar e tomo cachaça, de mentirinha, mas tomo. Vou a todos os lugares, aos bailes, danço! Mas sempre rápido. Meu marido ainda tem muita autoridade sobre mim, finjo que é ele quem manda!”. Sente-se recompensada por fazer o que gosta e “ajudo sem distinção a todos aqueles que precisam e me procuram” (CDSN, 2011).

Por outro lado PSTEM sente que abandona muito a sua família. “Meu Deus do céu, eu tenho de estar com minha família... Eu me cobro muito”, apesar dos filhos já serem adultos e bem-criados. Comenta sobre as dificuldades das pessoas não colaborarem com a coisa pública.

Reclama da ausência que é sentida pelos filhos(as), “tem a parte ruim, que é abrir mão da vida privada, sobrando pouco tempo para a família”. Comenta sobre seu filho caçula, de um ano e fica pouco tempo com eles, não acompanha seu crescimento, deixando um pouco de lado a vida privada” (MSAM, 2012).

Quando os filhos crescem, o problema é outro. “Meus filhos estão adultos e ‘exoneraram a mãe’ [risos]”. A filha está fazendo intercâmbio na França e, em contato por telefone com ela, a gestora diz que “conto os dias, conto as horas para te ver!” (PAVR, 2012).

AGDJ foi mãe logo que se elegeu e comenta: “Segurando essa peteca, nessa época eu tive o privilégio de ser mãe. Meu filho nasceu havia sete meses que eu havia assumido a prefeitura”. Sobre essa situação, relata: “O papel de mãe, esposa, filha e prefeita não é fácil. Ocupamos várias funções, é uma lição de vida”. Acredita que “quando a mulher administra, ela dá um toque materno, pois é algo que Deus deu para as mulheres. Elas superam os homens em determinados aspectos”. Explica que pensa dessa maneira porque as mulheres “têm um olhar materno, olham para as pessoas como seres humanos, são minuciosas e enxergam os mínimos detalhes e com muito mais carinho” (AGDJ, 2012).

Repetindo o papel tradicional de mãe, essas mulheres portadoras de uma missão que julgam positiva acreditam que o bom político é um homem que não tem grande agressividade, compõe um consenso, lida com o conflito e sabe resolvê-los. A reflexão sobre essas questões traz à tona questionamentos sobre as qualidades que são atribuídas às mulheres. Ressalta-se que nem sempre elas têm essas qualidades, embora costuma-se atribuir a elas. Então parece que essa

simbologia envolve o trabalho, causando um impasse, em que é questionável situar se o fato de ser mãe faz delas com que seja mais atenta aos problemas coletivos, de forma mais sensível do que outras pessoas. Não é possível desconsiderar por completo a existência de tarefas socialmente construídas e tidas como mais apropriadas a homens e mulheres, nem ignorar que o espaço/tempo histórico que recorta fronteiras, redesenhando as dimensões de âmbitos diferenciados. Contrariando a voz do uso e do costume, as tarefas desempenhadas pela gestora encontram-se incumbidas de funções complementares.

A prefeita SDLS menciona que, há dois anos, aconteceu um acidente com um dos seus filhos. “Eu não sei se foi tragédia ou se Deus precisou dele”. Com quarenta e cinco dias de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), foi realizar um plantão no hospital da cidade vizinha, onde trabalhava, bateu o carro no poste e faleceu. “Mas tenho a honra e agradeço a Deus pelos vinte e seis anos que ele esteve comigo”. Tem mais dois filhos médicos e o caçula é estudante do último ano do curso de Medicina. “São quatro médicos, um deles morreu, mas levam o nome. Eu moro sozinha, os meninos, filhos não crescem para mãe e para o pai, eles exercem a atividade profissional em outros municípios”. Reclama da legislação, que proíbe parentes próximos de trabalharem na prefeitura, que caracteriza o nepotismo¹¹⁶. “Acho injustiça, mas o prejuízo é da cidade. Eu sou família, ajudo a todas(os) irmãs(os), sobrinhos(as) (SDLS, 2011).

A prefeita MJAM é divorciada e possui um filho, que é publicitário e deseja ser político. Afirma não ser o futuro que sonhou para ele. “Eu não queria, mostrei-lhe como é difícil! Mas ele sonha assim mesmo. É um sacerdócio isso, porque não se tem tempo para nada, está na sua porta, invade sua casa” (MJAM, 2011).

GPIM é mãe de uma filha de vinte e nove, avó de uma criança de dois anos e considera o genro como filho. Possui quarenta e oito sobrinhos legítimos, trinta e oito de consideração, centenas de primos, e sempre viveu em coletividade.

Nota-se que cada prefeita tem sua própria história. Trata-se de um compêndio de trajetórias pessoais que ajudam a compreender a cultura brasileira local. “Em todos esses movimentos modernos, contemporâneos, temos fundamentalmente uma ideia de que a política se

¹¹⁶ “Concessão de empregos ou contratos públicos baseados não no mérito, mas nas relações de parentesco” (BOBBIO, 2000, p. 291-2). O Supremo Tribunal Federal, em súmula publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 29/08/2008, proíbe a contratação de parentes até o terceiro grau nos três Poderes.

faz através da experiência, e que a experiência é intransferível, e é o que qualifica as pessoas como agentes políticos” (CARDOSO, 2011, p. 439).

As gestoras concebem como uma relação complexa a vida privada na família, por conta de ranços na política local brasileira. Na hora em que se lançam na política, os amigos, correligionários e eleitores cobram muito e são muito evasivos, e cabe às gestoras “segurar essa barra”. Reconhecem que têm momentos gratificantes também. “Este atual foi um deles, porque lutamos para restabelecer a verdade eleitoral. Você é amiga e na hora que é prefeita não pode desistir, precisa ter muita habilidade” (MJAM, 2011).

A maternidade é vista por muitas que são mães de forma romantizada e equivocada. Não há razão para acreditar que a maternidade induz obrigatoriamente a compromissos com práticas democráticas. O fato de ser uma excelente mãe para seus filhos não a faz repetir tal comportamento com toda uma população. A imagem estereotipada da boa mãe culmina com o que Badinter (1985, p. 365) concluiu ao percorrer a história das atitudes maternas: “nasce a convicção de que o instinto materno é um mito”. Com base na dominação, as mulheres foram influenciadas a pensar que ser mãe é “padecer no paraíso”. Na condição de genitoras sentem-se diferenciadas. Tornando-se culpadas a dar atenção às demandas da política ou deixar de ter seus projetos pessoais para se dedicarem integralmente aos filhos, sentindo-se influenciadas. A luta de feministas por uma modificação na forma de pensar e agir das mulheres mostrou que o amor de mãe é conquistado, não necessariamente é obrigatório os mais estúpidos sacrifícios e privações.

Vale observar que a maioria dos filhos estuda, geralmente, em municípios mais desenvolvidos para se garantir uma formação mais avançada e de melhor qualidade. Tais detalhes de histórias de famílias das gestoras servem para elucidar suas representações sociais, demonstrando que são pessoas comuns, possuem suas vidas e relações familiares que, muitas vezes, estão subjacentes aos percursos de entrada na política. É legítimo argumentar que, no âmbito da vida doméstica e familiar, os relacionamentos são próximos e as atividades não são guiadas por imperativos categóricos de neutralidade.

4.5 Entre o caminho e o caminhar: educação e carreira pessoal, profissional e política

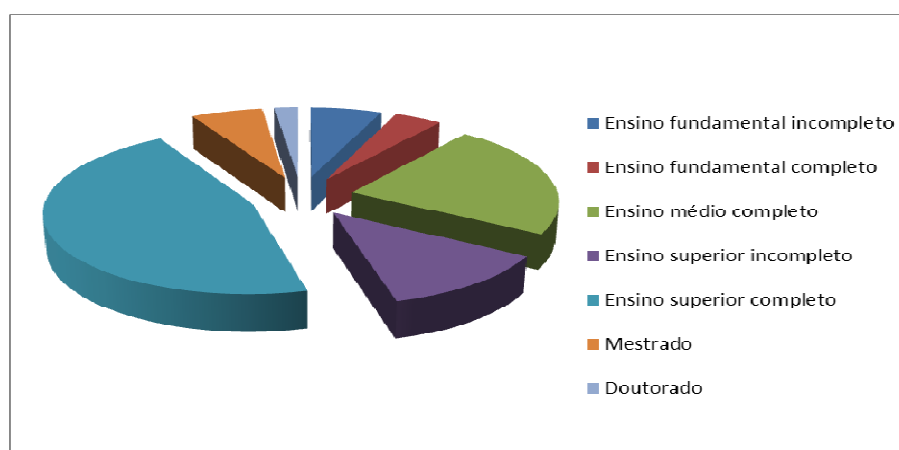
Verifica-se que as mulheres seguem a mesma lógica de imitação dos homens ao que se refere no âmbito laboral; enquanto os parâmetros estruturais do poder forem determinados pelos homens, as mulheres não estarão em condições de fazer mudar a agenda política [...].

Janne Haaland Matlary, 2002, p. 152.

As mulheres rompem com as barreiras da tradição e da invisibilidade através de aspectos relacionados com o legado familiar, a educação e o trabalho? A supremacia masculina preponderou por séculos e, timidamente, as mulheres avançam nesses espaços de atuação. A proposta é fazer um mapeamento sobre os sujeitos da pesquisa para compreender como as formas históricas de exclusão e inclusão das mulheres ocorrem nesse campo e como se deu a “aventura” de inserção na política local. Com a ressalva de que cada qual se insere na vida pública impulsionada por relações e ações próprias e contextuais.

Partindo do pressuposto de que a educação é um princípio básico para impulsionar mudanças profundas nas sociedades, a análise recai sobre a escolaridade das gestoras públicas. Para tanto, o gráfico abaixo ilustra o processo de escolarização das prefeitas estudadas.

Gráfico 5 – Escolaridade das prefeitas dos municípios do Estado da Bahia (2008)



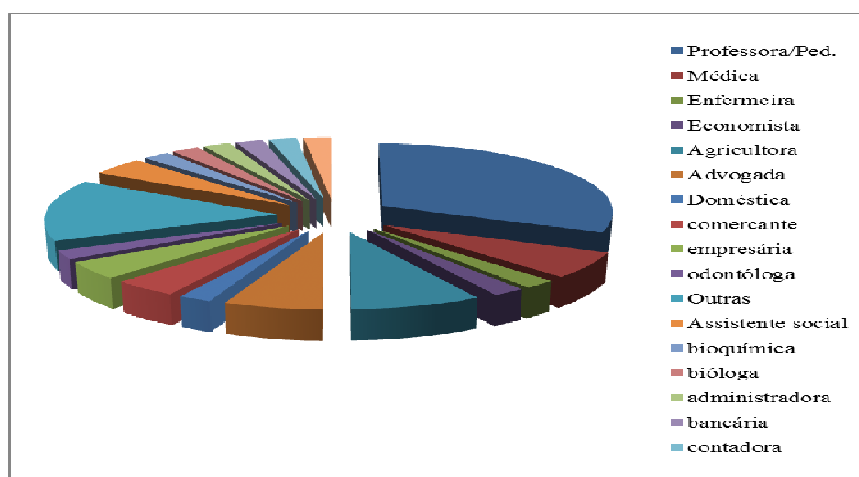
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008).

Apesar de muitas não terem conseguido tempo/recursos para se dedicarem aos estudos formais, outras chegaram ao curso de mestrado e de doutorado. Entretanto, prevalece a situação mediana ocupando uma posição central em uma série estabelecida aquelas que possuem nível

superior. As profissões também variam e são apresentadas no próximo gráfico. Nota-se que as profissões relacionadas com a educação mantêm em evidência¹¹⁷. Esse dado coaduna com a História das mulheres, sobretudo no Brasil, em que a profissão feminina primeiramente a ser aceita e reconhecida foi o magistério, por conta da forte ligação com o papel materno, função exclusiva das mulheres naquele tempo. Também àquelas profissões relacionadas ao cuidar do outro, principalmente da área destinada ao cuidado da saúde das pessoas.

Quanto à formação, as entrevistadas dedicaram-se a áreas diversas: dezesseis, com graduações voltadas para a educação; sete, com ênfase em saúde e assistência social; sete, da área administrativa e função pública; três, médicas; e as demais com funções diversificadas. Nesses dados a metade dos currículos direciona as mulheres para profissões tradicionalmente femininas, áreas direcionadas para o “cuidar” de outros seres humanos, como educação, saúde e assistência social. Em relação às experiências profissionais, as participantes relatam que, além do trabalho na gestão pública, possuem outras vivências, sendo a docência a atividade mais frequente, seguida das áreas de saúde e administração, apesar de estarem licenciadas de suas funções. Algumas apresentam especializações e cursos complementares e de pós-graduação, o que parece indicar uma necessidade de aperfeiçoamento na área de atuação e de atualização, apesar de diversas não possuírem em seus currículos a formação em cursos superiores.

Gráfico 6 – Profissão das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia (2008)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008).

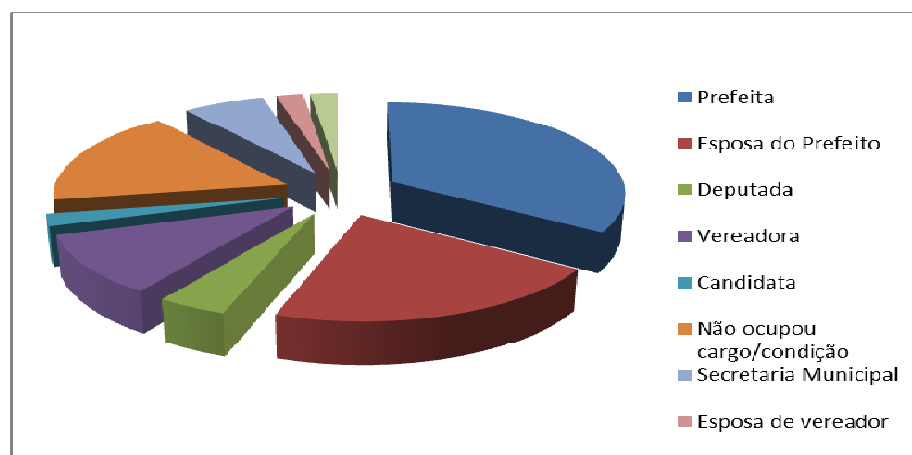
¹¹⁷ Na pesquisa de mestrado (BARBOSA, 2008), a representação das mulheres nas profissões ligadas ao magistério representava mais da metade da população estudada, gestão 2004-2008.

Para a manutenção desse *status* feminino na sociedade, elas foram levadas à docência. Lima (2006) resgata a História do ingresso das mulheres no magistério, na Bahia, analisando o ineditismo do curso normal, especial para as mulheres do século XIX. Por acreditarem que a escola é um instrumento de “contenção, controle e adestramento das futuras gerações” era quase que exclusivamente feminino, embora as funções de direção e supervisão ainda fossem de prevalência masculina. Se o que constituía a vida das mulheres era o papel materno, o exercício do magistério era considerado como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (LOURO, 2001, p. 450).

Entretanto, esse não foi o único pretexto que contribuiu para o ingresso das mulheres nos cursos normais. Faltavam professores nas escolas e elas ocuparam esses espaços. A inserção no magistério foi decisiva, contribuindo para a entrada no mercado de trabalho, em atividades que seriam compatíveis com as funções de mãe. “Prenunciavam que o magistério elementar seria ocupação essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 206).

O acesso à universidade foi de predominância masculina. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que “até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, bastante escassa”. Mantendo-se até hoje esse ranço histórico que, apesar do passar dos anos, as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam em profissões relacionadas à educação e ao cuidado, demonstrando o peso da historicidade nas relações cotidianas. “O domínio exercido pela geração madura sobre a geração imatura vincula-se à necessidade social de introjetar nos mais jovens os conteúdos da cultura vigente na sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 83). Isso faz com que a cultura seja fornecedora dos elementos padronizados de interação social e do resultado operante das formas de ajustamento.

Outro dado verificado foi a participação em cargos políticos anteriores ao atual de prefeita municipal, sendo os principais de relevância à mesma atuação, considerando que dezesseis delas foram reeleitas. Aliado a essa variável, a de esposa do prefeito também manteve elevada, conforme lustra o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Cargo/condição ao se candidatarem (2008)

Fonte: Entrevistas, 2012.

Apesar das diferenças e das nuances, por vezes difíceis de serem aprendidas, algumas das gestoras perseguiram objetivos, outras trilharam caminhos simples ou sinuosos para se chegar ao cargo. Tal temática constitui o que é apresentado a seguir, a demonstração de etapas de percursos e suas representações sociais para se chegar ao poder público local, evidenciando casos de trajetórias individuais a partir da educação, trabalho e carreira política culminando com a elegibilidade.

A prefeita GPIM, com mais de trinta e cinco anos de militância iniciada com o movimento estudantil, foi operária, atuando na fábrica e na associação que posteriormente se transformou em sindicato. Foram vinte e oito anos de atuação, sendo que possui a carteira de trabalho assinada como operária de fábrica até os dias atuais. Participou do Movimento Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), colaborou na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia, sendo o primeiro e único partido de sua vida.

Com três mandatos de deputada estadual, renunciou para candidatar-se à prefeitura, onde já é reeleita. Afirma gostar da política, mas ressalta que é da política séria, honesta e de compromisso, não de politicagem. Como Parlamentar julga ter atuado de forma séria, em um governo de oligarquia, de autoritarismo, mas conseguiu defender suas ideias. Todavia, denunciou, mas com conteúdo, primeiro com investigação, nunca julgar sem provas. Apesar de ter feito acusações, fez com coerência e comprovações, sem levantar falso das pessoas. “Por conta disso, não me arrependo e tenho muita tranquilidade na vida. Nas minhas ações tem o desejo de acertar, posso ter errado, mas buscando fazer o melhor e aprendendo” (GPIM, 2012).

Ressalta a carreira que faz na política, onde ocupa cargos políticos nas associações, dentre elas, a Municípios Produtores (ANAMUP)¹¹⁸, Frente Nacional de Prefeitos (FNP)¹¹⁹, Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e consórcios públicos para o fortalecimento e defesa do municipalismo¹²⁰ brasileiro e baiano.

Participou de movimentos sociais: feministas e sindicais. Na década de setenta, escreveu um trabalho para o sindicato chamando a atenção para o fato de que ali havia mulheres, com o título “Tem mulheres no sindicato”. Era uma das poucas que trabalhavam na fábrica e uma das três mulheres que participavam na diretoria do sindicato. Desde o início de sua carreira atuava na política, ao politizar o cotidiano da fábrica, ou seja, levar para a discussão na arena política temas do cotidiano em um ambiente sindical, compromissada em resolver os problemas coletivos. “O *empoderamento* das mulheres no sindicato passa pela criação de um novo ambiente onde não existam temas-tabus, falsas dicotomias entre esferas públicas e privadas e onde todos os militantes tenham acessos às tecnologias do poder” (ALVES, 2003, p. 76). A atuação no sindicato provavelmente contribuiu para inserir-se na política mais tarde.

A história de vida pública da gestora JMQM toma fôlego quando é convidada pelo cunhado, então prefeito de uma cidade de médio porte em outro Estado da Federação, para exercer o cargo de secretária de Cultura. Em uma cidade histórica, conheceu o berço da cultura estadual, estilo barroco.

Sem conhecimentos prévios da cultura local e por perceber um povo exigente, foi estudar as festas, a cultura regional, os pescadores, o reisado, o *pastorio* guerreiro, corridas de jegues, entre outros¹²¹. Procurou pessoas que trabalhavam com artesanato e resgatou uma festa tradicional que havia sido esquecida, julga ter sido um sucesso. A cidade desenvolveu e a atuação do prefeito passou a ser vista pela depoente como um exemplo a ser seguido. Percebia que ele

¹¹⁸ Associação Nacional dos Municípios Produtores (ANAMUP). É uma entidade municipalista que tem por objetivo defender os municípios com capacidade de produção – entes federados que configuram os pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país. Disponível em: <http://www.anamup.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=34>. Acesso em: 14 de maio 2012.

¹¹⁹ Frente Nacional de Prefeitos (FNP). É uma entidade municipalista sediada em Brasília-DF composta de prefeitos e prefeitas das maiores cidades brasileiras. Disponível em: <<http://www.fnp.org.br/fnp.jsf>>. Acesso em: 15 de maio 2012.

¹²⁰ O termo municipalismo é “derivado do adjetivo municipal. Ele se apresenta hoje como tendência a instaurar ou sustentar as instituições autônomas locais” (BOBBIO, 2000, p.1085).

¹²¹ São manifestações religiosas e profanas e representações populares em honra aos Reis Magos.

acordava cedo e não tinha hora para dormir, impulsionado pelo trabalho administrativo e político, sonhava com as ações a serem executadas. Julga ter feito um excelente trabalho na Secretaria de Cultura e arrecadado muitos recursos com patrocínio.

Devido às potencialidades da região, uma cultura latente e a cidade organizada, conseguiram implantar universidades e escolas técnicas. “Eu comecei a sonhar, porque eu gostava muito do que fazia! Em um estado e cidade que não eram meus...”. Ao visitar sua terra natal, percebeu que a localidade enfrentava uma administração frágil e sem expressão, com os problemas sociais e estruturais agravados, não possuía nem água de qualidade potável para o consumo humano, somente cresceu em população, mas não se desenvolveu social, cultural e economicamente. Em conversa com seu avô, ele a sugeriu que voltasse e se candidatasse a vereadora. Com a experiência adquirida, percebeu que era possível fazer, mas discordou do avô de deixar suas atribuições e retornar para ser candidata a vereadora, mas sim candidatar-se ao cargo de prefeita daquele município. Como o povo estava ávido por mudanças, visitou a periferia e se comprometeu com a população carente, prometendo que buscaria priorizar a saúde e educação sem esquecer a cultura da localidade, sendo eleita.

A prefeita PSD confessa que nunca pensou em entrar para a política. Sua preocupação era ajudar as pessoas pobres e doentes do município. Acompanhava os enfermos aos hospitais da Capital. Muitas vezes, dormia nas filas para conseguir fichas e garantir atendimento médico a quem precisava. “Eu participava das campanhas dos hospitais Irmã Dulce¹²² e Aristides Maltez¹²³, saía pelo comércio angariando doações para levar aos doentes[...]. O pessoal do município me esperava nos hospitais”. Certa vez, sem recursos financeiros, com demanda de muitos enfermos e também com problemas graves de saúde, passou quatro meses acamada sem condições de se cuidar sozinha. Sentia-se desanimada e decidida a sair do município. Nesse período, foi procurada por um candidato a deputado federal que

¹²² Hoje chamado de Hospital Santo Antônio, integra o conjunto das Obras Sociais Irmã Dulce, em Salvador-Bahia. Criado em 1949 como um albergue, quando Irmã Dulce improvisou um abrigo no galinheiro do seu convento para setenta doentes que estavam nas ruas de Salvador, o hospital desponta hoje como uma das maiores unidades de saúde do Norte e Nordeste e uma das mais bem equipadas da Bahia. Tornou-se referência na assistência à população carente. O Centro Médico e Social Augusto Lopes Pontes é uma das alas do HSA. Destinado aos pacientes crônicos que necessitam de internação de longa permanência, a unidade proporciona assistência médica integral. Disponível em: <http://www.irmadulce.org.br/obrassociais/saude_hsa.php>. Acesso em: 03 de abril 2012.

¹²³ Trata-se de um hospital destinado ao tratamento de pacientes com câncer e tem como clientela 100% de pacientes do SUS, atendendo anualmente uma média de pacientes egressos de 406 municípios do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.lbcc.org.br/compos.php?m=site.pagina&pag=17&idioma=br>>. Acesso em: 03 de abril de 2012.

solicitou seu apoio na localidade. Apesar da situação em que se encontrava, apoiou e autorizou o candidato a utilizar o seu nome, elegendo-se deputado mais votado de toda a história do município.

Após esse episódio, ela decidiu ficar na cidade e recebeu o convite do prefeito para fazer uma “ficha no partido”. Foi visibilizada por ele, o qual percebeu seu potencial para angariar votos, além da necessidade de preencher as cotas destinadas às mulheres nos partidos políticos. “Precisou de mulher para política! Na época da candidatura, a juíza não me tirou. Eu pensava: Meu Deus! O que vou fazer? Em um comício, me chamaram. Levei minha ex-patroa lá em cima comigo, fui aplaudida”. Exerceu a vereação por quatro mandatos, apesar da condição de oposição partidária, manteve-se firme com a convicção de que sua função não era atrapalhar a administração do prefeito, mas contribuir com o município e com a qualidade de vida da população. Posteriormente, foi candidata ao cargo de prefeita, embora sem recursos financeiros, apoio de políticos influentes e dos servidores municipais, elegeu-se com 55,9% dos votos válidos¹²⁴.

Ao relatar sobre seu cotidiano, afirma que voltou a estudar. “Existe ex-prefeito, ex-vereador, mas não existe ex-doutor. Também sou convidada para fazer palestras, eu me viro!” Mantém em sua casa os mesmos hábitos. Acorda às cinco horas da manhã e têm pessoas esperando para serem atendidas. “Tomam café comigo, quando acaba o pão faço sinal para buscarem mais... Eu não tenho aquela prática de atender bem somente quem vota em mim, é tanto que os funcionários da prefeitura me adoram, meu sonho não é política, não é poder!” (PSD, 2011).

RAF, apesar de viver violências no casamento, manteve a firme convicção de mudanças em sua vida. Conta que conversava muito com seu pai, seus filhos e até com o próprio marido, explicando que um dia se separaria dele, caso não mudasse suas atitudes. “Aí eu já tinha tomado gosto pela luta, pelo sindicato de trabalhadores rurais, pelo movimento de mulheres.” É possível perceber o começo de uma tomada de consciência da condição feminina e de suas lutas.¹²⁵ A entrada para a militância política não foi diferente. Distante de um convite para participar, de um familiar que indicasse o seu nome, a sua trajetória não foi por acaso, nem presente do destino.

¹²⁴ Tribunal Regional Eleitoral (TSE, 2008). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm>. Acesso em: 31 de outubro 2012.

¹²⁵ Conforme já destacada na epígrafe da página 92, “algumas delas mais tarde se converteriam em mulheres feministas. Como? De diferentes maneiras” (ZABALETA, 2011, p. 17, tradução livre).

Quando surgiu o Partido dos Trabalhadores¹²⁶ na localidade, uma moradora fez a música “Trabalhadora, vote em você!” A gestora afirma que aquele momento a fez decidir que dali em diante faria o que estivesse vontade, “cheguei, encostei-me naquele carro e aquela melodia me tocou! Olha, eu vou votar é nesse povo!” Comenta que não foi fácil levar adiante essa decisão, porque havia repressão e não se permitia votar em partidos de esquerda, sem que tentassem impedir, além de ser duramente criticada.

“Eu e minha outra companheira negra combinamos de votar, mas o pessoal da direita não deixou a gente entrar no carro para ir à seção onde votávamos” (RAF, 2011). Isso tem aspectos a levar em conta, pois reflete a amplitude e o despertar da consciência para os problemas de sua condição, cruzando fronteiras de gênero, raça/etnia e classe. Não bastava apenas decidir. A seção de votação ficava em um lugar distante. Seria necessário transporte e, o mais difícil naquele momento, dinheiro para custear essa viagem, considerando que o traslado seria gratuito apenas para quem votasse no partido dos representantes locais. “Nós organizamos e combinamos com o proprietário do carro de ir fiado e quando saísse a colheita do algodão pagaríamos o frete. Reunimos um grupo de mulheres e assim aconteceu”. Tal fato indica o registro da movimentação pela sua emancipação política, ademais é obrigada a tomar atitudes para corresponder à luta das outras mulheres de um amplo leque de sacrifícios (RAF, 2011).

MJAM relembra que inseriu na política para atender ao pedido do grupo da época. De 1973 a 1985, os prefeitos do município eram nomeados porque faziam parte da área de segurança nacional. Quando o município saiu dessa condição, o prefeito da época lançou seu nome para concorrer às eleições municipais. “Eu estava recém-casada, não queria, nem meu marido, mas fui para a campanha, sempre um pouco arredia, porque nunca tinha esperado. Posteriormente não houve jeito, o pessoal gostou e fui me adaptando, mas as dificuldades foram muitas”. Atualmente reeleita, foi vereadora e, como servidora pública municipal, assumiu todos os cargos administrativos na prefeitura antes de chegar ao executivo. Filha do município, a primeira prefeita da região metropolitana de Salvador. Entrou na política para “atender ao pedido do grupo na época”. Acredita que o “problema da administração pública é a falta de qualificação dos gestores públicos”. Sobre sua trajetória política, afirma que a política é ela mesma, apesar de não ter escolhido para si de imediato, mas foi acontecendo.

¹²⁶ Isso se deu no ano de 1989.

“Sou funcionária pública de carreira do município, estudei economia, fiz concurso público, ingressei. Fui escriturária, secretária de educação e finanças, vice-prefeita, prefeita, suplente de deputada, e estou prefeita, de carreira!”; embora sua aspiração e carreira política já se encontram na reta final. “Eu acho que a minha participação na política vai se encerrar por aqui, tenho mais de sessenta anos agora, quero outra atividade e deixar para os mais jovens, acho que dei minha contribuição”. Além da realização de um sonho, que era reverter a situação do município, espera da população a oportunidade de preparar uma nova liderança para assumir, porque é necessário planejamento a longo prazo. “A atividade política é salutar, quando é levada a sério e realmente as pessoas querem promover o desenvolvimento e bem-estar de sua comunidade.” Explica que possui experiência e uma visão macro da administração, “mas nunca sabemos tudo e a legislação impõe uma série de limitações, mas serei muito cuidadosa nesse lidar.” (MJAM, 2011).

Dentre as opções viáveis, que podem indicar caminhos criteriosos e que matizem as interfaces entre o vivido e o campo da política, SDLS começou perseguir esse objetivo, sendo eleita por cinco vezes vereadora. Na quinta gestão foi presidente da Câmara, renunciando ao mandato para candidatar-se à prefeitura, sendo escolhida em eleição suplementar e fora de época. Trabalhando com as classes humildes, afirma que se dedicou às pessoas mais necessitadas, porque sabe “o quanto a gente rala para chegar pelo menos onde eu estou.” Lamenta não ter tempo suficiente para contar toda a trajetória individual e política, “eu não te contei um terço do meu trajeto. Eu chego à prefeitura às seis da manhã e acho que tenho uma missão!”. Lecionou nas escolas do município por dezoito anos, casou-se, teve quatro filhos e separou-se. Tem muito orgulho dos filhos, “consegui que todos eles cursassem medicina” (SDLS, 2011).

CBMS salienta que trabalhava muito, mas nos bastidores, sem objetivos de ser candidata e atribui a um chamamento da comunidade, para o qual precisou pensar muito. Considera-se uma pessoa tímida de natureza e sem temperamento do político. Nesse sentido, julga ter sido difícil tomar a decisão, mas contou com o apoio da família, principalmente do marido. “Comecei a enxergar isso como uma coisa real, eu sou do município, nasci e cresci ali, então resolvi enfrentar.” Tem a impressão que veio como um desafio, “eu acho que é uma missão, mais uma na minha vida aliada à profissão de médica” (CBMS, 2011).

A prefeita SSSI atribui ao exercício da profissão de medicina a extrapolação do ambiente de trabalho mais específico para o ambiente público. Por conta disso, não deixou de exercer a

profissão, empenha-se como voluntária e atende também em consultório. No município, encontrou muitas mulheres carentes que não tiveram acesso aos exames ginecológicos, preventivos, inclusive homens que não tinham acesso a urologistas, com destaque para a camada mais pobre da população. Como servidora pública (estadual e federal), abraçou essa causa, trabalhando em uma vertente prevencionista e participando de mutirões na zona rural.

Nascida em uma cidade vizinha à que governa, possui avô, pai e primos na política. “Sou apaixonada por medicina e por família também. A tríade, a base de tudo é a fé, a família e a realização profissional, são três coisas que são meus amores.” Muitas vezes, administra a distância, o tempo que tem é para dialogar e influenciar a vida das pessoas. Elegeu-se na terceira disputa eleitoral preferindo uma política de transformação e de conscientização. “Optei por educar, não dar dinheiro nem drogas. O crédito da médica fez com que as pessoas compreendessem e seguissem as propostas.” Menciona que sente incomodada com o sistema que é egoísta e individualista. “A política partidária está muito aquém de pensar as desigualdades, o caráter, ideal, desejo de olhar o outro com respeito” (SSSI, 2011).

A vontade de voltar a sua terra natal e desenvolver uma administração pautada nas políticas públicas em defesa das minorias fez parte dos seus ideais da prefeita JMQM de trabalhar por uma sociedade mais igualitária, reconhecendo o valor das mulheres no desenvolvimento do município. Com vinte e nove anos foi eleita, com enfrentamentos contra grupos ligados a uma tradição política centralizadora, conquistou a confiança dos eleitores, demonstrando em suas propostas de governo seriedade, experiência, segurança e, sobretudo, compromisso ético-político com a luta em favor da redução das desigualdades sociais. Sua campanha foi desafiadora, nenhum político de mandato apoiou, e foram cinco candidatos.

Quando as pessoas da oposição perceberam que a candidatura estava crescendo, a esposa de um secretário, que era médica, também se candidatou. “Era terrível, ela doava amostras grátis de remédios para a população. Meu trabalho foi de formiguinha, de conscientização, eu dizia, nasci aqui, mas tive que mudar por falta de oportunidades.” As pessoas ficavam receosas de que a prefeita fosse voltar para o município e assumir um cargo dessa natureza. “Eles diziam que eu era de fora, forasteira, que depois iria embora.” Sempre debatia esse assunto, afirmando-se filha do município, onde vivia toda a família de origem. E desabafa, “não tive oportunidades por aqui! Minha família é grande, mas de pessoas humildes. Não precisamos nascer pretos para se preocupar com os negros, eu gosto de estar com os humildes” (JMQM, 2011).

A experiência profissional em diversas localidades fez a prefeita SCMJ também voltar ao município de origem com o intuito de provocar um processo de melhorias e desenvolvimento. Depois de uma longa carreira acadêmica, a gestora resolve dar uma pausa por perceber que o seu município precisava de pessoas preparadas para administrá-lo. Depois de ser docente em várias universidades, implantando cursos nas faculdades, chegando a assumir o cargo de Pró-reitora de ensino, pesquisa e extensão.

Por conta do trabalho desempenhado academicamente, teve seu nome cogitado para ser reitora. “Eu participei de todo esse processo da vida acadêmica, enquanto ministrava aulas também, inclusive em cursos de pós-graduação”. Entretanto, abriu mão da Dedicção Exclusiva (DE) na universidade e assumiu a Secretaria Municipal de Educação em seu município de origem, por entender que precisava dar a sua contribuição, após um péssimo governo com um ano de salários atrasados.

Naquela época, surgiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), a gestora conta que desenvolveu um trabalho revolucionário na educação. “Fui ver que era fácil o discurso do educador contra o sistema, então percebi que o sistema era eu, não havia mais a quem apelar.” Implantou gestão participativa, fardamento. Elegeram o vice-prefeito porque o gestor não quis ir para reeleição e as pessoas diziam que ela possuía dois trabalhos: na prefeitura, como se já fosse a prefeita, e na secretaria de educação. “É que eu sou muito independente, tenho minhas posições firmes.”

Nessa época viveu um drama político, por conta do trabalho realizado na secretaria de educação, a atuação ganhou visibilidade, despertando ciúmes, havia escrito vários livros. “Eu sofri consequências de boicote e somente publicaram um livro, no qual resgatei a história da educação do município”. O prefeito a exonerou e o seu nome foi para rua, sentindo-se injustiçada. Saiu da secretaria, voltou a estudar, cursando o doutoramento. Continuou também na Universidade, não sendo liberada das funções docentes, pois não conseguiu bolsas de fomento à pesquisa. Ora, prossegue a gestora, “foram muitos dramas...” Concluiu o curso de doutorado e continuou com aulas e cursos em diversos municípios. Comenta que em todos os lugares que frequenta encontra ex-alunos e se envaidece com isso. “A minha alegria é encontrar ex-alunos, sobretudo no exercício de bons cargos no governo. O dia a dia da política tem muitas coisas gratificantes, principalmente a satisfação do dever cumprido” (SCMJ, 2011).

Outra prefeita, com a formação em pedagogia, aos dezenove anos foi trabalhar em uma grande empresa, onde iniciou suas atividades de carteira assinada. Conta que somente conheceu dois ambientes: o lar de seus pais até os vinte e um anos de idade, quando se casou, e a Casa da Fundação, onde mora até hoje. Explica que esta instituição foi fruto do sonho de um jovem mineiro, abraçado por escolas públicas como jovem talentoso e estudou nas melhores escolas públicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Formado em engenharia polivalente civil, de minas e metalurgia, participou da construção de Brasília com o Presidente Juscelino Kubitschek e conseguiu bons recursos financeiros. Veio para a Bahia, há uns cinquenta anos e instituiu uma fábrica. Com o objetivo de resgatar crianças talentosas na região, criou a associação filantrópica que recebeu o seu nome. Essa pessoa a quem se refere é o seu marido e encontra-se com doença degenerativa, mal de *Alzheimer*, tem uma diferença substancial de idade, trinta e quatro anos, e estão casados há vinte e quatro anos, foi o fundador de uma reconhecida Fundação¹²⁷.

A depoente procura celebrar e fazer lembrar a trajetória de seu marido, com fins de assegurar-lhe um lugar entre os imortais, inserindo em evidência o papel crucial que representou em sua vida. Sua carreira tomou fôlego quando trabalhava nessa empresa na área social, no setor de benefícios, e colaborava com os funcionários na área de saúde, educação e acompanhamento familiar. Nessa época, ela havia sido convocada pela empresa para sair com a filha do diretor para resolver problemas, porque ele não podia. Sem condições porque estava com uma fila de pessoas para atender, não cumpriu a ordem, justificando e prometendo se esforçar da próxima vez. Após uma semana, a moça falece em um acidente de automóvel, o pai ficou traumatizado, porque era muito ligado à filha.

Depois desse episódio, ele quis conhecer na empresa a moça da idade dessa filha, porque ele precisava de alguém para continuar o trabalho dela, a quem estava reservada a missão de assumir a Fundação no futuro. Explica que foi apresentada a ele e faz uma ressalva que é “interessante a vida como é... Acho que é tudo traçado e as pessoas ocupam um lugar para dar uma continuidade a uma missão”. Dois meses após esse episódio, começaram a trabalhar juntos, com muita afinidade. Certa vez, um amigo dele, psicólogo, sugeriu-o que adotasse uma criança.

¹²⁷ A Fundação José Carvalho tem como missão atender as crianças, os adolescentes e os jovens carentes dos municípios do Nordeste brasileiro, oferecendo-lhes educação básica visando à formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania, de respeitar o ser humano em todos os seus aspectos, primando pela ética, pela cooperação e solidariedade, utilizando-se dos conhecimentos e das competências adquiridas, com vistas à convivência social. Disponível em: <<http://www.fjc.org.br/institucional.php#historico>>. Acesso em: 15 de abril 2012.

Ele disse que não teria mais paciência para cuidar, como também não iria adotar um adulto porque não acompanhou o crescimento. Chegou a pensar em adotá-la, mas se preocupou com a repercussão do fato. Posteriormente, confessou-lhe o sentimento de afinidade existente, sugerindo que seria ideal que se casassem. A gestora concordou, ele falou com os pais dela, conversaram e decidiram pelo casamento, apesar da diferença substancial de idade. Explica que aceitou porque o admirava por demais. “Nunca gostei de garotos da minha idade, achava-os imaturos e sem graça. Nós venerávamos homens mais adultos, inteligentes, desenvolvidos e pé no chão.”

Casaram-se e viveram bem, “um relacionamento maravilhoso, mais voltado para o trabalho”. Logo depois, tornou-se conselheira da fundação e foi indicada por ele para vice-presidente, justificando ter sido por causa do gosto e interesse pelas coisas que faz e não por conta do casamento. Como estava no terceiro casamento comparou que as outras esposas não valorizavam a empresa. Comenta que a diretoria recebeu a notícia como um “choque, a primeira mulher e jovem a fazer parte da diretoria, imagine a situação!” Passou a dedicar-se à Fundação. “Não sabíamos distinguir o que era a nossa vida pessoal e a da Fundação”. Inclusive a casa em que moram está situada dentro da fábrica, “Nesses vinte e quatro anos vivo ali, inclusive tem o resíduo da produção, poeira, às vezes o barulho, mas eu acostumei, aquilo é minha vida”.

Ao falar de si mesma, explica que cursava mestrado e possui um livro editado sobre educação. Gosta de estudar a área de humanas. “Tornei-me pedagoga por causa da Fundação, terapeuta familiar por causa do ser humano, porque gosto muito de gente! Estou providenciando documentação para transformar uma associação em Fundação com o meu nome.” O Projeto é para ajudar crianças e jovens em situação de risco. A Associação cuida dos problemas relativos aos cuidados, vulnerabilidades, assédios, violências, entre outras modalidades. “O benefício que oferecemos às mães é o leite em pó e palestras educativas. Tem ajudado muito, mas suspendi por causa da função de prefeita” (CLG, 2012). No que tange o lugar na história, fica evidente que a gestora mantém o interesse na difusão de uma maneira de fazer história, um lugar, se não de imposição, ao menos de proposição de uma constatação da excelência social e política de sua atuação.

Ao prosseguir essa descrição, compete lembrar o fato de que essas histórias são contadas pelas gestoras e não há o interesse em qualquer julgamento. A prefeita SCCR observa que, no percurso de sua vida, sempre procurou fazer suas obrigações da melhor forma possível. A sua trajetória na política começa quando recebe a notícia no banco em que trabalhava de que

solicitaram sua transferência para outra cidade. O assessor do superintendente havia questionado ao gerente se estava acontecendo algum problema com a referida funcionária. Explicou a ele que recebeu uma liderança política da região, juntamente com um deputado para reivindicar a sua transferência. “Nesse tempo eu nem era filiada ao partido. O gerente perguntou se estava acontecendo alguma coisa no banco e comigo e me explicou tudo.”

Havia comentários na cidade de que a funcionária devia ser candidata, esse boato foi espalhado pelo grupo em que a entrevistada votava, inclusive por parentes distantes. Dois políticos solicitaram a sua transferência do banco em que trabalhava para outra cidade. Pediu sigilo e decidiu aguardar sem que ninguém soubesse do ocorrido. Cinco meses depois voltaram alegando que a funcionária utilizava-se do banco para fazer campanha e encontrava-se envolvida com a merenda escolar na escola.

O gerente tomou providências para apurar os fatos. A funcionária interveio afirmando que não aceitaria que ele apurasse, devido ao coleguismo e à amizade, mas que exigia que viessem pessoas da superintendência do banco para apurar tais denúncias. Naquela época, o dinheiro da educação não era vinculado às regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), como é atualmente. Algumas escolas não recebiam recursos para a alimentação escolar. A direção da escola solicitava às pessoas da cidade ajuda financeira para custear a merenda dos alunos e alguns funcionários do banco colaboravam. A prefeita conta que, por várias vezes, doou pães para todo o mês, em outro período o colega colaborava e diversas pessoas também ajudavam. Ao negar ser interrogada pelo gerente, ficou aguardando averiguação. “Até hoje não apareceu ninguém. Sabiam que era mentira.” O fato se deu porque era funcionária exemplar, com nota máxima em todas as Avaliações de Desempenho Funcional (ADF) em seu histórico profissional.

Tal fato parece ter sentenciado o seu ingresso na política. A denúncia fez com que ela despertasse o desejo de participar, de exercer o seu direito de ser votada. “Nesse momento interessei-me pela política.” Não nega a vontade de procurar àqueles que a denunciaram e “dar uma bofetada na boca deles”. No entanto, optou por uma atitude de prudência, respondendo ao convite de se candidatar, afirmando-se como candidata ao cargo de prefeita daquele município, respondendo: “é a terceira vez que o senhor me convida e eu não respondi, agora tenho a resposta: eu aceito!” (SCCR, 2011).

Cada qual com um motivo impulsionador distinto, a gestora AAI menciona que, para falar sobre as mulheres na política, teria de começar pela sua história, que foi repleta de dificuldades, “foi de muita luta, garra e sacrifício, sou de família pobre, totalmente distante da política”. Tudo começou quando ela entrou para a faculdade, na primeira turma do curso de Direito de uma universidade pública estadual do interior da Bahia.

De outra localidade, trabalhando e estudando, conheceu um colega que era natural do município, onde hoje ela é a prefeita. Ele era apaixonado pela terra natal e militante na política local. Começaram a namorar e, conforme menciona a gestora, “ele inseriu em minha cabeça que a política é uma das formas que temos de ajudar a coletividade. Quase fizemos um pacto na certidão de casamento que íamos para aquela cidade e inserir na política este era o objetivo dele”. Convicto de que seu compromisso e intenção era com o povo de sua terra, concluíram o curso de Direito. Nessa época, ele trabalhava em uma empresa de referência, em cargo de gerência. Apesar de estabilizado, em situação econômica favorável, desistiu de tudo para ir à busca de seus objetivos na cidade natal.

“Se desvencilhar disso foi uma opção difícil, eu queria ficar onde estávamos, mas segui a opção dele e fomos embora para a sua terra, montamos um escritório de advocacia.” Trabalhando juntos, passaram a fazer consultoria e assessoria para os partidos políticos. “Em janeiro de 1975 se buscava trabalhar os partidos, Arena 1, Arena 2. Eu entrei de vento em polpa. Eram processos que não acabavam mais. Na verdade, havia perseguições e maneiras erradas de fazer política, mas quero falar da política como vida!”

Seu marido ingressou como vereador, “projeto de vida dele, eu como professora do Estado e advogada no nosso escritório”. No desempenho de suas funções, foi advogada da prefeitura e exerceu o cargo de secretária de educação. Conta que o município possui muita coisa “conturbada, então eu aprendi passando por cima, sendo esmagada por esse turbilhão de pensamentos, de ideias que não são corretas para a política”. Foi eleita vice-prefeita, dentro da estrutura política daquele momento seu marido não podia ser candidato porque o cunhado dele era prefeito. “Eu não quero dizer que fui para substituí-lo, eu entrei na política através de meu marido, mas nunca fiquei atrás, eu sempre estava na linha de frente.” Exerceu o cargo de vice-prefeita. “Posteriormente, mataram meu marido, e eu resolvi enfrentar a política sozinha, de frente!” (AAI, 2012).

Nesses diálogos, memórias e histórias se cruzam e delimitam a geografia de ocupação de territórios privados e públicos. O registro de pormenores, de detalhes da vida cotidiana, das experiências vividas e narradas por essas mulheres vai muito além de mera descrição. Servem de matriz memorialística e compõem fontes para futuras histórias. Assinalam o que Michelle Perrot (1988, p. 56) mencionou ser o “reencontrar as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, [...] criando elas mesmas o movimento da história”.

A prefeita YRMT, professora de formação, em seu terceiro mandato conta que sua trajetória de vida foi totalmente distante da política, até que o prefeito mandou um recado ousado. “Eu nunca havia passado nem próximo de política, nem sonhado em ser prefeita!” O começo de sua vida profissional foi difícil, veio do interior para morar na capital Salvador aos dezessete anos. Estudou, formou-se, trabalhando. Casou-se e deu à luz duas filhas, hoje adultas. Sempre ia à cidade natal. Nesse percurso é interessante notar como o caminhar modifica no decorrer do próprio trajeto.

De uma família carente e sem condições financeiras, deixou sua cidade e foi em busca de trabalho. Filha mais velha, abriu caminhos para as(os) irmãs(os) conforme conta: “Quando eu vim para Salvador, eu forrava o chão com jornal e dormia, só tinha um lençol”. Trabalhava na época no INPS, hoje INSS, e recebia um salário ínfimo e não suficiente para cobrir todas as suas despesas básicas: moradia, vestuário e alimentação. “Deixei tudo e fui vender verduras no varejo.” Nessa época, conheceu a pessoa com quem se casou, que trabalhava na Ceasa do Centro Industrial de Aratu (CIA). Ele já era proprietário de um *box* e, além do varejo, começaram também a trabalhar no atacado. Julga ser uma pessoa ousada e influenciou o marido a juntos irem para São Paulo comprar mercadorias. Toda semana viajavam, compravam frutas e verduras e revendiam. “Fornecíamos para todos os grandes mercados, *delicatessen*, hotéis de luxo, mandava para outros municípios como Ilhéus e Amargosa.” Época em que surgiram as inovações das *delicatessen*, “pesquisávamos as novidades e trazíamos para Salvador, a *Perini* era vitrine de nossos produtos. Fornecia tudo de novidade. Começamos a ganhar muito dinheiro!” Destemida, trouxe seus irmãos e pessoas do município para trabalhar com eles. Começou ajudando financeiramente a seus pais, depois ampliou para quatrocentas famílias carentes do seu município. “Toda semana eu mandava cestas básicas, remédios, pagava consultas médicas, exames e cirurgias, é como se eu tivesse adotado essas famílias carentes, foi meu compromisso. Eu disse: vou sair e vencer, ganhar dinheiro e ajudar aos outros!” Com dedicação e trabalho

árduo, a condição financeira foi melhorando e adquiriram fazendas em diversas localidades do Estado, sempre colaborando com aqueles que precisavam. “Comecei ajudar as pessoas realmente, inclusive as obras sociais de Irmã Dulce¹²⁸, sou citada na história dela, mandava toda semana a ajuda, ela me chamava de japonesinha.”

Com muito trabalho, administrava as empresas e empregava pessoas do município de origem. “Nos finais de semana todos iam para o interior, foram vinte e três anos nesse ritmo de trabalho.” Em uma dessas idas e vindas, via a cidade atrasada, cheia de mato, sem área de lazer, além das pessoas passando necessidades, pensou em, junto aos seus funcionários, eleger um vereador para tentar alguma melhoria na cidade. O prefeito, percebendo suas atitudes, mandou um recado ousado, que o lugar de mulher era na cozinha preparando a comida para o marido, fazendo despertar o desejo de mostrá-lo que não é dessa forma (YRMT, 2011).

A vida na esfera pública da política da prefeita NQI começou há dez anos, quando fez uma seleção da Companhia de Ação Regional (CAR), órgão do Governo do Estado da Bahia, para trabalhar como técnica em um projeto de desenvolvimento territorial. O projeto era formado por seis profissionais, entre arquiteto, engenheiro, contador e economista para pensar em uma ação específica para o município, quando se estavam discutindo as políticas territoriais. “Foi quando fiquei conhecendo meu município de fato, uma região lindíssima!” Dentro de um primeiro diagnóstico que fez para a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), desenvolveu um programa para as famílias e explica: “fui *in loco* conhecer as famílias e tomei um susto quando descobri que elas não tinham acesso à informação, elas nem sequer conheciam a sede do próprio município”. Trabalhando com esse público, confessa que se apaixonou pelo tema do combate à pobreza e, como economista, gostaria que as famílias produzissem, que melhorassem a renda e tivessem acesso às políticas públicas com vistas à erradicação da pobreza. Explica que intensificou os estudos iniciados quando concluiu o curso de Economia e, ao fazer auditoria, apaixonou-se pelo trabalho de campo, sobretudo, na área de economia solidária, bancos populares e inclusão sócio-produtiva.

¹²⁸ Abrigando em sua estrutura o maior hospital do Brasil, com atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde, segundo o Governo Federal, as Obras Sociais Irmã Dulce são uma instituição filantrópica, de fins não lucrativos, de perfil operacional único no país. Fundada em 1959, por Irmã Dulce, é reconhecida como uma entidade que congrega a excelência técnica e o pioneirismo em práticas de humanização no atendimento à população de baixa renda. Amparada pela filosofia da assistência integral, desenvolve em seus 13 núcleos ações nas áreas de Saúde, Assistência Social, Educação, Pesquisa Científica, Ensino Médico e Memória, incluindo em seu painel de serviços atividades que vão do atendimento básico à pesquisa de ponta.

Disponível em: <<http://www.irmadulce.org.br/obrassociais/institucional.php>>. Acesso em: 15 de março 2012.

Em paralelo a esse trabalho, passou a acompanhar mais de perto as ações de seu partido. Explica que quando o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu, “ele fez um trabalho que também era o meu sonho, parte do que eu estava vivendo naquele momento, onde os projetos eram elaborados de cima para baixo, surgia a discussão dos projetos com a comunidade”. Assinala que, por ser o Brasil um país continental e a Bahia um dos estados mais ricos do Nordeste, não imaginava que uma região tão fecunda fosse tão pobre ao mesmo tempo. Detalha que implantou uma metodologia e trabalhou com assistentes sociais e psicólogos, conhecendo essas famílias em suas casas, explicando que para as pessoas produzirem precisava compreendê-las e conhecê-las, tanto com processos, como o porquê elas eram tão excluídas.

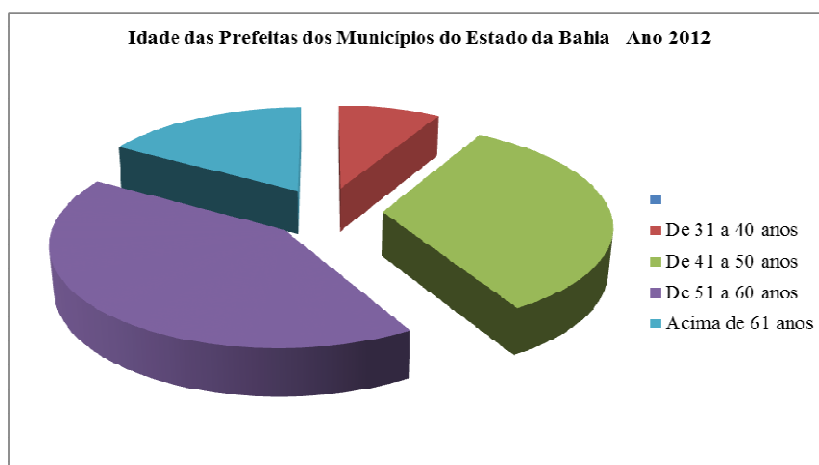
Menciona sobre a elaboração de um projeto na época para a antiga Secretaria de Combate à Pobreza (SECOMP) do Governo do Estado. Ao fazer o diagnóstico inicial e conhecer essas pessoas, detectou que elas não estavam inseridas em cadeia nenhuma e passou a questionar como elas poderiam estar em um programa que nem elas mesmas sabiam o que era. Nessa perspectiva, percebeu que o desafio era imenso. “Eu desenhei esse projeto inserindo essas famílias dentro de cadeias produtivas.” Explica que existiam no mesmo município espaços de formação diferentes, de culturas diversas. São os chamados “ribeirinhos” e/ou “beiradeiros”, que são aquelas pessoas que moram na margem da baía, do mar, possuem formação mais individualista, porque ao sentirem necessidade e/ou fome pescam sozinhos. Tem a comunidade rural que é extensa, muito da agricultura familiar que as pessoas são mais agrupadas e, por último, o centro da cidade, onde há pessoas de diversas localidades e elas não têm uma identidade de grupos formada. “Trabalhar com culturas tão diferentes e fazê-los produzir foi um desafio.”

Apesar dos obstáculos, relata que se apaixonou pelo tema, passou a estudá-lo em profundidade e formou um Instituto de Comunidade Solidária. Fez parte do corpo técnico, na época da criação da Associação Regional dos Municípios, formada por prefeitos(as). Comenta sobre o dilema que vivia, porque eles queriam um resultado rápido, durante os quatro anos de uma gestão e era necessária a elaboração de um projeto de desenvolvimento para a região em longo prazo, mas os interesses eram outros. Apesar disso, dentro do trabalho regional, fez diversos programas para a Petrobrás e Ministérios. Implantou o Banco do Povo, cooperativas de catadores de lixo, entre outros. Além da elaboração de projetos e programas, trabalhou neles, investiu em organização de cooperativas e associações. De repente, viu-se apaixonada por essas causas e já militando na política (NQI, 2012).

Depara-se com um contexto empírico diferenciado, marcado por categorias de gênero, além de classe, raça/etnia e também por gerações. As eleitas participantes deste estudo constituem uma população de mulheres adultas, com idades, neste ano de 2012, variando de trinta e dois a setenta e cinco anos, sendo a maioria entre quarenta e sessenta anos. A ênfase são as mulheres maduras, já com filhos e, em alguns casos, com netos. A prefeita mais jovem deste estudo possui trinta e dois anos, embora uma delas exerce seu terceiro mandato, foi eleita pela primeira vez aos vinte e oito anos de idade. “Variam, nos diferentes períodos históricos, as avaliações relativas às idades dos sujeitos, particularmente dos políticos” (BLAY, 1975, p. 34).

No que tange à idade das prefeitas, o gráfico abaixo ilustra que a idade mais representativa está entre quarenta a sessenta anos, no auge da vida produtiva. Entretanto, em alguns casos ultrapassam a idade assumindo novos desafios em um devir. O momento de suas vidas em que chegam a um momento de ápice na carreira política, pelo menos para algumas delas.

Gráfico 8 – Idade das Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia (2012)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Denota-se a quebra de paradigmas de uma determinação geracional dada *a priori*, causada pelo enfrentamento de situações novas. Ao concluírem suas atividades impostas pela profissão e pela sociedade, decidem assumir algo desafiador e para além das funções essencializadoras. Em um momento em que, para muitos, é de descanso e de dedicar às causas individuais, sobretudo, àquelas advindas do processo de envelhecer, saem da clausura do espaço que a idade avançada reserva: dependência, passividade, reprodução de papéis de cuidadoras de netos(as), fugindo de

situações complicadas na velhice, tais como a solidão e os possíveis problemas de saúde para assumirem desafios na esfera pública da política.

Resgatam uma ideia bastante delineada na contemporaneidade: quando a fragmentação ocorre, pouca visibilidade se alcança. No entanto, ao sobrepor categorias analíticas como gênero e geração, a ampliação teórica se fortalece e inúmeras são as interpretações registradas na historiografia. Conforme Hobsbawm (1995, p. 34), “a melhor abordagem dessa revolução cultural (século XX) é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relação entre os sexos e as gerações”. A saída das mulheres da esfera privada foi determinante para mudar suas condições de vida impostas em virtude das relações de gênero.

Cabe referir a uma categoria de análise, pois gênero é um conceito amplo, que não distingue apenas o feminino do masculino. Expressa as diversas áreas da vida social, como a cultura, a ideologia e demais práticas discursivas, “a categoria inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça – e mais recentemente, a geração” (CAVALCANTI, 2003, p. 138). Devido às circunstâncias históricas, culturais e sociais, as mulheres são alçadas em um mundo distante de suas atuações cotidianas, ou seja, o espaço da política.

Referindo-se à maturidade e à “velhice jovem” (BRITTO DA MOTTA, 2007), torna-se impossível, ignorar ou menosprezar sua importância analítica. As relações entre as gerações sofrem mudanças à medida que vão sendo construídas com alternâncias. Os papéis de gênero e de gerações mudam, aliados às transformações na expectativa e qualidade de vida. Ser mulher ou homem, idosa ou idoso é construção cultural arraigada nas histórias individuais das pessoas, que avançam em suas dinâmicas, seja pessoal, social e profissional, refletindo nos ecos da dimensão política, sobretudo na esfera pública.

Persiste um intercâmbio de experiências inovadoras, principalmente nas atuações femininas na sociedade; entretanto, em comparação com a História recente, é perceptível modificações. Poucas décadas atrás, às mulheres idosas era reservado o espaço de avós – gentis ou ranzinhas, entre outras adjetivações possíveis de serem utilizadas. Preconceitos e visões estereotipadas à parte, atualmente muito vem mudando nesse universo, no que se refere ao feminino. A profissão deixou de ser pré-determinada, permitindo escolhas, quanto ao modo de viver a vida. Apesar disso, muitos preconceitos oportunos, outros negativos, são constantes, tornando o debate pouco politizado.

As gestoras esbarram em questões que não coadunam com a necessidade de lutar em prol de melhorias nas condições de vida das mulheres. Nesse sentido, elas optam por um conservadorismo, apesar da presença, as ideias continuam semelhantes às de outros governantes: confirmam a ideia de herança e força da tradição no sentido de manutenção e ordenamento de acordo com o já existente e conhecido.

As categorias gênero e geração são dimensões atreladas à vida social, elas evidenciam suas representações sociais, construídas como questionáveis quando contam e explicitam sentimentos, ações e opiniões a partir da experiência cotidiana. Conforme Brito da Motta (1992, p. 207), “gênero e identidade/geração são dimensões fundantes de análise da vida social. Expressam relações básicas por onde se (entre)tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias”. A perspectiva de aumento da longevidade atinge principalmente as mulheres, faz com que os idosos tenham uma participação maior na dinâmica familiar e social, o que atinge também aspectos econômicos e o convívio de diferentes gerações.

O censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta o crescimento do contingente de mulheres na faixa de cinquenta e cinco a setenta e nove anos de idade. São dois milhões, oitenta mil e quinhentas e sessenta e cinco a mais do que os homens na mesma faixa etária, representando dois por cento a mais em todo o território brasileiro. No entanto, essas mulheres na política são exceções. O fenômeno é facilmente compreendido, inclusive até pelo senso comum, pois é evidente que as mulheres são sub-representadas na política, essa conotação aumenta quando se trata de mulheres na maturidade.

As referências em relação ao magistério repercutiram na vida e a alternância dos lugares sociais na dinâmica da vida transforma o cotidiano e a experiência das mulheres em gestoras.

A prefeita VALA se formou, retornou ao município em que nasceu exercendo a função de professora. “Era difícil professor lá. Ensinava no Distrito, casei, os filhos cresceram e precisavam estudar também”. Mudou para a cidade, vivendo e trabalhando nas redondezas, ficava atenta aos problemas existentes e se indignava com a atuação dos políticos. “Vem aquela política de antigamente que não fazia nada, ninguém prestava contas. O município se acabando, desleixado.”

Diante da situação, imagina que possa colaborar. Logo foi convidada a ser vice-prefeita. Elegeu-se e decepcionou-se ainda mais, haviam lhe convidado para fazer parte do grupo, mas não queriam suas ideias e ações. “Chamaram-me porque eu era professora e no interior somos as intelectuais, um pouco de tudo, psicóloga. Vem de fora com uma cabeça diferente, faz um serviço

social e torna-se boa receptora de votos.” Exerceu o cargo de vice-prefeita, logo que este foi criado. Entretanto, percebeu que não era o que desejava, “deixei a política, porque não concordava com os fatos que aconteciam no município, algo precisava ser feito para transformar!”. Passaram muitos anos para que se candidatasse novamente, dessa vez, com o objetivo de ser protagonista no processo. “Candidatei-me, perdi por quatro votos, na segunda por duzentos e na terceira ganhamos por mil e setecentos votos [...]. Fomos para a reeleição, ganhamos novamente e agora estou finalizando esse período” (VALA, 2012).

Em outro caso, a prefeita PAW afirma que estava aposentada e com a pretensão de descansar quando recebe o convite para disputar uma eleição. Na primeira candidatura, oposição ao prefeito, foi “a campanha do tostão contra o milhão”. Relata que estava em casa em à noite, quando chegou um grupo insistindo com ela, sob as condições de que a cidade estava em suas mãos, com um convite para ser a candidata do partido. Ela afirma que respondeu da seguinte maneira: “Os senhores estão me pedindo demais, já estou com idade avançada e acho que mereço descanso”! A insistência foi tamanha e perdurou por meses, até que ela resolveu desistir do sossego que a aposentadoria proporcionava e aceitou, elegeu-se, reelegeu-se e enfrentou os desafios que vieram com esse compromisso.

Sob essa perspectiva, o sujeito não pode ser pensado sem levar em conta suas condições concretas de existência, sobretudo, suas experiências e atuações durante o tempo de vida produtiva. Desse modo, é interessante notar que as “idosas de hoje estão assumindo papéis não esperados pela literatura e políticas públicas. Ao contrário do esperado, estão se transformando em um importante agente de mudança social” (CAMARAMO, 2002).

A prefeita, com seus setenta e cinco anos de idade, exerceu o magistério por trinta anos, chegando a ser diretora de escolas com cerca de mil e trezentos alunos/ano e relata “eu convivía muito bem com os colegas, me impunha. Eu sempre digo que eu precisava passar pela prefeitura para não morrer inocente! Lá é uma máfia e precisa de pulso firme[...]”. Encontrou inúmeros obstáculos e se deparou com um mundo contraditório e repleto de problemas, onde se exige muito de quem está no comando (PAW, 2012).

A prefeita CCGO, professora aposentada, ao chegar à maturidade percebeu a possibilidade de colaborar com a administração pública local. Apesar de muitas perseguições, no começo julga ter superado e encontrado um motivador para suas ações. A oportunidade de abandonar a condição de aposentada para o enfrentamento de situações novas e construir espaços

de solidariedade e compromisso social foram a razão de seu novo caminho. “Nós não paramos, a eleição termina hoje, amanhã já estamos trabalhando”.

A dinâmica e o imperativo de solidariedade para com sua comunidade impulsionaram essas mulheres que se candidataram e assumiram cargos do executivo local. Também é o exemplo da prefeita MROR, professora, com sessenta e um anos de idade e sabedoria, de que o mais importante na vida de cada pessoa são os princípios. Diz que obteve uma criação muito sincera e honesta e que seus pais olharam muito pelos filhos. Tem como “menina dos seus olhos, a educação”. Preocupa-se em educar bem a criança para que ela leve para toda a vida bons princípios, sobretudo, a honestidade. Evidentemente, se a criança tem um bom futuro, consequentemente ela vai fazer bem às pessoas. Conta que desde a infância sentia-se incomodada em passar perto de presídios. Certa vez, disse a seu pai que queria cursar Direito para defender os prisioneiros, “porque não aguentava perceber o sofrimento dos detentos” (MROR, 2012).

O pai a explicou que eles estavam presos porque são ladrões, assassinos ou cometeram erros graves. Com o tempo, ela passa a compreender que se deseja evitar que as crianças e adolescentes sigam o caminho que leva ao crime, a educação é o caminho. Por conta disso, optou pela profissão de professora, cursou Pedagogia e exerceu a docência durante toda a vida profissional, ainda hoje, volta seus esforços para a educação das crianças.

Ciente disso, diz que separa bem as coisas, não abandonando as atividades de prefeita, mas sua paixão continua sendo as escolas. Ingressou no magistério, através de concurso público estadual e passou a exercer suas funções no município que hoje governa. Foram trinta e cinco anos e, por perseguição política, foi “obrigada” a entrar com o pedido da aposentadoria. “As pessoas me importunavam porque eu liderava. Por outro lado, como tudo na vida existe um destino de Deus, se eu não tivesse afastado eu não seria candidata, foi uma fatalidade. Eu sempre dizia: meu nome nunca irá a uma urna, mas foi[...]” (MROR, 2012).

PSTEM exerce o segundo mandato de prefeita, com cinquenta e quatro anos de idade é professora e mãe de três filhos já adultos. Foi primeira-dama e afirma que amava trabalhar com a assistência social, com paciência ouvia e atendia, procurava ajudar a todos. Quando seu marido deixou o cargo, o prefeito que o substituiu a convidou para exercer o cargo de secretária de Ação Social, entretanto, “cortavam tudo que eu tentava fazer, então preferi me afastar e cuidar da minha vida”. Com isso, pressionaram que ela lançasse seu nome para o pleito das eleições

municipais. Relata que na primeira vez que foi candidata perdeu porque “não queria participar, eu tremia!” (PSTEM, 2012).

Na condição de primeira dama do município, a prefeita SVCV, traz a assertiva de que não é, mas está prefeita do município, por ser um cargo efêmero. Sua inserção na política se deu no dia da convenção, quando o próprio marido a indicou para ser candidata. Sobre sua trajetória, afirma que não possui nenhum parente na política a não ser o esposo. Começou a trabalhar cedo, hoje com cinquenta e quatro anos e diz não esconder a idade, pelo contrário, tem orgulho dela. Para conciliar a vida pessoal com a política esquece um pouco a família, por mais que evite. “A mulher faz várias coisas ao mesmo tempo, administra: residência, casa na capital, fazenda, filhos. Sinto falta dos momentos em família”. Considera este, o ponto negativo de administrar um município e ter infinitas atribuições, entretanto, “tem um lado bom, que é estar com as pessoas, na verdade não fazemos, ajudamos as pessoas a realizarem seus sonhos” (SVCV, 2011).

Ainda jovem a Prefeita MLL, saiu do município para estudar em outra cidade, desde a infância, mas sempre retornava ao município. Quando se formou em farmácia bioquímica, foi trabalhar no hospital da cidade vizinha mais desenvolvida, que é referência na região e atende a pacientes das cidades próximas. Por conta dessa condição, possui conhecimento e influência com outros profissionais, podendo oferecer uma atenção especial para a população. Devido à carência de atenção e atendimento médico-hospitalar, as pessoas a procuravam. Atendia e providenciava todo o processo de atendimento e/ou internamento no hospital. “O próprio familiar já sabia que eu estaria esperando para cuidar e oferecer uma recepção melhor e diferenciada. Eu acordava de madrugada para aguardar e atender às pessoas” (MLL, 2012).

A prefeita denominada pela sigla PAVR é negra, com uma postura diferenciada com referência à sua trajetória, sobretudo no que tange à raça/etnia. Devido a estímulos dos pais, estudou muito. Sua mãe dizia que a forma de libertar suas filhas seria pelos estudos. Cresceram imbuídas desse desejo, mantendo-se a prática e o interesse pelos estudos acadêmicos. Assinala ser de uma geração de “perdidos nas estrelas”, “viagem no fundo do mar[...]”, sonhava em ser cientista e inventar coisas, além desejo de conquistar a liberdade, ser independente, ter a própria casa, carro, filhos, mas não necessariamente casar.

Seu percurso na educação formal permitiu, inclusive, a criação de um grupo de estudo de quase oitenta pessoas e quando chegou ao final do ano, somente ela conseguiu êxito, ingressando no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Nesta escola técnica pode escolher dentre

os cursos mais procurados, aqueles para os melhores alunos, o que mais se aproximava do seu sonho era química. Fez essa opção, pensando em pesquisa, atividades criativas para misturar coisas. Terminou o curso aos dezessete anos e fez seleção para a Petrobrás. No ano de vestibular começou a economizar dinheiro com lanche e transporte para pagar a inscrição. Com receio de cobranças, não contou a ninguém. Nessa época, o resultado era anunciado por nome no rádio. Um colega de seu pai contou-lhe que ouviu o nome de sua filha na rádio como aprovada no vestibular. Em vez de ficar feliz, chegou em casa irritado, sentiu-se enganado. São detalhes que permanecem na memória.

Inseriu no mercado de trabalho, em várias indústrias de sua área, para ser investigadora, como sonhara. “Trabalhei com um pesquisador famoso da área de fibra de carbono aprendi demais com esse cara”. Ingressou na primeira turma do curso de mestrado da Universidade e, a maioria dos professores passou a ser seus colegas. Trabalhando na indústria e conciliando com o curso, fez concurso para diversas instituições públicas, com exceção da Universidade Federal da Bahia (UFBA), porque não julgava um bom ambiente, por “conta das disputas de profissionais renomados, “estrelas”, uma confusão!”. Apesar de ter cursado o mestrado na área de química analítica, defendeu a dissertação em química inorgânica. “Ocupar um lugar de ciência pura, sendo mulher e desenvolver pesquisa de ponta, por si só eram “quebras” de paradigma e de papéis pré-estabelecidos para uma mulher”. Passou a trabalhar em várias instituições, culminando com dedicação exclusiva na escola técnica (CEFET).

Foi convidada para ser secretária de educação no município. Apesar de mencionar que a administração estava um caos, conseguiu projetar algo, realizando e inovando. Com quase dois anos, o prefeito a transferiu para a Secretaria de Assistência Social, onde não teria condições de fazer muito. Ao chegar, constatou que havia as “melhores” assistentes sociais da região e criaram um programa chamado “Mutirão Social” e conseguindo apoio de várias instituições.

“Nesse mutirão levava dentistas, pegava todo esse povo que era meu amigo resolvia problemas de filhos que tinha apenas o nome de mãe. Consegui profissionais, através de uma italiana e trouxe cursos profissionalizantes e foram muitas realizações”. O sucesso provocou ciúmes no Prefeito. “Pense na confusão! Ele dizia ao grupo: o que vamos fazer com essa mulher?” Sentindo incomodada, pediu demissão e foi embora. “Trabalhar e cuidar de minha vida!”. As pessoas comentavam sobre a possibilidade de ser candidata, por conta da postura de liderança, presidência e diretoria de grêmios estudantis. “Sempre imprimir um caráter muito

festivo. Reivindicávamos direitos, buscávamos transformar o espaço de lazer, de entretenimento, fazia reuniões para discutir [...]” (PAVR, 2012).

Com uma vida comum, aos dezessete anos, SSR casou-se e, junto com o marido abriram uma lanchonete no município. Tiveram três filhos e mantiveram-se no trabalho e, sempre houvesse necessidade, acompanhava doentes para hospitais em Salvador, voluntariamente, colaborando com as pessoas necessitadas, levando para as casas de apoio em saúde. Certa vez, um prefeito da cidade próxima, sabendo do seu trabalho social como voluntária comentou com um colega sobre seu potencial aguçado para a carreira política e marcaram para ir à sua casa. Explica que não tinha intenções políticas nessa época, mas fez um almoço em sua residência para recebê-los por conta da insistência. Conversaram e expuseram a intenção de lançar o seu nome como candidata a vereadora. Seu marido a encorajou. Como experiência no trabalho voluntário durante cinco anos, um desses políticos que era médico passou a atender aos pacientes em sua casa, também de forma voluntária. “As pessoas nos apoiavam”. Eles disponibilizaram um carro com motorista para que pudesse atender as pessoas. (SSR, 2012).

Da mesma forma, a prefeita BSSM começou sua atuação na vida pública executando um trabalho voluntário de assistência. “Na verdade, eu não tinha intenção política. Gosto muito do Social[...]”. A gestora conta que trabalhava em uma instituição financeira e atendia pessoas de longe, idosas e carentes. Antes do banco que trabalhava abrir, ajudava àquelas que vinham de longe a pé. “Lavava os pés delas, comprava ataduras, doava roupas para aquelas que chegavam molhadas, nos casos das mulheres abandonadas, separadas, doentes eu tentava ajudar, ouvia, aconselhava, sempre fui assim”. Depois que se casou, mudou-se para uma fazenda e gerenciava as famílias que ali residiam. Oferecia caronas, ouvia, envolvia com os problemas, ajudava nas mais diversas situações: crianças queimadas, sopas para as famílias carentes, remédios para os enfermos. Junto com uma funcionária da fazenda ia à casa das pessoas, levava alimento e cuidava no que fosse necessário. Pessoas doentes eu abrigava em minha casa – homens e mulheres, idosos e jovens cuidava, levantava à noite para dar remédios, quando as pessoas estavam mais graves “eu colocava comida na boca, sempre com muito carinho”. Explica que havia muita carência na região.

Exemplifica com a história de um casal vizinho da fazenda que se separou e o pai ficou com filho deficiente em casa. Saía para trabalhar e o rapaz ficava sozinho em casa, deitado, sem condições, fazia suas necessidades fisiológicas na cama. “Eu ia a casa dele, às vezes até

arrombava a janela, dava banho, tirava as roupas sujas, cuidava, era um odor forte!”. Não havia fraldas geriátricas na região naquela época, “fazia muito frio e ele precisava de cuidados. Isso foi até ele morrer. Onde houvesse problemas sociais, eu estava: separação, problemas com os filhos, sempre comovia com as dores e sofrimentos das pessoas” (BSSM, 2012). No início, como exposto, sem interesses que essas ações iriam coadunar com uma participação política.

Em outro caso, RAF narra em sua história aspectos que coadunam com o trabalho e superação de uma mulher no cotidiano vivido, transpondo para a inserção nos movimentos sociais e transformando-se em uma luta coletiva que desemboca na liderança e participação feminina na política. Apesar de estar hoje na posição de prefeita, ela continua atuante em sua profissão de trabalhadora rural, afirmando que cria cabras e faz parte da agricultura familiar. Fez carreira na política como vereadora até chegar ao posto de prefeita reeleita. Uma mulher com uma história feminista. Não apenas como participante nos movimentos sociais, mas também como integrante e quase fundadora, pelo menos no seu município, de uma “esquerda libertária”, como afirma. Partindo de movimentos sociais, tornou-se política, no que tange à participação partidária, porém não trouxe para a arena as controvérsias de gênero de imediato. Incorporou à política como cidadã comum.

Cardoso (p. 451, 2011) chama atenção para o fato de que muitas mulheres que inseriram na política o fez na condição de pessoa. E aquelas que inovaram em termos da questão de gênero estão isoladas e afastadas da institucionalização política. Para essa problemática, a autora diz não encontrar nenhuma receita e solução. A intenção é levar a essa reflexão que, por mais cuidadosa que seja, poderá não trazer respostas conclusivas, mas avançar na sua compreensão. É possível partir do pressuposto que os entraves são diversos e uma bandeira puramente de caráter feminista encontra obstáculos intransponíveis, com referência a entrada das mulheres na esfera pública da política representativa. As práticas familiares e a representação da divisão do tempo levam à reflexão sobre as relações de gênero no âmbito doméstico¹²⁹.

Em sua trajetória de vida, a prefeita PSD trabalhou em olarias fazendo telhas, foi empregada doméstica em Salvador e, nos finais de semana que voltava ao município, perseguia o sonho: ter uma morada para si e sua mãe. Dentre as atividades extras, buscava angariar recursos

¹²⁹ Sobre as relações de gênero e do cuidado no espaço privado da casa, as mulheres continuam à frente das principais tarefas. As instabilidades sociais e as mudanças no âmbito familiar foram estudadas e analisadas em um projeto coletivo, coordenado pelas professoras Dra. Mary Garcia Castro e Dra. Ana Maria Almeida Carvalho, da Universidade Católica do Salvador. Este trabalho culminou com várias publicações, entre elas, uma coletânea abrangente sobre o tema. (CASTRO e CARVALHO, 2012).

com atividades: “eu trazia uma trouxa de fumo de outra cidade, ralava vinte cocos todas as noites para fazer mugunzá e banana real para vender”. Não se prendia a essas atividades, fazendo o que era necessário, “cavava terra, puxava água na cisterna, machucava o barro, batia o adubo, fiz uma casa de adubo”. E prossegue, em suas palavras: “Quando minha patroa se aposentou, eu voltei para casa. O prefeito me deu emprego na prefeitura[...]. Eu caçava a lenha para fazer a merenda, cozinho muito bem. Fiz uma casa melhor e prometi a mim mesma que meus filhos não seriam como eu, que não pude estudar” (PSD, 2011).

Expressões como “mulher negra e analfabeta” eram comuns e corriqueiras. Em várias situações chorou de tristeza por ouvir expressões discriminatórias. A partir de fatos dessa natureza, faz-se necessário discutir a “alquimia das categorias”, explicada por Castro (1992, p. 59). Como uma combinação de elementos em que “o alquimista ao juntar categorias, ou elementos para uma transformação, transforma-se, chegando a um conhecimento singular e a um alter/autoconhecimento de si”. Através do sentimento que a expressão discriminatória provoca, o sujeito é levado a compreender a amplitude da problemática dos preconceitos de gênero, atrelados às categorias que se inter-relacionam como classe e raça/etnia, para lutar contra eles. Nesse caso, incluindo a escolaridade, para um projeto de emancipação que não fique restrito a algumas mulheres, mas ofereça substrato para um debate sobre identidades, sem marginalizar vertentes ligadas profundamente com a temática. Na condição de mulher e negra¹³⁰, o significado de uma participação na eleição, com chances de representação amplia a possibilidade de mudanças nos projetos de emancipação da raça/etnia e gênero, além de colaborar com a ideia de pluralidade e de participação.

SCMJ comenta sobre as circunstâncias de sua época na região – década de setenta, contribuía para as dificuldades de deixar o município e ir estudar em outras cidades. Seu pai matriculou seu irmão em um colégio interno de classe média alta e o outro já estava se preparando para ir, mas não concordava com a ida da filha. Foi necessária uma intensa insistência, mas conseguiu ser aluna interna em colégios, seguindo posteriormente para a Capital onde fez o curso de Pedagogia. Nessa época, ela conseguiu influenciar as ideias de seu pai, que já tratava todos os filhos indistintamente. Com boas condições financeiras ele adquiriu um apartamento e cada ano chegava mais um filho(a) com fins de estudar.

¹³⁰ Esse assunto será aprofundado no tópico 5.1, sobre as candidaturas eleitorais.

Explica que administrava a vida dos irmãos menores, acredita ter sido criada basicamente para gerenciar. Tomava conta da casa, das despesas, mas sabia que não deveria se acomodar. Logo que concluiu a graduação inseriu no curso de mestrado no Sul do país. Ao concluir o curso ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA), como professora substituta. Com a criação da Universidade Estadual do Estado foi convidada para lecionar e trabalhou na implantação do ensino superior no interior da Bahia (SCMJ, 2011).

Nessa tese vale não somente citar passagens de suas próprias vidas, mas sobremaneira, descrever e compreender “combates pela História”, fazendo uma paráfrase de Lucien Febvre (1988). É incluída ainda expressões da prefeita CLG que se inseriu no mercado de trabalho jovem. Aos dezessete anos foi professora substituta, por ser uma aluna exemplar, o diretor da escola foi buscá-la em casa para substituir a docente titular que estava com problemas de saúde.

Participante da eleição, a prefeita SPMT em uma aliança de vários partidos foi escolhida, sendo a primeira mulher eleita vice-prefeita do município. Com quatro meses de empossado, o prefeito faleceu por conta de problemas cardíacos. Ela tomou posse em seguida, sem preparação, embora sua trajetória seja de militante política. Professora universitária, ex-diretora de cultura do município. Afirmar que “a dificuldade maior é que as pessoas pensam que nós mulheres não temos condições de assumir cargos no executivo”. Expõe que sua atuação gerou ciúmes, quando começou a tomar atitudes e não ficou na dependência de ninguém. “Ações novas, a buscar esse cuidado com as pessoas, investir na criança, no idoso, incentivar a buscar qualificação profissional”. Explica que esse trabalho a credenciou e a habilitou a continuar como prefeita, posteriormente foi eleita com uma vitória inédita em toda a história do município, ganhando em todas as sessões (SPMT, 2012).

O cruzamento de categorias contribui no sentido da multireferencialidade e da sobreposição/associação de gênero e gerações, ressaltando que existem outras categorias a serem abordadas. Tempo e experiência, a produção e reprodução se matizam de forma naturalizada, como exemplos a serem seguidos, sobretudo, nos últimos tempos, que novas perspectivas se abrem e é possível ocupar espaços e firmar novas fronteiras nas relações humanas.

Teorias, práticas e experiências vivenciadas dentro das relações na maturidade fornecem mais sentido à vida, nesse ambiente não somente está vinculado ao exercício da prática profissional, mas espelha as maneiras das experiências cotidianas da política podem ser incrementadas com a credibilidade constituída e fomentada durante a vida laboral. “Há

diversidade de experiências de gênero e esta depende da valorização social de cada um desses aspectos e/ou da vivência que se tem deles” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 197). Espaço de sociabilidade e de formação de valores, o ambiente da maturidade pode sinalizar paralelamente mudanças vivenciadas e compartilhadas na atualidade, seja a conexão realizada entre gerações, seja a disponibilidade em servir e se doar com mais condições de se enxergar com os olhos do conhecimento adquirido durante a vida.

Afirmar-se nas atitudes cotidianas é uma diferenciação dessas mulheres, na experiência da maturidade e “na velhice jovem” (BRITTO DA MOTTA, 2007). Em vivências e trajetórias distintas, mas com similaridades, elas demonstraram capacidades para a política e apropriação do espaço público não conformista. No caso da mais idosa, com setenta e cinco anos, demonstrou competências irreconhecíveis até por ela mesma. Parece que, por vezes, se surpreendeu com a libertação e entusiasmo que a revigorou em créditos alcançados. Deixou-se levar pelo entusiasmo da credibilidade conquistada alcançando novos enfrentamentos, como nos casos apresentados, a reeleição, conduzindo-as a um sentimento de realização e satisfação. Justamente na velhice, um tempo de consolidação de experiências, de libertação das obrigações profissionais e controles reprodutivos, elas encontram um tempo social propício à mudança, adquirindo experiências no enfrentamento de novos desafios. Falam como ex-trabalhadoras que atingiram uma época de descanso, em que, desobrigadas do trabalho, têm mais tempo para se dedicar a atender aos chamados da população em intervir e colaborar na administração do município.

4.6 Espaços de poder esvaziados, outras frentes de batalha: violências

O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido; é precisamente o encolhimento do poder[...].

Hannah Arendt, 2011, p. 71.

Enveredar por pesquisas empíricas sobre as mulheres no poder é possível deparar com dados sobre relações de conflito e violência na política. Referindo-se aos constrangimentos da época eleitoral, GPIM diz já ter superado. Conta que na última eleição, seu adversário usou de forma grosseira um problema de saúde que sofreu. Acometida por um câncer¹³¹ e bastante debilitada, devido ao tratamento quimioterápico, insistiu em manter o ritmo da campanha. Apesar de estar careca, usava peruca e disfarçava bem da população sobre o seu estado de saúde, afirmando-se que não comentava com ninguém porque havia de se recuperar logo.

Faltando vinte dias para a disputa, em batalha eleitoral, subiu no trio elétrico em um comício. Com os leucócitos baixos, adquiriu uma pneumonia grave que a obrigou ficar internada por dez dias. Os adversários usaram desse fato e organizaram seu enterro simbólico no município. “Fizeram uma procissão utilizando um caixão como se eu estivesse morrido, porque diziam que eu estava morta e quem votasse em mim estaria elegendo o vice-prefeito”. A população ao tomar conhecimento do que estava ocorrendo, ao invés de ir junto com os promotores desse evento se sensibilizou e fez um movimento “rezando e orando por mim e em minha homenagem”. Conta que ficou agradecida, “primeiro a Deus, depois minha família e amigos que encontrei. Tínhamos uma música assim: ninguém pára essa mulher. Eu emocio e procuro valorizar as pessoas que nos dão força[...]” (GPIM, 2012).

Outro problema apresentado pelas gestoras é a violência doméstica, e ser vítima dela não é uma realidade isolada. Refletir sobre essa forma específica de violência é um exercício para que se possam encontrar não as causas imediatas da violência em geral, mas as hipóteses a respeito da relação íntima entre agressor(a) e agredido(a), que se tornam partes de um mesmo processo. A violência conjugal, sobretudo, por parte do marido ou parceiro assume números significativos e

¹³¹ Vale citar pesquisa que trata sobre a doença do câncer e identifica as representações sociais que cercam as mulheres portadoras da doença e que se traduzem em um sofrimento que vai além da dor física imposta pelos tratamentos que lhe são associados. Tratou-se sobre as “dores da alma”, um conjunto de experiências de sofrimento que se expressa tanto no aspecto corporal quanto em alguns casos no adoecimento psíquico. Os resultados obtidos revelaram uma forte associação do câncer com a culpa, a punição, o desfiguramento físico e a morte (SANTOS GANEN, 2010).

configura-se como relevante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Pode englobar comportamentos que podem causar males irreparáveis como lesão, sofrimento físico e psicológico e a morte.

No caso de RAF, ela conta que seu marido era violento e a proibia de fazer as coisas que gostava. Apesar da proibição, participava das atividades que a interessava, pois toda vida foi determinada. “Eu fui assim de querer saber das coisas. Ele era um homem violento, eu apanhava!”. Explica que quando saía, ele já a aguardava no seu retorno com uma “vara”. Em muitas ocasiões não voltava para casa e dormia na residência da vizinha para se resguardar e chegar somente no outro dia quando todos estavam acordados, assim não se expunha ao perigo e garantia proteção. Por várias vezes se machucou. Relata que um dia de chuva tentou escapar e fugir para a casa da amiga, escorregou na esquina e caiu ao chão. Machucou-se gravemente o pé e melhorou somente com o passar do tempo, sem cuidados especiais, deixando marcas até hoje.

Por inúmeras vezes, dormia fora de casa. Por conta da insegurança, que era uma constante, temia que algo mais grave acontecesse e precavia. Quando se tornava violento, ele batia e quebrava tudo dentro de casa. “Eu escondia o machado, as facas, os garfos, as enxadas, com medo de que tais utensílios e ferramentas pudessem se transformar em armas. Eu enfiava aqueles paninhos para não deixar as pontas dos garfos e facas à vista. Era aquela vida de diabo, de cão mesmo!” O comportamento de seu marido refere-se a um contexto de dominação em que a implicação do sentido da violência demonstra que o casal não vivia bem e ele teimava em exigir que ela fosse submissa a ele.

Tal atitude coaduna-se com a prevalência cultural da autoridade do homem sobre a mulher traduzida em agressões, em que as diversas violências estão profundamente relacionadas com a questão dos Direitos Humanos básicos, inclusive à vida e dignidade. Além disso, viviam sem conforto, convivendo em situação de pobreza, escassez de recursos no sertão, mas as dificuldades não a intimidavam. “Entrei no movimento de mulheres fui adquirindo consciência dos meus direitos”. Devido ao contexto vivido é possível pressupor que esse movimento trata-se daqueles espaços onde as pessoas se reúnem para discutir seus problemas básicos da vida cotidiana e encontrar ajuda mútua. Nesse sentido, acrescenta-se a ideia de que “quando se fala do movimento de mulheres, e é preciso que se ligue logo com o processo de democratização da sociedade e, às vezes, também com o processo de democratização do sistema político” (CARDOSO, p. 437, 2011).

Ela justifica não ir aos encontros na sede do município por imposição do marido, mas participava na comunidade rural, fazia comida para as pessoas do grupo, apesar de não atuar como gostaria “fui me fortalecendo”. Ao terminar a campanha, conta que o marido estava em Brasília, sem que ele soubesse foi ao seu encontro. Longe de tudo e de todos, conversaram, expôs sua intenção e decisão de se separar. “Estava acabado, ele não aceitava, foi necessário afirmar: não te quero e não me procure mais!”. Separaram-se, mas ele a perseguia. “Eu fiquei dois anos com a chave de casa no bolso, com medo¹³² dele entrar e me pegar [...]. Eu sonhava de noite com medo dele aparecer, tinha pesadelos horríveis” (RAF, 2011). Aqui vale retomar a ideia de Rowbotham (1983, p. 12) na assertiva de que “a opressão íntima da mulher obriga a uma redefinição do que é pessoal e do que é político”.

Em outro caso, a situação é de violação do direito à vida e segurança¹³³, conforme informações da gestora “mandaram assassinar seu marido e eu resolvi enfrentar a política sozinha, de frente!” A violência leva à tomada de decisão, práxis e engajamentos. A necessidade de continuar uma luta iniciada por ele desde os tempos da faculdade. “Ele tinha um ideal, o crime ficou impune, foi por conta da política”. Afirma que o processo judicial diz tudo isso, o executante do crime foi detido e assassinado na cadeia, mas entre a norma e realidade uma outra interpretação tendenciosa foi preponderante.

Na política, ela diz que sua inserção “era a única maneira de estar lá e ganhar a eleição”. Apesar da situação de violência afirma não demonstrar medo¹³⁴, em suas palavras, “eu sempre fui um tanto destemida nesse ponto. Achei que os ideais não podiam morrer com ele, alguém teria de fazer algo”. Sua atuação na política prosseguiu, sendo eleita vereadora por quatro gestões. Posteriormente, elegeu-se prefeita, saindo por um processo de cassação. “Foi uma grande injustiça, mais uma das que sofri, mas não deixo as coisas por medo”. Permaneceu no cargo por onze meses, sendo eleita novamente no próximo pleito eleitoral. Em suas palavras, “com lutas,

¹³² A mulher vivencia o medo, a esperança e o afeto. Medo da violência, esperança que a situação se reverta e o agressor se arrependa, e, embora sofrendo, muitas acreditam que o afeto que as uniu ainda pode retornar e ocupar seu lugar no relacionamento. Estão sempre dispostas a um recomeço. E, assim, depois de algum tempo, também recomeçam as agressões, perfazendo um ciclo (COSTA GOMES, 2010, p. 97).

¹³³ Art. 5º da Constituição Federal: violação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e da cidadania (art. 1º, III).

¹³⁴ “O medo é uma emoção indispensável à sobrevivência; ele indica perigo e sem esse sentido de advertência nenhuma coisa viva poderia durar muito tempo. O homem corajoso não é aquele cuja alma carece dessa emoção, ou que a pode superar de uma vez por todas; mas aquele que decidiu que não a quer demonstrar.” (ARENDDT, 2010, p. 52)

sofrimentos, injustiças[...]”, mas com a convicção de que permitiu às pessoas que tiveram a oportunidade de conhecê-la como governante confiarem nela. “Transferi o sonho de meu marido para minha pessoa, gostei e me adaptei!” (AAI, 2012).

Em se tratando de outro tipo de violência, aquela referida por Arendt (2011, p. 72) quando menciona que “politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência”. Tumultos e violências indicam sinais de obstáculos e reações sinalizadoras da necessidade de mudanças. O município da gestora BSSM encontrava em condições financeiras precárias, por conta de eleições fracassadas, excessos de custos com causas judiciais e o poder em declínio. Informa que “usaram da influência política e conseguiram tirar o emprego de vinte e seis anos do meu esposo para que desistíssemos e fôssemos embora da cidade”.

Com a repercussão desse fato a família da gestora passou por problemas financeiros, sendo necessário recorrer aos parentes, inclusive para custear os estudos da filha. Além disso, denuncia que o marido não recebeu a rescisão contratual, sendo necessário recorrer à Justiça Trabalhista. Enfrentou problemas psicológicos, com dificuldades para falar nas audiências, também em detrimento de ser estrangeiro no Brasil. “Até pela cultura dele, perdemos tudo e foi difícil!” Relatou que ele sofreu depressão, sendo necessário que ela mantivesse firme. Ademais, conta que ninguém reclamava contra as ideias e denúncias da oposição. Os membros do grupo oposicionista compraram votos abertamente, colocavam cimentos e tijolos na rua para as pessoas, mas ninguém ousava denunciar, ela recorria à Justiça Eleitoral, mas perdia a causa. Cita que em uma festa, promovida pelo grupo de oposição, o irmão do prefeito leu em voz alta a sentença da ação judicial que a depoente perdeu. Comemoraram e disseram em tom de arrogância, com risadas que por conta de decisão judicial, a partir daquela data, ela teria de se prostituir para conseguir dinheiro para viver.

Repete as expressões usadas em público na referida comemoração: “a loira agora vai ter que rodar a bolsinha no entroncamento da cidade, porque o marido perdeu emprego, eles tiveram prejuízos e ela foi derrotada judicialmente”¹³⁵ (BSSM, 2012). Isso foi pronunciado em tom de gozação, ridicularizando a candidata em festas públicas. Com o marido doente, quanto mais eles a humilhavam, mas ela se esforçava para manter a cabeça erguida. Nesse episódio, expõe que não aguentou manter-se em silêncio e foi procurá-lo na prefeitura. “Parei o carro no meio da pista,

¹³⁵ A expressão “rodar a bolsinha” indica que a pessoa tem que se prostituir para conseguir dinheiro.

deixei a chave com o vigia do banco e entrei na prefeitura. Cumprimentei a todos e pedi para falar com o prefeito. Ele não estava”. Afirma que na delegacia não adiantava ir, porque os policiais não forneciam o mínimo de atenção. Nesse sentido, procurou o irmão do gestor e foi logo dizendo: “o senhor disse que eu devo rodar bolsinha? Pois é, eu vim rodar na sua cara! O senhor não tem mãe, esposa e filha? Não aceito desrespeito com as mulheres do município, eu tenho dignidade!”. Ao falar essas palavras, não conseguiu se controlar e “dei uma bofetada na cara dele[...]. Realmente fiz um escândalo”. Conta que as pessoas abriam as portas e fechavam de novo, com medo. Um senhor pediu que se acalmasse. Saiu dali nervosa, mas com a sensação de alívio. Foi à delegacia, registrou a queixa, conversou com a delegada, “até hoje nunca fui chamada, faz mais de seis anos nada aconteceu, mas foi um processo muito doloroso” (BSSM, 2012). Segundo a gestora, o “coronel da cidade” tem treze filhos e lutam para preservar o poder político local a qualquer custo. As heranças familiares (político-partidárias) são registros fortes em pleno exercício da história contemporânea, demarcando que a longa duração não é quebrada pelo “tom mais democrático”, mas que uma cultura de “coronelismo” e “clientelismo” se faz presente.

O que leva uma pessoa a perder o foco e tomar atitudes violentas, nem que seja somente para se proteger ou manter a sua reputação? “A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima”. Isso acontece porque em se sentindo a ameaça do perigo, a condição humana oferece ferramentas para lutar contra essa situação, por outro lado, a violência não é aceitável. Portanto, “sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente e o fim que justifica os meios é imediato” (ARENDDT, 2011, p. 69).

No momento em que se percebe uma injustiça é natural a reação contra essa situação, “a raiva não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage com raiva a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto a condições sociais que parecem imutáveis”. Tal sentimento, como uma fraqueza humana “aparece apenas quando há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são”. A reação é natural e surge “apenas quando nosso senso de justiça é ofendido, e essa reação de forma alguma reflete necessariamente uma injustiça pessoal” (ARENDDT, 2011, p. 81 e 82).

Dando continuidade ao caso relatado, nesse período, a depoente e o marido ficaram desempregados, sofreram humilhações e chegaram a pensar em ir embora da cidade. Conta que

sempre teve carro e gostou de estar elegante, “sempre andava de salto alto e as pessoas não entendiam, pobre, mas arrumada”. Precisou entregar a casa confortável que moravam. Decidiu não ir mais embora da cidade, passou a morar em uma residência pequena e humilde. “Meu marido não acreditou que eu sairia de nossa casa para morar ali”. Percebia o espanto das pessoas. “A prefeita mora aqui? Perguntavam. Quando minha filha vem visitar-nos dorme na sala”. Sua vida passou por muita transformação “Sempre digo: quando a gente tem que passar por algo, não tem como fugir”. Houve quebra-quebra e a cidade foi quase toda destruída¹³⁶. Quando a vereadora assumiu a prefeitura não cumpria os compromissos financeiros, nem os salários, por conta disso, houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na câmara municipal desencadeada por causa de irregularidades no processo de licitação para coleta do lixo. “No dia da referida audiência, a luz se apagou três vezes, na última não voltou a tempo e a população desesperada destruiu a cidade, quebrou tudo, prefeitura, escolas, banco, câmara[...]. Arrancaram as fotos dos vereadores e queimaram na praça”. Vale acrescentar o caráter imprevisível desses acontecimentos, “as revoluções não são feitas intencional ou arbitrariamente, mas sempre foram em toda a parte o resultado necessário de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e do controle de partidos particulares e de classes inteiras (ARENDETT, 2011, p. 27).

Nota-se que a opinião pública procurava alguém que a tirasse daquela situação de desespero. As pessoas chamaram-na de “guerreira”. Depois da cidade destruída veio o desespero e as acusações. Todas as pessoas do grupo foram indiciadas. A gestora explica que não foi nada programado. Participaram quase todos por conta do desespero, devido aos problemas que a administração havia causado em decorrência da falta de autoridade, do autoritarismo e das irregularidades. Entretanto, os policiais escolheram as pessoas do grupo para serem acusadas, principalmente ela que foi incriminada de “guerrilheira”, como se o movimento estivesse sob sua liderança. A imprensa invadiu a cidade, foram para o município todas as rádios e jornais da região com a intenção de mostrar que o movimento foi liderado por ela de propósito. Faltando oito dias para as eleições suplementares, o juiz marcou a reunião para o julgamento na câmara[...]. A população da cidade inteira estava presente, com toda a imprensa regional

¹³⁶ A onda de vandalismo ocorreu porque os vereadores tentavam abrir na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades na licitação para a coleta de lixo no município. Ao faltar luz, um grupo de pessoas invadiu o prédio da Câmara, da prefeitura e o prédio do Banco do Brasil usando paus e pedras. Outros prédios e automóveis foram destruídos e incendiados.

Disponível em: <<http://marcosfrahm.spaceblog.com/531360/VANDALISMO-IRREDREAVEL.com.br>>.

Acesso em: 18 de mar. 2012.

convidada para ver os “guerreiros violentos”, o “grupo da candidata”, para divulgarem a “prisão dos acusados”. Com apenas um advogado para defender a todos, afirma que foi muita perseguição. Mandaram chamar quem estava falando, porque precisava apurar o linchamento que aconteceu. Enquanto isso ela questionava do que se tratava. De repente entrou um rapaz dizendo que seu filho havia o espancado e que ele estava todo ferido. O juiz percebeu que era armação. E verificou-se que não havia nenhuma escoriação, era mais uma trama.

De dez em dez minutos propagavam *spots* nas rádios esclarecendo que a eleição teria dois candidatos. Na campanha eles fizeram a uma boneca loira em tamanho de uma pessoa, com características que aproximavam das suas. Dentro dela colocaram um coração de tinta. Não podia fazer mais comícios e foi necessário sair de colete a prova de balas da sede da Polícia Federal. Diziam que ela não entraria na prefeitura, seria morta e queimada antes disso. “A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDDT, 2011, p. 70). A ameaça e o falatório foram transformados em armas, outra forma de violência.

Tais fatos indicam problemas e denotam “a noção de uma “sociedade enferma”, cujos sintomas são os tumultos, assim como a febre é sintoma da doença – só podem, por fim, promover a violência. Por outro lado, condiz com a dificuldade de encontrar responsáveis por tais delitos: afinal, “onde todos são culpados ninguém o é; as confissões de culpa coletiva são a melhor salvaguarda possível contra a descoberta dos culpados, e a própria grandeza do crime, a melhor desculpa para nada fazer” (ARENDDT, 2011, p. 95 e 83).

As consequências advêm as violências, sobretudo, porque “na violência coletiva que vem à tona o seu caráter mais perigosamente atrativo e isso de modo algum porque haja segurança em números”. Preocupada com as ondas de violência, a gestora relata que no último comício reivindicou ao seu grupo que se ganhassem as eleições não deveriam revidar nenhuma das agressões sofridas, com insultos e violências. Não concordava, nem apoiaria nenhuma atitude que pudesse agredir qualquer pessoa, a exemplo, bonecos, caixão, fogos de artifício em locais inapropriados e coisas dessa natureza. Sem dúvida e recuperando a base teórica desta tese estava ciente que a “prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (ARENDDT, 2011, p. 86 e 101).

Conta que “eles arrastaram, esfaquearam, cortaram e enterraram a boneca. Eu proibi as pessoas dessas atitudes. É doloroso, difícil, e é inconcebível fazer uma política de armas, tapas,

sujeiras”. Relata um fato em que um funcionário da prefeitura, sobrinho do líder da oposição, exercia influência na campanha da gestora. “Ele foi ameaçado com arma na cabeça[...]. As pessoas apanhavam e nada acontecia, um rapaz foi atropelado machucando-se, mas a polícia nada fez”. A vereadora que assumiu o mandato teve três processos de cassação fora os processos administrativos. Em um deles ela perdeu o mandato, mas antes que comunicassem a ela, o esposo da vereadora, até de “velha” chamou a gestora, como forma de desqualificar. “Não me importei com isso, afinal velha é sinal de uma pessoa que teve o privilégio de viver muito”.

Lamenta que a rádio local veicula calúnias sobre ela todos os dias e confirma não ter ganância pelo poder. “Somente gostaria de fazer que a pobreza, sobretudo extrema, fosse extinta do município”. Informa que procura ajudar a todas as pessoas, mas nada satisfaz porque as pessoas desejam que continue indo na casa delas, conversando, aconselhando, cuidando como fazia alguns anos atrás. “Elas me condenam porque não tenho condições de ir à porta de todas as pessoas. Não compreendem que eu tenho muito a fazer. Pago inclusive contas com meu subsídio, mas querem mais. Sentem falta daquela que faz chá, ouve e aconselha” (BSSM, 2012).

A prefeita SVCCV atribui à participação na política o fato de seu marido ter sofrido uma agressão física, na sala da promotoria veio um adversário, enquanto ele escrevia no braço da cadeira, o rapaz acertou o olho dele, sendo necessário submeter a oito cirurgias, mas perdeu a visão. Também menciona o caso da violência contra as mulheres e elogia àquelas com coragem para expor. Comenta que é triste, humilhante, o enfrentamento para melhorar a vida de outras mulheres[...]. “Deus não gosta de pessoas covardes. É preciso coragem para ação, para tomar posição e mostrar que nós somos iguais e capazes” (SVCC, 2011).

A gestora VGRS, desabafa: “sofri perseguição e humilhação. Houve horas que sentiu vontade de desistir, depois recuei e pensei: não! o povo me colocou aqui e daqui somente Deus me tira. Depois que ganhei a eleição, a oposição começou a perseguir, foi demais[...]”. Nesse sentido, a “política é a instituição que administra a humilhação” (TIBURI, 2012, p. 51). Essa assertiva baseia-se nos pressupostos de que ao invés da política ser um laço em que as relações entre indivíduos e instituições são preservadas para constituir ações, que dão sustentabilidade à sociedade. O gesto de negar o outro passou a ser a premissa que vigora. A humilhação acontece com um sujeito, considerando que não se humilha um objeto.

Nesse sentido, sair da condição de humilhada(o) pressupõe que haja um esforço e resistência para provar as boas intenções nas ações, pois exceto as arbitrariedades e

autoritarismos, ninguém merece a ser humilhado e perseguido. Para mudar a situação implica e exige esforço de resistência, além de compreender racionalmente o contexto que humilha para desmontá-lo passo a passo. A ação depende da negação da subserviência e da consciência de si, como consciência do valor próprio que deve triunfar toda e qualquer humilhação humana. Dito isso, o fato de que a discriminação enfrentada pela gestora é atribuída ao fato de sua condição de ser mulher, passaram a tratá-la como incompetente, foi chamada de louca. “Maluca mesmo!”

Em sua interpretação, tais insultos ocorreram por conta de sua maneira de administrar não perseguindo ninguém. “Tenho uma forma diferente de gerir e alguns vereadores do meu grupo passaram para a oposição, tentando provocar minha cassação, mas não tinham motivos”. Acredita que por ser mulher agravou a situação, isso foi forte e difícil. “Não sei como aguentei tanta coisa e ainda suporte” Percebe que agora está conseguindo se afirmar mais. “Foi muita perseguição, vereadores e inclusive a vereadora somente aprovam os projetos se receberem dinheiro,”. (PAVR, 2012). Situações de violências são comuns e o enfrentamento das diversas situações é complexo por conta do contexto. A justiça, muitas vezes, não acontece e as situações de vulnerabilidades preponderam. Poder, força e violências sobrepostas tomam conta das narrativas dessas mulheres que assumiram cargos públicos de administração local e enfrentaram mais do que o cruzamento da fronteira privado-público.

CAPÍTULO 5

A VIDA PÚBLICA: A PRÁXIS NA POLÍTICA REPRESENTATIVA LOCAL

Assim como no âmbito da vida orgânica tudo ou cresce ou declina e morre, supostamente da mesma forma, no âmbito dos assuntos humanos, o poder só se pode sustentar por meio da expansão; de outra forma, ele definha e morre.

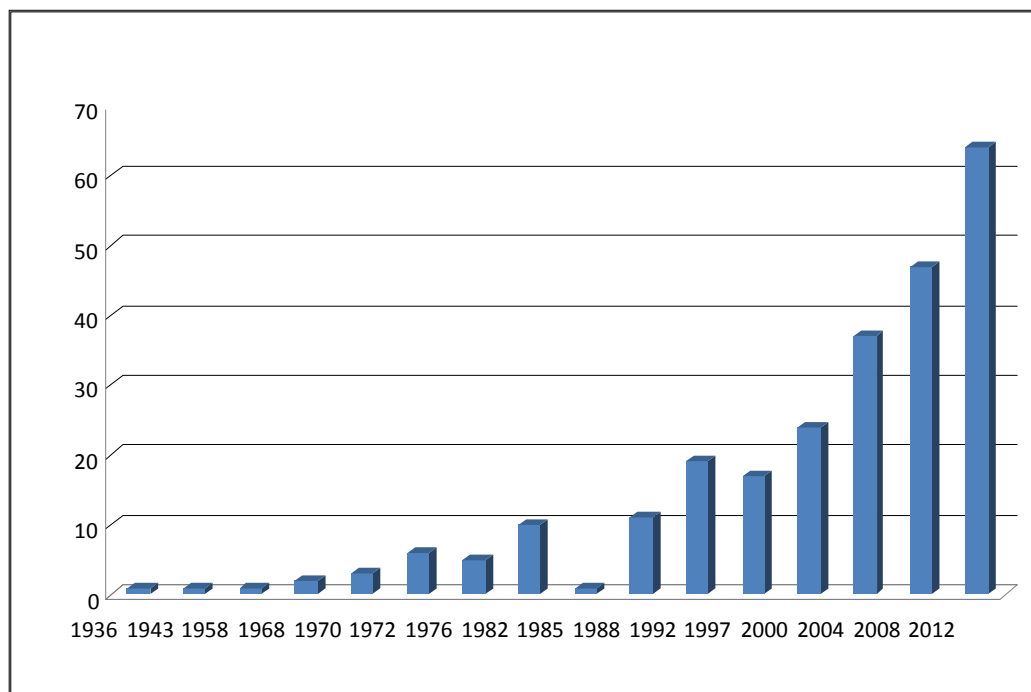
Hannah Arendt, 2011, p. 94.

O objetivo neste capítulo é expor sobre a situação das mulheres no poder, especialmente de uma alternativa eleitoral para os partidos políticos e fornecer alguma análise. É inegável o impacto dos sistemas eleitorais sobre o acesso das mulheres em decorrência das ações afirmativas. Esse efeito é mais perceptível nas candidaturas, ou seja, a partir da obrigatoriedade elas são lançadas nas campanhas eleitorais até mesmo sem intenção de se eleger. Entretanto, com o impulso desperta-se interesses antes inexistentes. Ao lançar nomes e tornarem-se visíveis cria-se uma perspectiva de que é possível.

Os partidos políticos resistem o quanto podem, entretanto, em 2009, com a lei 12.034, não mais é possível tal resistência. A partir da eleição de 2012, as mulheres entram na disputa – apesar de ser em proporção mínima exigida pela legislação de cotas, trinta por cento, mas estão presentes e alcançam um avanço quantitativo considerável¹³⁷. O gráfico a seguir demonstra a evolução quantitativa de mulheres na ocupação do cargo de prefeita nos municípios do Estado da Bahia, desde 1936 até a eleição de 2012. Ocorre um aumento a cada eleição¹³⁸.

¹³⁷ Na Bahia, de acordo com o TSE (2012) o acréscimo foi de dezesseis prefeitas, passando de quarenta e oito em 2008-2012 para sessenta e quatro na gestão prevista para 2013-2016. Portanto, a cada processo eleitoral – de dois em dois anos existente no processo político brasileiro há um incremento. Para o cargo de vereadora, a quantidade de mulheres que se candidatam somente para atender às exigências legais é visível, basta acessar o resultado eleitoral de cada município e verificar a predominância de candidatas com zero voto.

¹³⁸ As participações das mulheres no cargo de prefeita vêm aumentando a cada legislatura. No ano de 1936, uma foi nomeada; em 1958, a primeira eleita; em 1968, já foram duas; em 1970, elegeram-se três; em 1972, o número subiu para seis; em 1976, o número caiu para cinco; em 1982, essa quantidade dobrou para dez; em 1985, houve eleição suplementar conquistando apenas uma vaga feminina; em 1988, foram onze; em 1992, subiu para dezenove; em 1997, foram dezessete; em 2000, passou para vinte e quatro; em 2004, para trinta e sete; em 2008, quarenta e sete prefeitas – sujeitos pesquisados nesta tese; e, em 2012, eleitas para 2013, 36 prefeitas na Bahia-Brasil.

Gráfico 9 – Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia – 1936 a 2012

Fonte: (BARBOSA, 2008) e (TSE, 2012)

Os argumentos das prefeitas são demonstrados através de um diálogo simultâneo: não é um exercício meramente retórico, mas é o resultado de uma proposta metodológica definida. Há uma interação com informações de jornais,¹³⁹ para além das entrevistas com elas contrastando dados coletados a fim de obter precisão para análise. Permitiu coligir os dados e sua posição como figuras políticas, apresentando esta pesquisa como uma espiral dos dilemas enfrentados por elas no cotidiano. Sobre as experiências que falam as gestoras permite a interpretação de que se preocupam com as ações que executam ou deixam de fazer.

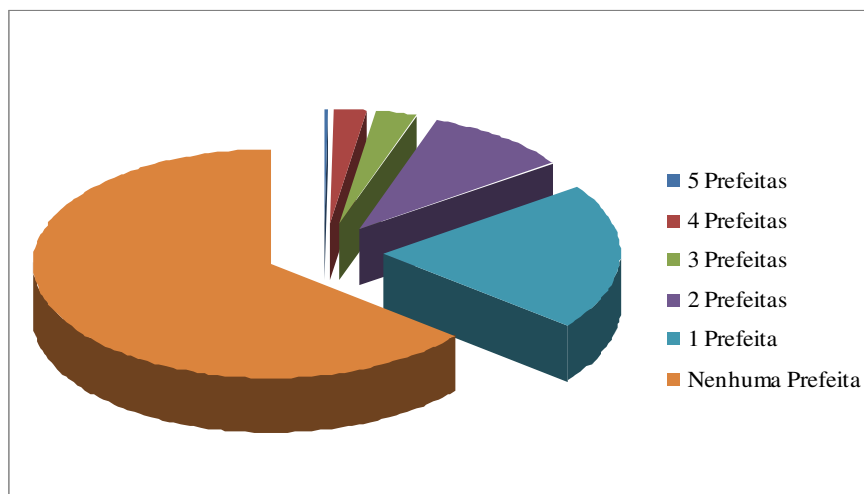
No que tange à “política de presença” e a “política de ideias”, ou seja, representação descritiva e de “interesses das mulheres” com projetos em uma perspectiva feminista e emancipacionista ainda estão distantes da realidade. Há um começo, e avança-se a cada dia, sobretudo com a colaboração do movimento feminista que promove ações que impulsiona o governo a elaborar políticas públicas de cunhos emancipacionistas. Os órgãos governamentais

¹³⁹ As notícias veiculadas em jornais e revistas foram acompanhadas pela pesquisadora durante todo o tempo da pesquisa. No entanto, citá-las aqui quebraria o anonimato, compromisso assumido com as prefeitas no momento das entrevistas.

como os Planos de Políticas para as mulheres (PNPM), o Conselho de Direitos das Mulheres (CDM), a Secretaria de Política para as mulheres com *status* de Ministério, as Secretarias Estaduais e Municipais existentes são exemplos dessas ações. Além das universidades com núcleos de estudos feministas e de gênero, universidades livres feministas e órgãos educacionais e institucionais que promovem ações que impulsionam o pensar na perspectiva de uma educação para a diversidade e pluralidade. Os desafios metodológicos são implantados em diversas frentes para se chegar a uma conscientização propulsora para a equidade nas relações de gênero na sociedade.

Com uma delimitação específica da abordagem realizada na tese de doutorado, Cavalcanti (2008), explicita um movimento de longa duração acerca da consciência e emancipação do sujeito histórico. Envereda pela análise da abordagem crítica sobre o movimento de mulheres brasileiras nos últimos anos do século XX (1975 a 2002), quando se organizam e se preparam para assumir os rumos de sua própria experiência. Entre políticas públicas, marco legal, ações e projetos específicos, a construção dessa cidadania também se dá a partir de Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais feministas, além de apoio e criação de redes de difusão de conhecimento advindas das Universidades e núcleos de pesquisas e estudos que se consolidam especialmente ao longo dos anos 1980 e 1990. Tal associação se insere não só nos movimentos sociais que culminaram com o processo de redemocratização da política nacional, como também incluem as formas de organização e representação de mulheres independentemente de objetivos, diretrizes, posição política e ideologia.

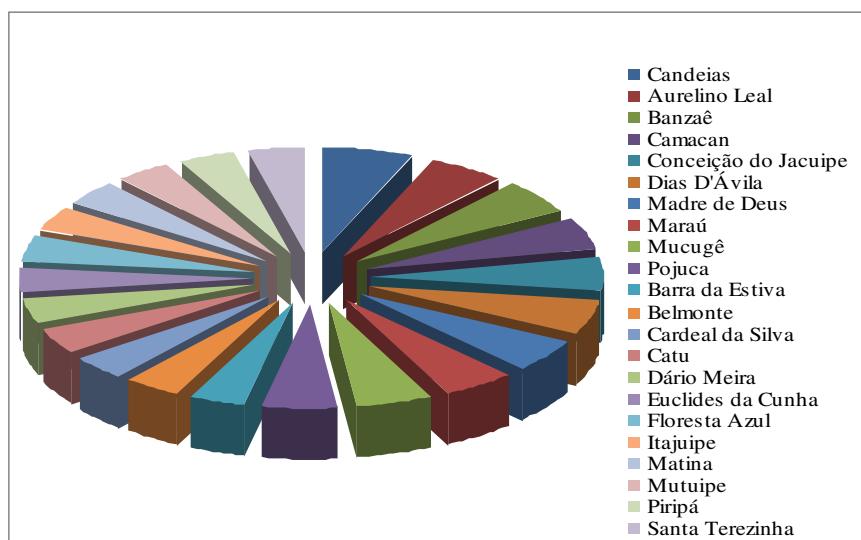
Em retorno aos dados das eleições municipais, o gráfico abaixo demonstra a quantidade de vezes que cada município elegeu mulheres, como aqueles que até a presente data não empossaram nenhuma prefeita municipal. Considerando que a Bahia possui quatrocentos e dezessete municípios, duzentos e sessenta e sete deles nunca elegeram uma Prefeita Municipal. Apenas um município elegeu cinco gestoras, Candeias e situa-se na Região Metropolitana de Salvador. Com o histórico de quatro mulheres no executivo local foram nove prefeituras, com três vezes foram doze, duas vezes foram quarenta e duas circunscrições territoriais e, por último, oitenta e seis municípios elegeram apenas uma vez uma mulher para gerir a municipalidade.

Gráfico 10 – Municípios do Estado da Bahia que elegeram Prefeitas – 1936 a 2012

Fonte: (BARBOSA,2008) e (TSE, 2012).

As mudanças são processuais e culturais. Os registros nas estruturas organizacionais acontecem em consonância com as alterações cotidianas e com o processo interno e dinâmico do dia-a-dia de mulheres, homens, jovens, crianças e idosos(as). O surgimento de lideranças políticas nem sempre começa pela educação. Entretanto, o interesse, participação, inserção e manutenção das meninas e das mulheres nos processos educacionais de maior duração têm demonstrado avanços em relação aos homens, na medida em que tomam parte em todas as profissões. Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que haverá impactos no posicionamento da sociedade em relação à implantação de políticas de gênero e nas agendas dos Feminismos que garantam maior inserção das mulheres nos cargos governamentais. A entrada da presidente Dilma Rousseff no governo brasileiro passou de uma sub-representação ministerial para muitas ministras no âmbito federal, gestão 2011-2014, fornecendo exemplos para as administrações estaduais e municipais.

Gráfico 11 – Municípios do Estado da Bahia que elegeram mais prefeitas – 1936 a 2012

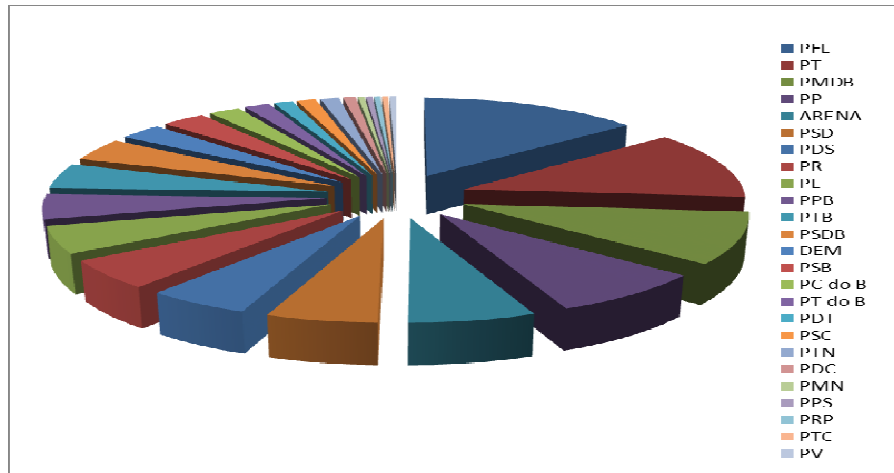


Fonte: (BARBOSA, 2008) e (TSE, 2012).

Com mais mulheres investidas no cargo de prefeita, outras tendem a se interessar pela política institucional. À medida que chegam às instâncias de poder, aquelas que possuem preparação para compreender com profundidade a problemática histórica e cultural da dominação de gênero. A ideia é que provoquem mudanças, de cunho eficiente, em prol de alternâncias no sistema dominante existente.

A mostra de municípios nesse trabalho é determinada por ter uma representante feminina no poder executivo na gestão 2009-2012 nos municípios do Estado da Bahia. Não é possível, nem é objetivo uma comparação com o discurso dos prefeitos. Por ser uma prática preponderante, a atuação dos homens à frente das prefeituras pressupõe algo comum e foge dos parâmetros do objeto dessa pesquisa, considerando que seus discursos e práticas são conhecidos. Medir os sucessos e/ou fracassos destoa de um estudo dessa natureza. Os sujeitos estão presentes em onze por cento dos municípios baianos com características, sobretudo, de pequenos e médios. Mas não é um mero acidente, essa percepção revela a assimetria de relações entre mulheres e homens, em que a diferenciação abrange aspectos arraigados culturalmente.

A ideia de que alguns partidos favorecem a entrada das mulheres na política não é algo visível nos dados. O gráfico a seguir demonstra que os maiores partidos elegem mais, não necessariamente por ideologia e oportunidade às mulheres.

Gráfico 12 – Partido das prefeitas dos municípios do Estado da Bahia – 1936 a 2012

Fonte: (BARBOSA, 2008) e (TSE, 2012).

Nas cenas públicas da política elas pouco aparecem, por conta de questões históricas, sócio econômicas e culturais. Na historiografia há carência de registro que digam respeito às mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Quando há narrativas, nas mais diversas ocasiões, geralmente a visão é estereotipada: mulheres que gritam, histéricas, mães, santas, submissas, entre outros adjetivos. O mundo público, sobretudo o político, ficou reservado aos homens. “A cidade do século XXI ainda é um espaço sexuado e as mulheres se inserem de uma forma indefinida, são criticadas, invisibilizadas e aceitas com restrições como sujeitos em sua integridade”. Ademais, nas cidades inclui a diferenciação de gênero, inclusive na arquitetura. Pensar a cidade sob o ponto de vista feminista pressupõe o reconhecimento de que mulheres e homens possuem diferentes demandas na relação com o espaço urbano, em função das desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho e nos diferentes papéis determinados histórica e culturalmente. “É o reconhecimento de que a cidade atende as necessidades de maneira desigual, sobretudo quando o gênero é interseccionado como classe, raça, geração, portadores de necessidades especiais, entre outras” (VIEIRA, 2012, p. 107).

Apesar dos oitenta anos em que as mulheres brasileiras passaram a exercer o direito ao voto¹⁴⁰, a efetivação desse direito¹⁴¹ vêm traduzindo em consciência de que pode ocupar territórios que lhe foram negados. A luta perpassa pelo cotidiano e as conquistas são graduais e

¹⁴⁰ Conforme discussão no Capítulo 2.1, nas páginas 73 a 79 deste texto.

¹⁴¹ O sufrágio universal efetivamente aconteceu com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, quando incluiu o voto para todos, inclusive, para os(as) analfabetos(as).

lentas. Essas mulheres em meio ao arsenal masculino em torno do poder hegemônico lutam, cada uma à sua maneira, discretamente ou não, chamam a quem sonha realizar. Já se falam sobre elas, suas atuações, posturas e o lugar que ocupam na sociedade.

Pela força das circunstâncias quando nem para elas, a memória do privado, voltou para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição. Essa história sai da oralidade de pesquisa municipal para uma escala participante dessa aventura do conjunto com vistas a explicitar as condutas e as lógicas sociais existentes na política. A emancipação social não é dada, ela é conquistada, é fruto de esforços individuais e coletivos, de politização e educação.

O ideal do debate das representações sociais, além de não permanecer no aparente, é entender como as pessoas negociam com a realidade. O conhecimento construído, acrescentado a noção das fontes que se absorve e do senso comum. Ademais, produz uma interação, uma adequação que se traduz em justificativas e em constructos sociais. As representações sociais são resultados de trocas e vivências, uma forma de enxergar além do aparente com ênfase na experiência, considerando que o “conhecimento ingênuo não é necessariamente falso” (JODELET, 2001, p. 29).

Os dados utilizados, bem como a direção das próprias análises induzem evidentemente a atribuir às mulheres e, principalmente, às gestoras, um papel determinante na reelaboração de uma reflexão sobre o sujeito. Entretanto, é possível que nas entrevistas o real não coincida exatamente com as representações sociais que se detecta em suas vozes. Além do mais, a subjetividade e a interpretação deixam de ser algo estático para ser dinâmico. Persistem um sentimento de inquietação, no momento de tornar públicas conversas privadas, confidências ouvidas, em uma relação de confiança que somente pode ser esclarecida entre duas pessoas. As interlocutoras deste trabalho confiaram no uso que seria feito de seus depoimentos (Apêndice A), mas sua identidade e individualidade estão preservadas. Os testemunhos ajudam a ilustrar e esclarecer melhor as percepções, escutas e ideias. Nas reminiscências fazem-se presentes melancolias, sobretudo por promessas de campanha que não foram possíveis de cumprir, como se revelam, ainda, duradouros laços de desejos de continuar e uma relação criada com a população.

As prefeitas tecem suas memórias carregando-as de condicionais, de tempos pretéritos que se entrelaçam, talvez de forma confusa, sobre seus papéis em um mundo tradicionalmente

masculino que se descortina com suas presenças e atuações. Ao selecionar e recuperar algumas memórias e tentar narrar e apreender instantes de tempos vividos forma eventos, fundindo os horizontes em uma experiência de relembrar emoções e obstáculos. Por vezes, são validadas referenciais metodológicas de amplo espectro, uma vez que a própria temática o exige, sem delimitações por esta ou aquela tendência historiográfica, acolhendo ideias como as lembranças e as lutas cotidianas, utilizando os métodos mais compatíveis com as fontes que se entrelaçaram nesse estudo.

5.1 As candidaturas: enfrentamentos, estratégias e obstáculos em disputas eleitorais

Na política, a avaliação fundamental é a eleição. É uma avaliação que não entra em detalhes, mas julga as pessoas e as leva a sofrer as consequências.

Fernando Henrique Cardoso, 2006, p. 172

A busca da ampliação de representação política das mulheres passa a ser abordada por alguns partidos políticos¹⁴² como prioritária. Entretanto, sabe-se que tal fato tem a ver com a obrigatoriedade por conta da legislação, que os pune, caso não cumpram com a obrigação de preencher no mínimo 30% e 70% para cada sexo¹⁴³ nas candidaturas. Entretanto, não bastam as cotas eleitorais para garantir que as mulheres estejam presentes nesses espaços. Diversos aspectos, sejam históricos, culturais e sociais estão em jogo. Para compreender algumas nuances que apresentam facetas opostas ou simplesmente diferenciadas, as prefeitas contam seus percursos e caminhos trilhados para se elegerem. O diálogo aberto proporciona a narrativa de uma experiência vivida, em geral recentemente e que tem cores muito vivas ainda. Apresentar os fatos contados pelas gestoras sobre o que vivem e fazem no exercício do cargo político máximo nos municípios é o escopo desta parte da tese. Os depoimentos contidos demonstram a atuação na

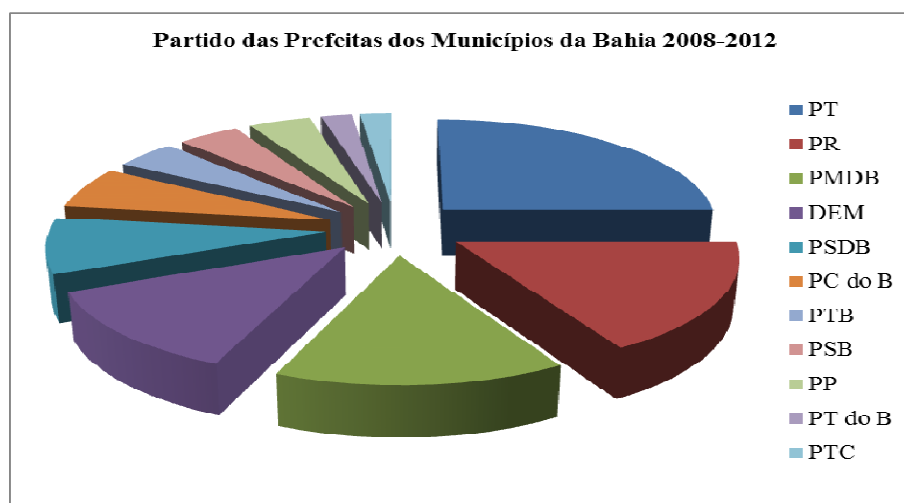
¹⁴² Partido político no sentido clássico europeu, criado no século XIX, ligado às questões de classe social e de ideologia. Na democratização, sobretudo, no período de formação do capitalismo industrial começaram a surgir os partidos de massa, com a emergência dos trabalhadores. “Os primeiros foram os socialistas na França. Mais tarde veio o Partido Trabalhista, na Inglaterra, depois na Alemanha e na Áustria” (CARDOSO, 2006, p. 84).

¹⁴³ Conforme a lei 9.504, § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

voz das protagonistas sobre as campanhas, além de elucidar as condições em que assumiram o cargo, as vicissitudes de suas administrações, comprovando parte do que acontece com as mulheres na esfera pública da política local.

Não basta que o partido tenha em sua ideologia mensagens que incentivam as candidaturas femininas. O que interessa são ações que realmente demonstrem essa vertente decisória e em prol da equidade. Embora, a abrangência dos partidos na escolha de seus representantes seja tamanha que muito se sobrepõe e combina nessa mixagem partidária. Nesse sentido, o gráfico abaixo ilustra os partidos que as candidatas ao cargo do executivo municipal nos municípios do Estado da Bahia 2009-2012 se elegeram e, logo abaixo de cada lema, são apresentadas as coligações que mostram essa mistura. Afinal, somente as siglas partidárias não dizem tudo, as coligações são abrangentes e nem sempre obedecem as filosofias e ideologias dos partidos políticos. Mais do que os rótulos, o que importa é o projeto, o programa, as medidas práticas e a defesa da sociedade na direção de valores e ações.

Gráfico 13 - Partidos das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 2008-2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008)

A lealdade política, aquela do voto, “é adquirida via compromisso e não implica necessariamente ligações familiares ou vinculação a um partido, tem a ver com o compromisso pessoal, troca de favores, entre outros fatores e circunstâncias. Ela articula a esfera de sociabilidade” (PALMEIRA, 1996, p. 46). Cada eleitor(a) tem suas razões próprias, suas preferências. Nada é determinante, mas tem pressupostos subjacentes em cada eleição/candidatura. Ademais, a sociabilidade, o *marketing* eleitoral e o programa de governo

fazem parte do arsenal das campanhas eleitorais. Tais premissas são prioridades das(os) candidatas(os), que podem ser ou não traduzidas em um lema, que é um detalhe minucioso, que muitas vezes passa despercebido.

Quadro 2 – Lema das campanhas das prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia eleitas em 2008

“Antônio Cardoso acima de tudo” PCdoB/PR/PP/PMDB/PRTB/PT/PSB	“Unidos por Araci” DEM/PR/PTB/PHS/PTC	“Continuar unidos pelo trabalho” PMDB/PSC
“A competência e trabalho tem nome” PSL/PTC/PTB/PSB/PV/PDdoB/PT	“Barra da Estiva no caminho certo” PP/PR	“Barreiras de todos nós” PCdoB/PMN/PTC/PSDC/PR/PSB/PHS/P TN/PRTB/PPS/PRB/PTB
“Avança Cabaceiras” PR/PMDB/PRP	“Passos para a vitória” PSDB/DEM/PRB/PV	“Camacan em ação” PSL/PTC/DEM/PR/PHS/PTN/PRB/PDT
“Camamu quer mudar” PCdoB/PTB/PMDB/PRTB/PV/PT	“Moralidade e justiça” PTC/PR/PSDB/PRB/DEM/PC	“Candeias agora é livre” PCdoB/PDT/PMN/PSL/PTB/PMDB/PR/P V/PTdoB/PT/PSDC/PSB/PPS
“A continuidade do progresso de Caraibas” PTB/PR/DEM/PP/PPS	“Capim Grosso, paz e progresso” PR/PTN/PSDB/PHS/PRP/PSB	“A vontade do povo” PHS/PRP/PSB
“Carinhonha não pode parar” PCdoB/PTB/PV/PT/PSC	“O trabalho continua” PSL/PTN/PR/PRP/PV/DEM/PP	“Por amor a Conceição do Jacuípe” PMDB/PHS/PTC/PRP/PCdoB
“Pra que mudar” PR/PP/PTB/PMDB/PRP/PSDB	“Dias D’Ávila levada a sério” PR/PTN/PP/PRP/PDT/PRB/DEM	“Coligação resgate da moralidade” PTB/PSDC/PSC/PSL
“Floresta Azul no coração” DEM/PTN/PR/PSB	“Gandu, vencer para mudar” PCdoB/PSDB/PHS/PV/PPS/PT/	“Gavião é de todos nós” PMDB/PR/PSDB/PT/PTC/PP
“Todos unidos para uma grande Glória” PR/PSL/PP/PT	“A união do coração do povo” PMDB/PSDB/PT/PRP/PSB/PTC/PMN	“De novo com a força do povo” PCdoB/PMDB/PRTB/PV/PT)
“Valeu! Vamos continuar” PT/PRB/PP/PDT/PSB/PV/PSDB/PSC/PPS/PRP/ PRTB/PTN	“Melhor para Jacobina” DEM/PSL/PDT/PTC/PRP	“A esperança se renova” PP/PCdoB/DEM
“Unidos por uma Lagedo melhor” PCdoB/PDT/PMN/PCB/PT/PV	“A força do povo” PCdoB/PDT/PMN/PCB/PSL/ PTdoB/PT/PSC/PSB/PSDB/PPS/PRB	“Macururé tem jeito” PCdoB/PTC/PSC/PT
“A força do povo de Madre” PMDB/PCdoB/PV/PTC/PSL/PSC/PHS/PRTB/P RP/DEM/PSDB/PRB/PPS/PSB/PDT	“É trabalho de verdade” PR/PTN/PTB/PSDC/PP/PTdoB/PT “	“Matina de todos nós” PCdoB/PP
“Mortugaba no rumo certo” PSDB/PT	“A nova maneira de administrar” PMDB/PSDC/PPS/PTN/PRP/PR/PTC/PTB/PH S/PSB/PRB/PSC/PSDB/PTdoB/PMN/PRTB	“A força do povo” PT/PTB/PHS/PRP/PSD/PCdoB a força do povo
“Pojuca vai brilhar, crescer e prosperar” PSDB/PT do B/PSL/PTN/PRP/PHS	“Juntos para lutar, vencer e trabalhar” PDT/PT/PTB/PSC/PSB/PV	“Trabalhando para que todos possam trabalhar” PT/PMN/PR/PCdoB/PTB/PSDC/PHS
“De novo com a força do povo” PCdoB/PT/PTB/PMN/PT do B/PHS/PV/PDT/PRB/PCB	“Essa vitória é nossa” PR/PP/PSDB/DEM	“Unidos para o progresso” PR/DEM/PCdoB/PSL/PMN/PPS/PV/PSC/ PSB/PDT
“A força do povo” PCdoB/PDT/PTB/PRP/PT/PSC/PSB/PP/PPS	“União e trabalho essa ideia já deu certo” PR/PTB/PSDB/PRP/PRB/DEM/PSC	“Avança Itatim” PSDB/PTdoB/PP/PTN/PSC/PDT/PRP/DE M “

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2008)

As palavras mais evidenciadas foram “povo”, “unidos”, “trabalho” e “força”. Vale uma reflexão sobre a ausência de palavras que demonstram que as candidaturas são de mulheres, pois em nenhuma das campanhas isso foi evidenciado nos lemas. São temas gerais, o espaço é curto e

valer de *slogans* mais generalizados. Torna patente duas facetas: as fronteiras entre o novo e o continuísmo. O intervalo do futuro e o passado, a esperança e o saudosismo. Dias melhores ou manutenção do que se conquistou? A verdade é que pouco se traz que possa ser traduzido em inovações ou que revele um tom em relação à igualdade, por exemplo. Para aprofundar e refinar um pouco mais os dados, na sequência abre-se o diálogo com as prefeitas sobre suas campanhas eleitorais, as razões, as emoções e as desventuras vivenciadas nessa etapa.

Nesse primeiro município, do ponto de vista político, vale lembrar que houve eleição suplementar e fora do tempo regular, quando FARY (2011) se candidata. Coadjuvante do marido que exerceu o cargo de prefeito por duas vezes, seria a pessoa a quem ele teria condições de transferir votos. Ademais, vale ressaltar que veio de família possuidora de muitos membros que se destacaram politicamente. “Eu nunca me envolvi de forma direta, somente depois que me casei. Tenho tios prefeitos em localidade próxima e parentes vereadores.”

Menciona que sempre gostou e participou dos pleitos eleitorais nos bastidores. “Parece que veio no sangue, agora, por ironia do destino aconteceu e me envolvi”. Considera que lutou muito, na eleição anterior faltou cinco votos para o marido se eleger, o processo tramitou na Justiça porque as pessoas afirmaram que venderam o voto¹⁴⁴. Em sua opinião, não é uma compreensão simples de oposição ao eleito, mas ouviram depoimentos de eleitores afirmando que negociaram o próprio sufrágio em troca de dinheiro. Afirma que “minha chance era aquela! Têm altos e baixos. Às vezes todos acreditam, depois mudam”.

Por ser eleição suplementar não havia candidatos à vereação e o marido, com nome consolidado, discursava demonstrando o trabalho realizado em seu mandato. Apesar disso, as pessoas queriam ouvi-la, porque afinal ela seria a prefeita e nem todos(as) eleitores(as) transferem seus votos sem uma aproximação com as ideias da(o) candidata(o). Participou dos comícios e exercitou seu discurso. Julga a administração anterior como “desastrosa”, contribuindo mais ainda para seu sucesso nas urnas, mas ressalta que “a luta foi difícil”. Dentre as dificuldades enfrentadas, cogita a falta de tempo devido às circunstâncias diferenciadas de uma eleição suplementar e fora de época. “Tivemos a eleição, terminamos a campanha e assumimos de imediato a prefeitura quebrada, desabei, não aguentava mais!” (FARY, 2011).

Para a candidata PSD, a campanha não foi simples, conforme conta. “Tinha muito racismo. No carro de som diziam: vai deixar de votar em um doutor para votar em um cocô? Pais,

¹⁴⁴ Por conta disso, a eleição foi anulada, ocorrendo a suplementar.

vocês querem que seus filhos sejam analfabetos?” Conta que isso lhe doía muito, principalmente na parte em que a acusavam de analfabeta e ficava imaginando se fosse o inverso. “Sofri muito por ser quase analfabeta, pobre e negra, mais do que por ser mulher. Eu sabia que no fundo a mensagem estava certa, porque crescemos e queremos evoluir”. Coaduna-se com múltiplas vulnerabilidades nas quais ela mesma referencia: “mais do que ser mulher”, são sobreposições de categorias estereotipadas.

As marcas do racismo no Brasil perpassam por categorias de desigualdades entre as pessoas, no que tange a gênero, raça/etnia e classe social, complementando com as diferenças de escolaridade. Na constatação da prefeita, sua situação é precária porque engloba todos esses aspectos, sendo necessário o enfrentamento de preconceitos de uma sociedade machista, racista e classista impondo-lhe várias formas de discriminação. As narrações da equipe de oposição à candidata divulgadas nos carros de som, durante a campanha deixavam-na reflexiva, “e diziam 'a associação é dominada por uma negra, por uma mulher!'. Isso doía muito. Solicitavam aos estudantes para dizerem não à analfabeta!” (PSD, 2012). Nesse sentido, a prefeita relata sobre a sua condição e a preocupação de que pudesse influenciar algum jovem negativamente. Trata-se de uma sobreposição de vulnerabilidades e violências não veladas e explicitadas em público.

Em outra realidade, a prefeita RAF explica que no ano em que a comunidade que residia se emancipou precisou de candidato(a) para o cargo de vereador(a), porque haviam poucos disponíveis, ela se prontificou, “eu topo!” e logo pensou, “hoje não entro em casa! E não entrei mesmo. Gente do céu! Não prestou e tive de dormir na casa da vizinha!”. Além das dificuldades com o grupo político, ela precisava “enfrentar” o marido com violências. Sua primeira campanha foi montada em uma égua, porque não possuíam recursos nem para um automóvel. “Pensa em trabalhar só com a alma, com paixão pela mudança!” Não se elegeu, ficando em último lugar

O prefeito eleito, seu opositor fez com que ela saísse da cidade, “ele era contra nós e eu era mulher, discriminada e batia de frente. Fui expulsa da cidade!” (PSD, 2011). Desiludida, ela acata a “ordem” e vai embora. A rejeição de valores impostos pelos dominadores “é uma atitude revolucionária, porque leva ao questionamento da estrutura social que os gerou. É uma tomada de consciência tão importante no processo de superação das contradições da sociedade de classes, quanto à própria conscientização das classes dominadas” (ALVES, 1980, p. 42).

Apesar de ter saído de sua localidade, o distrito que fora emancipado, mudou-se para a cidade a que deu origem e continuou sua militância. Inseriu no Movimento sem Terra¹⁴⁵ e filiou-se no sindicato de trabalhadores rurais, onde foi presidente. Nesses movimentos, discutiam os problemas das mulheres atrelados às questões gerais da população sobre vários aspectos da atuação feminina: as mulheres e a política; as mulheres e o título da propriedade; as mulheres e o espaço; as mulheres e a economia; as mulheres e a educação dos filhos; as mulheres e a documentação porque muitas não tinham registros pessoais, entre outras categorias relacionadas. “Fizemos uma confusão na cidade, barulho, barulho! Nós mulheres levantávamos às cinco horas da manhã batendo as tampas e as panelas”. As razões que presidem à iniciativa de liderar uma movimentação dessa natureza implica produzir, organizar e reunir um conjunto de ações que expressassem a insatisfação de mulheres com seus problemas. Sua liderança se constituiu em uma forma de conduzir as ações em prol de objetivos comuns pela proximidade aos obstáculos cotidianos, sendo mais susceptível apelar às participações e favorecendo a presença de outras, uma visão diferente e modos diversos e específicos de abordagem dos interesses das próprias mulheres.

A revolta e a conquista de alguns direitos fez com que chamassem a atenção de muitas para a busca da liberdade. Muitas vezes, eram criticadas, mas prosseguiram. “O movimento feminista pode nomear os gracejos de rua ou o confinamento das mulheres ao espaço doméstico como uma violência, justamente porque já existe uma prática contrária.” Isso quer dizer que existem novos sujeitos, e as mulheres são justamente isto, quando se impõem, estão criando formas de “atuação política distinta daquelas que o sistema político tradicional oferecia, diferentemente dos partidos, dos sindicatos ou de outras formas associativas reconhecidas, institucionalizadas e tradicionais” (CARDOSO, 2011, p. 433 e 437).

Na próxima, candidatou-se à vereadora, ficou na segunda suplência com um total de cento e dez votos. “Eu comemorei! O médico obteve cinquenta e oito, o funcionário do banco sessenta, o dentista noventa e quatro e eu cento e dez, é voto demais!” Apesar de não ter se eleito, manteve-se atuante. “Caí em outro movimento, que era mostrar para a sociedade o que é

¹⁴⁵ Movimento em prol da Reforma Agrária no Brasil. Há, de um lado, milhares de famílias sem terra que almejam conquistar terras para a sua sobrevivência. De outro, existe o latifúndio, defendendo sua posse. Para mais informações sobre o Movimento. Ver: MST, Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra. MST lutas e conquistas. Reforma Agrária; por justiça social e soberania popular, Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em 14 julho 2012.

dinheiro público, de onde vem e porque é da conta de todos nós”. Nesse sentido, ia para as comunidades rurais explicando para as pessoas sobre finanças públicas. Levava contas de luz, água, passagens intermunicipais, notas fiscais e mostrava como é um documento fiscal original e falsificado, onde estão os impostos que o poder público arrecada. “Eu fiz um barulho, porque temos que zelar pelos bens públicos, pelo que é de todos nós!”.

Posteriormente, foi candidata novamente a vereadora sendo eleita, a mais votada de oposição. Liderou a bancada de cinco vereadores. “Os caras queriam me matar, eles não aceitavam o crescimento nosso na região, a polícia federal foi duas vezes no município para me proteger, foi uma experiência que eu acho a melhor da minha vida!”. O enfrentamento se deu à mesma corrente política do início de sua vida pública. “Não me poupei, eu arrumava sanfoneiro, escrevia peça teatral, nós mesmas, vestíamos de homens, botávamos bigodes, virávamos os coronéis! Nós fomos ganhando adesão de mulheres, homens, empresários[...]”. A dinamização cultural e o envolvimento direto em ações de animação e produções culturais permitiram romper preconceitos, afirmar as mulheres como protagonistas de muitos projetos, de dar um caráter dinâmico à vida social, abrir espaços à construção de uma nova mentalidade, rompendo com o peso conservador de manter-se submissa aos costumes impostos culturalmente. Candidatou-se ao cargo de deputada estadual, “sem nada, somente com voz e garganta: no gogó!” Como resultado final, obteve vinte e um mil votos, ficando na segunda suplência, mas ser deputada não a atraía.

Na próxima eleição municipal, lançou seu nome na disputa para prefeitura. “Novamente enfrentando esse mesmo coronel e aí o pau cantou geral!”. Conta que, faltando três dias para as eleições as pessoas do grupo de oposição se armaram, “para matar!” Da mesma forma, os concorrentes também recorreram às armas. Diante da situação de confronto que poderia causar graves danos à cidade e à população a candidata interfere: “Reuni todos e expliquei que nós não poderíamos perder ninguém na luta política, em um processo democrático. Vamos recuar, estamos jovens e nas próximas eleições elegeremos, não podemos perder companheiros(as) e mandei baixar as armas!”. Apesar do afastamento, o resultado foi parcialmente satisfatório, quarenta e três por cento dos votos válidos, mas não se elegendendo. O movimento político de massa dos oprimidos traz à luz a sua visão de si, colaborando para que a consciência no movimento revolucionário se torne coerente e autocrítica quando a “sua versão do mundo faz-se nítida tanto no seu interior, como no conhecimento de si mesma em relação aquilo que criou fora dela própria” (ROWBOTHAM, 1983, p. 61).

Para se participar da política é perfeitamente normal as derrotas. Política não é atividade para aquelas(es) que pretendem invencíveis. Nesse aspecto a coragem para refletir, recuar e enfrentar a perda são atitudes que ajudam a avaliar, adquirir mais conhecimentos e energias para o enfrentamento de outras situações.

Enveredar pelo mundo da experiência pessoal na esfera pública fez com que ela mudasse a tática. Na próxima eleição foi diferente, munida de conhecimentos, procura os órgãos públicos tais como, Ministério Público Federal, Justiça Federal, entre outros e pede ajuda. Montou um dossiê com oitocentas páginas, contendo fotografias, cópias de notas fiscais frias e diversos documentos comprobatórios de irregularidades, “eu ia para os tribunais pesquisar, filmava, fotografava[...]”. Ademais, organizou uma audiência pública, “consegui levar àquela cidade dezoito policiais federais, dois delegados, dezessete deputados, em defesa do direito à vida!”. Transportou consigo a contribuição decisiva pelo exercício do poder, mas também de sua proximidade com a população, para uma elevação da consciência dos direitos e para a construção de uma exigência das(os) cidadãs(os) perante o poder local. Contribuiu para afirmar os direitos sociais, forneceu expressão à luta pela concretização de um ato público de relevância para dar corpo a uma consciência social que permite a cada cidadã(ão) olhar para o poder não com uma postura de passividade, expectativa e gratidão, mas de exigência afirmada pelos seus direitos que àquele incumbe satisfazer.

Na eleição, contavam com a Polícia Federal e um Delegado especial. “Pensa, em uma guerra!” Ocorrências políticas gerais não permitiam que ficassem sentadas a observar. “E nós adotamos o vermelho, imagine o tapete que virou a cidade[...] quem sofria repressão por eles usava roupa comum e colocava um sinal vermelho, passava perto de nós e fazia o sinal”. A campanha foi participativa, mas a violência foi predominante, carros quebrados, comitê arrombado “e o cara enlouqueceu!”. A polícia sabia dos problemas, mas não intervinha. “Requeremos a mudança do Juiz de Direito e a reivindicação foi atendida, sendo enviada ao município uma mulher para acompanhar as eleições. O concorrente a chamou de “juizinha” e acrescentou que ela iria sair dali “com um pé no traseiro”. A Polícia Federal e as duas bases especializadas os flagraram “comprando votos, com pacotinhos de dinheiro de cem reais, e aí o pau cantou! Prenderam-no e mais quatro pessoas. Guardamos as provas na casa do Padre. Prendi meus filhos na casa das irmãs, foi um rolo”.

A Juíza e o Promotor ordenaram que a candidata saísse do município, garantindo a segurança dela somente na hora da votação. Dessa forma, no dia da eleição vinte homens armados buscaram a candidata em sua casa para levar à sessão eleitoral. “Eu cheguei à sessão para votar, o povo todo batendo palmas, mas eu não via, não acertava votar, um cansaço, um *estress*, um medo, a situação!”. Logo que conseguiu outorgar o seu direito, os policiais armados a escoltaram e a levaram para outra cidade. “A intervenção foi necessária”. Lamenta sobre a dificuldade vivida nesse período. “Foi o pior dia da minha vida!”. A candidata foi conduzida para a cidade vizinha, onde ficou sem contatos com ninguém, afirma que ligava, mas não a atendiam. “Eu não sabia se estavam em guerra ou paz”. Mais tarde, soube notícias da apuração, já estava com quinhentos e oito votos à frente, depois “mil e quinhentos votos, lugar pequeno”. Apesar de ansiosa e feliz, a juíza somente liberou sua saída no dia seguinte à tarde. Programaram a chegada e o povo lhe esperou na entrada da cidade: “Pensa na cena, todos de vermelho, tudo vermelhinho! foi uma festa linda!” (RAF, 2011).

Às vezes o percurso é longo, mas diante do pacto tácito estabelecido entre os(as) cidadãos(ãs) e a(o) candidata(o), o tempo se faz necessário. À primeira vista pode parecer estranho tantas candidaturas, mas o empenho, o processo de militância e engajamentos fazem coadunar com melhores e bem sucedidas práticas. Parafraseando Gandi (1948), “a alegria está na luta, na tentativa e no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita”.

Em outro município, a candidata SSR inicialmente oficializou a campanha para vereadora. O resultado foi positivo, mas o candidato a prefeito não se elegeu. Dessa forma, iniciou-se como oposição. “Continuei trabalhando e minha carreira foi fortalecendo politicamente”. Na próxima eleição, dois deputados sugeriram que ela candidatasse ao cargo de vice-prefeita. Fizeram as pesquisas e confirmaram as intenções de voto, sendo eleita e, posteriormente, reeleita. Após o percurso de dois mandatos como vice-prefeita, com o seu nome mais cotado pela população, candidatou-se ao cargo de prefeita. Entretanto, como nas campanhas anteriores, informou ao grupo que não dispunha de recursos financeiros para investimento, mantiveram a decisão e ela foi para a disputa. Ao se eleger constata-se que realizara o desejo de seu marido, “o sonho dele era que eu ganhasse a eleição para prefeita, infelizmente ele faleceu e não assistiu a essa vitória.” (SSR, 2012). De igual forma a prefeita anterior que levou tempo para galgar espaços na política representativa.

Em um Distrito emancipado recentemente, para evitar que pessoas de outros municípios participassem do pleito e da administração local, o marido da prefeita entrou na disputa eleitoral. Apesar de não apoiá-lo, nem incentivá-lo, pois não desejava o envolvimento da família na política, ele se elegeu, “eu nem fui à posse, porque eu pensava sobre política como a maioria dos brasileiros!”. Entretanto, ele investiu no município e fez uma administração julgada por ela como excelente. Na próxima eleição, o vice dele se interessou e se candidatou. “Naquela época, ele não tinha nem o segundo grau completo, acho que nem sabia ler, perdeu a eleição e sentiram-se magoados. O sucessor destruiu quase tudo o que ele havia feito”. Percebeu que era a sua oportunidade, candidatou-se concorrendo com mais duas esposas de ex-prefeitos¹⁴⁶.

Dando ênfase a esfera política estadual, a candidata NQI fez parte do grupo político, participando da campanha do governador. “Conversando com os partidos e trabalhando em busca da unidade”. Apesar de não residir no município, sempre estava presente, seus pais e irmãos residem no município e foi convidada a participar de reunião de prefeitos(as) de oposição ao gestor da época. Com um trabalho reconhecido na região, seu nome saiu naturalmente para ser candidata. Conta que era conhecida somente por cinco por cento da população, e destes, apenas dois por cento votariam nela. Apesar de não possuir membros da família na política, resolveu entrar na tarefa da gestão pública pela primeira vez. Concorreu com dois ex-prefeitos e elegeu-se

¹⁴⁶ Esse fato repercutiu no Brasil, sendo publicado no jornal A Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u447847.shtml>, em 23/09/2008. Acesso em 15 de abril 2011. “A disputa no município se deu entre as três ex-primeiras damas do município. Quem vê o ex-prefeito Joaquim de Fidélis (PDT) em pleno período eleitoral batendo de porta em porta em Caraíbas (BA) pode imaginá-lo em campanha para retornar ao cargo ocupado entre 1989 e 1992. Num caderninho, ele contabiliza 780 residências visitadas. Mas não. O corpo-a-corpo dele e de outros dois ex-prefeitos tem outro motivo: a candidatura de suas mulheres à prefeitura, em uma inusual disputa em que todas as candidatas são ex-primeiras-damas. Além da presença dos maridos como cabos eleitorais de luxo, chama a atenção em Caraíbas o fato de que todas as três concorrentes se confessam inexperientes e até surpresas com a experiência. “Eu não estava esperando ser candidata. A previsão era ser meu esposo. Foi de última hora, e eu topei”, afirma Luzia Coelho (PC do B), 53, mulher de Antônio Lima, prefeito entre 1993 a 1996. Helena dos Santos (PT), 55, e Norma Coelho (PTB), 52, são as adversárias de Luzia. Elas não se consideram amigas nem inimigas. “Quando a gente se vê, a gente se cumprimenta. “Não tem baixo nível na campanha”, diz Helena, mulher de Fidélis, o do caderninho, primeiro prefeito após Caraíbas ter se desmembrado de Tremedal. Norma é a que se apresenta como a mais experiente. Nas duas gestões do marido, Lourival Dias (1997-2004), foi secretária de Educação e de Saúde e criou a secretaria de Assistência Social. Mesmo assim, considera-se alheia à política. “Eu não sabia nada de política e não entendo nada até hoje. Mas eu tinha esse sonho de ser candidata”, diz a ex-primeira-dama. Cordialidade e inexperiência à parte, a campanha também tem alfinetadas. Helena (PT) e Luzia (PC do B) atacam a saúde, em que a adversária atuou enquanto primeira-dama e também na atual gestão do prefeito Orlando Barbosa (PR). “A gente escuta muita reclamação na saúde. Nem hospital a gente tem”, diz a petista. “A situação é precária”, afirma a comunista. Questionada sobre as suas prioridades, se for eleita, Norma diz: “Temos que gerar emprego e renda na cidade. Outra coisa é o drama da falta de água no meio dessa caatinga. Temos de construir mais barragens”.

prefeita, começando o desafio de ser gestora. Como economista, acreditava ser necessário “traçar metas, inclusive nas ações sociais, para não correr o risco de trabalhar pessoas e não projetos” (NQI, 2012).

Na primeira vez que SCMJ candidatou-se ao cargo de prefeita, perdeu a eleição. Atribui ao fato de que o ex-prefeito, que havia dado “calote a muita gente perdeu dois filhos, um de câncer e outro de infarto”. Ficara muito triste e, com isso, sensibilizou a população que o elegeu confiando na promessa que pagaria os débitos. A candidata voltou para sala de aula, nessa época seu marido era Pró-reitor da Universidade. Prosseguiu sua vida acadêmica, recebeu convites de outra instituição de ensino e trabalhou intensamente, sobretudo, porque precisava de recursos para sanar débitos contraídos na campanha eleitoral. Decepcionada, mudou de partido e manteve seu ritmo de trabalho nas universidades.

Na próxima eleição, fizeram uma pesquisa no município e ela foi apontada com a melhor classificação em intenção de votos. Não resistiu, candidatou-se novamente, afirmando não ser por vaidade. Atribui o resultado da mobilização e tamanha aceitação da população ao trabalho que fez enquanto secretária de educação. Sua candidatura e administração foram pautadas na experiência técnica e no desejo de melhorar a vida das pessoas (SCMJ, 2011).

Também familiarizada com a educação, CLG foi convidada pelo então prefeito da cidade para ser Secretária, convite ao qual aceitou prontamente. Passados oitenta dias no exercício do cargo, percebeu que não era possível trabalhar daquela forma, mas como não possuía condições de alterá-la pediu exoneração. Menciona que o povo questionava a sua atitude e comentava que não deu certo porque o cargo não era provido de autonomia, sugerindo que ela voltasse para a prefeitura no cargo de prefeita. “Eu achei aquilo tão estranho e distante, eu nunca tinha pensado sobre”. Entretanto, comentou com o marido e manifestou desejo em se candidatar, sobretudo porque o povo exigia. Por conta do trabalho social que executava na região, foi despertando na comunidade esse desejo. “Aliado ao meu interesse e à pressão popular, aceitei e ir fui em frente”.

Foram registradas seis candidaturas, “o prefeito, o ex-prefeito, o ex-juiz e dois ex-candidatos a prefeito. Enfrentei!”. Com quinze dias já alcançava quarenta por cento das intenções de votos. “Juntaram-se cinco homens para acabar comigo”. A campanha foi composta de atitudes mesquinhas e grosseiras. Entre essas ações a gestora cita os panfletos na rua e as faixas expostas em diversos locais da cidade, com dizeres: “Mulheres perdidas de beira da esquina, o que é que

elas querem aqui?” Afixaram no principal colégio de ensino médio, faixas contendo as frases: ”Lugar de mulher é ralando a barriga no tanque de roupa”, “Mulher não tem nenhuma condição administrativa”, “Por que mulher administrar? Ela tem que cuidar das coisas de casa”.

Elegeu-se, embora não ocupou cargos públicos anteriores. Administrou os quatro anos, sem a intenção de continuar. Com projetos de vida diferenciados, o “marido já com problemas de saúde e batalhando para termos nosso filho”. A oposição passou a argumentar que ela não se candidatava porque não teria condições de se reeleger. “Caí em campo e consegui a reeleição, vencendo os mesmos cinco candidatos. Foi uma barra. Uma semana antes da convenção eu peguei o microfone e fui para os bairros, mostrei o meu trabalho e consegui”. Comenta que agora, vem à sucessão, tem que ter “carisma, responsabilidade, agregar uma série de qualidades, porque as minhas não podem ser transferidas” (CLG, 2012). Exercer a influência nem sempre é possível, depende das oportunidades.

A prefeita SCCR menciona dados do seu município, na sua primeira candidatura. Na ocasião, apontavam-se complicações no processo eleitoral, principalmente por conta da votação ser manual, com cédula e o pessoal de apoio às mesas receptoras de votos sem qualificação adequada. Ademais, o município possui um histórico de vícios e irregularidades eleitorais. Os comentários giravam em torno de fatos de que algumas pessoas traziam sacolas contendo títulos de eleitores que residiam em outros municípios.

Houve troca de documentos e o resultado da eleição foi desfavorável à candidata, ora analisada. Segundo ela, a promotora chegou a afirmar que a eleição estava sendo fraudada. Em companhia da candidata foram para a sede da comarca tomar as iniciativas. Logo que chegaram, a promotora atendeu a uma ligação do Ministério Público e voltou com um discurso exatamente o oposto do que dissera momentos antes. A candidata pediu a ela que documentasse o ocorrido. “Ela inteligentemente, pegou um papel e escreveu muito, mas não esclareceu nada. Posteriormente, mostrei a declaração ao promotor e ele só fez gestos de negativa”.

Na próxima eleição, candidatou-se novamente. Dessa vez, a urna eletrônica já era uma realidade e a segurança se adequou às necessidades. Depois da experiência no último pleito, a candidata tomou algumas precauções. Dentre elas, reivindicou junto ao promotor, a obrigatoriedade da exigência do documento com foto no momento da votação para que as pessoas fossem identificadas, pediu a presença de um juiz ou promotor no intuito de inibir e

evitar as fraudes. A candidata justificou o pedido, relatando fatos da última eleição (SCCR, 2011).

As reivindicações foram atendidas. A presença da autoridade no município, com ameaças de prisão às pessoas que cometiam irregularidades nas ruas garantiu a tranquilidade e as fraudes não foram percebidas. A eleição foi concorrida voto a voto, sendo favorável à candidata. Na reeleição, se elegeu com uma diferença muito superior à anterior. Entretanto, afirma que teve problemas em um episódio com a Polícia Militar. Na campanha, à noite, seu marido e filho de doze anos e um colega passaram na rua e as pessoas gritaram o nome da candidata e ele buzinou em sinal de concordância e agradecimento. O Policial parou o carro e apontou a pistola no peito do marido. Seu filho ficou desesperado, porque acreditava com convicção que a polícia estava interessada em matar seu pai. O marido suava de raiva, “ele não conseguia mentir, porque não sabe nem inventar uma desculpa por nada”. A candidata ficou preocupada e requisitou apuração urgente. O Comando Geral solicitou a presença do Major para averiguar os fatos. Marcaram a reunião na câmara de vereadores. O candidato não foi, mas mandaram o Presidente do Partido, os Policiais, o Delegado, dentre outras pessoas.

A gestora exigiu que a reunião fosse gravada e com a lavração de ata. O Major abriu a reunião dizendo que iria apurar o acontecido, porque a polícia militar não aprova condutas com violências. Deixou disponível o espaço para pronunciamentos, mas ninguém fez o uso da palavra, então a depoente discursou acusando que naquela cidade, cidadão e cidadã era apenas quem votava no prefeito. Contou os problemas que envolvia a política e questionava ao sargento se estava mentindo. Ele de cabeça baixa, ouviu tudo, inclusive com ela exigindo respeito, simplesmente pelo fato de ser cidadã.

Expôs sobre o roubo do seu carro sem reposta. Mencionou o fato de que fez a investigação por conta própria e sabia quem furtou o automóvel e vendeu para desmanche, mas a polícia não deu a devida importância. O comprador disse de quem havia adquirido o bem, mas a polícia não quis saber, nem averiguar. Ouviram tudo em silêncio. Por fim, a depoente lamentou a falta de interesses dos policiais e concluiu com esperança de que não acontecessem mais fenômenos dessa natureza, porque senão quem iria gritar seria o povo. Por esse prisma, examina-se a necessidade de estar próxima às pessoas do município para que tais fatos sejam claros e que possam ser investigados. Atualmente, muita coisa mudou no município, conforme explica.

Em seu cotidiano procura atender a todos sem distinção. A adoção desse critério de averiguar os fatos mudou a rotina da municipalidade, acostumada a fazer justiça de acordo com os interesses dos dirigentes. A intenção, não somente de acompanhar de perto o desenvolvimento da argumentação, apontou possíveis tomadas e reconfigurações, à medida que os profissionais da polícia verificaram que a função é cuidar da segurança de todos, independente de interesses político-partidários.

Em outro caso, a candidatura de YRMT era uma possibilidade remota. Entretanto, quando o prefeito da época, soube de seu envolvimento e interesse, faltando quarenta e oito horas para encerrar o prazo das filiações dos partidos, conseguiu tomar o partido no qual era filiada e mandou um recado ousado para ela. “Lugar de mulher é lavando, passando e cozinhando para marido!” Sua reação foi estarrecedora. “Eu achei aquilo um absurdo, sempre fui dinâmica, acordava de madrugada e trabalhava até a noite. Porque eu teria que lavar pratos, passar e cozinhar para marido? Eu nunca fui esse tipo de mulher!”.

Dito isso e em atenção ao propósito de refletir sobre o significado de tal assertiva para ela e a população daquele município, esse recado foi sentido como uma provocação. “Se é assim eu vou sair candidata”. Em menos de quarenta e oito horas conseguiu a documentação exigida para dar entrada em outro partido e obteve em tempo hábil. Menciona a agilidade do processo, considerando que sua candidatura começou como uma brincadeira, no intuito de demonstrar para ao prefeito que podia. Ao mesmo tempo confessa, “eu sou muito idealista, não tenho ninguém na política, mas saí candidata! Entretanto, quando eu entro em uma algo dessa natureza, eu me envolvo realmente e passo a viver cada momento. Eu digo: agora não vou perder, tenho de lutar para ganhar” (YRMT, 2011).

A candidata BSSM fez um percurso diferenciado. Apesar de ter concorrido em duas eleições não se elegeu por poucos votos. “Eu fazia uma política limpa, sincera e profunda. Quando as pessoas me pediam emprego, eu não prometia porque sabia que se promettesse eu estaria mentindo”. O candidato eleito ficou inelegível e seus votos foram zerados, então BSSM como segunda colocada na eleição aguardava para tomar posse. Entretanto, logo que foi diplomada, a oposição entrou com ação na Justiça solicitando a cassação de seu diploma. No dia 31 de dezembro, véspera da posse ela foi cassada, tendo o seu diploma sem efeito. No período que reclamaram, “eu comuniquei ao partido, mas não tive apoio, saiu a sentença e perdi”. Uma vereadora da oposição se interessou em ser presidente da câmara, mas não conseguiu apoio

dentro de seu grupo, então juntamente com o marido a procuraram. “Nosso grupo apenas com quatro vereadores não possuía condições de negociar, então combinamos em nível de fidelidade, não houve jogo de dinheiro e de pedidos”. A vereadora sabia que iria ficar no cargo somente o tempo da justiça liberar o diploma da segunda colocada na eleição.

A vereadora aceitou: mudaria de posição dentro do grupo e se aliaria. “Como íamos perder de qualquer forma, chamei meus vereadores que eram de oposição a ela e pedi que apoiassem a vereadora por um tempo, até que eu voltasse”. Aceitaram e o grupo soube da mudança. Ela ficou escondida na fazenda da depoente com medo da reação do grupo. A família não mandou nem ao menos as roupas para a sua posse, porque havia pessoas assediando e pressionando os pais dela. “Emprestei roupas minhas”. Apesar do clima de violência, “não tínhamos policiais para nos escoltar porque a polícia local era contra. Fomos, ao chegar à câmara municipal a multidão começou a vaiá-la. Ela ficou nervosa e tremia. E o povo revoltado”.

A gestora explica que, apesar de ter perdido, se fez presente junto com ela e os demais vereadores. Entretanto, “foi duro, horrível, terrível, terrível! Chegou ao ponto de precisar fechar a grade da prefeitura, porque as pessoas caíam, gritavam, falavam mal, xingavam de traidora, puta, prostituta, vagabunda”. A polícia estava presente e, apesar do povo rebelar contra ela, foi empossada. “As pessoas não tinham revolta contra mim, mas contra ela, na saída eu a protegi junto com a polícia” (BSSM, 2012). A violência surge justamente onde o poder se esvai, a autoridade se perde. A vereadora não se empossou com o poder que emana do povo, mas com acordos sem legitimação do próprio grupo.

A autoridade, relacionada com o mais enganoso desses fenômenos e, portanto, um termo do qual se abusa com frequência pode ser investida em pessoas [...] ou pode ser investida em cargos. Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeam; nem a coersão nem a persuasão são necessárias (ARENDR, 2011, p. 62)

De acordo com a legislação, ela tomou posse como presidente da câmara e imediatamente como prefeita. No dia seguinte, foram à prefeitura para instruir o que precisava ser feito. BSSM conta que mostrou a ela a necessidade da convocação de uma auditoria, para se precaverem de acusações posteriores. Entretanto, a ex-vereadora e recém empossada prefeita, se negou assinar as representações contra os ex-gestores. “Ela foi bandida mesmo! Eu expliquei a ela que tudo que fizesse teria de responder, mas não adiantou”.

A depoente explica que a vereadora, menina muito simples do interior, mostrou-se extremamente vaidosa e o marido também. Participaram de reuniões com deputados, vieram a Salvador e ficaram deslumbrados a primeira vez que foram a um bom restaurante. Passaram a se hospedar nos melhores hotéis. O marido ligava para a recepção, solicitava vinhos da melhor qualidade e se identificava como autoridade. “Ela passou a se vestir bem, a comprar muito, o marido sacava dinheiro da prefeitura na boca do caixa. Foi uma tragédia administrativa, em um ano e dois meses”. Conta que conversou com a mãe da vereadora, que foi para a rádio local pedir ajuda às pessoas no sentido de tirar a sua filha da prefeitura, porque o marido dela era quem administrava e nem sequer pagava os funcionários, havia três meses. “Ele estava comprando gado, fazenda, tudo”.

Três meses após, através de liminar BSSM foi empossada. Enquanto tramitava a documentação, tramavam outra denúncia. Quatro dias após ela perde o cargo. A própria vereadora colaborou para que esse fato ocorresse. Marcaram nova eleição para o mês de outubro, posteriormente, remarcaram para fevereiro de 2010.

O prefeito anterior requereu o cancelamento dessa eleição, porque havia processos a serem julgados. A depoente percebeu a gravidade da situação. Nesse período, o ex-prefeito, que estava inelegível, quis cancelar a eleição para que ele pudesse concorrer e distribuiu na cidade uma certidão do Tribunal de Contas da União (TCU) informando sobre o processo que o deixou inelegível havia sido extinto. Estava apto para concorrer, pois o processo estava equivocado. Nesse ínterim, a gestora requereu junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) uma cópia do *cd room* de prestação de contas do gestor e verificou que estavam incorretas.

Quando retornou ao município as coisas haviam se complicado. Os partidos se uniram com a oposição e ela havia ficado sozinha. Menciona que providenciou a documentação e fundou um novo partido, explicando para as pessoas que gostaria de ser candidata. Conta que se sentiu humilhada, as pessoas a convidavam para os eventos e ela ia sem companhia. Sem grupo formado, não possui parentes na cidade, suas irmãs moram no exterior, solitária, sobretudo nesse período, recuperando-se em seguida e conseguindo se eleger na eleição suplementar.

Menciona um fato ocorrido alguns anos atrás, morando em outro Estado da Federação ouviu as pessoas conversando sobre caridade. Elas participavam de uma campanha para ajudar a um padre que estava com problemas de saúde e precisava de uma cirurgia no exterior. O referido

sacerdote era mentor de um projeto social do lixo que ajudava as pessoas. A depoente interessou-se e foi visitá-lo na instituição que ele administrava.

Chegando, explicou que gostaria de conhecer a instituição. Havia centro de idosos, creches, em uma das salas viu a foto do padre e pediu para falar com ele. Ele chegou de sandálias e uma túnica rústica [...]. Ela se identificou como estudante e conversaram. Na saída, ele afirmou “eis a mulher que vai exercer o mandato de prefeita na sua cidade!” A gestora pediu desculpas por estar vestida com roupas esportivas e explicou que gosta de se vestir dessa forma, mas quando tem uma pessoa no chão procura ajudá-la. Ele a comparou com Evita Peron¹⁴⁷, “a mãe dos descamisados” e acrescentou que ela seria perseguida por um “homem poderoso”. Questionou sobre quem seria e ele explicou que essa pessoa estava no poder, levantou-se, a abençoou e saiu sem que ela pudesse falar mais nada.

Essa conversa ficou por muitos anos esquecida em suas reminiscências, só retornando tais lembranças quando a profecia se concretizou. Menciona que o encontrou algum tempo depois, antes de ser prefeita, contou que havia perdido a eleição e ele disse: “Após um tempo, metade de outro tempo[...]. A senhora será eleita pela pobreza, governará por oito anos e fará um sucessor”.

Apesar das dificuldades, a gestora menciona que em nenhum momento se arrepende. Acredita que quando vem algo para a pessoa não tem como fugir. Encontra-se disponível para o que “Deus quiser” para ela e para o município. Narra que as pessoas mais idosas contam que o município possui energias negativas armazenadas nas pedras. As pessoas falam de forças espirituais, uma energia muito forte que foi quebrada com a ruptura provocada quando ela se

¹⁴⁷Eva Perón se transformou em um mito na Argentina. Com uma infância marcada pela situação de precariedade econômica, morte do pai e rejeição da família paterna, passou por muitas dificuldades. Destacou-se nos teatros infantis e, com o desejo de ser artista, foi para a Capital Buenos Aires onde atuou em peças de teatro, cinema, arte e peças publicitárias e gráficas. Trabalhou no Rádio e assumiu programas, tornando-se presidente da Associação Radial da Argentina. Em 1944, um terremoto atingiu a cidade de San Juan provocando a destruição de 90% do município com a morte de sete mil e ferimentos de mais de doze mil pessoas. Eva Duarte conhece Perón, então responsável da Secretaria de Bem-Estar do Trabalho Social, que organizou um movimento de ajuda nacional e Eva participou ativamente na campanha. Com base no movimento de trabalhadores – chamados os “Sem Camisa” Perón foi candidato à presidência da Argentina e, pela primeira vez na história, foi acompanhado pela esposa Eva que distribuía botões e cumprimentava as pessoas. Além disso, convocou mulheres trabalhadoras para mostrar adesão ao partido dos trabalhadores e compareceu em um comício como representante do marido. Apesar de não a deixarem discursar, as mulheres gritavam “Queremos Perón!” De Eva – esposa do Presidente – se tornou Evita, a mulher que defendia e trabalhava em prol dos desfavorecidos da sociedade. Além das causas sociais, militou na campanha do direito ao voto feminino na Argentina, colaborando com a lei 13.010 de 1947, instituindo o direito ao sufrágio feminino. Presidiu o Partido das Mulheres Peronistas, o primeiro a ter mulheres candidatas nas eleições argentinas. Disponível em: <<http://www.evita-peron.org/>>. Acesso em 13 de março de 2012. Ver também: (ZABALETA, 2000).

elegeu. “Sou uma pessoa de fé, houve muita oração de todas as crenças. Na cidade as pessoas pediam preces, porque viviam em um processo de decadência” (BSSM, 2012).

A prefeita SNFM elegeu-se, acreditando que muitos(as) eleitores(as) votaram nela confiando no desempenho de seu marido que exerce o cargo de deputado. Parte da assertiva de que algumas pessoas sabiam do seu potencial, mas não imaginavam que fosse trabalhar tanto, ter condições para disponibilizar e doar à causa. “Outros(as) votaram pensando no crédito do meu marido. Foi uma eleição tranquila. Eu dizia que ia transformar a vida das pessoas”. Em sua percepção, a princípio os(as) eleitores(as) imaginavam que seria o seu marido, posteriormente, perceberam que ela transitava bem, “comecei ir para Brasília, conseguia áreas, obras e recursos da União” (SNFM, 2012).

Na primeira vez que candidatou PSTEM não se elegeu, “mas para mim foi como se não tivesse perdido nada. Meu marido é que ficou arrasado, aquilo foi uma grande derrota!”. Julga que apesar dele ter se elegido anteriormente, eram muito inocentes. A pesquisa indicava sua vitória, então a oposição se preparou com fiscais, pessoas mal intencionadas, recorrendo à malícia e arbitrariedades. Passado o pleito, vieram para Salvador e “eu voltei para agradecer as pessoas, com mensagens de que valeu a confiança que depositaram em mim. Agradecia e mencionava que a política acabou. Percebia a tristeza nos olhos delas, então parei de falar dessa maneira e voltei para minha vida de professora”.

Elegendo-se no próximo pleito eleitoral. “Lutei muito, mas me perdi no setor financeiro, e isso me derrubou. As pessoas queriam que eu aconselhasse e fizesse da mesma maneira como quando era primeira dama, mas eu não tinha mais tempo. Resultado: perdi a eleição”. Posteriormente, elegeu-se pela segunda vez, “voltei, e me realizo como prefeita diante das ações que faço acontecer, melhorando a condição de vida das pessoas” (PSTEM, 2012).

No caso de SVCV, no dia da convenção, todos aguardavam ansiosos sem saber quem seria o candidato. Com o clube lotado, o prefeito fez o uso da palavra e afirmou que, ao contrário do que se previa, o candidato não seria ele, mas sua esposa. “Nesse momento, houve um silêncio que era possível ouvir o barulho de uma mosca voar. Provocou um susto enorme e a cessação de ruído! Depois, aplaudiram muito, foi contagiante!”. Sendo surpresa inclusive para a própria candidata.

Não obstante, a campanha foi complicada, desde o início. “Terrível, nunca esperei ser tão insultada e humilhada como fui”. Trabalhou vinte e oito anos no hospital público da cidade.

“Tenho ousadia porque sei que as pessoas são apaixonadas pelo nosso trabalho”. Afirma que precisou ter muita coragem para continuar depois que vivenciou: desrespeito na campanha, nos jornais, nas rádios e afirma: “nós temos adversários fortes, barra pesada, mas eu estou disposta a enfrentar tudo de novo” (SVCV, 2011).

SMSAM candidatou-se a vereadora e elegeu-se tranquilamente. Ao cargo de prefeita, não se elegeu na primeira vez. “O prefeito que me convidou, é meu atual marido, tinha uma aprovação de oitenta por cento, mas o grupo se dividiu e saímos dois candidatos e no jogo político eu acabei perdendo. Eu já estava separada, vim embora para Salvador e esqueci tudo aquilo”.

Na eleição seguinte, casada com um homem político e impulsionada por ele, voltou e candidatou novamente, elegendo-se prefeita com uma diferença significativa de votos. Afirma que, diferentemente do que as pessoas pensam, “o resultado não foi tirado do bolso do colete, na verdade o mérito foi devido a minha atuação”, sem o apoio do prefeito anterior e sem residir na ocasião no município foi a revanche. “Agora estou prefeita, casada com um ex-prefeito e ex-deputado”. Recentemente, viveu uma gravidez de alto risco, ficando hospitalizada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) com problema sério de saúde, “quase que vou!”.

Apesar da doença, afirma que nunca pediu licença para se afastar, enfrenta os problemas pessoais trabalhando, porque acredita que é uma servidora pública no sentido etimológico da palavra, com fins específicos de servir ao público. Acredita que não é por acaso. “Não adianta, ser política é uma missão, um sacerdócio. Precisa paciência e ser um pouco de tudo: psicóloga, psiquiatra para absorver os *stress* e os nervosismos das pessoas”. Comenta que os munícipes a procuram, tanto em sua residência como na prefeitura, e cada um tem os seus problemas e esperam dela uma solução.

Sua estratégia e forma de ação é primeiramente escutar, depois tentar mostrar que o problema da pessoa não é tão difícil de ser resolvido, que é solucionável. Entretanto, não é de competência da prefeitura, pois esta não possui uma caixinha de dinheiro que pode sanar as dificuldades de todos. Ademais, explica que existe uma responsabilidade para o gestor público que precisa ser entendida. Reclama que nem os vereadores compreendem isso e quando os reúne, juntamente com os técnicos municipais diz a eles que não é necessário dizer como é o estar secretário, vereador, prefeito, nem como é complicado perder eleições, porque por tudo isso ela já

passou. “Eu sei o que pensamos e sofremos, fui secretária, vereadora, prefeita, como também já perdi várias eleições.”

Ao referir-se à reeleição, afirma que não tinha intenção de continuar. Torceu muito para que as pesquisas apontassem um nome novo, mas não é o que está acontecendo. Ao fazer uma avaliação de sua trajetória pública afirma veemente que vale a pena e que na vida tem um motivo e “tudo precisa de um planejamento divino. Ser prefeita é bom, gratificante, no sentido de que se pode fazer algo pelo semelhante, tem as frustrações, sobretudo porque as pessoas acham que tudo é permitido”. A questão que incomoda a gestora é as pessoas acharem que o bem público não é coletivo, mas é individual (MSAM, 2012).

Conforme Morin (2012), o bem comum não é a soma de bens individuais. Entre outras coisas, é essa a história que fala sobre o bem coletivo que não pode ser concebido como a soma dos bens individuais. A reflexão é importante para extrair em função da conjuntura histórica, qual é o bem comum principal. Por exemplo, em um país ocupado por um inimigo estrangeiro é a libertação. Em uma situação em que as desigualdades estão aumentando é a igualdade. Além da ideia geral de saúde, escolas, alimentos para todos, entre outras demandas. Nesse sentido, o bem comum é algo mais profundo e varia de acordo com as carências e com o caráter do que é necessário para determinado grupo coletivo¹⁴⁸.

A prefeita PAVR acredita que possui vocação para a política, porque o modo de organização de uma eleição é muito complexo. Na primeira candidatura elegeu-se vereadora de oposição. O prefeito eleito a convidou para estar secretária, ficou em dúvida, mas após aconselhar-se, decidiu por tomar posse como vereadora e depois se licenciar.

Nessa época atuando no exercício do cargo de secretária de educação, conta que a Controladoria Geral da União (CGU) sorteou o município para fiscalização e encontraram inúmeras irregularidades. “Se eu disser que não cometi erros, estou mentindo. Tomei iniciativas para dar um jeito, eu não tinha poder de licitar naquela época”. Faz apologia em seu favor e explica detalhadamente que o prefeito era ausente, não permanecia na cidade “nunca”. Em uma tomada de preços inseriram um termo aditivo. Faltava muita coisa, “porque eles alteravam de acordo com os cambalachos”.

¹⁴⁸ Conforme vídeo, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jlErKxV3r98>> Acesso em 07 de jun. 2012.

Exemplifica, de forma fictícia da seguinte maneira, se houvesse dez mil estudantes, compraram vinte mil grampeadores, porque entravam no lugar de outros objetos. E lamenta: “foi pior para mim, as pessoas que eu mais ajudei foram as primeiras a irem para as ruas me chamar de ladra e me culparem. Elas precisavam se expor contra mim para que o Prefeito as protegessem”. Considera ter sido a vilã da história, porque os responsáveis as pessoas temiam e não os julgavam. “Eu vivi isso com polícia, fórum, delegado dessa cidade me investigando”.

A partir desse episódio, tiraram todos os partidos que ela pudesse se coligar. “Os perus eram todos juntos. Deus é tão perfeito que eu consegui um partido” (PAVR, 2012). Certo dia, conta que chegou em casa e seu pai havia preparado uma comida que ele adorava. Na hora do jantar, ele olhou para a sua mãe e disse a seguinte frase: “Querida, nossa filha vai ser a próxima prefeita desta cidade e as pessoas que mais judiaram dela, serão as primeiras a reivindicarem isso!” Passado pouco tempo ele faleceu e, um mês depois, no dia da convenção, estavam no palanque o ex-prefeito e toda a comitiva juntos, quando chegou um grupo gritando meu nome no meio da rua para eu ser candidata. “Eu, minha família e amigos mais próximos chorávamos e ninguém entendia. Meu pai havia morrido um mês atrás”.

Obstinada, investiu na assertiva, “eu vou ser prefeita dessa cidade! A minha ideia era mostrar ao povo do município que não se pode jogar o nome de uma pessoa séria na lama, era uma questão de honra!”. Na campanha, optou por trabalhar com poucas pessoas e ir às casas. Embora, no decorrer da disputa, lamenta ter sofrido devido às maldades que fizeram com seus familiares. “Eu pensava em me matar. Só não fiz essa besteira porque tinha um nome e o apoio de minha família, a mais unida que você possa imaginar e, se eu morresse, ela despencaria toda”. Demonstra o quanto são unidos e exemplifica, que no dia da eleição sua irmã estava doente e internada no hospital, mas fez questão de sair para votar. O médico a proibiu, permitindo somente com a assinatura de um termo de responsabilidade, alegando que não se responsabilizaria pela saúde dela. “Tudo correu bem!” No escrutínio dos votos alcançou um percentual de sessenta e sete por centos dos votos válidos. Apesar de sofrer injustiças, possui determinação, enfrenta os obstáculos e mantém um ritmo acelerado de trabalho (PAVR, 2012).

SPMT relembra que na primeira candidatura, a de vice-prefeita ela não tirou voto, era potencial, mas não se elegeu sozinha. Houve um fato interessante, que foi o diferencial. “Eu tinha um discurso bom, sem erros de português era uma oratória que as pessoas entendiam, afinal eu sou professora e o candidato não falava bem, ele precisava ser treinado”. Nesse sentido,

fizeram uma chapa leve, um médico e uma professora. Independente das profissões tinham potencial. A capacidade de falar, convencer, inspirar, obter adesão para os seus pontos de vida e servir de exemplo são qualidades não dispensáveis para um(a) gestor(a) público (SPMT, 2012).

No caso de MLL, sua eleição foi concorrida, mas nada demais ocorreu. Pretende ir para a reeleição, com a convicção de que o projeto em referência ao município está pronto, “cabe à população escolher: manter ou mudar”. Entretanto, possui também outros projetos, “tenho o sonho pessoal que é ser mãe. Vou para a eleição e cabe à população escolher, se optarem por isso aceito, se não, vou cuidar de minha vida!” (MLL, 2012).

No ensejo, a escolha é da população em geral, fazer a avaliação de forma clara para escolher as pessoas mais preparadas para o exercício dessa incumbência. Por esse motivo, a disputa eleitoral nas municipalidades é acirrada e envolvente. Duas situações preponderam, a primeira é aquela associada ao mandonismo exclusivista do chefe político ou um grupo forte contra a minoria, competidores frágeis. A segunda, e a mais comum, é a que mantém os “municípios divididos entre duas facções ou partidos afrontando-se permanentemente, muitas vezes de forma violenta, em torno do controle do poder” (PALMEIRA, 1996, p. 41).

5.2 A Administração Pública Local: resistência e desafios para além do ingresso

A administração local, a única parcialmente brasileira será apenas autônoma para pequenas obras, uma ponte ou uma estrada vicinal. A sociedade não se lizitanizará com esta parada no seu processo de tomada de consciência, nem apropriará, no seu conteúdo, o papel do governo, como expansão das necessidades e anseios coletivos. Criará uma dependência morta, passiva, estrangulada.

Raymundo Faoro, 1998, p. 165

Desde o momento em que se decidem pela candidatura, os desafios acontecem. Todavia, a posse ao cargo não é o fim, mas o início de uma luta efetiva em favor de ações propostas nas campanhas. Pelo voto, o político é investido no cargo, garantia de acesso a recursos para serem transformados em políticas públicas/ações que beneficiem a coletividade. Por outro lado, a prática mostra que tais recursos são distribuídos sob a forma de concessão de ‘benefícios’ ou ‘favores’. “Canal de distribuição, ele é percebido como doador, o benfeitor. O político legitima esse papel” (CHAVES, 1996, p. 134) que é equivocado. Entretanto, seu papel legítimo é outro.

A função da(o) prefeita(o)¹⁴⁹, a pessoa que está no poder emanado pelo povo, sobretudo no Executivo, é possuir a responsabilidade direta pela solução dos problemas e carências da população, atendendo às demandas com ações e políticas eficazes para a coletividade.

Ao indagar sobre como são as relações com a municipalidade, as entrevistadas coincidem em sinalizar dois problemas como principais: primeiro, a condição caótica em que encontram as prefeituras e, em segundo lugar, a burocracia que enfrentam. Portanto, nesse tópico evidenciam essas duas situações, de acordo com as experiências mencionadas pelas gestoras.

A prefeita SCMJ menciona que deparou com tudo “sucateado”. Exemplifica a energia elétrica que foi cortada por falta de pagamentos, o município encontrava-se movido a gerador. Com uma dívida imensa em precatórios e problemas com concurso público mal elaborado. Optou por não anular a concorrência e sofreu desgaste. Provocou mudanças inovando a maneira de governar sem perseguir, aberta ao povo, com diálogo, indo para as ruas sem seguranças. Afirma que em sua gestão reconstruiu a cidade, conseguiu obras, abriu vagas de trabalho e deseja ir para a reeleição, porque percebeu que é possível fazer, mas precisa de mais tempo (SCMJ, 2011).

A prefeita CLG analisa o quanto se trabalha em uma prefeitura. As atividades de conciliar, dirigir e comandar um município na área de educação, saúde, serviço social, limpeza, iluminação, parques e jardins, infraestrutura, esgoto, pavimentação, agricultura, indústria e comércio, relações institucionais é um árduo trabalho. Seu município está entre as trinta maiores cidades do Brasil e estava acostumado com farta arrecadação de *royalties* de petróleo. Lamenta e explica que a situação do município se complicou porque a maior parte dos poços secou e a arrecadação diminuiu. Além disso, possuem problemas de litígio de terras. A topografia não ajuda, a declividade é imensa, a encosta desaba constantemente causando problemas e envolvendo custos. “Nós temos buscado incrementar essa arrecadação. Informatizamos a prefeitura, contratamos boas assessorias jurídicas e contábeis, o setor de tributos foi melhorado”. Por outro lado, reclama que o ex-prefeito deixou três folhas de pessoal sem pagamento, cada uma representa quarenta por cento do que se arrecada no mês. Além dessa dívida, quitou as demais e mantém rigorosamente em dias o salário dos servidores. Concorda que vale a pena essas experiências, porque foi verificar na prática como funciona o país. “Visualizei o que é possível, mas, exige-se muito, sendo um desafio administrar”. Atribui a essa dificuldade o fato de não

¹⁴⁹ “Os prefeitos e sub-prefeitos, criados inicialmente em São Paulo (lei de 11 de abril de 1835) e depois infiltrados no nordeste, se superpõem ao tosco colegiado das ordenações, mantido na lei de 1828” (FAORO, 1998, p. 317)

depender somente da(o) prefeita(o), mas de uma equipe, que é formada de servidores efetivos e de ocupantes de cargos. As pessoas de outras localidades não possuem o mesmo grau de comprometimento e compromisso, como aqueles que foram criados na municipalidade, embora em alguns casos, seja necessário importar técnicos qualificados que não existem na localidade, sobretudo, profissionais da área de medicina e enfermagem.

Ao mencionar que sua gestão está chegando ao fim, conta que se preocupa com a sucessão. Tem uma oposição restrita, que faz críticas severas, “se fosse com o propósito de ajudar a cidade eu bateria palmas, mas se resume apenas a atender interesses próprios”. A oposição é composta de dez vereadores e “apenas um é contra, os nove colaboram, procuram saber, interagem, ajudam. No entanto, o opositor, desde o primeiro dia, disse que seria a pedra no meu sapato e reclama de tudo”.

Menciona as dívidas que conseguiu sanar, a exemplo, com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), foram de milhões que não recolheram, com referência à cota patronal, explica que necessitou contratar empresa especializada para negociar os débitos. Atualmente recolhe rigorosamente em dias. “O que eu pude fazer eu fiz[...]. Eu trabalho triplicado e não julgo as pessoas porque não fazem. Provavelmente não possuem a energia que eu disponho”.

Comenta sobre a façanha dos brasileiros em eleger uma mulher para Presidente da República e espera que a Bahia possa logo seguir o exemplo, elegendo uma governadora, sem tirar o mérito dos homens. Ao refletir sobre sua própria atuação assevera, “saio triste porque não fiz tudo que desejava, se eu pudesse fazer mais pelo povo, eu faria”. Menciona sobre um financiamento que está pleiteando para asfaltar a cidade, mas reclama da burocracia. “Persiste a demora na transferência dos recursos, delonga de técnicos para acompanhar e averiguar a medição das obras, que vão se esticando no tempo[...]. O povo se aborrece, devido aos entraves burocráticos”. Expõe sobre a situação que encontrou a prefeitura “um caos total. A relação entre o público e o privado, completamente diferente, no privado você pode fazer uma cotação de preços e comprar o que precisa, no público a burocracia para adquirir um papel é tanta que desestimula”. Assinala que tem a pretensão de publicar um livro sobre a relação entre o público e o privado (CLG, 2012).

Sobre sua administração AAI constata que continua sofrendo com a falta de compreensão das pessoas, mas forte, destemida e lutando para dar o melhor para a coletividade. Projetos implantados que as pessoas avaliam como do estilo da gestora, mas que faziam parte do

ideário de seu marido, assegurando que “não abre mão das ações. Instalamos agora a pedra fundamental de uma obra e vamos fazer!”. A rixa política partidária é preponderante. A polaridade é acirrada, são dois grupos que se enfrentam a cada processo eleitoral. Faz vinte e quatro anos que o marido da gestora faleceu. Apesar do tempo, existem pessoas que são de “raízes” e não mudam e outros fazem opções. A gestora aponta que “existe aquela política que não é correta, mas sabemos que existe”. Apesar disso, como prefeita, compara que em sua primeira gestão, apesar de ter ficado apenas onze meses, teve condições de mostrar o seu trabalho. Quando retornou, na segunda gestão, encontrou a prefeitura com dívidas infindáveis. “Estava acabada, destroçada, sendo necessário negociar as dívidas e fazer parcelamentos, inclusive de contas corriqueiras como coelba, embasa, previdência, precatórios judiciais, entre outros. Ficando com quase nada para trabalhar.”

Constata que foram dois anos terríveis, encontrando resistências até dentro do próprio grupo partidário. “Se está bem eles estão juntos, se não, estão fora. Não querem nem saber. Graças a Deus estou conseguindo dar a volta por cima é bom e gratificante. Foi uma luta triste. Dos adversários não esperamos nada, mas dos amigos sim e não corresponderam”. A gestora explica que a política é feita de altos e baixos e “para governar é imprescindível acompanhar os tempos, benesses não existem mais”. Comentou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Menciona que sua promulgação veio com o objetivo de sensibilizar as pessoas a acreditarem no que está escrito na constituição brasileira desde 1988, o que acrescentou foram as penalidades. Conclui com a assertiva de que “se não tivermos coragem, morremos antes!” (AAI, 2012).

A prefeita PSD explica que a sua entrada para a Prefeitura foi complicada. Logo nos primeiros momentos, os grupos de apoio começaram a interferir. “Eu pensava que os objetivos deles eram os meus, mas não! Houve as separações e os rompimentos”. Em diversos episódios foi humilhada, inclusive pelos representantes do partido. Um deles, em âmbito federal, foi ao município, o “melhor que ele me chamou foi negra, empregada doméstica, preta e doida. Você é realmente tudo que o povo disse”. Conta que diversas pessoas se aliaram e foi horrível. “Eu aguentei tudo calada, até o dia que ele colocou no jornal: ‘A primeira doméstica que sobe ao poder e a primeira que será expulsa do partido’”. Por tratar-se de uma pessoa influente no Governo Federal, a prefeita conta que ele “preendeu recursos federais já programados para o município”. E a população começou a criticar a administração. Outra característica da personalidade da gestora é a religiosidade. Em sua concepção sempre ora a Deus. Conforme

conta: “Eu rezei muito e pedi que se fosse para o bem do povo que eu ganhasse a eleição. Não quero construções gigantescas para mostrar, eu quero obras para o ser humano” (PSD, 2012).

É inegável que as condições advindas dos preconceitos raciais invadem o campo das classes sociais. Para uma mulher, negra e sem condições financeiras favoráveis existem lugares que são interditados. Para rompê-los exige-se muito. Obviamente que as circunstâncias possuem um ranço na cultura e na discriminação, considerando que “racismo é racismo: inclui determinações violentas, no Brasil, contra negros, de modo a fechar-lhes portas de acesso a determinadas posições sociais, preservando, assim, privilégios das brancas e brancos” (SAFFIOTI, 2004, p. 53).

A prefeita SCCR narra como foi chegar à prefeitura, “ganhei para prefeita sem saber o que é serviço público municipal. Sair de um banco federal e ingressar no executivo local, onde o povo acha que o prefeito decide tudo, não é fácil!” Os dois primeiros anos foram difíceis. Primeiro, por ser a primeira mulher e segundo, pelo desejo de mudar a forma de pensar das pessoas. A rixa partidária era forte, o hospital atendia somente eleitores do prefeito e morriam pacientes sem atendimento, denuncia. Logo que entrou, foi ao hospital e explicou sua forma de trabalhar, com ameaças de que se prevalecesse àquela maneira de atender excluindo, os servidores seriam penalizados. Dois anos após, as pessoas entenderam que o atendimento é para todos e que a prática paternalista até então existente, com a sua reciprocidade de negar serviços ao adversário e favorecer aos amigos, não mais era a prática a partir daquela data.

Conta um episódio de um rapaz que não votou nela. Adoeceu de câncer e a prefeitura prestou toda assistência durante o tratamento. Posteriormente, a prefeita foi abordada na rua por uma eleitora que veio em tom agressivo dizendo: “Como a senhora atende aquele vagabundo, que jogou cachaça na minha cara por sua causa? Está errado e não estou gostando disso!”. A gestora afirma que aguardou que ela falasse tudo que quisesse e depois se dirigiu a ela com os seguintes questionamentos: “Você está com câncer? Estou tirando algo da senhora para dar a ele? Se não está com câncer, então vá agradecer a Deus e vou continuar atendendo àqueles que precisam. Fui candidata sua, mas sou prefeita dele também”.

As pessoas comentavam que os opositores na eleição recebiam mais atenção do que os correligionários. A prefeita manteve-se firme e ratificou que quando dizia nos comícios que iria acabar com a politicagem existente no município não era discurso vazio. Seu intento era que os eleitores compreendessem que o direito é de todos, sobretudo dos que mais precisam. Atualmente

as pessoas absorveram a ideia de que cidadã(o) é todo o povo e não apenas aquelas(es) que votaram em quem foi eleito.

Neste ano de 2012, comemorou o cinquentenário do Município. Para as comemorações, fez um ofício padrão e enviou a todos os ex-prefeitos, ex-vereadores(as) e suas esposas e maridos, inclusive as viúvas deles. Para a festividade foi planejado missa, cerimônia e inauguração do marco, sendo amplamente divulgado. Para a celebração religiosa, convidou padres de naturalidade do município. Um desses sacerdotes expôs na homilia, em seu sermão, que fora convidado para aquela celebração, por ser um cidadão nascido na localidade e refletiu antes de aceitar o convite para participar do evento. Retomando a história da cidade, explicou que ela surgiu em um contexto de ditadura militar, na época de muita pressão em que o desrespeito aos direitos dos cidadãos era constante. Atualmente pode-se dizer que a História política do município se divide em dois momentos: antes e depois da prefeita atual. É visível a mudança em relação ao respeito aos direitos das pessoas e afirma que testemunhou isso, apesar de morar em cidade distante.

A gestora confessa que ficou preocupada ao ouvir tais elogios, afinal as pessoas poderiam imaginar ser discurso “encomendado” e não irem à câmara municipal. Ela havia mandado confeccionar camisas exclusivas para o evento, ilustradas com a frase: “Parabéns Município¹⁵⁰ 50 anos! Eu faço parte desta história” Distribuiu uma para cada convidado(a). A reação foi de emoção e choro. O ex-prefeito chegou a comentar que provavelmente não vai assistir outro momento de cidadania como aquele e acredita ter valido a pena o que a gestora enfrentou e chorando agradeceu a homenagem. A depoente firma que não citou nomes individuais, mas falou das e sobre as famílias. Fez menção ao sobrenome de todas, e concluiu da seguinte forma “Agradecemos às famílias e citava sobrenomes [...]tantas e tantas de Jesus que ajudaram construir essa história!”. (SCCR, 2011).

“Se o político em sua prestigiosa posição homenageia a festa do povo com sua presença, alcança por isso mesmo maior influência e valor pessoal” (CHAVES, 1996, p. 142). Isso porque as festas são manifestação de poder em conjunto com a população local que congrega dos motivos daquela comemoração.

A prefeita FARY menciona que conhece o perfil das pessoas muito bem e isso ajuda. “Estar prefeita é ser um pouco de tudo, psicóloga, médica, psiquiatra, tudo [...]. Tem de imaginar

¹⁵⁰Ela utilizou o nome do município.

o porquê a pessoa solicita aquilo. Até serviço social é necessário, tenho tudo como aprendizado constante”. Comenta que mantém o gosto pela política. Embora se decepcione com alguns(mas) eleitores(as), ressalta que não é com aqueles(as) que precisam de políticas públicas, mas as pessoas da classe privilegiada que desejam ganhar, usufruir, tirar vantagens, ajudam para depois requisitarem compensações, privilégios e lucros. “O grande quer corromper, quer que façamos algo errado, mas não faço! Sei que não sou, mas estou prefeita e é uma oportunidade que tenho, dei minha cara à tapa [...]. Fazer algo errado prejudica a mim e todo o grupo que confiou”. Reivindica aos secretários para empreenderem esforços no sentido de trabalhar com eficácia, porque a confiança que as pessoas depositaram não tem preço. Acredita ser um constante desafio e junto com o marido se esforçam para administrar e atender bem às municipalidades (FARY, 2011).

Logo que tomou posse ao cargo, a gestora YRMT percebeu que não daria para conciliar com os negócios. “Quando eu entrei vi a situação, eu estava acostumada com o setor privado, foi um choque, aquilo me deu um desgosto enorme. Na minha empresa eu ajudava mais do que na prefeitura, onde estava completamente engessada!”. Apesar disso, quanto às realizações julga que conseguiu muito “levamos seis empresas para o município, conseguimos uma transformação extraordinária [...]. Com tudo isso eu perdi muito.” Atribui parte dos problemas pessoais e familiares às dificuldades de administrar o município, onde as pessoas desejam muito as benesses, mas os(as) colaboradores(as) não possuem com exatidão a boa vontade daqueles(as) que trabalham no setor privado e a burocracia emperra em diversas causas. “Fico feliz quando consigo uma pavimentação, energia para uma localidade, oferecer um cuidado da saúde melhor para o maior número de pessoas.” Ao referir-se às suas qualidades pessoais afirma não ser vaidosa, sua satisfação, “não é o cargo, nem ser poderosa, não tenho essa coisa de dinheiro, ficar rica, nada disso, minha satisfação é fazer pela coletividade” (YRMT, 2011).

A prefeita NQI assegura que foi um desafio, deixar de ser técnica para ser política. Lamenta as dificuldades encontradas na prefeitura, como sequestro de recursos. Ressalta a expectativa da população e o sonho de realizações. Reclama que entraram com quatorze processos eleitorais contra ela, provocando diversas saídas da gestão. “Essa descontinuidade da administração pública é terrível”. Outra variável destacada foi a de que a população não possui uma visão do setor público como algo coletivo e que tem de cuidar bem por pertencer a todos. “Aconteceu uma ‘guerra’ no município. Tudo inventado, a oposição forte e enraizada, noventa e

oito escolas sem banheiro, sem cozinha, fogão, nada! Uma coisa terrível!” Apesar de continuarem com forte perseguição, menciona que enxerga de outra forma, porque a população ficou indignada com tantas denúncias, “isso para mim é a maior conquista, apesar de tudo continuo trabalhando” (NQI, 2012).

Os embates se manifestam na vida cotidiana em todos os sentidos. CDSN afirma que recebeu críticas do próprio marido, alegando que estava destruindo tudo que ele fez em épocas pretéritas. Possui uma personalidade diferente da dele e encerra uma visão mais eficaz de administrar. “Acho que tem de capacitar e orientar. Eu utilizo da capacidade de liderança que tenho”. Entende esta no sentido de dirigir um grupo de pessoas com maestria, descobrindo talentos de cada um para a função adequada ao perfil individual, sem humilhar, nem querer ser melhor do que os demais. Reconhece a importância no trato da coisa pública, “o dinheiro público é sagrado, eu sou uma servidora, sou cobrada o tempo todo, por isso exijo muito dos(as) servidores(as) que trabalham comigo”. Acredita na capacidade dos seres humanos de pensarem positivamente e afirma orgulhar-se de sua administração e da cidade (CDSN, 2011).

Na condição de oposição, MJAM percebeu que a gestão foi acometida por inúmeros crimes eleitorais, denunciaram, entraram na justiça, depois de muita luta, persistência e perseverança. Recentemente é que vieram alguns resultados, “conseguimos! Levou três anos e meio. Saímos por força de liminar, derrubamos e voltamos agora”. Ressalta o quanto as pessoas acreditaram no sonho e no projeto e, “hoje, a comunidade está feliz com nosso retorno, pelo menos a maioria da população”. Apesar de ter conseguido, a gestora adverte sobre a necessidade de rever o processo judicial, explica que com tantas possibilidades de ida e vinda perde-se tempo e o município fica prejudicado. “Nós lutamos, as pessoas pensavam que não conseguiríamos porque a justiça é dos poderosos e eu não tenho dinheiro, mas tivemos apoios”.

Atribui elogios à promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Foi um passo importante. “Devemos participar para proporcionar à comunidade políticas públicas e sociais para a coletividade e não de processos pessoais, familiares e de grupos”. Refere-se à importância para as competências que o perfil do cargo requer. Denuncia que o problema da administração pública local brasileira é a falta de qualificação dos gestores públicos. “Comento sobre o Brasil porque é onde moramos e do meu município em particular, porque sei dos desperdícios. Fico triste ao ver a diferença, por exemplo: entre uma escola particular e uma pública”. Menciona que o poder público faz malfeito e não funciona. “Não quero dizer que sou melhor que ninguém, mas

entendo que aos fatos não acontecem como deveriam”. Entrei na política para atender ao pedido do grupo da época. De 1973 a 1985, os prefeitos eram nomeados, porque o município era área de segurança nacional¹⁵¹. Quando o município saiu da área de segurança, o prefeito da época, me lançou na política e eu continuei [...] (MJAM, 2011).

Em face dos principais problemas que enfrentou AGDJ cita a invasão dos índios em sua primeira gestão, trazendo sérias consequências para a cidade. Explica que as pessoas não foram indenizadas e a luta foi intensa nessa época, além do desafio para reconstrução do que foi destruído. Por conta de um desequilíbrio social, as pessoas saíam de suas casas e iam para debaixo da lona. O município assistiu a cinquenta e seis por cento de seu território tomado pelos índios kiriri¹⁵², que era um direito deles, uma área homologada, mas o governo federal não reconheceu e foi um caos em todos os sentidos. “Segurando essa peteca, nessa época eu tive o privilégio de ser mãe. Meu filho nasceu havia sete meses que eu havia assumido a prefeitura”.

Na sua atuação, explica que não fica à espera dos fatos, vai à luta até a última instância e diz nunca aceitar resposta negativa, a não ser provisoriamente. “Aquele *não* vai ficar tocando como um sino na minha memória, porque eu represento doze mil pessoas que esperam algo de mim”. As pessoas são exigentes e a família também. Por outro lado, demonstra que é como se fosse uma carreira profissional, como exerceu o cargo de secretária de administração não sentiu dificuldades no administrativo. “De tudo como funciona uma prefeitura eu sabia, processo licitatório, contrato, empenho. A dificuldade que tenho é a parte política, lidar com os interesses particulares de cada um é complicado”.

Ressalta que houve momentos difíceis, sobretudo no que tange à dependência dos governos estadual e federal. “Essa distribuição eu acho injusta!”¹⁵³. Comenta que não há um plano de investimento das esferas federal e estadual para os municípios, sobretudo os de menor

¹⁵¹ A Constituição de 1946 restabeleceu a tradição do prefeito eletivo, permanecendo no sistema de nomeação aqueles municípios que possuíam estâncias minerais naturais, beneficiadas pelo Estado e pela União, aqueles que possuíam bases ou portos militares privilegiados para a defesa externa do país e os municípios capitais dos Estados Para Leal (1997).

¹⁵² Kiriri é um vocábulo tupi que significa povo "calado", "taciturno". Essa designação teria sido atribuída pelos Tupi da costa aos índios habitantes do sertão. O povo kiriri constitui exemplo de luta para outros povos indígenas localizados na região Nordeste do país. No espaço de quinze anos, eles se estruturaram politicamente e promoveram, em fins dos anos noventa do século passado, a expulsão violenta de cerca de 1.200 não-índios incidentes na Terra Indígena Kiriri, homologada desde 1990. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kiriri>> Acesso em: 15 maio 2012.

¹⁵³ Dos principais recursos arrecadados do “bolo tributário” 60% são da União, 25% dos Estados e apenas 15% dos municípios.

porte. “Acho injusto o que tem acontecido, não necessariamente na minha localidade, mas o sistema de distribuição de recursos, como um todo, que é desrespeitoso ao povo brasileiro, baiano e também aos municípios”. Tem momentos difíceis. Recorda que atualmente vinte municípios brasileiros detêm a maior parte das receitas e não há um plano de investimento das esferas federal e estadual para os demais, sobretudo os menores e mais longínquos (AGDJ, 2012).

Nesse ínterim é conveniente citar Leal (1997, p. 195) “é evidente que a anemia financeira das municipalidades aumenta a sua dependência em relação aos governos estaduais e, conseqüentemente, favorece a submissão políticas dos chefes municipais”. Dessa forma, persiste a reprodução da dimensão impessoal da política na barganha, como a existente anteriormente com o “coronelismo”. Na sua concepção, seu dever e obrigação é de oferecer serviços públicos de qualidade que cheguem efetivamente nas comunidades. “Eu não espero pelo secretário. Cobro, sou exigente, vou às obras e reclamo. Não aceito desperdícios, é dinheiro público, nós que pagamos os impostos e tem de ser bem administrado”. As pessoas comentam sobre sua forma de agir, dizem que ela possui “olhos de coruja”, está sempre atenta e preza pelos recursos que são de todos. “Ao longo desses anos eu honrei esse nome, essa figura minha”. Faz uma crítica aos gestores que reclamam sobre as crises e dificuldades que os municípios enfrentam, sobretudo, em referência à distribuição das receitas. “Acho que é preciso solicitar, mendigar não! Eu não aceito dizer que os prefeitos vão a Brasília com pires na mão. Nós estamos cumprindo a nossa obrigação, levando os pleitos de pessoas que representamos”.

É a favor dos movimentos, mas a conotação do movimento municipalista deixa a desejar. Faz crítica a imprensa que contribui para que tudo se transforme em transação comercial. Sobre as circunstâncias decorrentes da longa estiagem nos municípios nordestinos ela denuncia, “estudiosos já previam essa seca para o biênio 2011/2012, porque é um ciclo existente, mas não se tomou medidas preventivas. E não há como combater isso de imediato”. Expõe que em sua região do sertão nordestino “os animais estão sofrendo muito, não por falta de água, mas por escassez de comida e a economia gira em torno disso e entra em um colapso” (AGDJ, 2012).

Em outra realidade, a prefeita LDG constata que a comunidade exige muito do poder público e lamenta ter recebido uma prefeitura não saneada economicamente. Com uma dívida de milhões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sem contar outros débitos. Conseguiu parcelar e regularizar as finanças, recuperando a credibilidade para ter acesso a outros benefícios.

“Passei dois anos muito complicados, precisávamos quitar os débitos e tomar crédito, para dar continuidade ao trabalho”.

Denuncia o prefeito anterior, alegando que o mesmo optou pela construção de mais um hospital no município e isso inviabilizou a administração. Com uma instituição de saúde, gerenciada por ela anteriormente, com uma estrutura adequada. Entretanto, o gestor planejou outro hospital com as mesmas finalidades. Conta que na avaliação da Secretaria Municipal de Saúde trata-se de uma estrutura luxuosa para o município desse porte. Apesar disso, garante que finalizará a obra, para não julgarem como estratégia eleitoral, mas ressalta que desperdiçou recursos, porque é uma obra dispendiosa, “que vai custar mais de vinte e dois milhões, devido a quase tudo ser importado e não ser uma área apropriada, somente para concorrer com a filantrópica criada por outra prefeita há anos atrás”.

Na gestão passada, o município contraiu dívidas consignadas com instituições bancárias, empresas de energia, água e telefone. Declara ter recebido os prédios escolares em mau estado de conservação, mas conseguiu reformá-los e adaptá-los para receber estudantes com necessidades especiais. Viveu dificuldades com o partido. “Tomaram meu partido e mudei para garantir.” Ademais, contou com apoio do Governador, apesar de não ter sido eleitora dele. “Fez com que eu passasse a admirá-lo” e acrescenta, “a pessoa só pode ser detentora do seu mandato quando recebe recursos para tal, acho que tenho de corresponder, correndo risco, por conta da infidelidade partidária que eu discordo, mas é a lei”.

Com o falecimento de uma de suas filhas relata, “passamos por esse transtorno, que termina mexendo muito, mas a vida tem de continuar[...]” Considera ter “o lado espiritual muito fortalecido”. Atribui à origem e formação familiar na constituição de suas crenças. Ademais, demonstra responsabilidade, “eu fui inserida aqui para administrar esse município, não podia deixar[...]” (LDG, 2012).

Em outra municipalidade, CCSAM expõe sobre a situação do município que hoje vive basicamente de repasses. Possuía uma população de cinquenta mil habitantes e com o êxodo rural provocado por conta da decadência das lavouras de cacau caiu para vinte e seis mil pessoas. Com o retorno de alguns habitantes, hoje o município conta com trinta e uma mil pessoas. “Tem melhorado aos poucos, possui água de qualidade e não temos problemas com estiagem”. Dentre os recursos naturais existentes na região, a maior riqueza são as águas e o meio ambiente, por outro lado tem alguns inconvenientes, “é uma região rica, mas acidentada. Não podemos derrubar

as matas por causa do cacau e não temos terreno para inserir máquinas, tivemos cacau e hoje temos café”.

Sobre suas prioridades na administração local diz optar pelo pagamento em dia da folha de pagamento aos servidores e fornecedores. Comenta sobre o problema que enfrenta atualmente com a perspectiva de aumento do salário dos professores. “Está complicado, o plano de cargos exige e há um impasse”. No ano de 2010 enfrentou uma greve de professores. Convidaram-lhe para a assembleia, “como eu não sou de correr de nada, fui e enfrentei. Quando candidata eu pedia votos na porta, então atendo a todos os convites. Se quiserem ir comigo vamos, senão vou sozinha” (CCSAM, 2012).

Por certo, trabalhar com enfoque da “moralidade” implica uma provocação. Por lidar com criaturas humanas carentes e necessitadas, CBMS. afirma que sempre se doou muito e se aproximou das pessoas, “sou um pouco psicóloga também, isso me ajudou a exercer um mandato de prefeita”. Um município pequeno, endividado com ínfimos recursos e com graves problemas. Desde o primeiro momento, a situação do município foi uma das mais difíceis do Estado. Com dez mil e trezentos e sessenta e quatro habitantes, possui receitas próprias baixas, arrecadação de 0.8 de Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁵⁴, com uma dívida que compromete trinta por cento da receita com pagamento de Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), precatórios trabalhistas, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), encontraram um endividamento acima da capacidade, “uma dívida que inviabilizou economicamente o município”.

Exalta-se que foram felizes na escolha da equipe, com secretários comprometidos, que “arregaçam as mangas”, equipe técnica que agrega a secretaria, não devidamente qualificados, mas empenhados, além da recuperação da moralidade e credibilidade junto ao comércio e instituições estaduais e federais. Percebia o município como relapso, que não cumpria compromissos burocráticos, nem com os pagamentos da administração com o Estado, convênios

¹⁵⁴ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é distribuído por municípios de acordo com a população apontada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios com a população mais baixa possível possuem um percentual de 0,6 e daí sucessivamente. Pelo índice é possível ter a noção das receitas do FPM e da população de determinado município. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/prefeituras-e-governos-estaduais>>. Acesso em 02 de julho 2012.

não prestava contas. “Começamos a inserir a proposta dessa nova gestão, investindo nas pessoas e nos serviços públicos. Mostramos que era um governo diferente” (C.B.M.S., 2011).

Para a gestora BSSM um dos desafios encontrados foi a perspectiva dos eleitores, “eles achavam que quando eu entrasse na prefeitura somente mudaria os nomes, que eu iria ter as mesmas atitudes do gestor anterior. As pessoas chegavam com contratos prontos, os funcionários faziam ofícios com informações falsas e traziam para eu assinar.” Relembra que estava atenta a tudo, o cuidado e atenção foram constantes, como também reclamava e ameaçava. “Eu dizia se trouxerem documentos dessa natureza novamente para eu assinar eu demito por justa causa!” Expõe sobre os vícios em relação a benefícios públicos da população local, sobretudo dos eleitores. Servidores da Prefeitura esperavam aumento de salários.

O povo não queria mudanças, aspiravam melhorias nas suas vidas particulares e privadas. Por conta disso, “muitas pessoas se afastaram porque, na verdade, queriam usufruir de benesses que os outros tiveram em tempos pretéritos”. As pessoas imaginavam que a ética do político daquele município remete a interesses de um grupo específico – a elite oligárquica – à lógica do coronelismo vivida tão recentemente. As vantagens pecuniárias e formação de clientelas pessoais não é aliança, mas conluio.

Aponta estar sempre disponível para inovações. Possui programas, a exemplo, o incentivo aos micro empreendedores individuais, mas as pessoas querem vantagens para si mesmas em detrimento dos interesses coletivos, “dizem: prefeita, meu sonho é uma moto, quero minha casa, paga as prestações para mim? E digo que isso eu não prometi, a cada centavo que uso tenho de prestar contas”. Os vícios são muitos, inclusive dentro do próprio partido. “Até meu grupo se afastou, começaram os comentários, as pessoas se decepcionaram, mas estão retornando. Eu não cedi a chantagens, por exemplo, no quebra-quebra eu disse: não façam nada errado!”.

Explica que tem intenção de ir para a reeleição, para dar continuidade a um trabalho distante de alcances da tão sonhada melhoria na qualidade de vida das pessoas que ali nascem, crescem, vivem e morrem. Relata que administra dívidas do passado que prejudica a gestão. Lamenta sobre a situação do município, “é um arroxó, porque a arrecadação é ínfima e possuem muitas ações tramitando na Justiça. Tenho a sensação que trabalho há dez anos sem férias, doze quilos a mais que não consigo perder” (BSSM, 2012).

Na parte administrativa da prefeitura, a gestora MLL explica que divide as atribuições com o seu marido. “Na ação social, educação e saúde, eu tomo conta. A parte de infraestrutura, convênio, obras, administração de veículos, oficinas e causas dessa natureza é por conta dele”. Acredita que minimiza os conflitos e tem mais condições de dar conta das demandas. “Estradas, iluminação pública, quando as pessoas reclamam, eu passo para ele. Para a mulher é mais difícil estar envolvida com esse lado”. Quando o procuram sobre saúde, por exemplo, “ele diz isso é com a Prefeita”. Apesar de serem distribuídas as funções menciona que oferece sugestões, exemplo: “ele está organizando a festa da cidade, escolhendo as bandas e as festividades. Quando não concordo, sentamos e conversamos, o objetivo é atender aos interesses da população. É como se fossemos um casal de prefeitos, quando viajo, ele permanece no município” (MLL, 2012).

Em outra prefeitura, MSAM afirma que seu sonho é estar prefeita novamente, em um tempo que os vereadores saibam o que faz um edil: projetos e emendas, sem o jogo de interesses. Conta sobre um episódio vivido envolvendo ações pouco visibilizadas pela população local. No município havia equipamentos hospitalares abandonados, tudo enferrujando e se acabando sem funcionar, sala de exames *raio x*, ultrassom e diversas ferramentas de consultório e hospital. Logo que começou sua gestão, foi uma das primeiras atitudes a tomar, contratou cirurgiões, recuperou os equipamentos que passaram a funcionar, embora com alto investimento.

Uma pessoa a procurou em sua casa reivindicando telhas e madeiras para a construção de sua casa. A gestora explicou que estava providenciando o programa de casas populares e que a pessoa teria de ter paciência para aguardar a aprovação do projeto. Ademais, de outra maneira, não teria condições de ajudar, primeiro por não ter como comprovar e, em segundo, porque estava investindo no Centro Cirúrgico, com despesas elevadas. Detalhou que, diferente de outros municípios, o médico atendia gratuitamente a todos, inclusive pacientes que residem em outras localidades.

A eleitora irritada respondeu que precisaria adoecer para usufruir da prefeitura e questionou se é dessa forma que a gestora queria seu voto. Nesse momento, a prefeita afirma que parou e refletiu: “Peguei o bonde errado”. Passado pouco tempo, aconteceu um acidente de moto e um casal de motociclistas se feriu gravemente, sendo atendidos no Centro Cirúrgico do município. Após a recuperação do casal soube que se não tivesse atendimento rápido na própria cidade, não teria condições de deslocar para outro hospital e salvar suas vidas, por conta da gravidade dos ferimentos. “Nesse momento eu compreendi que não estava no ‘bonde errado’,

mas sim no caminho certo e prossegui com meu trabalho, afinal ser prefeita é isso” (MSAM, 2012).

Com referência ao desafio de ser prefeita, SPMT expõe aspectos práticos. Sempre atenta às pessoas, “com o servidor, faço questão de mandar um cartão assinado, eles sabem que no dia do aniversário eu me lembro deles, detalhes simples, mas que criam vínculo”. Procura trabalhar com a veracidade dos fatos, e é muito séria no que faz. “Eu rebato sempre com a verdade, sabem que quando empenho a palavra, é a palavra dada e sabem que o dinheiro público é usado para o povo. Ninguém diz que eu sou desonesta essa é a minha marca”.

A gestora PAVR diz que “hoje trabalha quase vinte e quatro horas por dia porque não tem bandido nenhum para me passar para trás”. Seu governo tem mais de noventa e sete por cento de aprovação de gestão, por conta de ter sido gestora por muitos anos e faz planejamento com seriedade. Além disso, provoca mudanças administrativas e culturais na prefeitura. Demitiu servidores(as) e suspendeu contratos. As pessoas torciam contra e ficavam irritadas. Ouviu muitas críticas e afirma, “sou uma excelente gestora, mas pensam que eu não sei fazer política. Aprendi com meu pai que me aconselhava, ‘faça diferente, trabalhe! Nada vence o trabalho!’”.

Sofreu pressão dos vereadores, inclusive os de sua base aliada que ficaram contra no período das medidas drásticas. Posteriormente, conseguiu aprovar cento e onze leis, das quais afirma orgulhosa, “tudo que precisar nessa prefeitura tem”. Informa que seu planejamento perpassou por tudo e de agora em diante o município tem condições de avançar (PAVR, 2012). “Podemos compreender que o trabalho de um político é o de elaborar ou executar a legislação, mas esse trabalho não nos interessa, até que percebamos o papel da personalidade na luta política” (SENNETT, 1943, p. 17).

Recentemente, foi premiada no “Fórum Social de Mulheres Imigrantes Brasileiras *inPower*” como o prêmio “Mulheres em destaque” realizado em *Concesticut* nos Estados Unidos da América. O evento foi organizado pela Associação Austro Brasileira e Afro-Brasileira para o Desenvolvimento da Integração Cultural, Social e Educacional (ABRASA)¹⁵⁵ sediada em Viena e no Brasil. Além da homenagem, a prefeita realizou conferência intitulada “Relato de

¹⁵⁵ A associação é uma associação civil, sem fins lucrativos, de utilidade pública e dedicada exclusivamente à prestação de serviços, em especial à promoção e ao fomento em intercâmbio cultural, acadêmico-científico e artístico.

Experiência”. Em sua apresentação mostrou a forma como vem conduzindo o enfrentamento do município frente às desigualdades sociais e de gênero (PAVR, 2012).

No defrontar com as dificuldades VGRS explica que encontrou uma prefeitura falida, abarrotada de problemas e dívidas e denuncia: “Passa pela mão de homens machistas que só pensam no poder e neles próprios”. Sobre sua situação, percebe que depois de um tempo as pessoas compreendem. “No início me crucificaram, achando que eu teria de deixar a cidade um brinco, consertar tudo de uma vez, depois as(os) cidadãs(os) vão se conscientizando que não é tão simples. Vou para a reeleição. Enfrento as dificuldades!” (VGRS, 2012).

A sua justificativa é a de que não é necessariamente o povo que persegue, mas o grupo de oposição, “um grupinho. O dia todo inventando coisas. Quaisquer problemas veiculam na rádio comunitária”. Com referência às suas realizações e a avaliação dos(as) eleitores(as) julga que não valorizam as ações e criticam quando algo não acontece. Depois que sentamos naquela cadeira percebemos que é tudo diferente. Às vezes não é nem do seu feitio fazer”. Lamenta que viveu solitária seus problemas, mas não atribui à política o fim de seu casamento. “Acabou! Não foi somente por causa da política, foi uma consequência” (VGRS, 2012).

SSSI menciona que encontrou a prefeitura endividada e levou um tempo para tornar a prefeitura adimplente. Descobriu que na política existe o engessamento das ações devido a diversos fatores: cultural, econômico e de gestão. Apesar disso, diante de tantas dificuldades, persiste a vontade de mudar. Afirma ter feito um bom trabalho e com isso ganhou visibilidade. Dentre suas funções, planeja as ações, faz a escala das obrigações a cumprir: Município, Salvador e Brasília. Além disso, faz atendimento de corpo a corpo em mutirão. “Dizem que vegeto, mas sou feliz com o que faço, somente tenho problemas com o peso” (SSSI, 2011).

Apesar de estar na política, não abandonou a profissão, sendo “hiperativa”, conforme denomina. Participou de três campanhas, sendo eleita na última e julga ter feito uma política de transformação. “O que mais me deixa incomodada é o sistema político, que é egoísta e individualista. A política partidária está muito aquém de pensar as desigualdades. Caráter, ideal e desejo de olhar o outro com respeito”. Reconhece que os técnicos fazem as coisas certas, quando descentraliza se perde e a política partidária não atende, ademais, “vemos muita corrupção e não foi isso que imaginava para mim e para a comunidade, o desejo é de olhar o outro com respeito. É muito de cada um” (SSSI, 2011).

Preocupa-se com a deficiência técnica existente. Permanece atenta aos prazos para não perder uma licitação. “Fizemos uma política educativa, séria e de transformação. Optei por não comprar voto, não usar dinheiro e não manipular consciências. O crédito da médica fez com que as pessoas acreditassem, Tive votos de coração!” (SSSI, 2011). Entretanto, admite que, “muito do que pregamos não aconteceu[...]. Nas eleições de deputado, liberei todo o meu grupo para votarem em quem quisesse e recebi uma resposta positiva quando o candidato venceu. Fiz uma verdadeira democracia e a população respondeu”. Achava que a população não votaria mais, foi um termômetro, fiquei emocionada e feliz!”. As pessoas acreditam no caráter, “porque optei não ir à casa de ninguém e a população respondeu votando no deputado que eu indiquei.

As rádios trabalham contra e reclama que se sente pressionada porque as pessoas querem dinheiro, emprego. “Não é nada do que sonhei, mas consigo fazer algo pelo ideal e caráter que tenho, tem sido horrível”. Aponta que as pessoas não compreendem. O que a mantém “é a fé, o ideal e o caráter que tenho. Mas tem sido horrível!”.

Reclama que a falta de apoios provoca desgaste. Os vereadores trancam as votações nas assembleias da câmara municipal e “termino engessada pelo sistema”. Apesar disso, procura ouvir as pessoas e corrigir os erros que a equipe da administração comete. Reconhece que não está administrando como gostaria, por conta de inúmeros fatores que fogem do controle. “Na política vemos muita corrupção, não foi o que imaginei para mim e para a comunidade” (SSSI, 2011).

Para a prefeita PAW o obstáculo maior não foi a entrada para a política, mas a atuação propriamente dita, em algumas áreas. “Não foi difícil ser prefeita, porque eu já era aposentada, professora, então as coisas foram mais fáceis do que para aqueles que ainda teriam obrigações, não me arrependo, fiz muito pelo município, apesar de todos os entraves”. Conta os problemas que enfrentou em decorrência de crises financeiras, advindas em consequência da diminuição da população, causando a queda na arrecadação. Compara com a escola que trabalhava, por mais problemas que se tem com alunos, professores, pais de alunos, não chegam perto dos entraves de uma prefeitura. “O fator desafiador é a convivência com os que estão lá dentro, principalmente dos que fazem parte do governo e não pensam do mesmo jeito, eu sempre fui uma idealista”.

A gestora encontrou uma questão complexa de difícil solução, justamente com relações aos professores. O prefeito anterior foi “bom” para esses profissionais e não pensou no futuro do município. Aprovou um estatuto do magistério que inviabilizou a gestão, professores concursados

com salários exorbitantes, denuncia. Vive em conflito, “mudar isso agora, vai ser complicado, é um tiro no pé, mas vou assumir e enfrentar”, afirma. O município está inviabilizado administrativamente e sem condições sócio-econômicas. “Não tem recursos para colocar uma pedra na cidade. Não vou ter apoio, posso até ser apedrejada, vão fazer greve, mas não serei irresponsável como ele foi”. Esse fato ocorreu por conta também da queda de arrecadação ocorrida no município em virtude da diminuição da população. “Quando assumimos um cargo desses, ou tem coragem ou desiste. Tentei fazer muito, mas Deus não quis que me tornasse vaidosa”.

Conforme Weber (1968, p. 107), a vaidade é um traço comum no ser humano, sobretudo na pessoa que participa da política. Ela é oposta do recolhimento – capacidade do afastamento de si mesmo. A vaidade definida como a necessidade de se impor pessoalmente, nos primeiros planos e lugares, induz frequentemente à tentação de cometer os dois principais erros na política. O primeiro é não defender causa alguma e o segundo não possuir o sentimento de responsabilidade com a causa coletiva.

A prefeita Afirma administrar com seriedade, como sempre fez na direção das escolas. “Trabalho com transparência. O mais difícil é conseguir do povo a credibilidade. Basta isso e pronto!” Com referência a gênero e geração julga que não a atrapalhou. “Eu sempre trabalhei desde os dezoito anos, nunca quis ser política, tenho a impressão que é uma missão que Deus me deu”. Decepcionou-se muito com as(os) professoras(es). “Na educação é um engano. Os profissionais não são como no meu tempo[...] compromisso nenhum. Eu gasto com saúde satisfeita porque vejo resultado”. Ela se prepara para mostrar a esses professores a realidade do município. “Eu entrei em desespero, depois refleti, vou sair e enfrentar porque desespero não leva ninguém para lugar nenhum!”. (PAW, 2012).

Como exposto, as trajetórias das mulheres para alcançar o poder local é cercada de obstáculos de diversas naturezas e quando se elegem possuem demandas mais urgentes e emergentes dificultando levantar bandeiras sobre questões específicas das mulheres. Dentre os principais problemas, elas citam o endividamento dos municípios e a inviabilidades deles economicamente e de crédito. Sem essas condições, sentem-se engessadas e obrigadas a fazer o básico para que o município saia da inadimplência e corrija erros grotescos deixados por administrações anteriores.

Posteriormente a essas atitudes, as ações voltadas para a assistência social, saúde e educação. Somente, em terceiro lugar pensam em urbanização, limpeza pública, urbanismo, equipamentos de apoio e lazer para crianças, jovens e idosos (creches, parques infantis, campos de jogos e desportivos, espaços e programas para a ocupação de tempos livres). Além de criação de equipamentos e apoio para idosos e centros de acolhimento para doentes acamados, apoios domiciliares, dentre outras ações que é o foco do próximo tópico.

5.3 Gestão: as possibilidades de ação e atitudes que atendam à coletividade

O que faz do homem um ser político é sua faculdade para ação; ela o capacita a reunir-se com seus pares, a agir em concerto e a almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente, para não falar nos desejos de seu coração, se a ele não tivesse sido concedido esse dom – o de aventurar-se em algo novo.

Hannah Arendt, 2011, p. 102

O processo de formulação de uma política pública varia a depender do Governo – federal, estadual e municipal, poder executivo e legislativo. Os governos traduzem seus propósitos em programas e capacidades de agir, que produzirão resultados a partir do embate em torno das ideias e interesses mencionados no Plano de Governo. Partindo dessa concepção, como um campo que insere o governo no processo para desenvolver algo, neste tópico verifica-se como agem as gestoras e se propõem mudanças no rumo das ações/atitudes.

Na tradução interpretativa que se propõe este texto, o poder é definido na perspectiva de Arendt (2011) como correspondente a uma habilidade humana não apenas para agir, mas para atuar em consonância com outros. Nesse sentido, ele pertence ao grupo e permanece enquanto este conjunto de pessoas estiver unido, “nunca é propriedade de um indivíduo”. Portanto, a assertiva de que as prefeitas estão no “poder”, na verdade, a referência é que elas foram escolhidas pela maioria para agir no campo da “ação coletiva”. Com a ressalva de que esse poder se integra e se desintegra de acordo com a coletividade e em perspectivas temporais diversas, afinal o poder emana do povo.

Apesar da dificuldade coletiva de luta pela construção de um projeto de sociedade, a diversidade de assuntos são postos em prática e abrangem a educação, assistência, infraestrutura e a política. Como afirmou a gestora em seu discurso, evidenciam uma complexidade que

ultrapassa a simplicidade da ação cotidiana enquanto meio de promover melhorias. Destacam-se as atividades tradicionalmente consideradas positivas nas mulheres, com a ressalva de que a intenção não é uma avaliação sobre tais ações, mas discutir e compartilhar preocupações das gestoras, em torno do desejo de provocar mudanças visíveis e invisíveis na vida das pessoas.

Ao ligar e juntar os homens e ação, cada relação por ela estabelecida desemboca numa teia de laços e relações em que tece novas ligações, altera a constelação de relações existentes e vai assim cada vez mais longe, pondo em movimento um conjunto interligado muito maior do que aquilo que poderia uma vez prever o homem que desencadeia a ação (ARENDR, 2005, p. 156).

As ações e atitudes possuem repercussões amplas. Nesse sentido, pressupõe que as pessoas em condição de poder, entendido como a possibilidade de tomar decisões que afetam a coletividade arbitram de acordo com suas convicções e princípios pautados na responsabilidade. A gestora SPMT, menciona que em sua administração investe na qualificação profissional dos munícipes. Recentemente, esteve com a reitora da Universidade Federal reivindicando cursos do Instituto Federal da Bahia (IFBA) na área de petróleo e gás para o município, que é o potencial da região. Acredita que o resultado será desdobrado para a população. Além de ações estruturais e estruturantes, informa que investe muito, através da secretaria de assistência social. “Eu sempre digo que é necessário investir no ser humano, as demais ações são consequências”.

Incentiva grupos de convivência de idosos, crianças, jovens, grávidas e trabalhadores(as). “As grávidas elaboram o enxoval do bebê: manta, roupinha e lençol”. A prefeitura oferece todo suporte, fornece material e equipamento e elas confeccionam. Ademais, conseguem construir uma relação de amor. “Muitas vezes, a pobreza faz com que as pessoas fiquem sofridas demais”. É feito um trabalho de combate à gravidez na adolescência, mas quando acontece, a prefeitura oferece apoio e acompanha quando o bebê nasce. A ideia é conscientizar as grávidas que quem irá cuidar e educar os bebês são eles: o pai e a mãe. “Nós, enquanto poder público, apoiamos, mas vocês é que vão educar e livrar do mal. Tem famílias das mais diversas. Precisa ter amor, atenção e carinho”.

Na semana passada tiveram dois dias com os idosos. Eles vão para uma pousada, passam o dia, almoçam, jantam, tomam banho de bica, fazem trilhas. A gestora, de vez em quando, faz questão de ir com eles e participa das atividades recreativas. “Pintam uma imagem da prefeita como muito séria e ficam impressionados. Eu trabalho firme, mas também convivo, brinco, danço, tenho convivência normal e natural com as pessoas e crio vínculos”. O jornalista da cidade

comentou que ninguém pode falar mal da prefeita com sua mãe porque ela briga e não aceita. “Eu disse, claro é minha amiga!” (SPMT, 2012).

Chama atenção para o fato dos idosos¹⁵⁶ ficarem sozinhos dentro de casa, sentindo-se abandonados pela própria família. Por conta disso, “criamos um espaço para eles”. Nesse local existe oficina de memória, alfabetização, artesanato, palestras, cuidado com a saúde, canto coral e educação física. Na sede do município são três grupos de convivência. O idoso, com certo tempo, a família abandona. Adoram os espaços de convivência, onde eles passam a relacionar com pessoas da idade deles, uma prática saudável. Na ponta tem a criançada, investe em creches, tem algumas que as salas onde as crianças descansam são equipadas com aparelho de ar condicionado, além do cuidado dos professores e com a alimentação. “Cuidamos das duas pontas que é a criança e o idoso”. Para as crianças a prioridade é educação. Possui seis escolas na zona rural de tempo integral, entram às oito horas da manhã e saem às dezesseis horas, em escolas de várias séries, com ensino regular, capoeira, dança e artes plásticas. Para elas e também para os idosos, a saúde, o esporte e o lazer são prioridades. Encontra-se em construção nesse ano (2012) piscina semiolímpica que servirá para competições, atividades educacionais e treinamentos esportivos (CATE), que atende a população em dezoito modalidades esportivas¹⁵⁷.

Com um trato de qualidade, as crianças não estão trabalhando e nem permanecem nas ruas, em contato com a marginalidade. Na zona rural, muitos são puxados pelos pais para a labuta diária. Mantendo-os na escola com três refeições, não precisam ir com os pais como acontecia com muitos da zona rural. A tendência é que ampliando esses espaços, o futuro deles será melhor. “Precisamos humanizar as relações, o nosso slogan é ‘cuidando das pessoas e da cidade’. Uso também ‘Cadê o meu abraço?’. Eu só cumprimento os meus funcionários com um abraço”. Ressalta prioridade no trato e cuidado com as pessoas.

¹⁵⁶ A lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003, dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 14 de agosto 2012.

¹⁵⁷ No município é ofertada gratuitamente para a população aulas de ginásticas para a melhor idade, *fitness*, ginástica livre, arte, dança, dança de salão, *ballet*, *boxe*, *kick boxing*, *karatê*. *Judô*, *taekwondo*, *jiujitsu*, capoeira, basquetebol, voleibol, handebol, futebol e futsal.

A gestora expõe que a sensação é de que falta fazer muito e que poderia ter feito mais. Está inscrita no prêmio Amigo da Criança, da Abrinq¹⁵⁸. Esteve recentemente no México apresentando em um encontro de autoridades locais, América e Caribe sobre sua experiência no município e inscreveu agora o Programa “Mamãe aprendiz” no prêmio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹⁵⁹. “Trabalho para a continuidade. Eu ando normalmente na minha cidade, vou para a praça comer acarajé, participo das novenas. Precisamos mostrar para os prefeitos que pode governar a cidade de uma forma diferente, ter uma vida normal. Estamos mudando aos poucos”. Nos planos para o futuro, afirma que pensa em se candidatar a deputada estadual e encampar uma campanha para a criança. “Podemos implantar diversas ações” (SPMT, 2012).

Explica como lida com as questões que envolvem o público e o privado, no significado original de privativo na vida do município. Conforme Arendt (2010, p. 71) “viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana”. Com referência a essa questão na vida política local, SPMT afirma que conseguiu que as pessoas distinguissem. “Na minha casa eu preservo minha família”. No início as pessoas começaram ir à sua casa. Ela solicitou à sua mãe, que explicasse a todos(as) indistintamente, que a prefeita atendia na prefeitura e a população compreendeu. “Acho um absurdo prefeitos que não tem privacidade. Outro dia estava passando, me pararam. A senhora me elogiou e pediu que eu checasse o Programa Saúde da Família (PSF) que não funcionava. Fiquei satisfeita e fui checar agradecida”.

¹⁵⁸ A Fundação Abrinq é uma organização social que, desde 1990, trabalha para que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados. O estágio que a organização alcançou permitiu que a partir de 2010, firmasse parceria com a maior e mais antiga ONG de defesa de direitos da criança no mundo, a *Save the Children Internacional*. Os projetos que ambas desenvolvem na área da educação, saúde e proteção em todo o Brasil continuam a ser operados, porém a rede de programas de abrangência nacional foi ampliada, o que vem dar voz às questões que envolvem o cenário da infância brasileira para o mundo e fará com que o número de crianças e adolescentes atendidos salte dos atuais 260 mil, para aproximadamente um milhão por ano, nos próximos anos. <<http://www.fundabrinq.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 16 agosto 2012.

¹⁵⁹ O Prêmio ODM Brasil incentiva ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É uma iniciativa pioneira no mundo e foi proposto pelo Governo Federal na abertura da 1.ª Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004. A ação conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de um conjunto de empresas e associações do setor privado. A Coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/odmbrasil/sobre>>. Acesso em: 14 outubro 2012.

Apesar disso, a gestora admite ser censurada por que não atende a todos e a qualquer hora, queriam criar dias para ela atender ao público. O prefeito anterior era assim, atendia duas vezes por semana, era aquela fila enorme e as pessoas perdiam muito tempo. “Precisei impor para mudar essa lógica”. Criou a Ouvidoria e a Secretaria de Governo Municipal que recebem e encaminham as demandas para o setor correspondente. Não se faz necessário a prefeita atender a todos. A estrutura de apoio funciona para ajudá-la e dar encaminhamentos às questões, somente quando não conseguem resolver passam para a gestora.

Detalha como funciona. Criaram um parâmetro para definir o perfil de atendimento. A oposição, muito perversamente, começou a dizer que a prefeita não atende! Outro dia atendeu a uma senhora afirmando que voltaria para o seu bairro com a notícia de que a prefeita atende sim! Recebeu em seu gabinete um empresário e ele disse, disseram que a prefeita não me atenderia, é mentira! “Eu, na medida do possível, procuro dar atenção às pessoas indistintamente, seja empresário(a) ou cidadã(o) comum! O pessoal da igreja sabe, chegam cedo e são atendidos”. Ressalta que a questão é não passar o tempo todo ouvindo os pedidos e não cumprir as obrigações burocráticas que são inúmeras. “Acho que nós prefeitas somos mais cuidadosas. Em uma reunião o rapaz falou alto, eu disse não admitir que as pessoas me tratem mal, imponho para resolver e ir a todos os lugares”. Luta para mostrar às pessoas que “temos uma vida comum, limitações, dificuldades. Têm algo da distância, mas a população percebe a vontade de trabalhar”. Ressalta que os opositores ficam na tentativa de encontrar deficiências, com o intuito de demonstrar que a gestora é incompetente. A população tende a não compreensão dos mecanismos da burocracia que enfrenta.

Desde a campanha, percebeu que as pessoas têm vergonha de requisitar dinheiro para mulheres, “para mim tiveram desde o início. Pedir é uma coisa degradante”. Nesse sentido, explica que o serviço público é oferecido de forma que não humilha a quem recebe e isso foi criado na assistência social. Com a lei de benefícios eventuais, as famílias que tem baixa faixa de renda - o programa bolsa família é um parâmetro - existem o benefício do fornecimento da cesta básica para alguma necessidade extra, a secretaria analisa e fornece.

Cita como exemplo: urna funerária e remédios. A família que tem tuberculoso, além dos medicamentos investe em alimentos, material de construção para reforma de casas, próteses, entre outros. A ideia é mudar o foco do assistencialismo e o beneficiário procura a secretaria de assistência ao invés de pedir à prefeita e demais pessoas do poder público local. “Faço questão

que compreendam que não é a prefeita que está doando, é o poder público”. Da mesma forma, quando é requisitada uma melhoria na casa, o engenheiro vai até o endereço indicado e analisa. Acontece de vez em quando, chegar famílias de municípios longínquos, a assistente social identifica com o município de origem e providencia o retorno dessas pessoas, por isso não existem mendigos nas ruas.

A prefeita BSSM discorre sobre as ações executadas e julga que conseguiu fazer um bom trabalho. Dentre as principais ações destaca-se o calçamento do bairro tido como o pior do município e reforma de quase todas as escolas com recursos municipais. (BSSM, 2012).

Por outro prisma, a gestora GPIM participa ativamente de movimentos sociais, dos idosos, crianças e excluídos. Deixou de ser deputada para ser prefeita porque sentia angústia em não ver as coisas acontecerem, “eu falava, fazia a interlocução”. O Parlamento é isso, executa pouco, porque é o papel do legislador dialogar e intermediar as ações, mas o seu desejo era pôr em prática os próprios projetos. Conseguiu aplicar praticamente todos eles na esfera municipal, apesar de ter colaborado na sua elaboração, na Assembleia Legislativa.

Tem a sensação do dever quase cumprido, por isso deseja fazer sucessor(a) no município, com a consciência de que por ora tem muito a fazer. Dentre as principais ações, chama a atenção para a construção de um restaurante popular que serve três mil refeições por dia pelo preço de um real, é um projeto de alimentação que é referência nacional. Ademais, foi uma das pessoas que brigou pela Reforma Sanitária na década de 1980, da Reforma da Previdência Social, da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), e atualmente batalha para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁶⁰. “Minha luta e história é garantir o direito da coletividade” (GPIM, 2012).

A gestora PSD conta que a sua principal bandeira de luta é investir na educação de crianças e jovens para que tenham a oportunidade de estudar, diferente dela que não usufruiu dessa possibilidade. Ressaltando que atualmente é considerado um direito¹⁶¹. Também se preocupa com a alimentação das crianças e afirma exigir da nutricionista que, além de um

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em 22 de setembro 2012.

¹⁶¹ O direito da criança e do adolescente foi aprovado no Brasil, somente com a promulgação da lei 8.069/1990, no capítulo IV, “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, no art. 53, art. 53, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1990).

acompanhamento nutricional adequado, garanta aos estudantes comida boa e farta, “Já passei muita fome, fome de não ter comida!”.

Em um período difícil na sua administração, quando rompeu com o grupo por não atender às suas demandas estava sentindo-se solitária e abandonada. No dia em que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Centro de Convenções, em Salvador – Bahia foi ao seu encontro. “Deu-me aquele estralo e eu saí, até hoje não sei como fiz aquilo[...] Eu disse: Lula receba essa carta pelo amor de Deus!” Entregou ao Presidente um ofício e ele, discretamente, recebeu e fez um sinal para ela de cumplicidade. No documento entregue ao Presidente, a prefeita menciona que escreveu: “Só estudei até a quinta série, meus adversários diziam para não votarem em mim porque sou analfabeta. Portanto, meu querido Presidente, eu quero uma instituição de ensino e condições para que o pobre de pé no chão tenha acesso à educação que eu não tive”. Após alguns dias, a prefeita recebeu telefones de uma assessora da Presidência da República, posteriormente assinou convênios entre Órgãos Federais e o Município. Sendo este contemplado com ônibus escolar, recursos para a construção de casas populares, anteriormente suspensos e instalação do Instituto Baiano Federal no município, em funcionamento os primeiros cursos de Mecânica e Tecnologia. Espera-se que no ano de 2013 a implantação de novos cursos.

A prefeita reconhece que o Governo federal contribuiu com o município. Cita a parceria com uma Universidade próxima que abriu os critérios para que os professores da rede municipal de ensino pudessem receber qualificação e promoveu cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para profissionais como encanadores, carpinteiros, pedreiros, e da área industrial. Conta que nas escolas municipais utilizam móveis e equipamentos do porte de escolas particulares de boas referências. “Tem biblioteca, computadores, televisão de plasma, brinquedos, educação, saúde e assistência”.

Sempre procurando proporcionar uma educação de qualidade, sobretudo para aqueles mais carentes. “Eu tenho de correr atrás da educação, porque aquele pessoal pobrezinho, da minha marca, eles ficaram radiantes com a minha conquista e eu preciso mostrar a eles, que a educação é o caminho!” Preocupa-se também com a alimentação escolar e empenha em oferecer uma nutrição equilibrada e saborosa. “Na merenda é refeição mesmo, é uma briga danada com a nutricionista, eu digo: crianças precisam comer alimentos gostosos e carne” (PSD, 2011).

A prefeita RAF julga ter mudado a lógica na administração de seu município. “Nossa gestão é voltada para a inclusão social”. Expõe sobre as melhorias que conseguiu implantar, a exemplo, cursos superiores, Programas Saúde da Família (PSF), políticas do idoso, quilombolas, política para as mulheres, cultura, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outras categorias relacionadas.

Em seu discurso, a prefeita tem a intenção de aproximar elementos para caracterizar as modalidades de participação das mulheres no seu mandato, demonstrando avanços. “Meu governo é feminino e demos um salto de qualidade, geração de emprego e renda, postura das pessoas da cidade, construção de banheiros e casas populares para quem não tinha”.

Destarte, cumpre mencionar o fato de ações e programas governamentais que implantou no município, como a criação do departamento de meio ambiente que “exigiu muito, foi necessário coragem para modificar parte da cidade, mandei quebrar tudo para fazer rede de esgoto, que era dentro do rio, virei a frente da cidade para o rio que era de costa, era lixo dentro do rio”. A drenagem dos esgotos, recolhimento de resíduos e abastecimento de água domiciliar tornaram menos penosas as tarefas de casa, porque essas melhorias contribuem para a maior libertação das pessoas na organização do tempo, saúde e bem-estar. Avalia, como uma obra de onze milhões e quinhentos, foi “investimento que políticos não gostam, pois são obras de infraestrutura que não aparecem, a mídia não mostra, mas sua falta acarreta graves problemas, sobretudo, à saúde da população”. Outra política pública foi o plano de cargos e salários dos professores. “Eu tive coragem de mexer com isso, que é complicado”.

Projetos como “Educando para a Horta” e “Produção Literária” são exemplos de inovações que acontecem no município. O primeiro consistiu em inserir no currículo das escolas municipais disciplinas assuntos e atividades ligadas ao plantio de legumes e verduras. Em cada escola um(a) pedagogo(a) é responsável pelo projeto que vai também às casas dos alunos, considerando que a educação deve abranger toda família.

O segundo refere-se a uma parceria com uma Universidade, com o lançamento de livros escritos por adultos recém alfabetizados, provenientes de oficinas. Dentre os títulos foi publicado “Município¹⁶²: entre rosas e veredas”, reunindo memórias de pescadores de até setenta anos. “Município: entre o sabor e o saber” com participações coletivas a partir da tradição culinária

¹⁶² No livro consta o nome do município, mas para preservar a identidade da gestora optou-se por utilizar o termo “Município”.

local. O exposto evidencia a interdependência entre políticas públicas e as relações estabelecidas com a intencionalidade da gestora. Avaliações substantivas dos procedimentos, alcances, resultados e impactos dos diversos planos e ações enfocam a personalidade e os princípios que acompanham uma luta política consciente (RAF, 2011).

Em outra realidade, a gestora CDSN faz uma explanação sobre as melhorias provocadas em sua gestão como adimplência e credibilidade, acesso da população a medicamentos gratuitos, aquisição de máquinas agrícolas para ajudar aos pequenos agricultores a arar a terra em suas propriedades, bem como projetos específicos de agricultura para a zona rural. Preocupa-se com as pessoas com deficiência e possui um programa com o escopo de tirá-los da clausura de dentro das casas e inseri-los em esportes e passeios comunitários. Dentre outras ações, possui o projeto de casas populares, doação de cimento e cal para moradores(as) que já possuem suas casas, mas inacabadas, priorizando a limpeza e a aparência da cidade.

Exemplifica sobre um encontro de mulheres que realiza todos os anos no município, ocorre há dez anos. Uma festa alegre, com danças, brincadeiras, comidas típicas, capacitações e palestras educativas. Estimula as mulheres a serem participativas, abrirem negócios próprios e terem seus projetos. (CDSN, 2011).

LDG faz um apanhado geral de obras que julga importantes, a exemplo, Programa Saúde da Família (PSF), poços artesianos na zona rural, aquisição da merenda escolar junto à agricultura familiar, no sentido de manter as pessoas no campo, mas com boas condições de permanecerem na zona rural. Implantação de cooperativas para escoamento da produção da agricultura familiar e sua comercialização com outros municípios. “Instalamos água na casa do agricultor rural, furava o poço e fazia extensão para as casas”.

Ponderou as assertivas sobre as exigências da comunidade e das despesas com pessoal onerosas, mas que não deixa de atender aos programas, apesar das receitas do município não se sustentarem. Atribui ao momento difícil e comenta sobre as políticas implantadas, dentre elas, a tentativa frustrada de uma universidade pública no município, que a levou incentivar com bolsas de estudo nas áreas de Matemática, História e Letras. A manutenção de ônibus que transportam universitários para as cidades circunvizinhas e pagamento das passagens para os estudantes de cursos técnicos, “como não temos é preciso investir, porque a educação é o ponto chave para a mudança. É o elo que precisamos se quisermos um ser humano bem formado. Tenho a preocupação de começar com as crianças”.

Nesse sentido, argumenta que busca mecanismos para combater as violências e o tráfico de drogas na região, sobretudo porque os traficantes buscam as crianças e adolescentes para o comércio ilegal das substâncias psicoativas. Se a criança e/ou o adolescente for bem preparado tem melhores condições de fugir de situações de violências. “Sou uma prefeita que não permaneço em gabinete, saio e observo, me deparo com a desestruturação das famílias e isso reflete na criança”.

Anteriormente, quando trabalhou na área social, visualizava situações de vulnerabilidades sociais envolvendo crianças, adolescentes e suas famílias. Ressalta que já inauguraram um centro de atendimento. “Sentamos com as polícias militar e civil e pontuamos os bairros onde há mais incidência de crimes e fomos trabalhar esses adolescentes em situação de riscos”. Parte para a ação e não fica de braços cruzados. Em escolas com problemas de violência e tráfico de drogas cria estratégias para esse enfrentamento, como exemplo, a instalação de câmaras e seguranças no interior das instituições e a distribuição do cartão de identificação do estudante. “Todos os lugares tem profissionais monitorando, porque a cidade é pequena, mas tem problemas de metrópoles”.

Ademais, procura incentivar a polícia civil e militar, com a disponibilização de combustível, alimentação, material de limpeza e de escritório, conserto das viaturas, porque sabe da responsabilidade. Percebe que a logística do governo estadual não possui condições de atender a todas as demandas. Possui sensibilidade para problemas sociais e culturais, manifestada através da preocupação com a população jovem, procurando afastá-la da marginalidade e das substâncias psicoativas, o que faz orientando suas ações, privilegiando noções de solidariedade e integração social (LDG, 2012).

A prefeita CBMS estima que encontrou o município sucateado em todos os aspectos. Ao mesmo tempo procura gerir e provocar o funcionamento dos sistemas de saúde pública, educação e social. As estruturas físicas e a funcionais encontravam-se deficientes e sem qualificação adequada, além da credibilidade moral administrativa e econômica em estado lastimável. Foi necessário um projeto de reconstrução. Afirma que começaram pelas ações que demonstram a moralidade, procurando mostrar à comunidade que a gestão é outra. A expectativa da população sempre foi alta, sobretudo porque o município sofreu nos últimos oito anos com a

deestruturação, falta de compromissos, descaso completo, sem projetos, com a baixa estima do funcionalismo público. Relata que eles viviam naquele patamar, sem expectativas e com a esperança diminuída. “Com a minha entrada, elas esperavam muito, imagine a cobrança disso!”.

A ênfase da prefeita recai sobre o tamanho da cidade e a dependência das pessoas ao serviço público: saúde, educação, assistência social. Procura atender primeiro a base. “Encontramos o setor de saúde sem nenhuma estrutura: medicamentos e profissionais. Os médicos foram embora por falta de pagamento, servidores com salários atrasados, a tradição era não pagar retribuição pecuniária em dia” (CBMS, 2011).

À primeira vista, a gestora afirma que iniciou com a atualização do salário dos servidores municipais, investiu nas estruturas das unidades de saúde com equipamentos, sempre dentro de um limite, mas ininterruptamente. Nos primeiros anos, conta que fez um trabalho de reestruturação. As pessoas estavam acostumadas ao assistencialismo e queriam continuar nisso. “Eu dizia, não fui eleita para repetir tais erros, a nossa proposta é diferente, queremos governar para melhorar a estrutura da cidade e com isso fazer prosperar a vida de todos”. Esclarece que o governo faz assistência, mas sem assistencialismo, com cesta básica, transporte, mas com apoio social e jurídico. Todo esse tipo de ajuda existe, mas dentro de programas sociais, e não com pessoas na porta da casa da prefeita mendigando. Acredita que suas ações são percebidas, “hoje as pessoas percebem o governo que estamos fazendo”.

Ora, o encaminhamento da argumentação da prefeita é que realizou muitas ações. Por exemplo, todas as praças públicas reconstruídas, cidade limpa, trecho da avenida principal reconstruída, reforma das escolas e unidades de saúde, apesar de serem filantrópicas, construção e manutenção de escadarias em bairros que possuem rua acidentada, calçamentos, pavimentação de ruas, projetos de agricultura e paisagísticos, melhorias nas estradas vicinais, considerando que é uma área extensa. “Temos apenas duas máquinas antigas, chove, todo trabalho vai embora, mas a cidade está mudando a cara, está mais bonita, a saúde, educação e social funcionam”.

Também contribuí estimulando as associações e cooperativas. É interessante a iniciativa do governo local em renovar e revitalizar o associativismo, introduzindo novas formas e modelos de gestão e atuação, recriando as coletividades. O trabalho visa alterar a dinâmica interna das comunidades, fazer com que as pessoas se unam, estreitando laços de companheirismo que motiva e estimula a ampla participação das(os) cidadãs(ãos) assegurando a qualidade das atividades, diversidades e o progresso local e regional.

Nessa segunda série argumentativa, conta que reconquistaram a banda de música mirim que existia no município e havia sido perdida, conseguiram resgatar com crianças de oito a dez anos uma banda marcial. “Existe trabalho e continuamos com muito por fazer, uma obra imensa”. Dentre as principais, cita a credibilidade e a autoestima das pessoas e acrescenta que os munícipes estão agradecidos por conta da cidade estar mais bonita, inserem fotos e informações nas redes sociais, convidam parentes e amigos a visitarem a cidade, que ganha visibilidade.

Demonstra se preocupar com a cultura local e investe no resgate das festas populares: “São João”, Natal e Padroeiro. “No esporte resgataram os campeonatos que era uma paixão do povo da cidade. Coisas simples, mas que as pessoas vivem com intensidade, é financiado pela prefeitura” (CBMS, 2011). O apoio e o incentivo às atividades dos clubes esportivos contribuíram com a promoção e melhoria das condições de vida da população.

A Prefeita GLC, no decorrer da narrativa, explica como conseguiu barganhar, sem lotear prefeitura. Confirma que mudou secretários quando verificou tal necessidade. Cita como exemplo, a Secretaria Municipal de Saúde onde teve seis secretários durante os sete anos, precisou mudá-los até encontrar um com um perfil adequado ao cargo e que conseguisse liderar a equipe sem prejuízos para o município. Lamenta a falta de tempo para dar devida atenção a todas as demandas da municipalidade. “Eu tenho um defeito, se eu tivesse como ampliar a quantidade de horas no dia eu acho que resolveria... Como conciliar o técnico com o político? E o tempo? Preciso de pessoas preparadas para fazer as coisas acontecerem!” (CLG, 2012).

Por seu caráter local está exposto no contexto cotidiano o contato direto com as pessoas e os conflitos sociais. As relações interpessoais são mais diretas e menos formais. Trata-se de um espaço vinculado aos valores comunitários e solidários. Nesse sentido, a prefeita SCCR conduz as mulheres para a zona rural, participa de futebol feminino, “elas jogam quando eu vou. Acompanho às suas casas altas horas da noite”. Com ações dessa natureza, aliadas às atividades coerentes e responsáveis na gestão pública, sua aprovação é de noventa por cento. “A oposição acabou, o eleitorado está polarizado”.

Na atualidade, como sugere a prefeita, o medo não deve ser algo incentivado às pessoas. Afirma que nunca se permitiu tal reação, trabalhava em outra cidade e ia sozinha dirigindo a qualquer hora. “A sensação de medo é tão terrível que desde pequena eu sempre fiz tudo para evitar. Minha mãe dizia que não precisamos senti-lo, a não ser ao fazer coisas erradas!” Conta que desde a eleição, arranjou uma barrinha de ferro e deixou debaixo do banco do seu carro.

“Pensei, é melhor precaver, se alguém me pegar na estrada tenho pelo menos uma arma para enfrentar até conseguir correr [risos]” (SCCR, 2011). Prefere tal “arma” a andar na companhia de motoristas e seguranças, pois prefere estar sempre próxima às pessoas.

SNFM menciona sobre as obras em andamento. Com a utilização de recurso dos tributos, como a parte estadual e federal têm feito obras de calçamento no interior do município, creches de “primeiro mundo”. Parte da assertiva de que quem conheceu a cidade há três anos, não reconhece mais. Asfaltou ruas, construiu *shopping* ao ar livre, fonte luminosa. Explica que, “de manhã os idosos vão para a praça fazer ginástica e dançar [...]”. Os jovens frequentam a praça da juventude. Tem quadra esportiva, livrando os jovens das drogas e colaborando com a diminuição do consumo de bebidas alcólicas. “Promovo festa para as crianças, interajo com todos” (SNFM, 2012).

Aguarda as obras aprovadas: praça do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de dois milhões no bairro mais carente da cidade, creche com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), escola modelo em tempo integral com recursos próprios. A cidade transformou-se em um canteiro de obras. Nas cidades vizinhas, as pessoas não compreendem onde conseguem tantos recursos, na região as pessoas falam da sua administração como um exemplo de seriedade. “Era lixo no meio da rua, hoje usam contendas, eu multo e levo tudo com muita responsabilidade, as pessoas dizem a prefeita vem aí, e ela multa” (SNFM, 2012).

Também houve dificuldades, conforme conta. “A princípio foi um choque porque tirei barracas de trinta anos da rua, fiz praças, tirei feiras de sessenta anos e mudei para o lugar próprio, levei as barraquinhas para a feira”. Apesar das mudanças aparentemente ruins para os proprietários desses serviços, houve recompensas. “Aproveitei beco, coloquei portais, toldos, inseri ‘Feira Verde’”. Fez parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Cita os projetos da Arara Azul¹⁶³¹⁶⁴, está na Empresa de aviação o roteiro da Arara Azul. “O projeto tem parcerias com empresas de Chicago e entrará na rota da copa do mundo de futebol em 2014”¹⁶⁵.

¹⁶³ Explica que o município vai entrar no turismo da copa do mundo, porque tem a arara azul, espécie em extinção

¹⁶⁴ O Projeto Arara Azul estuda a biologia e relações ecológicas da arara-azul-grande, realiza o manejo e promove a conservação da arara azul em seu ambiente natural. Distribuição Geográfica: encontrada no norte da Bahia, especialmente na Reserva Ecológica do Raso da Catarina e na Reserva Biológica de Canudos. Sua área de distribuição histórica incluía os municípios de: Campo Formoso, Euclides da Cunha, Uauá, Jeremoabo, Canudos, Sento Sé e Paulo Afonso. Disponível

Para os artesãos, conseguiu contato com o Instituto Mauá, o qual adquire suas peças artesanais. Os munícipes fazem o manejo da palha. Um professor vem de Chicago treinar as crianças para ser guia turístico”. O município possuía sessenta e seis ararinhas azuis e hoje conta com um mil e duzentas e quarenta ararinhas marcadinhas e monitoradas na Serra Branca. “Agora vou fazer uma praça de artesanato para as pessoas aproveitarem... São cento e vinte e dois observatórios da arara azul no mundo, sendo monitorados pelo IBAMA” (SNFM, 2012).

Outro recurso natural produzido no município é a palha do licuri¹⁶⁶ que os artesãos aproveitam como matéria prima para fazer cesto, jogo americano, produção de bichos que estão em extinção: João de barro e arara azul. Pintam com tintas da planta para não usar tinta artificial. “Unimos com o pessoal em São Paulo que trouxe empresas para explorar o turismo local da arara, que é mansinha. São projetos bacanas, que incentivamos” (SNFM, 2012).

“Credenciaram-me para ser prefeita e agora o pessoal não quer que eu deixe”. Explica que a cidade está bonita, fez natal com material reciclado, trouxe ideias de Gramado. Conta que os frequentadores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) produzem lustres. Recentemente, foi noticiado no programa da televisão *BA TV* da Rede Bahia. Sobre o natal, “muitos nunca tinham assistido um natal tão lindo. Montamos um presépio dentro da fonte luminosa jorrando, inauguramos com champanhe na praça, as crianças alegres brincando nas casinhas de Papai Noel, foi lindo, maravilhoso!”. Em seu cotidiano busca fazer da melhor maneira possível. “Trabalho, interajo com todos: juventude, crianças, idosos, com povo.”. Explica que, desde jovem possui um ateliê de decoração na Capital Salvador. Os filhos adultos cuidam de sua empresa e “eu fico no município.” (SNFM, 2012).

A gestora MROR narra que ama o trabalho ligado à educação. Anteriormente, o governo federal não incentivava e nem oferecia tanta ênfase. Com um trabalho diferenciado na secretaria de educação afirma, “todas as minhas crianças, eu digo minhas, tem ensino infantil desde os três

em: <<http://www.projetoararaazul.org.br/arara/Home/AAraraAzul/Asararasazuis/Araraazuldelear/tabid/296/Default.aspx>>. Acesso em 05 de outubro 2012.

¹⁶⁵ São municípios que poderão receber visitantes em decorrência da copa do mundo de futebol em 2014, prevista para acontecer no Brasil.

¹⁶⁶ Palmeira típica do sertão nordestino é muito semelhante à do açaí, uma palmeira amazônica. É uma matéria prima que pode ser beneficiada ao nível de propriedade agrícola, ou de comunidades urbanas. Ao agregar valor ao fruto da espécie nativa, além de ter ampliada a sua valorização, até por ser de origem orgânica, fortalece e confere sustentabilidade a um negócio extrativista que se expande por extensa área do semiárido brasileiro, em especial o território baiano. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010/outubro/4a-semana/licuri-tao-bom-quanto-acai>>. Acesso em 5 de maio 2012.

anos de vida e em todas as escolas infantis são servidas duas refeições por dia”. Acredita que investir na infância é a melhor ação de qualquer governo. “É isso que fiz e faço, porque tenho certeza que essas crianças sendo amadas terão um futuro melhor”.

Prefere que a chamem de professora. Na sua rotina diária, conta que todo o dia pela manhã percorre duas ou três escolas diferentes antes de chegar à prefeitura, seja na zona rural ou na sede. As pessoas sabem que sua prioridade é a educação. “Não vou dizer que não cuido de outras áreas, saúde também é importante, esporte, mas educação tem de ser e é o primeiro passo que temos de dar na vida”. Conclui afirmando que é do tipo de pessoa pronta para qualquer desafio, “se precisar varrer rua eu varro [...]” (M.R.O.R., 2012).

A prefeita PSTEM explica que executa atividades do tempo que era somente a esposa do prefeito. “Eu preparava palanque, enfeitava a cidade como se fosse minha casa, as pessoas dos municípios vizinhos vão para a cidade tirar fotografias”. Lembra que quando seus filhos eram crianças ela os levava ao shopping em Salvador e elas adoravam. Diante disso, usa a empatia e se põe no lugar das mães que moram na cidade que administra. Elas não têm condições de levar os filhos para as grandes metrópoles passear nos *shoppings centers* então, “hoje eu faço como se estivesse dando essa oportunidade para as pessoas carentes, natal e festas”. Conta um episódio no último *reveiÓN* “eu fiquei perto de uma pessoa muito humilde, quando a queima de fogos começou, ela ficou encantada!”. A gestora explica que também ficou deslumbrada, mas não com os fogos, e sim com o encantamento daquela senhora. “Eu olhava para ela e pensava como é gratificante exercer o poder de barganha para fazer algo para as pessoas, por isso eu entrei na política” (PSTEM, 2012).

SVCV menciona que seu município tem setenta mil habitantes, “são muitas pessoas que precisam de nós e procuro ter equilíbrio para enfrentar situações terríveis para administrar a cidade”. Atribui a um ser superior que a ilumina, “o mandato não é meu, é de Deus, foi Ele que fez dizer sim. Se aceitei não posso lamentar, sou forte na fé”. Ademais, tece elogios à sua campanha, “difícilmente vou conseguir fazer outra tão linda e empolgante como foi a primeira”. Ressalta que precisa da compreensão dos filhos e acrescenta, “hoje estou aqui e não vou vê-los, eles ficam tristes, mas aceitam [...]”.

Recentemente inaugurou algumas obras: creche, escola, ampliação do posto de saúde da família, complexo esportivo, sala de atendimento às crianças com necessidades especiais. Confessa que sentiu muita alegria de entregar as obras e envolver as pessoas (SVCV, 2011).

A gestora PAVR implantou em seu município uma política pública de apoio a estudantes, com o programa de bolsas. “Fiz com que criassem uma comissão universitária, formada por eles. Contratei uma empresa para fazer ouvidoria e periodicamente fazer auditoria. Quem fizer errado vai arcar com as consequências, por isso não deixam erro nenhum”. Comenta que foi convidada para uma reunião porque tem uns cientistas que querem compreender como consegue tantas realizações e mudanças no município. “Eu vou para minha casa almoçar e ninguém bate na minha porta, fui para um evento na câmara andando”. De igual forma, “se quiser ir à minha casa como amiga pode, conversamos e damos risadas, mas se quiser falar comigo sobre trabalho é na prefeitura”. Para que isso acontecesse e que mudasse a forma das pessoas se comportarem, como não fazer filas para serem atendidas e pedir coisas aos agentes políticos – vereadores e prefeita criaram um programa de Assistência Social.

Conta que na próxima semana será a inauguração da universidade federal com o apoio da prefeitura, ínfimas escolas possuem um prédio dessa magnitude, cedido à universidade. Sente-se gratificada por que conseguiu reformar todas as escolas, equipando-as com sanitário, cozinhas e equipamentos. Encontra-se em processo de finalização os cinco Programas Saúde da Família (PSF), com equipamentos hospitalares. A consolidação de várias ações fez com que recebesse prêmios, inclusive da revista Caras da editora Abril e seu lema é “respeito ao dinheiro público, à inteligência das pessoas e ao cidadão e cidadã que nos elegeram em confiança, pagam seus impostos e merecem de nós o melhor” (PAVR, 2012).

A prefeita NQI menciona que, apesar de “perseguição e guerra contra a minha pessoa, acredito muito em Deus porque sei que ele defende os justos e em nenhum momento fiz politicagem. Eu não entrei para destruir, enquanto eles falavam mal eu continuava a trabalhar”. O município possui a maior mina de gesso do mundo, há quinze anos e não fizeram nada. Dentre as principais ações cita a “Casa de Cidadania”, composta de profissionais, entre eles, advogados e assistentes sociais para atender às pessoas; o “Ponto Cidadão”, o “Centro de Referência Estadual de Atenção a Saúde do Idoso (CREASI)”, apoio a instalação da Caixa Econômica, Instituto Nacional de Seguridade Social, Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC). Dentre os projetos, cita “Inclusão Produtiva e “Município sem miséria” (NQI, 2012).

A população não mais adere às provocações. Ela se auto interroga: “será que é por ser mulher? Pode ser, mas o principal é o desejo das pessoas pelo poder para se auto afirmarem. O poder no meu entendimento deve ser dividido”. Acredita que a população clama e possui um

projeto e se vê trabalhando nele. “Este projeto me fez prefeita: implantar políticas públicas para as pessoas” (NQI, 2012).

Munida de esperança, SSSI afirma que se as obras que cadastraram acontecer provocará mudanças. “Hoje o que temos de consciência é que não podemos devolver ao passado uma hegemonia de quarenta e dois anos, onde não se praticava políticas públicas”. Reconhece que o município “merece melhorias constantes, trata-se de um polo aberto ao progresso, que não avança devido às más administrações” (SSSI, 2011).

De forma similar, a prefeita VALA confirma isso e acredita que em sua época, a sua profissão era associada a capacidades para atuar na política e colaborou para que ela pudesse concorrer, “as professoras primárias são as primeiras intelectuais” (PERROT, 2007, p. 127). Dentre as razões que atribui sua participação e a necessidade de colaborar com a melhoria na administração e na gestão dos recursos públicos. O interesse em conscientizar as pessoas que os recursos da prefeitura não são para distribuição, mas para atender a todos com políticas públicas eficientes. Expõe sua atitude perante a população, “eu andava com a cartilha da LRF¹⁶⁷ debaixo do braço e dizia às pessoas: “posso até ir presa, vocês me elegeram para isso?”

Acredita que influenciou pessoas. “Elas estão mais conscientes, acho que conseguimos uma melhora de uns 80%”. Ao citar que vale a pena participar, conta o que tem de negativo como os projetos aprovados que não acontecem. Por outro lado, conta vitoriosa que não tem problemas com vereadores(as), segundo ela, os edis possuem consciência de que a prefeitura “não é para dar dinheiro e nem benefício para vereadores, as benesses têm de ser para as pessoas que necessitam de saúde, educação, assistência social, de maneira equânime para todos que precisam”. Apesar do município não ter tradição de eleger mulheres não teve grandes dificuldades por conta de gênero, atribui isso ao exercício da profissão. (VALA, 2012).

Ao contrário do que se possa pensar e esperar, o fato das mulheres estarem à frente da prefeitura municipal não é determinante para a implantação de políticas públicas que beneficiem diretamente as mulheres. O poder público municipal pode desempenhar um papel na melhoria de qualidade de vida e na promoção dos direitos das mulheres no plano local, quer através da intervenção geral na esfera das competências atribuídas aos municípios, quer de uma especial atenção à promoção da equidade.

¹⁶⁷ Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, lei n. 101 de 4 maio 2001.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 01 de jun. 2012.

Sabem das dificuldades de sensibilização das populações para a necessidade de especial atenção à promoção dos direitos das mulheres. Apesar da consagração legal da igualdade de direitos e oportunidades, persistem preconceitos, semelhança com os costumes dos antepassados, ideias consagradas, estereótipos que as impede de inovar no que tange ao conteúdo político, como também, a resistência das próprias mulheres em incentivar e participar de ações diretamente ligadas a elas¹⁶⁸.

Nos últimos anos, a mobilização de mulheres é evidente, tanto em referência ao movimento feminista como aos movimentos sociais e participação em instâncias governamentais, pensar na ação das mulheres envolve tais perspectivas. Analisar esses processos de participação abriu a perspectiva de um espaço político que antes era inexistente. Os movimentos por creches, escolas, água e esgoto, melhores condições de assistência à saúde, denúncia às violências são mobilizações que, de toda maneira, está lidando com uma questão que diz respeito às mulheres enquanto cidadãs. Esses movimentos passam por ideias que dizem respeito à categoria mulher. As gestoras lidam com essas demandas de forma direta, não em função de uma ideologia feminista, mas porque existem essas demandas nas comunidades, nas discussões em conjunto, na criação de consensos, que é uma discussão política e estabelecem as condições para essas reelaborações que estão na base da atuação das(os) gestoras(es) municipais.

5.4 Entre o público e o privado: o longo caminho das mulheres na política

Sistemas de gênero, independentemente do período de tempo histórico - são sistemas binários que se opõem masculino para feminino... em ordem hierárquica. Enquanto associações simbólicas cada sexo tem variado enormemente, eles incluíram o individualismo versus nutrição, o instrumental ou engenharia versus a procriação natural, razão contra a intuição, a ciência versus a natureza, a criação de novos produtos versus serviços, exploração versus conservação, clássica versus romântica, características humanas universais versus especificidades biológicas, políticas e domésticas e público versus privado, coisa interessante sobre essas oposições binárias é que muito mais obscuro e complexo os processos culturais e sociais em que as diferenças entre homens e mulheres não são nem aparentes nem claras. Nesse sentido, é claro, estão seu poder e significado.

Conway, 1996.

¹⁶⁸ Para ilustrar essa situação, guardando as devidas proporções sobre locais, costumes e condições de vida diferenciados, o filme “A fonte das mulheres” de Radu Mihaileanu, aborda a dificuldade das mulheres em se unirem contra a situação de opressão para reivindicar melhorias em suas vidas (2011).

O axioma da contradição sobre o qual versa a autora da epígrafe acima é um dos sinais de conscientização que emerge em algumas mulheres quando elas conseguem pensar nas formas de inferiorização que as atingem. Em se tomando ciência da situação é possível trabalhar para reverter essa alternativa e, talvez, fazer algo novo e diferente em sinal de que os fenômenos não deveriam ser previamente definidos, conforme assinalados.

Este tópico tem a pretensão de dialogar com as gestoras, aproximando-se da tradição dos diálogos socráticos¹⁶⁹, do exercício prático que visa aperfeiçoar a comunicação dialógica, através do exercício da escuta atenta. Ademais, perceber o que leva o sujeito a tomar atitudes e ter determinado parâmetro de “verdades”, com o exercício da dialogicidade, percebendo detalhes para além das palavras ditas com fins à compreensão sobre a relação do que elas vivem na esfera pública é o escopo desse item. Partindo da ideia de que “a mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-famílias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação” (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

A sutileza das situações de dominação é um dos aspectos mais relevantes nas relações de gênero atualmente, sobretudo quando se acompanha as mudanças e as afirmativas da equidade nas relações de gênero. Tanto na política como na família, a estrutura de gênero fundada na divisão sexual do trabalho, “organiza a opressão, bloqueia as oportunidades das mulheres, e participa da produção de afetos, das sensibilidades e de autoimagens que certamente não se reduzem à dualidade entre dominador e dominado” (BIROLI, 2012, p. 240).

Mais complexa do que essa dualidade é todo o processo de atuação das mulheres na atuação da história desse país. A mulher negra situou-se entre a trabalhadora e a “mulata” cantada em prosas e versos, vendida como uma imagem de brasilidade, pronta para agradar e seduzir, se fosse necessário. (CAVALCANTI e SANTOS, 2009).

Por outro lado, a branca colaborou com o seu papel no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, valores ideológicos e símbolos de ascendência como cor, língua e religião. Possuíam funções de reproduzir e transmitir bens, “no mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras

¹⁶⁹ Platão ensaiou os mais diversos tipos de diálogo, como se tentasse comprovar que este gênero literário serviria aos mais diversos assuntos. O diálogo não foi invenção dele, embora nunca o tenha abandonado. Todos os socráticos o adotaram e esta modalidade perdurou [...]. (CLARET, 2005, p.17)

do processo de organização política entre o poder central e o local” (DIAS, 1995, p. 109). Sua influência era tida como relevante em diversos aspectos na comunidade.

Entretanto, quando se fala de poder representativo é cercado de preconceitos que as primeiras ofensas são as de negar o papel delas no âmbito político. Em outras situações exibem atributos, como se fossem capazes de mudar o mundo, sobretudo o de serem mães, inclusive ideias concebidas por elas também. As mulheres com o perfil de "enfrentar a sociedade" são justamente aquelas que conseguem romper com as amarras invisíveis da sociedade. Aquelas que são "normais", vistas dentro de uma norma no tempo e na cultura, geralmente são sufocadas muito cedo pelos valores morais patriarcais / machistas e acabam cedendo antes de conquistar a tão sonhada autonomia. A conscientização não se dá de uma hora para outra, trata-se de um processo educacional e cultural fortemente arraigado em ideias pré-concebidas. O máximo é para garantir uma razoável adaptação ao contexto, mas a consciência de si e para si é um processo que requer reflexão em profundidade e longa duração.

A partir desta perspectiva, o enfoque recai sobre os dados empíricos e as análises nas formas como as mulheres pesquisadas se inserem no contexto político baiano, buscando compreender as possibilidades semânticas de gênero que esta inserção revela. Situa-se aqui a riqueza da experiência política dessas mulheres. Entretanto, as relações de gênero se estruturam a partir da lógica da complementaridade de papéis entre o feminino e masculino, pouco se alinha à perspectiva de poder e “empoderamento”.

Os princípios de “empoderamento” das mulheres (UNIFEM, 2009) fornecem elementos-chave para a promoção da igualdade de gênero na sociedade como um todo. Embasados no objetivo de estabelecer liderança corporativa para a igualdade, tratar a todos; mulheres e homens de maneira justa. Esses princípios são norteadores da iniciativa conjunta do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) para o desenvolvimento. A cada processo eleitoral surgem candidatas impulsionadas pelas ações afirmativas ou não. Mais mulheres candidatas é o indício para se incrementar na pauta, sobretudo, da agenda local assuntos específicos para a melhoria de vida e “empoderamento”.

Ademais, dentre os oito objetivos do milênio, com data limite de alcance para 2015, extraídos da Declaração do Milênio que foi adotada por cento e oitenta e nove governos no ano de 2000, o terceiro deles visa promover a igualdade de gênero e “empoderar” as mulheres. A

preocupação existe acompanhada de reconhecimento de que o alcance da equidade é crítico para o alcance dos demais objetivos, sobretudo, por ser um tema relativamente novo no Brasil.

A prefeita RAF que se diz “dura” e não se entenece em público com facilidade, confessa suas reações emotivas. Conta que no dia internacional da mulher, em 2012, chorou de emoção. Em uma caminhada com o lema “A mulher também pode!”, organizada para comemorar a data, com um público estimado em mil e quinhentas pessoas vestidas de lilás, fizeram para ela uma homenagem. A freira idosa que a acompanhou em muitos episódios sofridos da vida, que a aconselhava e a incentivava a continuar, tida pela prefeita como sua mestra, conselheira e exemplo de vida a entregou o prêmio. “Eu chorei, quase morro de tanto chorar. Inseriram uma foto com dizeres sobre mim, essa mãe mulher determinada, que não abre mão dos princípios!”

A reflexão sobre o sujeito da política é ainda mais elucidativa para o caso estudado e associado ao cotidiano. No dia-a-dia na Prefeitura, a ordem é não aceitar discriminação contra as mulheres. “A gente briga!”. Cita como exemplo, a exoneração de um rapaz porque ele não respeitou a secretária de cultura, por ser baixinha e solteira. Ela deu uma ordem e ele não atendeu e a tratou com grosseria. A prefeita conta que pediu a ela que exercesse a autoridade como secretária de cultura e que oficializasse a sua devolução para o gabinete. “Exonerei-o, fiz o que deveria, para ele aprender a respeitar as mulheres”. A mudança de mentalidades é um processo de longa duração porque colide com situações de poder instalada, se torna mais prático manter comportamentos rotineiros arraigados que mantém a mentalidade vigente, continuando a atribuir às mulheres a posição de subalternidade, exigindo delas a submissão que lhes foi peculiar.

Ressalta os profissionais do primeiro escalão do gabinete. Entre doze pessoas, nove são mulheres. Ademais, está nas mãos delas a diretoria do hospital, proteção social, controladoria, secretaria de desenvolvimento urbano e chefia de gabinete. “Porque a mulher é mais sensível, ela tem um toque que o homem não tem”. E denuncia, “O problema é que deixaram as mulheres somente para trabalhar e cuidar do social. Quantas fazem economia? ciências políticas? Não faz[...]. Nós queremos mais, queremos ter caneta e dinheiro para comandar!”. E é justamente no âmbito dessa contribuição que a mulher deve e pode mais no poder local. Como fator de valorização e promoção dos valores da igualdade e de defesa dos direitos das mulheres. Iniciativa que promove os princípios de emancipação, estímulo e incentivo para aquelas que possuem condições de desempenhar bem o papel, sobretudo, para concorrer com a mudança das mentalidades, combater a exclusão e aproximar as mulheres de uma participação equitativa.

Em que pesem as experiências bem sucedidas, as avaliações sugerem não ser fácil implantar políticas e programas que, de fato, incorporem uma perspectiva de equidade de gênero. No entanto, as mulheres do município já conseguem visualizar essas atitudes da prefeita e reconhecem. Conforme conta, uma senhora disse: “Hoje nós estamos *nutridas* e para frente!”. A prefeita avalia sua atuação com postura de firmeza: “nem que eu perca minha posição eu não mudo. Sou ruim para muitos, mas não roubo, nem minto! Tenho essa marca da verdade e coragem e um público que levo para onde vou!”. E conclui: “não tenho riqueza, mas a sensação atual é de leveza, de missão cumprida. Realizei o que vai demorar muito para outra pessoa fazer!”.

GPIM trabalha intensamente as questões de gênero, de raça e de inclusão social. Sustenta ser uma feminista, mas com a ressalva de que não é “radical”, defende os interesses das mulheres, sem extremismos. “Para que elas possam ocupar os lugares que historicamente foram impedidas de participar e, com certeza, faz hoje com competência o que poderia ter feito anteriormente”. Afirma que tratou sobre o feminismo em uma sociedade machista.

Implantou em seu município, no primeiro dia de governo, a primeira Secretaria Municipal de Política para as Mulheres do Brasil, somente existia a de Estado, em Alagoas. Além disso, foi um dos primeiros municípios do Brasil a aderir ao I e ao II Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), respectivamente 2004 e 2008. Sua experiência diversa e de ações realizadas reflete sobre as abordagens e ações executadas para resolver os problemas em favor dos direitos das mulheres, além de interligar as reivindicações feministas com as competências do poder local. “Existe diferença por ser mulher, ela é expressa em preconceitos e dificuldades. Temos de ser sempre melhores para competir, falar bem. Quando erramos é muito mais complicado do que quando os homens erram” (GPIM, 2012).

Em outra realidade, AGDJ está dentre as mais jovens prefeitas do Estado da Bahia, considerando que em sua primeira gestão, elegeu-se com vinte e seis anos, (apenas uma se elegeu aos vinte e um anos de idade na cidade de Dias D’Ávila). Atualmente se insere no terceiro mandato no executivo municipal. Com doze anos de atuação no cargo comenta sobre os desafios encontrados. O primeiro e o maior deles: ser jovem e mulher na política. “Foi uma situação difícil, porque no ano de 1996 éramos poucas mulheres que estávamos na política e até então na minha região fui a primeira mulher jovem”.

As pessoas diziam “uma menina, como vai dar conta de tudo isso?” Mas julga ter feito com muita responsabilidade. Na verdade o seu trabalho começou antes, desde que o município foi emancipado. “Eu quem lavrei a primeira ata e me destaquei”. Trabalhava na prefeitura, quando o gestor da época resolveu indicá-la como candidata e nas pesquisas aparecia com ínfimas intenções de voto, devido à falta de mulheres nos cargos políticos da época. “Hoje o cenário melhorou por conta de ter uma presidente, governadoras, senadoras, prefeitas. Naquele tempo não havia quase mulheres em situação de liderança, sobretudo na região. Disso tudo, eu vivi” (AGDJ, 2011).

Tímida para falar de sua administração a gestora SOB afirma que “a mulher pode fazer quatro coisas ao mesmo tempo”, ou seja, possui mais cuidado com o trato público. Conforme Camarano (2012), os dados do censo 2010 apontam para o aumento do número de mulheres como chefes de família no Brasil. Esses indicadores reforçam uma maior participação e indicam um novo papel social das mulheres, que eram tradicionalmente as cuidadoras (enquanto os homens eram os provedores), hoje é uma provedora importante, mas continua mantendo seu papel e função de cuidadora, ou seja, acumula funções.

De pouca conversa, a prefeita SOB atribui à facilidade de resolver as dificuldades cotidianas. “Os problemas ficam na prefeitura”. Menciona que “ninguém acha estranho eu na política, estão acostumados, sempre fomos da política, meu marido foi vereador e ele é que gosta de falar”. Ele cuida da comunicação institucional da prefeitura e acredita que “as mulheres pensam e se aperfeiçoam. Acho que elas resolvem melhor as coisas.” Atribui aos homens a pressa em “fazer tudo de uma vez, não refletindo e deixando acumular pendências para serem resolvidas posteriormente” (SOB, 2011).

Com referência às discriminações que sofreu, PSD menciona que muitas foram superadas depois da ascensão ao cargo, mas outras persistem. “As pessoas pensam que a prefeita é sempre outra pessoa que está comigo”. Menciona que se está em companhia da assessora, que também é negra, as pessoas remetem a ela por ser mais elegante e bem trajada. Se a presença é da secretária que é branca, ocorre da mesma forma por conta de sua cor. Narra não se importar com esses detalhes e mantém seu estilo da forma que gosta. Apesar disso, conta um episódio que aconteceu no gabinete de um Ministério em Brasília. Desabafa afirmando que foi uma decepção, a primeira vez que esteve lá, apesar de ter agendado previamente a audiência e comparecido no horário, aguardou cinco horas para ser atendida.

Posteriormente, à espera, a secretária questiona se a prefeita não chegaria. “Pedi a ela que verificasse o nome da prefeita agendada e checasse com o meu documento que estava em suas mãos”. Logo que foi feita a conferência, a profissional disse: “Desculpe, mas é porque a gente não vê prefeito preto, muito menos prefeita e o perfil da senhora é diferente!”. Apesar da decepção, a desculpou e admite esses estereótipos porque ainda são corriqueiros. Conclui com a afirmativa de que tem orado muito a Deus pela Presidente do Brasil, “ela tem que se impor, para não perder o domínio. Eu fui dura e Dilma tem de ser também para sermos o orgulho das mulheres” (PSD, 2011).

Em menor proporção existem negros(as) eleitos(as), não sendo de partidos políticos expressivos de base étnica. O sucesso político resulta “dos recursos econômicos que ele(a) ou seu partido pode dispor; do prestígio adquirido junto aos eleitores; de qualidades pessoais; de seu relacionamento num bairro ou numa região” (QUEIROZ, 1978, p. 245). Como no exemplo mencionado pela prefeita, o incremento de negros(as) participando da vida política não apenas como eleitoras(es), mas agora em uma posição de liderança que é aquela associada a um cargo eletivo, “indica que eles adquiriram a base de instrução necessária, e por outro, que estão de posse de recursos econômicos de alguma importância.” Atualmente já existem exemplos de mulheres negras que desempenharam papel significativo na política brasileira.¹⁷⁰

A prefeita SSR relata que, nos vinte e três anos de emancipação do município, prestou relevantes contribuições, apesar de diversas dificuldades e perseguições políticas e pessoais, sobretudo por dois motivos, primeiro por ser mulher e, segundo, por não ter um parceiro ao lado. “Eu acredito nisso, acho que se meu marido estivesse vivo as coisas seriam diferentes”. Apesar dos problemas, afirma que se sente honrada porque conseguiu conquistas relevantes para o município.

Dentre as principais dificuldades, relembra o episódio vivido, conforme descrito na sequência. A polícia federal prendeu prefeitos acusados de fraudes em licitações e ela foi detida juntamente com outros colegas seus, sem ao menos ter tempo para se defender. Ela relembra

¹⁷⁰ Bendita da Silva foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na câmara de vereadores da capital Rio de Janeiro, deputada e federal por três mandatos, primeira senadora da república, além de vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro. Foi Ministra da Assistência Social e Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro. Ademais, sua vida pública foi pautada em projetos significativos para a história recente da política brasileira. Inúmeras vereadoras, deputadas e prefeitas, exemplo, a ex-prefeita de Jaguaripe na Bahia, inseriu em seu discurso de posse ser discriminada por ser “preta, pobre e professora”, além de ser mulher.

que, na hora da crise, noticiou na televisão, sua família ficou angustiada. “Mas eu tenho consciência limpa que não era para mim, era para o ex-prefeito!” Afirma que após o ocorrido, os moradores reconhecem que ela realizou em três anos, o que não se concretizou em oito anos de governos anteriores e reafirma sua condição de classe social. “Venho de família humilde. Fui babá, diarista, lavadeira, quebrei pedra paralelepípedo e brita”. Não esconde sua origem e confirma que foi nesse ambiente que moldou sua personalidade e caráter, além de ter adquirido experiência para a vida pública. “Eu fiz de tudo e sei como faz, em qualquer necessidade estou junto e recebo o reconhecimento das pessoas” (SSR, 2012).

FARY é a primeira mulher prefeita na história do município, que possui três vereadoras. “Na verdade eu fiquei com medo, a cidade pequena, o povo machista. Pensei que iria ter problemas, a começar pelo meu marido, que também é conservador, mas está caminhando tudo muito bem” (FARY, 2011).

O município que MJAM administra possui tradição em eleger mulheres para a prefeitura. Conta que apoiou a prefeita anterior a ela. Explica que, na época, foi complicado, porque havia muito tempo não se fazia sucessor no município. “Ela foi minha candidata, se elegeu. Mas, as madrinhas e os afilhados, como sempre, se divorciam depois. Apoiamos uma pessoa e depois desentendemos. Com três meses, não falávamos a mesma linguagem política e tomamos um caminho diferente”. Depois disso candidatou-se, mas não se elegeu, apesar de uma votação surpreendente. “Para quem estava sem poder, sem prefeito e deputado, fui bem sucedida, quase me elegi”.

Compreende que as mulheres ficam temerosas de entrar na política, por conta do desgaste que o poder impõe e por causa do desempenho de alguns políticos. Chama atenção para o perigo de generalizações, mas adverte que a classe política encontra-se muito desprestigiada. “Eu acho que é justamente em função do que é mostrado pela mídia, principalmente nos veículos de comunicação, que somente divulga o negativo e afasta as pessoas. Errou tem que mostrar, mas o lado bom também deveria ser divulgado”.

Com referência às discriminações sofridas por ser mulher expõe que, por várias vezes foi discriminada. “Eu fui a primeira prefeita da região metropolitana de Salvador, na época em que o preconceito e o machismo eram fortes, principalmente em meu município, região eminentemente industrial, por conta da própria atividade achavam que não devia ser administrada por uma mulher”. Reconhece que, para as mulheres é mais difícil, inclusive fazer a campanha

eleitoral porque “quando o homem é o político, a mulher sempre consegue adequar mais e segura a ‘barra’, porque envolve muito a privacidade da família. Quem leva a sério o compromisso é disponível e isso dificulta a convivência familiar” (MJAM, 2011). A facilidade atribuída para o homem pela gestora é que, geralmente, ele tem uma esposa em casa que cuida de diversos aspectos de sua vida pessoal e, dificilmente, as mulheres encontraram um marido com essas características: disponível e cuidador.

Quanto à sua condição feminina, AGDJ expõe que logo em seguida à sua decisão de candidatar-se as pessoas foram percebendo que “não depende do sexo, se veste saia ou calça, mas sim do desejo de administrar e de fazer diferente. Não fiz por ser mulher, fiz porque assumi esse compromisso e tenho que honrá-lo” (AGDJ, 2012).

As pessoas, sobretudo os homens, com base no senso comum das relações cotidianas, pressupõem que, quando faz política a mulher está sempre relegada a outro espaço. Ela faz a política feminina, pratica assistencialismo, cuida da assistência social, encarrega-se, talvez, dos problemas da educação, entre outras atividades similares. Mas pouco se espera que ela possa fazer na política representativa, a não ser que passe realmente por um processo de masculinização. Tende a “afirmar sua agressividade, tem que mostrar efetivamente seu poder de dominar, enfim, tem que exercer o papel de político com uma agressividade que, aliás, é até indesejável nos homens, chegando muitas vezes a ser discriminados por isso” (CARDOSO, p. 452, 2011).

Quanto à questão de gênero, SDLS afirma, “sofri pouco nesse sentido, fui abrindo o caminho como vereadora e as pessoas reconhecem”. Conta que os funcionários da prefeitura não a chamam pelo nome, mas por “tia”, o que a gratifica. Sua metodologia de trabalho, sobretudo no social onde existe muita carência, é conseguir ajuda com amigos e pessoas próximas, porque o município não tem condições de arcar todas as demandas dos munícipes.

LDG também não teve problemas com as questões referentes às relações de gênero, fato diferenciado da maioria dos municípios, o que pode ser atribuído à participação da mãe da gestora¹⁷¹ na vida pública, conforme se observa em obras com o seu nome. Denota-se o sentido

¹⁷¹ A mãe da gestora iniciou sua vida pública muito jovem no município como vereadora, galgou o posto de prefeita por três vezes e de deputada estadual por quatro mandatos. O depoimento da mãe da gestora não foi prevista na metodologia, entretanto, sua inserção se deu por acaso e, devido à sua experiência na gestão local, foram mencionadas neste texto. Em sua primeira gestão, não havia hospitais e estradas asfaltadas no município, com isso muitas mulheres morriam de complicações no parto e, ela era procurada pelas parturientes e suas famílias já com dificuldades em complexas situações de risco e com condições de locomoção desfavoráveis. Por esse motivo, insistiu

de preservação da memória familiar e a “fabricação do imortal” (ABREU, 1996), em que obras registram, para sempre, parte da luta individual.

A disputa pessoal influi nas políticas públicas e o atendimento às reais carências dos cidadãos fica em segundo plano. Concorda que as dificuldades na administração pública foram mais complexas, na época de sua mãe reiterando-se as contribuições que prestou ao poder público. Por outro lado, constam mudanças e atualmente, muitas instituições interferem na atuação do(a) gestor(a), tornando o trabalho mais administrativo e de gestão do que propriamente de iniciativas.

Sobre seu cotidiano na prefeitura, CCSAM explica que são prefeita e vice-prefeita¹⁷². Tece elogios à figura de sua vice. “Ela é secretária de educação, de vários períodos. Quando não está na prefeitura, frequenta a igreja rezando”. Sobre a perspectiva das mulheres no poder afirma, “está natural a ideia de mulheres na política, um vereador disse que a culpa é de quem tira elas do fogão para inseri-las na prefeitura. Mandeí pedir a cópia da ata, mas ela foi modificada”. O município elegeu vereadoras, prefeitas e vices, além de ter a oportunidade de contar em seus quadros de profissionais qualificados, duas promotoras, duas juízas e uma gerente do banco do Brasil. Ademais, o quadro de secretárias municipais é maior do que de secretários. “Vejo assim[...]. As mulheres estão na política e não aparece nada errado contra elas” (CCSAM, 2012).

A gestora JMQM acredita que as mulheres são mais amorosas, comprometidas e tem percepção mais aguçada do que não se deve fazer. Em seu governo seleciona as mulheres nos principais cargos, dentre eles, as secretaria de educação, saúde e finanças. Quanto à administração procura descentralizar e busca outras fontes de recursos. “O dinheiro da prefeitura é irrisório, então priorizo a saúde e educação e economizo”. Nas festas, requer patrocínios e não gasta milhões, faz uma comemoração bonita, organizada e segura. Inovam com decorações como *candieiro*, bandas locais e regionais, palcos pequenos, forró pé de serra, mas garante “tudo com muito carinho!”.

na construção do hospital, mas a dificuldade era tamanha que, por várias vezes, ajudou no serviço pesado, deixando suas “mãos calejadas, como uma relíquia, uma lembrança de um tempo difícil, mas que trabalhei por prazer” (Mãe de LDG, 2012).

¹⁷² Do grupo de prefeitas desta tese, sete delas contam com mulheres no cargo de Vice-Prefeita São dos municípios de Antônio Cardoso: Marinede da Cruz Sena Souza, Barreiras: Regina Rocha Figueiredo Nogueira, Camacan: Ilce Tourinho da Silva, Dário Meira: Elizabeth Almeida Oliveira, Gavião – Maria Luiza de Moura Cunha, Itatim: Maria Clara Correia Carvalho e Macururé: Vanderléa Pereira dos Santos Nascimento (TSE, 2012).

Dentre as ações realizadas em sua gestão, destaca a implantação e ampliação dos projetos federais e estaduais, a criação do Conselho da Mulher com sede própria - o que é uma conquista histórica para o município em defesa dos direitos das mulheres. Além de políticas centradas na educação, saúde e geração de emprego e renda. “Minhas ações são discutidas, definidas e acompanhadas pela comunidade. É compensador o resultado do esforço que beneficia a nossa gente” (JMQM, 2011).

YRMT conduz suas memórias para uma ocasião, na década de 1990, quando se elegeu pela primeira vez. A discriminação era tamanha que o próprio pai não concordou. “Ele me disse: - minha filha, você está metida nesse negócio aí, eu vou ter de votar em você porque é minha filha, mas se fosse outra mulher eu não votaria” (YRMT, 2011).

MLL ficou preocupada, por ser um município pequeno, e ela a primeira mulher à frente da prefeitura. Mas pensou em sua mãe, que foi vereadora, trabalhou voltada para ajudar as pessoas e não enfrentou problemas em relações de gênero, sobretudo porque trabalhava no social. Reclama porque “na vida pessoal, acaba a privacidade. Eu acordo minha casa está cheia. Eu atendo na prefeitura, mas em cidade pequena você está prefeita o tempo todo [...]. As pessoas te procuram em todos os lugares”.

Não possui vereadoras atualmente, mas sempre houve. “É uma administração difícil, voltada para a população que é carente. Tem perseguições e estou aprendendo. Acredito que quando incomodo é porque estou desempenhando bem as ações!”. Acredita que as mulheres são ousadas. “Não consigo ver uma foto estampada no jornal com críticas sem ficar chateada e reflito e imagino: não quero mais isso!” Mas com o passar dos dias percebe que é importante continuar. “Se formos omissas a tudo que acontece no município, estado e país, que perspectiva podemos ter de um futuro melhor?” (MLL, 2012).

SNFM refere-se à gestão anterior, uma prefeita que ela sucedeu. Havia feito uma “gestão horrível totalmente desastrosa, então diziam que eu teria de eleger para devolver credibilidade e demonstrar que as mulheres possuem força”. Assegura que possui muita credibilidade: “minha mesmo, de mulher, de seriedade, de trabalhar com a coisa pública e com a palavra” (SNFM, 2012).

MROR parte do pressuposto de que as mulheres no poder é mais difícil de corromper, por que são criadas dentro de casa, próxima aos pais, sobretudo à mãe. Essa é a explicação

encontrada por ela, por acreditar que a educação das meninas é mais detalhada, devido à proximidade com os genitores em casa (MROR, 2012).

Quanto ao fato de ser mulher, PSTEM afirma que tem pessoas que diziam “na minha cara, eu não voto na senhora porque é uma mulher. Infelizmente, tive resistência, entristeço por isso, quem vota mais em mim são os homens, não sei se é algum tipo de rivalidade”. Na campanha, o vice-prefeito anterior, brincando dizia “mulher só serve para duas coisas: cama e cozinha”. Entretanto, como ele era uma pessoa muito rude a gestora nem se importava com isso, “afinal eu não queria ser candidata!” (PSTEM, 2012).

A prefeita SVCV, que é a primeira prefeita do município de cento e trinta e um anos de emancipação. Na campanha, imaginou que seria fácil, porque sempre foi querida na sociedade, porém, “de repente eu me vi sendo xingada, agredida, meu nome na boca de qualquer um”. Considera que a questão de gênero agravou mais as provocações. “Os homens e também as mulheres, eu não digo só eles, elas não se conformam. Minha avó dizia: minha filha, a desgraça de uma mulher é outra mulher. Em um possível cargo, vemos o nosso nome sendo desgastado”. Barbado (2011) chama a atenção para a rivalidade nas relações entre as mulheres. Esse fato merece análise a partir da perspectiva de gênero, sobretudo, porque essa concorrência pode ser utilizada pelos homens no sentido de contribuir com as tensões e agressividades entre as mulheres.

Aa sociedade evoluiu. O Brasil é presidido por uma mulher, ademais, “temos mulheres em todos os locais, mas elas ainda são desrespeitadas. Permanece um tabu, de acharem que elas têm de ser a dona de casa, tomarem conta do fogão, dos filhos e dos maridos/companheiros. Acho que vai levar tempo para ser tratada com equidade”. Explica que existem muitas pessoas ousadas. Quando se está presente, por conta da maneira firme de agir, abaixa os ânimos dos críticos de plantão. Comenta sobre a efemeridade do cargo. Ademais se chateia com os insultos, sobretudo porque tem uma vida pautada na honestidade. Sente-se incomodada e considera desagradável perceber o próprio nome sendo desrespeitado. “Precisamos lembrar que antes de estar prefeita somos mulheres, mães e cidadãs e merecemos respeito!”. Menciona acreditar na força da fé e determinação das mulheres. “Quando se quer faz, tem o lado da sensibilidade, não de ser idiota, mas de ser sensível”.

Atribui diferenças entre as pessoas por conta de gênero, como também da individualidade e personalidade de cada ser humano. “Somos diferenciados nos dons, por causa

da criação e também pela genética”. Conta que seu pai a educou com determinação. Exigiu muito dos filhos. É a primogênita e ajudava a construir muros, casas, carregava baldes de cimento. “Meu pai me criou junto com meus três irmãos da mesma forma, ele dizia você parece menino!” Apesar da maneira como ele a tratava, possui a sensibilidade aflorada, por outro lado, não se importa com os obstáculos e enfrenta-os. “Apesar dos tabus e paradigmas nascemos com sensibilidade, entretanto, existem mulheres frias e homens sensíveis”.

Faz uma menção ao fato de que ninguém a vê chorando, a não ser quando sente raiva e não pode enforçar a pessoa que lhe causou o mal estar. Afirma ser racional, mas tem de descarregar, chora, analisa, pensa dez vezes, depois chama a pessoa para conversar. Apesar de não ter fanatismo pelo cargo que ocupa, menciona que gostaria que os eleitores a escolhessem novamente. Ora a Deus pedindo que a abençoe com mais quatro anos, para continuar o trabalho iniciado, porque um mandato é pouco, sobretudo devido à dívida encontrada na prefeitura, vai à busca de convênios e recursos federais e estaduais.

O tempo é ínfimo. Julga não ser fácil. “Vou com jeitinho, com a luva de pelica. Acho que precisamos ser e dar o exemplo”. Conta que, na Conferência da Saúde realizada recentemente houve um grupo que foi para bagunçar, duas mulheres e oito homens. A gestora precisou reivindicar respeito, afinal “antes de ser prefeita com autoridade no município sou uma mulher e merecemos respeito!” (SVCV, 2011).

MSAM não percebeu dificuldades para administrar pelo fato de ser mulher. Menciona que uns e outros criticam, mas é assunto ultrapassado, está na pauta do momento, na televisão, ademais o Brasil possui uma presidente e as pessoas perceberam que as mulheres precisam ocupar os lugares em condições de igualdade (MSAM, 2012).

Em comparação com os homens, a prefeita SPMT menciona que “imagina que eles “não se preocupam tanto com detalhes, é uma característica nossa. Vou à obra reclamando, olho tudo!”. Explica que o secretário não verifica os detalhes. “Isso é das mulheres, não tem jeito, os homens não são cuidadosos com coisas que parecem menores, preocupam se a obra está pronta, nós é que além disso, queremos que esteja bonita e caprichada, detalhes que demonstram cuidado” (SPMT, 2012).

A gestora chama atenção para a educação. Explica que o homem não é educado para o cuidado e a culpa é das mulheres, que educam os meninos de forma equivocada. “Precisamos educar tanto os meninos quanto as meninas para ter sensibilidade e praticidade”. Acredita que o

problema está na separação dos papéis atribuídos em função do gênero. “Precisamos evoluir nisso e não separar, porque não é biológico. Todos podem sentir da mesma forma basta treinar e a questão da força física está superada”.

Existem mulheres trabalhando em profissões que antes eram exclusivas dos homens. Exemplifica com os cursos que disponibilizou na prefeitura: de sonda na área de petróleo e soldador, noventa por cento foram de mulheres, de encanador(a), pedreiro(a) e eletricista. Elas estão aplicando os conhecimentos. “Uma delas fez o banheiro de sua residência, além de ter a possibilidade de exercer uma profissão está investindo na própria casa”. As mulheres reivindicaram mais cursos dessa natureza e a prefeita garante que nos próximos meses haverá outros. “As pessoas precisam ter uma profissão e as mulheres estão procurando”.

Outro ponto interessante levantado pela gestora foi a tendência no momento mundial, ao invés de falar em populações, referenciar às famílias. Em uma palestra com o pessoal de uma Organização Não Governamental (ONG) de Paris eles expuseram um movimento mundial voltado para as famílias. A ideia é que no meio político utilize o termo famílias ao invés de povo, famílias é mais próximo (SPMT, 2012).

Com referência aos obstáculos do dia-a-dia, a prefeita PAVR menciona problemas que encontra, “é uma bandidagem e esta mulher aqui é brava e põe qualquer um para fora dessa sala. As pessoas acham que por ser mulher, de baixa estatura, negra, de cidade do interior vou ceder”. Ao se identificar, contextual e estrategicamente com a categoria mulher negra, a prefeita manipulou diferentes atributos para explicar que as pessoas possuem propostas e as intenções nem sempre são boas. “Sempre aparece alguém com um projeto de milhões e vem vender algo por cem e sei que vale dez, eu espero ele falar e coloco para fora, sou bem informada” (PAVR, 2012).

Sobre a inserção das mulheres na vida política do município, CBMS afirma, “acho que o preconceito é real. As pessoas pensam que quando a mulher é prefeita é o marido quem manda!”. Por outro lado, percebe que esse julgamento é utilizado para denegrir e a oposição aproveita. “Apanhei, sofri e angustiei. Acho que tenho conseguido driblar[...]. Consegui impor a minha forma de governar, sem ceder às pressões”. Acredita que as mulheres são mais sensíveis e julga ser uma qualidade positiva na gestão, porque “tem um olhar mais amplo, de mãe, de esposa, de tudo”.

Entretanto, reconhece que, por perceber os problemas dos próximos, não quer dizer que seja fraca, que tenha de ceder às imposições. Afirma com veemência que conseguiu se impor em relação às pressões da câmara municipal, dos legisladores, das categorias funcionais, de todas as formas. “Hoje, conseguem perceber que a prefeita é forte, quando ela toma a decisão está tomada. O fato de ser mulher não impede de governar e de ser uma boa gestora” (CBMS, 2011).

A gestora SSSI compreende que o fato de ser mulher tem muita diferenciação. Comenta que na união dos partidos o vice-prefeito não consegue aceitá-la como prefeita. “Ele é de uma família tradicional e detona mesmo[...]. Quando na realidade ele deveria estar ajudando-me com a experiência que possui. Optou por ficar de longe criticando” (SSSI, 2011).

Com referência a ser mulher e estar na política, AAI afirma que não existe diferenciação e não sofreu discriminações, sobretudo porque acima da militância estava suas profissões: professora e advogada. Ademais, em toda sua atuação profissional, lutou priorizando as pessoas mais carentes.

“Conto com o apoio incondicional da vice-prefeita e tenho uma equipe de governo maravilhosa” (SSR, 2012). Trabalhou em uma quantidade infindável de processos e prestava atenção e serviço a todos, até mesmo independente de facção política. No seu escritório, atendia a todas as pessoas, sem se preocupar com os honorários. “Eu tive essa vida paralela à política. Às vezes eu chego no interior e a pessoa me diz, eu voto na senhora por causa daquele favor[...]. Luto para lembrar, mas não consigo, mas fico feliz com a gratidão!”.

A análise dos debates revela, no seu conjunto, visões estereotipadas do papel feminino. Por outro lado, indica que elas estão interagindo com as situações que colocam em xeque suas condições e revelam possibilidades inúmeras de atuação. Com a mídia, a apresentação das discussões em campo nacional e internacional sobre as questões de gênero, a chegada de uma mulher à presidência da república houve uma abertura nos meios de comunicação sobre as mulheres e assuntos antes esquecidos passam a ser discutidos e refletidos.

Ademais, os movimentos de mulheres abrem o espaço da participação política. Participam com entusiasmo, debatem, demonstram interesses, tomam posição concordando ou discordando, mas respondendo sobre temas tidos anteriormente como assuntos dos homens (administração, economia, política nacional e direito humanos), embora mantém-se distante e em isolamento com relação a alguns temas considerados tabus. Apesar disso, o engajamento nas campanhas políticas e a atração pela política partidária não são deslocados dos discursos. Persiste

uma resistência das gestoras com um discurso feminista, é como se isso fizesse com que instâncias partidárias evitassem a adesão de seus nomes, conforme assinala Cardoso (2011, p. 450) “existe grande rejeição por aquilo que se pode chamar política partidária”, traduzindo as representações sociais das gestoras.

A luta do movimento feminista é no sentido de que as mulheres tenham seus direitos respeitados, obtendo espaço na agenda política, na percepção de que possam propor a construção de políticas que melhorem a vida das mulheres, sobretudo, de setores populares e ampliem a cidadania e qualidade de vida. Para que as desigualdades sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, “pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de retribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias” (SILVEIRA, 2004, p. 66).

Sem dúvida, o papel das teorias, epistemologias e movimentos feministas tendem a prestar uma valiosa contribuição, sobretudo a gestoras que estão à frente de demandas de gênero importantes. As atuações práticas aliadas a ideias emancipacionistas subjazem a uma mudança nos padrões preestabelecidos, facilitando a vida e atuação das mulheres, tanto na esfera privada como na pública.

O movimento de mulheres alcançou nas últimas décadas enormes transformações em todo o mundo, alterando as condições de vida das mulheres, o imaginário social e o comportamento da sociedade. Essas mudanças foram fruto da luta das mulheres frente a flagrante desigualdade em direitos e oportunidades entre os sexos. Buscando condições de vida mais dignas, igualitárias e justas, as mulheres desbravaram territórios masculinos, conquistando definitivamente espaços de participação política e no mercado de trabalho (LIBARDONI, 2002, p. 9).

A intenção na escolha deste tema foi, precisamente, analisar as conjunturas em que as mulheres têm exercido poder e como as representações têm acompanhado o cotidiano. Nas relações com as famílias e com outras mulheres tem adequado suas vidas a esta situação e, sobretudo, como arbitra em causas universais para a criação de espaços, aproveitando as ocasiões em que se têm condições de agir em causa pública.

Diante dos argumentos apresentados, pode-se retomar a indagação inserida no início desse trabalho: o fato de maior participação feminina, em números, nos quadros administrativos e políticos – dentro do processo contemporâneo brasileiro e baiano – indica uma efetiva cidadania, espaços conquistados e bandeiras desfraldadas? Cabe a reflexão e outra questão: Até quanto à experiência de participação quase exclusiva das mulheres na construção de um mundo privado é

fato para contribuir para a preservação das subjetividades que fundamentam as desigualdades na esfera pública? Ao arriscar uma assertiva, é possível pressupor que toda militância esbarra em dificuldades e a principal delas é levar em conta a diversidade da realidade e a vislumbrar a necessidade da mudança na forma de pensar e viver a vida, tanto na esfera privada como na pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*lo cierto es que aún existe un gran camino por recorrer.
Camino que nos debe llevar a no bajar la guardia a pesar de
los logros conseguidos.*

Belen Blazquez, 2012.

Na revisão teórica sobre as mulheres na política foi constatado que, de um modo geral, a literatura tem dado especial atenção à representação descritiva em termos quantitativos, com resultados empíricos que demonstram o lugar comum: baixa representatividade e dificuldade de acesso e permanência das mulheres nos espaços da política formal. Na perspectiva de um resultado coerente esta tese trouxe à baila, as regras eleitorais e o impacto delas na seleção de candidatas(os), além dos aspectos quantitativos da problemática, o exame das variáveis que atingem as mulheres na esfera local e nas suas administrações.

O referencial proposto terminou por alguns achados na pesquisa realizada com as mulheres imbuídas no cargo de gestora do poder no executivo local no Estado da Bahia, permitindo evidenciar que ser mulher e prefeita – jovem, adulta ou na maturidade – vai definir diferentes vivências dessa situação. Demonstrou aspectos que podem contribuir para atingir um dos objetivos do milênio decretados pela Organização das Nações Unidas – ONU, “Igualdade entre sexos e valorização das mulheres”. Essa prática pode ser essencial para construir economias fortes, estabelecer sociedades mais estáveis e justas, atingir objetivos internacionalmente acordados para o desenvolvimento, a sustentabilidade e os Direitos Humanos, melhorar a qualidade de vida das mulheres e, conseqüentemente dos homens, crianças, famílias e comunidades, além de impulsionar os negócios e o desenvolvimento.

Trabalhou-se com alguns conceitos, em uma perspectiva que ultrapassa o tempo e o espaço, redimensionando-os através de uma multireferencialidade de composições plurais. Com bases teóricas embasadas em trabalhos diversos, mas em especial dois trabalhos de relevância no Estado na Bahia, o primeiro de Rosa (1973) que desenvolveu uma investigação no poder local, com ênfase na grande propriedade e relações dela resultantes. A pesquisadora observou as relações estabelecidas dentro do grupo doméstico entre as famílias dominantes e entre estas e o poder público na Região da Chapada Diamantina, Bahia, tendo como suportes a propriedade e o isolamento.

O segundo é de Costa (1998), que em estudo sobre as prefeitas nos municípios do Estado da Bahia demonstrou que, apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco, ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verificou que a existência de intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado. Nos diretórios partidários prevalece um processo “altamente elitista e autodestrutivo”, os partidos mantêm uma postura fechada e a lista de candidatos não atende às expectativas dos filiados, são elaboradas em circunstâncias controladas pelos dirigentes.

Fatos e dados desse trabalho são aprofundados e complementados nesta tese. É confirmada a ínfima participação de mulheres feministas na política local. Nas entrevistas foram evidenciadas duas com militância e comprometimento fortemente arraigado com as causas dos movimentos feministas. Muitas se preocupam com vários aspectos das lutas das mulheres, mas não se inserem em uma perspectiva feminista e emancipacionista. Suas preocupações estão mais próximas aos problemas imediatos da participação política e administração pública local brasileira. A militância em movimentos sociais é algo distante, mas a participação na política partidária é algo que começa a ganhar impulsos.

É uma tendência promissora no campo de atuação feminina para as próximas décadas. Uma amostra é visível com a vitória eleitoral para a presidência de países como Brasil, com Dilma Rousseff (2010), no Chile com Michele Bachelet (2006), Argentina com Cristina Kirchner (2007 e 2011) e na Costa Rica com Laura Chinchilla (2010). Esses resultados têm colaborado na aceitação dos(as) eleitores(as) em eleger mulheres para cargos do poder executivo e na esfera nacional, exemplos importantes para o eleitorado local.

Como campos menos sistematizados e explorados, mereceu atenção as trajetórias das gestoras, sobretudo no que tange ao caminho percorrido entre o início da carreira pública com a culminância do exercício do poder local. As tendências demonstram atitudes e comportamentos eleitorais das(os) cidadãs(os) que levam a apoiar ou não as candidaturas femininas, o impulso que as ações afirmativas têm causado, além da crescente liderança das mulheres. Mereceu destaque a criação de órgãos que incluem as mulheres em comissões especializadas que tratam sobre problemas relacionados a situações cotidianas como: educação, violência de gênero e políticas

públicas direcionadas para as mulheres no que tange à saúde, trabalho e combate à violência familiar e de gênero.

Em uma pesquisa de campo dessa envergadura, com mulheres com status de gestora do poder público municipal de diversas localidades, envolve algumas dificuldades na sua execução. As entrevistadas provêm de meios e categorias diversas, tendo em comum apenas a condição de serem prefeitas dos municípios da Bahia na gestão 2008 - 2012. Considerando que algumas não puderam e/ou não quiseram participar, elas não foram ouvidas e nem registradas, mantendo confidencialidade e sigilo garantidos, afinal a consciência não é algo dado, mas construído pelo sujeito.

É esse processo de consciência que se propôs atualizar e averiguar em profundidade na tese. Se, o movimento de mulheres, ao pressupor o surgimento de uma consciência feminina de gênero, consegue avanços em mulheres em situação de maior visibilidade do que outras, nelas se projetam e se reelaboram ações que visam transformar as desigualdades vividas. Acredita-se que haja avançado a partir desses dois trabalhos locais/regionais.

Muitos municípios foram visitados¹⁷³, o que envolveu investimentos, considerando que muitas, na condição de figuras públicas, não se negaram a participar. Entretanto, não se deixam ser localizadas, não atendem a telefonemas de números desconhecidos. Ademais, não retornam os recados deixados com secretárias(os), assessores(as), chefes de gabinetes e, até mesmo, com parentes, além de correspondências, correio eletrônico e mensagens nos telefones. Em muitos casos, a visita ao município foi imprescindível para a efetivação desse encontro.

As mulheres de que trata esta tese não constituem um grupo estreitamente coeso com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e peculiaridades homogêneas. Ao invés disso, pertencem a classes sociais, raças/etnias, origens familiares e municípios distintos; têm histórias, necessidades e aspirações diversas. Por conta disso, não é apropriado falar das prefeitas como um grupo e como uma expressão homogênea da política na Bahia.

Na emergência de novos estilos de governo espera-se do(a) governante incremento da capacidade de atuação e força para incorporar um novo campo de reflexão nas decisões governamentais, esperando-se que haja uma resposta se as mulheres são melhores ou piores que os homens na política. Ao contrário dessa perspectiva, nessa pesquisa procurou-se no decorrer do

¹⁷³ Foram trinta e quatro prefeitas entrevistadas, apesar das demais gestoras estarem cientes e compromissadas em colaborar com a pesquisa, houve conversas, mas não a concretização da entrevista em profundidade.

trabalho evitar a glorificação ou a condenação de comportamentos, ações e atitudes. Não se discute pessoas e atuações, mas ideias e situações. Trata-se de um mostruário de mulheres em cargo de prestígio político restrito a poucas. Independente da trajetória individual e de suas ações o desejável é que elas estivessem representadas em quantidade proporcional à população em geral, no entanto, essa realidade não é possível por conta da política ser produto de centenas de anos de afastamento das mulheres. O processo de trazê-las para a política tem requerido, e continuará a requerer por um tempo, ações afirmativas do Estado e mudanças culturais profundas.

Espera-se, mas não se tem isso como certeza, que as mulheres saiam bem desse empreendimento que, nas suas origens históricas e culturais, foi estruturada para excluir. Percebeu-se que a experiência vivida por elas é distinta de qualquer outra, pois se leva em conta diversos fatores históricos, educacionais, sócio-culturais, familiares e de geografias diversas. Testar a hipótese de que as mulheres na qualidade de prefeitas farão ou têm feito política de modo diferente – melhor ou pior – pressupõe julgamentos imbuídos de preconceitos e estereótipos. Embora, estudos complexos dessa natureza e de outras, possa lançar luz para se pensar sobre o assunto e trazer variáveis para se refletir sobre a comparação e afirmação de uma vasta gama de fatores sutis, tendências sociais, econômicas e políticas.

Os depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política. Neste trabalho, optou-se por rejeitar uma lógica reducionista que visa rotular as gestoras e suas administrações como bem ou mal sucedidas. Em nenhum momento se discute como deveriam ser suas atuações, mas como elas percebem e compreendem que seja. As narrações de tempos vividos, de realizações, de “empoderamento” são garantidas em suas próprias ações, falas e histórias. Por isso, o diálogo como instrumento para aproximar-nos dessa realidade contemporânea.

Tentou-se manter as vozes/discursos das prefeitas preservando, sempre que possível, o jogo de palavras, as citações e neologismos. Buscou-se dar às falas uma compreensão, recorrendo ao ponto de exclamação e às reticências, destacando a íntima ligação entre o que se diz e o modo como isso é dito, que ajuda a definir o caráter de quem exprime o pensamento pela palavra. Entretanto, com prudência, considerando que nos depoimentos a emoção esteve presente em muitos momentos.

A reflexão sobre a participação das mulheres na política é vista como oportunidade de construção e manutenção de espaços que visam a equidade, esperando a colaboração delas para o desenvolvimento de novas atitudes e boas práticas de gestão na política representativa. Os depoimentos ajudam a elucidar e compreender os esforços empreendidos no cotidiano e a esperança em dias melhores. Permite constatar que a participação feminina nos quadros burocráticos e políticos, dentro do processo contemporâneo, não só indicam uma efetiva cidadania e espaços conquistados, como comprometimento, empenho e responsabilização pelos problemas da humanidade na construção de um mundo melhor e mais igualitário, mas muitos outros interesses estão em cena.

Procurou-se pensar as mulheres nos contextos familiares, sociais e políticos e a partir daí apreender suas histórias, representações sociais e os caminhos por elas trilhados. Observou-se prática irregular, nem sempre reduzida somente à falta de qualificação técnica. Ressaltando alguns pontos que remetem à capacidade de julgar. “Essa operação de imaginação prepara o objeto para a ‘operação de reflexão’. E essa operação de reflexão é a atividade de julgar algo.” (ARENDDT, 2010, p. 523). Entretanto, a percepção de um objeto é apenas parcial, delimitada e carregada de preconceitos. Nesse sentido, experiências negativas contrastam com o esforço das prefeitas pesquisadas em buscar algo melhor para os municípios que administram. Cumpre observar, que muito embora implique em um tipo de comprometimento com a causa pública.

Dentre as prefeitas estudadas foram contextualizadas as suas famílias, chamando atenção para as adversidades de situações e contextos, sobretudo quando se trabalha conceitos, práticas e o empírico em torno do “empoderamento” das mulheres. As condições para mudanças não somente desestabilizam assimetrias nas relações de gênero no cotidiano, em espaços privados e públicos, mas o exercício de autonomia das mulheres quanto a decisões e projeto de vida, saindo do reino da necessidade no privado e se lançando na possibilidade de avançar. Entretanto, constantemente se perdem sendo “usadas” como manobras. Fazer aferição ao que acontece no cotidiano de lideranças femininas e o enfrentamento do compromisso em referência às possibilidades reais de promoção da igualdade de gênero. Um dos princípios de “empoderamento” das mulheres pode despertar para a saída de muitas da condição de invisibilidade para a busca do protagonismo, seja político econômico e/ou social. Por outro lado, prevalece também a reprodução para a manutenção de poder centrado nos homens.

Foi demonstrado o contexto tanto da esfera da família como da política. Há uma visão de ambiguidades quando se discute o conceito de “empoderamento” das mulheres e os papéis de gênero, com tantas falas repletas de estereótipos e preconceitos. Não se pode concluir que haja “empoderamento” pelo simples fato delas estarem na política representativa. É possível afirmar que a reprodução do ciclo/ essencialização das experiências de vida pessoal e profissional coadunam com a possibilidade de uma em um espaço de poder e de luta pela causa pública. No âmbito público da política formal recebem influências de uma tradição conservadora que remete a elas o prolongamento das funções do cuidar e da produção do feminino. Entre o caminho e o caminhar, o passado e o futuro se mesclam e o presente acontece entre ranços e avanços.

Entretanto, o “empoderamento” não acontece para todas. Algumas conseguem realizações, mas distantes de ser percebido em sentido de mudanças profundas, quando a potencialidade de ser sujeito: participar, circular no público e separar na “economia de cuidados” o determinismo, a obrigação e o afeto. Aliás, foi isto que Charles Fourier fez, de forma intuitiva, em 1808, quando traz a seguinte assertiva: “O grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral de um povo”.

A participação das mulheres – acelerada após a Segunda Guerra - no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, nas esferas de poder é inevitável. O que se espera é que haja empenho e interesse na construção de uma sociedade mais justa. As mulheres não são minoria nem em número, muito menos em seu potencial de produção, na sua inserção nas relações de poder. Uma sociedade repleta de carências não pode desprezar a maior parte de seu potencial produtivo e intelectual. No que se refere à igualdade de oportunidades, ainda há um longo caminho a percorrer. Apesar das intensas ações e projetos tanto do campo público como das organizações não-governamentais, associações civis e grupos acadêmicos.

É visível as múltiplas discriminações sofridas pelas mulheres na sociedade. O fato pode ser comprovado ao observar os últimos vinte e cinco anos, que testemunharam a incorporação feminina nas esferas de poder, mas também a ampliação crescente de problemas sociais e econômicos para este grupo social. Em sua quase totalidade e em diversas regiões do mundo, as mulheres se fixam predominantemente nos bastidores da vida pública e no setor de serviços, com salários menores, apesar do incremento na educação e na qualificação profissional.

Seguindo a abordagem de co-responsabilidade entre as desigualdades de gênero e desenvolvimento sustentável, é evidente a retomada das diretrizes fomentadas pelas agências

internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, pelo menos no que se refere às orientações de organismos governamentais e parâmetros tomados pelas organizações não governamentais. Neste caso específico, o exposto no relatório *Engendering Development* (*The World Bank*, 2001, p. 1-2) é reafirmado, quando promove as três estratégias centrais de atuação para promoção da equidade de gênero: a reforma de instituições para estabelecer direitos e oportunidades equitativas para homens e mulheres; incentivos econômicos para pesquisa e participação, reduzindo as disparidades em áreas como educação, saúde e nutrição; medidas que fomentem e confirmem as ações anteriores.

Chamou atenção para os problemas de gestão, decorrentes de interesses políticos partidários, ineficiência da qualificação de pessoal e preparação na gestão pública voltada para atender aos interesses pessoais e de grupos, onde a hereditariedade e a herança política dita as regras, muitas vezes, incompatíveis com as habilidades e vocações pessoais. As possibilidades de um aprendizado, onde algumas se sobressaem devido ao capital político e social advindos de posição ocupada no interior das famílias envolvidas em assuntos da administração pública e de governabilidade é uma realidade.

A complexidade do processo da entrada das mulheres na política não implica que se podem afirmar estratégias para incrementar tais participações. A compreensão do processo de mudanças e rupturas pode trazer esforços para democratizar o acesso de todas e todos ao “campo político”, onde a compreensão do embate histórico e cultural é crucial para compreender o desconforto que muitas mulheres sentem no mundo da política. A tensão que elas vivem entre a vida familiar e a carreira política não é inteiramente um assunto privado e pessoal, mas é político e real. Prevalece um discurso conservador e reprodutor das hierarquias de gênero presentes na sociedade atual. Em uma leitura refinada de suas falas é visível o quanto prepondera o discurso imbuído de estereótipos e de uma lógica reprodutora e de imitação dos homens na política. Destarte, elas, muitas vezes, são utilizadas para preservar a ordem tradicional ou emancipá-las. Através de um movimento feminino conservador, elas são incorporadas na política: entre o público e o privado são injetadas na política pelas famílias e são conservadoras para substituir os homens na política, entre trocar o modelo social e conservar com base na tradição a opção é fazer simplesmente o que é possível.

A interação de estudo de casos múltiplos apresentados expõe evidências empíricas que as formas de atuação no processo político dicotomias conflituais de diversas maneiras. No âmbito

de cada local território/município há especificidades próprias que são distintas e sujeitos das mais diversas categorias. A agenda política local tem mudado e a área de atuação do(a) gestor(a) tem perdido espaço para decisões. O processo burocrático tem impactado o governo local, sobretudo na economia, tornando-se, a cada dia mais restrito o espaço de atuação. A análise das políticas públicas surge com um arsenal de ferramentas e obrigações a preencher, além das exigências da legislação.

Como visto, as mulheres fizeram revelações surpreendentes, pensamentos e detalhes jamais confessados e que se emocionaram ao narrá-los. Em alguns casos possuem consciência do papel a desempenhar, em outros não se consegue nem ao menos pensar no assunto. Nesse contexto, há um turbilhão de problemas de ordem política e que invade suas atuações impedindo de que ideias anteriormente, pensadas ou não, sejam substituídas por questões rotineiras do dia-a-dia fugindo de um planejamento *a priori*, sobretudo em questões específicas para as mulheres. O processo é tão complexo que, ao se eleger, o tempo e os recursos tornam-se mínimos frente às demandas da população. Inclusive em municípios com uma margem ínfima de recebimento de recursos próprios essa lógica é preponderante.

O estudo suscita ainda outras reflexões. Sem uma visão e atuação de mulheres feministas e revolucionárias que lutam contra tudo e contra todos em prol de interesses específicos de uma bandeira e militância com um único ideal de extinguir as hierarquias entre homens e mulheres elas estão cercadas de dificuldades, de problemas impostos por uma cultura de base patriarcal, embasadas em um sistema de um Brasil com um passado recente de colonialismo rural, com vícios de um sistema oligárquico, com bases em fundamentos coronelistas e clientelistas, em que o mandonismo local foi a prática frequente, sem falar em outros vícios como a corrupção que destrói o serviço público no Brasil.

Esses fatores foram relatados e estão imbuídos nas vozes das gestoras, quando demonstram a forma em que receberam as prefeituras para administrar, quando explicam as formas fraudulentas em que ocorrem as eleições e, sobretudo, o quanto precisam se esforçar para chegar ao posto que ocupam. Ao contrário do que se podia imaginar ou não, foram encontradas nessa pesquisa mulheres comuns que lutam com as armas que possuem, para deixar seus municípios – lugar que nasceram e que vivem quase todas -, um pouco melhor do que encontraram.

O material coletado através das questões do roteiro de entrevista permitiu o agrupamento das questões em cinco núcleos de sentido, sendo eles: o legado familiar sendo este dividido em três subnúcleos: os pais, os maridos/companheiros e os(as) filhos(as); a educação e a carreira política; as candidaturas; as mulheres entre o público e o privado e a administração pública local trazendo informações para que se possa pensar e refletir sobre as complexidades da condição humana e da luta cotidiana. A partir delas outras categorias aparecem como relacionais: gênero, famílias, poder, consciência e equidade. Ademais, procurou-se compreender parte de “relações de poder, vitais para uma compreensão da consciência que evitasse o fatalismo, a ideia de uma consciência verdadeira e pura ou de uma vanguarda exterior que trouxessem compreensão” (ROWBOTHAN, 1981, p. 85). Trabalhar com falas de mulheres sobre a questão da invisibilidade necessitou-se discutir de forma teórica e empírica o conceito de representação e consciência possível, ao definir o que se pensa e deseja refletir sobre o horizonte de conhecimentos e vivências ou experiências trilhadas. Nas entrevistas é sentido o “sabor do campo” como se deu o processo, as principais controvérsias, debates, polêmicas sobre os temas do roteiro.

A originalidade da pesquisa está no fraseado. Ao trabalhar com a invisibilidade de algo que existe nos lugares-comuns e nas ideias existentes, traduz-se a busca de um saber impertinente. Mostra o exercício do poder de mulheres “guerreiras” ou não, olha com olhos livres sua invisibilidade invisível. Aí está a sua essência, preciosismo e raridade.

Apesar das amarras, foi factível verificar, que elas acreditam que podem fazer. Apesar das dificuldades, percebe-se que a militância e o engajamento político transformam essas mulheres em determinadas, lutadoras e não em vítimas, apesar de relatarem que sofrem injustiças e/ou violências. Algumas carregam projetos, bem como, o desejo de viver uma existência transformada e isso é possível quando elas exercem um cargo político.

Por outro lado, muitas se perguntam se vale a pena. Percebe-se que são utilizadas pelo sistema político para atender às tendências mundiais. No decorrer da História, o poder de governar prevaleceu nas mãos dos homens. As formas de governo foram monárquicas e, nessa condição, haja homens! Esperava-se do governante um guerreiro, manejar armas exigia uma força física mais características do masculino. O poder político é uma mutação da força. Do governante se esperava que fosse um chefe militar. A luta pelo direito ao voto, a voz, ao trabalho mais digno, ao espaço que era visto somente no masculino, vem sendo conquistado em diversas gerações. Chega o momento em que os paradigmas mudam ou “gritam” por alterações.

Entretanto, a política segue com fortes tendências a cair no descrédito. Algo emerge para as relações, sobretudo políticas. O poder sofre alterações para continuar servindo ao patriarcado que ressurgiu com novas tendências. Nas mulheres pesquisadas, os estereótipos são identificados nos discursos seus e dos “outros” sejam elas próprias que fazem parte dessa rede. Apesar dessas representações se fazerem presentes, a ênfase recai na representação dessas mulheres na condição de escolha legítima para exercer o cargo.

Espera-se que o desejo da presidente Dilma Rousseff (2010-2014), no dia de sua posse se realize. Seu compromisso foi o de honrar as mulheres e manifestar interesses para que fatos como sua posse à presidência do país possam se transformar em eventos do cotidiano, ampliando e diversificando a presença das mulheres nas chefias dos órgãos públicos e privados.¹⁷⁴ Ademais, espera-se que esse princípio seja cumprido pela Presidente, como, por toda a sociedade.

Este estudo é uma referência para as Ciências Sociais devido à escassez de pesquisas na área e a dificuldade que abrange os dados, devido às fontes, subjetividades e complexidades do assunto. Os problemas não são considerados somente técnicos, mas diretamente ligados à metodologia da pesquisa e de caráter interdisciplinar, pois um estudo científico retratando as histórias contadas pelas prefeitas. Com o propósito de levar a conhecer uma pequena amostra de suas lutas, famílias, situações cotidianas, incoerências e enfrentamento de desafios é inédito, sobretudo na Bahia. Ademais, traça o perfil da diversidade de situações e percalços enfrentados para se chegar e gerir o município, no intuito de uma promoção da justiça e cidadania. As protagonistas são prefeitas – representantes do poder executivo local – e em sua maioria, comprometidas com o bem-estar social, em um mundo ainda predominantemente masculino nas esferas de poder, sobretudo público.

A vigilância foi exercida de forma constante e permanente para evitar que este estudo prestasse serviço a quem detém o poder. As críticas e as afirmativas que porventura apresentem algum juízo de valor são deslizes em momentos que se buscou apenas retratar a realidade à luz das teorias, conceitos, indivíduos, territórios e casos empíricos estudados. O medo de se expor e a

¹⁷⁴ “E esse fato, para além da minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país, porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. A minha alegria é ainda maior pelo fato que a presença de uma mulher na Presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania”. (Discurso proferido por Dilma no dia da posse à Presidência da República, 2011).

empolgação das gestoras, muitas vezes, ofusca a clareza do objeto da pesquisa, expondo a pesquisadora a riscos indesejáveis e a independência do trabalho científico. Não se espera reconhecimentos a não ser os universitários, em embrenhar nesse processo oficial de pesquisa acadêmica. O estudo se insere nas prerrogativas pela excelência que cruza categorias para compreender o mundo empírico de forma que tenha relevância em contribuição inédita à sociedade. Sendo a política um fenômeno social complexo e composto de mistérios difíceis de serem desvendados do ponto de vista de um(a) simples observador(a). Alguns assuntos precisam de uma espécie de lupa para alcançar o não visível, em que a teoria relacionada com o empírico ajuda a compreender fenômenos sociais e culturais arraigados. Espera-se que haja o interesse das pessoas em amadurecer a concepção de que a produção de conhecimento, que é feita na universidade, possa provocar novas atitudes diante da realidade. Através do despertar nos sujeitos envolvidos o desejo de deixarem o estado de inércia diante dos problemas sociais e, verdadeiramente, apontarem soluções em prol de um mundo melhor.

A contribuição dessa tese insere-se nas prerrogativas de uma avaliação crítica da sociedade, com base em alusões aos papéis sociais das mulheres. A fratura entre o privado e o público, entre o indivíduo e o cidadão são, em algumas partes, desmistificadas no grupo social. O estudo da transmissão do poder político como instrumento de reflexão, voltado para as referências às questões de gênero, às famílias e ao parentesco podem colaborar para o entendimento da sociedade. A ideia é que possam provocar a reflexão e, com isso, alterar a qualidade dos(as) governantes e daqueles(as) que decidem sobre alguns aspectos entre ações, programa e projetos de políticas públicas direcionadas à coletividade.

O tema das mulheres na política aparece para além da necessidade de conhecimento dos dados reais, isto é, quantas são e onde estão, necessitam de reflexão, análise e crítica. A cada eleição a mídia teima em dar notícias do incremento das mulheres na política como algo espetacular, inédito e que elas chegaram. Aceitar pacificamente como se fosse algo gratuito fere a luta, até mesmo invisível, de milhares de mulheres que batalham cotidianamente contra a condição de subalternidade e de inferioridade. Ademais, pode conduzir a uma visão reducionista e simplista do fenômeno em causa. A falta de aprofundamento e ausência de reflexividade sobre a temática, na maioria das vezes, reforça as ideias preconceituosas existentes.

O desdobramento da análise inicialmente nas famílias para as relações políticas formais mostrou que as pessoas seguem trajetórias distintas que não se assentam nas relações privadas,

mas se expandem para a esfera pública, configurando em sistemas de valores que incidem sobre o modo de pensar, viver e agir no mundo público. Portanto, não podendo restringir, limitar e separar completamente as esferas pública e privada, uma sobrepõe a outra nas diversas instâncias sociais que a pessoa se insere.

Posteriormente a uma reflexão sobre os conceitos e os métodos empregados, a análise do passado por historiadoras feministas e sobre as contribuições do debate historiográfico mais geral se inclinam as coordenadas essenciais das relações de gênero na história das mulheres do tempo presente. Com especial atenção às ações das mulheres entrevistadas e a participação em movimentos sociais e na política. A história recente do Brasil, sobretudo por conta da ditadura militar e da falta de espaço para as discussões políticas, a participação e a construção de redes de alianças e solidariedades ficaram restritas a grupos majoritários. Cujo objetivo era a consolidação de uma ordem democrática restrita, ignorando aspectos da diversidade cultural brasileira e igualdade de oportunidades para todos e todas.

Complementou os resultados obtidos na pesquisa anterior, em um desdobramento que refletiu profundidade. Demonstrou-se, sobretudo, a necessidade de romper com o discurso de que as coisas são imutáveis e assim deverão prevalecer. Ademais, esclareceu que as mulheres podem ser protagonistas, com erros e acertos, mas imbricadas de trabalho e persistência na possibilidade de contribuir com os rumos da sociedade.

Com base na pesquisa de campo e na ampla revisão historiográfica, essa tese também se define por matizes da Teoria Crítica, referenciada dentro do campo das Ciências Sociais e Humanas. A base epistemológica vem cruzando as fronteiras dos feminismos e o maior objetivo, sem dúvida, foi contribuir para o entendimento com referência à participação e atuação das mulheres na política (mesmo que estivesse inicialmente circunscrito à esfera privada e familiar), especialmente que não se deve julgar sem analisar suas condições e cada caso em particular.

As mulheres, em suas múltiplas ações, referências e atuações, por melhores e/ou piores que possam agir na política enfrentam situações únicas e muitas variáveis estão em jogo. Ademais, são apenas “peças na engrenagem” do poder político dominante e da reprodução do capital e de uma práxis de ordem patriarcal. Nesta acepção, corre-se o risco de se perder a riqueza e as sutilezas da particularidade ou da singularidade – as nuances, as matizes de sentido que requerem atenção a detalhes e conhecimento vasto de causa específica. Entre o geral e o particular, entre feminismos e outras teorias que suportam séculos de olhares e propostas de

intervenção, a realidade estudada, vista de perto, demarca espaços de avanços quantitativos (no âmbito nacional, mas no regional certo continuísmo), sem necessariamente induzir ou creditar ao feminismo uma conquista.

A conclusão que se chega ao final de um trabalho dessa natureza, incluindo pesquisa teórica e empírica entre mestrado e doutorado é que o poder, sobretudo das mulheres, é algo distante, apostando mais na consciência e na práxis de transformar, do que realmente em dados numéricos. São novos tempos em que os disfarces transformam a dominação em algo tão sutil que se torna quase impossível percebê-la. A “sociedade do espetáculo” determina um diálogo político muitas vezes empobrecido e de mesmices. Em tempos de privilégios autorizados pelos Governos para explorações das mais variadas formas, a aceitação e até mesmo a difusão da superioridade das mulheres faz parte de um arsenal de tendências a serem utilizadas a serviço de interesses do sistema, respostas a agendas internacionais e padrões para superação da “invisibilidade” ao longo da História.

O patriarcado não mais se insere na lógica do poder absoluto nas mãos de alguns homens, sofrendo profundas mutações, adquirindo novas “roupagens” e características. A sua metamorfose desencadeou a serviço de um poder mais forte e dominador: o capitalismo avançado. Este consegue driblar as mentes humanas e inserir as mulheres em um emaranhado de jogos de interesses e dominações distantes do que seria um “empoderamento” delas com o escopo de haver verdadeiramente a emancipação social e política de todos os seres humanos, em um mundo com equidade e justiça social.

As mulheres encontram dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas pouco dos processos de decisão. Entretanto, o campo político vem mudando e, entre permanências e rupturas, os avanços numéricos são sentidos, mesmo que de longa duração, enquanto o “empoderamento” continua a ser um sonho tangível para ínfimas mulheres. Não necessariamente há uma consciência de si e para si que perpassa por um projeto de emancipação e abranja interesses da coletividade. E, ao pensar sobre as trilhas percorridas é possível julgar¹⁷⁵ que ainda há muito por caminhar [...].

¹⁷⁵ Todas essas aprovações e desaprovações são re-pensamentos; enquanto estamos fazendo pesquisa científica, podemos estar vagamente conscientes de estarmos felizes nesta atividade – mas só quando refletirmos sobre isso mais tarde... é que seremos capazes de ter esse “prazer” adicional; o prazer de aprovar. Nesse prazer adicional, não é mais o objeto o que apraz, mas o fato de que o julgamos prazeroso: se relacionamos isso ao todo da natureza e ao mundo, podemos dizer: nos apraz o fato de o mundo da natureza nos aprazer” (ARENDDT, 2010, p. 524).

FONTES

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de gênero e desenvolvimento. Washington, 2012, 62 p.

BRASIL. Legislação da Mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Lei. 7.353/85. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109403/lei-7353-85>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Lei 8.069/90. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. Lei 9.100/95. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências Brasília, DF: 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Lei 9.504/97. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Lei Complementar 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm>. Acesso em: 17 agos. 2008.

_____. Lei 10.406/02. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 setembro 2012

_____. Lei 11.340/06. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 13 setembro 2012.

_____. Lei 12.034/09. Altera as Leis nos 9.096, 9.504 e 4.737 - Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm> Acesso em: 20 março 2010.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mais mulheres no poder. Eu assumo este compromisso! 2008. Disponível em: <<http://200.130.7.5/spmu/docs/MaisMulherespoder.pdf>> Acesso em 20 agos. 2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2008. Disponível em <http://200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf> Acesso em: 27 jul. 2008.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. Relatório Anual 2009/2010. Mulheres, Poder e Decisão. Observatório Brasil e Igualdade de Gênero. Eixo Indicador: Mulheres e Poder: uma associação possível? Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Relatorio_Anual_2009_10.pdf> Acesso em: 31 mar. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Palavra de Mulher: oito décadas do direito de voto/ organização e textos Débora Bithiah de Azevedo e Márcio Nuno Rabat. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Legislação da Mulher. Brasília: Edições Câmara, 2011, 411 p.

CONVENÇÃO MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS. Declaração de Direitos Humanos de Viena, Tópicos referentes às mulheres e meninas, 1993. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/trilhas/img/compromissos_internacionais/DeclaracaodeViena.pdf> . Acesso em 10 abril 2012

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 17 abril 2010.

Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para igualdade, Desenvolvimento e paz 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Municípios brasileiros. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 10 janeiro 2012.

_____. O Brasil é um país populoso e com densidades muito heterogêneas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>> Acesso em: 15 maio 2011.

IPEA. PNAD 2009. Primeiras análises: investigando a chefia feminina. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília: PNAD, n. 65, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf>. Acesso em: 20 julho 2012.

MST, Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra. MST lutas e conquistas. Reforma Agrária/ por justiça social e soberania popular, 2. ed. Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: 02 agosto 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=7006>. Acesso em: 02 dezembro 2009.

_____. Resolução 217 A. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada em 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.calpe.ced.ufsc.br/direitoshumanos>>. Acesso em: 19 abril 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Organização Mundial de Saúde 2002, n. 1, p. 1-42.

PNUD. Escassez de mulheres na política é risco para a sociedade. 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/noticias /impressao.php?id01=1850>> . Acesso em: 01 agosto 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Eleições, Brasília – DF: Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Relatório das eleições 2008. Brasília: TSE, 2009.

UNIFEM. Relatório sobre o progresso das mulheres do mundo 2008/2009. Quem responde às mulheres? Gênero e responsabilização. Disponível em: <www.unifem.org/progress/2008/media/PORT-PoWW-ExecutivesSummary.pdf> Acesso em 04 abril 2009.

REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS

ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & Feminismo**: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Compreender**: formação exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

_____. **A promessa da política**. Relógio D'Água Editores: Lisboa, 2007.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

_____. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato da banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. **Verdade e Política**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ACOSTA, Ana R. & VITALE, Maria Amália (Orgs.). **Família: redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, Clara. **Ações afirmativas como estratégias políticas feministas**. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (Org.) *Gênero, democracia e sociedade*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 143 – 166.

ARRIAGADA, Irma. **Famílias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros**. Santiago do Chile: CEPAL, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. O feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

BARBOSA, Cláudia de Faria & CAVALCANTI, Vanessa. Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços, p. 135 - 156. In: SMITH, Yamile Delgado e GONZÁLES, María Cristina (Coord.) **Mujeres em el mundo: colonialismo, racismo, redes, violencia de género, política y ciudadanía**. Universidade de Carabobo: Valencia, Venezuela, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 1977.

BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas**, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, 1985.

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

BIRULÉS, Fina. El Totalitarismo, una realidad que desafía la comprensión. In: CRUZ, Manuel. **El Siglo de Hannah Arendt**. Barcelona, Paidós, 2006.

BLANES, Denise. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio-assistenciais. In: ACOSTA, ANA R. & VITALE, MARIA AMÁLIA (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 231 - 239.

BLAY, Eva. **Mulher e igualdade: cidadania e gênero**. Social Democracia Brasileira, ano 1, n. 2, mar. 2002.

_____. **As Prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

- _____. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: UNESP, 2002.
- _____. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- _____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORGES, A. & CASTRO, M.G. (Orgs). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Compreender**. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Razões práticas**. O espírito de família. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BRUGUÉ, Q. & GOMA, R. Las políticas públicas locais: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: **Gobiernos locales y política públicas: Bienestar social, promoción económica y territorio**. Barcelona: Ariel, 1998, p. 25-38.
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia, NOGUEIRA, Viviane N. de A. (orgs.), **Infância doméstica: fronteiras de conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 49 - 79.
- BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Céli Regina (Org.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icària editorial, 2002, p. 55 a 81.
- CAMPENHOUDT, Luc Van & QUIVY; Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradativa, 1998.

CARDOSO, Ruth. Mulheres, direitos e democracia. In: **Ruth Cardoso**: Obra reunida. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. São Paulo: Mameluco, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**: para construir um país melhor. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, ANA R. & VITALE, M.A. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 267-274.

CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria de Almeida & MOREIRA, Lúcia (Orgs.). **Dinâmica familiar do cuidado**: Afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção dos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciando à Filosofia**: São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

CORREIA, Adriano. Apresentação à nova edição brasileira. In: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM – UFBA: Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA PINTO, Luís Aguiar. **Lutas de família no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 09 setembro 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DI GREGORIO, M. Fátima A.; CERQUEIRA, M.; GONCALVES, M. C. **Ocupação em áreas de manguezais**: o exemplo de Jaguaripe/BA. Santo Antônio de Jesus: Exemplar, 2002.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1998.

FAURÉ, Christine. **Political and historical encyclopedia of women**. New York: Routledge, 2003.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença Editorial, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2004.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método I**. São Paulo: Vozes, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. São Paulo: Vozes, 2009.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. Fundação Editora da UNESP, 1998.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOBBSBAWMAN, Eric J. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 17- 44.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LAFER, Celso. Hannah Arendt: vida e obra. Posfácio. In: ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o princípio representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.
- MALUF, MARINA. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**: As dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Edições Progresso, 1982.
- MATLARY, Janne Haaland. **Para um novo feminismo**. Estoril: Principia, 2002.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAURICIO, Maria José. **Mulheres e cidadania**: alguns perfis e ação política. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- MAYER, Arno J. **A força da tradição**: a persistência do antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MÉSZÁROS, Istvan. Poder político e dissidência nas sociedades Pós-Revolucionárias. In: **Caminhos de Paulo Freire**, São Paulo: Ensaio, 1985, p. 29 - 47.
- MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Escala, 2006
- MINAYO, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ORTEGA, Víctor Hugo Acuña. La Historia Oral, las Historias de vida y las Ciencias Sociales. In: FONSECA, Elizabeth (Comp.) **Historia: teoría y métodos**. Editorial Universitaria Centroamericana. 1989.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167-184.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2007.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira (Org.) São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 13-33, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO e outras (orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ROWBOTHAM, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem**. Porto Alegre: Globo, 1983.

ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne & WAINWRIGHT, Hilary. **Além dos fragmentos: o Feminismo e a construção do Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Reconhecer para libertar: **Os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Ruptura e reencontro. In: **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Lisboa: Afrontamento, 2001, p. 33 - 50.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Vozes, 1989.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um resultado sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHIEBINGER, Londa. Farão as mulheres uma ciência de modo diferente? Ciência e Gênero. Caderno de Filosofia das Ciências. Lisboa: CFCUL, 2005.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Erico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, J. W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETH, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira (Org.) São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2008.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Vera. Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

TABAK, Fanny. **A mulher Brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

_____. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TABAK & TOSCANO, Moema. **Mulher e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THERTBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VIEGAS, José Manuel Leite & FÁRIA, Sérgio. **As mulheres na política**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Hannah Arendt uma biografia**. Barcelona: Paidós, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC, 1994.

ZABALETA, Marta Raquel. **Feminine stereotypes and roles in theory and practice in Argentina before and after the First Lady Eva Perón**. Mellen Press, 2005

ARTIGOS

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social – Uma genealogia do conceito comum. Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122 a 138, jul dez 2004. Disponível em: <http://www.facha.edu.br/publicações_comum_comum23_artigo7.pdf> Acesso em: 25 de março 2010.

ALVAREZ, Sônia E. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, vol. 11, n. 2, Florianópolis, July/Dec. 2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=13adc0c9efb02bf7&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/u/0/?ui%3D2%26ik%3D7ae0345c53%26view%3Datt%26th%3D13adc0c9efb02bf7%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26zw&sig=AHIEtbSR8I-zE6IarliwxYHsfsZT--8cEQ>> Acesso em: 5 nov. 2012.

_____. Mulher na política: 24 de fevereiro e o direito de voto, 2009. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/Dia24defevereiro_conquistadodireitdevoto.pdf> Acesso em: 25 março 2010.

_____. Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho. Belo Horizonte: **Revista Escola de Minas**, 2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz & ARAÚJO, Clara. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 3, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 22 mar. 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz e CAVENAGHI, S. Desigualdades de gênero na política na ALC com ênfase no caso brasileiro. V Congresso da ALAP, Montevideo, 2012. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=1149&Itemid=561> Acesso em 06 outubro 2012.

ARAÚJO, Clara. “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política” **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo na competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. Rio de Janeiro: **Dados**, vol. 44, n. 1, 2001.

ARENDDT, Silvia Maria Fávero e MACEDO, Fábio. In: **História do Tempo Presente**: entrevista com o Historiador Henry Rousso. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216, jan. /jun. 2009.

AVELAR, Lucia. “Mulher e política: o mito da igualdade”. Lua Nova, n. 43, p. 98-102, 2007.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. [Brasília]: PSDB, 2002. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p4054_mulher.pdf> Acesso em: 26 mar. 2008.

BADINTER, Elisabeth. A mãe perfeita é um mito. Entrevista por Mônica Weinberg. Revista **Veja**, 20 julho 2011, p. 17 a 21.

BARBADO, Patrícia. Um nuevo modelo de liderazgo feminino: de la rivalidad a la solidaridad. Seção Editorial, Argentina, 7 julio. Disponível em: www.wim-network.org/2011/07/un-nuevo-modelo-de-liderazgo-femenino-de-la-rivalidad-a-la-solidaridad#more-3161. Acesso em 19 out. 2012.

BARBOSA, Claudia de Faria. Mulheres na política: um caminho transitável? **Conjuntura & Planejamento**, v. 168, p. 21-28, Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cep/c&p_168_esp.zip> Acesso em: 5 jan. 2012.

BARBOSA, Claudia de Faria CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços. VI Simpósio do Conselho Europeu de Investigação Social sobre América Latina – **CEISAL**. Toulouse, França, 2010.

BARBOSA, Rui. **Trechos escolhidos de Rui Barbosa**. Edições de Ouro: Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <<http://doryreleituras.blogspot.com.br/2007/11/politica-e-politicalha.html>>. Acesso em: 14 maio 2012.

BAROZET, Emmanuelle. El intercambio de favores en las classes medias chilenas como mecanismo social al mercado laboral: Revisión histórica y reflexión para el presente. Santiago do Chile: **Internacional Congress of Americanists**, 2003 (mimeo).

BENHABIB, Sheyla. La paria y su obra: sobre la invisibilidad de las mujeres em la filosofia política de Hannah Arendt. In: CRUZ, Manuel.(Comp.) **El siglo de Hannah Arendt**, Barcelona: Paidós, 2006.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia - análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Orgs.) **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

BIASOLI ALVES, Zélia M. Mendes e SILVA, Maria helena G. F. Dias da Silva. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, FFCLRP, USP, Ribeirão Preto, n. 2, Fev./Jul., 1992.

BIRMAN, Joel. Reinventar a política no feminino. **O Estado de São Paulo**, 01 de novembro 2010.

BIRULÉS, Fina. Mundos dialogados. Cuestiones de género. Mulheres desdobráveis. Disponível em:

<http://www.creamundos.net/primeros/entrevista%20fina%20birules%20mulheres_desdobreveis.htm> Acesso em: 15 set. 2009.

BIRULÉS, Fina. Sobre la violencia . Reflexiones em torno a la libertad femenina. Santiago de Compostela: **XXIII Semana Galega de Filosofia**, 2006.

BLAY, Eva. Mulher e igualdade: cidadania e gênero. **Social Democracia Brasileira**, ano 1, n. 2, mar., 2002.

BOSI, Eclea. A pesquisa em memória social. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v4n1-2/a12v4n12.pdf>>. Acesso em 10 abril 2010.

BOURDIEU, Pierre. ABC de Bourdieu. **Revista Cult**, n. 166, p. 35, São Paulo, março 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216.

BRUSCHINI, Cristina. Mulher, casa e família. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1990.

CABRAL, João P. & LIMA, Antônia P. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**, Vol. IX (2), 2005, p. 355-388.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo, **Em Perspectiva**, 18(1): 142-150, 2004.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. A dimensão do enfoque de gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do *empoderamento* das mulheres nos municípios baianos, In: BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 3º **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**, 2008, p. 19 – 36.

CAMARANO, Ana Amélia. Um novo papel social da mulher brasileira. **Revista IHU**, n. 406. Sobre os novos arranjos familiares brasileiros. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=406>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

CAMARAMO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, São Paulo. set./dez, 2003.

CANÊDO, Letícia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. Cadernos **CEDES**, vol. 18 n. 42 Campinas, Agosto de 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24 janeiro 2010.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964): **Pro-Posições**, vol. 13, n. 3 (39) set./dez, 2002.

CARVALHO, Ana M.; CAVALCANTI, Vanessa R.; ALMEIDA, Maria A.; BASTOS, Ana Cecília. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 18, n. 41, set/dez. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997

CASTRO, Mary Garcia. Feminismos e feminismos, reflexões de esquerda. In: Prefeitura Municipal de São Paulo. Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: **Coordenadoria Especial da Mulher**, 2004, p. 157- 158.

_____. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas 2001.

_____. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador. Florianópolis: **Estudos Feministas**, n. 0, 1992, p. 57-73.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Educação, história e religião: ordens religiosas como locus da construção de identidades femininas. **Revista Aulas**, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

_____. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

_____. Protagonismo e militância: Revoluções e práxis femininas dos séculos XIX e XX. **Interculte**, Salvador, Faculdades Jorge Amado, Salvador, 2006.

_____. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. São Paulo: **Revista História**, jun. 2005, p. 243-264.

_____. Escritura & Memória na formação de mulheres entre 1870 e 1940. **História & Perspectivas**. Uberlândia, 153-176. Jul./Dez. 2004.

CAVALCANTI, Vanessa R.S.; BARBOSA, Claudia de F.; CALDEIRA, Bárbara M. dos S. Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo. Ver. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 189-204, 2012.

CAVALCANTI, Vanessa R.S. & SANTOS, Claudia Eleuteiro F. La construcción de la identidad de la mujer brasileña a partir del enfoque del turismo sexual en la Bahía: ¿permissivas, pecadoras y sensuales? **Naveg@mérica. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas**, 2009, n. 2. Disponível em: <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. Acesso em 20 maio 2010.

CONWAY, J.; Buarque, S.; SCOTT, J. El concepto de gênero. In: LAMAS, M. (Comp.). El Genero: la construcción cultural de la diferencia sexual. México: UNAM, PUEG, 1996. p. 21 - 33.

COSTA, Ana Alice A. O Feminismo e a consciência de gênero entre as vereadoras baianas. In: Ritos, mitos e fatos. Mulher e gênero na Bahia. Organizadoras: Ana Alice Alcantara Costa e Ivya Alves.- Salvador: NEIM/UFBA, 1997, p. 63-78, 206p. **Coleção Bahianas**. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/ritosmitosefatos.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2012

_____. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, 2005, v. 5, n. 2, Niterói: NUTEG/UFF, p. 9-35.

_____. Refletindo sobre as imagens da mulher na cultura política. In: FERREIRA, Lúcia e NASCIMENTO, Rosendo Enilda (Org.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

COSTA, Delaine Martins. Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: as prefeitas brasileiras 2001-2004. São Paulo: **IBAM**, 2003.

DIETZ, Mary. Cidadania com cara feminista. **Debate Feminista** (n. especial). México, 2001, p. 55-78.

FRAISSE, G. Entre igualdad y libertad. La controversia de los sexos. Madrid: Minerva, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan. abr. 2004

FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 14, n. 2, 2009.

GARCÍA, Verónica Vázquez. Género y desarrollo rural. El legado de mujeres indígenas en puestos de poder en Oaxaca, México. Toulouse, **CEISAL**, 2010. Mimeo.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. (França, setembro de 1791). Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/direitos-da-mulher/declar_dir_mulher.pdf. Acesso em: 03 fev. 2010.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Participação feminina na construção da democracia: um levantamento do resultado das eleições. São Paulo: **IBAM**, 2003.

JIMÉNEZ, Antônia M. Ruiz. As mulheres e a participação política nos partidos de direita em Portugal e Espanha. **Análise Social**, abr. 2009, n.191, p.235-263.

JODELET, Denise. Política e comunicação de massa. **Interseções revista de estudos interdisciplinares**, Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, NPE, 1999.

KEHL, Maria Rita. Mulher ou Militante. **Revista Carta Capital**, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulher-ou-militante/>> 8 dez. 2011.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados I** (30), 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a05.pdf>> Acesso em 16 maio 2010.

LAVINAS, Lena. Identidade de gênero. Um conceito da prática. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 12, Caxambu, 1992,

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, agosto 2005.

LIMA, Antônia Pedrosa & CABRAL, João de Pina. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Revista Etnográfica**, Vol. IX, 2005, p. 355-388.

LOURENÇO, Eduardo. O fim da política? A esquerda na encruzilhada ou fora da História? Lisboa: **Gradiva**, 2009, p. 109-118.

MARIANO, S. Debates Feministas sobre Direito, Justiça e Reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, América do Norte, 1419, 02 2010.

MENICUCCI, Eleonora. Violência sexual: a culpa não é da mulher. **A Tarde**, 13 de set. 2012.

MIGUEL, Luís Felipe & QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200003&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 12 ago. 2008.

MONTAÑO, Sonia. El sueño de las mujeres: democracia en la familia. In: ARRIAGADA, Irma; ARANDA, Verónica. Cambio de las familias em el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas publicas eficaces. Santiago de Chile: **CEPAL**, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados** Vol. 17, n. 48, São Paulo, maio/agosto, 2003.

NARVAZ, Martha Giudice & KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia Social**, vol. 18, n. 1, Porto Alegre, Jan./Abr. 2006.

OKIN, Suan Moller. Gender, The Public and The Private. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, Florianópolis, maio/ago. p. 2008.

PERROT, Michelle. Ecos de uma História silenciosa das mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16: 147 – 163, janeiro – abril/2008.

PHILLIPS, Anne. Género y teoria democrática (cap. 1. Feminismo y democracia e Cap. 2 – Los debates Clássicos). **México**: PUEG, 1996, p. 13- 65.

_____. Paradojas de la participación. In: PHILLIPS, Anne. Género y teoría democrática. México: PUEG, 1996, p. 121-144

_____. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 9, 2001, p. 268-290.

_____. Las pretensiones universales del pensamiento político. In. BARRET, M. e PHILLIPS, Anne. (Comp.) Desestabilizar la teoría. Debates feministas contemporâneos. México: PUEG/UNAM. 2002, p. 203 - 222.

_____. Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, Carmen (org.) Perspectivas Feministas en Teoría Política. Barcelona: **Paidós**, 1996, p. 79-97.

PETIT, Cristina Molina. Dialéctica Feminista de la Ilustración. Barcelona: **Anthropos**, 1994, Parte I. La dicotomía público/privado en el pensamiento político ilustrado y liberal, p. 27-104.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 2007.

PINTO, Celi Regina. Movimentos sociais: esboços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: **Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas**, 1992, p. 256-270.

_____. Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PINTO, Céli & MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira nas eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília, julho/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.rbcp.unb.br/artigos/rbcp-n2-20.pdf>>. Acesso em: 30 março 2010.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos das Mulheres. In: **Democracia e Gênero no Legislativo Municipal**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal - BAM; Rio de Janeiro, 2009.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys**, **Estudos Feministas**, n.. 3, jan/jul. 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>> Acesso em: 11 jan. 2011.

RANGEL, Patrícia Duarte. Sex and the city: reflexões sobre a representação parlamentar feminina e as eleições de 2008. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 69-78, jan/jun. 2009.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública* 2009, vol. 15. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32912417002>>. Acesso em: 15 março 2011.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, ano 7, volume 14 (1 e 2), p. 95-110, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, A. O. BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 14 junho 2010.

_____. Subjetividade, cidadania e emancipação. **Revista crítica de Ciências Sociais**, n. 32, junho, 1991.

_____. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômeno a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, março, 1988, p. 139-172.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970; revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, vol. 12, n. 2, Florianópolis, maio/agosto 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em 20 de setembro 2011.

_____. Reciprocidade e hierarquia: Relações de gênero na periferia de São Paulo. São Paulo: **Caderno de pesquisa**, 1989, p. 38 - 46.

SCHOLZ, Roswitha. Das geschlecht des kapitalismus: feministische theorie und die postmoderne Metamorphose des Patriarchats. Bad, Horlemann Verlag, 2000.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SCHILLING, Voltaire. Wollstonecraft (1759-1797) e a aurora das mulheres. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2004/11/08/000.htm>> Acesso em 15 de jan. 2010.

STOLKE, Verena. Mulheres e Trabalho. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/mulheres_e_trabalho.pdf> Acesso em: 10 de out. 2012.

UNIFEM. O Progresso das Mulheres no Brasil, Brasília, **Cepia**/Ford Foundation, 2006.

VARIKAS, Eleni. O Pessoal é Político: desventuras de uma promessa subversiva, Rio de Janeiro: **Tempo**, vol. 2, n. 3, 1997, p. x-y

VENEGAS, Paki. El empoderamiento de las mujeres. Um camino hacia la equidad em el desarrollo. n. 31. Enero - febrero, Especial Educación, 2006. Disponível em:

<<http://www.nodo50.org/aspa/module.php?link=modules/desurasur/articulo.php&ID=609>>

Acesso em: 10 set. 2008.

VIEIRA, Claudia Andrade. O Urbanismo numa perspectiva feminista. In: **XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre mulheres e relações de gênero**. Salvador: UFBA, 2012.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, São Paulo, 67, 139-190, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf> > Acesso em: 17 maio 2010.

YOUNG, Iris Marion. Inclusion and democracy. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZABALETA, Marta Raquel. Nuevos horizontes en los Estudios Latinoamericanos: mujeres, género y cambio social. Seminario Mujer y Desarrollo, Universidad de Salamanca, Primer Congreso Europeo del **CEISAL**, Salamanca, junio, 1996, Espanha.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Maria Amélia. **Feminismo na Bahia**: 1930. Salvador, 1986. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1986.

AVELAR, Lúcia. **O voto feminino no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 1985.

BARBOSA, Cláudia de Faria. **Famílias pressupostos para política local**: sombra ou alicerce? (Dissertação de Mestrado Interdisciplinar), Salvador: Universidade Católica de Salvador - UCSAL, 2008.

BILAC, Maria Berenice Bianchini. **As elites políticas de Rio Claro**: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista. Universidade de Campinas, 1995.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e poder local**: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia: Universidade de São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Valnêda Cássia Santos. **O combate institucional da violência contra a mulher**: estudo comparativo entre Brasil, Portugal e Espanha na implantação de políticas públicas, (Dissertação de Mestrado Interdisciplinar), Salvador: Universidade Católica de Salvador UCSAL, 2012, 222 p.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Voces femininas**: história y organizaciones representativas en Brasil (1975/2002). Leon: Departamento de História de la Universidad de Leon, 2003.

COSTA GOMES, Gina Emília de Oliveira. **Aspectos visíveis das violências invisíveis**: violência contra a mulher na família nos casos das usuárias do Centro de referência Loreta Valadares em Salvador – BA. (Dissertação de Mestrado Interdisciplinar), Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2010.

GUSSI, Evandro Herreira Bertone. **A Representação Política**. (Tese de doutorado), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

PORTO, Maria de Fátima Silva. **Pérolas em chão árido**: organização, ação social, ação política e cultura. (Tese de doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador – BA: UFBA, 1973.

SANTOS GANEN, Simone A. **Dores no corpo/dores na alma**: uma reflexão sobre as a experiência corporal e familiar de mulheres mastectomizadas. (Dissertação de Mestrado Interdisciplinar), Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2010.

SANTOS, Rita Luzia Occhuze dos Santos. **A participação política da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988.** (Tese de doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais: Universidade de Campinas, 2004.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **Assassinatos de homossexuais e travestis:** estado, sociedade e famílias em face da violência homo(trans)fóbica. Dissertação de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador: UCSAL, 2011. Disponível em:
http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=287 Acesso em 15 de outubro de 2012.

PORTAIS E SITES DA INTERNET

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

<http://www.sepm.gov.br/conselho>

Direitos da Mulher na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/direitodamulher>

Mais Mulheres no Poder do Brasil

<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br>

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

<http://www.observatoriodogenero.gov.br>

ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

<http://www.unifem.org.br>

Procuradoria da mulher da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.gov.br/a-camara/procuradoria-da-mulher/procuradoria-da-mulher>

Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero , Raça e Etnia

<http://www.generoracaetnia.org.br>

Secretaria de Políticas para as Mulheres

<http://www.sepm.gov.br>

APÊNDICES



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

TÍTULO

Diálogos com mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e o privado, 2009 – 2012.

INVESTIGADORA

Cláudia de Faria Barbosa

OBJETIVO

Analisar como se dão as relações entre o público e o privado das mulheres que atuam na política, com a perspectiva de compreender como elabora a consciência de si e para si.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em estudo de casos múltiplos envolvendo histórias de vida e de famílias e análise de conteúdo, com as contribuições das teorias feministas, das representações sociais e filosofia política, com o emprego de diversas técnicas, entre elas, a entrevista aberta e em profundidade com as prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, gestão 2009-2012, com diálogo informal, gravado.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Não possui risco. Ao participar da pesquisa, estará contribuindo para aumentar a compreensão acerca da atuação feminina para além da esfera privada.

CONFIDENCIALIDADE

As informações prestadas fundamentarão o trabalho de tese do Programa de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, apoiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia. Outros trabalhos científicos podem ser derivados desta pesquisa, mas em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em sigilo, caso seja sua opção.

DIREITO DE RECUSAR OU DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO

A participação nesta pesquisa é voluntária, podendo recusar-se a participar. Negar-se a participar ou interromper sua participação não trará nenhuma consequência.

QUESTÕES

Em caso de dúvidas, entre em contato com a investigadora pelo número (71)9237-8426

Data

Assinatura da participante

- () Autorizo a divulgação de meu nome
() Não autorizo a divulgação do meu nome

Data

Assinatura da investigadora

Roteiro da entrevista aberta estruturada por tópicos temáticos

Identificação:

Nome, filhas(os) Número, idade, algum(a) na política. Estado civil. Tem ou teve pai ou mãe, avó ou avô, tios e tias, irmãos ou irmãs, primos ou primas militantes na política.

Fale da história de sua família. Onde nasceu, onde viveu, desde quando mora no município que administra. Quem são seus parentes. Tradições familiares. Fale sobre fatos políticos que sua família esteve/está envolvida. Cor, raça/etnia, situação conjugal, apelido.

Temas:

Famílias e política

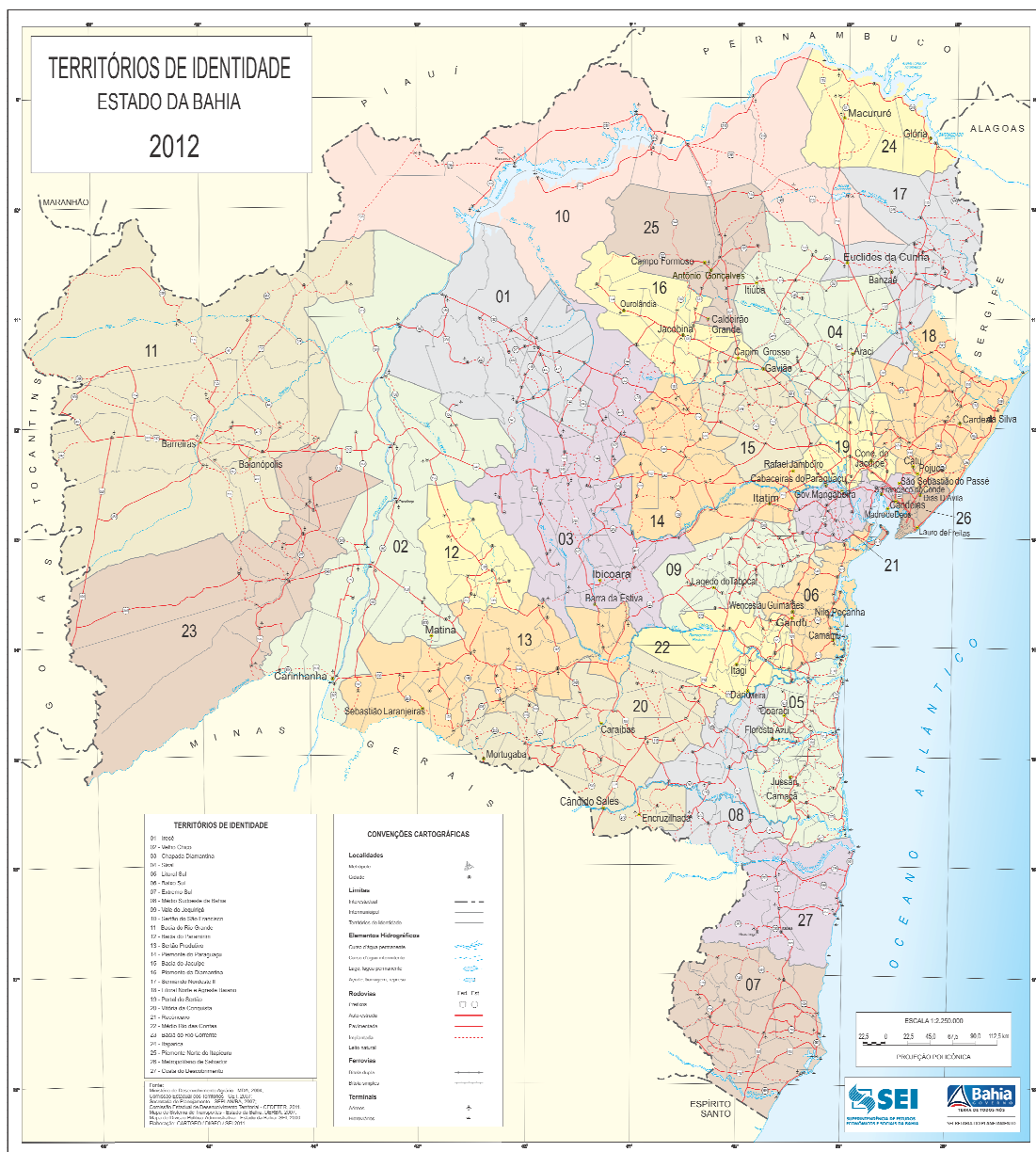
1. Consciência do papel a desempenhar
2. Questões de gênero, raça/etnia e classe social
3. Como se vê nessa relação entre público e privado
4. Condição de mulher, mãe, esposa... Conciliação da vida privada e pública e influência da sua família na sua vida hoje
5. Inserção na vida pública, desafios, lutas, interesses. Principais bandeiras de luta. Gosto pela política. Participação em movimentos sociais. Crença em uma missão, vocação.
6. O que pensa sobre o seu papel na política.
7. Militância em movimentos sociais.
8. Cargos e candidaturas anteriores.
9. Participação e conhecimento do Movimento Feminista. Diferenciação no jeito especial das mulheres de governar, quanto à idade, à classe social, à raça/etnia.
10. Relação entre a casa e a prefeitura, o particular e o público. Percepção sobre como é vista pelas pessoas e o que pensam.
11. Crença na possibilidade de um jeito inovador de governar.
12. Dificuldades e/ou facilidades encontradas na trajetória.

Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 2008-2012

	Nome da Prefeita	Município	Idade/2012	Partido	Ocupação anterior	Ocupação/Instrução	Bens em R\$	Estado civil
1	Maria Angélica Lopes Carvalho	Antônio Cardoso	53	PMDB	Prefeita	Ensino médio completo	45.000,00	Divorciada
2	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	54	DEM	Professora de Ensino Médio	Ensino Superior	158.000,00	Casada
3	Jandira Soares Silva Xavier	Baianópolis	48	PMDB	Prefeita/	Ensino médio completo	149.000,00	Viúva
4	Jailma Dantas Gama Alves	Banzaê	43	PT	Prefeita /Professora	Ensino médio completo	93.420,00	Casada
5	Ana Lúcia Aguiar Viana	Barra da Estiva	67	PR	Prefeita /Professora	Ensino médio completo	250.000,00	Casada
6	Jusmari Terezinha de Souza Oliveira	Barreiras	49	PR	Deputada/Agricultora	Superior completo	660.371,00	Casada
7	Romildes Oliveira Rios Machado	Cabaceiras do Paraguaçu	61	PMDB	Pedagoga	Ensino superior completo	435.000,00	Casada
8	Maria Aparecida dos Santos Martins Silva	Caldeirão Grande	42	PSDB	professora	Ensino médio completo	50.000,00	Casada
9	Maria Ângela da Silva Cardoso Castro	Camacan	57	DEM	Agricultora	Ensino médio completo	575.000,00	Viúva
10	Ioná Queiroz Nascimento	Camamu	41	PT	Economista/	Ensino superior completo	72.000,00	Divorciada
11	Iracy Andrade de Araújo	Campo Formoso	62	PR	Advogada / professora	Ensino superior completo	183.160,00	Viúva
12	Maria Angélica Juvenal Maia	Candeias	64	PMDB	Prefeita/funcionária a prefeitura	Ensino médio completo	228.000,00	Divorciada
13	Sidélia Lemos Dias dos Santos	Cândido Sales	58	PR	Professora	Ensino superior completo	54.000,00	Separada
	Lydia Fontoura Pinheiro	Capim Grosso		PR	Médica	Ensino superior completo	182.000,00	Casada
14	Norma Suely Dias Coelho	Caraíbas	56	PTB	Comerciante/	Ensino superior completo	194.411,35	Casada
15	Maria Quitéria Mendes de Jesus	Cardeal da Silva	34	PSB	Secretária de Cultura/Outros	Superior incompleto	90.000,00	Solteira
16	Francisca Alves Ribeiro	Carinhanha	53	PT	Prefeita/Agricultora	Ensino médio completo	78.000,00	Divorciada
17	Gilcinea Lago de Carvalho	Catu	47	PR	Prefeita (Pedagoga)	Ensino superior completo	5.018.008,46	Casada
18	Josefina Maria Castro dos Santos	Coaraci	61	PT	Professora de ensino superior/	Ensino superior completo	111.600,00	Casada
19	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuípe	58	PMDB	Empresária/	Ensino superior incompleto	Não possui bens a declarar	Divorciada
20	Maria de Fátima Aragão Sampaio	Dário Meira	56	PR	Prefeita /Professora	Ensino médio completo	Não possui bens a declarar	Casada
21	Andréia Xavier Cajado Sampaio	Dias D'Ávila	47	DEM	Prefeita/Advogada	Ensino superior completo	614.262,99	Casada
22	Maria de Fátima Nunes Soares	Euclides da Cunha	59	DEM	Empresária/	Ensino Superior Incompleto	442.937,65	Casada
23	Ivani Andrade Fernandes Santos	Encruzilhada	58	PTB	Comerciante/	Ensino fundamental incompleto	4.980.000,00	Solteira
24	Sandra Maisa Balduino Cardoso	Floresta Azul	48	DEM	Médica/	Ensino superior completo	Não possui bens a declarar	Casada
25	Irisma Santos da Silva Souza	Gandu	56	PT DO B	Médica/	Ensino superior completo	249.646,02	Casada
26	Benvinda de Oliveira Silva	Gavião	56	PTC	Agricultora/	Ensino fundamental completo	10.000,00	Casada

27	Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte	Glória	61	PP	Odontóloga	Ensino superior completo	18.000,00	Casada
28	Domingas Souza da Paixão	Gov. Mangabeira	59	PMDB	Aposentada/Doméstica	Ensino fundamental incompleto	115.000,00	Solteira
29	Sandra Regina Gomes Vidal	Ibicoara	48	PC do B	Professora de ensino médio	Ensino superior completo	18.000,00	Solteira
30	Wanda Argollo Pinto	Itagi	75	PT	Professora/Prefeita	Ensino médio completo	27.000,00	Solteira
31	Raimunda da Silva Santos	Itatim	51	PSDB	Outros/	Ensino fundamental incompleto	13.500,00	Viúva
32	Cecília Petrina de Carvalho	Itiúba	67	PT	Prefeita/	Ensino superior completo	Sem bens a declarar	Solteira
33	Valdice Castro Vieira da Silva	Jacobina	54	DEM	Assistente social	Superior completo	89.695,18	Separada judicialmente
34	Neone Simões Barbosa Cordeiro	Jussari	50	PP	Professora de ensino médio/	Ensino superior completo	125.000,00	Casada
35	Mariângela Santos da Silva Borges	Lajedo do Tabocal	50	PSB	Bioquímica/Prefeita	Ensino superior completo	370.000,00	Casada
36	Moema Isabel Passos Gramacho	Lauro de Freitas	54	PT	Prefeita/bióloga	Ensino superior completo	672.200,00	Solteira
37	Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho	Macururé	42	PT	Administradora	Ensino superior completo	165.000,00	Casada
	Eranita de Brito Oliveira	Madre de Deus		PMDB	Prefeita		154.500,00	Casada
38	Carmen Gandarela	Madre de Deus	63	PT		Ensino médio completo	250.000,00	Casada
39	Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina	58	PC do B	Prefeita/Professora	Prefeita/Ensino fundamental completo	308.000,00	Casada
40	Rita de Cássia Cerqueira dos Santos	Mortugaba	53	PSDB	Bancária/Prefeita	Superior incompleto	182.000,00	Casada
41	Maria das Graças Soares de Oliveira	Nilo Peçanha	56	PMDB	Professora de ensino médio/	Ensino superior incompleto	17.914,52	Casada
42	Yonara Rocha de Almeida Freire	Ouroândia	37	PT	Contadora	Ensino superior incompleto	26.380,00	Casada
43	Gerusa Dias Láudano	Pojuca	48	PSDB	Enfermeira/	Ensino superior completo	224.879,00	Separada judicialmente
44	Cibele Oliveira de Carvalho	Rafael Jambeiro	39	PT	Assistente Social/	Ensino superior completo	Sem bens a declarar	Solteira
45	Rilza Valentim de Almeida Pena	São Francisco do Conde	50	PT	Professora de ensino superior/	Ensino superior completo	270.020,00	Casada
46	Tânia Maria Portugal da Silva	São Sebastião do Passe	47	PC do B	Professora de ensino superior/	Ensino superior completo	129.244,63	Solteira
47	Luciana Leão Muniz	Sebastião Laranjeiras	41	PR	Farmacêutica/	Ensino superior completo	739.000,00	Casada
48	Wenceslau Guimarães	Susete Nascimento da Silva	51	PR	Pedagoga/	Ensino superior completo	304.574,29	Solteira

Mapa do Estado da Bahia – Municípios administrados por Prefeitas 2008-2012



Antônio Cardoso, Araci, Baianópolis, Banzaê, Barra da Estiva, Barreiras, Cabaceiras do Paraguaçu, Caldeirão Grande, Camacan, Camamu, Campo Formoso, Candeias, Caraíbas, Cardeal da Silva, Carinhanha, Catu, Coaraci, Conceição do Jacuípe, Dário Meira, Dias D'Ávila, Encruzilhada, Euclides da Cunha, Floresta Azul, Gandú, Gavião, Glória, Governador Mangabeira, Ibicoara, Itagi, Itatim, Itiúba, Jacobina, Jussari, Lauro de Freitas, Macururé, Madre de Deus, Matina, Mortugaba, Nilo Peçanha, Pojuca, Rafael Jambeiro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sebastião Laranjeiras e Wenceslau Guimarães. Posteriormente foram empossadas prefeitas em mais quatro municípios, sendo eles: Cândido Sales, Capim Grosso, Lajedo do Tabocal e Ourulândia, por afastamento dos gestores e ocasião de novas eleições. Em Madre de Deus alterou a Prefeita. A prefeita de Capim Grosso renunciou e as de Camamu e Candeias foram afastadas.

Divisão dos Municípios do Estado da Bahia por Território de Identidade

Nº	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipujiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibai, Xique-Xique
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha , Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina , Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva , Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Rendenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner
4	SISAL	Araci , Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba , Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retiroândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan , Canavieiras, Coaraci , Floresta Azul , Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari , Marauá, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu , Gandu , Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha , Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda
8	MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória
9	VALE DO JQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal , Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
11	BACIA DO RIO GRANDE	Angical, Baianópolis , Barreiras , Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley
12	BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras , Tanhaçu, Urandi
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim , Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro , Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
15	BACIA DO JACUIPE	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caem, Capim Grosso , Jacobina , Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia , Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova
17	SEMIÁRIDO NORDESTE II	Ajustina, Antas, Banzaê , Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha , Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
18	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva , Catu , Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca , Rio Real, Sítio do Quinto
19	PORTAL DO SERTÃO	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso , Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe , Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales , Caraíbas , Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba , Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21	RECÔNCAVO	Cabaceiras do Paraguaçu , Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira , Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde , São Sebastião do Passe , Sapeaçu, Saubara, Varzedo
22	MÉDIO RIO DE CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira , Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi , Itagibá, Itamarí, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho
24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Chorrochó, Glória , Macururê , Paulo Afonso, Rodelas
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande , Campo Formoso , Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
26	METROPOLITA-NO DE SALVADOR	Camaçari, Candeias , Dias D'Ávila , Itaparica, Lauro de Freitas , Madre de Deus , Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde , Simões Filho, Vera Cruz
27	COSTA DO DES COBRIMENTO	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2012)

Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia, 2008-2012



Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia 1936 a 2012

Ano	Nome	Município	Partido
1936	Nair Guimarães Lacerda ¹⁷⁶	Urandi	Sem informação
1943	Maria de Lourdes Souza Pires ¹⁷⁷	Barra da Estiva	Sem informação
1958	Dejanira Resende de Souza	Belmonte	PSD
1968	Olga Laranjeiras B. Azevedo	Igaporã	Arena
	Noemia Meireles Ramos	Simões Filho	Arena
1970	Nilza Barbosa	Ibiquera	Arena
	Silzuita Silva Mimoso	Ibitapitanga	Arena
	Marialda Gomes Matos	Mucugê	Arena
1972	Dalila Araújo de Vasconcelos	Aurelino Leal	Arena
	Lurdes Duarte Silva	Morpará	Arena
	Clelia Chaves Rebouças	Mutuípe	Arena
	Aldanice Ribeiro de Novais	Piripá	Arena
	Nilda Valença Baptista	Rio Real	Arena
	Ireny Dourado	Irecê	Arena
1976	Maria Aurélia Souza Santos	Dário Meira	Arena
	Maria dos Prazeres Almeida P.	Entre Rios	Arena
	Maria Luiza Dias Láudano	Pojuca	Arena
	Maria Eunice Dultra Soares	Santa Terezinha	Arena
	Adair Miranda Cabral e Silva	Santo Estevão	Arena
1982	Dalila Araújo Vasconcelos	Aurelino Leal	PDS
	Ieda Góes Lago de Araújo ¹⁷⁸	Catu	PDS
	Maria Aparecida Oliveira Franco	Irajuba	PDS
	Gilka Borges Badaró	Itajuípe	PDS
	Maria Juvenice Farias Maia	Jiquiriçá	PDS
	Raimunda Farias Carvalho	Maraú	PDS
	Marieta Olímpica Borges Hora	Mucuri	PDS
	Clelia Chaves Rebouças	Mutuípe	PDS
	Nilda Valença Batista	Rio Real	PDS
	Josenilda Paim Pereira	Tanquinho	PDS
1985	Maria Iris Gomes	Várzea Nova	PDS
1988	Dagmar Alves de Souza	Boa Nova	PDS
	Djalмира de Carvalho Improta	Cardeal da Silva	PDS
	Lúcia Borges Cone	Conceição do Almeida	PFL
	Liete Carvalho Farias	Floresta Azul	PMDB
	Teresa Caldas do Nascimento	Itapicuru	PFL
	Valdice Cordeiro F. Santos	Milagres	PDC
	Aldanice Ribeiro Novaes	Piripá	PFL
	Maria Nazarelo Soares Santos	Rodelas	PMDB
	Elba Chagas Santos	Salinas da Margarida	PMDB
	Rosália Rodrigues Franca	Santa Brígida	PSC
Cleide José Santana	Ubatã	Sem informação	
1992	Iara Maria Souza Santos	Almadina	PMDB
	Iraci Alves Gomes da Silva	Amargosa	PDT
	Dalila A. Vasconcelos	Aurelino Leal	PFL
	Vera Lúcia Ramos Costa	Barra do Rocha	PDC
	Maria Angélica Juvenal Maia	Candeias	PL
	Girlane Santos Passos Serra	Conceição da Feira	PFL

¹⁷⁶ Foi prefeita de “Urandi, nomeada em 1936 pelo governador Juracy Magalhães, segundo consta na imprensa da época, atendendo uma indicação da então Deputada Estadual Maria Luiza Bittencourt.” (COSTA, 1998, p. 137).

¹⁷⁷ Foi prefeita nomeada e saiu no mesmo ano de 1943.

¹⁷⁸ Gilcina Lago – Prefeita atual de Catu conta que Ieda era prima de seu avô, mas não tinha aproximação. O marido não pode se candidatar, com problemas de dupla filiação partidária e a indicou para o cargo.

	Andréia de Souza Xavier	Dias D'Avila (21 anos)	PFL
	Avani Andrade F. Santos	Encruzilhada	PFL
	Míriam Mara de Carvalho Cruz	Itaguaçu da Bahia	PFL
	Gilka Borges Badaró	Itajuípe	PTB
	Maria Juvenice Santos Maia	Jiquiriçá	PTB
	Raymunda F. de Carvalho	Maraú	PDS
	Maria Helena F. Brito Fagundes	Matina	PMDB
	Valdineia Damásio	Santa Luzia	PFL
	Josenilda Paim Pereira	Tanquinho	PDS/PFL
	Lídice da Matta E Souza	Salvador	PSDB
	Maria do Socorro N. Coelho	Crisópolis	PTB
	Clélia Chaves Rebouças	Mutuípe	PFL
	Aurelice Barreto Farias	Brotas de Macaúbas	PFL
1997	Jaílma Dantas Gama Alves	Banzaê	PFL
	Marisete de Souza Bastos	Brejolândia	PFL
	Débora Carvalho Borges Santos	Camacan	PT do B
	Antônia Magalhães da Cruz	Candeias	PPB
	Dagmar Nogueira dos Santos Brito	Casa Nova	PL
	Luzia Campos de Oliveira ¹⁷⁹	Castro Alves	Sem informação
	Arlete Bitencourt de Castro Silva	Cícero Dantas	PPB
	Lúcia Borges Coni	Conceição do Almeida	PL
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuípe	PV
	Solange Silveira Passos Crisóstomo	Cotejipe	PFL
	Sizaltina Rodrigues Donato	Guanambi	Sem informação
	Simone Simões Néri	Inhambupe	PFL
	Neusa Cadore	Pintadas	PT
	Maria Cardoso de Lima	Santa Terezinha	PTB
	Maria Conceição Mota Dias	São Domingos	PL
	Erotildes Silva Souza	Varzedo	PT
	Iris Alencar Fernandes da Silva	Wagner	PMDB
2000	Eulina Pires Teixeira	Abaré	PTB
	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	PFL
	Dinah Martins Nascimento ¹⁸⁰	Belmonte	PL
	Antonia Magalhães da Cruz	Candeias	PP
	Arlete Bitencourt de Castro Silva	Cícero Dantas	PP
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuípe	PTB
	Arlete Veiga Vieira	Iguai	PFL
	Deralsita Antonia Teixeira Pinho	Jaguaripe	PFL
	Eliana Perpétua Curvelo de S. Cabana	Jucuruçu	PFL
	Carmen Gandarela Guedes	Madre de Deus	PFL
	Rosa Amélia Oliveira Lima	Mansidão	PL
	Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PTB
	Zafira Faour ¹⁸¹	Mucuri	Sem informação
	Regina Selia de Oliveira Cunha	Nova Fátima	PTB
	Neusa Cadore	Pintadas	PT
	Maria Luíza Dias Láudano	Pojuca	PFL
	Lícia Macieira Freire de Andrade	Planaltino	PFL
	Heyde Maria Del Castro de Amorim	Queimadas	PP
	Maria Cardoso de Lima	Santa Terezinha	PP
	Maria Conceição Mota Dias	São Domingos	PFL
	Lílian Souza A de Santana	São José da Vitória	PMDB
	Marilene Pereira Rocha	Saúde	PFL
	Eunice Ramos da Silva	Teodoro Sampaio	PT do B
	Ítala Maria da Silva Lobo Ribeiro	Uauá	PMDB
	Maria Angélica Lopes Carvalho*	Antonio Cardoso	PMDB

¹⁷⁹ Afastada devido a nova eleição ocorrida no município.

¹⁸⁰ Ingressou em substituição ao prefeito anterior

¹⁸¹ Ingressou em substituição ao prefeito anterior

2004	Lúcia Helena Oliveira	Araçás	PFL
	Jandira Soares Silva Xavier*	Baianópolis	PSDB
	Jailma Dantas Gama Ayres	Banzaê*	PFL
	Ana Lúcia Aguiar Viana*	Barra da Estiva	PL
	Débora Carvalho Borges Santos	Camacan	PT do B
	Maria Angélica Juvenal Maia*	Candeias	PMDB
	Dagmar Nogueira dos Santos Brito	Casa Nova	PFL
	Gilcina Lago de Carvalho*	Catú	PL
	Lúcia Maria Nunes de Lima	Capela A. Alegre	PPS
	Francisca Alves Ribeiro*	Carinhanha	PT
	Neuza Maria Souza dos Santos	Coração de Maria	PTN
	Maria de Fátima Aragão Sampaio*	Dário Meira	PL
	Andréia Xavier Cajado Sampaio*	Dias D'Ávila	PFL
	Rosângela Lemos Maia de Abreu	Euclides da Cunha	PMDB
	Monalisa Gonçalves Tavares	Ibicaraí	PL
	Arlene Veiga Vieira	Iguai	PFL
	Wanda Argolo Pinto*	Itagi	PT
	Cecília Petrina de Carvalho*	Itiúba	PT
	Ilma Maria Barreto	Laje	PFL
	Maria de Lourdes Tavares	Lajedão	PL
	Moema Isabel Passos Gramacho*	Lauro de Freitas	PT
	Diana Gleyde Marques Pereira	Macajuba	PL
	Eranita de Brito Oliveira*	Madre de Deus	PFL
	Olga Gentil de Castro Cardoso*	Matina	PTC
	Vera Lúcia Carvalho Sarmento	Maraú	PP
	Marinalva Lucas Paranhos Coelho	Medeiros Neto	PFL
	Rita de Cássia C. dos Santos	Mortugaba*	PRP
	Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PFL
	Regina Sélia de Oliveira Cunha	Nova Fátima	PC do B
	Amenaide de Carvalho Moreira	Paratinga	PFL
Maria Cleuza Santos de Assis	Planaltino	PRP	
Tânia Maria Portugal da Silva*	São Sebastião do Passé	PC do B	
Tânia de Freitas Mota Lomes	Serrinha	PSDB	
Noélia Souza Oliveira	Serrolândia	PSC	
Maria Íris Gomes	Várzea Nova	PP	
Rosevânia Rodrigues de Souza ¹⁸²	Ribeira do Amparo	PP	
2008	Maria Angélica Lopes Carvalho*	Antônio Cardoso	PMDB
	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	DEM
	Jandira Soares Silva Xavier*	Baianópolis	PMDB
	Jailma Dantas Gama Alves	Banzaê*	PT
	Ana Lúcia Aguiar Viana*	Barra da Estiva	PR
	Jusmari terezinha de Souza Oliveira	Barreiras	PR
	Romildes Oliveira Rios Machado	Cabaceiras do Paraguaçu	PMDB
	Maria Aparecida dos Santos Martins Silva	Caldeirão Grande	PSDB
	Maria Ângela da Silva Cardoso Castro	Camacan	DEM
	Ioná Queiroz Nascimento ¹⁸³	Camamu	PT
	Iracy Andrade de Araújo	Campo Formoso	PR

¹⁸² A prefeita foi candidata a vereadora e se elegeu presidente da Câmara Municipal. Por ocasião do afastamento do prefeito (1º colocado) e da Prefeita (2ª colocada) ela foi empossada.

2008	Maria Angélica Juvenal Maia ^{184*}	Candeias	PMDB
	Sidélia Lemos Dias dos Santos ¹⁸⁵	Cândido Sales	PR
	Norma Suely Dias Coelho	Caraíbas	PTB
	Maria Quitéria Mendes de Jesus	Cardeal da Silva	PSB
	Francisca Alves Ribeiro*	Carinhanha	PT
	Gilcinia Lago de Carvalho*	Catu	PR
	Josefina Maria Castro dos Santos	Coaraci	PT
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuípe	PMDB
	Maria de Fátima Aragão Sampaio*	Dário Meira	PR
	Andréia Xavier Cajado Sampaio*	Dias D´Avila	DEM
	Maria de Fátima Nunes Soares	Euclides da Cunha	DEM
	Ivani Andrade Fernandes Santos	Eneruzilhada	PTB
	Sandra Maisa Balduino Cardoso	Floresta Azul	DEM
	Irisma Santos da Silva Souza	Gandu	PT DO B
	Benvinda de Laurindo	Gavião	PMDB
	Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte	Glória	PP
	Domingas Souza da Paixão	Governador Mangabeira	PMDB
	Sandra Regina Gomes Vidal	Ibicoara	PC do B
	Wanda Argollo Pinto*	Itagi	PT
	Raimunda da Silva Santos	Itatim	PSDB
	Cecília Petrina de Carvalho*	Itiúba	PT
	Valdice Castro Vieira da Silva	Jacobina	DEM
	Mariângela Santos da Silva Borges	Lajedo do Tabocal	PSB
	Moema Isabel Passos Gramacho*	Lauro de Freitas	PT
	Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho	Macururé	PT
	Eranita de Brito Oliveira ^{186*}	Madre de Deus	PMDB
	Carmen Gandarela ¹⁸⁷	Madre de Deus	PT
	Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina*	PC do B
	Rita de Cássia Cerqueira dos Santos*	Mortugaba	PSDB
	Maria das Graças Soares de Oliveira	Nilo Peçanha	PMDB
	Yonara Rocha de Almeida Freire	Ourolândia	PT
	Gerusa Dias Lúdano	Pojuca	PSDB
	Cibele Oliveira de Carvalho	Rafael Jambeiro	PT
	Rilza Valentim de Almeida Pena	São Francisco do Conde	PT
Tânia Maria Portugal da Silva*	São Sebastião do Passe	PC do B	
Luciana Leão Muniz	Sebastião Laranjeiras	PR	
Susete Nascimento da Silva	Wenceslau Guimarães	PR	
Alba Gleide Moura de Góis	Almadina	PSDB	

¹⁸³ A prefeita foi acusada de abuso do poder econômico e compra de votos nas eleições de 2008. Foi julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em 16 de agosto 2011, com processo de cassação julgado procedente, mas a prefeita permanece no cargo até novembro de 2012.

¹⁸⁴ O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cassou a prefeita e seu vice, acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) de abuso do poder econômico, gastos não contabilizados de campanha, além do recebimento de R\$ 266 mil de uma doadora que morreu, nos Estados Unidos, quatro anos antes das últimas eleições. Fonte: Bahia Notícias. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/114990-prefeita-de-candeias-maria-maia-e-cassada-pelo-tre.html>. Acesso em 24 de abril 2012.

. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, reconduzir Maria Maia (PMDB) e Antonio Raimundo dos Santos (PT), conhecido como Loteba, aos cargos de prefeito e vice respectivamente. [A peemedebista foi cassada na última terça \(24/04/2012\) pelo Tribunal Regional Eleitoral \(TRE\)](#).

¹⁸⁵ Eleita por eleição suplementar em 25/10/2009.

¹⁸⁶ Cassada em 12/08/2011, pelo Tribunal Regional Eleitoral por abuso de poder econômico nas eleições municipais de 2008. Aguarda julgamento de Recurso no Tribunal Superior Eleitoral. Jornal A Tarde, Política, 16/08/2011.

¹⁸⁷ Eleita em 04/03/2012, em pleito suplementar no município. Foi empossada em 29/03/2012.

2012

Karina Borges Silva	Amargosa	PSB
Andrea Oliveira Silva	Anagé	PT
Irenilde Vieira Costa dos Santos	Antônio Gonçalves	PR
Jozilene Barreto Ribeiro	Apuarema	PR
Maria das Graças Trindade Leal	Araçás	PT
Sandra Rita Lago Souza	Aratuípe	PSD
Elizângela Ramos Andrade Garcia	Aurelino Leal	PP
Patrícia Nascimento Almeida	Banzaê	PT
Vera Lúcia Franco Ramos Costa	Barra do Rocha	PSC
Jaqueline Reis da Motta	Barro Preto	PT
Alice Maria Magnavita Elias de Britto	Belmonte	PP
Cristina Sodré Lima	Brotas de Macaúbas	PP
Maria Ângela da Silva Cardoso Castro*	Camacan	PP
Emiliana Assunção Santos	Camamu	PP
Delaneide Borges Dias	Campo Alegre de Lourdes	PSD
Maria Quitéria Mendes de Jesus*	Cardeal da Silva	PSB
Rita de Cássia Campos Souza	Chorrochó	PP
Josefina Maria Castro dos Santos*	Coaraci	PT
Normélia Maria Rocha Correia	Conceição do Jacuipe	PRB
Marly Leal de Oliveira	Conde	PTN
Jussara Márcia do Nascimento	Dias D'Ávila	PT
Maria de Fátima Nunes Soares*	Euclides da Cunha	PSD
Sandra Maisa Balduino Cardoso*	Floresta Azul	DEM
Benvinda de Oliveira Silva*	Gavião	PSD
Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte*	Glória	PP
Domingas Souza da Paixão*	Governador Mangabeira	PT
Rosana Cotrim de Carvalho Melo	Igaporã	PR
Ana Verena Almeida Rios Colonnezi	Ipirá	PR
Lenise Lopes Campos Estrela	Itaetê	PSB
Gilka Borges Badaró	Itajuípe	PSB
Íracema Guimarães Barretto Araújo	Itaquara	PMDB
Iramar Braga de Souza Costa	Ituberá	PMDB
Tânia Diniz Correia Leite de Britto	Jequié	PP
Anabel de Sá Lima Carvalho	Jeremoabo	PSD
Uberlândia Carmos Pereira	Jucuruçu	PSD
Moema Rebouças Maciel	Lençóis	PSD
Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho*	Macururé	PT
Carmen Gandarela Guedes*	Madre de Deus	PT
Maria Aparecida Lacerda Campos	Maiquinique	PMN
Vera Lúcia Maria dos Santos	Maragojipe	PMDB
Maria das Graças de Deus Viana	Maraú	PP
Edinalva Pereira de Almeida	Morpará	PR
Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PP
Raquel Lopes Andrade	Nova Canaã	PSB
Anna Guadalupe Pinheiro Luquini Azevedo	Nova Redenção	PSD
Bianca Menezes de Jesus Souza	Olindina	PMDB
Yonara Rocha de Almeida Freire*	Ourolândia	PT
Rosane Madalena de Ladeia Pereira Prado	Pindai	PSDB
Sueli Bispo Gonçalves	Piripá	PP
Gerusa Dias Lúदानo*	Pojuca	PSD
Claudia Silva Santos Oliveira	Porto Seguro	PSD
Mayra Pires Brito	Prado	PP
Tânia Regina Alves de Matos	Riachão do Jacuípe	PDT
Tetiana de Paula Fontes Cedro Britto	Ribeira do Amparo	PSD

Rilza Valentim de Almeida Pena*	São Francisco do Conde	PT
Gean Ângela Rocha	São Gabriel	PSD
Maria Verusa Costa Matos	São José do Jacuipe	PSDB
Luciana Leão Muniz*	Sebastião Laranjeiras	PR
Simeia Queiroz de Souza	Ubatã	PSB
Mirian Bruno da Silva	Umburanas	PDT
Diane Brito Rusciolelli	Una	PSD
Fernanda Santos da Silva	Uruçuca	PT
Jucélia Sousa do Nascimento	Valença	PTN

Fonte: Base em dados de (COSTA, 1998, p. 145 – 146), (BARBOSA, 2008) e TSE (2008 e 2012)

*Foram reeleitas em 2008 para a gestão 2009-2012 TSE (2012)

Cronologia do Movimento Sufragista	
1789	Olympe de Gougues – 1789 – França – Declaração dos Direitos das Mulheres
	Mary Wollstonecraft – Inglaterra 1792, escreve <i>Vindication of the rights of women</i>
1842	Nísia Fernandes promove no Rio de Janeiro conferências sobre a Abolição e a República
1848	1ª Convenção em Seneca Falls no Estado norteamericano de Nova York, em prol dos direitos das mulheres, organizada por Lucrecia Mott e Elizabeth Cady
1852	É fundado o primeiro jornal redigido por mulheres “O jornal de senhoras” escrito pela jornalista Violante Bivar e Velasco
1890	Constituinte César Zama declarou aceitar a república democrática e exigir o sufrágio universal no Brasil
1891	Emenda que garante o voto às mulheres diplomadas, caindo em seguida
1910	Leolinda Daltro concebe projeto para o voto feminino Brasil, por meio de uma petição fundamentada no argumento da constitucionalidade do voto, requereu e obteve seu pedido indeferido. Fundação do Partido Republicano Feminino e Criação de partido anterior a permissão de voto (anos 30).
1917	Deputado Maurício de Lacerda apresenta na Câmara projeto instituindo o sufrágio universal.
1917	Passeata no Rio de Janeiro, promovida por Leolinda Daltro em prol do movimento de mulheres.
1918	Bertha Lutz manifesta suas ideias feministas em público.
1920/22	Deputado Maurício de Lacerda volta a apresentar na Câmara projeto instituindo o sufrágio universal, sem êxito.
1919	Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher
1922	A Liga pela Emancipação da Mulher é substituída pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF. Realização da 1ª Conferência Brasileira de Mulheres - CBM
1924	Basílio de Magalhães apresenta novo projeto à Câmara redigido de forma a incluir a mulher entre os eleitores, com a ressalva de que tivesse o consentimento do marido, se casada e não desquitada.
1925	Senador Moniz manda à mesa um projeto reconhecendo o voto feminino
1927	Juvenal Lamartine, candidato ao Governo do Rio Grande do Norte, solicita a inclusão do direito ao voto pelas mulheres na Constituição daquele Estado
1934-1936	Eleita a primeira prefeita do Brasil, após a promulgação do Código Eleitoral em 1932 - Joana da Rocha Santos, Dona Noca, na cidade de São João dos Patos, no Maranhão. Exerceu o cargo por duas vezes. ¹⁸⁸
1945	A carta das Nações Unidas reconheceu em seu preâmbulo, a igualdade dos direitos entre homens e mulheres
1948	A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamou a igualdade entre homens e mulheres
1963	Entrou em vigor no Brasil a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, da ONU
1988	Promulgada a Constituição Brasileira que determinou a igualdade entre homens e mulheres

¹⁸⁸ Informações obtidas no site: <http://www.al.ma.gov.br/helena/paginas/doc.php?cod=3080> e <http://www.youtube.com/watch?v=2TSWs15WAZw>, acesso em 10 de nov. 2011

MARCO LEGAL NACIONAL E INTERNACIONAIS	
Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e de Crianças	Assinada em Genebra a 30/09/1921 e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (NY) a 12/11/1947 (promulgada em 1934)
Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores	Assinada em Genebra a 11/10/1933 e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (NY), a 12/11/1947 (promulgada em 1938)
Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher	Assinada na 7ª Conferência Internacional Americana da OEA em Montevideú a 26 de dezembro de 1933 (promulgada em 1938)
Convenção n. 45	Assinada na 19ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 18 de julho de 1935 (promulgada em 1938). Convenção dos trabalhos subterrâneos (mulheres)
Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher	Assinada na 9ª Conferência Internacional Americana da OEA em Bogotá a 2 de maio de 1948 (promulgada em 1950)
Protocolo de Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças	Concluído em Genebra a 30 de setembro de 1921, e da Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra a 11 de outubro de 1933, assinado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Lake Success (NY) a 12 de novembro de 1947 (promulgado em 1955).
Convenção n. 89	Assinada na 31ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 17 de junho de 1948 (promulgada em 1957)
Convenção sobre trabalho noturno (mulheres)	Revista em 1948
Convenção n. 100	Assinada na 34ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 6 de junho de 1951 (promulgada em 1957). Convenção concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor
Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher	Assinada na 7ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 31 de março de 1953 (promulgada em 1963)
Convenção n. 103	Assinada na 35ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 4 de junho de 1952 (promulgada em 1966). Convenção relativa ao amparo à maternidade. Revista em 1952
Convenção n. 111	Assinada na 42ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 4 de junho de 1958 (promulgada em 1968). Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão
Convenção Internacional sobre a Nacionalidade da Mulher Casada	Assinada na 11ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 20 de fevereiro de 1957 (promulgada em 1969)
Declaração de Pequim	Assinada na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz a 15 de setembro de 1995
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher	(Convenção de Belém do Pará), assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral da OEA a 6 de setembro de 1994 (promulgada em 1996)
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	Assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 18 de dezembro de 1979 (promulgada em 2002)
Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as	Assinado em Nova York a 6 de outubro de 1999 (promulgado em 2002)

Formas de Discriminação contra a Mulher	
Convenção n. 171	Assinada na 77ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 6 de junho de 1990 (promulgada em 2004). Convenção relativa ao trabalho noturno
Protocolo Adicional à Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional.	Assinado na 55ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 15 de novembro de 2000 (promulgada em 2004). R relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças
Lei Complementar n. 79	De 7 de janeiro de 1994 Cria o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), e dá outras providências
Decreto-lei n. 4.098	De 6 de fevereiro de 1942 Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea
Decreto-lei n. 5.452	De 1º de maio de 1943 Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho
Lei n. 1.060	De 5 de fevereiro de 1950 Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados
Lei n. 1.110	De 23 de maio de 1950 Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso
Lei n. 5.478	De 25 de julho de 1968 Dispõe sobre ação de alimentos, e dá outras providências
Decreto-lei n. 546	De 18 de abril de 1969 Dispõe sobre o trabalho noturno em estabelecimentos bancários nas atividades que especifica
Lei n. 5.809	De 10 de outubro de 1972 Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências
Lei n. 5.859	De 11 de dezembro de 1972 Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências
Lei n. 6.015	De 31 de dezembro de 1973 Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências de
Lei n. 6.136	De 7 de novembro de 1974 Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social
Lei n. 6.202	De 17 de abril de 1975 Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei no 1.044, de 1969, e dá outras providências
Lei n. 6.515	De 26 de dezembro de 1977 Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências
Lei n. 7.210	De 11 de julho de 1984 Institui a Lei de Execução Penal
Lei n. 8.069	De 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências
Lei n. 8.072	De 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências
Lei n. 8.080	De 19 de setembro de 1990 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências
Lei n. 8.112	De 11 de dezembro de 1990

	Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais
Lei n. 8.213	De 24 de julho de 1991 Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências
Lei n. 8.560	De 29 de dezembro de 1992 Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, e dá outras providências.
Lei n. 8.629	De 25 de fevereiro de 1993 Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal
Lei n. 8.742	De 7 de dezembro de 1993 Dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências
Lei n. 8.971	De 29 de dezembro de 1994 Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão
Lei n. 8.978	De 9 de janeiro de 1995 Dispõe sobre a construção de creches e estabelecimentos de pré-escola
Lei n. 9.029	De 13 de abril de 1995 Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências
Lei n. 9.096	De 19 de setembro de 1995 Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3o, inciso V, da Constituição Federal
Lei n. 9.099	De 26 de setembro de 1995 Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, e dá outras providências
Lei n. 9.250	De 26 de dezembro de 1995 Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências
Lei n. 9.263	De 12 de janeiro de 1996 Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades, e dá outras providências
Lei n. 9.278	De 10 de maio de 1996 Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal
Lei n. 9.394	de 20 de dezembro de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
Lei n. 9.434	De 4 de fevereiro de 1997 Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências
Lei n. 9.504	De 30 de setembro de 1997 Estabelece normas para as eleições
Lei n. 9.601	De 21 de janeiro de 1998 Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, e dá outras providências
Lei n. 9.656	De 3 de junho de 1998 Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde
Lei n. 9.797	De 6 de maio de 1999 Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.
Lei n. 10.048	De 8 de novembro de 2000 Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras

	providências
Lei n. 10.516	De 11 de julho de 2002 Institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher
Lei n. 10.651	De 16 de abril de 2003 Dispõe sobre o controle do uso da talidomida
Lei n. 10.689	De 13 de junho de 2003 Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA)
Lei n. 10.714	De 13 de agosto de 2003 Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher
Lei n. 10.778	De 24 de novembro de 2003 Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados
Lei n. 10.836	De 9 de janeiro de 2004 Cria o Programa Bolsa-Família, altera a Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências
Lei n. 11.340	De 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
Lei n. 11.634	De 27 de dezembro de 2007 Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e à vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde
Lei n. 11.664	De 29 de abril de 2008 Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
Lei n. 11.770	De 9 de setembro de 2008 Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991
Lei n. 11.804	De 5 de novembro de 2008 Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido, e dá outras providências
Lei 12.034	De 29 de setembro de 2009 Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.
Decreto n. 75.207	De 10 de janeiro de 1975 Regulamenta a Lei n. 6.136, de 7 de novembro de 1974, que inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social
Decreto n. 93.325	de 1º de outubro de 1986 Aprova o Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior
Decreto n. 1.565	De 21 de julho de 1995 Regulamenta a Lei n. 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria

Decreto n. 3.934	De 20 de setembro de 2001 Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde: Bolsa-Alimentação, e dá outras providências
Decreto n. 4.675	De 16 de abril de 2003 Regulamenta o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão-Alimentação), criado pela Medida Provisória n. 108, de 27 de fevereiro de 2003
Decreto n. 5.099	De 3 de junho de 2004 Regulamenta a Lei no 10.778, de 24 de novembro de 2003, e institui os serviços de referência sentinela
Decreto n. 5.390	De 8 de março de 2005 - Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), institui o Comitê de Articulação e Monitoramento, e dá outras providências
Decreto n. 5.948	De 26 de outubro de 2006 Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP)
Decreto n. 6.307	De 14 de dezembro de 2007 Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Decreto n. 6.387	De 5 de março de 2008 Aprova o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), e dá outras providências
Decreto n. 6.690	De 11 de dezembro de 2008 Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao programa, e dá outras providências
Decreto n. 7.052	Regulamenta a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas
Decreto n. 7.393	De 15 de dezembro de 2010 Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
Portaria-Ministério da Saúde/GM n. 2.406	De 5 de novembro de 2004 Institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação
Portaria-Ministério da Saúde/GM n. 426	Institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida, e dá outras providências

Fonte: Fonte: Legislação da mulher. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.411 p. – (Série legislação; n. 56)

ANEXOS

Partidos políticos registrados no TSE
Presidência dos trinta maiores partidos brasileiros

	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30.6.1981	Valdir Raupp (em exercício)	15
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	3.11.1981	Roberto Jefferson Monteiro Francisco	14
3	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Carlos Lupi	12
4	PT	Partido dos Trabalhadores	11.2.1982	Rui Goethe da Costa Falcão	13
5	DEM	Democratas	11.9.1986	José Agripino Maia	25
6	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.6.1988	José Renato Rabelo	65
7	PSB	Partido Socialista Brasileiro	1º.7.1988	Eduardo Campos	40
8	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.8.1989	Sérgio Guerra	45
9	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22.2.1990	Daniel S. Tourinho	36
10	PSC	Partido Social Cristão	29.3.1990	Víctor Jorge Abdala Nösseis	20
11	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Oscar Noronha Filho	33
12	PRP	Partido Republicano Progressista	29.10.1991	Ovasco Roma Altimari Resende	44
13	PPS	Partido Popular Socialista	19.3.1992	Roberto Freire	23
14	PV	Partido Verde	30.9.1993	José Luiz de França Penna	43
15	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	11.10.1994	Luis Henrique de Oliveira Resende	70
16	PP	Partido Progressista	16.11.1995	Francisco Dornelles	11
17	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	José Maria de Almeida	16
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro	9.5.1996	Ivan Martins Pinheiro*	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28.3.1995	José Levy Fidelix da Cruz	28
20	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20.3.1997	Eduardo Machado e Silva Rodrigues	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	5.8.1997	José Maria Eymael	27
22	PCO	Partido da Causa Operária	30.9.1997	Rui Costa Pimenta	29
23	PTN	Partido Trabalhista Nacional	2.10.1997	José Masci de Abreu	19
24	PSL	Partido Social Liberal	2.6.1998	Luciano Caldas Bivar	17
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25.8.2005	Marcos Antônio Pereira	10
26	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.9.2005	Ivan Valente	50
27	PR	Partido da República	19.12.2006	Alfredo Nascimento	22
28	PSD	Partido Social Demovrático	27.9.2011	Gilberto Kassab	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	4.10.2011	Sérgio Rubens de Araújo Torres	54
30	PEN	Partido Ecológico Nacional	19.6.2012	Adislon Barroso Oliveira	51

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em 15 de outubro 2012

CRÉDITOS DA AUTORA

Natural de Capela Nova – MG, onde viveu juntamente com família, a infância e juventude, vindo para Salvador – BA em 1991.

Em 1994, ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) onde cursou Secretariado Executivo, como também na Universidade Católica do Salvador (UCSAL) seguindo os estudos em Pedagogia. Estendeu sua formação acadêmica com os cursos de especialização, sendo eles: Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos, pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade Visconde de Cairu (CEPPEV); Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão e, também, Políticas Públicas e Orçamentárias, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), este último, não chegando à conclusão por coincidir com o período de ingresso no curso *strito sensu*. Ademais, Possui créditos nos Programas de Pós-Graduação *strito sensu* em Educação e Contemporaneidade - Universidade Estadual do Estado da Bahia (UNEB) no ano de 2006 e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2008.

Ingressou no Programa Interdisciplinar em Família na Sociedade Contemporânea, na Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) em 2006. Concluiu o Mestrado em 2008 com a dissertação intitulada: Famílias – pressupostos para a política local: sombra ou alicerce?. No ano seguinte, ingressou no doutoramento do mesmo Programa Interdisciplinar, conceito cinco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, no período de março 2009 a fevereiro 2012. Desde 2007, é integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura - NPEJI/UCSAL/CNPq do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), passando à categoria de pesquisadora em 2009.

Publicou artigos nas Revistas: Conjuntura & Planejamento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Especial Mulher, n. 1 “Mulheres na política: um

caminho transitável?” (ISSN n. 1413-1536); Revista Sacrilégens da Universidade Federal de Juiz de Fora “O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios” (UFJF) (ISSN n. 1807-1295); Revista de Estudos sobre a Mulher: Faces de Eva do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, “As mulheres na política local brasileira: ranços e avanços” (ISSN n. 0874-6885); Revista Estudos de Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, v. 1, (ISSN: 1414-0144), “Ética do cuidar e relações de gênero: Práticas familiares e representações da divisão do tempo”.

Também publicou capítulos de livros em co-autoria na coletânea: “Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. EDUFBA (CASTRO; CARVALHO & MOREIRA, Lúcia (Orgs.), 2012) “Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho”. Além do capítulo no livro *Mujeres em el mundo: colonialismo, racismo, redes, violencia de género, política y ciudadanía*, Universidade de Carabobo: Valencia, Venezuela, 2010, “Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços”.

Participou de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Dentre os principais de relevância, o VI Simpósio do Conselho Europeu de Investigação Social sobre América Latina (CEISAL), em Toulouse, França, 2010, do Fazendo Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Associação Nacional de História (ANPUH), regional de várias cidades, além de eventos do NEIM/UFBA, FCH/UFBA, PPGHIS/UFMG, SEMOC/UCSAL, entre outros.

É avaliadora *Ad Hoc* do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS). Ademais, é tutora de cursos de Educação à Distância (EAD) Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC) pela Faculdade de Educação (FACED/UFBA), e eventualmente, Professora da UESB na Plataforma Freire.

Concentra seus estudos nos temas Família(s), Gênero, Poder Local, Feminismo(s), Identidade(s), Representações Sociais e Educação, aportando-se na História do Tempo Presente. Com vasta experiência na área de administração, assessoria executiva, capacitação em gestão pública, atuando em assessoria e consultoria a gestores públicos municipais. Atualmente, trabalha na União dos Municípios da Bahia (UPB), em serviços de assessoria e consultoria em administração pública.

